

FABIANO COELHO

**ENTRE O BEM E O MAL: REPRESENTAÇÕES DO MST SOBRE
OS PRESIDENTES FHC E LULA (1995-2010)**

DOURADOS – 2014

FABIANO COELHO

**ENTRE O BEM E O MAL: REPRESENTAÇÕES DO MST SOBRE
OS PRESIDENTES FHC E LULA (1995-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *Movimentos Sociais e Instituições*.

Orientadora: Profa. Dra. **Marisa de Fátima Lomba de Farias**.

DOURADOS – 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C6 72	<p>Coelho, Fabiano.</p> <p>Entre o bem e o mal: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995 – 2010) /Fabiano Coelho. – Dourados, MS: UFGD, 2014.</p> <p>440 f.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias. Tese (Curso de Pós-Graduação - Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. ST. 2. Presidente FHC. 3. Presidente Lula I. Título.</p> <p>CDD – 301.242</p>
----------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

FABIANO COELHO

**ENTRE O BEM E O MAL: REPRESENTAÇÕES DO MST SOBRE
OS PRESIDENTES FHC E LULA (1995-2010)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e orientadora:

Marisa de Fátima Lomba de Farias (Dra., UFGD) _____

2º Examinador:

Reinaldo Lindolfo Lohn (Dr., UDESC) _____

3º Examinador:

João Carlos de Souza (Dr., UFGD) _____

4º Examinador:

Fernando Perli (Dr., UFGD) _____

5º Examinador:

Jones Dari Goetttert (Dr., UFGD) _____

Dedico este trabalho às duas pessoas, mulheres, mais importantes da minha vida. `

À minha mãe, Denir Coelho, que em sua trajetória de vida se demonstrou uma lutadora e soube criar e ensinar valores e princípios edificantes aos seus filhos. Te amo, mãe.

À minha filha, Maria Eduarda Facco Coelho, minha flor mais bela. O seu nascimento transformou minha história. Contigo, minha flor, aprendi o verdadeiro sentido da palavra *amor* e *felicidade*. Papai te ama, indescritivelmente

AGRADECIMENTOS

Há dez anos, quando resolvi sair da casa de minha mãe para estudar, tenho procurado desenvolver e cultivar a *gratidão*. Muitas pessoas passaram por minha vida, cada uma delas, em algum momento me estimularam para que não desistisse dos meus sonhos e objetivos. Para não correr o risco do esquecimento, a princípio, agradeço todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta tese, seja com contribuições acadêmicas, ou com a companhia e conversas no dia-a-dia.

No processo de construção deste trabalho não posso deixar de mencionar algumas pessoas que foram fundamentais nessa jornada, ainda em construção.

Agradeço a Deus, que de forma miraculosa sondas o meu interior, conhece os meus intentos e sabe quem sou.

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe, Denir Coelho.

À minha flor mais bela, Maria Eduarda Facco Coelho. A sua companhia e o seu sorriso, minha filha, me deram forças para escrever esta tese.

Ao João Carlos de Oliveira e a Elsa Teles Lima de Oliveira, por todo auxílio e força que me deram ainda quando cursava Graduação na UFMS, em Três Lagoas/MS.

À professora e orientadora, Marisa de Fátima Lomba de Farias. Obrigado pela confiança e por aceitar trabalhar comigo na edificação da tese. Sua gentileza, humildade, competência e profissionalismo são dignos de nota. Muito mais que aprender conhecimentos acadêmicos, contigo aprendi que a academia deve transcender o universo das vaidades.

Agradeço aos professores e professoras do PPGH/UFGD, em especial, aos professores Eudes Fernando Leite, João Carlos de Souza, Alzira Salete Menegat e Antonio Dari Ramos pelos conhecimentos ministrados durante as disciplinas no Programa.

Aos técnicos administrativos do PPGH/UFGD, obrigado pela atenção e gentileza.

Agradeço aos professores João Carlos de Souza e Fernando Perli pelas contribuições no processo de *Qualificação* da pesquisa.

Agradeço a Letícia Cerutti Facco pelo apoio e por cuidar/educar nossa filha, Maria Eduarda, com tanta dedicação e amor.

À Nádia Maria Cerutti Facco (*in memoriam*), mulher e mãe admirável. Lembro do seu sorriso e entusiasmo ao me dar os *parabéns* pela aprovação no curso de Doutorado. Sinto-me honrado por ter a conhecido e desfrutado momentos em sua companhia.

Agradeço aos amigos e amigas: Carlos Barros Gonçalves, Cássio Knapp, Gláucio Knapp, Joseana Stecca Farezin Knapp, Tanise de Oliveira Fernandes, Leandro Possadagua Juliana Grasiéli Bueno Mota, Daniele Reiter Chedid, Anderson Queiroz, Thiago Leandro Vieira Cavalcante, Aline Moreti Cavalcante e Eudes Fernando Leite. Estimados, obrigado pelas conversas, companhia, risadas, brincadeiras e apoio. Enfim, por tantos momentos compartilhados.

Aos profissionais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal da Grande Dourados (PROAE/UFGD), especialmente: Eluciene Cristina Zorzan Morale, Angelo Luiz de Lima Tetilia, Regina Alves Pedrosa Balbino, Adriana Onofre Schmitz, Lady Daiane Pires de Araujo, Joana Lourdes Cristaldo Romero, Edvaldo Pegorari, Érika Riromi Takebe, Manuel Pacheco Neto, Hermes Moreira Junior e Ceres Moraes. Galera, é uma honra e satisfação trabalhar e desfrutar da companhia de vocês. Aquele abraço!

À professora Áurea Rita de Ávila Lima Ferreira pela gentileza, atenção e pelo cuidado em ler e realizar a correção de Língua Portuguesa da tese.

Aos editores e editoras do *Jornal Sem Terra*, entrevistados para realização da pesquisa: Igor Felipe Santos, Nilton Viana, Debora Franco Lerrer, Cristiane Gomes, Sinara Sandri e Joana Tavares.

À Secretaria Nacional do MST, em São Paulo/SP, pela gentileza e atenção.

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) por me conceder afastamento integral do meu trabalho pelo período de um ano (2014), o que foi fundamental para concluir a escrita da tese.

Então, não há nada impossível que não seja possível quando você quer, quando você quer você consegue, quando não quer também não consegue. Se for olhar pras dificuldades, pra luta, não vai conseguir nada, não vai nem conseguir sair daqui pra lá, porque não é fácil (Maria Ivânia, assentamento Estrela da Ilha, 2009).

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo dos seus 30 anos, constituiu sólida organização em prol da reforma agrária, com atuação em diversas frentes de luta, tais como: organização de acampamentos e assentamentos, criação de cooperativas, escolas, articulações com outros movimentos sociais. O MST é um Movimento em movimento, em construção, e analisá-lo significa olhar o seu dever, suas contradições, e sua contribuição histórica para os trabalhadores rurais no Brasil. Em suas três décadas de existência, tornou-se objeto de pesquisa nos mais variados campos do saber, o que evidencia sua riqueza e amplitude de ações face à sociedade. Nessa perspectiva, a tese objetiva analisar as representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula, publicadas no *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1995 e 2010. Nelas são destacados momentos de tensão resultantes da relação do MST com esses presidentes e seus respectivos governos. Para escrita do trabalho, além de referências bibliográficas, utilizou-se como fonte principal o *Jornal Sem Terra*, em especial, seus editoriais. Outras fontes também foram analisadas como entrevistas com os editores do jornal e materiais produzidos pela organização do MST. Por ser a fonte principal da pesquisa, o *Jornal Sem Terra* também foi objeto de reflexão. Discutiu-se que o periódico se configurou como um importante instrumento político de luta, utilizado pela Direção Nacional do MST para construir representações sobre as diversas relações que envolviam sua organização e seus integrantes. Historicamente, os presidentes brasileiros foram *alvos* das representações do Movimento por meio do *Jornal Sem Terra*; essas representações carregam uma *carga ideológica* sobre a leitura e as visões de mundo face aos presidentes. Embora a ênfase da análise esteja relacionada aos presidentes FHC e Lula, na tese reflete-se também o modo de elaboração de representações sobre os presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, destacando-se que havia uma perspectiva *continuísta* nos discursos do jornal. Avaliou-se que o MST, em sua trajetória histórica, elaborou representações sobre FHC e Lula a partir de uma *visão maniqueísta*, em que os presidentes foram *personificados* como a tradução do *bem* e do *mal*. Nesse processo de construção de representações, houve dificuldade de o Movimento compreender o Estado e as complexas e dinâmicas relações que envolviam os governos no jogo *político brasileiro*. A personificação dos presidentes FHC e Lula nas representações do MST sinalizam para uma *visão romântica e idealizada* da política, não se considerando avanços, recuos e limites das ações dos referidos presidentes e das de seus governos.

Palavras-chave: MST; FHC; Lula.

ABSTRACT

The Movement of Landless Rural Workers (MST), throughout its 30 years constituted a strong organization in favor of land reform, working on different fronts of struggle, such as organizing camps and settlements, creation of cooperatives, schools, joints with other social movements, among others. The MST is a moving Movement under construction, and analyzing it means looking at its future, its contradictions, and its historical contribution to rural workers in Brazil. In three decades of existence, it has become the object of research study in several fields of knowledge, thus showing its wealth and range of actions before the society. From this perspective, the thesis aims to analyze the representations of the MST over Brazilian presidents FHC and Lula, through *Jornal Sem Terra*, from 1995 to 2010, highlighting the tensions shrouded in respect of MST with these presidents and their respective governments. For writing the work, besides bibliographical references, the *Jornal Sem Terra* was used as the main source, in particular, its editorials. Other sources were also analyzed, such as interviews with newspaper editors and materials produced by the organization of the MST. As the main source of research, the *Jornal Sem Terra* was also an object of reflection, and it was argued that the journal was configured as an important struggle policy tool used by the National Office of the MST to construct representations of the various relationships involving its organization and its members. Historically, Brazilian presidents were *targets* of the Movement representations through the *Jornal Sem Terra*, and these representations carried an *ideological burden* on reading and on worldviews about the presidents. By emphasizing presidents FHC and Lula, the thesis is also reflected in the development of representations about presidents José Sarney, Fernando Collor de Mello and Itamar Franco, noting that there was a *continuationist* perspective in the newspaper discourses. It was analyzed that MST, in its historical trajectory, elaborated representations about FHC and Lula from a Manichean vision, where the presidents were *personified* as a translation of *good* and *evil*. In this representations construction process, there was a difficulty by the Movement in understanding the State and the complex and dynamic relationships involving the governments in the *Brazilian political game*. When embodying presidents FHC and Lula in his representations, the Movement showed a romantic and idealized view of politics, did not consider the advances, setbacks and limitations of these presidents' actions and their Governments.

Keywords: MST; FHC; Lula.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Capa do *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, maio de 1981 -----p. 52.
- Imagem 2** - Capa do *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, setembro de 1983 ----- p. 62.
- Imagem 3** - *Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, julho de 1984 ----- p. 68.
- Imagem 4** - Capa do *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro/março de 1987 ---- p. 82.
- Imagem 5** - Capa do *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2004 -----p. 83.
- Imagem 6** - Os mesmos vícios do passado -----p. 134.
- Imagem 7** - Amarelinha de Sarney -----p. 137.
- Imagem 8** - A Constituinte está cada vez pior! -----p. 140.
- Imagem 9** - Governo de mentiras -----p. 143.
- Imagem 10** - Sarney dá golpe mortal na Reforma Agrária ----- p. 144.
- Imagem 11** - Capa do *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990 ----- p. 152.
- Imagem 12** - Pressão permanente -----p. 159.
- Imagem 13** – Reforma Agrária, quando? -----p. 167.
- Imagem 14** – A crise e o governo -----p. 169.
- Imagem 15** – Itamar, as promessas serão cumpridas agora? -----p. 171.
- Imagem 16** – O caos do “desgoverno” Itamar ----- p. 173.
- Imagem 17** – Um governo velho e conservador -----p. 182.
- Imagem 18** – Por que os EUA querem impor o neoliberalismo na América Latina? -- p. 187.
- Imagem 19** – Combater sem trégua o Neoliberalismo -----p. 189.
- Imagem 20** – O governo FHC e a farsa do neoliberalismo -----p. 190.
- Imagem 21** – Continuamos em marcha contra o neoliberalismo -----p. 192.
- Imagem 22** – Capa do *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1998 -----p. 197.
- Imagem 23** – Em defesa da Petrobrás -----p. 200.
- Imagem 24** – A ditadura moderna do governo FHC -----p. 205.

Imagem 25	– FHC: um governo sem moral -----	p. 207.
Imagem 26	– Vamos derrotar a Alca -----	p. 209.
Imagem 27	– Subserviência aos Estados Unidos -----	p. 211.
Imagem 28	– A crise tem nome: FHC -----	p. 213.
Imagem 29	– FHC quebrou o país -----	p. 217.
Imagem 30	– Avança Brasil! -----	p. 218.
Imagem 31	– A colonização do governo FHC -----	p. 219.
Imagem 32	– Verdades e mentiras da atual conjuntura -----	p. 226.
Imagem 33	– A grave crise que se instala no Brasil -----	p. 228.
Imagem 34	– Aumenta a crise no governo -----	p. 230.
Imagem 35	– O mau cheiro que exala do Planalto -----	p. 232.
Imagem 36	– E as dificuldades continuam -----	p. 235.
Imagem 37	– O negócio é assentar o pau -----	p. 237.
Imagem 38	– Confusões de adolescente -----	p. 240.
Imagem 39	– O Rei está nu -----	p. 241.
Imagem 40	– Mais um Zé no banco dos réus -----	p. 247.
Imagem 41	– Governo Rocambole -----	p. 249.
Imagem 42	– Balanço da Reforma Agrária -----	p. 250.
Imagem 43	– Só mobilização mexe com esse governo! -----	p. 252.
Imagem 44	– Tucanóquio -----	p. 253.
Imagem 45	– FHC Pinóquio -----	p. 255.
Imagem 46	– Mais uma mentira do governo -----	p. 256.
Imagem 47	– As mentiras do governo FHC -----	p. 256.
Imagem 48	– Um governo vergonhoso! -----	p. 256.
Imagem 49	– A Reforma Agrária que não existe -----	p. 256.
Imagem 50	– A farsa da Reforma Agrária -----	p. 256.
Imagem 51	– Só fachada: Banco da Terra -----	p. 266.
Imagem 52	– Capa do <i>Jornal Sem Terra</i> . São Paulo, novembro de 2002 -----	p. 274.
Imagem 53	– Uma vitória do povo -----	p. 276.
Imagem 54	– Lula no <i>II Congresso Nacional do MST</i> -----	p. 284.
Imagem 55	– Lula recebe réplica do prêmio Nobel Alternativo -----	p. 286.
Imagem 56	– Collor levou mas não ganhou -----	p. 294.
Imagem 57	– Capa do <i>Jornal Sem Terra</i> . São Paulo, setembro de 1994 -----	p. 297.
Imagem 58	– Efeitos FHC e Lula -----	p. 300.

Imagem 59 – Lula: piloto do governo popular -----	p. 312.
Imagem 60 – Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para luta! -----	p. 313.
Imagem 61 – É preciso quebrar a resistência das elites -----	p. 315.
Imagem 62 – Dançar outra música -----	p. 316.
Imagem 63 – Atravessando a escuridão -----	p. 318.
Imagem 64 – Os desafios da atual política econômica -----	p. 319.
Imagem 65 – Lula preso na poça de cola do neoliberalismo -----	p. 326.
Imagem 66 – A macroeconomia de Lula -----	p. 328.
Imagem 67 – Mudanças -----	p. 333.
Imagem 68 – Lula: entre movimentos populares e elite -----	p. 334.
Imagem 69 – O concerto sem concerto -----	p. 336.
Imagem 70 – Lula em más companhias -----	p. 340.
Imagem 71 – Capa do <i>Jornal Sem Terra</i> . São Paulo, julho de 2003 -----	p. 354.
Imagem 72 – É preciso agilizar a reforma agrária -----	p. 362.
Imagem 73 – Reforma Agrária tartaruga -----	p. 368.
Imagem 74 – Enche o “tanque” da reforma agrária -----	p. 371.
Imagem 75 – Compromissos precisam ser honrados -----	p. 372.
Imagem 76 – A hora é de unidade popular e luta -----	p. 374.
Imagem 77 – Os entraves da reforma agrária -----	p. 375.
Imagem 78 – Agronegócio: o pior negócio para os brasileiros -----	p. 381.
Imagem 79 – Consequências do agronegócio -----	p. 381.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Meios de comunicação vinculados ao MST, até 2007 ----- p. 92.

Tabela 2 – Editoriais relacionados ao presidente FHC (1995-2002) ----- p. 179.

Tabela 3 – Editoriais relacionados ao presidente Lula (2003-2010) -----p. 308.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Brasil – Assentamentos Rurais (1995-2002) – Número de áreas obtidas -- p. 271.
- Gráfico 2** – Brasil – Assentamentos Rurais (1995-2002) – Número de famílias em áreas obtidas ----- p. 272.
- Gráfico 3** – Brasil – Assentamentos Rurais (2003-2010) – Número de áreas obtidas --- p. 393.
- Gráfico 4** – Brasil – Assentamentos Rurais (2003-2010) – Número de famílias em áreas obtidas ----- p. 393.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- Alca** – Área de Livre Comércio das Américas
- ANA** – Agência Nacional de Águas
- ANOTER** – Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras
- Antaq** – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres
- Anvisa** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- Arena** - Aliança Renovadora Nacional
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAMP** – Centro de Assessoria Multiprofissional
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base
- CEDEM** – Centro de Documentação e Memória
- Cepal** – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
- CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- Conclat** – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
- CONCRAB** – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPDA/UFRRJ** – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce
- DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra
- DEM** – Partido Democratas
- ECA/USP** – Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
- EIV** – Estágio Interdisciplinar de Vivência
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EUA** – Estados Unidos da América

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
Iipes – Instituto Latino-Americano e o Caribe de Planejamento Econômico e Social
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LSN – Lei de Segurança Nacional
Lula – Luiz Inácio Lula da Silva
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MJDH/RS – Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NERA – Núcleo de Estudos da Reforma Agrária
OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil / São Paulo
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG – Organização não Governamental
PAA – Programa Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
Petrobrás – Petróleo Brasileiro S. A.
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Pnad
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PP – Partido Progressista
PPGH/UFGD – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados

PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SRC – Sociedade Rural Brasileira
Telebrás – Telecomunicações Brasileira
UDR – União Democrática Ruralista
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP – Universidade Estadual Paulista
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Lista de Imagens -----	11
Lista de Tabelas -----	14
Lista de Gráficos -----	15
Lista de Abreviaturas e Siglas -----	16
Introdução -----	21
Capítulo I	
MST E <i>JORNAL SEM TERRA</i>: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS -----	47
1.1. É preciso (in)formar e solidarizar: o <i>Boletim Sem Terra</i> e as tensões da luta pela terra -----	47
1.2. Produção das notícias, editores, participação da Direção Nacional e a distribuição do <i>Jornal Sem Terra</i> -----	65
1.3. Comunicação engajada e o <i>Jornal Sem Terra</i> na organização do MST -----	89
Capítulo II	
PRESIDENTES BRASILEIROS: ALVOS PRIVILEGIADOS DAS REPRESENTAÇÕES DO MST -----	102
2.1. Considerações sobre os conceitos representação e ideologia e sobre suas contribuições para a análise do <i>Jornal Sem Terra</i> -----	102
2.2. Representante dos Latifundiários e a continuidade da Ditadura: José Sarney ----	126
2.3. Fernando Collor de Mello: descaso com a reforma agrária e repressão contra os movimentos sociais -----	146
2.4. Omissão, enrolação e ausência de vontade política: Itamar Franco na presidência -----	163
Capítulo III	
“O PRESIDENTE DAS ELITES”: TENSÕES E LUTAS POR REPRESENTAÇÕES NO GOVERNO FHC -----	177
3.1. FHC: neoliberalismo e submissão ao capital internacional -----	177
3.2. “FHCrise”: caos social e corrupção -----	212
3.3. FHC: o negócio é “assentar o pau” e criminalizar o MST -----	234
3.4. “Nhén, Nhén, Nhén e Blá, Blá, Blá”: “tucanoquio” da reforma agrária -----	248

Capítulo IV

“O PRESIDENTE DO POVO”: ENTRE A ESPERANÇA DA REFORMA AGRÁRIA E AS FRUSTRAÇÕES COM O GOVERNO LULA -----	274
4.1. “Uma vitória do povo”: Lula foi eleito o presidente do Brasil -----	274
4.2. Lula: entre a continuidade do modelo econômico e as possibilidades de mudanças -----	307
4.3. Lula: entre a esperança da reforma agrária e a opção pelo agronegócio -----	352
Considerações Finais -----	398
Fontes e Referências Bibliográficas -----	411
Anexos -----	439

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os movimentos sociais rurais e urbanos têm conquistado espaços significativos na produção do conhecimento acadêmico. A abrangência de reflexões sobre tais estudos se deve ao fato de os chamados *novos movimentos sociais*, nascidos, sobretudo, na década de 1980, estarem contribuindo com novas formas de fazer política. O interesse em pesquisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou-se ainda no curso de Graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas (UFMS/CPTL), entre os anos de 2004 e 2007¹.

Na Graduação, a curiosidade em conhecer melhor o Movimento² foi se aguçando. Com o tempo, analisar os meandros que envolvem a história e as ações do MST transformou-se em *paixão*. Isto é, a pesquisa que, na prática, se torna um trabalho árduo e, muitas vezes, estressante, se transformou em prazer. Esse prazer está ligado ao aspecto do *descobrir*, ou seja, do compreender e do produzir uma narrativa/texto. Nessa direção, o processo de pesquisa tramita em uma dualidade, quase contradição: prazer e disciplina; gozo e trabalho árduo. Movido por este sentimento, no ano de 2008, prosseguiu-se na pesquisa com o ingresso no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

No mestrado, teve-se a oportunidade de amadurecer e de ampliar reflexões teórico-metodológicas que abrangem a área da História, assim como a de desenvolver o processo de escrita, tão importante para os pesquisadores. Transformar ideias e investigações em texto acadêmico, de qualquer natureza, não é tarefa simples. Na pesquisa de Mestrado, a problemática central estava em torno da prática da *mística* no MST, que foi entendida como uma prática cultural e política desenvolvida no MST. A *mística* era desenvolvida pelos agentes religiosos que trabalhavam junto aos sujeitos sem-terra e tinha aceitação entre eles. O MST se apropriou de tal prática e a ressignificou em suas lutas, investindo em uma *mística própria*, de acordo com os interesses, objetivos e projetos de sua organização³.

¹ Na época, como bolsista de *Iniciação Científica*, desenvolveu-se uma pesquisa sobre a *mística* no MST e no acampamento Madre Cristina, localizado no município de Itapura/SP. Ver: COELHO, Fabiano. *Práticas e Representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: acampamento Madre Cristina e Mística*. 2007. 92f. Monografia (História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

² Quando escreve-se *Movimento* com letra maiúscula, refere-se ao MST.

³ Ver: COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. A dissertação defendida foi publicada em formato de livro pela editora da UFGD. Ver: COELHO, Fabiano. *Ela é a Alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados: EDUFGD, 2014

Após a conclusão do Mestrado, em 2010, havia planos de se fazer o Doutorado. Essa oportunidade foi mais latente quando, ao final do ano de 2010, o Projeto de Doutorado em História do PPGH/UFGD foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, a participação em processo seletivo permitiu o ingresso no curso de Doutorado em História do PPGH/UFGD.

No Doutorado, efetuou-se pesquisa, objeto desta tese, que teve por principal objetivo analisar as representações construídas pelo MST sobre os presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), por meio do *Jornal Sem Terra*, referentes ao período de 1995 a 2010. A pesquisa demonstra como se delinearam as relações e tensões que envolveram o MST e os governos mencionados, e como o *Jornal Sem Terra* se tornou importante instrumento político do Movimento para a elaboração de representações sobre os presidentes FHC e Lula. Para tanto, a tese do estudo é que o MST, ao longo de sua história, construiu representações sobre os presidentes FHC e Lula, a partir de uma visão maniqueísta da história, e os personificou como se fossem a representação do *bem* e *mal*, por vezes, não considerou a complexidade do jogo político brasileiro.

Nessa perspectiva, a preocupação esteve focada na compreensão de como o Movimento elaborou discursos e revelou suas posturas políticas e ideológicas, entrando, quase sempre, em contraposição com os modelos políticos e econômicos adotados pelos presidentes. Por mais que a ênfase se pautasse nos presidentes FHC e Lula, o MST, desde seu nascimento, por meio do *Jornal Sem Terra*, tem elaborado representações sobre presidentes do Brasil. Entre eles estão José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Desse modo, questiona-se: essas representações foram distintas ou semelhantes face aos presidentes FHC e Lula? Quais as permanências e rupturas nos discursos produzidos? Houve aproximações entre as ações dos presidentes e as lutas do Movimento?

O interesse em investigar tal problemática advém do desenvolvimento da pesquisa de Mestrado. O contato com o *Jornal Sem Terra* e a análise de algumas edições permitiram perceber o quanto o MST fazia do periódico um lugar privilegiado para construir representações sobre os presidentes do país. Os editoriais se constituíram em espaços do periódico nos quais essa intenção ficava mais evidente. Grande parte dos editoriais era reservada a representar os presidentes e as ações de seus governos, sobretudo, aquelas voltadas ao campo, aos trabalhadores rurais e à reforma agrária.

O número de pesquisas relacionadas ao MST tem crescido consideravelmente, especialmente, nas duas últimas décadas. Estudiosos dos mais variados campos do saber se

debruçam para compreender as diversas relações que envolvem a consolidação do Movimento no Brasil e chamam a atenção para os ideais políticos, econômicos, sociais e culturais desse Movimento. Sandra Jatahy Pesavento, por exemplo, destaca a riqueza simbólica e a capacidade de mobilização política construídas pelo MST em suas trajetórias de lutas. Em relação aos movimentos sociais como campo de investigação histórica, diz que “estes correspondem a uma espécie de laboratórios, ao vivo, de construção e aplicabilidade das representações sociais que se apresentam aos olhos do historiador”⁴.

Na busca por bibliografia, constatou-se a quantidade significativa de pesquisas relativas ao MST, principalmente, nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nas mais diversas áreas do conhecimento. A heterogeneidade das análises enriquece e auxilia o entendimento da luta pela terra e o do Movimento, em seus diversos caminhos e descaminhos, assim como as particularidades regionais de sua organização em algumas localidades.

Os diversos estudos sobre o MST também demonstram a riqueza e a quantidade de fontes disponíveis aos pesquisadores para a investigação de suas problemáticas de pesquisa. Pode-se dizer que, historicamente, as reflexões relacionadas ao MST têm sido erigidas sobre tendências interdisciplinares. Citem-se, por exemplo, pesquisas voltadas à compreensão de práticas internas do Movimento, à compreensão de seu *ideal revolucionário*, de suas bases políticas e de sua militância. Há, também, uma infinidade de pesquisas direcionadas ao entendimento de acampamentos e assentamentos vinculados ao MST, de práticas e dinâmicas internas a esses lugares sociais. E pesquisas que visam à compreensão do Movimento a partir de uma ótica nacional e de sua inserção no campo político mais amplo e estrutural. Enfim, diversos estudos almejam entender a organização do MST nos processos sociopolíticos e econômicos. Destaca-se que, em razão de procedimentos metodológicos utilizados, algumas pesquisas, por vezes, focalizam aspectos parciais e não o todo de ações e de formas que sinalizem para o como o MST se movimenta.

Não há intenção na tese de se esgotar as possibilidades de leitura e interpretação sobre as representações do MST face aos presidentes FHC e Lula, pois seria uma ideia desprovida de sentido; portanto, busca-se contribuir com estudos relacionados ao MST e à história por meio da imprensa. No desenvolvimento desta “empreitada”, termo utilizado por Georges Duby ao referir-se ao trabalho do historiador, dificuldades e indagações são recorrentes⁵. Escolher aportes teórico-metodológicos, ir a arquivos, produzir e transcrever entrevistas, selecionar fontes, digitalizar imagens, organizar tabelas e gráficos, realizar leituras que

⁴ PESAVENTO, S. J., *História & História Cultural*, p. 94.

⁵ DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ampliem possibilidade de compreensão das experiências históricas, até se chegar ao trabalho final – a escrita do texto – não é, e não foi, tarefa simples.

Para a construção da tese, a fonte de investigação privilegiada foi o *Jornal Sem Terra*. Todavia, na medida em se fez pertinente, foram utilizados outros materiais produzidos pelo MST, como *Cartilhas*, *Cadernos de Formação*, *Livros*, *Manuais de Organização*. A utilização dessas fontes, além do jornal, foi relevante no auxílio ao entendimento dos discursos publicados no próprio periódico, haja vista que os discursos do jornal não estão deslocados dos outros materiais elaborados pelo Movimento. No que se refere aos dados sobre o número de áreas obtidas e sobre o número de famílias assentadas nos governos, desde a redemocratização do país, foram usadas informações do *Banco de Dados da Luta pela Terra* (DATALUTA), que serão apresentados e analisados ao longo da tese.

Trabalhar com materiais produzidos pelo MST exige cautela, cuidado do pesquisador, para que não corra o risco de apenas reproduzir os discursos dos integrantes da organização do Movimento. Se fosse para reproduzir o que está descrito nas referidas publicações, qual seria a importância do trabalho do historiador? Por meio das fontes construídas pelo Movimento, que são materiais de circulação interna, salvo o *Jornal Sem Terra*, tem-se a possibilidade de analisar as ideias, os valores, as mudanças e permanências ideológicas do Movimento ao longo do tempo. Os discursos contidos nesses materiais são reveladores de significados sobre as posturas ideológicas, o ideário e as crenças do MST. Para tanto, é preciso considerar o contexto em que tais fontes foram elaboradas, posto que há mudanças significativas nessas publicações no transcorrer do tempo, tanto sob a perspectiva estética, quanto sob a perspectiva de seus discursos.

Nesse sentido, refletir sobre a *idade dos textos* é pensar sobre os processos que transformam as ações e as maneiras de pensar do MST no decorrer de sua história. Para a análise dos materiais do Movimento, há que se contextualizar a fonte, considerando-se a época em que ela foi produzida. O MST da década de 1980 não é o mesmo do ano de 2014. Com essa interpretação há reconhecimento de permanências acerca de convicções políticas e ideológicas que acompanharam o Movimento desde seu surgimento, assim como de mudanças substanciais em torno de seus discursos e ações.

Na construção do estudo, realizaram-se entrevistas com editores/jornalistas responsáveis pelas edições do *Jornal Sem Terra*, em especial, pelas do período delimitado para investigação. Foram efetivadas seis entrevistas com os seguintes editores: Débora Lerrer,

Sinara Sandri, Nilton Viana, Cristiane Gomes, Igor Felipe Santos e Joana Tavares⁶. As entrevistas com Joana Tavares e Sinara Sandri foram realizadas via correio eletrônico. Após contatos com essas editoras, elaborou-se um roteiro de perguntas e solicitou-se que elas fossem respondidas. As entrevistas com Débora Lerrer, Nilton Viana, Cristiane Gomes e Igor Felipe Santos foram efetivadas pessoalmente, nas cidades de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, em abril de 2012. Vale registrar que se analisou também uma entrevista, que havia sido publicada, de Flademir Araújo⁷, primeiro editor responsável do jornal, concedida a Miguel Stedile, no ano de 2001.

No que se relaciona, ainda, às entrevistas, observe-se que o contato pessoal com os entrevistados foi importante, o que não desqualifica as entrevistas efetivadas via correio eletrônico. Pelo contrário, todas as entrevistas foram relevantes; entretanto, o contato pessoal possibilitou o atentar-se para determinados detalhes envolvidos nas narrativas dos entrevistados – olhares, tom de voz, espontaneidade. Possibilitou o perceber, o compreender os *ditos*, os *não ditos*, os *esquecimentos* advindos da singularidade de narrativas orais.

A realização das entrevistas teve como objetivo entender a produção do *Jornal Sem Terra* – a dinâmica e as tensões que a envolviam – e o papel da Direção Nacional do MST nessa produção. Como o *Jornal Sem Terra* foi fonte privilegiada da tese, tornou-se necessário compreender sua produção e sua estrutura existencial. Nesse processo, marcado por diversas trocas de e-mails e por encontros nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, destacam-se a recepção, a gentileza e a colaboração dos entrevistados.

Quanto às fontes orais, sublinhe-se que há quantidade considerável de textos e autores no meio acadêmico que se dedicam ao seu estudo. Muitos deles apresentam visão semelhante à apresentada nesta tese; outros, olhar distinto no que tange, por exemplo, à produção e ao tratamento desse tipo de fonte. Autores e autoras como Verena Alberti⁸, Antonio Torres Montenegro⁹, Janaína Amado¹⁰, Michael M. Hall¹¹, Joan Del Alcàzar i Garrido¹², Philippe

⁶ Estes editores estão apresentados com mais detalhes no primeiro capítulo da tese.

⁷ ARAÚJO, Flademir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

⁸ ALBERTI, V. *Ouvir, Contar* – Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁹ MONTENEGRO, A. T. História Oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 13, nº25/26, p. 55-65, set 92/ago 93.

¹⁰ AMADO, J. A Culpa Nossa de Cada Dia: Ética e História Oral. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, (15), p. 145-155, abril de 1997; e AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹¹ HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. Secretaria Municipal de Cultura – DPH. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 157-160.

Joutard¹³, Michel Pollak¹⁴, Tereza Malatian¹⁵ e Alessandro Portelli¹⁶ construíram textos significativos relacionados à reflexão acerca do trabalho com fontes orais, conseqüentemente, com questões inerentes à *memória*. Tais estudos foram importantes para subsidiar a perspectiva teórica e metodológica da pesquisa.

Na tese, analisam-se, especialmente, os editoriais das edições publicadas entre os anos de 1995 e 2010. Portanto, a pesquisa envolve dezesseis anos do jornal e totaliza o número de 164 edições¹⁷. Essa escolha metodológica se refere ao período em que o Brasil foi governado pelos presidentes FHC e Lula. Mas, como se pode observar ao longo da tese, também analisaram-se edições anteriores do jornal, relativas aos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco.

A produção do *Jornal Sem Terra* começou antes mesmo do nascimento oficial do MST. O periódico nasceu no ano de 1981, em formato de boletim, com o nome de *Boletim Sem Terra*. Sua produção ocorria em Porto Alegre/RS e os responsáveis por sua organização foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Universitária de Porto Alegre/RS, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

O *Boletim Sem Terra*, em seu início, foi organizado para divulgar a luta dos trabalhadores no acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi/RS, e para angariar auxílio de grupos solidários à causa dos sem-terra. Com a oficialização do MST, em 1984, o *Boletim Sem Terra* é incorporado à organização do Movimento; e a produção do periódico passa a ser de sua responsabilidade. Nesse mesmo ano, o boletim foi transformado

¹² GARRIDO, J. del A. i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, nº25/26, p. 33-54, set 92/ago 93.

¹³ JOUTARD, P. História Oral: balanço da metodologia de da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 43-62.

¹⁴ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989; e Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

¹⁵ MALATIAN, T. M. A Circularidade do Discurso: perspectivas metodológicas da história oral. In: *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Programa de Pós-Graduação em História, Unesp, Assis, 1996. p. 47-56.

¹⁶ PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral – a pesquisa como experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC - SP*. São Paulo, (14), p. 7-24, fevereiro de 1997.

¹⁷ A captura das edições do jornal ocorreu ainda quando se desenvolvia a pesquisa de Mestrado. Destaca-se que o *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1981 e 2012, se encontra disponível em versão digitalizada no núcleo de documentação digital *Armazém Memória: um resgate coletivo da história*, no endereço eletrônico: www.armazemmemoria.com.br. Este site foi construído por meio de iniciativa coletiva, com o intuito de democratizar diversos tipos de fontes para facilitar a pesquisa e o conhecimento da memória histórica. Nele, estão reunidos, de forma digital, além da coleção do jornal, diversos documentos relacionados ao MST. Em relação aos diversos materiais produzidos pelo Movimento, ressalta-se que o Núcleo de Documentação Histórica *Honório de Souza Carneiro*, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* Três Lagoas, e o Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), na cidade de São Paulo, e a própria Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, possuem um acervo significativo e diverso de materiais que estão acessíveis aos pesquisadores.

em tabloide¹⁸, passando a receber o nome *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Em 1985, com a transferência da Secretaria Nacional do MST para a cidade de São Paulo, a produção do jornal também foi deslocada para a capital paulista.

Compreende-se o *Jornal Sem Terra* como um tipo de imprensa¹⁹ distinta, uma “imprensa alternativa”. A expressão “imprensa alternativa” fica conhecida no período do Regime Civil-Militar por denominar os periódicos que, com atitudes ousadas, burlavam a repressão e a censura do Estado, manifestando-se contra o Regime que vigorava. O termo *alternativo* também faz referência ao fato de os periódicos circularem fora do âmbito da chamada “grande imprensa”²⁰. Eles são mais restritos e produzidos por grupos que seguiam determinadas crenças e convicções políticas e ideológicas e que visualizavam nos impressos um “instrumento de luta” e “espaço de ação” política²¹.

Entretanto, conforme Flávio Aguiar²², Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins²³, Karina Janz Woitowicz²⁴, estudiosos da história da imprensa no Brasil, a chamada “imprensa alternativa” sempre existiu na história da imprensa do país, desde o ano de 1808, quando da chegada da Corte Portuguesa no território que hoje é compreendido como Brasil. Tais jornais eram movidos e produzidos de acordo com as circunstâncias, contextos, e interesses do(s) grupo(s) aos quais estavam ligados. Assim, “a comunicação alternativa sempre participou

¹⁸ O termo *tablóide* provém do inglês *tabloid* e, grosso modo, designa um formato de jornal surgido em meados do século XX na Inglaterra. Originalmente significava um jornal de formato quadrado, para se distinguir de outros periódicos. Cada página de um tablóide mede aproximadamente 33 x 28 cm. A estrutura do *Jornal Sem Terra* foge aos padrões tradicionais dos periódicos e se assemelha a um tablóide.

¹⁹ O termo “imprensa” não se reduz ao jornal, mas sim a todos os tipos de meios de comunicação impressos, que por si só são diversificados, cada um com suas peculiaridades. Ver: CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

²⁰ De acordo com Tania Regina de Luca, a expressão “grande imprensa”, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa. “De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Ver: LUCA, T. R. de. A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In: LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

²¹ Uma obra clássica sobre a “imprensa alternativa” nos tempos da Ditadura Civil-Militar é a do autor Bernardo Kucinski, intitulada *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. O autor fez uma pesquisa extremamente densa sobre os “alternativos” que nasceram no período de 1964/1980. Dentre os diversos periódicos estudados, deu maior ênfase aos famosos jornais *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. Ver: KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

²² AGUIAR, F. Imprensa Alternativa: *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. In: LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 233-247.

²³ LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Orgs). *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006; _____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁴ WOITOWICZ, K. J. (Org.). *Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

ativamente de diversas lutas e contribuiu para o fortalecimento dos espaços de resistência, em meio ao processo de construção da história”²⁵.

Na história da imprensa do Brasil, essa imprensa alternativa possui marca característica – a *efemeridade*. Isto é, devido a diversos fatores, esses meios de comunicação não têm um tempo de vida longo. O *Jornal Sem Terra* foge a essa característica, pois sua produção tem continuidade desde 1981 e é visualizada pelo MST como fundamental e estratégica para a organização do Movimento. O *Jornal Sem Terra* não está inserido nos padrões da efemeridade:

[...] uma vez que este se atualiza fazendo frente à política vigente no país, buscando o seu aperfeiçoamento enquanto meio de comunicação de classe na tentativa de efetivar o seu comprometimento com as causas sociais do MST e de outros movimentos sociais que compartilham dos seus ideais²⁶.

Sobre a relevância dos estudos de periódicos que *fogem* e estão à margem da *grande imprensa*, Maria Helena Capelato ressalta que eles se tornam importantes espaços para grupos sociais marginalizados se expressarem e evidenciarem as contradições que permeiam a sociedade. Por este viés, os periódicos se tornam fontes profícuas para a compreensão da história e da dinâmica dos movimentos sociais.

A grande imprensa é e sempre foi porta-voz das elites. Mas há outros tipos de imprensa que hoje, como no passado, expressam projetos e reivindicações das classes trabalhadoras e grupos minoritários. Os periódicos, porta-vozes desses setores da sociedade representam instrumentos de luta muito eficazes; são também fonte documental valiosa para a reconstituição da história dos movimentos sociais²⁷.

Na luta pela redemocratização do país (décadas de 1970 e 1980), a imprensa alternativa teve papel relevante na sociedade, sobretudo, pelo fato de, por meio de suas páginas, os jornalistas denunciarem os abusos, a violência, a tortura. Essa imprensa se caracterizava como oposição e resistência ao modelo político vigente. Destaca-se, ainda, que ela não era homogênea. Havia uma diversidade de periódicos, com características distintas. O ponto em comum entre eles era a crítica contra os discursos oficiais e as práticas políticas da época. Nesse sentido, o *Jornal Sem Terra* é entendido como um *jornal alternativo*, que se

²⁵ WOITOWICZ, K. J., *Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*, p. 13.

²⁶ BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 73.

²⁷ CAPELATO, M. H., *Imprensa e História do Brasil*, p. 10.

configurou ao longo de sua existência como um espaço de resistência e oposição aos governos brasileiros.

Sublinhe-se que a construção da tese se enveredou também pelos aportes teórico-metodológicos da chamada *história cultural*, em especial, da que segue a perspectiva de Roger Chartier. Para este historiador, a preocupação central da *história cultural* é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”²⁸. Desse modo, o conceito *representação* se configurou como basilar para se entender a elaboração dos discursos do MST, no *Jornal Sem Terra*, sobre os presidentes brasileiros. O *Jornal Sem Terra* caracteriza-se como uma *prática discursiva* que, na organização do Movimento, se revela um recurso privilegiado por meio do qual se constroem representações sobre diversas e distintas experiências históricas.

Assim, os trabalhos de Chartier²⁹, somados às reflexões de Pierre Bourdieu³⁰, foram significativos para a compreensão do conceito *representação* e para sua aplicabilidade nos estudos históricos. De acordo com estes pesquisadores, as *representações* são construções sociais da realidade em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e dos de seu grupo³¹. Dessa forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertencem criam representações de si mesmos e de outros grupos e fundamentam suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam a construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos.

Outro conceito relevante, o de *ideologia*, auxiliou a pensar as representações efetuadas pelo MST sobre os presidentes FHC e Lula. Essas representações, produzidas no *Jornal Sem Terra*, estão ligadas às *concepções ideológicas* do MST. As reflexões de Terry Eagleton, Andrew Vincent e Slavoj Žižek também contribuíram para o entendimento do conceito *ideologia* e auxiliaram na avaliação de que os discursos produzidos pela Direção Nacional do MST, através do *Jornal Sem Terra*, são ideológicos por essência e intentam construir

²⁸ CHARTIER, R., *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

²⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002; *A Nova História Cultural existe?* In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006; Entrevista com Roger Chartier. *Pós-História – Revista de Pós-Graduação em História*, Assis, v. 7, p. 11-30, 1999; Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/issue/view/74>. Acesso em: 20 de março de 2012.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996; *A Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011; *O poder simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

³¹ No segundo capítulo da tese, o conceito *representação* será abordado de maneira mais detalhada, na perspectiva de ser um instrumento relevante para analisar os discursos produzidos no *Jornal Sem Terra*.

representações sobre diversas e distintas questões que envolvem a organização do Movimento, seus aliados e seus adversários na luta pela reforma agrária.

O Movimento expressa nas páginas do jornal as posições políticas e ideológicas que sustentam e que dão sentido às suas práticas. Essa questão remete às reflexões de Tânia Regina de Luca, em sua obra *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, que é de fundamental importância como subsídio teórico e metodológico para a pesquisa, sobretudo no que diz respeito às leituras e aos tratamentos dos periódicos como fonte histórica. Luca demonstra, através da análise do periódico *A Revista do Brasil* (1916-1925), que os intelectuais do início do século XX expressavam suas ideias e construíam imagens e representações sobre o ideal de sociedade que deveria ser construída. Por meio das páginas da revista, eles intentavam fundar, ou criar um “projeto de nação”³².

O diálogo com a *história política*, ou *nova história política* foi de fundamental relevância, uma vez que a relação MST, *Jornal Sem Terra* e presidentes/governos perpassa a dimensão do *político*, do *poder*, como dissera Francisco Falcon³³. Nessa perspectiva, destacam-se as reflexões de René Rémond que contribuiu significativamente com a historiografia, sobretudo, na maneira de repensar o *político*, isto é, nas diversas e distintas formas em que o político se manifesta no meio social.

De acordo com Rémond, a definição de *político* é abstrata, tendo como referência mais constante o *poder*. Assim, “a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”. No entendimento de Rémond, o político não pode ser considerado um campo, ou domínio isolado, tampouco se reduz à relação direta com o Estado. Nessa direção, manifesta-se nos diversos grupos sociais e se comunica com outras atividades humanas, ou melhor, está relacionado e imbricado com “outros níveis da realidade”³⁴.

A *história cultural* trouxe para o centro de preocupações dos historiadores uma série de temas até então desprezados ou abordados de maneira secundária. Somada a essa ampliação de *objetos* consolidou-se a ampliação da noção de fontes históricas. Com isso, a imprensa se tornou objeto de estudo e fonte significativa para a história. No Brasil, ainda que esse processo seja tardio (se comparado a países europeus), existe um grupo considerável de pesquisadores que se dedicam a estudar fenômenos históricos e que se utilizam da imprensa como fonte.

³² LUCA, T. R. de., *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, p. 18.

³³ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

³⁴ RÉMOND, R., *Por uma História Política*, p. 444-449.

A obra intitulada *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*, organizada por Lúcia Maria B. P. Neves, Marco Morel e Tania Maria B. da C. Ferreira propicia excelente panorama de como a imprensa tem sido estudada sob diversas perspectivas e abordagens, sendo as representações culturais e políticas significativas no redimensionamento da imprensa como fonte para o historiador. Superou-se a perspectiva limitada de observar a imprensa como portadora dos *fatos* e das *verdades*, ou como não digna de *confiança* para os estudos históricos. Também deixaram-se “para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinados estritamente por uma infra-estrutura socioeconômica”³⁵.

A imprensa, por intermédio dos discursos publicados, elabora representações sobre inúmeros fatos, pessoas e grupos. Carla Siqueira salienta que a imprensa é uma “instituição de peso estratégico” para a definição de conteúdos e expectativas do exercício da cidadania e de repercussões políticas dos grupos à qual é vinculada. Assim, a imprensa não se torna apenas relevante para a conformação de idéias, mas “também na importância desse seu lugar como revelador da tessitura complexa do pensamento coletivo”. Para tanto, “mais do que nos lugares onde o pensamento aparece formalizado, no discurso jornalístico afloram a emoção, a imaginação, o preconceito, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas”. No que tange aos historiadores, a imprensa se configura como um lugar de “aventura interpretativa dos indivíduos sobre seu próprio tempo”. Ao analisar os discursos expressos na imprensa, Siqueira descreve que “a historicização dos atos de fala realizados por meio dos jornais expõe não só as intenções fundadoras do discurso e seus significados, mas também os efeitos imprevistos da realidade, que abrem fissuras na ordem que os textos tentam construir”³⁶.

Maria Helena Capelato auxilia de modo significativo os estudos sobre a história da imprensa no Brasil e sobre a reflexão teórico-metodológica que envolve o trabalho com impressos. Ao estudar a denominada *grande imprensa* em São Paulo, em especial, o jornal *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, aponta caminhos interessantes para o trabalho com a mídia impressa. Destaca a riqueza dos periódicos na construção e reflexão dos fenômenos

³⁵ NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. da C., *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*, p. 10.

³⁶ SIQUEIRA, C., *Sensacionalismo e Retórica Política em Última Hora, o Dia e Luta Democrática no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*, p. 423.

históricos, bem como os cuidados e as precauções necessárias ao pesquisador no tratamento desse tipo de fonte.

A autora segue a perspectiva de que os periódicos são fontes valiosas para se compreender o passado e a dinâmica dos sujeitos e grupos ligados diretamente e indiretamente com a produção do jornal. “A imprensa registra, comenta e participa da história”. Ela é um dos mananciais mais férteis para o conhecimento do passado, “a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”³⁷. Nessa direção, em outra obra, intitulada *O Bravo Matutino*, escrita em parceria com Maria Lígia Prado, Capelato e Prado negam a perspectiva de que a imprensa é um “mero veículo de comunicação”, que transmite os acontecimentos de forma neutra e imparcial, e que se constitui isoladamente da realidade em que está inserida³⁸.

Tânia Regina de Luca é outra historiadora que colabora no trabalho com periódicos. Em suas reflexões sobre a “história dos, nos e por meio dos periódicos”, oferece subsídios interessantes para o estudo com o *Jornal Sem Terra*³⁹. Assim como todas as fontes, os periódicos possuem tratamentos específicos. Eles são direcionados a um determinado público alvo e podem proporcionar muitas armadilhas ao pesquisador, caso ele não esteja minimamente preparado teoricamente para trabalhá-los. Por que a produção de tal notícia? Quem produziu? Para quem? Como? Quando? Em que contexto? Quais são as pretensões e intencionalidades dos discursos? A qual público é direcionado? Estas são indagações fundamentais na análise dos periódicos.

Outra questão fundamental assinalada por Luca no trabalho com periódicos diz respeito à “materialidade”, que não tem nada de natural. As preocupações dessa autora vão ao encontro das perspectivas de Capelato, no sentido de que é necessário criar um método de análise dos jornais, no qual o conhecimento teórico da natureza da fonte minimizará o risco de o pesquisador reproduzir apenas os discursos contidos no periódico. Segundo Capelato, “conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso,

³⁷ CAPELATO, M. H., *Imprensa e História do Brasil*, p. 13.

³⁸ CAPELATO, M. H; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

³⁹ LUCA, T. R. de., História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

tratamento adequado de fonte e reflexão teórica. Sem esses ingredientes corre-se o risco de repetir para o leitor, aliás, sem o charme do jornal, a história que ele conta”⁴⁰.

Torna-se necessário não apenas descobrir se as notícias são verdadeiras ou falsas, mas também problematizar as circunstâncias que a envolvem, uma vez que as notícias não estão isoladas de um contexto histórico. Maurice Mouillaud apresenta discussões significativas acerca da produção de informações pelos jornais⁴¹. Ele parte do pressuposto de que os periódicos devem ser lidos para além daquilo que está explícito, posto que as informações podem ser apenas uma “parte da sombra”, e que, nos discursos, pode haver diversas relações de interesses e tensões, tanto políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Ao se preocupar com a produção da notícia jornalística, Mouillaud debruça-se sobre meandros que envolvem a construção, a distribuição e a recepção do jornal; destaca que este se fundamenta nos acontecimentos e fatos do presente. Para tanto, os discursos produzidos têm intencionalidades, criam sentidos para os acontecimentos, de forma coerente e ordenada, a fim de alcançar os resultados desejados⁴². Por meio do jornal, muitas vezes, as experiências históricas passam a ser *domesticadas* e os discursos *dignos* de serem publicados são resultados de acordos, implícitos e explícitos social, econômica e politicamente.

Na tese, em vista de uma perspectiva metodológica, os editoriais do *Jornal Sem Terra* são o cerne das análises. A escolha dos editoriais se justifica porque esse espaço é exclusivo da Direção Nacional, que o utiliza para falar em nome do MST. Por meio dos editoriais, a Direção Nacional do Movimento se posiciona e expressa representações, especialmente relativas à figura de presidentes, sobre diversos assuntos, os quais, sua maioria, são direcionadas às políticas e ações dos governos. Ressalta-se que, em outras seções do jornal, a organização do Movimento também constrói representações sobre presidentes e governos. Essa opção metodológica não anulou a possibilidade de se recorrer a notícias e artigos publicados no interior do periódico. É importante salientar que a *recepção* das representações construídas no *Jornal Sem Terra* não foi foco da pesquisa. Sobre isso, lembra-se a importância desse tipo de estudo e a carência de trabalhos que apontam para a questão da recepção relativamente aos discursos dos periódicos.

⁴⁰ CAPELATO, M. H., *Imprensa e História do Brasil*, p. 23.

⁴¹ MOUILLAUD, M. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 37-47.

⁴² MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou fato em questão. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 49-83.

Em entrevista, os editores do *Jornal Sem Terra* salientaram que os editoriais eram de responsabilidade da Direção Nacional do MST. Débora Lerrer diz: “sempre foram”⁴³. Em cada edição, algum representante da Direção Nacional ficava responsável por escrever o editorial. Sobre os editoriais, Igor narra que:

O editorial é a mensagem política do MST. É a mensagem que nós queremos que a nossa militância receba e que isso vai contribuir na sua ação política. Então, a responsabilidade do editorial é da Direção Nacional do MST. É sempre um companheiro da Direção, varia bastante de quem escreve, depende muito do tema, depende muito da discussão. Mas é sempre um debate que nós queremos propor que a nossa militância faça e que é um debate importante na constituição e consolidação e nos rumos do Movimento⁴⁴.

Os editoriais, conforme apontado, refletem as concepções políticas e ideológicas da Direção Nacional do MST. Em relação ao estudo de editoriais, destaca-se o trabalho de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. O livro das autoras, intitulado *O Bravo Matutino*, é a fusão de suas dissertações de mestrado, defendidas na Universidade de São Paulo (USP), em 1974. Essa obra foi profícua como referência teórico-metodológica para a análise do *Jornal Sem Terra*. As autoras examinaram editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*, entendendo-os como a expressão daquilo que o grupo que comandava o jornal queria dizer. Isto é, um editorial nunca é escrito de forma deslocada de pensamentos e ideologias de seus produtores e grupos a ele ligados.

Os editoriais foram entendidos pelas autoras como “formadores de opinião”. Os representantes do jornal os produziam para atuar no cenário político da época e utilizavam o periódico para fomentar um projeto idealizado de Brasil e São Paulo. No jornal, era erigido um projeto político, ancorado nas concepções políticas e ideológicas de seus representantes e, também nos editoriais, evidenciavam-se suas preferências políticas na época⁴⁵. No jogo político, os representantes do jornal se posicionavam de um lado da disputa. No caso, *O Estado de São Paulo* era defensor do “liberalismo”, mas daquele que convinha aos interesses da classe dominante, ou seja, o liberalismo defendido para o Brasil tinha suas especificidades e ambigüidades: ao mesmo tempo em que era liberal, também era conservador e, por vezes, autoritário. As autoras trabalharam com os editoriais ao longo do tempo e perceberam as continuidades e as rupturas dos discursos. Assim, analisaram as ações, reformulações e

⁴³ Débora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

⁴⁴ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

⁴⁵ CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L., *O Bravo Matutino*, p. 23; 30-31; 61-66.

acomodações do pensamento dos representantes do periódico, indicaram suas permanências, contradições, e em que medida as mudanças da conjuntura política e econômica (1927-1937) alteraram a linha de reflexão do jornal.

Em relação ao estudo proposto na tese, a partir dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, há que mencionar que *charges* eram parte constitutiva importante desses editoriais; e que sobre elas também são direcionados registros e análises. Compreende-se que as *charges* não estão deslocadas das representações construídas pelos discursos escritos. Muito pelo contrário, elas são portadoras de representações que vão ao encontro do que está escrito nos editoriais e, de maneira geral, em notícias e artigos que fazem parte do jornal.

No caso do *Jornal Sem Terra*, as *charges* sempre acompanharam os seus editoriais, exceto, a partir de julho de 2007. O que poderia ter gerado o desaparecimento das *charges*, em especial, nos editoriais? Seria o *estilo* de editoração dos novos editores do jornal? A Direção Nacional do MST resolveu aleatoriamente não publicar mais *charges*? Seria para a redução de custos do periódico? As entrevistas efetuadas com Igor Felipe Santos e Joana Tavares, editores do jornal a partir de 2007, sinalizam que “não houve uma definição política de parar com a publicação das *charges* junto aos editoriais”⁴⁶. Isto é, não houve discussão entre os envolvidos na produção do jornal em torno da publicação ou não das *charges*. Interpreta-se que a não publicação, a partir de 2007, estava associada, sobretudo, ao estilo e à avaliação dos profissionais que passaram a compor a editoração.

A fala de Igor revela que, nesse período, havia uma tensão na produção do jornal, no sentido de que este tinha que passar por transformações em relação a tempos pretéritos. As mudanças eram pautadas no estilo de editoração a ser adotado. Nesse processo, como disse Igor, as *charges* “caíram”. Conforme o entrevistado, “na verdade, acho que ninguém era contra as *charges*, mas também ninguém fazia muita questão. E, elas caíram. É algo muito natural”⁴⁷. Igor não interpreta a retirada das *charges* como um motivo político, nem como discordância no interior do MST, pois tenta evidenciar que o trabalho no jornal era harmonioso, decidido coletivamente. Contudo, deixa pistas de que não gostava muito das *charges* e, para quem editorava o jornal, isso tinha um peso significativo. Para Igor, as fotografias, como recursos imagético, eram mais eficazes para os propósitos e objetivos do MST. Mesmo reconhecendo a importância e o valor das *charges*, demonstra que era melhor a

⁴⁶ Joana Tavares. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

⁴⁷ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

utilização de fotografias no *Jornal Sem Terra*. Em determinado momento chega a dizer: “a idéia é trabalhar com fotos”⁴⁸.

Cumprir pontuar que, na tese, parte-se do pressuposto de que as charges, assim como as imagens, configuram-se como “evidência histórica”⁴⁹. Autores como Boris Kossoy⁵⁰, Gisèle Freund⁵¹, Ana Maria Mauad⁵², Maria Ciavatta⁵³ e Alberto Manguel⁵⁴, ao trabalhar com *fotografias* (exceto Manguel que trabalhou com pinturas em quadros), foram relevantes para compreender questões teórico-metodológicas que envolvem o estudo de imagens, conseqüentemente, das charges.

De maneira geral, esses pesquisadores compreendem as imagens como um fragmento do passado, ou como fração do real, e não como se elas fossem a própria experiência histórica. As imagens, como uma construção efetuada por alguém, ou por algum grupo, visam a representar o mundo, ou a criar representações sobre o mundo. Toda imagem é histórica, assim, para o historiador, o estudo das imagens é o estudo da historicidade destas imagens. Nesse sentido é que, em diversos trabalhos de história há críticas à utilização de imagens apenas como ilustração, uma vez que as fontes imagéticas não estão isoladas do contexto sócio-político e cultural em que foram produzidas, pensadas e investidas de sentidos.

Boris Kossoy entende a imagem como um micro-cenário do passado, em que sua construção envolve uma gama de relações, intencionalidades e tensões. Ela não reúne em si só o conhecimento do passado. O autor destaca que, na análise de imagem, se fazem necessárias informações de outras naturezas para sua compreensão e interpretação⁵⁵. Não basta coletar a imagem e dizer que seu conteúdo já é a experiência histórica. Assim, necessita-se procurar outras fontes que possam trazer informações sobre os registros em dado momento histórico. Desse modo, outras pistas e formas de conhecimento são imprescindíveis para sua compreensão crítica e contextualizada. As imagens, encaradas como “documento/monumento”, necessitam passar por um processo de análise crítica. É preciso fazer perguntas às imagens, pois elas foram criadas com intencionalidades, carregadas de sentidos, aparentemente não visíveis.

⁴⁸ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

⁴⁹ BURKE, P., *Testemunha Ocular: história e imagens*, p. 11.

⁵⁰ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª Edição Revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁵¹ FREUND, Gisèle. *Fotografia e Sociedade*. Trad. Pedro Miguel Frade. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 1995.

⁵² MAUAD, A. M., *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 1-15, 1996.

⁵³ CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900 - 1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

⁵⁴ MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. Uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵⁵ KOSSOY, B., *Fotografia & História*, p. 78.

As imagens contidas nas diversas publicações do MST são utilizadas para afirmar aquilo que os militantes e dirigentes visualizam para o grupo. Elas denotam suas visões de mundo e práticas que o Movimento quer que seus integrantes desenvolvam. Sendo assim, as imagens são utilizadas para reafirmar os discursos produzidos pelo Movimento. Nesse sentido, acredita-se que “não haveria realidade fora dos discursos que a revelam”⁵⁶.

Mas afinal, o que são charges? Entre os pesquisadores que estudam essa modalidade discursiva, existem algumas definições técnicas. O termo *charge* deriva da palavra francesa *charger*, que significa *carregar, exagerar*. Rosildo Raimundo de Brito chama a atenção para a problemática de caracterização do que seria charge, haja vista que, no jornalismo, é considerada uma modalidade caricatural, possibilitando interpretações distintas⁵⁷. Por vezes, as charges são interpretadas semelhantemente à caricatura e ao cartum. Não existe uma interpretação unívoca do que seriam cada uma, nem o que seria a fronteira que separa uma de outra. Há diversas interpretações sobre essa questão. Em seu trabalho sobre “charge jornalística”, Carlos Edson Romualdo subsidia essa discussão. O autor considera o *cartum* como uma representação genérica e atemporal; a *charge* como a representação crítica de determinado fato, personagem ou acontecimento, geralmente político e com limitação temporal; e a *caricatura*, uma representação exagerada, proposital, partindo das características mais alusivas dos indivíduos ou fatos⁵⁸.

De acordo com José Marques de Melo, no universo jornalístico, caricatura e charge estão imbricadas, ou seja, as características de ambas estão nas representações chargísticas. Para tanto, define o que seria uma e outra: a) caricatura – “retrato humano que exagera ou simplifica traços, acentuando detalhes ou acentuando defeitos. Sua finalidade é suscitar risos, ironia. Trata-se de um retrato isolado”; b) charge – “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista e que, tanto pode se apresentar através de imagens, quanto combinando imagem e textos (títulos, diálogos)”⁵⁹. Cabe destacar que as charges não são produzidas apenas sob a *ótica do desenhista*, conforme disse Melo, mas também sob a ótica do grupo ligado ao periódico em que a charge é publicada. As charges podem ser *encomendadas*. As charges produzidas no *Jornal Sem Terra* se caracterizam em sua essência

⁵⁶ MAUAD, A. M., *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*, p. 4.

⁵⁷ BRITO, R. R. de. *A Opinião no Riso: uma análise da intertextualidade na construção da significação de charges na imprensa paraibana*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande.

⁵⁸ ROMUALDO, C. E., *Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia*, p. 21.

⁵⁹ MELO, J. M. de., *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*, p. 167-68.

como elementos chargísticos e caricaturais, pois elas têm o humor, a política e a representação exagerada dos fatos como dimensões preponderantes.

Na visão de Rozinaldo Miani, a charge é herdeira da caricatura e deve ser entendida “enquanto uma representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico”⁶⁰. O desenho, a linha, o espaço, o plano, o ponto de enfoque, o volume, a luz, a sombra, o movimento, a narrativa, o balão, a onomatopéia e o texto verbal são elementos constitutivos e que estruturam a charge. Por ora, esses elementos, necessariamente, não precisam aparecer todos juntos na charge. Miani salienta outros elementos característicos da charge: o “humor”, através da linguagem iconográfica; a “efemeridade”, isto é, a charge é erigida para destacar determinado fato ou momento; e a “apresentação física”, em que o artista recorre geralmente a um quadro para abordar o assunto (raramente o chargista recorre a dois ou mais quadros na construção da charge), todavia, a charge não se restringe apenas a um quadro⁶¹.

Outros aspectos fundamentais que acompanham as charges são o *humor*, a *ironia* e a *sátira*. As charges, além de seu conteúdo político, objetivam causar risos nos leitores. O discurso humorístico explorado pelo chargista, que se baseia na ironia e na sátira, por vezes, se reveste de *sentido contrário*. Ou seja, diz uma coisa, quando, na verdade, o sentido implícito é outro. Conforme Luís Fernando Lopes, a ironia é utilizada para produzir efeitos de sentido. No seu entender, “a ironia se refere a uma figura de pensamento que nos leva a sugerir, numa palavra, numa expressão ou numa frase, algo diferente do que elas literalmente designam”⁶². Para Brito, a charge é a representação máxima da ilustração satírica, em que o chargista trabalha com a dualidade do “sério” e do “ridículo”. Isto é, as representações contidas nas charges têm as dimensões da crítica e do humor que, por vezes, ridicularizam aquilo que está sendo representado⁶³. As charges podem ser produzidas a partir de diversos fatores: sociais, políticos, econômicos ou culturais. No *Jornal Sem Terra*, as charges que acompanham os editoriais são, sobretudo, de cunho político e os presidentes são os alvos das representações.

O estudo das charges no *Jornal Sem Terra* possibilitou avaliar que elas não foram inseridas no periódico apenas como forma de distrair os leitores. Elas visam precipuamente a

⁶⁰ MIANI, R. A., *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, p. 3.

⁶¹ MIANI, R. A. *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, p. 3-4.

⁶² LOPES, L. F., *Charge Jornalística: estudo do discurso chargístico da Folha de São Paulo veiculado no período da crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)*, p. 59.

⁶³ BRITO, R. R. de. *A Opinião no Riso: uma análise da intertextualidade na construção da significação de charges na imprensa paraibana*, p. 29.

alertar, denunciar, levar à reflexão. Não obstante, também se caracterizam, seguindo concepção de Miani, como “instrumento de persuasão”, “intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor, e criando um sentimento de adesão que pode culminar com um processo de mobilização”⁶⁴. Nas charges, o elemento cômico é revestido de crítica analítica; carrega em si o humor, mas tem intenso conteúdo discursivo crítico sobre aquilo que quer retratar.

Outro aspecto a acrescentar é que sua forma de expressão é eminentemente “dissertativa”. As charges buscam expor idéias, narrar fatos, acontecimento, de acordo com o autor e/ou grupo a que está vinculada. É possível dizer que a charge se configura como um texto iconográfico, com objetividade, sentidos e intencionalidades perante os seus receptores. Sua construção implica, entre outros objetivos, comunicar, levar à reflexão, construir representações para os receptores. Por essa perspectiva, as charges não podem ser visualizadas como simples diversão ou humor, pois são representações de experiências históricas, elaboradas a partir de concepções e olhares de determinados grupos.

Para se compreenderem as charges torna-se necessário conhecer também o trabalho do chargista. O chargista interage com a existência de significações não manifestas, mas subtendidas, “de forma que isso nos obriga a recuperar toda uma série de informações para melhor compreender a gama possível de significados”⁶⁵. Sob essa perspectiva, a compreensão das charges publicadas nos periódicos, sob análise, exige que se recorra ao entendimento de determinadas questões que podem estar subtendidas. Em síntese, há que se conhecer o contexto, o momento histórico em que as charges foram produzidas; identificar os receptores, a quem eram direcionadas, e ainda as críticas implícitas na imagem. Desse modo, na análise das charges, não é possível isolá-las de outras informações; é preciso entrecruzar o momento histórico com a produção da imagem.

No caso do *Jornal Sem Terra*, verifica-se que, grande parte das charges eram publicadas nos editoriais. De forma humorada, irônica, crítica e satírica, elas iam ao encontro daquilo que a Direção Nacional do MST queria representar em cada editorial. Não apareciam deslocadas do contexto e nem dos discursos produzidos.

Nesse sentido, para compreensão das charges como fonte histórica, tornou-se relevante indagar: quem era o autor da charge? O chargista era do MST? As charges eram encomendadas? Onde e em que contexto foram produzidas? Quais as relações do chargista

⁶⁴ MIANI, R. A. *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, p. 4.

⁶⁵ LOPES, L. F., *Charge Jornalística: estudo do discurso chargístico da Folha de São Paulo veiculado no período da crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)*, p.49.

com o MST? Quais eram os conteúdos iconográficos e iconológicos revelados nas charges? Como ocorria o processo de produção das charges publicadas no *Jornal Sem Terra*?

A produção das charges publicadas no *Jornal Sem Terra* era realizada por chargistas considerados *amigos do MST* e simpatizantes das lutas do Movimento. Isto é, eram profissionais que colaboravam com o Movimento por compartilharem de suas lutas e projetos. Também, existiam algumas colaborações esporádicas de ilustradores que integravam o corpo de militantes da organização⁶⁶. Os nomes mais recorrentes nas charges, a partir do ano de 1984, eram os de Celso Schoreder (1984-1985), Corvo (1984-1985), Vilachã (1985), Bira (1985-1987), Falkon (1987), Brito (1987-1989), Rubens (1987-1988), Elda Broilo (1989), Hércules (1991-1993), Luiz Carlos dos Santos “Luscar” (1993-2002), José Alberto Lovreto “JAL” (1993-1995), Gilberto Maringoni (2002) e Márcio Baraldi (1998-2007).

As charges de Luscar⁶⁷ e Márcio Baraldi⁶⁸, por estarem inseridas na temporalidade da problemática da tese, foram relevantes para o entendimento das representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula. Foram analisadas setenta e nove imagens – dessas, sessenta e seis são charges e treze são capas do jornal e fotografias. Destaca-se que as publicações das charges tinham o aval dos editores e da Direção Nacional do MST. Nessa perspectiva, elas estavam de acordo com aquilo que a organização do Movimento queria representar aos seus integrantes. No periódico não havia um profissional especializado para criar as charges. O editor Igor Felipe Santos salienta que “tinha um chargista que prestava serviço pra nós”⁶⁹.

As charges eram produzidas e o MST pagava o trabalho dos profissionais com uma *contribuição simbólica*. Conforme Cristiane, “a gente pagava uma coisa simbólica, não lembro exatamente o valor. Ele não fazia de graça, mas também não cobrava o preço de mercado”⁷⁰. Por mais que não se cobrasse o preço de mercado, havia uma relação comercial na produção dessas charges. Mas, essa relação era mediada pela proximidade entre chargistas

⁶⁶ No *Jornal Sem Terra*, muitas charges não eram assinadas, o que dificultou um pouco o trabalho.

⁶⁷ Luiz Carlos dos Santos, conhecido profissionalmente como *Luscar*. Iniciou sua carreira como cartunista em fins da década de 1960 na imprensa paulista. Nas décadas seguintes, se consolidou como um profissional talentoso e reconhecido nacionalmente no meio dos cartuns, sobretudo, por sua participação no *Pasquim*. Dentre suas criações e trabalhos, destaca-se o livro *Cornélius* (1970) e a série *Dr. Baixada* (1980).

⁶⁸ Marcio Baraldi é cartunista profissional desde 1983, quando iniciou sua carreira no Sindicato dos Químicos do ABC. É chargista no Sindicato dos Bancários de São Paulo há 12 anos. Também colabora com o Metroviários, Médicos, Psicólogos, Bancários do ABC, Sindsaúde, Apcef, Apeosp, SEEL-SP, entre outros. Publica trabalhos mensalmente nas revistas *Rock Brigade*, *Roadie Crew*, *Metalhead*, *Tattoo*, *Dynamite*, *Sem Fronteiras*, *Viração*, *Educação e Família*, além do jornal *Brasil de Fato*. Foi premiado com o prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos no ano de 2002 e, com o prêmio Ângelo Agostini, em 2003. No site de Márcio Baraldi é possível visualizar as charges que ele produziu ao longo de sua carreira, sendo que muitas delas foram publicadas no *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1998 e 2007. Ver: www.marciobaraldi.com.br.

⁶⁹ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

⁷⁰ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

e MST. O fato de não cobrarem o valor de mercado para o MST era pautado na simpatia dos chargistas para com as lutas e ações do Movimento. A narrativa de Cristiane vai ao encontro do que outros editores entrevistados disseram e permite compreender o processo e a dinâmica de produção das charges nos editoriais do jornal:

Acho que era bem importante, tanto que o editorial era produzido, eu mandava o texto pro Baraldi e aí ele pegava e fazia. Às vezes acontecia de falar: “ah, Baraldi ficou meio assim, vamos fazer outra, será que não rola uma outra coisa, eu pensei assim e assado”. A gente trocava umas ideias, ou não, às vezes já era, porque às vezes a charge chegava 10 horas da noite, no fechamento do jornal. Mas, acho que é bem importante a presença da ilustração, da charge⁷¹.

Percebeu-se nas entrevistas com os editores que eles valorizavam o recurso imagético, o uso das charges no jornal. Para Nilton, a charge era importante no jornal e auxiliava na compreensão dos discursos escritos. A escrita e a imagem eram pensadas e publicadas com o propósito de trazer mensagens para os leitores e criar representações a partir da visão de mundo do MST. A imagem auxiliava no entendimento dos temas tratados. Segundo Nilton:

Nós procurávamos associar sempre o conteúdo com a charge. Normalmente a gente pedia, os companheiros mandavam, e falava: “oh, vamos tratar de tal tema”. Enfim, pra nos auxiliar no entendimento da mensagem que nós queríamos passar para os companheiros, para a militância. Sempre foi muito aceita, muito bacana, muito bem feita as ilustrações e nos ajudaram bastante nesse contexto⁷².

Observou-se que, nos editoriais, as charges iam ao encontro daquilo que estava escrito. Em um ou mais quadros, sintetizava-se o que o editorial queria expressar. Cristiane pontua que as charges poderiam comunicar “diretamente”, sobretudo, em relação às pessoas que não tinham muitos estudos e dificuldades em entender a linguagem escrita. A charge se caracterizava como um componente pedagógico. Elas ajudavam “muito a entender”⁷³, como disse Nilton. Sobre as charges, Cristiane sublinha que “você olha, de repente, você nem precisa ler muito o editorial para saber que mensagem se quer passar com aquilo”⁷⁴.

Como se percebe, as charges possuem uma natureza que as caracteriza, e o pesquisador precisa conhecer suas especificidades, no intuito de ampliar seus horizontes de

⁷¹ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

⁷² Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

⁷³ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

⁷⁴ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

interpretação. As charges se utilizam de recursos visuais e linguísticos. Desse modo, o seu caráter artístico também se transforma numa prática política, ligada a determinado grupo, expondo a crítica sobre determinadas questões. Nesse sentido, ela também tem caráter ideológico. As charges sempre lidam com o fato de como um grupo vê o *Outro*, e suas ações. No *Jornal Sem Terra*, acompanhando os editoriais, as charges representavam o como a organização do MST compreendia determinadas ações dos grupos, sobretudo a dos presidentes brasileiros, assim como as ações dos governos desses presidentes. Isso ratifica ser a charge revestida de significação política e ideológica. O humor é latente nos traços, mas seu potencial discursivo transcende esse aspecto. Para Laura Nery, as charges publicadas na imprensa, a partir do seu conteúdo discursivo ideológico, possuem “poder de personificação”⁷⁵. Isto é, capacidade de combinar metáforas, representações e símbolos através dos traços.

Rozinaldo Miani entende a charge como uma prática discursiva “reveladora de idéias e expressão ideológica de uma determinada posição política que está no exercício do poder”⁷⁶. O autor entende que toda linguagem e discurso são ideológicos e construídos social e historicamente, por meio das diversas relações sociais dos grupos. “Todo signo é ideológico, caracterizado com uma realidade ideológica, que tem sua materialidade e que se constrói no ambiente social da comunicação, pela interação verbal”⁷⁷. Nessa direção, entende-se que as representações do MST sobre os presidentes brasileiros são de caráter ideológico, a partir das convicções políticas, sociais e culturais da Direção Nacional do Movimento.

Por ser um discurso ideológico, as charges se transformam também num discurso *persuasivo*. Isto é, objetiva convencer os seus receptores, a partir das ideias e concepções do grupo que as criou. Essa perspectiva de análise é pertinente, pois o MST, por meio de seu jornal, intenta *persuadir* seus integrantes e simpatizantes, de maneira a fazê-los acreditar que os discursos (escritos e imagéticos) produzidos no impresso são as experiências históricas efetivamente vividas.

Mais que informar, os discursos visam a *agir* nas experiências históricas, e o MST faz de seu discurso um ato persuasivo. Ao se tornar característica no interior dos periódicos, a charge conquista espaço como material de opinião e revela “a sua potencialidade política e

⁷⁵ NERY, L. Charge: cartilha do mundo imediato. *Revista Semear*. Rio de Janeiro/PUC, v. 12, nº 7, novembro de 2001. s/p. Disponível em: http://www.letas.puc-rio.br/catedra/revista/7Sem_10.html. Acesso em: 08 de setembro de 2011, às 10h.

⁷⁶ MIANI, R. A., *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, p. 9.

⁷⁷ MIANI, R. A. *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, p. 6.

ideológica enquanto manifestação de linguagem”⁷⁸. A charge se torna fonte importante para analisar experiências passadas, haja vista que sua produção é marcada por acontecimentos históricos de determinada época, inserida nas relações sociais, políticas, econômicas ou culturais de determinados grupos. Assim, toda charge é portadora de uma *memória histórica*.

Compreende-se a charge como construtora de representações, caracterizando-se como elemento iconográfico e iconológico, revestida de linguagem verbal e não verbal. Para tanto, a charge no *Jornal Sem Terra*, assim como o texto escrito, caracteriza-se como uma prática discursiva carregada de significação política e ideológica. Muito mais que um recurso humorístico e lúdico, a charge intenta personificar e persuadir. É necessário ressaltar que as charges têm sido estudadas por diversos pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, a partir de perspectivas teórico-metodológicas distintas, por exemplo, os estudiosos dos campos da Linguística e da Semiótica. Como fontes, as charges foram tratadas a partir de seu contexto histórico e das condições em que foram pensadas e construídas. Enfim, objetivou-se entender sua historicidade, intencionalidades e representações.

Acrescenta-se que o método de análise desenvolvido por Boris Kossoy foi relevante para a compreensão das charges publicadas no *Jornal Sem Terra* e vai ao encontro das considerações desenvolvidas na tese. O autor propõe um método interpretativo que consiste na “análise iconográfica e interpretação iconológica”⁷⁹. A primeira corresponde à leitura do conteúdo, dos traços, daquilo que está visível, os detalhes. Na interpretação iconológica exige-se uma leitura para além do conteúdo visível, permitindo a compreensão dos significados, as intencionalidades, enfim, aquilo que não está explícito na imagem. Neste processo, a análise iconográfica e a interpretação iconológica ocorrem simultaneamente.

É preciso observar nas charges os personagens, as cenas, os elementos surpresas, a dramaticidade, a harmonia, enfim, todos os detalhes de sua composição. Os detalhes nas charges são pistas para a interpretação dos sentidos que são sugeridos pela ilustração. Ao se mencionar a importância dos detalhes nas imagens recorre-se às reflexões de Carlo Ginzburg, que escreve sobre a emergência de um modelo epistemológico que cresceu silenciosamente nas Ciências Humanas e se consolidou no final do século XIX. Trata-se do “paradigma indiciário”, ou “método indiciário”, do italiano Giovanni Morelli. Este método é interessante para a pesquisa histórica, pois faz pensar nos pormenores, elementos geralmente negligenciados ao primeiro olhar. Coisas “insignificantes”, detalhes, vestígios, muitas vezes

⁷⁸ MIANI, R. A. *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, p. 5.

⁷⁹ KOSSOY, B., *Fotografia & História*, p. 97-121.

são imprescindíveis para melhor entendimento das fontes. De acordo com Ginzburg “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinas, indícios – que permitem decifrá-la”⁸⁰.

Assim, ler imagens é uma atividade desafiadora. Tal afirmativa faz lembrar Alberto Manguel quando diz “somos essencialmente criaturas de imagens, de figuras”. O autor considera as imagens fontes relevantes para informar sobre as experiências históricas. Nesse sentido, qualquer imagem pode ser lida, interpretada. Ao comparar as imagens com as palavras, destaca que estas fluem constantemente, diferentemente das imagens. Elas se apresentariam à nossa consciência instantaneamente, encerradas em sua moldura⁸¹. Sobre isso, o autor está pensando na parte física da imagem, pois os sentidos e os significados dos traços transcendem suas molduras.

Não se vê uma pintura, uma imagem em seu estado fixo, aprisionada naquilo que a moldura pretende limitar. O pesquisador necessita visualizar a imagem traduzida nos termos de sua própria experiência. Para tanto, precisa ter conhecimento prévio acerca do que ela busca expor, isto é, quais representações pretende construir. É necessário ir além dos traços, ultrapassar a moldura, por vezes, seus sentidos e significados. “Misteriosamente, toda imagem supõe que eu a veja”⁸². As imagens precisam ser encaradas como “narrativa” e lidas criticamente.

Indo ao encontro das reflexões de Ginzburg, Manguel chama a atenção para os detalhes expressos nas imagens. A cada olhar para uma imagem, é possível ser surpreendido por detalhes reveladores, haja vista que nem todas elas oferecem formas tão nítidas e exatas, cabendo ao pesquisador interpretar os significados contidos além da moldura. Visualizando a imagem como uma “narrativa” e como um “enigma”, Manguel ressalta a imagem também como “compreensão”, no sentido de que ela precisa ser lida e compreendida⁸³. A imagem pode ser misteriosa, contudo, necessita de um olhar atento, em todos os detalhes que levaram à sua construção, assim, o intuito de ler uma imagem é compreendê-la.

A partir das reflexões dessa *introdução*, nota-se que o trabalho com as fontes não é simples. Analisar as representações construídas pelo MST sobre os presidentes FHC e Lula, por meio do *Jornal Sem Terra*, é uma oportunidade de contribuir para o entendimento dos caminhos e descaminhos do Movimento no cenário nacional, assim como uma forma de compreender como esse movimento social, que se tornou referência em toda a América

⁸⁰ GINZBURG, C., *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*, p. 177.

⁸¹ MANGUEL, A., *Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio*, p. 21-25.

⁸² MANGUEL, A., *Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio*, p. 27-137.

⁸³ MANGUEL, A., *Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio*, p. 27-137.

Latina, se relacionou e se posicionou sobre as ações políticas, econômicas e sociais empreendidas por tais governos. Entender as representações sobre os presidentes FHC e Lula auxilia também a compreensão sobre como o MST produziu seus discursos e expôs suas ideias e concepções políticas e ideológicas ao longo do tempo. O Movimento, que ainda é atuante no Brasil, permanece como fruto e reflexo da sociedade brasileira em seu fazer-se histórico.

Os capítulos...

A tese foi estruturada em quatro capítulos. A partir da problemática central do trabalho, objetivou-se evidenciar as representações do MST sobre os presidentes brasileiros ao longo do período histórico, em especial, face aos presidentes FHC e Lula. Nessa perspectiva, por ser a fonte privilegiada da pesquisa e ser entendido como um *instrumento político* do Movimento, o primeiro capítulo da tese, intitulado *MST e Jornal Sem Terra: histórias entrelaçadas*, revela elementos que marcam a historicidade do *Jornal Sem Terra* e a do MST, relacionando-os ao contexto histórico em que nasceram e destacando que suas histórias estão entrelaçadas. Assim, reflete-se sobre a produção das notícias, distribuição, editores, participação da Direção Nacional do MST na produção do periódico, e sobre como o Movimento utiliza seus meios de comunicação, sobretudo, o *Jornal Sem Terra* como instrumento político de luta pela terra.

Presidentes Brasileiros: alvos privilegiados das representações do MST é o título do segundo capítulo. Num primeiro momento o capítulo aborda os conceitos *representação* e *ideologia*, no intuito de elencar as contribuições desses conceitos para a análise do *Jornal Sem Terra*, em especial, sobre a problemática central da tese, e no de introduzir as perspectivas de análise face às representações sobre os presidentes FHC e Lula. Num segundo momento, o capítulo se dedica a compreender as representações face aos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, demonstrando como o Movimento estruturou suas representações sobre esses presidentes e como se posicionou diante das ações de seus respectivos governos.

No terceiro capítulo – “*O Presidente das Elites*”: *tensões e lutas por representações no governo FHC* – analisam-se representações do MST sobre o presidente FHC ao longo dos seus dois mandatos no Palácio do Planalto. O capítulo evidencia tensões e lutas por representações que envolveram o Movimento e as ações do governo FHC. Põe em evidência

também o modo de construção de personificação do presidente pela Direção Nacional do MST – o inimigo da reforma agrária e representante das elites no posto máximo do Executivo Federal. Para tanto, reflete sobre algumas características do governo e sobre a relação tensa e conflituosa entre MST e FHC.

No quarto e último capítulo, denominado “*O Presidente do Povo*”: *entre a esperança da reforma agrária e as frustrações com o governo Lula*, avalia-se, num primeiro momento, a proximidade histórica entre Lula e MST, ainda quando o candidato petista era presidenciável. Pondera-se sobre o resultado dessa proximidade, marcada pelo compartilhamento de idéias – Lula é representado pelo Movimento como o “presidente do povo” e a esperança da reforma agrária. Em seguida efetuam-se algumas questões. Por exemplo: Será que a referida representação se estendeu até o final dos dois mandatos do governo Lula? O Movimento apoiou Lula em seus dois mandatos? Como foram as representações do MST sobre Lula em relação às ações do seu governo na área econômica e no processo de reforma agrária? Será que o presidente superou as expectativas do MST no que tange à reforma agrária? Essas e outras indagações foram o cerne das reflexões do capítulo.

CAPÍTULO I

MST E JORNAL SEM TERRA: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

1.1 É preciso (in)formar e solidarizar: o *Boletim Sem Terra* e as tensões da luta pela terra

Na história recente do Brasil, a década de 1980 foi significativa para delinear rumos políticos, econômicos, sociais e culturais do país. No seu transcorrer, a sociedade presenciou a denominada *abertura política*, o movimento *Diretas Já*, a posse do primeiro presidente civil após o Golpe Militar de 1964, a emergência de diversos e distintos movimentos sociais no campo e na cidade, greves de operários, criação de partidos políticos, disputas e tensões envoltas da Assembleia Constituinte, entre outros acontecimentos que se destacaram em âmbito nacional.

Dentre as novidades do período, os anos de 1980 registraram o nascimento e o desenvolvimento de um dos maiores e mais representativos movimentos sociais do campo da segunda metade do século XX – o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – conhecido nacionalmente pela sigla *MST*. Anteriormente à sua criação oficial, em janeiro de 1984, no Sul do Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, em meio ao contexto das lutas pela terra, forjou-se um boletim chamado *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*, o *Boletim Sem Terra*. Em 1984, com a criação do MST, o boletim passou a ter o nome de *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, mais conhecido como *Jornal Sem Terra*.

Neste capítulo, o objetivo não é sistematizar a *história do MST* e a *história do Boletim Sem Terra / Jornal Sem Terra*, mas elencar elementos de sua historicidade, relacionando-os à conjuntura do período em que nasceram, e destacar que suas histórias estiveram entrelaçadas. Isto é, ao longo do tempo o MST forjou o *Jornal Sem Terra* e este periódico se tornou, por sua vez, um importante instrumento político na organização do MST. Por meio de suas páginas, o Movimento registrou suas lutas, construiu representações sobre diversas questões políticas, dialogou com seus integrantes e com simpatizantes da luta pela terra. A preocupação

em recuperar aspectos da historicidade do *Jornal Sem Terra* está no fato de este impresso ser a fonte privilegiada da pesquisa. Entender sua produção e papel na organização do Movimento torna-se elementar para se compreenderem os discursos e as representações contidas em suas páginas. O *Jornal Sem Terra* é uma das fontes mais fecundas para a investigação e a reflexão sobre os meandros que envolvem a organização do MST e a luta pela terra no Brasil.

Como objeto de estudo, há escassez de trabalhos sobre o *Boletim Sem Terra / Jornal Sem Terra*. No que diz respeito ao jornal como fonte, há diversos pesquisadores que se utilizam desse periódico, mas grande parte o utiliza de forma esporádica, não analisando sua continuidade ou descontinuidade, assim como as mudanças e permanências dos seus discursos. Dois autores que buscaram compreender a historicidade do *Jornal Sem Terra* e o papel fundamental desse periódico na organização do MST foram Fernando Perli e Antonio Alves Bezerra. As reflexões desses autores foram fundamentais, em especial, para a compreensão do jornal analisado.

Em sua dissertação de mestrado, Perli estudou o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, enfocando sua transição de boletim a tabloide⁸⁴. O autor analisou a condição do periódico que se marca pelo processo de ter sido um informativo da campanha de solidariedade aos movimentos regionais de luta pela terra nos estados do Sul do país até ter se tornado um periódico da organização do MST. O recorte temporal do trabalho compreende os anos de 1983 a 1987. No doutoramento, Perli investigou as estratégias de divulgação, as representações e a construção de uma política de comunicação do MST. Analisou não só a produção do *Jornal Sem Terra*, mas também a sistematização de outros meios de comunicação no Movimento (internos e externos) como os *Cadernos de Formação*, *Cadernos do Educando*, *Revista Sem Terra*, página na internet, dentre outros⁸⁵. O autor reflete sobre a constituição dos meios de comunicação no interior do Movimento, sobre como ocorreu a participação de entidades solidárias na organização, na produção e manutenção destes meios de comunicação.

Antonio Alves Bezerra, em sua tese, estudou o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* no período de 1981 a 2001 e analisou a trajetória histórica e política do MST, assim

⁸⁴ PERLI, Fernando. *Sem Terra: de boletim a tabloide*. Um estudo do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

⁸⁵ PERLI, Fernando. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação* – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001). 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

como a de suas lideranças. Para tanto, os trabalhadores rurais sem-terra foram observados enquanto sujeitos históricos na luta pela terra, e não enquanto vítimas dos processos de exclusão aos quais foram submetidos historicamente. Nesse sentido, o autor reflete sobre as principais temáticas abordadas pelo jornal ao longo do período analisado por meio dos editoriais, artigos de opinião, entrevistas, notícias e imagens veiculadas no periódico⁸⁶. Em sua tese, Bezerra compreende o jornal não apenas como um *objeto de comunicação* no MST, mas sim como um instrumento de luta do Movimento para seu projeto de reforma agrária e justiça social para o campo e cidade.

O nascimento do *Boletim Sem Terra* ocorreu em maio de 1981 e sua produção, inicialmente⁸⁷, esteve associada à luta do acampamento Encruzilhada Natalino, na região de Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul. No mês de dezembro de 1980, um grupo de famílias de trabalhadores rurais⁸⁸, expropriadas de suas terras devido à “mecanização da agricultura, ao conseqüente processo de concentração da propriedade e da política agrícola que se voltava para a agroindústria de exportação”⁸⁹, acampou em Sarandi, com o intuito de chamar a atenção da sociedade e pressionar o Estado para que fizesse desapropriação de alguma área de terra para assentá-las.

Sobre a história de luta e resistência deste Acampamento, Telmo Marcon explicita que, de um pequeno núcleo embrionário de *sujeitos*⁹⁰ sem-terra, o Encruzilhada Natalino contava, no final de julho de 1980, com mais de 600 famílias⁹¹. A organização e a resistência do Acampamento representavam, no contexto e no bojo dos embates da luta pela terra, uma afronta ao Estado. É possível dizer que tal luta se configurava para além de um conflito local

⁸⁶ BEZERRA, Antonio Alves. *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

⁸⁷ Em seu início, o Boletim não tinha regularidade na sua produção. As edições eram publicadas de acordo com a demanda e o acúmulo de materiais recebidos, conforme será tratado adiante.

⁸⁸ Na tese, ao se fazer menção às ações dos sujeitos que lutaram pela terra, utiliza-se o termo *trabalhadores rurais*, e não o termo *camponês*. Ao se optar por essa noção, não se nega a importância política que agrega o conceito *camponês*, sistematizado principalmente por José de Souza Martins em: *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983. No MST, em vista da *diversidade de sujeitos* a compô-lo, a dimensão de *trabalhadores rurais* e *camponeses* é evocada simultaneamente. A partir da década de 1990, a própria organização do Movimento vem retomando a *dimensão política* do termo *camponês*. Em contrapartida, no seu nome é evocado o termo *trabalhadores rurais*. Também, ao se utilizar o termo *trabalhadores rurais*, não se está dando ênfase apenas aos homens que lutaram e lutam no MST. Entende-se que as lutas e conquistas do e no Movimento vêm sendo edificadas pela heterogeneidade de sujeitos que o compõem – homens, mulheres, crianças, jovens, adultos.

⁸⁹ IOKOI, Z. M. G., *Os movimentos sociais e a luta pela terra*, p. 247.

⁹⁰ Quando se utiliza *sujeito* no trabalho, pensa-se, semelhantemente, às concepções de Eder Sader (1988, p. 51), no sentido de se estar pesquisando um movimento social, que mantém a preocupação em construir uma identidade coletiva. Assim, os *sujeitos* seriam homens e mulheres que, de diversas e distintas formas, procuraram agir nos movimentos sociais no intuito de construir sua própria história. Estes *sujeitos* são ativos e buscaram construir projetos coletivos de mudança social, partindo das suas próprias experiências de luta.

⁹¹ MARCON, T., *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*, p. 103.

e viria contribuir com o anseio pela redemocratização do acesso à terra no país. No início da década de 1980, “diversos movimentos sociais revelaram, por meio de suas reivindicações, os limites e as contradições do modelo implantado no Brasil no período posterior ao golpe militar de 1964”⁹². Na compreensão de Debora Franco Lerrer, a ação das famílias acampadas no Encruzilhada Natalino acabou “sendo considerada uma arena da luta contra a ditadura, tecendo um verdadeiro cordão de solidariedade em torno de si, que envolvia políticos da oposição, a Igreja e a sociedade em geral, conseguindo furar o bloqueio que a ditadura, já no seu ocaso, tentava lhe impor”⁹³.

No que tange ao Acampamento, é interessante ressaltar que, de imediato, os sujeitos não tinham o objetivo de ocupar uma área de terra definida, sua intenção era chamar a atenção do governo do estado do Rio Grande do Sul para a necessidade de ele apresentar soluções para os problemas sociais. A formação do acampamento Encruzilhada Natalino também não foi resultado de combinações prévias entre os acampados. A sua organização desenvolveu-se, a princípio, pela ausência de condições materiais e pela falta de perspectivas de famílias de sem-terra e de minifundiários, ambas afetadas pela política que o Estado vinha desenvolvendo. Nesse sentido, a organização e a resistência do acampamento Encruzilhada Natalino marcaram a luta pela reforma agrária no país. Mais do que isso, demonstraram ao Estado e à sociedade em geral o poder de organização e maturidade política de sujeitos que, anteriormente, eram tidos como inertes por aqueles que dominavam e detinham o poder na região.

Conforme Marcon, o acampamento Encruzilhada Natalino se constituiu em um marco para a retomada da luta pela reforma agrária, pois recolocou em discussão a concentração fundiária no estado do Rio Grande do Sul, bem como as políticas implementadas pela *Ditadura Civil-Militar*⁹⁴ “no sentido de eliminarem os focos de tensão social no campo pela transferência dos agricultores sem-terra ou dos pequenos proprietários para as regiões de fronteira agrária e agrícola”⁹⁵.

⁹² MARCON, T., *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*, p. 22.

⁹³ LERRER, D. F., *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*, p. 63.

⁹⁴ A utilização do termo *Ditadura Civil-Militar* baseia-se nos estudos que analisam o Regime Militar a partir do apoio e participação de setores influentes da sociedade brasileira, o que sugere a ampla participação de segmentos da população no golpe de Estado de 1964 e na trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado em 1965 para apoiar os militares, que abrigou e articulou lideranças civis para dar sustentação ao regime político. Ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981; FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹⁵ MARCON, T., *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*, p. 26.

Dom Tomás Balduino, religioso e militante histórico na luta pela reforma agrária no Brasil, em um trecho de seu discurso proferido no Acampamento, em 25 de julho de 1981, elucida a importância da luta empreendida pelos sujeitos pertencentes ao Encruzilhada Natalino, não só para o estado do Rio Grande do Sul, mas também para todo o cenário nacional: “O que a mobilização do ABC representou em consciência no avanço na luta dos trabalhadores urbanos, esta manifestação de Encruzilhada Natalino representará de agora em diante para os trabalhadores rurais e sem-terra no Brasil”⁹⁶. Com grande atuação nas causas sociais, principalmente na luta pela terra junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), parecia que Dom Tomás Balduino⁹⁷ previa o significado daquela ação para fortalecer a luta pela reforma agrária no território brasileiro.

Se, por um lado, os operários da região do ABC Paulista, no transcorrer das décadas de 1970 e 1980, tinham demonstrado a outros trabalhadores urbanos o poder da organização e resistência dos trabalhadores, dando um passo significativo com suas manifestações para a melhoria de salários e condições de trabalho; por outro, a luta pela terra e sua conquista pelos sujeitos do Encruzilhada Natalino ecoaram e trouxeram a milhares de trabalhadores rurais a esperança de que era possível, diante de muita luta e resistência, a conquista de um pedaço de chão para nele trabalhar e permanecer.

Naquele contexto, um dos principais responsáveis pelo nascimento do *Boletim Sem Terra* foi Fladimir Araújo, jornalista gaúcho, que, na época, trabalhava na Assembleia Legislativa do Estado. O envolvimento de Fladimir com os trabalhadores rurais sem-terra coincide com a retomada da luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul, no qual o acampamento Encruzilhada Natalino foi um marco. O jornalista esteve à frente da editoração do boletim e, posteriormente, à frente do *Jornal Sem Terra* durante seis anos. Ao ser entrevistado por Miguel Stedile enfatizou que “a idéia do jornal é diretamente ligada à Encruzilhada Natalino” e o objetivo central, num primeiro momento, era “solicitar o apoio das comunidades, das entidades, de outros setores ao acampamento”⁹⁸. Em sua primeira edição, na capa, é publicada a *Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta*, cujo intuito principal era chamar a atenção da sociedade e angariar apoio, de todo e qualquer tipo.

⁹⁶ Trecho da fala de Dom Tomás Balduino no acampamento Encruzilhada Natalino, em 25/07/1981. In: *Tempo e presença* – Cedi; jul. 1981. p. 27.

⁹⁷ Dom Tomás Balduino faleceu no dia 02 de maio de 2014, no município de Goiânia/GO, em decorrência de uma trombo embolia pulmonar.

⁹⁸ ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que viviamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc.. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada conseguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para muitos mais que como nós também precisamos, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na cidade, como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo entregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas terras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Editor responsável: Fladimir Araújo

Percebe-se, pela capa da primeira edição, que o boletim era datilografado e mimeografado de forma artesanal. A primeira edição foi composta apenas por textos verbais escritos, sem qualquer tipo de imagens e de publicidade. Em destaque, a *Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta*, que apresentava os acampados em Ronda Alta para o conjunto da sociedade, assim como o contexto difícil vivenciado pelas famílias, a posição do governo do

Rio Grande do Sul e do Estado brasileiro⁹⁹ perante a situação e o pedido de apoio manifestado em um momento textual no final da carta: “Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar”¹⁰⁰.

Cabe registrar que foram impressos 700 boletins com o título *Sem Terra*; que, no primeiro ano, não havia um padrão de formatação definido; e que o número de páginas variava entre 8 e 16 folhas. A produção do boletim era realizada no município de Porto Alegre/RS e as entidades responsáveis por sua organização eram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH/RS) e a Pastoral Universitária de Porto Alegre. O MJDH cedeu espaço em sua sede localizada na Rua dos Andradas, n. 1234, 22º andar, sala 2209, para que fossem confeccionados os exemplares do periódico. Em relação à procedência profissional das pessoas que colaboravam na editoração, a sua maioria era formada por estudantes de Jornalismo e/ou por profissionais que possuíam cursos superiores em áreas como História, Educação, Sociologia e Ciência Política.

O vínculo dessas pessoas com a luta pela reforma agrária foi criado nas Universidades em que estudaram, na participação em grupos e partidos de oposição à *Ditadura Civil-Militar* e na militância de sindicatos e de partidos políticos. A dedicação à produção do *Boletim Sem Terra* nem sempre era integral, como é o caso de Fladimir Araújo. Muitos jornalistas e demais colaboradores do boletim tinham experiência política em sindicatos e em entidades contrárias ao Regime Militar, com isso agregavam o trabalho de produção do periódico à causa dos sem-terra e a ações que questionavam o regime político que se vigorava.

O *Boletim Sem Terra*, assim como o MST, nasceu em um período ímpar da história recente do Brasil denominado *transição democrática*¹⁰¹. Os grupos políticos, as entidades e a

⁹⁹ Em 1981, o governador do estado do Rio Grande do Sul era José Augusto Amaral de Sousa (Arena/PDS); e o presidente do Brasil era João Baptista de Oliveira Figueiredo (Arena/PDS).

¹⁰⁰ Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, maio de 1981, Ano I, nº 1. p. 1.

¹⁰¹ Há uma quantia significativa de autores que se dedicaram a entender o Regime Militar e o período de transição democrática (1964-1985) no Brasil. Para uma visão mais aprofundada, ver: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; VELASCO E CRUZ, S; SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. *Dados*, n.3, 1985, p.329-46; KINZO, Maria D'Alva G. A Democratização Brasileira: um balanço sobre o processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*. 15(4), 2001. p. 3-12; MOISÉS, José Álvaro; GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (Orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; REIS, Daniel

sociedade civil se organizavam em prol da redemocratização. Lutar pela reforma agrária no período também era lutar pela redemocratização do país. Nessa perspectiva, a luta dos trabalhadores rurais sem-terra ganhou visibilidade significativa e, de certa maneira, apoio da sociedade civil e de organizações políticas e religiosas¹⁰².

Pode-se dizer que o *Boletim Sem Terra* se transformou em um periódico de resistência da época, conjugando os interesses dos trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Encruzilhada Natalino e a luta pela democracia. A princípio, o seu nascimento estava mais voltado ao objetivo de informar a população sobre o porquê as famílias estavam acampadas e ao de aglutinar apoio da sociedade e entidades civis, religiosas, sindicais e políticas aos trabalhadores, do que propriamente ser um instrumento na organização dos acampados. Esse apoio estava muito relacionado também a atender a necessidades materiais das famílias, por meio de arrecadação de alimentos, agasalhos, remédios, lonas para os barracos, dentre outras coisas.

Igor Felipe Santos, militante do MST desde o ano de 2004, coordenador do *Setor de Comunicação*¹⁰³, que atuava e acompanhava os veículos de comunicação do Movimento, inclusive a editoração do *Jornal Sem Terra*, sublinha que o *Boletim Sem Terra* nasceu com três objetivos: propiciar a “equalização de informação das famílias que viviam no acampamento Encruzilhada Natalino”, comunicar-se com “os amigos e apoiadores” do acampamento e fazer o “diálogo com a sociedade” como um todo.

O *Jornal Sem Terra* nasce como um instrumento, em primeiro lugar pra contribuir na *equalização de informação das famílias* que estavam acampadas ali na Encruzilhada Natalino. O segundo objetivo do *Jornal Sem Terra* era fazer essa comunicação com os amigos, apoiadores daquela ocupação, daquele movimento, que também por que precisavam de

Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O Golpe a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

¹⁰² É significativo destacar também que, neste contexto, a luta pela terra se transformou em um dos maiores focos de conflito e resistência no período. A partir dos conflitos e resistência dos trabalhadores rurais, o Estado criou o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e o Estatuto da Terra no ano de 1964. Na visão de Leonilde Sérvo de Medeiros, com a criação desses estatutos houve um reconhecimento legal de diferentes interesses no campo, o direito à representação política e a necessidade do Estado agir em momentos de tensão social. Criaram-se diversas organizações e entidades de representações tanto dos trabalhadores rurais como dos grandes proprietários de terras. “Estava em jogo não só uma adequação legal, mas, sobretudo, a produção de uma identificação, um conjunto de reivindicações e práticas políticas”. Salienta-se que, com essas ações do Estado, os trabalhadores rurais não estavam imunes às suas práticas autoritárias. Neste processo, “as principais lideranças camponesas foram presas, assassinadas ou forçadas à clandestinidade. Os sindicatos sofreram intervenção e vários deles passaram a ser controlados por grupos estranhos às lutas desenvolvidas anteriormente” Ver: MEDEIROS, L. S. de., *Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX*, p. 123-124.

¹⁰³ No tópico 1.3 da tese, intitulado *Comunicação engajada e o Jornal Sem Terra na organização do MST*, refletiu-se sobre o Setor de Comunicação do MST.

informações sobre a situação. E, em terceiro lugar, *pra fazer a comunicação com a sociedade como um todo*, com os municípios, com a capital Porto Alegre (grifo meu)¹⁰⁴.

No acampamento Encruzilhada Natalino criou-se uma *equipe de trabalho / imprensa*, “constituída por agricultores sem-terra com instrução formal, que tinha a função de coletar informações do acampamento para integrantes da CPT”¹⁰⁵. Conforme Fernando Perli, os produtores do boletim criaram também outras estratégias para conseguirem notícias sobre as lutas enfrentadas e sobre a realidade vivida pelos acampados. Muitas notícias sistematizadas no Acampamento eram repassadas aos responsáveis pelo boletim e selecionadas para publicação.

Uma delas, era a atribuição a líderes camponeses para mapear os principais acontecimentos e encaminhar, através de correspondência postal, por agentes de apoio que se deslocavam para a capital gaúcha, ou até mesmo, por telefone, os principais fatos vivenciados pelos acampados em semanas ou quinzenas. Outra consistia na visita de estudantes da região, designados pela comissão do boletim ou por ato solidário, para informarem-se da realidade da *Encruzilhada* e encaminharem notícias para Porto Alegre (RS). Também auxiliavam na coleta de informações padres de paróquias regionais que, ao manterem contato com os produtores do boletim, conseguiam notícias por participarem ativamente de reuniões de acampados e por terem maior facilidade de descreverem fatos, o que contribuía para a redação do *Sem Terra*¹⁰⁶.

Com a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada no ano de 1967 pelo ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967)¹⁰⁷, que tinha como objetivo coibir e proibir os intelectuais e o conjunto da sociedade como um todo de criticarem o governo, publicamente, os produtores e colaboradores do boletim não se expunham de forma explícita, sendo o periódico divulgado como de responsabilidade da CPT e do MJDH do Rio Grande do Sul. A responsabilidade não era centrada em uma pessoa, mas sim no coletivo. Sobre a LSN, Edvaldo Vieira sublinha que ela “eliminou as liberdades públicas no Brasil,

¹⁰⁴ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁰⁵ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 77.

¹⁰⁶ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 66.

¹⁰⁷ Thomas Skidmore apresenta de forma minuciosa os presidentes do Brasil no período de 1964 a 1985 e suas principais ações no cenário político. Ver: SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a redemocratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-81

agredindo os direitos individuais, atacando os direitos de reunião, de associação e de imprensa”¹⁰⁸.

Na edição nº 30, de março de 1983, o *Boletim Sem Terra* divulgava e participava da *Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional*, que contou com diversas entidades e segmentos sociais e políticos nacionais. Na capa do boletim, dava-se destaque à transferência de prisão do jornalista Juvêncio Mazzarollo, que foi condenado a um ano de detenção pela LSN por defender, através da imprensa, os trabalhadores rurais do estado do Paraná e denunciar a expulsão de milhares de trabalhadores rurais de suas terras em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu¹⁰⁹. Em seu editorial, na página seguinte, a *Campanha* também era destacada.

O boletim chamava a atenção dos leitores para a necessidade de revogação da Lei e do rompimento com as práticas militares do Estado. A LSN era vista como “um dado revelador do quanto é falsa a abertura política propalada pelo governo brasileiro”¹¹⁰. Mais que entrar na *Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional*, haja vista que, os jornalistas e os veículos de comunicação eram constantemente intimidados, o *Boletim Sem Terra* aderiu a ela como uma forma de se opor ao Estado e a suas práticas ainda autoritárias, sobretudo, em relação à liberdade de expressão e às lutas por direitos sociais e políticos. Devido à LSN, até novembro de 1983 os produtores do boletim preferiam o anonimato.

De maneira geral, entre os anos de 1981 e 1983, as questões abordadas no periódico giravam em torno dos embates políticos da luta pela terra no Rio Grande do Sul e em outros estados¹¹¹, em torno das medidas e posição do Estado diante do conflito e do problema agrário¹¹². Além disso, visava-se divulgar as cartas e manifestações de apoio da sociedade e entidades em prol das famílias acampadas¹¹³; informar sobre a realidade e as ações

¹⁰⁸ VIEIRA, E., *Brasil: do Golpe de 1964 à Redemocratização*, p. 198.

¹⁰⁹ Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional; Mazzarollo Transferido. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, março de 1983, Ano III, nº 30. p. 1.

¹¹⁰ Lutar pelo fim da LSN. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, março de 1983, Ano III, nº 30. p. 2.

¹¹¹ Terras existem. Só o presidente do INCRA não sabe. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, 28 de maio de 1981, Ano I, nº 2. p. 2; A luta pela terra no país. Porto Alegre, 29 de junho de 1981, Ano I, nº 6. p. 13; Sem Terra do país estão se organizando. Porto Alegre, setembro de 1982, Ano II, nº 27. p. 1.

¹¹² Governo usa de má fé para fugir do problema. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, 11 de junho de 1981, Ano I, nº 4. p. 4-5; Governo do Estado quer desunir agricultores. Porto Alegre, 19 de junho de 1981, Ano I, nº 5. p. 1; Que Reforma Agrária está fazendo o INCRA? Porto Alegre, abril/maio de 1983, Ano III, nº 31. p. 7.

¹¹³ Trabalhadores da Bahia apóiam a luta dos agricultores sem-terra. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, maio de 1981, Ano I, nº 1. p. 5; Prefeitos apóiam a luta dos colonos sem-terra. Porto Alegre, 4 de junho de 1981, Ano I, nº 3. p. 7.

desenvolvidas no Encruzilhada Natalino¹¹⁴; organizar, informar sobre campanhas de solidariedade¹¹⁵ e denunciar ações de repressão e violência sofridas pelos acampados ou por pessoas a eles ligados¹¹⁶.

Ao ser indagado sobre a regularidade do boletim, em entrevista já citada, Fladimir Araújo enfatiza que “no começo não” havia. As edições eram publicadas de acordo com a demanda e o acúmulo de materiais recebidos. Em suas palavras: “logo no começo, quando o acampamento estava nesta fase de formação, o boletim era muito dinâmico, chegava a sair três ou quatro edições por mês. Era semanal para poder dar conta do volume das coisas que chegavam”. A intenção era que o boletim conseguisse repercutir os apoios e a solidariedade vindos de diversas regiões do país, “tanto para os acampados, para verem que estavam sendo apoiados, como para a própria sociedade e a imprensa”¹¹⁷.

Nesse processo, o *Boletim Sem Terra* exercia um papel relevante ao responder às críticas e tentativas de desmobilizar a luta dos trabalhadores. A divulgação de lutas similares à que estava ocorrendo no estado do Rio Grande do Sul foi muito significativa, pois agregava forças e articulava apoio e troca de experiências entre as lideranças sem-terra e demais pessoas envolvidas nas lutas. No entender de Bezerra, o boletim tornou-se um instrumento para acompanhar, registrar e denunciar as tensões que envolviam o processo de luta pela terra. O periódico cresceu e se fortaleceu “no intuito de tornar-se uma ferramenta de referência em termos de comunicação, formação e informação de expressão política e social entre os trabalhadores rurais sem-terra”¹¹⁸.

A proposta do boletim de ser um meio de comunicação voltado para a solidariedade face às famílias acampadas no Encruzilhada Natalino teve êxito. O periódico recebeu cartas e apoio de entidades civis de diversas regiões do país, que se sensibilizaram com a luta dos trabalhadores, e inspiraram as publicações das edições seguintes. Destaca-se que as primeiras edições do boletim foram destinadas não só aos leitores do Acampamento, mas também às

¹¹⁴ Preparação para o dia do colono na Encruzilhada Natalino é intensa. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, 13 de julho de 1981, Ano I, nº 8. p. 1; Colonos acampados estiveram em Porto Alegre para conquistar a terra. Porto Alegre, 9 de janeiro de 1982, Ano II, nº 17. p. 4-5.

¹¹⁵ Arquidiocese de Porto Alegre faz campanha. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, 13 de julho de 1981, Ano I, nº 8. p. 11; Coleta para Nova Ronda Alta será nos dias 15/16 no RS. Porto Alegre, 26 de abril de 1982, Ano II, nº 17. p. 1.

¹¹⁶ Preocupação do Governo: investigar a vida dos colonos. Porto Alegre, 11 de junho de 1981, Ano I, nº 4. p. 1; Condenado por defender agricultores. Porto Alegre, outubro de 1982, Ano II, nº 28. p. 1; Em seis meses 24 lavradores assassinados. Porto Alegre, setembro de 1983, Ano III, nº 32. p. 10-11.

¹¹⁷ ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

¹¹⁸ BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 45.

lideranças sindicais, religiosas, entidades civis, federações de trabalhadores e parlamentares com o propósito de congregar pessoas e grupos que se solidarizassem com as famílias acampadas. Registre-se que, na produção e organização de apoios aos acampados, a CPT teve papel fundamental: “A Pastoral da Terra situava-se entre as equipes de trabalho dos agricultores e as diversas entidades de apoio, respectivamente instâncias de organização interna e de solidariedade aos acampados”¹¹⁹.

Desde a sua primeira edição, em maio de 1981, até a edição nº 27, de setembro de 1982, o boletim teve a seção *Campanha de Solidariedade* ou *Solidariedade*. Neste espaço eram publicadas as cartas de apoio e ações de solidariedade em prol das famílias acampadas. Muitas eram as manifestações de apoio e solidariedade, por exemplo, de sindicatos de profissionais, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, dioceses de diversos municípios do país, de Câmaras Municipais com moções de apoio, de parlamentares, partidos políticos e religiosos. No boletim, destacaram-se algumas cartas e ações e, de forma resumida, também eram publicados os nomes das pessoas e entidades que manifestavam apoio durante a produção de cada edição. O fato de se publicar as cartas de apoio e as campanhas de solidariedade, além de animar as famílias acampadas, era uma forma de legitimar e fortalecer as lutas, no sentido de que o grupo não estava sozinho e lutava por algo que lhe era de direito.

Com o tempo, conforme Perli, o boletim foi se transformando numa “rede de sociabilidade” ou num “lugar de sociabilidade”, em que diversas entidades civis e movimentos sociais passaram a se comunicar e a trocar experiências de lutas¹²⁰. Com a distribuição do *Boletim Sem Terra* para diversas entidades políticas e sociais do Rio Grande do Sul e do país, iniciou-se uma inter-relação dos responsáveis pela produção do informativo com outras instituições que solidarizavam com a causa. Por essas aproximações e articulações, em que o boletim teve papel relevante por agregar valores e crenças, sistematizava-se o MST no início da década de 1980.

Estudar o *Boletim Sem Terra* e posteriormente o *Jornal Sem Terra*, se torna relevante para compreender os aspectos políticos, econômicos, religiosos e culturais que compuseram as representações do Movimento em sua trajetória histórica. Nessa perspectiva, como exemplo, citam-se os primeiros anos de organização do MST, em que este ainda tinha um vínculo estreito com a Igreja Católica, especialmente com a CPT. Nas páginas do boletim e nos primeiros anos, quando este se transforma em tablóide, essa questão é facilmente

¹¹⁹ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 67.

¹²⁰ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 49-50; _____, *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 77-79.

percebida, pois muitos discursos produzidos eram de religiosos que apoiavam os trabalhadores. Ao participar da produção do boletim, a CPT organizava “seu conteúdo valorizando o direito à terra, objeto sagrado e destinado à produção e sustentação do homem”¹²¹. Para além de “lugar de sociabilidade”, Bezerra destaca também que as notícias publicadas no *Boletim Sem Terra* serviam de ingredientes para a constituição de uma “memória coletiva” dos trabalhadores rurais sem-terra¹²².

Em seu primeiro ano, de maio a dezembro de 1981, o boletim teve 16 edições publicadas. No ano de 1982, foram publicadas 12 edições. Em 1983, 5 edições. Entre os anos de 1982 e 1983 é nítido um avanço no que tange à materialidade, à estética na diagramação e produção do periódico. Na edição nº 33, de novembro de 1983, na qual a manchete de capa era *A Porteira se Abre*, em alusão à conquista da terra pelas famílias acampadas no Encruzilhada Natalino¹²³, o número de exemplares chegou a 5.000 e a produção já era feita em *fotocomposição*. Essa edição, considerada histórica para os produtores do boletim, foi a primeira que trouxe em seu expediente os nomes das pessoas responsáveis pela produção. O nome de Flademir Araújo constava como o de jornalista responsável; os de Humberto Monteiro, Laerte Meliga, Celso Schroder e Antonio Rocha estavam associados ao setor de Arte; o de Marcelo Bonfler, ao de distribuição. Na relação de colaboradores da edição: Chico Daniel, Rafael Guimarães e Antonio Carlos.

Apesar do avanço técnico, o boletim não tinha em suas páginas textos de publicidade e propaganda, pois não fora criado com objetivos mercadológicos. Apenas, entre 1983 e 1984, os produtores do boletim fizeram propagandas do *Jornal Mundo Jovem*, de Porto Alegre, em algumas edições. A venda de propagandas no boletim era improvável, uma vez que poucas seriam as empresas que divulgariam seus produtos em um jornal destinado à organização de trabalhadores rurais sem-terra. E também não era de interesse do periódico propagar marcas e produtos de empresas alheias às lutas dos trabalhadores.

A partir da edição de março de 1982, o boletim passa a ser de responsabilidade do *Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra*. Esse Comitê tinha como objetivo angariar fundos para os trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra e, em relação à produção do *Boletim Sem Terra*, aumentar seu número de tiragens e expandir sua circulação. As contribuições para o Comitê vieram de instituições religiosas, sindicatos, entidades de direitos humanos e simpatizantes da luta pela terra. Até a edição nº 32, de setembro de 1983, quando o

¹²¹ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 81.

¹²² BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 57.

¹²³ *A Porteira se Abre! Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, novembro de 1983, Ano III, nº 33. p. 1.

boletim ainda era de sua responsabilidade, o Comitê contribuiu significativamente para o seu desenvolvimento, tanto em número de tiragens (chegando a 3.000 exemplares) quanto na qualidade do impresso. A linguagem do boletim passou a ser mais incisiva, assim como as críticas ao Estado e as denúncias sobre a violência no campo.

Nesse momento, houve expansão de circulação do informativo para todos os estados do Sul do país e para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Na edição nº 25, de julho de 1982, no editorial, publicado na capa do impresso, coloca-se em destaque que o *Boletim Sem Terra será Regional*. Este editorial elucida, de modo breve, aspectos sobre o nascimento do boletim, seus objetivos e importância na informação sobre a luta dos sem-terra e na denúncia sobre as ações do Estado e grupos contrários à reforma agrária.

A decisão de tornar o boletim de caráter regional foi tomada no *Encontro Regional de Agricultores Sem Terra*, realizado entre os dias 9 e 11 de julho de 1982, no município de Medianeira/PR. Os produtores do boletim, no momento em que ele foi alçado como “órgão informativo” dos estados mencionados, não esconderam no editorial que “os recursos materiais disponíveis e as condições continuam precários”. Também salientaram aos leitores que não haveria grandes mudanças no impresso. Elas viriam com o tempo e seriam “fruto da semente regada com o esforço e o sacrifício de quem deseja melhorar cada vez mais esta contribuição à luta dos trabalhadores rurais”¹²⁴. O fato de se ter evidenciado a realidade e as formas “precárias” de produção do impresso era um modo de se chamar a atenção dos leitores para que auxiliassem financeiramente a produção. Apesar da apresentação das adversidades, destacava-se que era necessário crescer em qualidade e aperfeiçoar o boletim. Esse não deveria ser um privilégio dos meios de comunicação ligados às elites dominantes. Fladimir Araújo enfatiza esse redimensionamento e avanço em qualidade do boletim.

A partir de 82, ele é melhorado, ele deixa de ser mimeografado, passa a ter um mínimo de edição. Antes a gente reproduzia as coisas, escrevia pouca coisa. Eram reproduções de cartas, este tipo de manifestação de apoio, reprodução de artigos da própria imprensa. E a partir daí, ele passa a ter uma diagramação, melhora visualmente, ele começa a ser um informativo de lutas, de sem-terras, de problemas dos pequenos agricultores, de barragens... Ele é um boletim, duplo ofício, formatinho, mas já vai sendo melhor trabalhado, aumentam o número de páginas¹²⁵.

¹²⁴ Boletim Sem Terra será Regional. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, julho de 1982, Ano II, nº 25. p. 1.

¹²⁵ ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

Em fevereiro de 1983, edição nº 29, o nome do boletim é modificado. Não é mais *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*. Seu nome passa a ser *Boletim Sem Terra*. A mudança de nome revela uma transformação gradual no projeto do boletim, que almejava tomar corpo de *tablóide*, indo além de um *panfleto*. Além do aumento de tiragem e da circulação regional, as notícias e manchetes passam a ser mais valorizadas; os editoriais, a constituir um perfil, e evidencia-se, com mais intensidade, entrevistas com lideranças e intelectuais aliados da luta pela terra.

A partir da edição de abril/maio desse ano, edição nº 31, o expediente revela que a produção gráfica é de responsabilidade do *Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)*. Conforme Perli, o CAMP era “um órgão atrelado ao sindicalismo combativo gaúcho e tinha a finalidade de prestar serviços que incluíam a produção de folhetos, manuais informativos para a sindicalização”¹²⁶. As instalações do CAMP ficavam no *Centro de Educação Popular* de Porto Alegre. A produção gráfica do boletim, sob responsabilidade do CAMP, ocorreu até a edição nº 42, de fevereiro de 1985. Com o CAMP, o informativo teve uma “mudança de orientação da luta dos sem-terra, cada vez mais direcionada para o sindicalismo combativo e o Partido dos Trabalhadores”¹²⁷. A produção do boletim voltava-se para além do regionalismo gaúcho e o periódico ganhava força e representatividade entre as organizações dos sem-terra, no sentido de que se transformava em um instrumento político e de articulação das lutas. No final de 1983, o boletim alcançou a tiragem de 5.000 exemplares e sua qualidade técnica de editoração avançou significativamente, como pode ser observado na capa da edição nº 32, de setembro de 1983.

¹²⁶ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 91.

¹²⁷ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 80.

Imagem 2 - Capa do *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, setembro de 1983.



Editor responsável: Fladimir Araújo

As transformações em termos gráficos e editoriais são evidentes, quando se compara essa edição com a primeira, mimeografada, de maio de 1981. Na capa há publicações de imagens, valorização das notícias através das manchetes e distribuição mais atraente dos textos para o leitor. No canto superior esquerdo há uma imagem que faz referência à campanha sobre o *Fim da Lei de Segurança Nacional*; as chamadas das notícias e demais imagens estão centradas e sugerem tom de denúncia face às ações contra os trabalhadores.

Algo significativo nessa capa é a ilustração de uma *cruz de madeira* no canto superior direito, em que constam o ano e o número da edição. Essa cruz fazia referência às lutas das famílias acampadas no Encruzilhada Natalino. Os acampados fincaram uma cruz de madeira no centro do Acampamento e a transformaram em seu símbolo de luta e resistência. Nos

diversos atos e manifestações de que participavam, levavam a cruz. Os panos amarrados na cruz também tinham um tom simbólico. Quando uma criança nascia, era colocado, na cruz, um pano branco; quando algum acampado falecia, era colocado um pano preto¹²⁸. Nos diversos acampamentos e manifestações dos sem-terra, nas décadas de 1970 e 1980, a cruz simbolizava luta e resistência. Ela é um símbolo cristão e sua utilização e associação à luta pela terra se deu pela forte influência e participação da CPT junto aos trabalhadores¹²⁹. Os discursos e símbolos religiosos eram canalizados em prol da luta política. O discurso sagrado legitimava o político.

Entre os anos de 1982 e 1983, devido à importância do boletim no contexto das lutas pela terra, os trabalhadores rurais começaram a refletir sobre esse impresso, suas edições e formatações. Isto é, o boletim, que fora criado por grupos de apoio, agora teria que ter o perfil e participação dos próprios trabalhadores na produção de suas páginas. Isso se relaciona ao fato de o periódico ser visualizado por muitas lideranças como um instrumento relevante na organização dos trabalhadores rurais. Nessa direção, havia tensões e disputas políticas na produção do informativo. Na visão de Perli, o boletim era um espaço simbólico que agregava grupos de apoio, profissionais da informação e trabalhadores rurais, em que os discursos desses profissionais/trabalhadores e suas representações eram disputados¹³⁰. Desse modo, deram-se início discussões mais específicas sobre o boletim entre as lideranças dos trabalhadores e entre os grupos de apoio. Além de produzir informações para e sobre os sem-terra, articular as lutas e promover o intercâmbio dos trabalhadores de diversos estados do país, o boletim necessitava de uma linguagem mais acessível aos trabalhadores.

Essa era uma tensão latente entre os envolvidos nesse processo. “O parecer técnico e a melhor forma de expressão jornalística ainda mantinha-se sob autonomia dos elaboradores, porém, a tarefa passava pelo crivo das *Comissões* que primavam pelas mensagens de fácil assimilação pelos trabalhadores rurais sem-terra”¹³¹. Era preciso adequar a escrita/linguagem a um público menos letrado, que compunha as manifestações e acampamentos. Se a linguagem não era acessível, sua leitura era desestimulada e não produzia efeitos nas experiências históricas dos sujeitos. Não só a linguagem deveria ser mais acessível, como também a produção do boletim precisaria de seções melhor definidas e de imagens que

¹²⁸ Sobre isso, ver: MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

¹²⁹ COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*, p. 39-82; _____. *Para Além do Espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980)*, p. 137-152.

¹³⁰ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 78.

¹³¹ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 97.

auxiliassem no entendimento dos textos e daquilo que se almejava representar. Apesar de alguns avanços nessas questões, Perli ressalta que era “deficiente a presença do boletim nos locais de mobilização”¹³². Essa deficiência também era vinculada à dificuldade de distribuição, ao alto índice de analfabetos e ao desestímulo dos trabalhadores que não assimilavam a linguagem do impresso.

Outra tensão na produção do *Boletim Sem Terra* estava no fato de, em seus três primeiros anos, até se transformar em tablóide e ser de responsabilidade do MST, ele não ter uma definição precisa acerca dos leitores que pretendia atingir. Bezerra reflete sobre algo relevante para se compreender o boletim – sua produção era sobretudo voltada a um público, a um perfil de leitor *estranho* aos trabalhadores rurais. Os discursos eram elaborados no sentido de atingir sujeitos que tinham níveis mais elevados de formação escolar do que os sujeitos que estavam nos assentamentos e acampamentos¹³³. Isso põe em evidência o público ao qual, na época, o boletim era endereçado: sindicatos, igrejas, federações de trabalhadores rurais, comunidades de base, partidos políticos, entidades civis e profissionais. Para tanto, seus discursos se descortinavam entre o leitor externo e o interno. Sobre essa questão, Perli observa:

Os produtores do boletim, além de apontarem falhas no direcionamento da mensagem jornalística ao público-alvo idealizado, admitiam a deficiente atuação do informativo na organização cotidiana dos trabalhadores rurais sem-terra. Também alegavam ser o BST mais destinado aos leitores que não eram do meio rural, do que propriamente àqueles que deveriam constituir o público-alvo majoritário¹³⁴.

Observa-se que, no boletim, havia uma idealização do seu leitor. As notícias eram destinadas a um público que não era do meio rural, ou que não era protagonista no contexto das lutas pela terra. Enfim, havia uma tensão na produção e na distribuição do impresso. A linguagem era pouco acessível aos trabalhadores sem-terra, com níveis baixos de escolaridade. A distribuição entre os trabalhadores também não era exitosa, devido às próprias dificuldades do período, como falta de pessoal e recursos para este fim. Essas questões, por vezes, faziam com que “os olhares se voltassem para os leitores sem-terra, num plano, em grande parte, ainda idealizado”¹³⁵. Contudo, as tensões e adversidades não minimizam a

¹³² PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 83.

¹³³ BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 46.

¹³⁴ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 82.

¹³⁵ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, 81.

relevância do *Boletim Sem Terra* para o registro de informações, de solidariedade em prol dos acampados, e para a articulação das lutas e lideranças dos trabalhadores rurais sem-terra.

O periódico foi ousado e se constituiu em um espaço em que se aglutinaram diversos interesses em prol da democratização da terra e do regime político no país. Em 1984, simultaneamente, no contexto da luta pela terra, nascia o MST e o *Jornal Sem Terra*. Nessa perspectiva, como era a participação da Direção Nacional do MST na produção do *Jornal Sem Terra*? Como se dava a produção da notícia no jornal? Quem eram os editores? Como era a distribuição do periódico? Estas são indagações que direcionarão as reflexões seguintes.

1.2 Produção das notícias, editores, participação da Direção Nacional e a distribuição do *Jornal Sem Terra*

Assim que o MST foi criado, no início de 1984, os produtores do *Boletim Sem Terra* anunciaram que estava chegando o *Jornal Sem Terra*, um projeto engajado, em formato de tabloide, que redimensionava alguns dos seus objetivos e condições existenciais. *Vem aí o Jornal Sem Terra*. Esta era a chamada para os leitores do boletim na edição nº 35, de abril de 1984. A decisão de transformar o boletim em tablóide foi tomada no *I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais*, realizado no município de Cascavel – PR, em janeiro de 1984. Ao enfatizar o lançamento do tabloide, os editores forneceram pistas de que o impresso redimensionaria sua produção, na perspectiva de ser um periódico com um caráter mais profissional. Assim, diziam que “uma equipe de 10 jornalistas trabalhará na edição do jornal que vai contar com a colaboração dos próprios lavradores, pessoas ligadas ao trabalho pastoral, sindicalistas e estudiosos da problemática agrária”¹³⁶. O nascimento do *Jornal Sem Terra* não significava a *extinção* do boletim, mas sua continuidade, com uma nova roupagem e direcionamentos. Também, havia uma preocupação de não excluir os trabalhadores e tradicionais colaboradores de sua produção. O jornal passou a ser pensado em uma perspectiva mais ampla, abrangente, e estava ligado e sob a responsabilidade do recém-criado MST.

Eram agregados novos desafios ao periódico e na edição seguinte, de julho de 1984, nº 36, o nome estampado já era *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. O nome do jornal ainda seria modificado em outubro de 1988, na edição nº 77, passando para *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. As mudanças de nomenclatura revelam significados e

¹³⁶ Vem aí o Jornal Sem Terra. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, abril de 1984, Ano III, nº 35. p. 2.

redimensionamentos na produção do jornal. Segundo Bezerra, “revela os níveis de abrangência social de sua atuação, tornando-se um indicativo de seu amadurecimento político, enquanto ferramenta de comunicação e de luta representativa de um Movimento em acelerada construção”¹³⁷. A partir de 1984, ao ser apresentado como *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, era evidenciado que o periódico, antes de qualquer coisa, seria um jornal da organização do MST.

Na edição de julho de 1984, ao lado do editorial, são elencados os novos desafios que o tabloide teria. No expediente, informa-se que a publicação é de responsabilidade do *Movimento dos Sem Terra da Regional Sul (RS, SC, PR, SP e MS)*. Verifica-se também que há uma divisão mais delineada das funções e atribuições dos profissionais envolvidos na produção do jornal. Nessa edição, faz-se uma retrospectiva histórica em relação à sua existência e produção, chamando-se a atenção para fato de o jornal ampliar-se na medida em que o *Movimento Sem Terra* crescia. Nota-se que o periódico era visualizado como um instrumento político do movimento social que se formava e se desenvolvia nacionalmente. Assim, era necessário fazer do jornal um “órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo o país”¹³⁸. Para tanto, era preciso contar com um corpo maior de pessoal e de profissionais jornalistas nos trabalhos de produção da notícia e editoração.

Sendo um jornal dos *Sem Terra*¹³⁹, houve preocupação dos responsáveis em enfatizar que os trabalhadores deveriam participar da produção e auxiliar na divulgação e distribuição do impresso.

Mas o êxito do jornal depende fundamentalmente dos trabalhadores sem-terra. Eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo. O jornal só será importante se efetivamente contribuir para um avanço da organização dos sem-terra e para o sucesso de suas lutas. Dos lavradores também depende que o jornal atinja um maior número possível de leitores, nos locais mais difíceis e distantes do país. O Movimento vai continuar crescendo na luta pela Reforma agrária e o jornal deve acompanhar esse crescimento, com a participação de todos¹⁴⁰.

Por mais que as lideranças do MST, envolvidas na produção do periódico, dissessem que os trabalhadores precisavam participar da composição do jornal, enviando notícias e sugerindo matérias, havia limites sobre isso. De acordo com Perli, “mesmo tendo os

¹³⁷ BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 39.

¹³⁸ Depois de três anos, um novo desafio. *Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, julho de 1984, Ano III, nº 36. p. 2.

¹³⁹ O *Sem Terra* com letra maiúscula e sem hífen diz respeito aos sujeitos que integram e pertencem à organização do MST.

¹⁴⁰ Depois de três anos, um novo desafio. *Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, julho de 1984, Ano III, nº 36. p. 2.

acampamentos / assentamentos como ponto de referência para a elaboração de matérias do jornal, as dificuldades de escrita e o alto índice de analfabetismo dos sem-terra tornavam a tarefa restrita a poucos integrantes do movimento”¹⁴¹. Havia então um distanciamento entre o *leitor real* e o *leitor ideal*, e o *trabalhador ideal* criado pelo Movimento.

Nesse momento, era atribuída ao jornal a responsabilidade de contribuir com o avanço da organização do Movimento e com sucesso das lutas. Isto é, o periódico deveria ser um instrumento do MST. Na medida em que sua organização fosse crescendo, o jornal deveria acompanhar esse crescimento. Nessa perspectiva, o *Jornal Sem Terra* é uma fonte riquíssima e imprescindível para se estudar momentos históricos e aspectos que marcaram a organização do Movimento, haja vista que sua historicidade está intrinsecamente ligada à trajetória histórica do MST. Na edição citada, observa-se que a tiragem de exemplares aumentou para dez mil. A formatação do periódico se modificou consideravelmente, trazendo mais imagens, manchetes de capa e notícias melhores elaboradas, como se pode observar na página nº 2 da edição nº 36, de julho de 1984.

¹⁴¹ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 121.

EDITORIAL

MATURIDADE POLITICA

Ao longo da História do Brasil, os trabalhadores rurais têm sofrido uma desumana exploração social e política. A maior prova disso é que eles conquistaram alguns direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos com 25 anos de atraso, graças ao Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963.

A situação de miséria das populações rurais pode ser comprovada por alguns dados. Por exemplo: entre 1970 e 1980 cerca de um milhão e meio de pequenos produtores foram forçados a abandonar suas terras, passando a engrossar o número de trabalhadores rurais temporários, ou seja, tornaram-se bóias-frias. Atualmente eles perambulam de região em região, em busca de trabalho.

De acordo com o censo de 1980, portanto, com base em números oficiais, 17% da população dedicada a atividades rurais simplesmente não tinha rendimentos. Nada menos de 49%, ou seja, quase a metade dos agricultores, recebia menos de um salário mínimo e só 34% ganhavam mais que um salário mínimo.

Quando observamos dados sobre a concentração de terras, a situação torna-se ainda mais grave. Conforme dados recolhidos junto a sindicatos, federações e institutos de terras, somente nos cinco estados ao sul do país — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul — existem 700 mil famílias de lavradores sem terra ou com terra insuficiente para sobreviver. Em todo o país, calcula-se que existam três milhões de famílias nesta situação.

É verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica.

Neste contexto é que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais organizado nos estados do sul, por questões de conjuntura. Portanto, era de se esperar, na medida em que o movimento avança, a reação dos setores da sociedade que sempre se sustentaram na exploração do homem do campo.

Os episódios de Ronda Alta, no RS, e, mais recentemente, dos bóias-frias de São Paulo e dos lavradores de Ivinhema, no MS, são exemplos significativos desta situação. Para reprimir os lavradores, foram mobilizados desde fazendeiros até altos escalões da Segurança Nacional, inclusive alguns jornais da grande imprensa. A preferência destes é distorcer fatos, buscando criar uma situação confusa entre o Movimento dos Sem Terra e os setores da sociedade que o apóiam.

Não deixam de repetir os velhos argumentos de que há «elementos infiltrados incitando os trabalhadores». Mas mesmo os lavradores não cansam de afirmar que o que está por trás destas lutas é a fome, a miséria. O amadurecimento político dos lavradores fez com que eles tenham condições de entender esta situação e quais os interesses que estão em jogo. A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos.

Com este espírito, a Comissão dos Sem Terra da Regional Sul decidiu esclarecer que o Movimento é uma organização própria dos lavradores que conta com o apoio dos sindicatos, das igrejas e da própria sociedade. Seu interesse é claro e legítimo: uma ampla Reforma Agrária, sobre a qual muito se fala mas pouco se faz. E lutar por um pedaço de terra é caminhar concretamente para a conquista deste objetivo.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul (RS, SC, PR, SP e MS).

Editores: Fladimir Araújo
 Rafael Guimarães
 Reportagem: Chico Daniel (RS)
 Mário Milani (PR)
 Maristela Mafel (São Paulo)
 Ulisses dos Santos (Araraquara)
 Cácia Cortez (MS)

Plenajamento
 Gráfico e arte: Humberto Monteiro
 Revisão: Lizete O. Kummer
 Ilustração: Celso Schröder
 Fotografia: Hamar Garcez, Protásio Nene
 Distribuição: Hélio Bianchi
 Composição: Jornal Mundo Jovem
 Impressão: Zero Hora Editora Jornalística
 Redação: São Manoel, n.º 35, Rio Branco,
 90.000 Porto Alegre — RS — Brasil
 Correspondência: Caixa Postal 1916
 Tiragem desta edição: 10 mil exemplares
 Produção Gráfica: Centro de Assessoria Multiprofissional-CAMP
 Jornalista Responsável: Fladimir Araújo (RP 4805)

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL



Depois de três anos, um novo desafio

A primeira edição do SEM TERRA foi publicada em maio de 1981. Era um boletim mimeografado, com tiragem de 700 exemplares, que trazia na capa a «Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta». Dirigia-se a lideranças sindicais, religiosos, parlamentares e entidades civis, com o objetivo de informar sobre as lutas dos agricultores sem terra e articular a solidariedade ao movimento. Desde aquele primeiro número, a publicação evoluiu na mesma proporção que cresceu o Movimento dos Sem Terra, transformando-se agora, por decisão dos próprios lavradores, um jornal com circulação nacional.

No auge da luta de Encruzilhada Natalino, o SEM TERRA chegou a sair uma vez por semana, passando depois a quinzenal. Em julho de 1982, durante encontro da Regional Sul dos Sem Terra, os lavradores presentes decidiram que o boletim passaria a ser o informativo oficial do movimento na região Sul. Na época, ele tinha quatro páginas e tiragem de 1.500 exemplares. Em setembro do ano passado, o SEM TERRA passou a ser feito em fotocomposição, aumentando a circulação para três mil exemplares.

O boletim passou a ser avaliado pelos integrantes do movimento durante os encontros regionais. Quer dizer, os próprios lavradores passaram a decidir a linha editorial do SEM TERRA, que começou a refletir as discussões existentes dentro do movimento. Na edição n.º 32, por exemplo, o SEM TERRA apresentou uma avaliação dos primeiros seis meses dos governos de oposição, alertando que os lavradores esperavam mais do que estes governos estavam oferecendo, e estavam desiludidos. Na mesma edição, foi noticiado que o governador gaúcho Jair Soares finalmente anunciou uma



A 3ª edição em junho de 81

Fevereiro de 84, 34ª edição

solução para o problema dos acampados em Ronda Alta, depois de três anos de resistência.

A edição seguinte, número 33, circulou em 16 páginas e trouxe uma ampla reportagem sobre a vitória dos lavradores de Ronda Alta, demonstrando que o movimento havia conseguido sua mais importante conquista nos últimos anos. Após o encontro de Cascavel, em janeiro deste ano, o SEM TERRA reproduziu o debate dos colonos sobre a situação fundiária do país e a luta pela terra. As opiniões dos lavradores tiveram grande repercussão, demonstrando seu amadurecimento político. Eles já não estavam apenas preocupados em conseguir um pedaço de terra, mas já falavam em Reforma Agrária e entendiam que a política agrária do país servia apenas aos interesses dos grandes latifundiários e das multinacionais.

Durante o encontro, os participantes decidiram que o boletim SEM TERRA deveria ser transformado num jornal, já que o movimento já era reconhecido como uma organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo o país. A partir daquele encontro, foi elaborado o projeto do jornal, que foi aprovado no encontro de Curitiba. Para colocar o projeto em prática,

foi necessário um trabalho de contatos com pessoal e profissionais jornalistas de diversos estados, que já colaboravam com o boletim.

O jornal dos Trabalhadores Sem Terra passa a ser mensal, com uma tiragem de 10 mil exemplares, para circular em todo o país principalmente nos estados da regional Sul — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A pauta da primeira edição foi decidida pelos participantes do encontro da Comissão, em Curitiba, no começo de junho. Aproximadamente 10 profissionais trabalharão no SEM TERRA, em forma de colaboração.

Mas o êxito do jornal depende fundamentalmente dos próprios lavradores sem terra. Eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo. O jornal só será importante se efetivamente contribuir para um avanço da organização dos sem terra e para o sucesso de suas lutas. Dos lavradores também depende que o jornal atinja um maior número possível de leitores, nos locais mais difíceis e distantes do país. O Movimento vai continuar crescendo na luta pela Reforma Agrária e o jornal deve acompanhar este crescimento, com a participação de todos.

Editor responsável: Fladimir Araújo

No transcórre do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, no município de Curitiba/PR, foi deliberada a transferência da

Secretaria Nacional do MST de Porto Alegre para São Paulo, bem como a redação do *Jornal Sem Terra*. Essa mudança foi vista pelas lideranças do MST como estratégica, pois a cidade de São Paulo era considerada o centro político mais representativo em âmbito nacional e sua localização geográfica era favorável para a articulação com outras lutas.

No que tange ao jornal, sua produção, divulgação e distribuição seriam facilitadas. Também era a oportunidade de conquistar mais leitores e espalhar as edições para as mais variadas regiões do país. A mudança foi explicada na edição nº 43, março/maio de 1985. Em mensagem destinada aos leitores, os produtores do jornal diziam: “a transferência para São Paulo, centro político mais importante do país, indiscutivelmente, é explicada pelas facilidades que trará à organização dos sem-terra, tanto do ponto de vista político, como de estrutura e de divulgação do seu Movimento”¹⁴². Nessa mesma mensagem, os editores agradecem aos leitores e chamam a atenção para que assinem e divulguem o jornal, contribuindo com a luta dos trabalhadores.

Em São Paulo, o *Jornal Sem Terra* passou a ser composto, montado e impresso na empresa *Cia Editora Joruês*. A relação com essa editora não era apenas comercial, mas também ideológica. Em 1985, o jornal já havia alcançado a tiragem de vinte mil exemplares, e sua editoração passou a ser mensal, mesmo havendo pequenas oscilações entre os meses de dezembro e janeiro, em que havia uma publicação bimestral. Neste período, até o ano de 1989, o Movimento se consolidava e se territorializava em todas as regiões do país. Sua organização buscava autonomia em relação aos grupos de apoio e investia na formação dos seus quadros de militantes. Nas palavras de Fernandes, entre 1985 e 1989, o MST “foi se consolidando como movimento nacional, ao se fazer presente em todas as regiões do país. Essa fase também foi um momento de definições importantes no estabelecimento de sua estrutura organizativa e de sua identidade política”¹⁴³.

O período entre 1985 e 1989, em que o Movimento privilegiou as mobilizações como ocupações, acampamentos, passeatas e manifestações diversas foi relevante para a construção de sua identidade política, também para a “expansão, consolidação e aprendizagem do MST”¹⁴⁴. Nesse período, o MST centrava forças na sua “territorialização”¹⁴⁵, ou como Lerrer

¹⁴² Aos Leitores. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março/maio de 1985, Ano IV, nº 43. p. 2.

¹⁴³ FERNANDES, B. M., *Formação e Territorialização do MST no Brasil*, p. 169.

¹⁴⁴ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 142.

¹⁴⁵ A territorialização da luta pela terra seria o processo de conquista da terra. Nesse sentido, cada assentamento é uma fração do território conquistado. Quando o MST conquista uma área para assentamento, ele também se territorializa. Fernandes estudou o processo de territorialização do MST, ou seja, como o Movimento foi se constituindo no Brasil por meio das conquistas de assentamentos. Ver: FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000; *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

prefere, em seu processo de “nacionalização”¹⁴⁶, isto é, ampliou sua organização e estruturação em todas as regiões do país. Ao passo que o MST expandia sua organização em âmbito nacional, o *Jornal Sem Terra* acompanhava e registrava as lutas, as mobilizações e denunciava a problemática agrária, a inércia do Estado e os atos de violência contra os trabalhadores rurais.

O jornal passava por um processo de profissionalização. Fladimir Araújo, jornalista responsável na época, sublinha que “muda o formato, muda a amplitude, a amplitude editorial, os objetivos, dá um salto, passa para outro patamar completamente diferente daquilo que a gente vinha fazendo até então”. Nesse processo, a demanda foi maior. O periódico “passa a ser efetivamente um jornal com todas as características, com um grupo de colaboradores importante; intelectuais, pensadores desta área agrária e dos problemas sociais, com jornalistas”¹⁴⁷. Chico Daniel, que era considerado um dos melhores repórteres de Porto Alegre, Sérgio Canova, Rafael Guimarães, Caco Schmitt e Issac Akcelrud colaboravam com o jornal. É interessante que, no rol de colaboradores do jornal, havia profissionais que trabalhavam em outros periódicos, com perfil editorial distinto – por exemplo, Issac Akcelrud, que trabalhava no jornal *Folha de São Paulo*.

Nessa direção, quem eram os editores dos jornais? Como eles chegaram a trabalhar no *Jornal Sem Terra*? Como era a produção e escolha das notícias? Em suas visões, quais eram as maiores dificuldades em todo o processo que envolvia a produção do periódico? Em entrevista com alguns editores do *Jornal Sem Terra*, que trabalharam no periódico entre os anos de 1992 e 2012, observou-se que a inserção deles no exercício de editoração foi semelhante. Ainda no curso de jornalismo, movidos pela crença na luta dos sem-terra e por acreditarem num jornalismo *engajado* em causas sociais, jovens jornalistas passaram a participar de atividades do Movimento e foram envolvidos por meio do convite do MST a contribuírem nas lutas através do trabalho na área de comunicação.

Como já foi salientado na introdução da tese, foram entrevistados seis editores para a realização da pesquisa, e este momento torna-se oportuno para conhecê-los. Débora Lerrer,

¹⁴⁶ Em sua tese, Lerrer estudou a trajetória de militantes sulistas que foram para o Nordeste em meados da década de 1980 até a metade da década seguinte. Para tanto, reflete sobre os aspectos culturais, sociais e políticos desta migração gaúcha desenvolvida pelo MST. Esse processo contribuiu para o que chama de “nacionalização” do Movimento, fomentando sua metodologia de lutas, desenvolvendo sua identidade política e estilo de militância. Ver: LERRER, Debora F. *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

¹⁴⁷ ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

natural de Porto Alegre/RS editorou o jornal entre os anos de 1992 e 1997. Durante o curso de Comunicação Social se interessou pelos problemas agrários e pela luta dos sem-terra. Sua inserção inicial no MST ocorreu por meio de visitas a acampamentos e acompanhamento de algumas de suas mobilizações na região de Porto Alegre. No final do curso de graduação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi convidada a ir para São Paulo editar o *Jornal Sem Terra*.

A entrevistada comentou que existiam no Movimento poucas pessoas com curso superior completo na época, em especial, de jornalismo. “Então, apareceu alguém formado em jornalismo que se credenciou como militante de certa maneira, então eles logo me convidaram para ir até São Paulo, pra editar o *Jornal Sem Terra*”¹⁴⁸. Para Lerrer, trabalhar no MST foi decisivo para sua formação e profissionalização. Ela não se identificava com a denominada *grande imprensa* e, no MST, exerceria o jornalismo da forma que acreditava. É notável a linguagem de Lerrer no transcrito da entrevista, isso porque, quando ela se refere ao MST, fala *eles*, não *a gente*, *nós*. Nesse sentido, não se considerava parte do MST. Trabalhou e contribuiu na luta, mas não se sentia pertencente ao Movimento. Em sua entrevista, demonstrou uma relação profissional com o MST; mesmo simpatizando com a luta e com a causa do Movimento, não se referiu a si mesma como uma *Sem Terra*, uma militante. Depois que parou de trabalhar no Setor de Comunicação do Movimento, Lerrer se dedicou à vida acadêmica¹⁴⁹.

Outra editora do jornal foi Sinara Sandri, natural de Cruz Alta/RS e, atualmente, residente em Porto Alegre. Ela é formada em Jornalismo pela UFRGS, no ano de 1995, e possui Mestrado em História pela mesma Instituição. Trabalhou nove meses na editoração do *Jornal*, no ano de 1997. Sua relação com o MST começou na faculdade, se envolvendo em projetos de extensão para desenvolvimento de ferramentas de comunicação para o Movimento, como programas de rádio nos assentamentos. Sinara também foi convidada pelo MST, através de sua Direção Nacional, para contribuir nos trabalhos de comunicação. Conforme a entrevistada, ela “não tinha uma relação direta de militância com o Movimento” durante o período em que trabalhou na edição do jornal e na assessoria de imprensa do Movimento¹⁵⁰. Sua relação com o MST, além da simpatia com a reforma agrária e a luta pela terra, foi como profissional da área de comunicação. Em sua fala, disse que foi a São Paulo

¹⁴⁸ Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

¹⁴⁹ Debora Franco Lerrer é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

¹⁵⁰ Sinara Sandri. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

temporariamente para cobrir a ausência de Débora Lerrer e que não tinha pretensão de ficar muito tempo trabalhando no Movimento.

Entre os anos de 1998 e 2003, Nilton Viana, natural de Três Marias/MG, assumiu a editoração do jornal. Apesar de ser mineiro, Nilton foi viver em São Paulo, ainda quando era adolescente, em fins da década de 1970. Sua formação é na área de Jornalismo, mas, antes de se tornar jornalista, foi bancário na empresa Bradesco. Sua trajetória de vida sempre esteve ligada à militância e à luta sindical. Ainda como bancário, identificava-se com o jornalismo, escrevia textos para o sindicato dos bancários e contribuía para a produção de um jornal: “a gente tinha um jornal que se chamava *Bradejo*, que era um jornal dos funcionários do Bradesco, dos trabalhadores do Bradesco, a gente fazia um jornal basicamente das denúncias, da exploração que o banco fazia com todos trabalhadores na ocasião”¹⁵¹. Nilton, por ser filho de pequenos trabalhadores rurais e por exercer militância sindical, acompanhava *de perto* a luta do MST, suas mobilizações e dialogava com suas lideranças. Sua inserção no trabalho de comunicação e editoração do *Jornal Sem Terra* também foi mediante convite da Direção Nacional do Movimento.

E, depois que eu me tornei um profissional mesmo da comunicação eu fui convidado oficialmente pra integrar o Coletivo de Comunicação do MST que, no momento, estava em processo de formação. Nós criamos um coletivo nacional, ajudamos a desenvolver os formadores, os comunicadores populares, que são os militantes que nos ajudam a fazer e produzir o *Jornal Sem Terra*¹⁵².

No contexto atual, Nilton Viana é editor responsável pelo jornal *Brasil de Fato*. Aliás, sua saída da editoração do *Jornal Sem Terra* esteve ligada à criação do *Brasil de Fato*, no ano de 2003. Destaca-se que, este jornal é apoiado pelo MST e tem um perfil *alternativo*, distinto dos grandes meios de comunicação, sobretudo pelo perfil de seus colaboradores, que são intelectuais e militantes em movimentos sociais e, também pelo seu perfil contestador e crítico em relação às políticas do Estado e às ações das elites conservadoras do país. A sede do *Brasil de Fato* fica no mesmo local em que os profissionais do *Jornal Sem Terra* trabalham. No dia da entrevista com Nilton Viana, percebeu-se que os profissionais desses dois periódicos dialogam constantemente, trocam informações e se ajudam mutuamente. Ao

¹⁵¹ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

¹⁵² Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

se remeter ao MST e ao jornal, Nilton revela na entrevista que ainda faz parte do grupo. O uso de *nós* e de *a gente* são recorrentes quando se refere ao jornal e ao Movimento.

Cristiane Gomes, nascida em Campinas/SP, editorou o jornal no período de dezembro de 2003 e junho de 2007. Cristiane se formou no curso de Jornalismo na Universidade Metodista de Piracicaba/SP, no ano de 2002. No mesmo ano se mudou para São Paulo com o interesse de trabalhar em favor de alguma causa social. Em suas palavras:

[...] na faculdade mesmo já fui me interessando em fazer um jornalismo engajado socialmente, colocar minha profissão a serviço de alguma causa, enfim, de alguma coisa que eu acreditasse. Que eu pudesse, lógico, ganhar dinheiro, ganhar dinheiro assim, me sustentar, pagar minhas contas etc., mas não queria fazer um jornalismo que eu não acreditasse¹⁵³.

Recém-formada em Jornalismo, Cristiane não teve muitas oportunidades de trabalho, mas tinha uma certeza: a de que queria colocar seu serviço a favor de algo em que acreditasse. A partir de um *idealismo* e/ou *romantismo*, a maior parte dos editores entrevistados tinha essa visão antes de editar o *Jornal Sem Terra*: colocar seu serviço a favor de algo em que acreditasse e que fugisse do *sonho* da carreira tradicional de jornalista (trabalhar em um grande meio de comunicação). E, o jornal do MST era a possibilidade de fazerem uma comunicação em prol de alguma causa, de uma luta social e política. Antes de editar o jornal, Cristiane desenvolveu alguns trabalhos na área da comunicação em sindicatos como o dos Químicos em Guarulhos/SP e o dos Metroviários. Cristiane narrou que teve contatos com grupos do MST no período em que fazia faculdade, visitando e desenvolvendo trabalhos em assentamentos no estado de São Paulo. Na faculdade, também conheceu militantes do Movimento que estudavam na instituição e essas amizades foram um contato e uma ponte para que ela ingressasse nos trabalhos de comunicação do MST.

A entrada de Cristiane na editoração do jornal é bem interessante, pois ela entra para ser redatora e as circunstâncias do momento fizeram com que se tornasse editora do periódico. Em 2003, a editora responsável, Daniela Stefano, teve de se ausentar devido a problema de saúde de seu companheiro e Cristiane assumiu os trabalhos. Segundo ela: “fiquei super insegura na época porque não tinha muito tempo no Movimento, tinha alguns meses, mas eu gosto de desafios, topei e fui que fui. Foi dessa forma, foi uma conjuntura que fez com que eu me tornasse editora do jornal”¹⁵⁴. Cristiane ficou por quase quatro anos na editoração do

¹⁵³ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

¹⁵⁴ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

jornal, e, ao sair da editoração, fez o Mestrado em Comunicação e Cultura na Universidade de São Paulo (USP). No ano em que foi realizada a entrevista (2012), Cristiane trabalhava no setor de Comunicação do Conselho Regional de Psicologia do município de São Paulo. Em sua narrativa, notou-se que não se considerava mais como parte do MST, o que leva a pensar que sua relação com o Movimento, além da simpatia pelo MST e da luta pela terra, foi profissional – ela era uma trabalhadora da área de Comunicação. Cristiane fez parte do projeto do MST, mas não militava no Movimento. Optou e seguiu outros caminhos.

Outra entrevista foi realizada com Igor Felipe Santos, que acompanhou a editoração do *Jornal Sem Terra* desde fins do ano de 2004. O entrevistado é formado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no ano de 2004. Seu trabalho foi além da editoração do jornal: coordenou o Setor de Comunicação do MST e acompanhou todos os meios de comunicação da organização até meados do ano de 2013. Assim como outros editores, Igor conheceu o MST no período em que cursava Jornalismo e adentrou nos trabalhos de comunicação a partir de contatos com amigos e pessoas ligadas ao Movimento.

Eu entrei no Setor de Comunicação do MST a partir de um contato de uns colegas da Universidade que trabalhavam no Movimento, no Setor de Comunicação, e também porque na minha Universidade tinha um conjunto de professores que eram muito próximos do MST, como o Arbex (José Arbex Júnior), o Hamilton de Souza (Hamilton Octávio de Souza), que de certa forma criaram essa ponte da Universidade com o Movimento. Nesse período, tinha muita gente da minha Universidade que trabalhava no Movimento¹⁵⁵.

Igor ainda editorava o *Jornal* quando foi realizada a entrevista, em 2012. Salientou constantemente que, muito mais que trabalhar na Comunicação do Movimento, militava no MST. Não era apenas um profissional da comunicação, era um militante da organização. Contemporânea a Igor foi Joana Tavares, natural de Belo Horizonte/MG. Joana também era formada em Jornalismo, mas pela PUC de Minas Gerais, em 2004. No tempo da faculdade desenvolveu pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso sobre as estratégias de comunicação do MST para se inserir na esfera pública. Durante a pesquisa participou do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), desenvolvido pelo movimento estudantil da Universidade. Na ocasião, passou quinze dias em um acampamento do MST no norte de

¹⁵⁵ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

Minas Gerais e se “apaixonou”¹⁵⁶ pelas famílias acampadas e pela história de luta do Movimento. A partir de então começou a se envolver mais intensamente com os movimentos sociais. No ano de 2007 foi para São Paulo e integrou os trabalhos do Setor de Comunicação do MST. Em julho de 2009 foi-lhe atribuída a tarefa de editar o *Jornal Sem Terra*, tarefa que se estendeu até abril de 2011. Até 2012, ano da entrevista, Joana era correspondente do jornal *Brasil de Fato* no estado de Minas Gerais e cursava o Mestrado no Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

As narrativas de Débora, Sinara, Nilton, Cristiane, Igor e Joana corroboram para se refletir sobre o fato de, em grande parte da editoração do *Jornal Sem Terra*, o MST incluir jovens profissionais da comunicação para desenvolver atividades no Setor de Comunicação. O envolvimento desses jovens em trabalhos do Movimento no período de faculdade, os contatos com militantes da organização e o desejo de efetuarem uma comunicação *engajada* (ligada a uma causa social e política) foram preponderantes para que houvesse o convite para integrarem os trabalhos de Comunicação do MST.

No Movimento, os editores desenvolviam outras tarefas além da editoração do jornal, como, por exemplo, faziam assessoria de imprensa da Direção Nacional. Vale lembrar que os entrevistados eram jornalistas externos ao MST, isto é, não faziam parte de sua organização. Eram simpatizantes que se identificavam e compartilham das lutas do Movimento, mas, acima de tudo, eram profissionais e recebiam pelo seu trabalho. Esses jovens profissionais, movidos pela paixão e desejo de contribuir com uma causa e fazer um jornalismo diferente, tiveram no início de suas carreiras a tarefa de trabalhar em um jornal de um movimento social que, a partir da década de 1980, se tornou o maior e, para muitos estudiosos, o mais significativo do país. Cada um com sua trajetória de vida e anseios se assemelham nessa tarefa.

É importante destacar que, pensando no trabalho do jornalista na produção do *Jornal Sem Terra* e em outras tarefas de comunicação no MST, existiam tensões e conflitos. A tensão advinha da própria pressão exercida por se trabalhar no Setor de Comunicação do maior movimento social de luta pela terra do país e que sempre estava em evidência no cenário político brasileiro. Os conflitos, por vezes, eram normais, pois em uma equipe de trabalho há pensamentos divergentes e relações que se desgastam com o tempo. Há também que considerar o fato desses editores estarem sob a responsabilidade da Direção Nacional do MST. Sendo assim, eram cobrados e exigidos no desenvolvimento dos trabalhos no jornal. De

¹⁵⁶ Joana Tavares. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

forma geral, os entrevistados não evidenciaram tanto os conflitos e as tensões na editoração do jornal, a não ser a quantidade de trabalho, que era considerável.

A tensão e o conflito ficaram mais explícitos na narrativa de Lerrer. A entrevistada disse que, em alguns momentos, não foi respeitada enquanto profissional. Em sua fala é perceptível certo incômodo com as relações vivenciadas, não só na editoração do jornal, mas também, numa perspectiva mais ampla, no Setor de Comunicação. Ao ser “convocada” para fazer assessoria de imprensa, paralelamente às outras atividades, os trabalhos triplicavam¹⁵⁷.

Na visão de Lerrer, não foi fácil trabalhar no jornal, não só por ela ser recém-formada, mas também pelo contexto que estava sendo vivenciado pelo MST com o governo FHC e com as mídias, que criminalizavam as ações do Movimento. Os motivos que contribuíram para sua saída foram, além do desgaste com o trabalho, as tensões e os conflitos no cotidiano (clima não muito harmonioso) e a perspectiva de poder se dedicar e desenvolver outros tipos de atividades.

Em contrapartida, mesmo com as tensões, conflitos e dificuldades que envolviam a editoração do jornal e outras atividades de comunicação no MST, os editores entrevistados destacaram que as experiências dos trabalhos realizados foram essenciais para suas respectivas formações enquanto profissionais. Foi um tempo, sobretudo, de aprendizado.

Cristiane Gomes ressaltou que o tempo de editoração do jornal foi o “período que me formei mesmo, tecnicamente, eticamente. Aprendi muita coisa trabalhando lá”. Assim, disse que tinha muito orgulho de ter feito “parte dessa história e poder colocar o meu conhecimento, a minha técnica jornalística a serviço de uma causa que eu acreditava e continuo acreditando, que é não só a reforma agrária, mas uma mudança real de visão e de paradigma no Brasil”¹⁵⁸. Para Igor, foi “uma honra muito grande editar um jornal que tenha essa importância política na história do Brasil e na história do MST, e também uma responsabilidade muito grande que esse jornal cumpra seus objetivos”¹⁵⁹. Joana disse que foi um orgulho ter passado e contribuído com a história do *Jornal Sem Terra*. Em sua visão, foi o trabalho “mais prazeroso dentro da comunicação do movimento, foi muito importante e interessante poder me relacionar com as pessoas que escreviam, com os temas, e conhecer melhor a diversidade de experiências e desafios com que uma organização do porte do MST se depara”¹⁶⁰. Nilton revelou na entrevista que a experiência em trabalhar no jornal foi ímpar

¹⁵⁷ *Debora Franco Lerrer*. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

¹⁵⁸ *Cristiane Gomes*. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

¹⁵⁹ *Igor Felipe Santos*. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁶⁰ *Joana Tavares*. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

em sua vida profissional, pois foi um “momento muito rico”¹⁶¹. Além do aprendizado, estava fazendo um tipo de mídia que tinha seu perfil profissional.

Sobre a escolha e produção das notícias, os editores salientaram que esse processo se dava por meio de uma “reunião de pauta”, geralmente mensal, ou de acordo com as necessidades. Antes de cada edição, os editores, os representantes da Direção Nacional do MST e alguns coordenadores de setores da organização, reuniam-se para discutir a edição anterior e a pauta para a próxima edição. Isto é, quais as matérias e os assuntos que seriam abordados no jornal. Os nomes mais frequentes da Direção Nacional nas reuniões de pauta eram os de João Pedro Stedile e Neuri Rosseto. Aliás, os nomes dos dois aparecem no expediente de algumas edições na década de 1990.

Destaca-se também que, nos estados, havia militantes responsáveis por contribuir com as reportagens. Esses colaboradores não eram jornalistas de formação, mas seus nomes eram sempre evidenciados no expediente do jornal, geralmente, escreviam textos sobre os acontecimentos significativos nos estados e enviavam para os editores. Posteriormente, os responsáveis pela produção do jornal faziam uma triagem das notícias e, quando necessário, as reescreviam e publicavam no periódico. Todavia, os conteúdos do jornal eram discutidos na reunião de pauta.

A partir dos editores entrevistados, percebeu-se que essa reunião era “um debate aberto”¹⁶² e coletivo, em que cada participante poderia expor suas posições e sugestões. Na compreensão de Joana: “toda a pauta era discutida em conjunto, com o setor de comunicação e representantes da direção. Se alguma pauta ‘caía’ discutíamos juntos como substituí-la”¹⁶³. Ao falar sobre a dinâmica da produção do jornal, Nilton ressaltou: “a gente sentava e fazia uma reunião de pauta geral, dos temas, da conjuntura nacional, enfim, e das principais lutas que iriam se desenvolver. E no decorrer do mês até a data de fechamento, produziríamos essas pautas juntos com militantes etc.”¹⁶⁴. O jornal era pensado durante todo o mês, e o seu conteúdo escolhido rigorosamente. Por mais que houvesse um debate aberto, em que os participantes pudessem expor suas opiniões, é interessante que a Direção Nacional tinha um peso considerável nessas reuniões, sobretudo, no “tom político que aquelas matérias iriam ter”¹⁶⁵, como enfatizou Cristiane.

¹⁶¹ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

¹⁶² Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁶³ Joana Tavares. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

¹⁶⁴ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

¹⁶⁵ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

A participação da Direção Nacional do MST na produção do jornal era importante e fundamental. Sinara destacou que o jornal “era de responsabilidade direta de dois dirigentes que tinham uma visão muito própria sobre o que deveria ser feito e tinham uma cultura de “revisar” os textos já prontos”¹⁶⁶. A entrevistada não revelou quem eram esses “dois dirigentes”, mas possivelmente seriam João Pedro Stedile e Neuri Rosseto, uma vez que eles acompanhavam a produção do jornal na época.

A fala de Nilton é muito elucidativa quanto à participação e quanto ao papel da Direção Nacional do MST na produção do periódico: “a direção sempre teve um papel importantíssimo, inclusive no acompanhamento. O MST sempre teve essa preocupação de ter um dirigente nacional responsável pelo Setor de Comunicação”¹⁶⁷. Nilton salienta que a participação da Direção Nacional era importante para manter o que chama de “coesão” do conteúdo político e ideológico do Movimento. Ou seja, os discursos produzidos no periódico tinham de ser edificados de acordo com os interesses políticos e ideológicos do MST. O *Jornal Sem Terra* deveria ser o instrumento de representação da Direção Nacional do MST. Por parte dos dirigentes nacionais havia essa preocupação, por isso, o cuidado em acompanhar a produção do jornal.

Mas sempre teve o acompanhamento e a pauta era sempre discutida com a Direção Nacional, inclusive por ela ser esse instrumento político, de formação, de unidade nacional. Então, o jornal precisava estar coeso com o conjunto do Movimento, com o conjunto da direção, daí a necessidade sempre de ter um dirigente acompanhando de perto o conteúdo político e ideológico do *Jornal Sem Terra*¹⁶⁸.

Ao falar da dinâmica interna da editoração do jornal, Lerrer observa que, quando chegou, já existia uma “dinâmica pré-estabelecida”, com correspondentes nos estados e pessoas responsáveis por enviar as notícias. A modificação foi em relação à proposição de um novo projeto gráfico, porque na sua visão o anterior era um pouco confuso. Aliás, ao se folhear o jornal, nota-se que cada editor modificava alguns elementos gráficos em sua composição. Quanto ao processo de produção, até ao de fechamento do jornal, Lerrer evidencia algumas tensões no trabalho:

¹⁶⁶ Sinara Sandri. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

¹⁶⁷ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

¹⁶⁸ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

Eu fechava, depois eles criticavam a edição e tal, entende? Eu vivia levando *pau*, porque eu tinha feito isso errado e não sei o que. Aí depois de vários tempos, assim... porque é horrível, tu vai lá finaliza o jornal sozinha e depois vem um monte de gente te criticar. Bom, eu falei então: “apareçam na hora do fechamento, porque tem coisas que se decide no fechamento”. Aí começou a captar, no fechamento e tal¹⁶⁹.

O *eles* a que Lerrer remete são as lideranças pertencentes à Direção Nacional do MST. Ela compartilhava as críticas que recebia ao fechar o jornal, pois sempre havia alguém para criticar alguma coisa. Em sua fala, Lerrer demonstra certa indignação com aquela prática, ela finalizava o jornal sozinha, e depois recebia críticas. Percebe-se certa tensão e conflito no discurso de Lerrer, quando ela se remete ao processo de finalização do jornal, o que não quer dizer que as pessoas envolvidas não tinham bons relacionamentos e não compartilhavam das mesmas ideias. A tensão, explicitada por Lerrer, estava ligada mais ao processo de produção do periódico do que às relações interpessoais entre os envolvidos com o jornal.

No que diz respeito à participação da Direção Nacional do Movimento, Lerrer ressalta que sempre havia “alguém da Direção Nacional que ficava responsável pelo jornal”¹⁷⁰, tanto na elaboração de pauta quanto no fechamento do periódico. Torna-se relevante destacar que os editores gozavam de certo tipo de autonomia considerando que, por serem profissionais da comunicação, também tinham suas concepções sobre o ofício do jornalista.

Em sua narrativa, a entrevistada Cristiane enfatiza sua *autonomia* ao editar o jornal, mas observa que, sempre que surgia alguma dúvida ou questão delicada, recorria a algum membro da Direção Nacional. Sobre a produção do jornal, fez questão de destacar também que a Direção Nacional não a controlava “ditatoriamente”. Havia certo cuidado com os discursos e com aquilo que era publicado, mas isso não significava que a Direção ficasse controlando a produção das matérias o tempo todo, ou que queria ver tudo que estivesse sendo produzido. Nas reuniões, e antes de se publicar o jornal, a Direção Nacional analisava o que era produzido, preocupando-se, com o que Cristiane chama de “tom político”, com o fato de os discursos estarem ou não alinhados politicamente com as concepções do MST.

Questiona-se, assim, até que ponto ia a autonomia do profissional de comunicação nesse caso? Pode-se dizer que ela era limitada ao “tom do MST”, posto que era necessário seguir um discurso pautado no que pensava e no como agia o Movimento. Essa é uma questão que Bernardo Kucisnski observa ao estudar a denominada *imprensa alternativa*. Ao refletir sobre as diferenças entre os alternativos que se disseminaram no período da Ditadura Civil-

¹⁶⁹ Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

¹⁷⁰ Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

Militar e os alternativos que continuaram e/ou nasceram na década de 1980, o autor ressalta que os segundos foram incentivados por grupos e entidades civis e religiosas, como é o caso do *Jornal Sem Terra*. Os *alternativos* que nasceram após a década de 1980, por vezes, se tornaram institucionalizados, por estarem ligados a entidades, movimentos sociais e partidos políticos. Na produção desses periódicos, denominados por Kucisnski de “basistas”, o jornalista não seria mais o sujeito do processo e sua autonomia estaria comprometida. Nos alternativos do tempo da ditadura Civil-Militar, o jornalista era o protagonista, já nos alternativos ligados a instituições e movimentos sociais, ele passa a ser um assalariado e deve defender as posições políticas e pragmáticas do grupo ligado ao jornal¹⁷¹.

Em sua tese de Doutorado, ao refletir sobre o jornal que editorou por mais de seis anos, Lerrer sublinha que, a partir de 1986, o jornal foi “enquadrado” de acordo com as linhas políticas do Movimento. Isto é, seus discursos eram construídos conforme o pensamento da Direção Nacional. Nesse processo, como jornalista e editora do periódico, sua escrita é tangida por certa tensão entre seu trabalho como jornalista e editora do periódico e aquilo que a Direção Nacional do MST representava. Nessa dinâmica, a jornalista enfatiza que, “de modo algum, eu me considerava ‘enquadrada’ pelas linhas políticas do MST, pois eu simplesmente as compartilhava”¹⁷². É evidente a tensão na escrita de Lerrer, quando faz questão de dizer que não se sentia “enquadrada” pelo MST. Na entrevista, destaca isso também: o compartilhar das ideias do Movimento, mas não o se sentir “enquadrada”. O interessante é que, ao mesmo tempo em que diz isso, relata que era um diálogo “que tinha um peso”. Tinha o “peso político” da Direção Nacional, mas também havia o “peso técnico” do jornalista¹⁷³. Ou seja, ela era a profissional em jornalismo e em alguns momentos tal condição tinha influência. Mas, no que tange aos discursos e matérias veiculadas, o “peso político” da Direção Nacional era mais *significativo* que o da profissional de jornalismo. Considera-se que Lerrer era uma *funcionária* do MST, que trabalhava em seu Setor de Comunicação, sendo assim, algumas questões eram debatidas, outras acatadas.

No que diz respeito à produção e à qualidade do *Jornal Sem Terra*, há que sublinhar que, em mais de 30 anos, com a colaboração de diversos jornalistas, o periódico avançou consideravelmente nesses aspectos. Na edição de maio de 1986, nº 52, o jornal teve aumento de sua tiragem para quarenta mil exemplares. Na visão de Bezerra, o aumento estava ligado não só ao crescimento do número de assinantes, mas também ao fato de o periódico ser

¹⁷¹ KUCINSKI, B., *Jornalistas e Revolucionários*, p. XXVIII.

¹⁷² LERRER, D. F., *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*, p. 14.

¹⁷³ *Debora Franco Lerrer*. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

entendido cada vez mais como uma ferramenta de formação política e de aperfeiçoamento daquilo que a organização do Movimento queria para seus integrantes. Assim, “o próprio jornal demonstrava preocupação com relação à qualidade e teor da informação levada aos trabalhadores e a repercussão que esta gerava em um público cada vez maior”¹⁷⁴. O número de páginas de cada edição variava entre 12 e 22 folhas, a quantidade estava associada às tensões e aos enfrentamentos no campo, até o fechamento de cada edição.

No ano de 1986, o jornal conquistou o *VIII Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos* na categoria *Imprensa Sindical e Popular*. Na época, Flademir Araújo era o jornalista responsável por sua produção. Esse prêmio foi instituído em 1979 pelos seguintes grupos: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia, Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Para o MST e para o *Jornal Sem Terra*, que tinha seis anos de existência, foi motivo de conquista e satisfação¹⁷⁵. O prêmio significava que o jornal era relevante no contexto nacional da luta pela terra e estava sendo reconhecido entre os profissionais da comunicação.

Ao longo de sua trajetória histórica, os editores do jornal criaram diversas seções¹⁷⁶ em seu interior. A respeito do avanço técnico e de editoração do jornal, destacam-se como exemplo as capas das edições de fevereiro/março de 1987, nº 60, e fevereiro de 2004, nº 237.

¹⁷⁴ BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 71

¹⁷⁵ Sem Terra: prêmio Herzog 86. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro/dezembro de 1986, Ano V, Nº 58. p. 19.

¹⁷⁶ Sobre a estruturação das seções e principais temáticas abordadas no *Jornal Sem Terra*, ver as pesquisas de Fernando Perli (2002; 2007) e Antonio Alves Bezerra (2011), já enunciadas neste trabalho.

Imagem 4 - Capa do *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro/março de 1987.



Editor responsável: Fladimir Araújo

Imagem 5 - Capa do *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2004.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR

ANO XXII - NÚMERO 237 - FEVEREIRO DE 2004 - R\$ 1,50

MST: 20 anos de lutas, conquistas e dignidade



Em São Miguel do Iguaçu, mais de 1.200 militantes comemoraram os 20 anos do MST

Estudo

Plínio Arruda Sampaio e Horácio Martins analisam as mudanças no campo nos últimos 20 anos

páginas 4 e 5

Transgênicos

Câmara dos Deputados aprova projeto de lei de biossegurança

página 10

Editora responsável: Cristiane Gomes

É perceptível, por meio da materialidade dessas capas, o avanço técnico e a qualidade do impresso, com a inclusão de mais imagens e cores às páginas. A diagramação se redefiniu e os textos ficaram melhor distribuídos. Em seu interior, há diversidade de temáticas publicadas, as mais recorrentes são as seguintes: reforma agrária, violência, política, organização dos trabalhadores nos estados, lutas sociais tanto no país como em âmbito internacional, orientações gerais para os seus militantes, dentre outras questões. E, quais eram as maiores dificuldades no processo que envolvia a produção do periódico? Como era a distribuição e o financiamento do jornal? Nas entrevistas com os editores, perceberam-se alguns aspectos que envolvem essas indagações.

As dificuldades relacionadas ao processo de produção eram muitas. Cada editor, em sua época, destacou o que concebia como dificuldade. Lerrer, por exemplo, salientou que no tempo em que ficou como editora “tinha problemas de vários tipos”:

Às vezes, por exemplo, a informação, algumas pessoas de alguns estados achavam que era bom inflar o número de famílias, isso nunca é bom. Tipo, colocar que tinha 300 quando tinha 100. Às vezes o texto tinha que reescrever, com frequência, geralmente eu reescrevia. E, às vezes eles não davam importância pra mandar a notícia quando eu sabia que estava acontecendo alguma coisa importante lá, então tinha que ir atrás. Isso era mais, talvez assim, em termos de produção do jornal isso era mais evidente¹⁷⁷.

De acordo com sua fala, as dificuldades estavam relacionadas às notícias enviadas pelos militantes nos estados, as quais chegavam com demora e tinham de ser reescritas. No que se refere à ampliação dos números, isso era algo considerado, pela entrevistada, como negativo; uma ação com a qual ela não concordava devido à sua ética profissional e ao fato de, segundo ela, não ser adequada nem para o MST nem para o periódico. Sobre os textos *mal escritos*, é possível pensar sobre a falta de experiência com a escrita jornalística desses militantes, e também sobre a pouca escolaridade e dificuldade para colocarem no papel aquilo que viam e vivenciavam. Nesse caso, havia, ainda, limites entre o *ideal* e o *real*, pois os militantes colaboradores nos estados tinham dificuldades diversas para o envio dos textos, em especial, dos textos com uma escrita jornalística apurada. O *ideal* era que enviassem notícias bem redigidas que chegassem a tempo de serem publicadas, mas o *real* que configurava esse processo era limitado e dependia das experiências históricas dos militantes colaboradores.

¹⁷⁷ Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

A fala de Nilton vai ao encontro da narrativa de Lerrer – na época em que Nilton editorou o *Jornal Sem Terra*, a maior dificuldade se encontrava na forma e no como as notícias chegavam. Ele faz essa análise partindo das tecnologias disponíveis no contexto em que se realizou a entrevista. Em sua visão, os textos chegavam sob a forma de cartas, muitas vezes de difícil compreensão, via *Correios*¹⁷⁸. E, transformar os textos que chegavam em notícias, demandava muito trabalho na editoração. Ao ser indagado sobre outras dificuldades, Nilton se esquivou um pouco em falar sobre elas, preferindo enfatizar sempre o quanto o trabalho foi difícil, mas, ao mesmo tempo gratificante, sendo uma experiência profissional e de vida muito significativa. Para Nilton, falar das dificuldades que envolviam a editoração do jornal, talvez pudesse ofuscar o quanto esse tempo foi relevante em sua vida. Por isso, esquivou-se de adentrar mais profundamente nas dificuldades vivenciadas.

Cristiane também destacou a dificuldade interna relacionada à chegada das informações: muitos estados não tinham uma equipe organizada para enviar as notícias aos editores. Ela cita que os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro eram mais organizados internamente em relação a isso e enviavam muitos textos. A editora salientou dificuldades para compor o jornal, como a falta de imagens: “a gente tinha às vezes umas questões práticas, de ter fotos legais pra poder ilustrar o jornal. A gente não podia comprar foto porque a gente não tinha dinheiro pra ficar gastando assim. Às vezes eu sentia falta da gente ter essas imagens”¹⁷⁹. A falta de *dinheiro* foi apontada também por Joana. Para ela, o mais complicado era a questão financeira. “A periodicidade mensal do jornal nem sempre se cumpria devido as dificuldades financeiras”¹⁸⁰. O jornal não tinha tanto poder aquisitivo, até porque sua produção não visava o mercado e não reservava espaços para publicidade e propaganda. Isso não quer dizer que o MST não incentivasse e fizesse campanhas para angariar assinaturas. Nas edições do jornal, geralmente na última página, sempre havia algum texto de incentivo aos leitores para que assinassem o periódico, evidenciando sobre como e indicando os valores da assinatura.

A visão de Sinara, quanto às dificuldades, estava mais relacionada à estrutura do jornal. Conforme a entrevistada, “o grande problema era o perfil da publicação que precisava ser arejado, pois não conseguia romper com o formato de panfleto. Para ter uma ideia, a capa

¹⁷⁸ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

¹⁷⁹ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

¹⁸⁰ Joana Tavares. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

do jornal seguia sempre o mesmo padrão gráfico”¹⁸¹. Para ela, essa estrutura tornava a publicação bastante monótona. Seu olhar sobre as dificuldades era sob o ponto de vista técnico e estrutural e não sobre o como as notícias chegavam e eram produzidas. Sinara ressaltou, ainda, que a estrutura era pequena e o quadro de profissionais reduzido. Essas últimas questões têm a ver com o fato de o jornal não disponibilizar de muitos recursos financeiros.

Nessa perspectiva, como o jornal era financiado? Ele se auto-sustentava? A produção do *Jornal Sem Terra*, em todo o processo, era de responsabilidade do MST. Era tarefa da organização do Movimento *bancar* sua produção – trabalhos técnicos, impressão – e distribuição. As despesas que envolviam o jornal eram previstas e sistematizadas no orçamento do MST. A esse respeito, a entrevistada Cristiane menciona que “o jornal estava no orçamento do Movimento como um todo”¹⁸². Igor, por sua vez, ao ser indagado se o jornal se auto-sustentava, chegou até a alterar o tom de voz para dizer: “não”. Segundo ele, “o *Jornal Sem Terra* é um jornal do MST, então o MST tem a tarefa de garantir que esse jornal seja rodado pra que a militância receba essas informações, ou seja, essa é uma tarefa da organização”¹⁸³. Nilton enfatizou consideravelmente que o jornal não era auto-sustentável do ponto de vista das assinaturas e também não tinha caráter mercadológico.

O jornal do MST nunca se preocupou, ele sempre foi sustentado pela militância, pelas cooperativas, pelas doações. Assim como o MST se sustenta. Sustenta por doações, por contribuições, pela participação voluntária, participação da militância. Então, ele nunca teve essa preocupação de ser um veículo sustentado por assinantes. As assinaturas sempre foram muito pequenas, do ponto de vista financeiro. Ele era sustentado fundamentalmente pela própria organização, com os recursos da própria organização, porque tem esse papel estratégico, sempre cumpriu esse papel estratégico. Então, nunca foi uma preocupação do ponto de vista de ter auto-sustentação do veículo, até porque ele não é algo independente, ele é um instrumento da própria organização e voltado pra organização¹⁸⁴.

A partir das palavras de Nilton, nota-se que não havia uma obsessão do Movimento em relação à auto-sustentação do jornal. A sustentação era de responsabilidade do MST, uma vez que ele era um instrumento político de sua organização, estratégico para seus objetivos. Mesmo que o Movimento fizesse constantemente campanhas e estimulasse seus integrantes a

¹⁸¹ Sinara Sandri. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

¹⁸² Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

¹⁸³ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁸⁴ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

assinarem o jornal, no sentido de que as assinaturas dariam um suporte para sua produção, era tarefa do MST garantir que ele fosse produzido e distribuído entre seus integrantes. Fladimir Araújo, primeiro editor responsável pelo periódico, entendia que, mesmo com dificuldades financeiras, “manter o *Jornal Sem Terra* era uma questão de honra”¹⁸⁵ para o MST. O Movimento, ao longo de sua trajetória histórica, sabia da importância política do jornal para sua organização. Por este prisma, nunca cogitou parar com sua produção, e o jornal se tornou parte integrante e instrumento político da organização do MST.

De acordo com Igor, a linguagem – um dos aspectos relacionados à produção do jornal – sempre foi preocupação e dificuldade permanentes. O jornal teria que ser atraente e acessível, tanto para os trabalhadores rurais que apresentavam dificuldade de leitura e entendimento, quanto para os militantes que tinham um grau de escolaridade maior. Assim, para além da estética, “ser acessível e elevar o nível de conhecimento, de nível cultural da nossa base e da nossa militância”¹⁸⁶.

Sob esse aspecto, ao estudar o *Jornal Sem Terra*, Perli reflete que, talvez, os resultados de leitura do periódico, por parte dos sujeitos sem-terra, dependessem da redação do jornal. Os mecanismos de recepção dos trabalhadores rurais são distintos dos mecanismos dos trabalhadores urbanos. Para Perli, o jornal conquistava mais leitores urbanos do que rurais¹⁸⁷. Por parte das lideranças do MST, havia essa preocupação com a linguagem do jornal e foram realizados debates em face desta questão.

Quanto à distribuição do periódico, o entrevistado Igor destacou que essa era uma das maiores dificuldades. Em suas palavras, a preocupação era: “Como é que chega na ponta. Como é que chega no acampamento e assentamento. Como é que chega nos coordenadores das brigadas¹⁸⁸ dos assentamentos e acampamentos. Como é que vai organizar o coletivo, a brigada para ler conjuntamente o jornal, pra discutir os textos”¹⁸⁹. Portanto, como se dava a

¹⁸⁵ ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

¹⁸⁶ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁸⁷ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 155.

¹⁸⁸ Para se referir à organização do Movimento, o termo *brigada* passou a ser utilizado no início do século XXI. Sistemáticamente, cada 500 famílias assentadas e/ou acampadas em municípios próximos compõem uma *brigada*, onde se organizam os núcleos, setores, direção e coordenação estadual. “A brigada se organiza em setores (frente de massas, produção, educação, formação, saúde, gênero, comunicação, cultura) e em equipes de finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos” (LERRER, 2008, p. 29). Essa organicidade foi construída para tentar resolver problemas internos da organização, que, por vezes, estava muito ausente da realidade vivida pelos sujeitos nos acampamentos e assentamentos. Enfim, aproximar os dirigentes das famílias. Em cada brigada de 500 famílias, era escolhido de forma coletiva um homem e uma mulher para serem dirigentes e um/uma coordenador responsável por todo o grupo.

¹⁸⁹ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

distribuição do jornal? Igor explicou que o periódico era distribuído de duas formas. A primeira seria “a mais tradicional”. A partir da tiragem, a quantidade de exemplares era dividida conforme a demanda dos estados, e eles eram enviados para as *Secretarias Estaduais*. Chegando aos estados, os militantes faziam uma redistribuição do jornal para as secretarias regionais e/ou lugares com maior concentração de integrantes do Movimento. A outra forma de distribuição seria a partir das “assinaturas”. Os assinantes do jornal recebiam os exemplares em sua residência ou no local de destino indicado¹⁹⁰. Joana e os outros editores também salientaram essa forma de distribuição do periódico:

O jornal é distribuído para todos os estados onde o MST está organizado, e a partir das capitais se dá a distribuição para o interior. Os assinantes recebem seus exemplares por correio. Como a tiragem é bem menor que a base social, a secretaria nacional faz uma estimativa mensal de quantos exemplares vão para cada estado (aqueles com maior base recebem uma quantidade maior)¹⁹¹.

Ainda sobre sua distribuição, pode-se indagar: será que o jornal chegava aos acampamentos e assentamentos localizados no interior dos estados? Bezerra enfatiza que o *Jornal Sem Terra* se fazia presente no dia-a-dia dos trabalhadores rurais, levando “aos mais longínquos rincões do país, denúncias das desigualdades sociais no campo, anúncios de conforto, solidariedade, animação e empenho em promover a rearticulação dos trabalhadores na luta pela reforma agrária”¹⁹². O jornal até podia chegar aos lugares mais longínquos e ser um objeto de leitura dos acampados e assentados; contudo, nas entrevistas com os editores, observou-se que nem sempre os exemplares chegavam aos acampamentos e assentamentos. Igor chegou a dizer que o estímulo para que os integrantes fizessem a assinatura do jornal poderia minimizar este problema, no sentido de que o exemplar iria direto para a residência do assinante. Também, pensando na quantidade de exemplares, entre vinte a quarenta mil, o jornal não chegaria a todos os integrantes do MST¹⁹³. Há de se ressaltar que, nem todos os integrantes do Movimento se interessavam em ler o jornal, por motivos diversos: analfabetismo, ausência de hábito de leitura, desestímulo por não achar o jornal atrativo, etc.

¹⁹⁰ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁹¹ Joana Tavares. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

¹⁹² BEZERRA, A. A., *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*, p. 21.

¹⁹³ Por parte da organização do MST existe orientação e estímulo para que se faça a leitura coletiva do jornal e de outros materiais nos acampamentos, assentamentos e cursos realizados pelos integrantes do Movimento.

Lerrer também fez comentários acerca de como era a dinâmica de distribuição do jornal e apontou para a problemática de o jornal não chegar aos acampamentos e assentamentos. Assim disse:

Ah, era uma coisa. Porque a gente até no período, tu imagina, que a gente se reunia todo mundo da Secretaria Nacional para etiquetar o jornal e mandar pelos Correios. Tinha uma tarde toda que todo mundo ficava etiquetando o jornal. E, não chegava. E aí pros estados iam caixas de jornais. Tinha toda uma dinâmica de distribuição. O problema é que chegavam as caixas lá e às vezes ficavam acumuladas na Secretaria¹⁹⁴.

Sublinhe-se que havia intento da Direção Nacional do MST para que o jornal chegasse aos diversos acampamentos e assentamentos de sua organização em todo o país. Mas, na prática, essa era uma questão complexa e não lograva muito êxito. De acordo com Perli, apesar da periodicidade regular, o jornal “ainda era distribuído de maneira deficiente”¹⁹⁵. Mesmo chegando aos seus destinos (Secretarias Estaduais e entidades solidárias de apoio ao Movimento), os exemplares não tomavam rumo até os acampamentos e assentamentos. Sendo assim, a distribuição do jornal para os integrantes do MST ficava comprometida. Em meio a esse processo, o que representa a comunicação no MST? E o *Jornal Sem Terra* na organização do MST? E, para a Direção Nacional? Essas são perguntas centrais das próximas reflexões.

1.3 Comunicação engajada e o *Jornal Sem Terra* na organização do MST

Ao longo de sua trajetória histórica, o *Jornal Sem Terra* pôs em evidência preocupações com a formação de seus integrantes, com a organização interna do MST, assim como com questões mais abrangentes de interesse nacional e internacional. O jornal foi sofrendo transformações junto com o próprio MST, e a diversidade de seu público e objetivos eram considerados um dilema. Entre os anos de 1986 e 1987, passou a ser mais direcionado ao público interno, à organização e a militantes do MST. Sobre esse período de transição, Perli destaca:

¹⁹⁴ Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

¹⁹⁵ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 155.

A transição do *Sem Terra* de boletim a tablóide foi caracterizada por uma profunda organização gráfica. A administração a cargo de um jornalista trouxe novas perspectivas para o BST que ao tornar-se *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* teve como instância de sua organização a *Comissão do Jornal*. Até 1987 a *Comissão* traçou com a *Executiva Nacional* uma estratégia jornalística voltada para a organização e consolidação do MST em caráter nacional¹⁹⁶.

Ao se apropriar do periódico, o MST, por meio de sua Direção Nacional, vislumbrou outras perspectivas para o jornal. Flademir Araujo, que acompanhou esse processo, destaca que havia dois caminhos a seguir: continuar a ser um jornal mais informativo e de divulgação das lutas ou direcioná-lo para a organização interna do Movimento e para a formação dos seus militantes. O MST decidiu seguir a segunda opção e, a partir de 1984, o *Jornal Sem Terra* passou a ser um instrumento político e de formação da organização do Movimento.

Para tanto, o público alvo do *Jornal Sem Terra* seria sua própria militância. Nas entrevistas, os editores destacaram o fato de o jornal ser produzido com o foco na base e na militância do Movimento. Conforme Igor, “no decorrer da história do MST, o jornal foi se constituindo como um veículo voltado para a militância do MST, pra militância e pra base do Movimento”¹⁹⁷. Mesmo sendo pensado e produzido para a base e militância do Movimento, como já foi destacado, não quer dizer que ele chegava a todos os acampamentos e assentamentos ligados ao MST.

Há que se pontuar que, ao longo da história, movimentos operários, partidos de esquerda e organizações de trabalhadores rurais utilizaram meios impressos com vistas a que eles contribuíssem para suas organizações. Nessa perspectiva, o MST não foi precursor. Mas, sem dúvida, foi uma das organizações sociais que mais investiu na produção de um periódico e em políticas de comunicação.

Maria Nazareth Ferreira ressalta que o uso de meios de comunicação na organização de movimentos sociais no Brasil se tornou corrente, desde o início do século XX, e estava ligado a grupos socialistas, comunistas e anarquistas. Ao analisar a imprensa operária no Brasil, entre as décadas de 1880 e 1920, Ferreira elenca que houve a difusão de centenas de periódicos, cuja função era divulgar as doutrinas partidárias dos grupos¹⁹⁸. No que tange à imprensa operária, houve um manancial de publicações, contudo, havia debilidade de periódicos voltados aos movimentos no campo. Além do *Jornal Sem Terra*, destacam-se o *Jornal Terra Livre*, de responsabilidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1949; e o

¹⁹⁶ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 19.

¹⁹⁷ Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

¹⁹⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil (1880 – 1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Liga, em 1962, editado por intelectuais, estudantes e militantes que mantinham contatos¹⁹⁹, estimulavam e prestavam assessoria aos trabalhadores rurais.

O MST, ao longo de sua trajetória histórica, edificou uma estrutura organizativa “múltipla, plural e híbrida”²⁰⁰. Essa estrutura se caracteriza como flexível e dinâmica, envolvendo todas às suas instâncias de representação, setores e coletivos de trabalho. Para além do *Jornal Sem Terra*, o Movimento tem investido em políticas de comunicação, sobretudo, na década de 1990. Isso fica evidenciado na criação do *Setor de Comunicação*, no ano de 1997. Vale ressaltar que as atividades de comunicação do MST não começaram com a criação formal do Setor de Comunicação: tiveram início com a editoração do *Jornal Sem Terra* e com a de outros materiais internos da organização do Movimento, como os *Cadernos de Formação*, *Cadernos do Educando*, *Manuais*, *Cartilhas*, dentre outros²⁰¹.

Anterior à criação do Setor de Comunicação, em 1991, no Caderno Vermelho, nº 9, intitulado *Documento Básico do MST*, o Movimento demonstrava o investimento e a preocupação com suas mídias e propaganda. Nesse material, até então considerado por sua organização o “documento mais importante da vida interna do MST”, eram explicitadas brevemente algumas “linhas políticas” para os meios de comunicação do Movimento. A orientação da Direção Nacional era a de que o documento fosse “conhecido, discutido e aprofundado em todas as instâncias do MST e por toda militância”²⁰². Para além dos meios de comunicação, esse documento traçava um perfil político para os diversos setores e instâncias do MST: *frente de massas, políticas de alianças, organização interna, finanças, formação, educação, cooperação agrícola, produção e reforma agrária*. O tópico nº 5 do documento tinha como título *Comunicação: jornal e propaganda*. Nele eram tratadas questões

¹⁹⁹ Ao pesquisar a imprensa partidária, Medeiros compreende que, em um período em que os trabalhadores rurais construíam uma linguagem política própria, de caráter classista, os impressos tiveram um papel relevante nesse processo. Para tanto, enfatiza o papel da imprensa comunista na década de 1950. O PCB editou diversos impressos na época, destacando-se o *Voz Operária*, um jornal de âmbito nacional, editado regularmente na década de 1950. Em relação à imprensa comunista, através dos jornais eram “divulgadas análises políticas do que eram considerados os grandes temas nacionais, diretrizes do partido, matérias sobre o movimento comunista internacional, ampla cobertura sobre as lutas ‘operárias’” (MEDEIROS, 1998, p. 43-44). Na imprensa comunista também eram veiculadas diversas informações sobre a situação do campo. Sobre o *Jornal Terra Livre*, ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Os Trabalhadores Rurais na Política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 41-57.

²⁰⁰ FERNANDES, B. M., *Formação e Territorialização do MST no Brasil*, p. 182-184. Sobre as atribuições das instâncias de representação, setores e coletivos de trabalho no MST, ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. O organograma da estrutura organizativa do MST, construído por Fernandes, está em *anexo* na tese.

²⁰¹ Ver: PERLI, Fernando. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

²⁰² MST – Cadernos Vermelhos Nº 9. *Documento Básico do MST*. São Paulo, março de 1991. p. 3-4.

específicas sobre a produção e a divulgação do *Jornal Sem Terra* e sobre a propaganda/divulgação do MST perante a sociedade. O fato de existir um tópico específico acerca dos meios de comunicação nesse documento evidencia a importância que a Direção Nacional atribuía às formas de se comunicar do/no Movimento, tanto interna quanto externamente.

Na década de 1990 houve investimento significativo nas políticas de comunicação do Movimento e, por intermédio delas, foram criados diversos meios de comunicação. Houve também a ampliação de parcerias com outras entidades, como resultado tem-se, por exemplo, a rádio *Vozes da Terra*, construída inicialmente com o apoio da Universidade de Santos e depois com a participação da PUC-SP. O MST expandiu, ainda, suas estratégias de comunicação com a utilização de recursos audiovisuais, páginas virtuais, produções musicais (CD *Arte em Movimento*)²⁰³ e programas de rádios comunitárias. No entender de Perli, expandiu-se a “rede de sociabilidade” do MST com entidades solidárias que projetaram o MST internacionalmente²⁰⁴. Abaixo, uma tabela com os meios de comunicação do MST, organizada por Miguel Carter e Horácio Martins de Carvalho²⁰⁵:

Tabela 1 – Meios de comunicação vinculados ao MST, até 2007

Veículos associados ao MST			
Meio	Ano de Criação	Frequência	Difusão
<i>Jornal Sem Terra</i>	1981	Mensal	20 mil exemplares impressos
<i>Revista Sem Terra</i>	1997	Bimestral	7 mil exemplares impressos
Página de Internet	1997	Diária	3 mil acessos em média
Rádios Comunitárias *	1997	Diária	30 rádios localizadas em diversos pontos do país
Vozes da Terra	2000	Mensal	Distribuído a aproximadamente 1500 rádios comunitárias
Letraviva	2000	Mensal	Distribuído a mais de 60 mil correios eletrônicos
Veículos apoiados pelo MST **			
Meio	Ano de Criação	Frequência	Difusão
Editora Expressão Popular	1999	-	171 títulos publicados em 730 mil exemplares

²⁰³ Sobre a produção musical no MST, ver: PIANA, Marivone. “Arte em Movimento” no MST: a expressão simbólica das transformações. In: *Movimentos Sociais Rurais: Identidades, Símbolos e Ideais. Cadernos de Pesquisa*, nº 24, novembro de 2000. p. 18-30; _____. Música e Movimentos Sociais: perspectivas iniciais de análise. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 2007, UFSC, Florianópolis. p. 502-513.

²⁰⁴ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 190

²⁰⁵ CARTER, M; CARVALHO, H. M. de., *A Luta na Terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST*, p. 316.

<i>Brasil de Fato</i>	2003	Semanal	50 mil exemplares impressos
Radioagência NP	2004	Diária	Reportagens distribuídas a 100 rádios
Agência Chasque	2005	Diária	Reportagens distribuídas a 20 rádios no Sul do país

Fonte: Setor de Comunicação do MST e Editora Expressão Popular

* As 30 rádios comunitárias do MST surgem a partir de 1997, logo depois da emissão de uma nova lei de radiodifusão.

** Entidades auspiciadas e apoiadas pelo MST, mas com conselhos editoriais autônomos.

Apesar de o MST ter investido na criação dos seus meios de comunicação, estes não foram frutos apenas de produção interna do Movimento. A construção dos diversos materiais foi desenvolvida com a ajuda de *Organizações não Governamentais* (ONGs) e simpatizantes das lutas empreendidas por sua organização. Nesse processo, as lideranças do Movimento tiveram a sensibilidade de construir e de se apropriar das diversas formas de se comunicar, no sentido de que essas seriam relevantes para a organização. Dessa maneira, Perli ressalta que “esta ação política possibilitou contatos entre o MST, cineastas, artistas e ONGs, o que gerou um efeito de produção de tecnologias de comunicação pelos próprios sem-terra”. É importante salientar que, mesmo com o investimento do MST nos meios de comunicação impressos, grande parte dos materiais, inclusive o *Jornal Sem Terra*, não era muito identificado com os gestos e falas dos trabalhadores rurais. Isso evidencia certo distanciamento no uso dos impressos que, embora ricos de uma simbologia formal, estavam distantes da “dinâmica cotidiana dos acampamentos e assentamentos”²⁰⁶. As dificuldades de leitura por parte dos trabalhadores colocavam em debate a abrangência e a recepção dos diversos materiais que, para o MST, sempre foram “instrumentos de luta”.

Em relação aos meios de comunicação, Joel Felipe Guindani ressalta que eles “não são apenas simples meios de passagem, os quais teriam um ofício produtivo ou engendrador de novos problemas na realidade”. Os meios de comunicação podem pulsar “sentidos gerando alterações, podendo ser desestabilizadores ou controladores de ambientes ou situações diversas”. É de longa data que os movimentos sociais se apropriam do que se pode chamar de “práticas midiáticas”. Elas “sempre estiveram em posição párea ou indissociável com os movimentos, não somente em tempos recentes, devido às facilidades de uso e acesso à internet, mas desde os tempos dos panfletos, jornais e folhetins, rádio-poste em diante”²⁰⁷. Nas últimas décadas e no contexto atual, destaca-se o Exército Zapatista de Libertação

²⁰⁶ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 200-201.

²⁰⁷ GUINDANI, J. F., *Políticas Comunicacionais e a Prática Radiofônica na Sociedade em Midiatização: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra e Rádio Terra Livre FM*, p. 56-57.

Nacional (EZLN), do estado de Chiapas, no México, que faz uso das tecnologias da comunicação para dialogar com a sociedade e com grupos simpatizantes de suas causas²⁰⁸.

Os movimentos sociais se apropriam dos meios de comunicação, a princípio, devido às suas próprias demandas ou problemas. Para Guindani, “essa aproximação entre movimentos sociais e o campo da comunicação se deflagra a partir de demandas que eles próprios delegavam ao campo midiático”. Contudo, além de suas lutas específicas, os movimentos sociais buscam desenvolver “tecnologias de comunicação visando ao reconhecimento, à visibilidade e à legitimidade social para além de suas fronteiras”²⁰⁹.

Desde sua formação, ao incorporar o *Jornal Sem Terra* à sua organização e fomentar seus próprios materiais impressos para seus integrantes, o MST soube captar bem essa dimensão. Fladimir Araujo, que acompanhou o início desse processo na organização do Movimento, observou que seus dirigentes, em meados da década de 1980, “sempre tiveram esta visão estratégica da comunicação e o jornal era o principal instrumento”. Como era o meio de comunicação mais bem estruturado no período, “tudo passava pelo jornal”²¹⁰. Posteriormente, o MST foi criando outros meios de comunicação, como pode ser observado na *tabela 1*, mas o investimento na comunicação e na sua visibilidade enquanto algo estratégico para sua organização foi elementar no MST. Nesta perspectiva, Guindani sublinha:

Com o passar do tempo, os Movimentos Sociais foram reconhecendo que o espaço midiático também assumia uma função estratégica e política, capaz de contribuir com seus objetivos e lutas. Em tempos de midiatização social, torna-se impossível, a qualquer movimento social, continuar indiferente aos espaços midiáticos, resistindo na surdina ou nas trincheiras das articulações²¹¹.

Os movimentos sociais passaram, entretanto, a se preocupar com o distanciamento entre a realidade de suas ações e as informações produzidas pelos meios de comunicação. Assim, investiram em canais próprios de comunicação, visando a se expressarem por meio de seus integrantes, contrapondo discursos de outros meios de comunicação. Conforme Maria da

²⁰⁸ Sobre o EZLN, ver: VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 2007. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo.

²⁰⁹ GUINDANI, J. F., *Políticas Comunicacionais e a Prática Radiofônica na Sociedade em Midiatização: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra e Rádio Terra Livre FM*, p. 57-58.

²¹⁰ ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

²¹¹ GUINDANI, J. F., *Políticas Comunicacionais e a Prática Radiofônica na Sociedade em Midiatização: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra e Rádio Terra Livre FM*, p. 58.

Glória Gohn, “as lutas sociais também entraram para o mundo da realidade virtual, e isso potencializou suas ações porque passaram a atuar em redes que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais”²¹². No caso do MST, a necessidade de investimento em seus próprios meios de comunicação advém também do fato de o Movimento não poder se inserir nos espaços regulados pelos grandes meios de comunicação. Nesse sentido, investiu na criação de políticas e alternativas de comunicação. Mas, como deve ser a comunicação no MST? Quais são suas linhas e diretrizes gerais? O que é o Setor de Comunicação? Quais são as suas atribuições?

Como já foi salientado, o *Setor de Comunicação* do MST foi criado oficialmente no ano de 1997²¹³. Além do já citado *Documento Básico do MST* (Caderno Vermelho nº 9), em fins da década de 1990 e início do novo século, foram sistematizados outros materiais e documentos que tratavam da comunicação no MST. Dentre eles, destacam-se os livros *Construindo o Caminho*, publicado no ano de 2001 e o *Documento Básico da Atuação do Setor de Comunicação*, em 2003²¹⁴. Para o MST, *Construindo Caminho* não era um livro, mas sim um esforço coletivo de sistematização de experiências ao longo do tempo. Esse material buscou dar uma visão do todo acerca da luta do Movimento, com a intenção de mostrar aquilo “o que de fato é o MST”²¹⁵. O público alvo desse livro eram seus militantes: visava-se a formação desses militantes a partir das concepções e linhas políticas do Movimento. O livro abordava várias e distintas questões sob a ótica do MST: *modelo econômico e a agricultura; projeto popular para a agricultura; a luta pela reforma agrária e o MST; linhas políticas dos setores do MST; valores, disciplina, mística*. Um dos temas do livro é a *Comunicação*. O fato de estar no rol de assuntos abordados, denota a relevância e o interesse do MST em pensar e sistematizar uma política de comunicação para sua organização.

O *Documento Básico da Atuação do Setor de Comunicação* está estruturado em 25 páginas, e é erigido a partir da compilação de diversos textos. O documento é fruto de diversas experiências e concepções de militantes que trabalhavam direta e indiretamente no Setor de Comunicação. Nesta direção, não há uma uniformidade na escrita. Muitas das questões abordadas no referido texto já tinham sido publicadas em *Construindo o Caminho*.

²¹² GOHN, M. da. G., *Mídia, Terceiro Setor e o MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*, p. 25.

²¹³ Anterior à criação do Setor de Comunicação, os trabalhos e atividades de comunicação no MST eram realizados por sujeitos designados para essa função, geralmente, os responsáveis pela elaboração do *Jornal Sem Terra* e por outros materiais impressos. No que tange à relação com a imprensa externa, os militantes mais experientes desenvolviam esse trabalho.

²¹⁴ Foram publicados outros documentos importantes que abordam a temática *comunicação* no MST: *Agitação e Propaganda no Processo de Transformação Social* (2007) e *As Rádios do MST* (2005).

²¹⁵ MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001. p. 5

De maneira geral, o documento visava a orientar e a sistematizar as diferentes atividades de comunicação desenvolvidas pelo MST, abrangendo questões variadas como, por exemplo, a postura dos militantes diante de uma entrevista ou diante da organização de eventos e ações na área de comunicação. Temáticas como cinema, publicidade, propaganda, comunicação popular, assessoria de imprensa também foram contempladas.

O documento também abordava a relação do Movimento com a grande imprensa, denominada “imprensa burguesa”, vista pelo MST como contrária aos interesses dos trabalhadores rurais sem-terra. Enfim, objetivava traçar orientações gerais para os “comunicadores” do Movimento, em seus diversos níveis: local, regional, estadual e nacional²¹⁶. As intencionalidades contidas no documento são relacionadas ao fato de se buscar certa *homogeneidade* nas ações e atuações dos seus integrantes que estavam à frente desse setor. Este documento também se configura como uma evidência da preocupação e investimento do MST face aos seus meios de comunicação.

Ao criar o Setor de Comunicação, a organização do MST objetivou construir uma comunicação diferente, a qual fugia à lógica mercadológica dos grandes meios de comunicação. O setor foi criado para orientar discussões e encaminhamentos dos meios de comunicação do MST perante seus integrantes e sociedade. Enfim, devia pensar e fomentar as discussões relativas à comunicação no Movimento. O Setor de Comunicação funcionava e funciona através de Coletivos organizados em diferentes níveis, sendo eles:

- a) Coletivo Nacional de Comunicação – formado por duas pessoas de cada estado, responsáveis pela comunicação.
- b) Coletivo Estadual de Comunicação – em cada estado formado por uma pessoa da direção estadual mais dois responsáveis por regional (...).
- c) Coletivo Regional de Comunicação – em cada regional do estado, as pessoas que colaboram e participam das atividades do Setor.
- d) Equipe de Comunicação na Secretaria Nacional – é responsável por articular o trabalho com os estados e garantir a edição do Jornal, da Revista, da rede de computadores, de programas de rádio e ainda assessoria de imprensa²¹⁷.

O MST faz questão de enfatizar as *linhas políticas gerais de trabalho* no Setor de Comunicação. Dentre as linhas políticas, a comunicação deve se articular aos princípios e objetivos do Movimento, de forma que desenvolva um sistema de comunicação “para o MST

²¹⁶ MST – *Documento Básico da Atuação do Setor de Comunicação*, 2003.

²¹⁷ MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001. p. 141-142.

e do MST para a sociedade”²¹⁸. Esse setor necessita criar estratégias e contribuir para o avanço *organizativo* do Movimento. Nesta direção, os militantes que trabalham na comunicação devem dialogar e desenvolver trabalhos com outros setores e garantir a formação política e técnica dos comunicadores da organização.

A partir da criação do Setor de Comunicação, o MST passou a investir na formação de “comunicadores populares”, capacitando seus integrantes para manusear equipamentos e produzir materiais. Houve forte investimento também na formação de militantes para se relacionarem com assuntos que diziam respeito à imprensa. No Movimento existem pessoas definidas que podem falar em nome do Movimento aos meios de comunicação externos a sua organização. Esse cuidado está no fato de a grande imprensa, geralmente, manipular e distorcer falas dos militantes. Neste caso, todo cuidado para o MST é fundamental.

Em entrevista a Guindani, o militante Miguel Stedile destaca que a comunicação no MST é estratégica e que as discussões desse setor são tratadas mais internamente. “[...] a comunicação é uma das nossas grandes estratégias, então não vamos ficar colocando para *download* na internet esses documentos ou tudo que estamos pensando, ou elaborando estrategicamente sobre comunicação”. De acordo com Miguel Stedile, as discussões e elaboração documental sobre comunicação no MST visam a manter a homogeneidade política entre os militantes que trabalham nos setores de comunicação, assim como a servir aos objetivos e anseios do MST: “se os nossos veículos não estiverem a serviço da nossa organização, então eles não têm razão para existir”²¹⁹. O MST compreende a comunicação enquanto um instrumento para organizar e mobilizar seus integrantes. Essa questão fica evidente em todos os *princípios ideológicos da comunicação do MST*, redigidos no livro *Construindo o Caminho*. Em linhas gerais, esses princípios ideológicos enfatizam que a comunicação deve estar a serviço do MST nos mais diversos níveis:

- a) Resgatar a história dos antepassados, reafirmando experiências e extraindo lições que possam contribuir para a preparação do futuro;
- b) Estabelecer referência para a criação de uma nova cultura, no sentido de valorizar e desenvolver aspectos que compõem a vida humana, de melhorar e ampliar as formas de convivência, de propiciar que o camponês se enxergue enquanto sujeito da história;
- c) Contribuir para o “despertar” do novo camponês que esteja atualizado no tempo e localizado no espaço, atacando os vícios que escondem e impedem o avanço das relações na vida

²¹⁸ MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001. p. 142.

²¹⁹ STEDILE, Miguel. In: GUINDANI, J. F., *Políticas Comunicacionais e a Prática Radiofônica na Sociedade em Midiatização: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra e Rádio Terra Livre FM*, p. 103.

familiar e social; d) Incentivar a prática de valores que ajudem a melhorar a vida da sociedade urbana e rural; e) Alimentar a mística em torno do gosto e da razão de fazer as coisas com perfeição, como obra individual e social, que elevará sempre mais a dignidade humana; f) Elevar a qualidade da consciência nos seus diferentes aspectos, no sentido de compreensão da realidade local e mundial; g) Estabelecer perspectivas para o futuro nas suas mais diferentes dimensões; h) Manter a unidade política e ideológica em torno dos programas, planos, símbolos, idéias estratégicas, etc.; i) Desenvolver a visão nacional e internacional de luta de classes, e despertar o espírito de indignação e de solidariedade; j) Estimular as formas de organização na base social; l) Estar a serviço da construção do Projeto Popular para o Brasil; m) Na forma de comunicação com a base e com a sociedade, desmistificar a visão de que o MST é violento; n) Manter uma unidade no comportamento em relação à postura ética dos dirigentes (portavozes do MST); o) Combater fortemente os valores burgueses e jamais repetir em nossos meios de comunicação os conteúdos e os valores burgueses; p) Democratizar de maneira mais ampla possível as informações dentro do MST; q) Criar oportunidade para que o maior número possível de militantes se envolvam, planejem e participem de tarefas relacionadas com a comunicação, formando os comunicadores populares e os militantes comunicadores²²⁰.

Esses princípios ideológicos também estão contidos no *Documento Básico da Atuação do Setor de Comunicação* (2003). Observa-se que a *missão* do Setor de Comunicação não é fácil. A comunicação associa-se a dimensões amplas e complexas, passando pela *conquista da terra, valores, vícios, unidade política e ideológica, criação do novo camponês, combate aos valores burgueses, formação de comunicadores*, dentre outras. Implícito a esses objetivos, o Setor de Comunicação deveria estar a serviço do MST, considerando suas lutas e projetos.

Comunicar, para o Movimento, se torna uma *tarefa revolucionária* que tem como propósito combater e contrapor os discursos produzidos pelos meios de comunicação inseridos na denominada *grande imprensa*, que, por vezes, ou quase sempre, associa o MST à violência e à criminalidade. Outrossim, a comunicação no Movimento passa a ter um *status* de ser estratégica. Os meios de comunicação devem primar pela unidade ideológica e política do MST. Os militantes e profissionais envolvidos nas atividades de comunicação precisam estar alinhados político e ideologicamente ao Movimento. É preciso destacar que, no cotidiano dos grupos e no desenvolvimento das atividades de comunicação, existem problemas e limites. As orientações são bem claras, mas na prática há elementos que fogem à formalidade e à oficialidade.

O Setor de Comunicação em nível nacional responsabiliza-se pela produção do *Jornal Sem Terra*. A respeito do jornal, é interessante registrar que o documento *Construindo o*

²²⁰ MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001. p. 140-141.

Caminho enfatiza que ele foi um “instrumento de organização” do MST, haja vista que seu nascimento é anterior ao do Movimento. No que tange ao *Jornal Sem Terra*, atribui-se a ele o objetivo de estimular:

- A unidade ideológica.
- Uma visão global da luta, da sociedade, do mundo.
- A luta de massa.
- Os conhecimentos sobre a realidade brasileira.
- Alimentar a mística revolucionária.
- E reforçar outras organizações e movimentos sociais aliados²²¹.

Os estímulos direcionados ao jornal começam de *dentro para fora* e a unidade ideológica torna-se algo fundamental para o MST. Nas entrevistas com os editores do *Jornal Sem Terra*, houve a preocupação de elucidar esse aspecto. Para eles, o jornal deveria, acima de tudo, uniformizar as informações e manter a unidade política e ideológica dos militantes da organização. Além disso, deveria informar sobre a realidade brasileira, as lutas pela terra, e a conjuntura nacional e mundial. A partir da perspectiva do MST de construir alianças com a classe trabalhadora, o jornal necessitava divulgar as lutas de outras organizações e movimentos sociais afinados com sua organização.

No entender de Igor, o jornal era, ao mesmo tempo, um instrumento político de informação, agitação, luta da militância e base do Movimento. E, somado a isso, um instrumento que “ajuda na constituição da unidade política do MST”²²². Nessa perspectiva, o *Jornal Sem Terra* tinha sua característica *formadora*, ou seja, através de suas páginas o MST sistematizava suas normas gerais, valores, disciplina, mística, concepções políticas e olhares sobre determinadas questões que envolviam a luta pela reforma agrária no país. Os *Editoriais* e as seções intituladas *Formação* e *Estudos* sempre traziam um conteúdo político de formação para os integrantes do MST. Na ótica da Direção Nacional, o jornal deveria ser utilizado em diversas atividades do Movimento: em cursos de formação, assembleias e grupos de estudos nos acampamentos e assentamentos²²³. Em relação a isso, Perli observa:

A Executiva Nacional defendia a idéia de que ao chegar nestes pontos de mobilização, o jornal deveria adquirir inúmeras funções na organicidade, como o amparo na formação, atualização de lideranças e de professores

²²¹ MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001. p. 135.

²²² Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

²²³ MST – *Cadernos Vermelhos* Nº 9. *Documento Básico do MST*. São Paulo, março de 1991. p. 41.

locais, práticas de leitura em grupos de estudo que discutiam temas presentes no jornal de maneira interativa com os trabalhadores rurais sem-terra²²⁴.

Provavelmente, na prática, essa orientação não se efetivava em todos os lugares. Mas o jornal fora produzido com essa intencionalidade. Cristiane, em sua entrevista, salientou essa questão:

Muitos lugares faziam atividades de formação através do conteúdo do jornal, então, por exemplo, uma entrevista sobre conjuntura internacional com o professor... Sei lá, conjuntura internacional com Paulo Arantes. A entrevista era utilizada como subsídio para fazer um debate, dentro da organização dos acampamentos e assentamentos, pra fazer conversas, debates. O Movimento tem muito essa questão da formação, da formação política e tudo, que ela não se dá, ela não brota do chão, então você precisa... Então o jornal tinha esse caráter também, de ajudar nesse processo²²⁵.

Para Lerrer, o jornal tinha função fundamental no *trabalho de base*: “Quando você vai congrega gente que é possível candidato a sem-terra, era importante levar o jornal, pro cara dar uma olhada. Na verdade é importante e chave levar o jornal, pros caras verem que tinham outros grupos que ocupavam, outros grupos que ganhavam terra”²²⁶. Ele era considerado por Lerrer como “chave” nesse processo, sobretudo, para que os sujeitos visualizassem que não estavam sozinhos nas lutas. Pelo contrário, outros grupos estavam ocupando e muitos tinham conquistado a terra. O jornal era importante para que esses possíveis integrantes do Movimento se sentissem parte de um movimento maior, de âmbito nacional, para que eles não se sentissem sozinhos.

Na edição de março de 1988, nº 71, na seção *Formação*, foi publicado o artigo intitulado *Como Ler Jornal*. De maneira geral, o texto visava a auxiliar os trabalhadores na leitura do jornal, chamando a atenção para as *formas de leitura* individual e/ou coletiva. Para o MST, os estímulos à leitura coletiva do jornal nos acampamentos, assentamentos ou cursos tornava-se fundamental, posto que ele era visualizado como um instrumento de formação e estudos. No texto, há explicação sobre as seções que compõem o jornal, assim como estímulos para que os sujeitos lessem o jornal e divulgassem as ações da organização. Ao dizer que o jornal era uma das ferramentas mais antigas para a divulgação da luta dos

²²⁴ PERLI, F., *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação*, p. 155.

²²⁵ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

²²⁶ Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

trabalhadores, o MST destacava que “o jornal também é um órgão para divulgar a proposta do Movimento. O jornal é a voz do Movimento”²²⁷.

O *Jornal Sem Terra* foi visto pela organização do MST como objeto e espaço significativos. Por meio de suas páginas, a organização poderia se expressar não só para seus integrantes, mas também para leitores externos ao MST, que, de certa forma, simpatizavam com as lutas do Movimento. Ainda para a organização, o periódico era visto como seu “porta-voz”, como se pode perceber na edição nº. 71, de março de 1988. Nessa perspectiva, Judite Strozake, militante do Movimento, em 1999 destaca que o jornal era um “patrimônio” e a “cara do MST”²²⁸. O jornal se configurava, então, como um espaço e instrumento político de suma importância para a organização, na medida em que era considerado sua “voz”, seu “patrimônio” e sua “cara”.

Visto como um instrumento de luta pela Direção Nacional do MST, o jornal precisava expressar as concepções políticas e ideológicas do Movimento. Nesse sentido, existem pistas no *Jornal Sem Terra* sobre a trajetória histórica do MST, bem como fragmentos de suas inúmeras lutas no território brasileiro. A história do jornal aparece entrelaçada à história do MST. Por meio do jornal, o pesquisador tem a possibilidade de analisar os caminhos e descaminhos do Movimento em suas diversas ações e frentes de luta. O jornal é um instrumento político utilizado para construir representações sobre distintas questões que permeiam os seus integrantes e a luta pela terra. Dentre as representações construídas pelo MST, os presidentes do Brasil se tornaram *alvos* privilegiados.

]

²²⁷ Como ler o jornal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1988, ano VIII, Nº 71. p. 16.

²²⁸ STROZAKE, Judite. História nos reservou o tempo de lutar e construir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1999, ano XVII, n. 189. p. 3.

CAPÍTULO II

PRESIDENTES BRASILEIROS: ALVOS PRIVILEGIADOS DAS REPRESENTAÇÕES DO MST

2.1 Considerações sobre os conceitos representação e ideologia e sobre suas contribuições para a análise do *Jornal Sem Terra*

O pesquisador, em seu ofício, necessita apropriar-se de conceitos que lhe auxiliem na compreensão de seu objeto de estudo. Os conceitos se configuram como instrumentos teórico-metodológicos que possibilitam a análise de problemáticas que envolvem a construção dos trabalhos, e não podem ser visualizados como uma *camisa de força*, inflexíveis, pois a realidade e os fenômenos históricos são mais dinâmicos e complexos do que se imagina.

Neste tópico, duas perguntas nortearão as reflexões: qual tem sido a compreensão sobre representação e ideologia? Estes conceitos contribuem para a análise do *Jornal Sem Terra*, em especial, sobre a problemática central da tese? Lembrando que a problemática da tese é analisar as representações construídas pelo MST acerca dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), por meio do *Jornal Sem Terra*, e demonstrar como se delinearão as relações e as tensões que envolveram o MST e os governos de tais presidentes. A opção por refletir e destacar os conceitos representação e ideologia, neste capítulo, justifica-se por eles se constituírem em ferramentas teóricas importantes para a compreensão da fonte escolhida (*Jornal Sem Terra*) e para a introdução das perspectivas de análise face às representações sobre os presidentes FHC e Lula.

2.1.1 Reflexões sobre representação

Nas últimas décadas, *representação* é um dos conceitos mais discutidos na historiografia. De acordo com Carlo Ginzburg, de maneira geral, nas Ciências Humanas,

“fala-se muito, e há muito tempo” de representação²²⁹. Na historiografia brasileira, diversos historiadores se dedicaram a entender este conceito e suas possibilidades de aplicação nos estudos históricos. Salienta-se que o conceito representação é utilizado em vários campos das Ciências Humanas, por vezes, com perspectivas distintas. Na área da Psicologia Social, por exemplo, os pesquisadores trabalham, sobretudo, com a ideia de *representações sociais* ligada às concepções de Serge Moscovici²³⁰. Sob o ponto de vista interdisciplinar, uma obra interessante que envolve o conceito representação é a organizada por Célia Toledo Lucena e Maria Christina de Souza Campo, intitulada *Práticas e Representações*. Nos textos que compõem esta obra, os autores, a partir das noções de “práticas e representações”, buscam investigar como é pensado o “social” e como a realidade é tecida de “múltiplos sentidos”²³¹.

No campo histórico, o conceito representação é notavelmente discutido em torno das perspectivas do historiador Roger Chartier. Acrescentam-se também as contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu, que possui visão semelhante à de Chartier quanto ao conceito em questão. Esses pesquisadores elaboraram o conceito retomando as ideias de “representações coletivas” dos sociólogos Marcel Mauss e Emile Durkheim. Nesse sentido, o conceito representação foi polido e trabalhado há bastante tempo, de forma interdisciplinar, contribuindo para que os pesquisadores compreendam a dinâmica e a complexidade do mundo social e das práticas culturais.

Na escrita da tese, o conceito representação é apreendido a partir das contribuições de Chartier e Bourdieu. Ao escrever “o mundo como representação”, Chartier sublinha que a palavra *representação* atesta para duas definições de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, “a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém”²³². Assim:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediatamente ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ –

²²⁹ GINZBURG, C., *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, p. 85.

²³⁰ MOSCOVICI, Serge. *Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Nessa obra, a partir da realidade parisiense, em meados do século XX, Moscovici expõe que a *representação social*, cerne de sua teoria, está constantemente no universo e nas relações dos sujeitos, sejam nas conversas, encontros, festas, convenções etc. A partir das relações estabelecidas, as representações sociais da realidade são construídas, definindo os grupos sociais e se tornando referência para seus membros.

²³¹ LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina de S (Orgs.). *Práticas e Representações*. São Paulo: Humanitas/Fapesp/CERU, 2008.

²³² CHARTIER, R., *A História Cultural: entre práticas e representações*, p.20.

como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’²³³.

O conceito representação se tornou a “pedra angular” de uma abordagem denominada *história cultural*. Nessa direção, Chartier se dedicou a refletir sobre algumas “críticas” quanto ao conceito. A primeira delas se refere ao fato de as representações afastarem os pesquisadores da experiência histórica “pura e simples”, como dissera o historiador espanhol Ricardo García Cárcel. Isto é, as representações manipulam, distorcem as experiências humanas. Para tanto, os pesquisadores precisariam se “libertar” das representações para desenvolverem uma análise interrogativa e problematizadora em seus estudos. A segunda crítica está no âmbito metodológico, traçada pelo historiador italiano Angelo Torre. Pensar nas representações, para ele, seria esquecer-se do *mundo real*, dos comportamentos concretos e observados. O documento/fonte, neste caso, seria reduzido apenas a uma dimensão textual.

Sobre essas críticas, Chartier escreveu em “defesa” do conceito representação²³⁴. Na concepção do autor, o conceito não ignora as experiências históricas dos sujeitos e grupos, nem tão pouco exime o historiador de desenvolver uma análise problematizadora em suas pesquisas. Desse modo, não existiria história sem a articulação das representações às práticas e das práticas às representações. E, pensando nas fontes, “qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares”²³⁵. Identificar as razões, finalidades, códigos e destinatários das fontes seria condição necessária para se entender as representações.

Chartier salienta que as representações visam a construir o mundo social dos sujeitos, sendo elas as matrizes dos discursos e das práticas dos grupos.

O que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e práticas diferenciadas – ‘mesmo as representações colectivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos’ – que tem por objectivo a

²³³ CHARTIER, R., *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, p. 165.

²³⁴ CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Esse texto advém de uma palestra proferida pelo professor Roger Chartier em 07 de maio de 2010 no *Colloque Franco-Allemand “Représentation/Darstellung”*, realizado pelo *Institut Historique Allemand* de Paris. A palestra foi traduzida para a língua portuguesa pelos historiadores André Dione Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro.

²³⁵ CHARTIER, R., *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*, p. 16.

construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua²³⁶.

Desse modo, o conceito representação se tornou um precioso apoio teórico para se compreender, assinalar e articular as diversas relações dos indivíduos e grupos com o mundo social. Destaca-se que o “mundo social” é constituído de relações políticas, econômicas, culturais, enfim, das diversas relações e dimensões que compõem a vida dos sujeitos e seu/s grupo/s. O conceito representação modificou profundamente a compreensão do mundo social, no sentido de “obrigar” o repensar das relações entre os sujeitos e os grupos no meio social. Isto é, o como os sujeitos e os grupos constroem *seus mundos*. Nesse sentido, a partir das representações é possível “compreender de que maneira os enfrentamentos fundados na violência bruta, na força pura, se transformam em lutas simbólicas, ou seja, em lutas que têm as representações por armas e por apostas”²³⁷. Assim, as representações, se incorporadas pelos sujeitos e grupos, teriam o poder de atestar e fazer acreditar em determinadas questões, como se elas fossem naturais.

Na obra “O Poder Simbólico”, ao refletir sobre noções de *região, identidade e representação*, Bourdieu identifica o “poder das representações” na construção das experiências históricas e sua contribuição para a produção daquilo por elas descrito e designado. Para explicar o conceito, Bourdieu parte da “realidade construída” e dos “enunciados performativos” que visam a tornar reais os discursos produzidos pelos grupos. Por ora, os discursos são socialmente construídos, objetivando agir nas experiências históricas dos sujeitos e grupos²³⁸. Ressalta-se que, para Bourdieu, nos estudos das representações, não cabe a separação do caráter “objetivo” e “subjetivo”, assim, as representações partem destas duas esferas.

A partir de Chartier e Bourdieu entende-se que representações são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo tendo em vista seus interesses e os de seu grupo. Dessa forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertencem, criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. Nessa perspectiva, o conceito representação “não está longe do real nem do social”. Pelo contrário, compreender as representações dos grupos é entender como o mundo dos mesmos foi construído, ordenado, hierarquizado. “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é

²³⁶ CHARTIER, R., *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 18.

²³⁷ CHARTIER, R., *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*, p. 20.

²³⁸ BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 107-132.

exatamente o que elas dizem que é”²³⁹. Elas são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, exibindo uma maneira de estar e ver o mundo.

O MST, a partir de sua militância, de materiais publicados e de manifestações públicas, constrói representações sobre diversas e distintas questões que envolvem a vida cotidiana dos seus membros nos assentamentos e acampamentos; assim como sobre questões conjunturais do país, como reforma agrária, produção de alimentos, disputas políticas, eleições, dentre outras. Nesta tese, a reflexão volta-se sobre as representações dos presidentes brasileiros, em especial, FHC e Lula.

Para Chartier e Bourdieu, há um “jogo” em que se produzem as representações e existem crenças que as sustentam. No “campo social”, permeado de tensões e interesses conflitantes dos grupos, existem as *lutas de e por representações*. Por este viés, “as lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem”²⁴⁰. As representações “ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica”²⁴¹. As representações estão colocadas “num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”²⁴². Observa-se, então, que as representações são construídas a partir do lugar, do tempo e do grupo aos quais os sujeitos pertencem. Como ressalta Bourdieu:

[...] a *representação* que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu *ser-percebido*, quanto por seu *ser*, por seu consumo – que não necessita ser *ostentador* para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta posição comanda aquele consumo)²⁴³.

No entendimento de Chartier, as lutas de representações “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”²⁴⁴. Nessas lutas se classifica, ordena, delimita e hierarquiza a estrutura e as experiências históricas. Algo

²³⁹ CHARTIER, R., *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*, p. 23.

²⁴⁰ CHARTIER, R., *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*, p. 22.

²⁴¹ CHARTIER, R., *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*, p. 22.

²⁴² LUCENA, C. T.; CAMPOS, M. C. de S.; *Práticas e Representações*, p. 7.

²⁴³ BOURDIEU, P., *A Distinção: crítica social do julgamento*, p. 447.

²⁴⁴ CHARTIER, R., *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

a ser destacado é que as representações podem ser deturpadas, forjando a construção de uma experiência histórica que não corresponde às relações dos sujeitos e dos grupos. Neste caso, as representações são utilizadas para submeter e oprimir.

Conforme ainda Chartier, “assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata”²⁴⁵. Nessa direção, as representações criam o que Michel de Certeau denomina de “sociedade recitada”, ao se referir às aparências e manipulações no mundo social.

Um exemplo elucidativo sobre essa questão e que está presente em grande parte da sociedade do estado de Mato Grosso do Sul (e acredita-se que se estenda para todo o país), são as representações de que os indígenas são *vagabundos* e *preguiçosos*; por isso não precisam de terras para trabalhar e viver. Essas representações são forjadas historicamente visando a deturpar as experiências históricas e a submeter e oprimir os povos indígenas. Outro exemplo a se destacar remete aos próprios sem-terra, no sentido de que eles querem terra, mas não produzem alimentos em seus lotes. Ou seja, cria-se a representação de que os assentados não trabalham e que a reforma agrária não é viável para a produção de alimentos. Simultaneamente a essas representações dos sem-terra, legitimam-se as grandes propriedades voltadas ao denominado *agronegócio*²⁴⁶ como produtoras de alimentos. Nesse sentido, as representações podem ser utilizadas para os interesses de alguns grupos, mas compartilhadas por grande parte da sociedade.

As representações estão localizadas no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos. No que tange às representações do MST sobre os presidentes brasileiros, sublinha-se que elas estão inseridas no que Bourdieu denomina como “campo político”²⁴⁷. Na concepção desse autor, os agentes sociais, fora e dentro dos “campos”, são envolvidos em lutas por representações. O “campo político” se configura num lugar de concorrência e disputa pelo poder.

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo

²⁴⁵ CHARTIER, R., *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 22.

²⁴⁶ No terceiro e quarto capítulos discutir-se-á sobre o que se compreende por *agronegócio*.

²⁴⁷ Conforme Bourdieu, os “campos” (político, econômico, religioso, jurídico) têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. Seus limites e definições são efetivados a partir de negociações, tensões e conflitos entre os atores sociais.

dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político²⁴⁸.

Destaca-se que, na pesquisa, as representações estão contidas nos discursos (escritos e imagéticos) produzidos pelo *Jornal Sem Terra*. Assim, atenta-se para a relação intrínseca entre “discurso” e “representação”. Sobre o discurso, em palestra proferida em aula inaugural no *Collège de France*, em 1970, intitulada *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault observa que falar em discurso é falar de poder. De acordo com Foucault, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar”²⁴⁹. Os discursos, ou o poder que os discursos evocam, passam a se constituir em objetos de desejo dos sujeitos e grupos. No MST, essa questão é bem latente, em especial, em relação àqueles que possuem cargos de liderança e escrevem os materiais de sua organização. Parece que tais sujeitos são *investidos* de poder pela palavra/discurso e o *Jornal Sem Terra* se tornou um instrumento político importante para divulgação e propagação desses discursos.

Em Foucault, o discurso é tomado como uma prática social, a partir de possibilidades e condições pré-estabelecidas. Desse modo, a produção do discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”²⁵⁰.

Nos grupos sociais, os discursos podem assumir funções estratégicas, o que ocorreu com o *Jornal Sem Terra* concebido pelo MST. Dentro das organizações, os discursos possuem a “vontade da verdade”, como disse Foucault. E, essa busca pela “verdade” tem ligação com a construção de representações de si mesmo e dos outros grupos. No entendimento do MST, e dos profissionais que produziram o *Jornal Sem Terra*, este periódico era visto como o “registro e retrato fiel” das lutas do Movimento e das lutas pela reforma agrária no Brasil²⁵¹, como enfatizou Nilton Viana em sua entrevista.

Na compreensão de Chartier, as construções discursivas e as categorias que as fundam – sistemas de classificação, critérios de recorte, modos de representações – estão ligadas aos

²⁴⁸ BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 185. Para Bourdieu, as representações políticas dependem dos interesses das classes e dos grupos, haja vista que as lutas políticas são estruturadas pelos determinantes econômicos e sociais.

²⁴⁹ FOUCAULT, M., *A Ordem do Discurso*, p. 10.

²⁵⁰ FOUCAULT, M., *A Ordem do Discurso*, p. 8.

²⁵¹ Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

interesses dos grupos sociais, ou das classes sociais e possuem lógica própria²⁵². Nesse sentido, “não existem interesses sociais fora dos discursos que os constroem”²⁵³. Os discursos e as percepções do social, por esse entendimento, não são neutros: “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Investigar as representações dos grupos “supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”²⁵⁴. Ao longo da tese, percebe-se que as representações sobre os presidentes FHC e Lula, por parte do MST, são legitimadoras de visões e crenças, uma vez que esses presidentes são personificados e estereotipados pela Direção Nacional do Movimento.

Bourdieu, quando reflete sobre “representação política”, salienta que os discursos exercem poder na medida em que são reconhecidos e em que os grupos se apropriam deles. Assim, a força de um discurso depende “menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível)”²⁵⁵. Assim, os discursos podem se tornar “verdadeiros” ou “falsos”, dependendo de quem os enuncia, e neles o poder das representações está implícito. No *Jornal Sem Terra*, os discursos produzidos pelo MST têm “intenção política” e estão inseridos em um jogo²⁵⁶.

A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito para o explícito, da impressão subjectiva à expressão objectiva, à manifestação pública num discurso ou num acto público constitui por si só um acto de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação²⁵⁷.

²⁵² CHARTIER, R., *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, p. 77-91.

²⁵³ CHARTIER, R., *Entrevista com Roger Chartier*, p. 29.

²⁵⁴ CHARTIER, R., *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

²⁵⁵ BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 183.

²⁵⁶ Bourdieu visualiza a política como um “jogo”. Nesse jogo, existe o *habitus* político que exige uma preparação especial: “É, em primeiro lugar, toda aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais”. BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 169.

²⁵⁷ BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 165.

No jogo político, há lutas simbólicas pelo poder político. Desse modo, essas lutas assumem uma forma de disputa “pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre <<poderes públicos>> (as administrações do Estado)”²⁵⁸. A luta simbólica pelo poder político, da qual diz Bourdieu, está presente nos discursos publicados no *Jornal Sem Terra*, haja vista que ele é um instrumento político de quem o organiza, e as representações sobre os presidentes brasileiros, por exemplo, visam a fazer ver e crer, a predizer e a prescrever, a conhecer e a fazer reconhecer imagens, personificações e estereótipos sobre tais presidentes.

Destaca-se a importância de analisar as condições de produção dos discursos e suas intencionalidades. Isto é, o contexto das produções, a forma como foram erigidas, o público alvo e suas intenções perante o leitor²⁵⁹. De acordo com Bourdieu, não existe discurso considerado em si e por si mesmo; “as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais da produção – e, por outro lado, às possibilidades ocupadas por seus autores no campo da produção – e ao mercado para o qual foram produzidas”²⁶⁰. Dessa forma, para compreender os discursos políticos em um dado momento, é preciso analisar o seu processo de produção ideológica. Ou seja, as condições sociais, os autores envolvidos e o público a que é destinada a produção de tais discursos.

Por ora, entende-se que o MST, representado nos diversos acampamentos e assentamentos, compõe-se de uma diversidade de sujeitos, de procedências, valores e visões de mundo distintas, enfim, o Movimento é composto por um *corpo social, cultural e político heterogêneo*. Todavia, o MST representado nas páginas do *Jornal Sem Terra* é, em grande parte, o das lideranças e intelectuais que integram a organização, mais especificamente, o da Direção Nacional. Como disse Cristiani Bereta da Silva, são as “vozes autorizadas”²⁶¹, ou seja, aqueles que escrevem, pensam e projetam o MST, a partir de suas experiências de lutas, convicções políticas e ideológicas. Maria Celma Borges enfatiza que esses sujeitos são a “vanguarda”²⁶² do MST. Pensando na produção do jornal, são os seus *ideólogos*, isto é, as pessoas responsáveis pelos discursos publicados nas edições, geralmente, que fazem parte da

²⁵⁸ BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 174.

²⁵⁹ Na *Introdução* da tese, discutiram-se algumas questões teóricas e metodológicas sobre o trabalho com a imprensa e formas de discursos produzidos pelos meios de comunicação.

²⁶⁰ BOURDIEU, P., *A Economia das Trocas Linguísticas*, p. 129.

²⁶¹ SILVA, Cristiani B. da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

²⁶² BORGES, Maria C. *De Pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. 391f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

Direção Nacional do MST²⁶³. Desse modo, não se tem a pretensão de centrar as análises nos “sujeitos comuns”²⁶⁴ (que também não serão desprezados), mas sim na organização do Movimento que concebe o *Jornal Sem Terra* como *porta-voz* e o utiliza como espaço e instrumento político relevante para expressar suas ideias, visões de mundo, valores e convicções políticas.

A partir de reflexões de Marilena Chauí, entende-se também que a produção do *Jornal Sem Terra* é mediada pelo que ela chama de “discurso competente”. Esse discurso é legitimador, não sendo todas as pessoas do Movimento que podem evocá-lo. “O discurso competente se instala e se conserva graças a uma regra que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”²⁶⁵. Os discursos produzidos nos editoriais e, no *Jornal Sem Terra* como um todo, são discursos legitimadores, e trazem afirmações dos militantes e intelectuais que pensam e projetam o MST. A Direção Nacional do Movimento é portadora do “discurso competente”, sendo ele instituído pelas lideranças da organização. Ainda sobre o discurso competente, Chauí enfatiza que ele “pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado”. Também:

O discurso competente confunde-se, pois com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência²⁶⁶.

²⁶³ No primeiro capítulo analisou-se como se dava a produção da notícia, os editores e o papel da Direção Nacional do MST na produção do *Jornal Sem Terra*. Ao se falar em ideólogos, na produção do *Jornal Sem Terra*, observa-se que os meios de comunicação, sejam quais forem, possuem vínculos ideológicos, pois estão ligados a interesses de algum grupo, ou grupos. Dois trabalhos elucidativos quanto a essa questão são os de Christa Berger e das autoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. Os dois são significativos para se pensar a constituição ideológica de um jornal, a partir dos interesses dos grupos os quais são vinculados. As autoras pesquisaram jornais da denominada grande imprensa, no caso o jornal Zero Hora e O Estado de São Paulo, e perceberam como estes condensam em seus discursos crenças e concepções de determinados grupos. Ver: BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

²⁶⁴ A expressão *sujeitos comuns* se refere àquelas pessoas que lutam no Movimento, mas que não possuem cargos dentro de sua estrutura organizativa, pelo menos em nível regional, estadual ou nacional.

²⁶⁵ CHAUI, M., *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*, p. 14.

²⁶⁶ CHAUI, M., *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*, p. 19.

Em relação ao *Jornal Sem Terra*, Perli observa que os intelectuais que atuavam no periódico tinham uma “função organizativa”²⁶⁷ no Movimento, em razão de sua capacidade de organização de diferentes dimensões da vida social. Historicamente, no MST, a organização foi elegendo seus intelectuais, por exemplo, João Pedro Stedile, Gilmar Mauro, Ademar Bogo, Neuri Rosseto, Roseli Salette Caldart. Nas páginas do periódico também foi possível encontrar textos e entrevistas de intelectuais “amigos do MST” – Leonardo Boff, Frei Betto, Florestan Fernandes, Bernardo Mançano Fernandes, José Arbex Jr., Fábio Konder Comparato, Antonio Candido, Sebastião Salgado, Leandro Konder, José Saramago, François Houtart e Marilena Chauí. Em sua página na *internet*, o MST dedica um espaço intitulado “Eu Apoio o MST”, no qual agrega manifestações de apoio (escrita e por vídeo) de diversas personalidades, intelectuais, artistas, e entidades nacionais e internacionais²⁶⁸. O apoio de intelectuais e personalidades torna-se interessante para o Movimento, pois legitima suas ações e cria condições para que ele angarie o respaldo da sociedade civil.

Compreende-se o *Jornal Sem Terra* como um espaço de “representação do real”²⁶⁹ e como uma “prática discursiva” no MST, em que sua organização produz representações sobre si e sobre outros grupos em diferentes temporalidades. Para a organização do MST, o *Jornal Sem Terra* se tornou um importante instrumento político nas *lutas de e por representações*. Entender essas lutas é compreender como o Movimento pensa e fundamenta seu mundo.

Por meio das páginas do jornal, o Movimento, figurado nos militantes e intelectuais que fazem parte de sua Direção Nacional, expressa suas posições políticas e ideológicas que sustentam e dão sentido ao seu mundo. Por este prisma, o conceito de representação sistematizado a partir das ideias de Pierre Bourdieu e Roger Chartier se configura como significativo na análise dos discursos produzidos no *Jornal Sem Terra*, haja vista que o mesmo auxilia a pensar como o mundo do MST é representado, “dado a ler”.

Os discursos produzidos no periódico possuem intencionalidades que visam a criar representações para os leitores. À medida que essas representações são incorporadas pelos sujeitos, elas são revestidas de “poder simbólico” que, conforme Bourdieu, é, com efeito, um “poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”²⁷⁰. Não obstante, o conceito

²⁶⁷ PERLI, F., *Sem Terra: de boletim a tabloide*, p. 51. O autor se utiliza das concepções de Antonio Gramsci para desenvolver essa reflexão. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 158-204.

²⁶⁸ Ver: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/705>

²⁶⁹ CAPELATO, M. H., *Imprensa e História do Brasil*, p. 24-25.

²⁷⁰ BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, p. 7.

representação contribui significativamente para se refletir sobre os discursos produzidos no *Jornal Sem Terra*. E, em uma perspectiva mais ampla, aos pesquisadores que se aventuram a analisar os conflitos que surgem no interior das sociedades, também no entendimento das múltiplas relações que os sujeitos e de determinados grupos mantêm com o mundo social.

2.1.2 Reflexões sobre ideologia e MST

Ao estudar as representações do MST sobre os presidentes brasileiros, salienta-se que elas *não partem do nada* e não estão isoladas daquilo que a Direção Nacional do Movimento intenta construir. Nessa perspectiva, as representações produzidas no *Jornal Sem Terra* estão ligadas às *concepções ideológicas* do Movimento. Destaca-se, então, que *representação* e *ideologia* são pensadas como categorias distintas; contudo, nos grupos sociais, elas estão imbricadas. Isto é, as representações construídas no MST não estão deslocadas daquilo que as lideranças do Movimento pensam. Logo, essas representações carregam em si uma *carga ideológica*.

Sobre a ideia de pensar representação e ideologia enquanto conceitos distintos, mas que podem ser utilizados juntos, é importante lembrar o debate travado entre Pierre Bourdieu e o estudioso sobre ideologia, Terry Eagleton, realizado no *Instituto de Artes Contemporâneas* de Londres, em 15 de maio de 1991. Ao ser indagado por Eagleton, se o conceito ideologia poderia ser considerado semelhante aos conceitos mais utilizados em seus trabalhos, como, por exemplo, *violência simbólica*, *potência simbólica* e *capital linguístico*, Bourdieu disse que evitava utilizar a “palavra ideologia”, por esta ser mal empregada, com muita frequência, ou ser utilizada de maneira muito vaga.

Para Bourdieu, ideologia parece transmitir uma espécie de descrédito. No seu entender, “descrever uma afirmação como ideológica é, muitas vezes, um insulto, de modo que essa própria designação torna-se um instrumento de dominação simbólica”. Assim, ele substituiu o conceito ideologia por *dominação simbólica*, *potência simbólica* e *violência simbólica*, “para tentar controlar alguns dos usos e abusos a que ele fica sujeito”. Também, porque não acreditava no referido conceito e nem em sua funcionalidade e eficácia. Aliás, Bourdieu defende que o conceito ideologia deveria ser reformulado, com vistas a se tornar mais vivo.

Em resposta às considerações de Bourdieu, Eagleton concorda que havia circulação de muitas noções diferentes sobre ideologia, e que o conceito era mal utilizado em alguns casos.

Todavia, essa razão parecia ser muito frágil para “jogar fora” o conceito, por isso, insistiu em utilizá-lo. Eagleton enfatiza também que *ideologia* e *representação* são conceitos distintos, mas que podem ser pensados e utilizados juntos, no sentido de que um não anula o outro²⁷¹.

Sobre o conceito ideologia, existe literatura considerável que o concebe de formas distintas e reflete sobre sua historicidade²⁷². Não se trata de fazer uma retrospectiva em torno de tal conceito, mas explicitar sobre qual perspectiva ele é pensado na tese e enfatizar que as representações do MST sobre os presidentes brasileiros são imbricadas às concepções ideológicas daqueles que produzem os discursos no jornal, sobretudo, nos editoriais. Por este viés, acredita-se que as ideologias não pertencem apenas aos chamados *grupos dominantes*, mas também aos diversos grupos que pensam as experiências históricas e visam a agir sobre elas. No caso do MST, seu aparato ideológico objetiva *derrubar* o poder dominante e instaurar uma nova forma de ver e viver no mundo, por meio da utopia da construção de uma sociedade com *novos homens e novas mulheres*.

No trabalho, compreende-se ideologia, em especial, a partir das ideias de Terry Eagleton, Andrew Vincent e Slavoj Zizek. Em princípio, estes autores partem da concepção de que falar em ideologia é pertinente no mundo contemporâneo e de que evitar falar sobre o conceito pode ser algo premeditado e ideológico. Outra questão elencada pelos autores é a relativa ao fato de as ideologias não deverem ser tomadas unicamente pelo prisma de que são visões equivocadas e distorcidas da realidade social²⁷³, e nem tão pouco um privilégio do Estado (que seria tido como primeira força ideológica). Para Vincent, ideologia “não é uma imagem distorcida do mundo, mas é parte do mundo das palavras e da ação”²⁷⁴. Nessa direção, Eagleton defende a ideia de que ideologia não se trata de uma mera “falsa

²⁷¹ BOURDIEU, P.; EAGLETON, T., *A Doxa e a Vida Cotidiana*: uma entrevista, p. 266.

²⁷² Dentre a literatura existente, cita-se: EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP/Editora Boitempo, 1997; ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia* (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996; VINCENT, Andrew. *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995; CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*: o discurso competente e outras falas. 13ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011; BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006; KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

²⁷³ O conceito clássico de ideologia é formulado a partir de Karl Marx, como *falsa consciência*, um ocultamento da realidade social da qual o sujeito está inserido. Marx contribuiu para *divulgar* o conceito ideologia, sobretudo, em sua obra *A Ideologia Alemã*. Grosso modo, em *A Ideologia Alemã*, o conceito denota-se *ilusão e distorção da realidade*. Ou seja, o *ocultamento* dos fatos. Ver: ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia* (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996; VINCENT, Andrew. *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995; EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP/Editora Boitempo, 1997.

²⁷⁴ VINCENT, A., *Ideologias Políticas Modernas*, p. 27.

consciência” ou “ilusão”, mas uma “sólida realidade” que auxilia a organizar as práticas dos sujeitos²⁷⁵.

Zizek, refletindo sobre o “espectro da ideologia”, sublinha que ideologia pode designar “qualquer coisa”, “desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para ação”; ou “desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas legitimadoras de um poder político dominante”²⁷⁶. Nessa perspectiva, Vincent observa que

[...] as ideologias são corpos de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e, assim, apontam o que é possível ou impossível aos homens realizar; as reflexões críticas sobre a natureza da interação humana; os valores a que os homens devem aspirar ou a que devem rejeitar; e as necessidades e interesses dos seres humanos. Dessa forma, as ideologias reivindicam *descrever* e *prescrever* para os homens. As duas tendências estão entremescladas. As ideologias também podem legitimar certas atividades ou medidas e integrar os indivíduos, capacitando-os a ficarem coesos em torno de determinados objetivos²⁷⁷.

Eagleton pontua que ideologia não é uma coisa que as pessoas saem e pegam, põem os olhos ou compram uma quantia. “O termo ‘ideologia’ é apenas uma maneira conveniente de classificar em uma única categoria uma porção de coisas diferentes que fazemos como signos”²⁷⁸. Em sua concepção, é possível definir seis maneiras diferentes de se conceber ideologia. A primeira se refere ao “processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social”. Essa definição seria política e epistemologicamente neutra, assemelhando-se a um significado mais amplo de “cultura”. Um segundo significado diz respeito a “ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo”. Nesta segunda definição, ideologia se aproximaria da ideia de “visão de mundo”.

A terceira definição trata da “promoção e legitimação dos interesses” de grupos sociais em face de interesses opostos, colidindo com a reprodução do poder social como um todo. O quarto significado refere-se ao “poder social dominante”. A quinta definição tem ligação com a quarta, de que a ideologia seria ideias e crenças que auxiliariam a manutenção do poder dos grupos dominantes mediante a dissimulação e distorção da realidade. A sexta definição é

²⁷⁵ EAGLETON, T., *Ideologia*, p. 36.

²⁷⁶ ZIZEK, S., *O Espectro da Ideologia*, p. 9.

²⁷⁷ VINCENT, A., *Ideologias Políticas Modernas*, p. 28.

²⁷⁸ EAGLETON, T., *Ideologia*, p. 171.

sobre a ênfase nas crenças “falsas ou ilusórias” decorrentes da “estrutura material do conjunto da sociedade como um todo”²⁷⁹.

A partir desses autores, entende-se ideologia como um conjunto de ideias, crenças e valores que estruturam a forma de pensar, os discursos e o agir dos grupos. Assim, as ideologias orientam para a ação, descrevem e prescrevem discursos e práticas. Elas legitimam teórica e praticamente determinados discursos e ações dos sujeitos e grupos. Os discursos, por exemplo, produzidos pela Direção Nacional do MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, são ideológicos por essência, e objetivam construir representações sobre diversos âmbitos de sua organização, também dos seus aliados e adversários/inimigos na luta pela terra.

No que tange à ideologia do MST, ou às ideologias de sua organização, entende-se que não existe *ideologia pura*. As ideologias são dinâmicas, não cristalizadas. Sendo assim, passam pelo conflito, pela negociação. Eagleton reflete que “ideologia é um campo de contestação e negociação em que há um constante tráfego pesado: os sentidos e valores são roubados, transformados e apropriados pelas fronteiras das diferentes classes e grupos, cedidos, reapropriados e remodelados”²⁸⁰. Nesse sentido, ressalta-se também que os modos como os sujeitos e grupos interagem com as ideologias também são dinâmicos e diversos.

Os sujeitos e grupos podem formar sua ideologia a partir de uma mescla de diferentes inspirações: “Uma pessoa pode ser mãe, metodista, dona de casa e sindicalista ao mesmo tempo, e não há razão alguma para presumir que essas várias formas de inserção na ideologia sejam mutuamente harmoniosas”²⁸¹. Com visão semelhante, Vincent reflete que “todas as ideologias são internamente complexas, híbridas e sobrepostas. Não existe nenhuma visão genuína, socialista ou liberal, do mundo. As reivindicações de pureza, assim como as de mais verdade, são em geral falsas ou enganosas”²⁸².

Assinale-se que o arcabouço ideológico do MST foi formado por diversas influências, sobretudo, a partir do ideal cristão (influência das alas progressistas da Igreja Católica em sua formação), dos escritos marxistas e do ideário democrático. Conforme Ilse Scherer-Warren, o Movimento construiu o que ela nomeia de “meta-ideologia” através das três principais correntes de pensamento mencionadas: a simbologia cristã (forte influência de 1979 a 1984), a teoria marxista-lenista (fortalecida a partir de meados dos anos de 1980), o ideário

²⁷⁹ EAGLETON, T., *Ideologia*, p. 38-40.

²⁸⁰ EAGLETON, T., *A Ideologia e suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental*, p. 187.

²⁸¹ EAGLETON, T., *A Ideologia e suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental*, p. 217.

²⁸² VINCENT, A., *Ideologias Políticas Modernas*, p. 31.

democrático (década de 1990)²⁸³. Atenta-se para o fato de as transformações no Movimento não terem sido carregadas apenas de harmonia; por vezes, os redimensionamentos políticos e ideológicos acabaram criando contradições e gerando conflitos, principalmente, no que diz respeito às lideranças.

Scherer-Warren, ao explicitar o redimensionamento das concepções e pensamentos do MST, cita como exemplo os lemas oficiais do Movimento e as falas dos seus principais dirigentes nacionais. De forma resumida:

- 1979-1984 – “Terra para quem nela trabalha” – presença marcante da Igreja Católica, em especial, através da CPT em sua organização neste período.
- 1984 – “Terra não se ganha, se conquista” – estímulo para o enfrentamento e engajamento dos sujeitos em lutar pela terra. Se ficassem esperando alguma coisa do governo, não iria resolver nada, a terra tinha que ser conquistada.
- 1985-1988 – “Sem Reforma Agrária, não há democracia” – mudança explícita de perspectiva, a dimensão do ideário democrático, de uma luta que perpassa apenas o interesse dos sem-terra, mas uma luta mais ampla, auxiliando na constituição da democracia.
- 1986 – “Ocupação é a única solução” – ênfase ao ato de ocupar latifúndios como meio de fazer pressão e agilizar medidas mais rápidas para o processo de desapropriação da área. Quando diz que a “ocupação é a única solução”, já tem uma conotação de que confiar na justiça não era o suficiente, é preciso que os sujeitos se mobilizem à luta, ocupem.
- 1989-1994 – “Ocupar, Resistir e Produzir” – três características fundamentais que o MST estimula: a ocupação como forma de fazer pressão; a questão da resistência dos sujeitos em meio às dificuldades da luta pela terra; e a produção, cumprindo a função social da terra.
- 1995-2000 – “Reforma Agrária: uma luta de todos” – o MST dimensiona o tema da reforma agrária como sendo uma luta de toda a sociedade, não apenas uma luta dos sem-terra. A reforma agrária era um dos aspectos fundamentais para a democracia, logo toda a sociedade tinha que apoiar a causa dos trabalhadores sem-terra²⁸⁴.

²⁸³ Ver: SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN, Ilse; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização: um diálogo*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 243-257.

²⁸⁴ SCHERER-WARREN, I., *A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial*, p. 243-257.

Os lemas do MST oferecem pistas simbólicas para a compreensão de suas transformações de lutas e estratégias. No início de sua organização, a presença de *agentes religiosos*²⁸⁵, em especial, da CPT, era intensa no Movimento, e a terra deveria ser para quem nela trabalhava. Em fins da Ditadura Civil-Militar, o lema do MST dava ênfase ao *enfrentamento/ação*, no sentido de que a terra não seria *ganha*, mas sim *conquistada*, a partir das ações e lutas dos trabalhadores sem-terra. Em 1985, o lema associava a reforma agrária com a democracia. Isto é, para existir democracia era preciso realizar a reforma agrária. Em um contexto político adverso, de intensos conflitos, enfatizava-se, em 1986, que a “ocupação era a única solução”.

Na década de 1990, os discursos se voltavam para a ocupação, a resistência e a produção nos assentamentos. A reforma agrária na perspectiva do MST também se ampliou, ela passou a ser “uma luta de todos”, não apenas dos trabalhadores rurais. Na primeira década do século XXI, o Movimento lutava por “um Brasil sem latifúndio”, ou seja, por uma reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária do país. Associada a isso, a reforma agrária passaria também a ser uma questão de “justiça social e soberania popular”. O lema atual, aprovado para o *6º Congresso Nacional do MST*, realizado em Brasília, em fevereiro de 2014, é o seguinte: *Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!* A partir desse lema, o Movimento reafirma sua posição de lutar por uma *reforma agrária popular*, que desconcentre a estrutura fundiária do país.

No Movimento, não é difícil perceber, por intermédio dos materiais produzidos, o quanto sua organização se inspira em diferentes vertentes ou correntes de pensamentos. Para o MST, as referências teóricas são importantes desde que contribuam para os interesses e objetivos do Movimento. Stedile, por exemplo, salienta que todos os teóricos contribuem para uma elaboração permanente da ciência e para a reinterpretação da realidade, assim “todos os teóricos são importantes, não interessa qual a corrente ideológica dele, mas se ele puder nos ensinar alguma coisa para interpretar e transformar a realidade, nós procuramos aproveitar”²⁸⁶. É preciso destacar que essa perspectiva de Stedile é um tanto quanto limitada, uma vez que, na prática, os dirigentes do MST não são tão abertos a *todas* as influências e inspirações teóricas que, por exemplo, façam críticas às suas ações e maneiras de pensar as

²⁸⁵ Por *agentes religiosos* entendem-se os bispos, padres, freiras, pastores e indivíduos leigos que desenvolviam trabalhos com os homens e mulheres marginalizados na cidade e no campo, sob a perspectiva da Teologia da Libertação.

²⁸⁶ STEDILE, João P. *A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*. Setor de Formação, 2005. p. 12.

experiências históricas²⁸⁷. Existe sim uma mescla diversificada de inspirações que formaram o arcabouço ideológico do MST, contudo, nesse processo, houve eleições e exclusões. Por parte do Movimento, as influências teóricas são bem vindas, desde que adicionem à organização perspectivas que lhe agradem, sem posições críticas perante seus quadros e ações.

Para se ter ideia da diversificação de referências e ícones que inspiram o MST, citam-se alguns: Che Guevara, Roseli Nunes, Jesus Cristo, Madre Cristina, Florestan Fernandes, Paulo Freire, José Martín, Lenin, José Saramago, Maringhella, Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro, Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Chico Mendes, Dorcelina Folador, dentre tantos outros nomes que foram escolhidos e considerados pensadores e lutadores do povo. Nas músicas, poesias, cartilhas, manuais de organização, cadernos de formação, acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, entre outros espaços que a organização do Movimento se faz presente, esses são alguns nomes que recebem homenagens e reverências. Nota-se que há uma mescla de referências (religiosos, revolucionários, intelectuais, militante do MST), que, num primeiro olhar, parecem contraditórios; entretanto, no MST tomam uma dimensão harmoniosa. Essa questão impressiona e chama a atenção, posto que demonstra a capacidade do Movimento de articular referências que são aparentemente incongruentes e de canalizar tais referências para o fortalecimento de sua memória histórica e de seu arcabouço ideológico.

Os valores do Movimento, expressos em diversos materiais de sua organização, inclusive no *Jornal Sem Terra*, revelam as influências do cristianismo, marxismo e ideário democrático do Movimento. Dentre os valores se encontram: solidariedade, beleza, valorização da vida, gosto pelos símbolos, valorização do *ser povo*, trabalho, estudo, disciplina, capacidade de indignar-se, enfrentamento de classes, dentre outros²⁸⁸. Para o MST, esses valores necessitam ser desenvolvidos na prática cotidiana dos sujeitos, nos acampamentos, assentamentos e em todas as manifestações em que seus integrantes estiverem

²⁸⁷ Cita-se, por exemplo, os pesquisadores Zander Navarro e José de Souza Martins. A Direção Nacional do MST, representada, em especial, por João Pedro Stedile, em diversos materiais produzidos pelo Movimento na década de 1990, faz questão de responder a críticas desses intelectuais sobre o MST, que os considera fora da realidade, com suas aspirações e teorias alheias aos trabalhadores rurais. Cita-se um trecho do texto de Stedile, intitulado *A Luta pela Reforma Agrária e a Produção do Conhecimento*, publicado no ano de 2007. Nele, Stedile diz: “A maioria dos nossos intelectuais ou foram ganhar dinheiro ou ainda pior, alguns foram cooptados e começaram a defender teses neoliberais. Alguns logo no início e outros tardiamente, como José de Souza Martins, que foi um grande intelectual, sociólogo clássico da esquerda brasileira e ajudou muito a nós do MST e à CPT. Mas é público e notório, durante o segundo mandato do Fernando Henrique ele foi assessor especial do ministro Jungmann, pago a preço de ouro pelas verbas do NEAD. A inflexão que ele fez de adesão ao ‘establishment’ eu acho que é emblemático do que aconteceu com boa parte dos nossos intelectuais que estavam na universidade” (STEDILE, 2007, p. 23).

²⁸⁸ Sobre os valores enfatizados pelo MST, ver os seguintes materiais: MST – Caderno do Educando – Pra Solettrar a Liberdade nº 1. *Nossos Valores*. Veranópolis – RS, junho de 2000; MST- Caderno de Formação nº 26. *A vez dos Valores*. São Paulo, janeiro de 1998; MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, julho de 2001; BOGO, Ademar. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

presentes. A ideia de construção de uma sociedade socialista passaria essencialmente pela vivência desses valores.

As três matrizes ideológicas do Movimento – cristã, marxista e democrática – inter cruzam-se. Isso sugere que o MST se desenvolveu a partir da interpenetração dessas matrizes que ora se complementam, ora se contradizem e geram ambiguidades. Ressalta-se que, dentre essas três correntes de pensamento, há o predomínio de uma visão marxista-leninista, a partir da qual os trabalhadores têm uma *missão histórica* de romper com o capitalismo e de instaurar um regime socialista. Por ora, esse predomínio acaba por ser *fechado e doutrinador*, não considerando outras possibilidades e experiências políticas históricas. Também, dificulta a valorização das experiências dos sujeitos sem-terra, que são plurais e heterogêneas.

Em seu arcabouço ideológico, o MST, desde seus primeiros anos de existência, investe e propaga a construção de uma *sociedade socialista*. Grosso modo, os três grandes objetivos do MST são: terra para quem não possui e quer trabalhar e viver nela; concretização de uma reforma agrária ampla, que modifique a estrutura fundiária do país; construção de uma sociedade justa, que, no seu entender, é a sociedade socialista. Percebe-se que o MST não está dimensionando seu projeto político ideológico apenas para os pobres da terra, mas também para toda a sociedade.

Assim, é evidente que as ações e aspirações do MST se tornaram ambiciosas e amplas, sobretudo, do ponto de vista político e econômico. No *Jornal Sem Terra*, em suas primeiras edições, já se percebem esses três grandes objetivos muito latentes. Sobre a construção da sociedade socialista, no editorial de abril de 1989, em um contexto de preparação para as eleições nacionais – no qual o MST se posicionou em favor do presidenciável Lula e de seu partido, o PT –, a Direção Nacional do Movimento destacava:

Nossa tarefa é acabar com o latifúndio, fazer as terras conquistadas produzir e com isso contribuir para o avanço da luta geral dos trabalhadores. Lutaremos para eleger um representante dos trabalhadores na presidência da república. Entendemos que essas tarefas fazem parte de uma luta maior, em vista da *construção de uma sociedade socialista* (sublinhado nosso)²⁸⁹.

²⁸⁹ Mobilizar as Massas. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1989, Ano IX, nº 82. p. 2.

O ideal de construção de uma sociedade socialista²⁹⁰ sempre esteve presente na organização do MST. Para além de oposição e resistência aos presidentes e seus governos, a defesa do MST é por uma sociedade socialista, em que a lógica do capital não prevaleça e em que novas relações sociais sejam erigidas. Isto é, a oposição não está relacionada apenas aos presidentes e governos específicos, mas a um sistema político e econômico, no caso, ao capitalismo. A utopia do Movimento é alicerçada na construção de uma sociedade socialista em que a conquista da reforma agrária se torna imprescindível nesse processo.

Desse modo, é possível analisar o Movimento a partir de um caráter *antissistêmico*. Carlos Antonio Aguirre Rojas, no texto intitulado *O que são os Movimentos Antissistêmicos?*, reflete sobre o que se convencionou chamar de “movimentos sociais antissistêmicos”. Para Rojas, inspirado em Immanuel Wallerstein, após a revolução cultural de 1968, houve a emergência dos chamados “movimentos antissistêmicos” que expandiram as ações dos “movimentos anticapitalistas”, alcançando pontos que iam além da luta contra a exploração econômica, contra o Estado e a cultura capitalista.

Os movimentos antissistêmicos trouxeram para a pauta de reivindicações elementos como a herança das sociedades de classe, o patriarcado e o machismo, a exploração irracional da natureza, além da divisão entre o trabalho manual e o intelectual²⁹¹. Os movimentos antissistêmicos passaram não apenas a afrontar o sistema capitalista, mas igualmente estenderam sua luta contra outros dois sistemas que o sustentavam, quais sejam: o sistema de organização social dividido em classes sociais antagônicas; e o sistema do reino da “escassez natural” ou do domínio do “reino da necessidade”, segundo termo de Karl Marx.

No MST, o socialismo deve estar intrinsecamente ligado ao ideário democrático. Ou seja, sem democracia, o socialismo estaria fadado a fracassar. Vale registrar, contudo, que, apesar de haver vasta literatura que reflete sobre os diversos tipos e perspectivas de democracia no mundo contemporâneo²⁹², no MST não há sistematização do que seja democracia ou clareza/evidência acerca de que tipo de democracia sua organização defende. De maneira geral, no Movimento, democracia é avaliada sob o prisma da *igualdade de condições e participação popular nas decisões e escolhas fundamentais* para os rumos do

²⁹⁰ Sobre as origens e interpretações sobre o socialismo, ver: VINCENT, Andrew. *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995. O autor reflete sobre as várias “escolas do pensamento”, ou, o que ele denomina de “ideologias políticas modernas”, como o “liberalismo”, “conservadorismo”, “socialismo”, “anarquismo”, “fascismo”, “feminismo”, “ecologismo” e “nacionalismo”.

²⁹¹ ROJAS, C. A., *O que são os Movimentos Antissistêmicos?*, p. 1-24. As lutas do MST vão para além da terra, como: educação, saúde, créditos agrícolas, saneamento básico, infraestrutura, relações de gênero, meio ambiente, dentre outros assuntos que sua organização entende como relevantes para a vida dos sujeitos.

²⁹² Sobre os tipos de democracia no mundo contemporâneo, ver: BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

país. Isto é, relaciona-se à garantia de participação do povo nas decisões políticas, no desenvolvimento e na criação de leis.

Em sua tese, Plínio José Feix, analisa que a questão da democracia no MST não é objeto de reflexão teórica ampla e aprofundada. O autor aponta que as fundamentações teórica e empírica dos dirigentes do MST, em grande medida, não consideram a democracia como um valor ou como um princípio político fundamental para o desenvolvimento da estrutura organizativa do MST, para a promoção das lutas sociais e para o processo de construção política do projeto socialista almejado por suas lideranças. Assim, democracia no Movimento se torna algo “instrumental”, ou seja, para a ação sócio-política em espaços permitidos da sociedade civil e das políticas institucionais do Estado²⁹³.

Nos discursos de seus dirigentes nacionais (publicados em diversos materiais), encontram-se evidências de que o MST valoriza a *democracia semidireta*, que agrega elementos dos tipos de *democracia representativa* e *direta*. Isto é, uma democracia que, conforme Norberto Bobbio, permite equilíbrio operacional entre a representação política e a soberania popular direta, com a possibilidade de o povo decidir sobre temas fundamentais da sociedade, através de plebiscitos, referendos e projetos populares²⁹⁴. Na visão de Miguel Carter, o MST, a partir de suas ações junto às instituições políticas do Brasil, tem se configurado importante agente no avanço da reforma agrária e na consolidação e melhoria da democracia no Brasil²⁹⁵.

Democracia seria *sine qua non* para o socialismo do MST. Os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e da cidade são primordiais nesse processo de construção da sociedade socialista, e a conquista do poder do Estado por estes se tornaria fundamental para desencadear essa construção. O Estado controlaria os meios de produção (inclusive a terra), e estes seriam utilizados de maneira coletiva. A reforma agrária também passaria a ser condição crucial para essa conquista.

Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Elaine Nunes Silva Fernandes se preocupou em entender a “concepção do socialismo do MST”. A autora analisou as publicações do MST, em especial, aquelas escritas por seus dirigentes nacionais e organizou as principais correntes de pensamento que sustentam a ideia de socialismo no Movimento,

²⁹³ Sobre os “espaços da democracia” no projeto político do MST, ver: FEIX, Plínio José. *O Espaço da Democracia no Projeto Político dos Dirigentes do MST*. 2010. 429 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas.

²⁹⁴ BOBBIO, N., *Estado, Governo, Sociedade*, p. 459.

²⁹⁵ CARTER, M., *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Democracia no Brasil*, p. 124-164.

pelo menos para seus dirigentes, em âmbito nacional²⁹⁶. Os escritos marxistas e de seus seguidores, inspirados na Revolução Russa²⁹⁷, foram centrais, de acordo com a autora, para a formação de pensamentos e para o entendimento de como os dirigentes do Movimento almejam a construção do socialismo. Fernandes compreendeu que, para o MST, a sociedade socialista poderá ser construída ainda sob as bases do capitalismo, por meio da promoção de novas relações sociais advindas de um modo de produção coletivo. Com as novas relações sociais emergiriam os *novos homens* e as *novas mulheres*²⁹⁸, com uma nova consciência política e dispostos a lutar por uma sociedade melhor.

Assim, no Movimento haveria uma ênfase maior na perspectiva da subjetividade, já que o MST “entende que novas relações sociais provocariam o surgimento do homem socialista ainda dentro desta ordem estatal”²⁹⁹. Para Fernandes, essa interpretação da obra marxiana é equivocada por parte dos dirigentes do MST, haja vista que, em Marx, subjetividade e objetividade seriam dois momentos de igual dimensão, sendo a objetividade determinante em um processo revolucionário. Na compreensão da autora, o socialismo do MST é reflexo de uma interpretação das experiências históricas, em que a subjetividade teria primazia sob a objetividade. E, o Estado, conquistado pelos trabalhadores, poderia realizar as mudanças estruturais que conduziriam a humanidade à sociedade socialista, emancipada, liberta do jugo capitalista.

Outro que buscou entender o socialismo no MST foi Claudinei Coletti. Esse autor enfatiza que a ideologia do MST é centrada na ideia do “anticapitalismo”, desde seus primeiros anos de existência. Para ele, o ideário socialista pregado pelas lideranças do MST estaria mais próximo da reivindicação por justiça social, por defesa dos valores humanistas e por combate às misérias que estão imbricadas ao modo de produção capitalista, do que do socialismo marxista. Essa interpretação foi erigida em vista das próprias declarações de dirigentes do MST, como João Pedro Stedile, que, ao ser questionado por um jornalista do *Diário Popular* se o MST era revolucionário, salientou que “toda a abordagem socialista está

²⁹⁶ Para uma reflexão mais densa, ver: FERNANDES, Elaine N. S. *A Concepção de Socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió.

²⁹⁷ A Revolução Russa ocorreu em 1917, quando os bolcheviques, liderados por Vladimir Lenin tomou o poder e assumiu o Governo Russo. Na ocasião, Lenin implantou o Socialismo e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nas décadas seguintes a URSS se tornou uma grande potência econômica e militar.

²⁹⁸ Nota-se que o socialismo preconizado no MST, pelo que parece, é bem limitado, abarcando apenas a relação homem/mulher. Nessa perspectiva, na nova sociedade a ser construída, não haveria espaços para outras sexualidades.

²⁹⁹ FERNANDES, E. N. S., *A Concepção de Socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*, p. 160.

relacionada com princípios da Igreja Católica, nossa principal base de formação”³⁰⁰. Desse modo, para Coletti, o socialismo do MST estaria “mais próximo do ideal cristão de justiça social do que do socialismo-marxista”³⁰¹.

Em relação ao trabalho dos agentes religiosos na organização do MST, é inegável a influência do cristianismo em seu arcabouço ideológico, principalmente, a partir de suas lideranças mais antigas que compõem a Direção Nacional. Muitas das lideranças do MST tiveram formação, ainda que parcial, em *Seminários Católicos*, como, por exemplo, Ademar Bogo, João Pedro Stedile, Egídio Brunetto (falecido no ano de 2011). Entretanto, para além dos valores humanistas, da defesa da justiça social e do combate às misérias que assolam grande parte da sociedade, a utopia do MST é alicerçada também no rompimento com o modo de produção capitalista e na construção de uma sociedade socialista, na qual o Estado teria que ser de caráter *popular*³⁰², com a participação direta dos trabalhadores nos temas e direcionamentos fundamentais para o futuro do país.

Coletti entende que o socialismo pregado pelos dirigentes do MST, por vezes, é contraditório. Isto é, eles lutam pelo fim do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, defendem através da reforma agrária o acesso à propriedade privada a todos os trabalhadores rurais, não só às pessoas com poderio econômico. Essa percepção pode ser encontrada, por exemplo, no *Caderno de Formação nº 4*, quando diz: “se existe um direito a propriedade, ele existe para todos e não apenas para alguns. Uma reforma agrária vai garantir que todos os trabalhadores rurais tenham propriedade e não só os latifundiários”³⁰³. Observa-se que, nessa fonte, não se questiona o *direito à propriedade*³⁰⁴. Mas se considera que ele existe e deve ser um direito de todos, não de alguns. Nesse sentido, a reforma agrária garantiria uma redistribuição da propriedade da terra. Nesse sentido é que Coletti interpreta que os discursos em prol do socialismo, propagados pelo MST, em muitos momentos, se tornam contraditórios.

³⁰⁰ RYDLE, Carlos. Cartilha diz que invasão prepara para o socialismo. *Diário Popular*, São Paulo, 05 de junho, 1994.

³⁰¹ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 269.

³⁰² O termo *popular* se encontra nos dois últimos lemas oficiais do MST. Em 2007 e 2014, após o V e VI *Congressos Nacionais* do Movimento, foram lançados os seguintes lemas, respectivamente: *Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular; Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!*. O lema oficial é a síntese das tarefas, desafios e do papel do MST no período histórico que se abre após seu Congresso Nacional. O *popular* evidenciado em seus lemas, grosso modo, evidencia a luta pela participação ativa e direta dos trabalhadores nos direcionamentos do processo de reforma agrária no Brasil.

³⁰³ MST - Caderno de Formação nº 4. *O Plano Nacional de Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, junho de 1985.

³⁰⁴ O direito à propriedade é um direito constitucional, previsto na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º. Destaca-se que esse direito não é *absoluto*, assim a propriedade tem que atender a uma função social. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Ainda sobre a ideia de socialismo, vale destacar as reflexões de Paul Singer. O autor entende que o projeto de socialismo não pode ser reduzido à economia, ou ao modo de produção. Para além da economia, a proposta deve alcançar a “cultura, a sociabilidade, é um projeto de reorganização de toda sociedade humana, da infra à superestrutura e, portanto, não deve ser reduzida a uma proposta econômica, como ocorre muitas vezes”. Assim, nas experiências históricas encontram-se pistas para servirem como indicadoras na realização de “uma economia socialista inserida contraditoriamente na economia de mercado capitalista”. Na visão de Singer, o poder nas mãos dos trabalhadores não significa a construção de uma sociedade socialista³⁰⁵, como sugere o MST. Há exemplos históricos como os que aconteceram na Rússia, Polônia, China, Coreia do Norte que atestam essa questão.

Singer chama a atenção sobre algo que conduz à reflexão em torno da proposta de socialismo do MST, ou seja, a de que o socialismo deve ser diferente, no mínimo tolerante. Por ora, socialismo não é “coerção”. Como construir o socialismo sem se respeitar a diversidade dos grupos e sujeitos? Isso seria, no mínimo, um “socialismo autoritário”, como o que já tiveram e têm alguns países. Nas palavras de Singer:

[...] não acredito no socialismo que começa com uma conquista de poder por medidas de força política, tentando impor aos trabalhadores e aos cidadãos uma nova forma de se relacionar. A essência da ideia socialista exige a sua espontaneidade, exige adesão voluntária. E adesão só é voluntária se você pode desfazê-la. Senão vira prisão: você adere, mas depois não pode desistir. Assim como o capitalismo é capaz de sobreviver tolerando experiências socialistas em seu seio, o socialismo tem de ter a mesma capacidade. No mínimo ser tão liberal e tão robusto a ponto de agüentar a competição com outros modos de produção. E não proibi-los! A autenticidade das cooperativas, a autenticidade das experiências autogestionárias provêm dessa absoluta liberdade de opção que todas elas usufruem³⁰⁶.

Singer acredita que o socialismo deve ser, por convicção, e não, por coação. Os sujeitos, de forma voluntária, devem visualizar que o socialismo é uma alternativa para uma vida melhor, justa e igual entre os seres humanos. O autor enfatiza também algo relevante no que diz respeito ao fato de o socialismo ser tolerante com outros modos de produção (exceto o da escravidão), sem perder o que chama de “essência libertadora”.

Dessa maneira, cabe indagar: será que essa perspectiva do MST, de derrubar o capitalismo e construir um socialismo com *novos homens* e *novas mulheres*, não é limitada?

³⁰⁵ SINGER, P., *Teses sobre autogestão e socialismo no Brasil de hoje*, p. 354-358.

³⁰⁶ SINGER, P., *Teses sobre autogestão e socialismo no Brasil de hoje*, p. 359.

Esse socialismo abrangeria um conjunto de grupos, com perspectivas e pensamentos distintos? Existiria espaço para todas as sexualidades? Será que a concepção acerca desse *novo homem e essa nova mulher* não seria uma tentativa de homogeneizar a sociedade? Como essa ideia de socialismo chegaria às bases do MST, aos acampamentos e assentamentos? Será que a vontade dos integrantes que compõem o MST é viver nessa sociedade socialista? Esse discurso não ficaria mais no plano da retórica e entre os militantes que integram a direção do Movimento em suas diversas instâncias?

Essas indagações são complexas, mas ao mesmo tempo servem para apontar que a utopia socialista do MST para sua organização e para o conjunto da sociedade brasileira tem seus limites, pois a realidade e a subjetividade dos sujeitos são heterogêneas. Os próprios *Sem Terra*, integrantes do Movimento, não são homogêneos, mesmo que existam alguns objetivos e lutas que os agregam para um caminho semelhante. Há uma diversidade de sujeitos, com subjetividades, objetivos e interesses distintos dentro do Movimento.

Nessa direção, as ideologias também são entendidas como *elementos discursivos*. Elas estão inseridas num conjunto de discursos que dão sentido às práticas dos grupos. No caso do *Jornal Sem Terra*, as ideologias do MST estão presentes em seus discursos escritos e imagéticos. Nesta tese, acredita-se que elas estão implícitas nas representações que o Movimento constrói sobre diversos assuntos. Em relação aos presidentes brasileiros, por exemplo, as representações do MST são ancoradas em sua forma de ver e analisar as relações sociais, políticas e econômicas. Os presidentes são visualizados, ou personificados de acordo com o seu governo, suas prioridades políticas e ações desenvolvidas, sobretudo, em relação às políticas agrícolas e reforma agrária.

2.2 Representante dos Latifundiários e a continuidade da Ditadura: José Sarney

A opção por refletir, inicialmente, sobre o presidente José Sarney, e, em seguida, sobre Fernando Collor de Mello e Itamar Franco dá-se no sentido de se demonstrar como o Movimento estruturou suas representações sobre tais presidentes e como se posicionou diante das ações de seus respectivos governos. Nesse sentido, busca-se evidenciar que, anteriormente a FHC e a Lula, a Direção Nacional do MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, mantinha uma *perspectiva continuísta* em seu discurso, sobretudo, face às representações sobre os presidentes referidos.

Em momento anterior ao mandato de José Sarney, no período denominado *transição democrática*³⁰⁷, especialmente entre os anos de 1983 e 1984, o país vivia expectativas quanto aos rumos políticos que iria tomar. Nesse contexto, aconteceu um evento político e civil que despertou clamor em grande parte da sociedade brasileira – o movimento *Diretas Já*. Surgiu, inicialmente, a partir de partidos políticos e organizações sindicais como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), dentre outras organizações, e se transformou em um evento de repercussão nacional, conquistando milhões de adeptos nas manifestações.

Conforme Boris Fausto, o movimento *Diretas Já* expressava, “ao mesmo tempo, a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações”³⁰⁸. As manifestações, por meio de comícios, passeatas e discussões na sociedade sobre o direito da população escolher seu presidente e outros governantes, de acordo com Fausto, gerou um “entusiasmo raramente visto no país”³⁰⁹. Lucilia de Almeida Neves Delgado, acredita que o *Diretas Já* foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. “O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva, que transformou o ano de 1984 em marco da única campanha popular brasileira”³¹⁰. Em sua concepção, foi um movimento suprapartidário que reuniu os partidos de oposição ao Regime Militar (que estava no poder há 20 anos), em torno das eleições diretas para presidente. Nessa direção, o *Diretas Já* teve como características principais a heterogeneidade e a despersonalização.

Nas manifestações, as palavras de ordem mais evocadas eram: “Presidente, quem escolhe é a gente. Eleições Diretas Já”; “Eu quero votar pra presidente”; “Um, dois, três, quatro, cinco, mil: queremos eleger o presidente do Brasil”; “Sem eleições diretas não haverá democracia”. Com o decorrer dos acontecimentos, evidenciava-se que a essência do *Diretas*

³⁰⁷ Sobre o período de transição democrática no Brasil, ver: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; VELASCO E CRUZ, S; SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; KINZO, Maria D’Alva G. A Democratização Brasileira: um balanço sobre o processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*. 15(4), 2001. p. 3-12; MOISÉS, José Álvaro; GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (Orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁰⁸ FAUSTO, B., *História Concisa do Brasil*, p. 282.

³⁰⁹ FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 433.

³¹⁰ DELGADO, L. de A. N., *Diretas Já: vozes das cidades*, p. 413.

Já não estava só nas eleições diretas para presidente, mas também no retorno do estado democrático no Brasil, com as liberdades civis e políticas. Enfim, as manifestações revelavam um descontentamento geral em diversos âmbitos e setores da vida dos sujeitos.

No que tange ainda às *Diretas Já*, Vanderlei Elias Nery também tem interpretação interessante. Ao analisar os textos de Lucília de Almeida Neves Delgado³¹¹, de Alberto Tosi Rodrigues³¹², e o de Domingos Leonelli e Dante de Oliveira³¹³, o autor reconhece que as três obras são significativas para o entendimento do *Diretas Já*. As três abordam o como esse movimento ampliou os espaços democráticos no país na década de 1980. Todavia, Nery destaca que essas obras foram escritas a partir de uma *visão romântica da política*. Isso é revelado na interpretação de que o objetivo central era a conquista da democracia, que “aparece como um valor em si mesmo, como um valor universal, sem que houvesse, portanto, questionamento quanto às formas de organização da campanha, à participação das classes sociais no processo, e os diferentes objetivos dos diferentes segmentos participantes”³¹⁴.

Nery analisa esse momento tentando demonstrar que havia outros interesses, sobretudo, partidários ligados às *Diretas Já*. Em sua visão, as classes dominantes e governantes nos estados também participaram dessas manifestações devido às crises econômicas e políticas da época. Nesse processo, de acordo com Nery,

[...] as classes dominantes brasileiras foram bastante eficientes, pois conseguiram dirigir um movimento de massas, que teve a presença de muitos milhões de pessoas nas ruas e praças, dentro de limites suficientemente estreitos para preservarem inteiramente os dispositivos de dominação capitalista na formação social brasileira. Mesmo um aparelho ideológico notoriamente identificado com a ditadura militar, como o principal grupo de comunicações do país, ficou incólume durante as manifestações populares³¹⁵.

O MST, que nascia no início de 1984, também apoiou o movimento *Diretas Já*; por meio do *Jornal Sem Terra*, isso ficou evidente. Em abril de 1984, com a não aprovação pelo

³¹¹ DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-427. Publicado na coletânea que versa sobre as esquerdas no Brasil pós 1964.

³¹² RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. Livro elaborado a partir da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no ano de 1993.

³¹³ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Os autores eram deputados federais pelo PMDB no período da *Diretas Já*, sendo o segundo o proponente da Emenda Constitucional que previa eleições diretas para Presidente da República em 1984.

³¹⁴ NERY, V. E., *Diretas Já: em busca pela democracia e seus limites*, p. 114.

³¹⁵ NERY, V. E., *Diretas Já: em busca pela democracia e seus limites*, p. 118.

Congresso da Emenda Constitucional *Dante de Oliveira*, que pretendia restabelecer as eleições diretas para presidente da República, o MST destacava no editorial de seu jornal que o “Brasil foi traído” e que “uma minoria de parlamentares covardes e submissos frustraram a esperança de milhões de brasileiros que querem decidir o seu destino”³¹⁶. A emenda recebeu 298 votos a favor, 65 contra, 2 abstenções. Estiveram ausentes 113 parlamentares, não sendo aprovada pela diferença de 22 votos. Ao final do editorial, o Movimento fez questão de publicar os nomes dos parlamentares e o de seus respectivos partidos que votaram contra as eleições diretas, os dos que estiveram ausentes e o dos que se abstiveram de votar.

Naquele contexto, havia distância entre as manifestações nas ruas e o Congresso que, em sua maioria, era composto pelo Partido Democrático Social (PDS), antiga Arena³¹⁷, ligada aos militares. Isto é, o Congresso era conservador demais para aprovar uma eleição direta naquele momento. O processo de distensão *lenta, gradual e segura*, proposto pelo militar e presidente Ernesto Geisel (1974-1979), que visava a conduzir o país ao estado de direito, excluindo, entretanto, os grupos radicais e movimentos populares de participarem do processo, foi seguido pelos parlamentares que compunham o Congresso Nacional.

Após a derrota da emenda *Dante de Oliveira*, pairavam expectativas quanto ao presidente a ser eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral. Entre negociações e interesses políticos dos partidos políticos e parlamentares, elegeu-se Tancredo Neves como presidente do Brasil, tendo como vice José Sarney. Na ocasião, Tancredo Neves e José Sarney venceram Paulo Maluf e Flávio Portela Marcílio por 480 votos a 180. Entretanto, Tancredo não chegou a tomar posse do cargo de presidente, haja vista que ficou doente e, em seguida, faleceu em 21 de abril de 1985.

Com esse fato, Sarney ocupou o cargo de presidente da República exercendo o mandato até o ano de 1989, quando houve a primeira eleição direta para presidente, após o Golpe Militar de 1964. Vale destacar que, em pleno ano de 2014, Sarney ainda continua no cenário político nacional³¹⁸. Em seus 60 anos de política, além de ter sido presidente do

³¹⁶ O Brasil traído. *Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, abril de 1984, ano III, n. 35, p. 2.

³¹⁷ Aliança Renovadora Nacional – A *Arena* foi um partido político criado em 1965 com a finalidade sustentar a política do Regime Militar, instituído a partir do Golpe de 1964. Seu perfil político era predominantemente conservador. Após a restauração do multipartidarismo no Brasil, o partido *Arena* foi reconfigurado com o nome *Partido Democrático Social* (PDS).

³¹⁸ No ano de 2014, Sarney anunciou que não iria se candidatar para concorrer à reeleição ao Senado pelo estado do Amapá. Na ocasião, justificou sua ausência nas eleições por causa da idade avançada e, principalmente, para cuidar de sua esposa que passava por problemas de saúde. Em uma entrevista a rádio *Diário FM* de Macapá/AP, Sarney disse que “desistiu da disputa pela reeleição”, mas que não estava “aposentado”, assim enfatizou: “aposentadoria nada, eu não me aposento nunca”. Ver a seguinte matéria: “Aposentadoria nada, eu não me aposento nunca”, diz Sarney. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1475776-aposentadoria-nada-eu-nao-me-aposento-nunca-diz-sarney.shtml>. Acesso em: 29/07/2014, às 17h35min.

Brasil, exerceu três mandatos de Deputado Federal (1955 a 1966); governou o estado do Maranhão (1966-1971), estado em que fora também senador por dois mandatos consecutivos (1971-1979 / 1979-1985); e foi eleito senador pelo estado do Amapá por três mandatos consecutivos (1991-1998 / 1998-2006 / 2006-2015). A partir da sua longevidade na política nacional, é possível pensar que Sarney foi e continua sendo a expressão singular da política nacional: a continuidade dos mesmos rostos, famílias e projetos (quando há).

Quanto à constituição do governo da *Nova República* e o novo presidente do país, o MST evidenciou que seria oposição e lutaria, organizadamente, visando à conquista da reforma agrária e à transformação social. Sarney não representava credibilidade e confiança para o Movimento. Por mais que o Brasil retomasse seu caminho democrático, a *Nova República* era visualizada ainda como a face do arcaico, sobretudo, pelos parlamentares que compunham o Congresso Nacional. Ou, como dissera Capelato, a Nova República que nascia era “na mesma moeda, a outra face da ‘Velha República’”³¹⁹.

Ao ponderar sobre os “novos ares em Brasília”, no editorial de maio de 1985, o MST criticava a morosidade e a falta de vontade política dos parlamentares para com a reforma agrária. Assim, enfatizava que o país precisava de “mudanças imediatas e profundas na estrutura fundiária, para acabar de uma vez por todas com este mal que se reflete em toda sociedade brasileira”³²⁰. No período em que Sarney foi presidente do Brasil, além das denúncias de violência contra os trabalhadores sem-terra, das críticas ao governo e da convocação dos integrantes do Movimento para se organizarem e lutarem pela reforma agrária, dois grandes temas permearam os editoriais do *Jornal Sem Terra*. O primeiro se referia à elaboração e aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); e o segundo, à Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a nova Constituição do Brasil.

No início do governo Sarney, havia expectativas dos movimentos sociais do campo quanto ao processo de reforma agrária no país. Isso ficou evidenciado no início de 1985, quando foi elaborada proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MIRAD/INCRA), sob a coordenação de José Gomes da Silva e supervisão do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. Na elaboração desse Plano, houve o envolvimento de 17 Comissões Temáticas, as quais envolveram 102 especialistas nos mais variados assuntos que diziam respeito à reforma agrária. A primeira versão da proposta do PNRA foi tornada pública no dia 26 de maio de 1985, no *IV Congresso Nacional dos*

³¹⁹ CAPELATO, M. H., *Imprensa e História do Brasil*. p. 57.

³²⁰ Novos ares em Brasília. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1985, ano IV, n. 43. p. 2.

Trabalhadores Rurais, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília, o qual contou com a presença do presidente Sarney, de Nelson Ribeiro e de José Gomes da Silva.

Assim que a proposta do PNRA foi lançada, em sua primeira versão, efetuada por José Gomes da Silva, prevendo assentar 1 milhão e 400 mil famílias, via desapropriação por interesse público, e restringindo a reforma agrária aos projetos de colonização³²¹, o MST logo a apoiou. Em junho de 1985, o Movimento tratou de explicar aos leitores do jornal os benefícios que a reforma agrária proporcionaria ao Brasil e às famílias que lutavam por terra para trabalhar. *Porque Reforma Agrária?*, era o título do editorial.

O interessante é que, ao mesmo tempo em que apoiava, o Movimento dava a entender que estava cético quanto às intenções de Sarney. Assim, dizia: “Alguém consegue imaginar o latifundiário José Sarney contra a propriedade privada da terra?”³²². Nota-se que Sarney era representado pelo MST como um *latifundiário*. Ou seja, como adversário, inimigo. E, sendo um latifundiário, Sarney também representava o capitalismo no campo, a violência, a expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. Os valores e ideais de justiça social e a concepção da reforma agrária enquanto ponto fundamental para transformação do país, conforme as representações do Movimento, não estavam agregados ao presidente Sarney.

No editorial de julho de 1985, o Movimento trazia reflexões sobre o PNRA, enfatizando que sua aprovação não seria fácil, devido às influências dos grandes proprietários de terras no Congresso Nacional. Contudo, a aprovação do PNRA pelo Congresso era vista como a esperança de fazer avançar a reforma agrária³²³. E essa conquista dependeria também dos trabalhadores rurais sem-terra. Desse modo, o Movimento destacava: *Nós apoiamos o Plano do governo:*

Porque desapropriar latifúndios é um primeiro passo para mostrar para toda a sociedade, sobretudo na cidade, as injustiças que existem no campo.

Porque vamos utilizar essa pequena distribuição de terra como uma forma dos companheiros se animarem, e melhor se organizarem para conquistar mais terras.

Porque desapropriar alguma coisa já é melhor do que não querer desapropriar nada³²⁴.

³²¹ COCA, E. L. de F; FERNANDES, B. M., *Uma Discussão Sobre o Conceito de Reforma Agrária: teoria, instituições e políticas de governo*, p. 47.

³²² Porque Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1985, ano IV, n. 44, p. 2.

³²³ Depende de nós. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1985, ano IV, n. 45, p. 2.

³²⁴ Porque apoiamos o Plano do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1985, ano IV, n. 45, p. 2.

Naquele momento, o MST expressava que as terras desapropriadas pelo PNRA seriam um *ânimo* para os trabalhadores sem-terra, no sentido de eles se motivarem para se organizar. Entretanto, o Plano era visualizado como uma “pequena distribuição de terra”. Isto é, a reforma agrária pretendida pela organização do Movimento estava longe de ser aquilo que havia sido proposto pelo PNRA. E, apoiar o PNRA não significava apoiar o governo, tampouco o presidente Sarney. Como justificativa para não apoiar o governo, o MST ressaltava: “Apoiar o Plano não significa apoiar o governo! Pois sabemos muito bem que o governo da Aliança Democrática não é um governo dos trabalhadores, do povo. Mas um governo dos ricos, que substituiu os militares, antes que a crise aumentasse mais ainda”³²⁵.

O discurso do Movimento era enfático quanto à sua organização ser oposição declarada ao governo e propiciava indícios significativos para a reflexão em torno das representações sobre o presidente Sarney. E quanto ao PNRA? O MST ficara satisfeito com a *versão final* do Plano que apoiou?

Com o PNRA e com as manifestações dos movimentos sociais do campo, a reforma agrária foi recolocada na ordem do dia. Houve reação das diversas entidades representativas dos latifundiários, como, por exemplo, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Sociedade Rural Brasileira (SRC) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Para além da oposição dessas entidades, os grandes proprietários de terras se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista (UDR) que, para Feliciano, se firmava como um movimento contra a implantação do PNRA, além de se caracterizar “como uma força que usava de métodos violentos para conter as manifestações dos movimentos sociais que reivindicavam a democratização do acesso a terra”³²⁶. Os grupos citados tinham representatividade política e eram contrários a qualquer mudança na estrutura agrária do país.

Nessa conjuntura, com a criação e expansão do MST de um lado, a criação da UDR de outro e, no centro, o PNRA, Coletti destaca que *politizou-se* a luta pela terra no país, em especial, por dois aspectos:

³²⁵ Porque apoiamos o Plano do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1985, ano IV, n. 45, p. 2.

³²⁶ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 41. A UDR, em meados de 1980, nasceu, sobretudo, a partir da criação do PNRA e do surgimento do MST. A UDR era uma entidade classista, voltada a defender os interesses dos grandes proprietários de terras. Isto é, a maior bandeira de luta da UDR era a defesa intransigente do direito da propriedade absoluta da terra, e da livre iniciativa de mercado com relação às terras. De acordo com Coletti, os principais inimigos a serem combatidos pela UDR eram “os sem-terra e a Igreja Católica progressista, além de seus dirigentes tecerem, a cada oportunidade surgida, duras críticas ao governo, ao Estado e às esquerdas em geral” (2005, p. 104). Nos discursos dos representantes da UDR, no Brasil não existia o latifúndio improdutivo; a grilagem de terras; o privilégio de incentivos fiscais e créditos aos grandes proprietários de terras pelo Estado; a violência frente aos trabalhadores rurais; dentre outras questões.

1º) as várias instâncias do aparelho de Estado – executivo, legislativo e judiciário – não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária no Brasil, geradora de conflitos e de violência no campo, efetivamente não-resolvida até aquele momento; 2º) os proprietários de terra, de um lado, e os sem-terra, de outro, apresentavam-se na cena política como verdadeiras forças sociais, os primeiros constituindo-se em fração autônoma de classe, e os segundos, como classe social distinta, à medida que extrapolavam as suas existências econômicas e colocavam-se em confronto nos níveis político e ideológico³²⁷.

Nesse contexto, é preciso considerar que os embates e discussões sobre o PNRA travavam-se no Congresso Federal, espaço em que a bancada ruralista era amplamente representada e tinha muito peso e poder político. Até a sua aprovação, em outubro de 1985, o PNRA sofreu muitas alterações ao longo de suas 12 versões³²⁸. A última versão estava radicalmente mudada em relação à proposta original, frustrando as expectativas e demandas dos trabalhadores. Para Lerrer, o Plano aprovado foi “transfigurado”, tornando “insustentável politicamente a permanência de José Gomes da Silva e seus colaboradores”³²⁹, que elaboraram o PNRA original, no INCRA.

O PNRA aprovado continha um discurso nas entrelinhas de que o Estado não iria realizar a reforma agrária desejada pelos movimentos sociais. A reforma agrária, a partir do PNRA, passou a se constituir mais em “um ato voluntário dos proprietários rurais”³³⁰ do que em uma ação política do Estado. Esse Plano não teve êxito e nem conseguiu apoio necessário entre os parlamentares no Congresso Nacional³³¹.

O MST que, a princípio, apoiou o Plano, em setembro de 1985, enfatizava que o governo da Nova República não tinha vontade política para fazer a reforma agrária. Sarney e os ruralistas no Congresso “enrolaram” os trabalhadores, dizia o MST. As modificações no Plano original evidenciavam que a proposta de reforma agrária era para “atender aos pedidos dos empresários e latifundiários”³³². Com a assinatura do Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985, pelo presidente José Sarney, que aprovava o PNRA, o Movimento manifestou-se dizendo que o decreto era, na verdade, “preparado pelos latifundiários, com o aval dos militares”. Para o MST, o Plano “de tão ruim, tira o pouco de bom que havia no Estatuto da

³²⁷ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 79.

³²⁸ SILVA, J. G. da., *Caindo por Terra: crises da reforma agrária na Nova República*, p. 62.

³²⁹ LERRER, D. F., *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*, p. 66.

³³⁰ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 42.

³³¹ José Gomes da Silva, em seu livro *A Reforma Agrária na Virada do Milênio* (1996), discutiu de forma significativa as problemáticas que envolveram o PNRA no Governo Sarney.

³³² O governo não faz, nós temos que fazer. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1985, ano IV, n. 47, p. 2.

Terra”³³³. O Movimento chegou a dizer no editorial da edição de dezembro de 1985 que o PNRA era um “falso Plano de Reforma Agrária”. Logo, as desapropriações de terra seriam “na lei ou na marra”³³⁴.

Na charge abaixo, o MST indica que o PNRA foi uma *caixinha de surpresa* de Sarney para os trabalhadores.

Imagem 6 - Os mesmos vícios do passado



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Out/Nov.de 1985, ano IV, n. 48, p. 2.

A charge foi produzida por Bira, mais conhecido como Bira Dantas³³⁵. Nela, de forma bem humorada, o MST busca representar que o presidente Sarney e seu governo prepararam, por meio do PNRA, uma surpresa de muito *mau gosto* para os trabalhadores. Na imagem, Sarney, muito bem vestido em traje tradicional de parlamentar, com seu imponente bigode e expressão facial tranquila, segura uma *caixa de surpresa* já aberta, a qual representa o PNRA.

³³³ Os mesmos vícios do passado. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro/novembro de 1985, ano IV, n. 48, p. 2. O Estatuto da Terra foi criado em 1965, durante o governo Militar. Seu objetivo, pelo menos no papel, era de resolver os problemas agrários no país. Entretanto, o Estatuto foi um fracasso devido à inércia do Estado e sua má vontade em aplicar a Lei. Para José de Souza Martins, o fracasso do Estatuto foi ainda mais amplo pelo fato de o próprio Estatuto proclamar a propriedade empresarial, fundamentalmente capitalista, e não criar nenhum mecanismo que reconhecesse as formas de ocupação tradicional de terras por pequenos trabalhadores rurais, terras essas que não eram aproveitadas. Conforme Martins, o Estatuto da Terra foi criado para que o governo tivesse o controle e a administração dos conflitos pela terra. Ver: MARTINS, José de S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 41-60.

³³⁴ O que se fez e o que fazer. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro/novembro de 1985, ano IV, n. 48, p. 2. O lema “reforma agrária na lei ou na marra” advém dos anos de 1960, e sua primeira utilização em eventos organizados pelos trabalhadores rurais foi no *Congresso Camponês* de Belo Horizonte/MG, em 1961.

³³⁵ Ubiratan Libanio Dantas de Araújo, mais conhecido como Bira Dantas. Trabalha com quadrinhos, ilustrações e charges desde 1979. Em sua trajetória profissional, foi desenhista do gibi *Os Trapalhões* (Bloch Editores) e colaborou em revistas como *Pântano*, *Tralha*, *Porrada*, *Megazine*, *O Pasquim 21* e diversos jornais.

Verifica-se que, em vez de sair da caixa, algo relacionado à reforma agrária, sai, surpreendentemente, uma figura sombria, *assustadora*, com cara de má. Na visão do MST, a representação dos latifundiários. Ao abrir a caixa surpresa do PNRA, o trabalhador se depara com a figura de um latifundiário de braços abertos indo ao seu encontro para agarrá-lo. A reação imediata do trabalhador é o susto, que o faz quase cair para trás. É interessante perceber que, na charge, Sarney assume posição de *dono* da caixa surpresa, ela está em suas mãos. E o PNRA, que deveria representar a reforma agrária para os trabalhadores rurais sem-terra, transforma-se na representação do latifúndio, tendo sido descaracterizado.

Nessa direção, o presidente Sarney representa os militares, e seu governo, os “vícios da velha república”, que eram “muita demagogia e pouca prática”, “violência no campo”, “incompetência” e cooptação pelo poder³³⁶. Sarney e seu governo são visualizados pelo MST como a “face do velho”³³⁷. Um aspecto que sustenta as representações sobre o presidente Sarney é o relativo ao fato ele ter ligações políticas estreitas com o Regime Militar. Aliás, Sarney era um dos principais nomes do PDS, antiga Arena, ligado aos militares. Politicamente, Sarney era a face do conservadorismo e não se identificava com um projeto de sociedade diferente, socialista, com novos valores e novos sujeitos, projeto almejado pelo MST.

Nos meandros políticos frente à eleição indireta para a presidência em 1984, o próprio PMDB, que compôs a chamada Aliança Democrática com o Partido da Frente Liberal (PFL), de Sarney, o via com restrições, devido à sua estreita relação com os militares. A figura de Sarney tinha “pouco ou nada tinha a ver com a bandeira da democratização”³³⁸. Para estudiosos do período, a Aliança Democrática (PMDB e PFL) representou a “exata expressão da negociação entre as elites políticas da época”³³⁹. A própria transição democrática havia sido “pactuada” ou “conciliada”³⁴⁰ entre as elites políticas e os nomes que agradavam o Regime Militar. Fausto entende que a transição democrática foi “transada”, “cheia de limites e incertezas”³⁴¹. No geral, foi conservadora.

³³⁶ Os mesmos vícios do passado. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1985, ano IV, n. 49, p. 2.

³³⁷ O que se fez e o que fazer. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro/novembro de 1985, ano IV, n. 48, p. 2.

³³⁸ FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 435.

³³⁹ ARAUJO, M. P. N., *Lutas Democráticas contra a Ditadura*, p. 349.

³⁴⁰ Sobre esse processo ver: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MOISÉS, José Álvaro; GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (Orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³⁴¹ FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 447.

Maria do Carmo Campello de Souza analisa que a transição democrática teve caráter de “continuismo” e que a Nova República nasceu “sob a espada de Dâmocles”³⁴². Assim, a Nova República se instalou “sobre os alicerces institucionais do regime autoritário mais que sobre seus escombros, permitindo que se mantivesse na condução dos rumos políticos a maior parte da elite política e da administração do regime anterior”³⁴³. Sobre esse processo, Martins salienta que pessoas e grupos se metamorfosearam para continuar no poder. Muitos políticos do “partido da Ditadura”, a Arena, trafegaram pelo PMDB e pelo PFL, vestidos e travestidos de democratas ou de liberais. Desse modo:

Eles mudaram de coloração e permaneceram. Ou nem mudaram tanto. Seu partido não é de direita ou esquerda ou de centro. Eles são do partido do poder. Se os comunistas tivessem chegado ao poder, eles teriam se tornado comunistas. Se o Estado brasileiro se convertesse num estado teocrático, eles passariam a ir à missa todos os dias e não só nos dias de gala e exibição política na catedral de Brasília³⁴⁴.

O fato de Sarney ser presidente da *Nova República* e, ao mesmo tempo, ter um laço estreito com o Regime Militar, fez com que as representações do MST sobre ele fossem intensas, e quase sempre o colocassem como um presidente autoritário, reacionário, cínico, mentiroso e situado ao lado dos latifundiários. O MST utilizou o *Jornal Sem Terra* para destacar que a composição do governo Sarney privilegiava nomes de grandes proprietários de terras para governar sobre assuntos ligados ao campo e à reforma agrária. No editorial de junho de 1986, o MST indagava: “Latifundiário faz Reforma Agrária?”. Nesse editorial o Movimento criticava Sarney por ele indicar grandes proprietários de terras para compor seu governo, como Paulo Brossard (Ministro da Justiça), Iris Resende (Ministro da Agricultura) e Marco Maciel (Chefe da Casa Civil)³⁴⁵. Para o MST, no jogo político de Sarney, havia *cartas marcadas* e, em se tratando de reforma agrária, os jogadores eram sempre latifundiários, ou ligados a eles.

O Movimento ressaltou, em setembro de 1986, que “o governo da ‘Nova República’ já decidiu há muito tempo que não vai fazer a Reforma Agrária prometida aos trabalhadores”³⁴⁶. Na concepção do MST, Sarney era um “tapeador” que enganava, inclusive, a “opinião

³⁴² *Espada de Dâmocles* – algo ruim que pode acontecer a qualquer momento, cercada de perigos; perigo iminente que paira sobre a vida de alguém.

³⁴³ CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles*, p. 568.

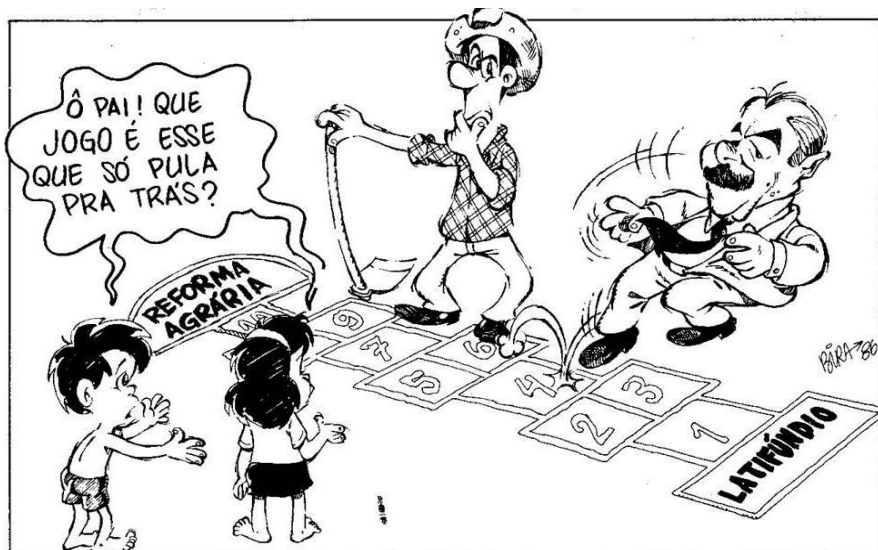
³⁴⁴ MARTINS, J. de S., *A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST*, p. 32.

³⁴⁵ Latifundiário faz Reforma Agrária? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Junho de 1986, ano V, n. 53, p. 2.

³⁴⁶ Tapeação do governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Setembro de 1986, ano V, n. 56, p. 2.

pública”. No que diz respeito à reforma agrária, Sarney era um “jogador” que só andava para trás, como evidencia a charge produzida por Bira:

Imagem 7 - Amarelinha de Sarney



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Maio de 1986, ano V, n. 52, p. 2.

Essa charge acompanhou o editorial de maio de 1986, cujo título é: *A coisa tá preta*. O editorial faz referência aos caminhos que o governo Federal, personificado na figura de Sarney, estava traçando para a reforma agrária. Para o MST, havia um “retrocesso” no que diz respeito à reforma agrária no país. A situação dos trabalhadores sem-terra era comparada à de um cenário “nebuloso”, escuro, cujo caminho futuro não dava para enxergar. De forma humorada, a charge coloca a figura de Sarney como um jogador de *amarelinha*³⁴⁷. Nesse jogo – cujo objetivo é caminhar para frente, até se chegar ao *céu* (na charge representado pela “reforma agrária”) –, Sarney caminha para trás, rumo ao *inferno* (na charge representado pelo latifúndio).

O modo como o presidente é representado evidencia sua *esperteza* e *agilidade* ao jogar ao contrário, rompendo com as regras tradicionais do jogo de *amarelinha*. Nota-se que a expressão de Sarney é tranquila, mesmo sabendo que está jogando ao contrário. As expressões corporais das duas crianças na imagem mostram que elas não estão entendendo o modo com que Sarney está realizando o jogo da *amarelinha*. Por isso indagam ao pai: “Ó pai! Que jogo é esse que só pula para trás?”. Pela expressão facial do pai, um trabalhador rural, observa-se

³⁴⁷ Sobre a explicação do jogo *Amarelinha*, ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Amarelinha>.

que ele também não está entendendo o jogo de Sarney. A charge evidencia que, também no jogo político da reforma agrária, o presidente Sarney estava andando para trás, retrocedendo.

É interessante pensar ainda nos elementos que caracterizam as extremidades do jogo da amarelinha, de acordo com a representação efetuada pelo MST. Verifica-se que a reforma agrária é identificada como o *céu*; o latifúndio, como o *inferno*. Há, assim, no referido jogo, uma *sacralização* da reforma agrária. Contudo, o jogador principal, insiste em não caminhar rumo ao *céu*. A representação da reforma agrária como o *céu* (na amarelinha) passa também pela idealização do Movimento em construir uma *nova sociedade*, com *novos homens* e *novas mulheres*. A reforma agrária, na charge, faz alusão a uma perspectiva cristã, é visualizada como se fosse o *paraíso*. Sendo assim, não haveria possibilidade de se chegar ao *paraíso*, sem antes lutar e conquistar a reforma agrária. Enquanto houver concentração de terras, a sociedade está propensa ao julgo e às mazelas inerentes ao *inferno*.

Sublinhe-se que, durante os debates sobre o processo de reforma agrária no país, o MST focou suas representações sobre outro evento importante na década de 1980, que foi a Assembleia Nacional Constituinte. Por mais que a Assembleia fosse composta por parlamentares do Congresso Nacional, o Movimento canalizava as repercussões e decisões do Congresso na figura do presidente Sarney. No que tange ao futuro da reforma agrária, as decisões da Constituinte eram significativas, por isso o MST acompanhou atento os debates travados pelos parlamentares.

A Assembleia Nacional Constituinte, composta por deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986, iniciou os trabalhos no dia primeiro de fevereiro de 1987. Por parte da sociedade, em especial, dos movimentos sociais, havia grande expectativa sobre a Constituinte, posto que os direitos políticos e sociais de um conjunto de grupos sociais estariam sendo discutidos e traçados. Havia também grande tensão face aos dispositivos constitucionais que balizariam a reforma agrária no Brasil. Nesse processo, as representações em relação a Sarney continuavam na mesma direção, como se ele fosse um representante dos militares e latifundiários – um presidente cínico e mentiroso.

[...] ficaram cada vez mais claras as verdadeiras intenções do Senhor José Sarney com a Reforma Agrária: não fazer nenhuma mudança no campo, mas fazer muita demagogia e propaganda, como se o paraíso tivesse chegado a terra. Na verdade, o governo José Sarney se revelou um dos mais cínicos e mentirosos de todos os governos³⁴⁸.

³⁴⁸ O que esperar de 1987? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 1987, ano VI, n. 59, p. 2.

No processo em que se iniciou a Constituinte, a figura de Sarney como presidente já se encontrava desgastada frente aos analistas políticos da época. Isso se devia à sua política econômica que não conseguia controlar os altos índices de inflação. Além disso, ela foi marcada pelo fracasso do Plano Cruzado³⁴⁹. Leandro Fortes, ao refletir sobre a política interna do Brasil, salienta que o governo Sarney é “lembrado como um dos grandes desastres nacionais”³⁵⁰. Nem bem haviam sido iniciados os debates em torno da Constituinte, o MST enfatizava que ela “nasceu com tantos vícios, que ninguém acredita que nasça maçã em pé de pepino”³⁵¹. Nota-se que, o MST, não acreditava que a Constituinte fosse favorável à reforma agrária.

Nos editoriais das edições de abril, maio, junho, julho e agosto de 1987, observa-se que o MST não esperava benefícios da Constituinte para a reforma agrária, sobretudo, porque a maioria dos constituintes eram conservadores, ligados aos partidos PMDB e PFL. E, o presidente Sarney só se preocupava “em ficar seis anos no poder”³⁵². Nos trechos dos editoriais, a seguir, o Movimento salientava:

Todo mundo sabe que, dos 559 constituintes, o número de deputados que apoia a Reforma Agrária não chega a 60. E é bem provável que a Lei que sair sobre Reforma Agrária dessa constituinte seja pior que o Estatuto da Terra, que foi baixado pelo Marechal Castelo Branco, em pleno golpe militar de 1964. Ou seja, pela lei não podemos esperar muita coisa³⁵³.

Não podemos ter a ilusão de que vamos conseguir fazer as nossas leis na Constituinte. 80% dos deputados são exploradores e da classe dominante e farão leis contra os lavradores. Também não podemos ter a ilusão de que, mesmo conseguindo fazer passar algumas leis que queremos, de que isso vai melhorar a vida dos trabalhadores e resolver nossos problemas. Mesmo quando existe lei a favor do povo, o governo nunca a aplica³⁵⁴.

Nessas citações, o MST fazia duras críticas à Constituinte que estava sendo elaborada. Para o Movimento, a maior parte do corpo dos parlamentares era tida como “exploradores” e da “classe dominante”; logo, colocar-se-iam contra os trabalhadores rurais sem-terra. É interessante perceber que o MST não tinha muitas esperanças quanto às leis voltadas à reforma agrária, não só pelo teor do texto constitucional, mas também porque entendia que o governo não as aplicaria como deviam. O governo era inserido como inimigo do povo: estava

³⁴⁹ Ver: FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 439-448.

³⁵⁰ FORTES, L., *Política Interna*, p. 63.

³⁵¹ O que esperar de 1987? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 1987, ano VI, n. 59, p. 2.

³⁵² Como enfrentar esta crise. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1987, ano VI, n. 61, p. 2.

³⁵³ Como enfrentar esta crise. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1987, ano VI, n. 61, p. 2.

³⁵⁴ Nossa mobilização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1987, ano VI, n. 62, p. 2.

ao lado dos dominantes e exploradores. Em particular, na Assembleia Nacional Constituinte, a interpretação do MST era de que as elites “lavaram a égua”³⁵⁵. Isto é, foram as elites que se deram bem na Constituinte.

Na visão do MST, acerca do processo que marcou a Constituinte, os trabalhadores sem-terra, tal como na expressão popular, compraram “gato por lebre”. Ou seja, eles foram enganados. A seguir, uma charge produzida por Bira que visualiza essa asserção.

Imagem 8 - A Constituinte está cada vez pior!



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1987, ano VI, n. 63, p. 2.

Na charge, a Constituinte é representada por um *gato*, em cuja coleira há grafado o termo Constituinte. A imagem do felino expressa que ele está bem feliz, com a língua de fora, rabo levantado, e tomando seu leite. As orelhas grandes, mas falsas, revelam que seu dono o vendera como se ele (o felino) fosse uma *lebre*. Em relação a dois dos sujeitos presentes na charge, observa-se que um olha atentamente para o gato e o outro, com uma cenoura na mão, no intuito de alimentar a lebre, questiona, incisivamente, o fato de ter comprado um “gato por lebre”.

Para além da representação de que a Constituinte era uma farsa, pois beneficiaria a classe dominante, a charge traz um elemento significativo – a figura de Sarney como o dono do gato vendido como se fosse lebre. Sarney é visto como a representação de um presidente que havia *vendido* a Constituinte para a classe dominante, enganando os trabalhadores. Sarney, tenta sair de *mansinho* pela tangente com um saco de dinheiro enorme nas costas,

³⁵⁵ Reforma Agrária: Governo não faz, nós vamos fazer. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1987, ano VI, n. 64, p. 2.

fruto da venda do gato/Constituinte. O presidente é representado como um enganador, um traidor do povo. O fato de *vender* a Constituinte tornava-o também um corrupto. Aliás, para o MST, a corrupção está intrinsicamente ligada ao modo de produção capitalista, pois o desejo de concentração econômica e de poder tornam os sujeitos corruptos. Vale lembrar que essas representações foram construídas ainda quando estavam sendo debatidas as leis da Constituição, e o MST dizia que a Constituinte estava “cada vez pior”³⁵⁶.

Todavia, mesmo diante desse cenário adverso, o MST enfatizava que a Constituinte devia “ser apenas um meio a mais para mobilizarmos as bases e aumentarmos a consciência de classe de nossos companheiros”. O Movimento interpretava que a Constituinte, no que tange à reforma agrária, era um “jogo de cartas marcadas”³⁵⁷ – referência aos parlamentares que participaram de sua elaboração. É significativo destacar que o MST, nos editoriais, sempre fazia questão de passar uma mensagem positiva para seus integrantes, enfatizando que, mesmo nas adversidades, os trabalhadores precisavam se organizar, pois a reforma agrária dependia, sobretudo, de organização e muita luta.

O desfecho final dos dispositivos da Constituição relacionados à reforma agrária na Constituinte sinalizou que as entidades representativas dos grandes proprietários de terras se sobressaíram, como previa o MST. Há consenso entre pesquisadores que se dedicam a estudar a questão agrária no Brasil de que o texto final da Constituinte representou um *retrocesso* face à reforma agrária. Lerrer entende que as oligarquias rurais, na Constituinte, conseguiram derrotar legalmente e institucionalmente a reforma agrária no Brasil³⁵⁸. Nas comissões em que seriam discutidas questões sobre a reforma agrária, houve manobras políticas para beneficiar as forças conservadoras, ou seja, os grandes proprietários de terras, também denominados no período como *Centrão* (bloco conservador)³⁵⁹.

Para Coletti, a Constituição de 1988, no que se refere à reforma agrária, “retrocedeu se comparada à legislação dos governos militares, anterior a ela”. Isto é, politicamente os grandes proprietários de terras venceram, o que significou “uma expressiva derrota para os setores progressistas defensores da reforma agrária e, mais ainda, para os trabalhadores rurais e para os

³⁵⁶ A Constituinte está cada vez pior. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1987, ano VI, n. 63, p. 2.

³⁵⁷ Na luta se conquista. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1988, ano VIII, n. 73, p. 2.

³⁵⁸ LERRER, D. F., *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*, p. 67.

³⁵⁹ O Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte previa que as discussões sobre a questão agrária ocorreriam primeiro na *Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária*; depois, na *Comissão de Ordem Econômica*; em seguida, na *Comissão de Sistematização*, até chegarem, finalmente, às discussões e aprovação em plenário. Sobre as manobras políticas que foram realizadas sobre a reforma agrária na Constituinte, ver: SILVA, José G. da. *Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

movimentos sociais populares do campo”³⁶⁰. Ao refletir sobre esse fato, Martins elenca que “os precários avanços na legislação fundiária da ditadura militar foram praticamente anulados pelos constituintes”³⁶¹. No denominado *Estado de Direito*³⁶², os grandes proprietários de terras e as empresas rurais estavam bem representados e com o aparato legal ao seu favor.

Após a aprovação da Constituinte, o MST enfatizava que a Constituição era um “retrocesso na questão da reforma agrária”. E também que os parlamentares “liquidaram com a possibilidade de sua realização”. Sobre os dispositivos da Constituição que tratavam da reforma agrária, o MST destacava que eles eram uma “lei morta”, “desmoralizada”, que tornaram a luta dos movimentos sociais “ilegal”. Por isso, não deveria ser respeitada³⁶³. Para o MST, a Constituição seria utilizada “contra as desapropriações e principalmente contra os trabalhadores”. Nesse sentido, o governo Sarney “negava” a reforma agrária³⁶⁴.

O Artigo da Constituição que gerou mais debates e foi alvo de críticas do MST e de estudiosos da reforma agrária foi o número 185, que estabelece:

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:
I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;
II - a propriedade produtiva.
Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social³⁶⁵.

Ao estabelecer que os *latifúndios produtivos* eram “insuscetíveis”, ou seja, não poderiam ser desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição “introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades sujeitas a desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra”³⁶⁶. O uso dos termos “produtivo” e “improdutivo” permitiu que se abrissem precedentes para que *toda* propriedade se tornasse *produtiva*. Silva relatou que, na prática, isso “consolidou tamanhas dificuldades de ordem legal, agrônômica e operacional, que complica extraordinariamente qualquer tentativa séria de mudar nossa estrutura fundiária”.

³⁶⁰ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 126.

³⁶¹ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 129.

³⁶² Grosso modo, o *Estado de Direito* designa a situação em que o poder do Estado encontra-se enquadrado e limitado pelo direito. No Estado de Direito, os diversos órgãos do Estado só teriam condições de agir a partir de uma habilitação jurídica.

³⁶³ O caminho da Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1988, ano VIII, n. 76, p. 2.

³⁶⁴ Só ocupar não basta: é preciso resistir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1988, ano VIII, n. 75, p. 2.

³⁶⁵ *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

³⁶⁶ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 129.

Assim, a Constituição Federal de 1988 “transformou-se, para os trabalhadores rurais, na pior Carta desde 1946”³⁶⁷. De acordo com Coca e Fernandes, no governo Sarney a reforma agrária teve como características: “a submissão aos projetos dos ruralistas; a negociação com os proprietários nos casos de desapropriação, o que em muitos casos “premiava” as propriedades improdutivas e a não definição de áreas prioritárias para sua efetivação”³⁶⁸.

Na edição de maio de 1988, ao publicar uma matéria intitulada *Governo de Mentiras*, o MST representou o Artigo 185 da Constituição.

Imagem 9 - Governo de mentiras



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Maio de 1988, ano VIII, n. 73, p. 3.

A charge, de autoria do chargista Brito, traz como figuras centrais o presidente Sarney, um latifundiário e uma pequena planta, em meio à imensidão de uma grande propriedade rural. Nota-se que, na propriedade, a pequena planta contrasta com a devastação do restante da área. O latifundiário, com um olhar sarcástico, explica para Sarney que sua propriedade era produtiva. Diz ele: “Veja, minhas terras são produtivas!” Sarney, agachado e olhando fixamente para a planta, expressa uma aparente crença nas palavras do proprietário. Essa charge representa as ambiguidades do conceito “propriedade produtiva”, expressa no Artigo 185, inciso II, da Constituição Federal. Também, as brechas que o dispositivo constitucional deixava para que toda propriedade se tornasse “produtiva”. Com isso, a ideia de “latifúndio produtivo” foi uma estratégia dos ruralistas, junto ao Poder Judiciário, para emperrar os processos de desapropriações de terras.

³⁶⁷ SILVA, J. G. da., *A Reforma Agrária no Brasil*, p. 174-178.

³⁶⁸ COCA, E. L. de F; FERNANDES, B. M., *Uma Discussão Sobre o Conceito de Reforma Agrária: teoria, instituições e políticas de governo*, p. 47.

A representação de Sarney na imagem evidencia também sua complacência às irregularidades nos processos de desapropriação de terras, pois, mesmo estando na propriedade, o presidente parece concordar que ela era realmente *produtiva*. Não era a *ingenuidade* de Sarney representada, mas sua complacência e participação ativa nas irregularidades e corrupções. Para o MST, de ingênuo o presidente nada tinha. Pelo contrário, ele possuía uma posição e lado definido: governava para as elites e grandes proprietários de terras. Nas representações do MST, justiça e transformação social não eram associadas ao então presidente.

Nessa direção, para o MST, Sarney dava o “golpe mortal na Reforma Agrária”, como bem representa a charge abaixo:

Imagem 10 - Sarney dá golpe mortal na Reforma Agrária



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1987, ano VI, n. 68. p. 3.

A charge de Bira, publicada na edição de dezembro de 1987, é elucidativa quanto às representações do MST sobre Sarney e seu governo. Na imagem, o presidente está na companhia de dois latifundiários, representantes da UDR, como se pode observar na faixa em um dos seus braços. A charge é a representação do enterro da reforma agrária, na qual Sarney está na posição de *coveiro*, com uma colher de pedreiro na mão direita, terminando de

concretar o túmulo, em que se vê uma lápide com a seguinte informação “Aqui Jaz Reforma Agrária”. Consta-se que as expressões faciais dos latifundiários, ao participarem do enterro da reforma agrária, sugerem felicidade. Sarney aparenta estar tranquilo e com uma expressão misteriosa, como se estivesse fazendo algo prazeroso. A morte da reforma agrária para Sarney e os latifundiários, na charge, não tinha nenhum clima de tristeza, pelo contrário, significava a perpetuação do caráter concentracionista da terra no Brasil. Na visão do MST, o presidente Sarney e seu governo, com os processos desencadeados no PNRA e na Constituinte, eram a própria representação da morte da reforma agrária.

Entre o final de 1988 e o decorrer de 1989, as representações sobre Sarney e as ações do seu governo continuaram. O presidente foi constantemente associado aos militares, à ditadura, aos latifundiários, dentre outras questões que significavam obstáculos à luta dos trabalhadores sem-terra. De maneira geral, seu governo era representado como “incompetente” e “incapaz”, ligado aos interesses da denominada “burguesia” e aos grandes proprietários de terras e demais poderes econômicos do país.

Por meio do *Jornal Sem Terra*, o MST buscou deslegitimar as ações de Sarney e seu Governo, chamando a atenção dos seus integrantes para o fato de ser preciso organizar e lutar para derrubar o latifúndio e o governo Sarney. A proposta do Movimento era “enterrar a Nova República”, no sentido de que ela deveria nascer de novo, com novas *caras e personagens*³⁶⁹. O interessante nas representações do MST é que a figura do presidente Sarney corporificava tudo de ruim que existia na sociedade. Isto é, havia uma personificação do presidente Sarney como se ele representasse todas as coisas negativas, na ótica do MST, para o desenvolvimento do país. Sarney e seu governo eram representados como inimigo do povo, dos trabalhadores e da reforma agrária.

Durante o mandato do presidente Sarney, entre os anos de 1985 e 1989, o MST se consolidou como um movimento social de caráter nacional, e suas ações foram pautadas, sobretudo, no enfrentamento e na resistência ao governo. A concepção ideológica marxista do enfrentamento, da resistência e luta de classes estava implicitamente ligada às ações do Movimento. As ocupações eram um dos instrumentos mais relevantes de expressão política do Movimento. Por meio delas, sua organização denunciava os problemas agrários e se configurava como um movimento de pressão permanente frente ao governo. Mesmo em um contexto desfavorável, em que forças políticas conservadoras conseguiram se organizar para emperrar o processo de reforma agrária no país, o Movimento *recrutava* milhares de sujeitos

³⁶⁹ Enterramos a Nova República. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1988, ano VIII, n. 78, p. 2.

para compor sua base e organizar ocupações. Nesse período, o MST centrou suas forças em sua nacionalização, ou seja, em se estruturar em diversos estados do país. Em 1990, o MST já tinha se organizado em 18 estados do país: em todos os estados da região Sul e Nordeste; na região Norte, Rondônia; na região Centro-Oeste, os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Nos dois últimos anos de Sarney na presidência, em especial, nos editoriais, o Movimento também investiu na construção de representações sobre os processos eleitorais do país. A disputa presidencial, desde o início de 1989, ganhou destaque nos editoriais e demais páginas do periódico. Somadas às representações sobre Sarney, o Movimento construiu representações sobre os presidenciáveis, no caso, Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf, Ulysses Guimarães, Guilherme Afif Domingos, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Para o MST, era preciso romper com o *continuísmo*, elegendo um presidente do povo, da classe trabalhadora. Não demorou muito para o MST externar abertamente em seu jornal que o seu candidato a presidente era Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Assim, todos os outros presidenciáveis não representavam um projeto para os trabalhadores. Em 1989, as representações sobre o futuro presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, começaram antes de sua vitória nas urnas.

2.3 Fernando Collor de Mello: descaso com a reforma agrária e repressão contra os movimentos sociais

No início dos anos de 1990, Fernando Affonso Collor de Mello, então presidente eleito, alçou voo para o Palácio da Alvorada, em Brasília. Para o MST, a vitória de Collor significou um período muito tenso e conflituoso. Collor era visto pelo Movimento como se fosse o representante da “burguesia”³⁷⁰ nacional, não comprometido com os trabalhadores. Aliás, a eleição de 1989, em especial no segundo turno, com a disputa entre Collor e Lula, foi entendida pelo MST como o enfrentamento entre “trabalhadores *versus* burguesia”.

No editorial da edição de novembro de 1989, em pleno fervor das eleições presidenciais, o MST traçava o perfil de Collor: “é representante direto da burguesia, de continuísmo desse governo, dos interesses dos grandes latifundiários e usineiros”. Sobre Lula, dizia: “é representante da classe trabalhadora, foi o único candidato que assumiu o

³⁷⁰ No MST, o termo *burguesia* é utilizado costumeiramente entre os seus integrantes para se referir aos grupos dominantes. Isto é, as elites brasileiras.

compromisso de fazer uma verdadeira reforma agrária em nosso país”. Observa-se a visão dicotômica do MST frente aos dois candidatos, como se eles fossem opostos, nada parecidos, quase a representação do “joio e trigo” da política. Ainda sobre Collor, o MST elencava que era um candidato “fabricado pela burguesia”, um “produto antigo” que trocaram a embalagem e venderam como “novo”³⁷¹. Enfim, um velho oportunista, disfarçado com uma nova roupagem.

Os preceitos ideológicos marxistas de se pensar a sociedade a partir das *classes*, ou mais especificamente, a partir da relação *trabalhadores x burguesia*, permeavam as representações do MST face ao jogo político e a seus personagens no cenário brasileiro. Para o MST, representar Collor e demais presidentes era se colocar enquanto *distinto*, ou seja, ao lado dos trabalhadores e contra o que o Movimento chamava de *burgueses*. Nessa direção, ao se distinguir, também representava o *outro*, a partir de sua forma de ver e conceber o mundo. O enfrentamento e a luta organizada se tornavam cruciais para a conquista da reforma agrária e para a transformação da sociedade almejada pelo Movimento.

Anteriormente à presidência da República, Collor havia sido prefeito de Maceió/AL (1979-1982), deputado federal (1982-1986), e governador de Alagoas (1987-1989). Ele pertencia a uma família que possuía vínculos estreitos com a política. Seu pai, Arnon Afonso de Farias Melo, foi deputado federal (1950), governador de Alagoas (1951-1956), e senador em 1962, 1970 e 1978. Lindolfo Collor, seu avô materno, havia sido deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1923 e 1927. Collor foi o presidente mais jovem da história do Brasil, na época em que assumiu o cargo tinha 40 anos de idade. No que tange à sua filiação em partidos, antes de ser presidente, sua trajetória esteve ligada a partidos conservadores, como: Arena, PDS, PMDB, PRN (Partido da Reconstrução Nacional). No estado de Alagoas, Collor e sua família tinham influências políticas significativas e controlavam grande parte dos meios de comunicação.

Ao findar das eleições de 1989, com a derrota de Lula, através do *Jornal Sem Terra*, o Movimento buscou animar seus integrantes, como se as eleições fossem um grande aprendizado para sua organização. Considerou também que as lutas e a organização continuariam, visando à “construção de um projeto socialista para o Brasil”. Apesar da derrota de Lula, o MST via positivamente a expressiva votação que seu candidato recebera. Sobre a reforma agrária, salientava que o novo presidente “assumiu o discurso dos latifundiários” e que em seu governo, previa-se que o tratamento à questão agrária seria o da

³⁷¹ Os trabalhadores enfrentam a burguesia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1989, ano IX, n. 89, p. 3.

“repressão”³⁷². Para o MST, a denominada “burguesia” (banqueiros, empresas multinacionais, industriais, latifundiários, e outras forças conservadoras) tinha planos com a eleição de Collor:

Será a aplicação das fórmulas do FMI. Teremos uma enorme recessão. Serão privatizadas diversas empresas estatais. Continuaremos enviando os bilhões de dólares em pagamento aos juros da dívida externa. Os salários serão archoados. As condições de vida da classe trabalhadora continuarão piorando. E as forças de mercado, segundo eles é que devem regular a economia, ou seja, salvem-se quem puder³⁷³.

Antes mesmo da posse de Collor, o Movimento orientou seus integrantes sobre a necessidade de “combater os planos do governo Collor”, pois este iria governar para os “ricos e exploradores”. No plano político, o MST previa que Collor iria manter uma tática de “pau e prosa”³⁷⁴, isto é, repressora. Sua vitória foi considerada “imoral”, “corrupta” e “antidemocrática” por ele utilizar a máquina pública dos estados no período de campanha eleitoral e os meios de comunicação para se construir enquanto uma figura “defensora dos pobres”³⁷⁵, representando Lula enquanto um elegível não confiável.

Sobre a eleição de Collor, algo peculiar marca esse processo, é o fato de ele ter se lançado/apresentado como um “herói”, “salvador”, “combatente destemido da corrupção e dos assim chamados ‘marajás’ – servidores públicos privilegiados com altos salários”³⁷⁶. A esses predicados, foi acrescentado um toque de *popular* ao seu figurino. A construção de sua imagem se pautava na representação de um presidente *moderno*, pronto para alçar o país a um patamar mais elevado.

Conforme Tarcísio Costa, Collor fez da política um *espetáculo*, um teatro da vida pública. “A estridência no ataque aos ‘marajás’ e o discurso de satanização dos políticos eram indicativos claros do gosto do futuro presidente pela política-espetáculo, pela teatralização da vida pública, que se acentuou nos dois primeiros anos de mandato”. Ao dramatizar a política, Collor “diluiu as fronteiras entre o público e o privado”. “No topo da máquina do Estado estaria um jovem executivo, soberano para dispor sobre os recursos públicos como se inscritos em seu patrimônio pessoal”³⁷⁷. Ou seja, Collor fez do Estado o quintal da sua casa.

³⁷² Só a luta trará conquistas. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 3.

³⁷³ Os planos da burguesia com Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 4.

³⁷⁴ Os planos da burguesia com Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 4.

³⁷⁵ Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 12-13.

³⁷⁶ FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 473.

³⁷⁷ COSTA, T., *Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado*, p. 260-261.

Nesse processo, investiu na construção de sua imagem como um presidente novo, forte e vigoroso.

Ao pensar a política nos anos de 1990, Renato Janine Ribeiro pondera que Collor eminentemente transformou a política em “espetáculo”, ao “teatralizar o político”. Ao fazer uso da publicidade para criar sua imagem de “superpresidente”, Collor incorporou sua animalidade, em que o físico resolveria o político, o econômico e o social do país. No início do mandato, quando a cada domingo se exibia em um esporte novo, buscava passar “uma impressão de eficiência, força e juventude, dando à opinião pública a noção de que pela força do corpo e da vontade o presidente venceria os problemas do Brasil, da inflação ao subdesenvolvimento”³⁷⁸. Transformando a política em espetáculo, não se tinha comprometimento com o bem comum. O que importava era a propagação de sua figura política, enquanto a população se limitava a ser expectadora.

Na ascensão à Presidência da República, não se pode esquecer da estratégica utilização da imagem de Collor pela mídia. Durante a campanha eleitoral, o MST atentou-se para isso e publicou diversas matérias em seu jornal em tom de denúncia às práticas de Collor nas mídias. Na concepção do MST, Collor se utilizou de muitas mentiras, em especial, na televisão, para “influenciar o eleitorado ignorante”. Assim, a TV Globo teria “produzido Collor”³⁷⁹. O “eleitorado ignorante”, para o Movimento, eram as pessoas que não analisavam os discursos de Collor nas mídias, deixando-se enganar por sua retórica e imagem bem elaborada.

Nesse sentido, nas eleições de 1989, as mídias, sobretudo, a TV, contribuíram sobremaneira para direcionar o voto dos eleitores. O candidato Collor soube utilizar eficazmente a sua imagem enquanto afirmação do exercício político. Esse recurso não foi usado de forma casual, pois o presidenciável tinha afinidades com os aparelhos midiáticos. O conglomerado de comunicação *Organizações Arnon de Mello*, em Alagoas, pertencia à sua família, e a mídia de uma forma em geral recebeu sua candidatura com *simpatia*.

Oriundo do meio midiático, Collor era pontual e estratégico em suas ações. De acordo com Stella Senra, Collor utilizava “um planejamento detalhado a ponto de abranger seus gestos (o V da vitória), seu discurso (minha gente), as suas cores (da bandeira nacional) e a música de seus comícios”. A campanha de Collor não foi baseada em um programa de governo, mas sim em temas específicos de acordo com pesquisas de opinião e estudos de marketing. Em relação aos eleitores, o discurso que Collor propagava era de fácil assimilação.

³⁷⁸ RIBEIRO, R. J., *A política como espetáculo*, p. 34.

³⁷⁹ Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 12-13.

Na luta contra os *marajás*, “tinha que contar com a solidariedade dos ‘descamisados’, uma categoria social tão imprecisamente indefinida a ponto de abranger (e não de excluir, como fazia a figura marajá) o maior número possível de eleitores”. Contra os marajás, a maior parte dos brasileiros elegeu Collor.

Senra também analisou a importância das imagens para a eleição de Collor – nelas, ele se desprendia da política tradicional do estado de Alagoas e se lançava como um homem moderno, jovem, atlético (amigo dos *jet-skis*, futebol, tênis, motos e supersônicos), em prol dos *descamisados*. “Quando Collor se apresentava sozinho, um computador ao fundo testemunhava novamente o aspecto ‘moderno’ e ‘dinâmico’ do candidato, familiarizado com as tecnologias de ponta e com a velocidade”³⁸⁰. Já o candidato da oposição, Lula, era construído sob a égide do arcaico.

Assim como Sarney, com Collor não foi diferente, o MST se tornou um opositor ferrenho de seu governo. Essa questão é desvelada em todas as edições do *Jornal Sem Terra*, até o momento em que houve o impedimento de Collor, em setembro de 1992. A figura do presidente foi vista e associada a tudo que existia de “mais reacionário na sociedade brasileira”. O interessante, logo no início de seu mandato, é que o Movimento também associava Collor à Ditadura Civil-Militar. Logo, o presidente também representava o *continuísmo*: “O regime mudou de cara, mas não mudou o seu conteúdo, nem os seus objetivos”³⁸¹. Os objetivos do *continuísmo*, representados também em Collor, perpassavam a não efetivação da reforma agrária, a oposição aos trabalhadores e a manutenção do *status quo* na sociedade.

Em entrevista ao jornal, na edição de janeiro/fevereiro de 1990, o membro da Direção Nacional do MST, Francisco Dalchiavon (conhecido como Chicão), reforçou as representações de que Collor era contra os trabalhadores e a reforma agrária. Salientou que “Collor, nascido e criado nos braços da ditadura militar, assim como Sarney, representava a manutenção do pagamento da dívida externa, principal elemento da crise da economia brasileira”³⁸². Observa-se que, com o presidente Collor, os discursos do jornal mantiveram a mesma perspectiva dos construídos sobre o presidente anterior, como se Collor fosse também a extensão do *continuísmo*, da Ditadura Civil-Militar. Sendo “filhote”, criado nos braços da

³⁸⁰ SENRA, S., *Mídia, Política e Intimidade*: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor, p. 48-51. Sobre os discursos e práticas de Collor no processo de sua eleição e governo, ver também: COUTINHO, Olga Maria. *Fernando Collor: o discurso messiânico – o clamor do sagrado*. 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP.

³⁸¹ Todos ao II Congresso Nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, ano IX, n. 91, p. 3.

³⁸² DALCHIAVON, Francisco. Mobilizar os trabalhadores para garantir a democracia. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, ano IX, n. 91, p. 6.

Ditadura Civil-Militar, o presidente deveria ser combatido. Deste modo, o lema *Ocupar, Resistir e Produzir*, criado em 1990, era ecoado constantemente entre os integrantes do MST, nas suas diversas ações.

Nos primeiros dezoito meses de mandato, além das representações que indicavam que o presidente era a continuidade da Ditadura Civil-Militar, contrário à reforma agrária e aos trabalhadores, o MST investiu em deslegitimar Collor e as ações de seu governo. Seu governo era acusado de ser fisiológico, sem unidade e servindo aos interesses das elites: “A equipe do governo montada por Collor não tem unidade política. Representa um ajuntamento de pessoas para atender a interesses de setores da burguesia que apoiaram a sua campanha para presidente”³⁸³ Assim, o MST visualizava as políticas de Collor como “demagogia e arrocho”³⁸⁴. Por trás da imagem construída de *superpresidente*, havia um gestor de um governo “fraco e confuso”³⁸⁵.

Na capa da edição de março de 1990, em destaque, com letras garrafais, era estampada a manchete: *Plano Collor: demagogia e arrocho*. Logo abaixo, um breve texto: “O Governo Collor não tem um programa de reforma agrária. A pretexto de recuperar a economia, edita um plano que provocará desemprego e recessão. Distanciado da sociedade organizada, adota uma postura autoritária. Essa situação acirrará o enfrentamento de classe”.

³⁸³ Organizar e Mobilizar pra Resistir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano IX, n. 92, p. 3.

³⁸⁴ Plano Collor: demagogia e arrocho. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano IX, n. 92, p. 1.

³⁸⁵ ROSSETO, Neuri. Os 100 dias de governo. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1990, ano IX, n. 94, p. 4.

Imagem 11 - *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, p. 1.



Editor responsável: Sérgio Canova

Observa-se pela capa que o jornal evidenciava avanços em sua editoração/diagramação, com a inserção de imagem e utilização de outra cor na impressão, no caso, a vermelha. Em 1990, o *Jornal Sem Terra* tinha nove anos de existência. No texto a seguir da manchete, além de se destacar que o Governo Collor não tinha um “programa de reforma agrária” e adotava uma “postura autoritária” face aos grupos organizados, o MST evidencia sua concepção ideológica do “enfrentamento de classe”. Essa perspectiva estava ancorada nas ideias marxistas de que as contradições sociais e a hegemonia de um grupo sobre outro acirrariam disputas entre classes sociais. Na visão do MST, a partir das

contradições sociais e econômicas geradas pelo capitalismo, o “enfrentamento de classes” se tornaria inevitável. Os trabalhadores urbanos e rurais deveriam se organizar e lutar contra os privilégios das elites.

A *demagogia* estava no fato de Collor estar mentindo para sociedade: falava uma coisa, mas suas práticas eram outras. O *arrocho* era em relação ao *desastroso Plano Collor*, que se caracterizava em um programa de estabilização monetária com uma medida drástica: o bloqueio de todos os ativos financeiros existentes no país acima de 50 mil cruzeiros novos, o chamado *confisco*, ou *sequestro das poupanças*. Essa medida de Collor foi conduzida pela Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, e visava a conter a inflação que chegava a 80% ao mês, com perspectivas de subir ainda mais. O confisco das poupanças durou dezoito meses e, embora com os valores reajustados, os investimentos perderam valor nesse período. Conforme Costa, o *Plano Collor* revelou o “desapreço”³⁸⁶ do presidente com a gestão econômica. Ao ser lançado rapidamente, sem consulta e debate com lideranças empresariais, sindicais e com a sociedade, o plano traumatizou a população brasileira e, de certa forma, fracassou, pois ao final de 1990 a inflação retomava seu crescimento.

Registre-se que a cada edição, o MST acompanhava as medidas do presidente Collor, quase sempre na perspectiva de que ele e seu governo eram “fracassados”³⁸⁷, “confusos, ineficientes e prepotentes”³⁸⁸, “omisso”³⁸⁹, “cínicos”³⁹⁰, “incapazes”³⁹¹, dentre outros predicativos. Collor e seu “governo colorido”, conforme o Movimento enfatizava ironicamente nas edições do *Jornal Sem Terra*, eram sinônimos de crise. Desta maneira, deveria ser “combatido”³⁹². Esse combate era mediado pela denúncia, enfrentamento, resistência e avanço nas lutas. Isto é, os trabalhadores, mesmo isolados do cenário político, deveriam avançar, organizando acampamentos e atos públicos, além de produzir nos assentamentos, dando resposta à sociedade de que a reforma agrária era necessária, viável e relevante para a sociedade brasileira.

Muitas representações do MST também atentavam para o fato de Collor ser *incompetente* no que diz respeito às suas alianças políticas, uma vez que ele estava isolado politicamente. Essa foi uma característica de Collor como presidente: o personalismo prevaleceu em sua forma de governar. Na interpretação de Costa, Collor desenvolveu o que

³⁸⁶ COSTA, T., *Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado*, p. 262.

³⁸⁷ Fazer uma ofensiva massiva e radical. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1990, ano IX, n. 94, p. 3.

³⁸⁸ ROSSETO, Neuri. Os 100 dias de governo. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1990, ano IX, n. 94, p. 4.

³⁸⁹ Continuar na ofensiva. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho/agosto de 1990, ano IX, n. 95, p. 2.

³⁹⁰ Muitos desafios para 1991. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1990, ano IX, n. 99, p. 2.

³⁹¹ Governo incapaz. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1991, ano X, n. 106, p. 2.

³⁹² Combater o governo Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1990, ano IX, n. 97, p. 2.

chama de “populismo de mercado”³⁹³. Neste, conservaria o interesse do governante em personalizar o poder, legitimando seus atos numa relação direta com o povo. Mas, buscou anular o papel do Estado, considerado intervencionista, cartorial e parasitário. Collor não criou instâncias de interlocução com a sociedade, com os movimentos sociais e partidos políticos.

Por esse viés, suas ações foram um “misto de aventuras políticas e rupturas fundamentais com o modelo de desenvolvimento que, com modificações, se mantinha desde os anos 1940-1950”. No cerne das rupturas, está a ênfase na abertura comercial e nas privatizações de empresas estatais, o que foi muito criticado pelo MST. No editorial de setembro de 1990, intitulado *Situação Social Explosiva*, o Movimento explicitava de forma incisiva suas críticas quanto à abertura do mercado aos capitais internacionais e à política de privatizações de empresas estatais.

O governo acha que é abrindo o mercado interno para os produtos estrangeiros, vendendo as empresas estatais para o capital internacional e sufocando as empresas nacionais que estaria modernizando o país.

A única intensão da política neoliberal é a de sucatear nossas empresas estatais. Usando o pretexto de que elas dão prejuízo se faz campanha para justificar sua venda, a preços insignificantes, aos grandes grupos econômicos³⁹⁴.

Vale lembrar que, no governo Collor, iniciou-se com mais afinco a implantação do modelo neoliberal no Brasil, esvaziando cada vez mais o Estado no processo de desenvolvimento do país. Para o presidente Collor, modernizar o país estava pautado na abertura do mercado ao capital estrangeiro. Segundo Gilberto Corazza:

A política econômica de Collor teve como questão central acelerar a implantação do projeto neoliberal, dando início ao processo de privatizações dos setores e empresas públicas estratégicas, na forma de processos suspeitos e claramente beneficiando setores econômicos privados nacionais e internacionais. As taxas alfandegárias foram reduzidas drasticamente com objetivo de estimular as importações, sob o argumento de motivar a competição e a qualidade das empresas nacionais. Obviamente que esta abertura sem critérios e mecanismos de proteção à produção nacional, produziu um forte processo de desnacionalização da economia brasileira, fragilizando os instrumentos de política econômica do país³⁹⁵.

³⁹³ COSTA, T., *Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado*, p. 261-262.

³⁹⁴ Situação social explosiva. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1990, ano IX, n. 96, p. 2.

³⁹⁵ CORAZZA, G., *O MST e um Projeto Popular para o Brasil*, p. 49.

E a reforma agrária nesse contexto? Como ela foi tratada pelo presidente Collor? Na visão do MST, como se deu esse processo? Em relação à reforma agrária, em suas campanhas eleitorais, Collor fez promessa de que assentaria 500 mil famílias em todo o país. Quando sofreu o *impeachment*, em seu terceiro ano na presidência, havia assentado 27.791 famílias. Esses dados revelam que a reforma agrária não era visualizada por Collor como relevante para o desenvolvimento do Brasil.

As lideranças do MST, por meio dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, não esboçavam nenhum discurso no sentido de que Collor levaria a reforma agrária como prioridade. Pelo contrário, o presidente era representado como sinônimo de *descaso* e *omissão* com a reforma agrária. Ao fazer uma análise de conjuntura política, Maria de Fátima Ribeiro, da Direção Nacional do MST, elencou que os militantes do MST precisavam “desmascarar” Collor, pois sua política de reforma agrária era “das piores possíveis”³⁹⁶. Assim, para o Movimento não havia perspectiva de reforma agrária com Collor na presidência, pois na questão agrária o presidente revelou “sua maior incompetência e falta de vontade política”³⁹⁷. O balanço geral do MST sobre Collor e a reforma agrária foi muito negativo, ao ponto de desconsiderar os assentamentos que seu governo havia criado.

Entre os estudiosos da reforma agrária, há certo consenso de que Collor deixou muito a desejar. Ou melhor, suas ações face ao processo de reforma agrária foram pífias³⁹⁸. Para Veiga, Collor foi tão “calamitoso”³⁹⁹ para a reforma agrária que se poderia retornar à década de 1960. De acordo com Feliciano, as propostas de reforma agrária no governo Collor foram “infames”, retrocedendo ainda mais a questão agrária no país. Neste governo, assim como nos anteriores, a proposta foi de apenas “minimizar os conflitos agrários onde as disputas pela terra eram mais acirradas e explosivas”⁴⁰⁰. As instituições ligadas à reforma agrária foram desmanteladas e a administração pública do Governo Federal se tornou um caos.

Nas ações de Collor evidencia-se o seu descompromisso com a reforma agrária. São nomeados políticos conservadores em cargos estratégicos que trabalham em prol da reforma agrária, o que prejudicou as desapropriações de terras e o investimento nos assentamentos. Um exemplo relevante: o de Antônio Cabrera Mano Filho, nomeado por Collor para assumir o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, em 3 de abril de 1990, permanecendo até o

³⁹⁶ RIBEIRO, Maria de Fátima. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1990, ano IX, n. 97, p. 4.

³⁹⁷ Reforma Agrária vira caso de polícia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1991, ano X, n. 105, p. 2.

³⁹⁸ Conforme os dados da CPT, em relação às desapropriações para fins de reforma agrária, o governo Collor, praticamente, nada fez. Em 1990, o INCRA não tinha realizado nenhuma desapropriação. Em 1991, tinha realizado 8 desapropriações. Ver: Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo – Brasil*, 1991, p. 56.

³⁹⁹ VEIGA, J. E. da., *Reforma Agrária Hoje*, p. 298-299.

⁴⁰⁰ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 46-47.

final de seu governo. Antônio Cabrera era grande proprietário rural, filho e neto de fazendeiros. Assim, a reforma agrária estava longe de ser visualizada com bons olhos pelo novo ministro da agricultura e da reforma agrária.

Outra ação de Collor foi a criação de uma Secretaria Nacional de Reforma Agrária, ficando o INCRA sem poder de iniciativa, apenas executando as diretrizes elaboradas por tal Secretaria. Em menos de um ano, Collor extinguiu essa Secretaria e o INCRA passou a ser novamente o único órgão a cuidar da reforma agrária no país, ficando, entretanto, diretamente subordinado ao ministro Antônio Cabrera. Uma outra ação de Collor: a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a partir do Decreto n. 99.616. Essa empresa tinha função estratégica na prestação de serviços e assistência técnica aos pequenos produtores rurais nos diversos cantos do país. O governo Federal diminuiu, também, drasticamente sua participação financeira em programas de assistência técnica aos pequenos produtores. Esses fatores geraram uma crise sem precedentes a milhares produtores, sobretudo, nas regiões mais pobres do país.

Desse modo, a política de reforma agrária de Collor era subordinada aos ditames da política agrícola, voltada para as grandes propriedades. Segundo Coletti, era uma política agrícola de “modernização” da agricultura, em que se configurava uma “forma dissimulada de postergá-la por tempo indefinido e, portanto, de não realizar política alguma de distribuição de terras no Brasil”. No plano da retórica, o ministro Cabrera salientava que a impossibilidade de fazer uma reforma agrária rápida dava-se em razão do contexto do governo Collor que fora obrigado a *receber* a “herança” de Sarney. Ele acusava a ineficiência da administração de Sarney e buscava associar as ocupações de terras à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao PT, com intenção clara de desmoralizar e desmobilizar os sem-terra. Nessa perspectiva, ignoravam-se os conflitos de terras no país. Também não havia desapropriação de terras em áreas que os sem-terra ocupavam ou organizavam seus acampamentos. Isto é, Collor e seu governo buscaram isolar os movimentos sociais de luta pela terra e “recusava-se a desapropriar terras exatamente nos lugares em que as desapropriações mostravam-se mais necessárias”⁴⁰¹.

Nessa conjuntura, o que marcou o mandato do presidente Collor foram as ações de isolamento e repressão sobre os movimentos sociais do campo. O presidente tratou os movimentos sociais do campo como *questão de polícia*. Com isso, constantemente, o MST utilizava o *Jornal Sem Terra* para denunciar as práticas repressivas do governo Collor. Na

⁴⁰¹ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 183-184.

visão do Movimento, com Collor reeditava-se “a política de tratar as mobilizações dos trabalhadores como caso de polícia e não como uma questão social”⁴⁰². A figura do presidente era representada semelhantemente a um “ditador”, que desrespeitava a lei, o congresso e a sociedade⁴⁰³ para agir de forma repressiva. No interior do jornal havia sempre chamadas de matérias como: *Reforma Agrária vira caso de polícia; Repressão desenfreada e Repressão e impunidade*.

Sobretudo, a partir de 1991, em diversos estados, as Secretarias do MST foram alvo das ações da Polícia Federal, com apreensão de documentos e prisões preventivas de lideranças dos trabalhadores rurais. Muito mais que intimidar as lideranças, essas ações visaram desmobilizar as lutas do Movimento, bem como para criar imagens pejorativas do MST perante a sociedade, como se fosse uma organização ilegal e associada à violência. Desse modo, destaca-se que o Movimento estava envolto por uma *luta de e por representações*. As ações e discursos de Collor e seu governo nas mídias buscavam incriminar e tornar ilegais as lutas do MST e, por sua vez, simultaneamente o Movimento forjava representações sobre o presidente e as ações de seu governo. Nesse jogo/luta, o *Jornal Sem Terra* se tornava um espaço significativo para as pretensões do MST. No editorial de julho de 1991, a Direção Nacional do Movimento denunciava a repressão da Polícia Federal contra as lideranças sem-terra:

Não bastasse a incompetência e má vontade política do governo Collor, agora temos um fato novo: a Polícia Federal está agindo em todo o país, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra. Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos os seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. Tudo para impedir o avanço do MST e a organização dos trabalhadores⁴⁰⁴.

Em diversos editoriais do *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1991 e 1992, revelava-se a tensão face às perseguições sofridas por integrantes do MST nos estados. O Movimento entusiasmava seus integrantes, por meio de mensagens de ânimo e força, enfatizando que a *terra prometida* estaria por vir. Com Collor na presidência, “a hora era de dificuldades”, os integrantes da organização precisavam “redobrar os esforços”⁴⁰⁵. Sobre esse período,

⁴⁰² Continuar na ofensiva. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho/agosto de 1990, ano IX, n. 95, p. 2.

⁴⁰³ Um ano de mentiras e crise. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1991, ano X, n. 102, p. 2.

⁴⁰⁴ Reforma Agrária vira caso de polícia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1991, ano X, n. 105, p. 2.

⁴⁰⁵ Governo Incapaz. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1991, ano X, n. 106, p. 2.

Fernandes salienta: “correu uma escalada de repressão contra o Movimento, de modo que, considerando a palavra de ordem ocupar, resistir, produzir, o resistir foi mais intensificado”. As ocupações de terra “eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990 diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra”⁴⁰⁶.

Na concepção de Émerson Neves da Silva, os anos vividos pela organização do MST, com Collor na presidência, se caracterizam como “anos de fogo”⁴⁰⁷, nos quais o Movimento teve muitas dificuldades para resistir. As próprias lideranças do MST consideram esse período como o de maior dificuldade de sua organização. João Pedro Stedile, em entrevista⁴⁰⁸ a Bernardo Mançano Fernandes, ressalta que no governo Collor o MST passou por um “momento de crise”⁴⁰⁹. Na edição de outubro e novembro de 1991, ao dar destaque às notícias do estado de Alagoas, chamando a atenção para as práticas de repressão e violência por parte das forças militares, o MST publicou uma charge bem elucidativa quanto ao tratamento dado por Collor à sua organização⁴¹⁰.

Vale sublinhar que, no período em que Collor foi presidente, não foram publicadas muitas charges nas edições do jornal e, especificamente, nos editoriais, nenhuma. Nesse período, o jornalista responsável era Sergio Canova e a editoração ficava a cargo de Juan Pezzutto. Acredita-se que a ausência de charges no *Jornal Sem Terra* estava mais ligada ao estilo e às preferências dos responsáveis pela editoração do que a uma orientação da Direção Nacional, ou a uma ação visando a reduzir custos na produção do periódico.

⁴⁰⁶ FERNANDES, B. M., *A Formação do MST no Brasil*, p. 200.

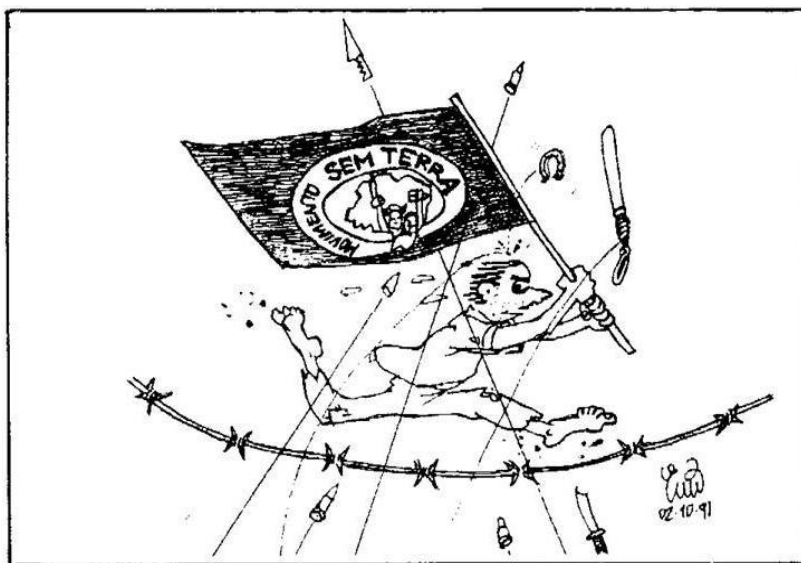
⁴⁰⁷ SILVA, É. N. da., *Formação e Ideário do MST*, p. 68.

⁴⁰⁸ A transcrição dessa entrevista com João Pedro Stedile (realizada em fevereiro de 1998), dirigida por Bernardo Mançano Fernandes, foi transformada em livro. A essência da entrevista é recuperar alguns momentos relevantes no processo de formação do MST, bem como verificar o como este foi se consolidando até fins da década de 1990. Para além de uma bibliografia, esta entrevista também se configura como uma fonte. Neste sentido, é preciso pensar que a história contada por João Pedro Stedile é uma história autorizada pelo MST, na figura de um de seus principais dirigentes nacionais. Nas falas de Stedile, percebe-se que seu discurso é similar aos edificados nos materiais produzidos pelo Movimento. Assim, o livro é uma referência interessante para se compreender o que o Movimento pensa e evoca sobre sua própria história; também as visões políticas, econômicas, sociais e culturais que sua organização construiu no transcorrer do tempo.

⁴⁰⁹ FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P., *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, p. 54.

⁴¹⁰ Apesar de a charge estar assinada, não foi possível reconhecer o nome completo do autor. O expediente do jornal não dá o crédito ao autor da imagem.

Imagem 12 - Pressão permanente



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Outubro/Novembro de 1991, ano X, n. 109. p. 4.

Apesar de a imagem propiciar um tom de humor, ela também representa a tensão vivida pela organização do MST no início da década de 1990. A figura central é a de um trabalhador Sem Terra correndo, de pés descalços, com a bandeira do Movimento levantada por suas mãos, fugindo desesperadamente dos tiros (representados pelas balas de revolver) e das possíveis agressões. Na imagem, há também um cassete e uma algema, no lado direito, acima do trabalhador. Nessa corrida desesperada, o trabalhador tem outro obstáculo pela frente – uma cerca de arame farpado. Diante disso, ele salta por cima da cerca. Muito provavelmente, para fugir das forças repressoras, representadas pela polícia militar (balas de revolver, cassete e algema), após alguma manifestação pública do MST. É interessante observar que, apesar do *bombardeio* em sua direção, nada o atinge. A expressão do trabalhador revela seriedade e convicção em relação ao que ele está fazendo. Diante das adversidades, ele não deixa a bandeira do MST cair, pelo contrário, ela é mantida em uma posição de destaque, no centro da imagem.

Para além dos traços, a charge representa não só as perseguições e a repressão sofridas pelos integrantes do MST, mas também a necessidade de os sujeitos resistirem nas lutas. Outra questão a salientar sobre a charge é a *cerca de arame farpado* que o trabalhador está pulando. Além de evidenciar a *tensão* do momento vivida pelo trabalhador, a cerca tem uma simbologia representativa para os Sem Terra. Ela representa o latifúndio, a concentração da propriedade da terra. Nesse sentido, a forma capitalista de se apropriar da terra, ou seja, torná-la individual (de um só dono ou grupo), concentrada e especulativa. O ato de *pular a cerca*

sugere uma ação de transgressão, rompimento, que pode expressar as concepções ideológicas do MST de *derrubar o capitalismo* e construir uma sociedade socialista, em que a terra seja um bem comum, de todos aqueles que desejam trabalhar e nela viver. Transgredir a cerca também representa a resistência e a desobediência aos *status quo*, no qual a concentração da propriedade da terra predomina.

Diante de uma conjuntura desfavorável, a partir da repressão e isolamento por parte do governo, o MST voltou suas forças para sua organização interna, sobretudo, no desenvolvimento dos assentamentos. Uma das ações do MST foi articular a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)⁴¹¹, “do qual surgiu, em maio de 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), organizada a partir de sete cooperativas centrais estaduais e de cerca de 55 cooperativas de produção e de comercialização”⁴¹².

A CONCRAB representava politicamente os assentamentos ligados ao MST, bem como organizava a produção nesses espaços. Para o Movimento, articular e organizar internamente os assentamentos naquele momento se fazia necessário, não só pelo contexto, mas também para viabilizar a produção e mostrar à sociedade que os assentamentos eram alternativas eficazes na produção de alimentos; também uma alternativa social para melhorar a vida das pessoas e daqueles que se beneficiariam com os produtos dos assentamentos. O MST percebeu que só a terra não bastava, era imprescindível viabilizar outras políticas dentro dos assentamentos, visando ao êxito na produção e comercialização dos produtos, bem como na qualidade de vida dos assentados. As cooperativas eram estratégicas para conseguir recursos/créditos visando à melhoria técnica dos assentamentos e o aumento na produção.

No primeiro semestre de 1992, o MST e a sociedade brasileira foram surpreendidos com denúncias de corrupção e improbidade administrativa no governo Collor, sendo o presidente figura central. As denúncias mais emblemáticas foram feitas por seu próprio irmão, Pedro Collor, em entrevista concedida à *Revista Veja*. Na ocasião, o Movimento divulgou as manifestações da mídia e apoiou políticos e sociedade civil que almejavam o impedimento do presidente Collor.

No *Jornal Sem Terra*, a primeira edição que deu destaque às denúncias contra Collor foi a de maio/junho de 1992. O título do editorial era: *A podridão do Governo*. Nesse editorial, dava-se ênfase às denúncias de Pedro Collor sobre o irmão. Todavia, o MST foi para

⁴¹¹ O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento.

⁴¹² COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 187.

além de Collor, afirmando também que a corrupção era algo que vinha de governos anteriores, em especial, dos governos militares e de Sarney. Assim, salientava: “No tempo do Sarney foi a mesma coisa!”. E no tempo dos militares? Pior ainda”. Adiante, chamava atenção dos trabalhadores: “É preciso conscientizar a classe trabalhadora, que em todos os governos da burguesia sempre houve e haverá corrupção, roubalheira e desvio de dinheiro público para seus interesses particulares. Pois a burguesia pega o estado nas mãos justamente para isso”⁴¹³.

A perspectiva do *continuismo* face às representações sobre os presidentes brasileiros era notória. Corrupção, roubalheira, favorecimento às elites, oportunismo eram atreladas às figuras dos presidentes. Até àquele momento, todos os presidentes que passaram por Brasília eram representantes das elites, sendo assim, corruptos e corruptores.

Após as denúncias contra Collor, o MST voltou o olhar para o processo de impedimento do presidente e utilizou as edições seguintes do seu jornal para apoiar o *impeachment*. Na edição de junho/julho de 1992, reforçava as denúncias: “É tanta sujeira, tanta lama, que não passa dois dias seguidos sem que os meios de comunicação apresentem novos fatos de roubos, desvios de dinheiro, ligações com o narcotráfico, envolvendo o presidente”⁴¹⁴. Em edições posteriores, havia notas no interior do periódico com a seguinte chamada: *Fora Collor*. O editorial da edição de setembro de 1992 trazia o título: *Fora Collor. Reforma Agrária Já*⁴¹⁵. Nele, o Movimento publicava mais denúncias de corrupção e improbidade administrativa do presidente, chamando a atenção de seus militantes para o fato de o impedimento de Collor ser inevitável – a sociedade não tinha mais dúvidas quanto ao envolvimento do presidente. O MST sugeria uma paralisação nacional de toda a sociedade para que Collor fosse impedido de atuar como presidente do Brasil.

Do ponto de vista político, após os escândalos e denúncias, Janine evidenciou que Collor se tornara um presidente “sem sustentação orgânica na classe cujos interesses representava, efetuava assim um *fuite em avant*, uma compensação de sua falta de apoio mediante gestos ensaiados e um imaginário reduzido”. A imagem do presidente mudara. Sua teatralização e heroísmo cessaram. Entrava em cena o “presidente sério”. “A mudança de rota parecia pôr fim àquela teatralidade planejada, em que a fala do presidente à nação passava pelas camisetas de domingo e pelo destempero programado do porta-voz. Acabava o heroísmo. Estava-se, decididamente, na prosa”⁴¹⁶.

⁴¹³ A podridão do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio/junho de 1992, ano XI, n. 116, p. 2.

⁴¹⁴ O capital vive do roubo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho/julho de 1992, ano XI, n. 117, p. 2.

⁴¹⁵ Fora Collor. Reforma Agrária Já. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1992, ano XI, n. 119, p. 2.

⁴¹⁶ RIBEIRO, R. J., *A política como espetáculo*, p. 36-38.

Nessa perspectiva, Collor vivenciou dois tipos de publicidade. A primeira foi a que construiu sua imagem na eleição, uma publicidade favorável que o levou à vitória. A segunda foi menos indigesta, fatal. Iniciou-se quando seu irmão, Pedro Collor, veio a público e o denunciou. A mesma publicidade que o elegera presidente do Brasil, o auxiliou para que fosse impedido de continuar como presidente. Seu governo acabou em farsa, e não em tragédia.

Sobre o *impeachment* de Collor, Senra analisa que as mídias tiveram um papel relevante nesse processo, tanto para “moldar” os acontecimentos que lhe deram origem, quanto para indicar como tais acontecimentos deveriam ser “percebidos” pela sociedade. Mas, enfatiza que as manifestações públicas foram decisivas nesse processo. Milhares de pessoas se reuniram nas ruas e praças públicas das principais cidades do país, “protestando contra a corrupção e pedindo o *impeachment* do presidente, numa reconquista do espaço público para a expressão política que pode ser contraposta, pelo menos de início, ao recuo da televisão da cena política”⁴¹⁷. Os denominados *cara-pintadas* entraram em cena e seus corpos se transformaram em signos de manifestação política.

Na edição de outubro de 1992, o MST destaca no editorial do jornal: *Outubro Histórico*. Para sua organização, o acontecimento foi marcante, no qual se teve “pela primeira vez no Brasil, um presidente derrubado pela força das massas na rua, em que os deputados por estrondosa maioria acataram o pedido de impedimento e afastaram o Collor”⁴¹⁸. O *impeachment* de Collor, ocorrido em 29 de setembro, foi comemorado pelo MST como uma vitória dos trabalhadores, dos jovens e da sociedade organizada que se mobilizou contra o presidente. É interessante que o MST se sentiu parte do “outubro histórico”, pois desde o início acompanhou as denúncias e apoiou o impedimento de Collor. Também, mais que se sentir *parte*, sua organização pôde *respirar* diante das investidas e repressão sofridas no governo Collor. O impedimento do presidente, para o MST, significava a perspectiva de um quadro político diferente, ou, no mínimo, menos repressivo.

No dia 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à presidência da República e os parlamentares, apesar da renúncia, votaram pela suspensão dos seus direitos políticos por oito anos. O curioso e ao mesmo tempo falacioso na política brasileira é que, após os oito anos de suspensão dos direitos políticos, Collor voltou à cena política. Os atos ilegais, a corrupção e a improbidade administrativa do presidente foram esquecidos e perdoados em oito anos. Em 2007, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Collor foi eleito senador de Alagoas. No primeiro dia como senador, migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro

⁴¹⁷ SENRA, S., *Mídia, Política e Intimidade*: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor, p. 55-56.

⁴¹⁸ Outubro Histórico. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1992, ano XI, n. 120, p. 2.

(PTB) e, assim, continua na política até os dias atuais. Em seu lugar na presidência, assumiu o vice-presidente, Itamar Augusto Cautiero Franco, conhecido nacionalmente como Itamar Franco.

2.4 Omissão, enrolação e ausência de vontade política: Itamar Franco na presidência

Antes de se tornar presidente da República, Itamar Franco teve uma extensa carreira política. Seu ingresso no campo político foi na década de 1950, quando se candidatou a vereador pelo município de Juiz de Fora/MG, em 1958. Na ocasião, era filiado ao PTB e não fora eleito. Na década de 1960, em pleno Regime Militar, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido pelo qual foi prefeito de Juiz de Fora entre os anos de 1967 e 1971; e reeleito em 1972. No segundo mandato, renunciou ao cargo para assumir o Senado Federal pelo estado de Minas Gerais, em 1975. Como senador, ainda foi reeleito em 1982 pelo mesmo estado, contudo, por outro partido, o PMDB.

Em 1989 compôs a chapa de Collor, no cargo de vice-presidente. Com o afastamento de Collor, em fins de 1992, assumiu a presidência do país até final do ano de 1994. Depois da presidência, Itamar se elegeu governador de Minas Gerais, entre os anos de 1999 e 2002. Ainda, pelo estado de Minas Gerais, se elegeu novamente senador nas eleições de 2010. Devido a um diagnóstico de leucemia, se licenciou das atividades do senado e faleceu no dia 2 de julho de 2011.

No período em que foi presidente, sob o ponto de vista do diálogo, Itamar Franco foi bem mais receptível aos movimentos sociais do que Collor. Aliás, a característica de Collor não era a de dialogar com os movimentos sociais. As próprias lideranças do MST evidenciavam que a entrada de Itamar na Presidência da República foi interessante para a organização. Na década de 1990, em meio ao contexto de isolamento e repressão por parte do governo Collor, João Pedro Stedile destaca: “sentar, negociar e nos dar *status* de interlocutor político, somente com o governo Itamar”⁴¹⁹. É possível dizer que, com Itamar na presidência, a organização do Movimento pôde *respirar* e se fortalecer para o enfrentamento das lutas que viriam ao longo dos anos de 1990.

Mesmo com sua característica amistosa e de diálogo com os movimentos sociais, no editorial de outubro de 1992, o MST explicitava que os trabalhadores, no caso do MST,

⁴¹⁹ FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P., *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, p. 71.

certamente seriam oposição ao governo, o qual chamava de “capenga”. E sobre o novo governo, destaca:

Itamar Franco montou um ministério baseado em critérios de amizade pessoal e com representação política, visando consolidar o apoio dos senadores para o afastamento definitivo de Collor. Sua composição se revelou uma salada de frutas. Sem uma unidade política e sem uma correlação com as forças que derrubaram Collor nas ruas. É um governo de transição com forte marca conservadora.

Em termos de medidas administrativas e políticas, nenhuma novidade, nenhuma posição, que deixasse claro a intenção de resolver os problemas sociais que o país vive. Para o Ministério da Agricultura, nomeou novamente um grande proprietário de terras, seu amigo, Lazaro Barbosa, deputado do PMDB de Goiás, dono de sete fazendas que totalizam 24.300 hectares e 8 mil cabeças de gado. Coordenador da campanha Collor naquele estado⁴²⁰.

Na citação observa-se que, o MST, de modo geral, representava Itamar e seu governo pelo prisma do *continuismo*. Com Itamar não teria nada de novo, o conservadorismo iria imperar. Os problemas sociais e, em especial, a reforma agrária não seriam resolvidos. Sobre a “salada de frutas” (composição do governo Itamar), era um trocadilho para dizer que o presidente não tinha “unidade política”, ou melhor, unidade de “correntes políticas” para governar. Assim, era considerado um governo incerto e que não trazia muitas perspectivas para os trabalhadores.

O governo Itamar foi marcado por sua heterogeneidade, em que diversos partidos compuseram os cargos de primeiro e segundo escalão na administração federal. Com isso, Itamar recebeu inúmeras críticas de políticos e analistas que ressaltavam que a heterogeneidade não trazia coerência no modo de governar. Na visão de Itamar, pelo contexto dos ocorridos, o país não poderia “discriminar” grupos com ideologias distintas. Conforme Costa, “em lugar de uma equipe coesa em ideias, Itamar preferiu recrutar nomes com trânsito no Congresso, que lhe ajudassem a viabilizar medidas capazes de distinguir sua gestão aos olhos da opinião pública”⁴²¹. Por mais que Itamar optasse por reunir vários partidos para compor seu governo, o PMDB e o Partido da Social Democracia (PSDB) assumiram posições de maior destaque, com ministérios e secretarias estratégicas. Na época, o PT se recusou em apoiar o presidente Itamar, e chegou ao ponto de expulsar do partido a ex-prefeita de São

⁴²⁰ Outubro Histórico. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1992, ano XI, n. 120, p. 2-3.

⁴²¹ COSTA, T., *Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado*, p. 271.

Paulo, Luiza Erundina⁴²², por ela ter aceitado o convite para assumir o cargo de ministra-chefe da Secretaria da Administração Federal.

Itamar era considerado uma “figura provinciana, de temperamento instável e propensões nacionalistas”⁴²³. Quando assumiu a presidência, havia uma incógnita quanto ao seu governo. O certo era que Itamar não deu continuidade ao estilo Collor de governar. Sobre os estilos diferentes entre Collor e Itamar, Costa destaca:

Faltam a Itamar os dotes cênicos de Collor. Não lhe apetece a política-espetáculo. É mais da prosa ao pé do ouvido. Tampouco sonha com o ingresso no Primeiro Mundo. Parece satisfeito com Juiz de Fora. Não é fascinado por tecnologia de ponta, muito menos se vier d’além-mar. Prefere o fusquinha, que lhe evocava a indústria nascente⁴²⁴.

Ao se declarar oposição ao novo governo, passados dois meses de Itamar na presidência, o MST dizia, por meio do seu jornal, que o governo era “surdo e mudo”, pois não ouvia os trabalhadores. De forma irônica, enfatizava que Itamar não tinha dito a “que veio”, ou seja, não tinha noção de sua responsabilidade enquanto presidente e não havia sistematizado planos para o Brasil. No que tange à reforma agrária, o Movimento enfatizava que o desinteresse para ouvir os trabalhadores e efetivar a reforma agrária era maior ainda. Demonstrando descontentamento e frustração, relatava que, até àquele momento, Itamar “sequer havia indicado o novo presidente do INCRA”⁴²⁵.

O Movimento cobrava atitudes de Itamar que, na visão das lideranças, estava “perdido”, sem saber o que fazer na direção política do país. *Enfim, afasta-se Collor. E agora Itamar?*, esse era o título do editorial do *Jornal Sem Terra*, em dezembro de 1992. Itamar era representado como “inoperante”, por não propor mudanças para o país, nem melhorar os projetos e políticas voltadas ao campo. O MST cobrava ações mais ágeis do recém-presidente,

⁴²² Na edição de fevereiro/março de 1993, do *Jornal Sem Terra*, Lula, então presidente nacional do PT, concedeu uma entrevista ao periódico e foi indagado sobre a expulsão de Luiza Erundina do partido. Na época, disse que o partido não “tinha outra coisa a fazer”, pois Erundina “desrespeitou as normas elementares do partido”. Ao assumir um cargo político sem autorização do PT, o partido teve que puni-la. A justificativa de Lula também era, conforme suas palavras: “Ou nós fazemos isso, ou então nós não estaríamos mais criando um partido e sim um amontoado de pessoas em torno de uma sigla para disputar cargo nas eleições”. O interessante dessas palavras de Lula é pensar que dez anos depois o PT mudaria substancialmente seus discursos e princípios, pois se aliou a partidos historicamente contrários à sua forma de ver e conceber a política, visando a agregar capital político para eleger e ocupar alguns cargos nos diversos níveis de administração pública (federal, estadual e municipal). Ver entrevista: Lula fala ao MST. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro/março de 1993, ano XII, n. 123, p. 12-13.

⁴²³ FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 476.

⁴²⁴ COSTA, T., *Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado*, p. 268.

⁴²⁵ Governo Surdo e Mudo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1992, ano XI, n. 121, p. 2.

mesmo com a situação de crise política por que o país estava passando. Sobre órgãos voltados ao campo, exigia mudanças no Ministério da Agricultura e no INCRA. Para o Movimento, esses cargos deveriam ser ocupados “por pessoas realmente comprometidas com a luta pela reforma agrária”⁴²⁶ e com políticas que favorecessem o desenvolvimento do campo e o aumento da produção nas pequenas propriedades.

As representações sobre Itamar, sobretudo, em seu primeiro ano no governo, giravam em torno de sua “inércia” face aos problemas no campo. Na edição de fevereiro/março de 1993, o título do editorial era: *Reforma Agrária, quando?* Nesse editorial, o Movimento reconhece um *pequeno* avanço com Itamar na presidência, em especial, a partir da aprovação da *Lei Agrária*⁴²⁷ pela Câmara dos Deputados. Também, pelo fato de o governo ser transitório e ter pouco “tempo, nem condições de realizar um programa massivo de reforma agrária”. Todavia, suas lideranças cobravam do presidente dizer “para o que veio”⁴²⁸, fazendo alusão ao fato de que era necessário tomar medidas e ações concretas nas desapropriações de terras para fim de reforma agrária.

No editorial de fevereiro/março de 1993, a charge publicada, de autoria do chargista Hércules Sanchez⁴²⁹, chama atenção para o aspecto de *tranquilidade* do presidente Itamar, como se ele estivesse *perdido*, não sabendo o que acontecia na conjuntura do país.

⁴²⁶ Enfim, afasta-se Collor. E agora, Itamar? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 1993, ano XII, n. 122, p. 2.

⁴²⁷ *Lei Agrária* (Lei n. 8.629, de 25/02/1993). Essa lei dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal de 1988. Destaca-se que a Lei Agrária foi aprovada, mas os conflitos e lutas por terra não cessaram.

⁴²⁸ Reforma Agrária, quando? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro/março de 1993, ano XII, n. 123, p. 2.

⁴²⁹ Hércules Sanchez trabalha a mais de 30 anos produzindo charges. Utilizando o traço, a ironia e o humor têm abordado diferentes temas no campo sindical e político. Na primeira metade da década de 1990, colaborou produzindo algumas charges para o *Jornal Sem Terra*. Milita no PT desde o seu nascimento em fins da década de 1970, e atualmente é responsável pelas charges do *Portal Linha Direta*, do PT/SP.

Imagem 13 – Reforma Agrária, quando?



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Fevereiro/Março de 1993, ano XII, n. 123, p. 2.

A primeira questão a ser evidenciada na imagem é a perspectiva do diálogo que Itamar buscou com os movimentos sociais do campo. Observa-se que há um grupo de quatro adultos e um bebê no colo de sua mãe que, pelas expressões faciais, está alegre, conversando com o presidente. Essas pessoas são representantes de algumas regiões e estados brasileiros, como se pode perceber por suas vestimentas e por suas expressões regionais: *chê* (gaúcho), *ochente* (nordestino), *sô* (mineiro). Nessa conversa, em meio a gestos e sorrisos, a senhora, que tem o bebê no colo, diz: “Reforma Agrária!”. Com certo tom de humor, a partir da exclamação da senhora, Itamar, mineiro, responde interrogativamente: “Uai?”. A imagem de Itamar, de mãos para trás e com uma face pensativa é a representação de um presidente *passivo* face aos problemas que geravam interrogação, dúvidas. Isso sugere que o diálogo estava estabelecido, contudo, o MST cobrava atitudes e ações do presidente. A aparente tranquilidade de Itamar e a percepção de que ele não tinha um projeto político de reforma agrária gerava constantes críticas ao presidente.

Sobre a abertura de diálogo entre o presidente Itamar e os movimentos sociais, ressalta-se que ele foi o primeiro presidente da República que recebeu a Direção Nacional do MST, em Brasília, após nove anos da existência do Movimento. Esse acontecimento foi manchete e destaque no *Jornal Sem Terra*, na edição de fevereiro/março de 1993⁴³⁰. Na ocasião, 24 dirigentes nacionais do Movimento, representando todos os estados em que o MST estava organizado, participaram da audiência. Além do presidente, também estavam

⁴³⁰ Movimento Sem Terra é recebido pelo presidente da República. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro/março de 1993, ano XII, n. 123, p. 8-9.

presentes o Ministro do Trabalho, Walter Barelli; o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliári; o Secretário Geral do Ministro da Agricultura, Benedito da Rosa; um diretor do INCRA; e diversos assessores do Ministério do Trabalho e da Agricultura. O gesto do presidente em receber o MST foi muito significativo, sobretudo, quanto à representatividade e à força política do Movimento no país. Na época, o MST avaliou positivamente a audiência com o presidente e reconheceu o interesse e respeito de Itamar para com sua organização e suas reivindicações.

Mesmo com diálogos, a relação entre o presidente Itamar e o MST não deixou de ser tensa. Obviamente também que as composições no governo, em especial, da *Bancada Ruralista*⁴³¹, não deixaram de legislar em favor dos seus interesses, ou melhor, dos grandes proprietários de terras e dos setores a eles ligados. Após a audiência com o presidente, a organização do MST não cessou de criticar e construir representações sobre Itamar. No editorial de maio de 1993, o Movimento fez um balanço sobre a crise no Brasil que, na concepção de suas lideranças, era a “pior crise que a história tinha registrado”, com salários baixos para os trabalhadores, número alto de desempregados, inflação incontrolável, seca no nordeste, epidemia de cólera e os péssimos serviços prestados no sistema de saúde.

O interessante era que a crise estava associada ao governo e personificada na figura do presidente Itamar Franco. Assim, dizia o editorial: “Ora, o governo continua conversando com os políticos. Apresentou um plano que não é um plano. É apenas a descrição de várias medidas que já vem sendo aplicadas, e em sua maioria beneficiam os mesmos, isto é, os que têm acesso ao banco”. Adiante, Itamar Franco era representado como “incompetente”⁴³². Na charge a seguir, do editorial analisado, nota-se que o governo, diante da crise, era personificado na representação de Itamar.

⁴³¹ A *Bancada Ruralista* se constitui em uma frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais. Essa bancada é formada por parlamentares de diversos partidos políticos, em especial, daqueles com tendências conservadoras. Muitos dos parlamentares que compõem essa bancada são grandes proprietários de terras, ou possuem um vínculo estreito com setores e atividades do campo. Nesse sentido, legislam em causa própria. A Bancada Ruralista, historicamente, tem sido uma opositora ferrenha da reforma agrária e dos assuntos que dizem respeito às identificações e demarcações de terras indígenas no país.

⁴³² A Crise e o governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Maio de 1993, ano XII, n. 125, p. 2.

Imagem 14 – A crise e o governo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Maio de 1993, ano XII, n. 125, p. 2.

Em 1993, a editoração do jornal era de responsabilidade da jornalista Débora Lerrer⁴³³, e no *Expediente* não há menção sobre o nome do ilustrador/chargista do periódico⁴³⁴. Por meio de um tom humorado e irônico, a charge mostra o presidente Itamar conversando com um trabalhador sem-terra, muito provavelmente da região Nordeste, em vista de sua vestimenta e particularmente por seu chapéu de cangaceiro estilo Lampião⁴³⁵, típico da região. O trabalhador está com uma aparência muito cansada, abatida. Essa aparência *sofrida* revela os meandros da luta pela terra que, na maioria das vezes, é morosa e exige muita resistência dos sujeitos envolvidos no processo. Na maior parte da imagem está Itamar, com seu imponente topete, terno e gravata; próximo a duas vacas robustas.

O cenário geral é o de uma propriedade rural (a qual teoricamente seria área de reforma agrária), que tem ao fundo um sol radiante. Com *suposta* lista nas mãos, o presidente diz que ela é uma lista de beneficiados “pro assentamento” e pergunta o nome da família do trabalhador. Sem pestanejar, o trabalhador diz: “Silva”. Então, Itamar responde: “Não, aqui não tem. Só tem as famílias Nelóre, Zebus, Holoandesa...”. Essas *famílias* a que o presidente faz referência são raças de bovinos, as quais estariam ocupando a terra no lugar do

⁴³³ É interessante destacar que, com Débora Lerrer como jornalista responsável, as charges, em especial, nos editoriais, voltaram a ser mais constantes no *Jornal Sem Terra*.

⁴³⁴ Mesmo não tendo uma assinatura, acredita-se que, pelo estilo dos traços da charge, sua autoria seja de Hércules Sanchez.

⁴³⁵ Lampião, como ficou conhecido o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, é personagem histórico da região Nordeste do Brasil. Em torno de sua figura existe várias polêmicas, para alguns Lampião foi um *bandido sanguinário*, para outros é considerado *rei do cangaço*, símbolo maior do sertão nordestino. Lampião e sua esposa Maria Déia, conhecida como Maria Bonita, são personagens fascinantes do imaginário nordestino, que se estenderam ao território brasileiro. Lampião e Maria Bonita morreram em 28 de julho de 1938, após uma emboscada de soldados da polícia de Alagoas.

trabalhador. Interpreta-se que as vacas faziam alusão às políticas voltadas ao campo que beneficiavam os grandes proprietários de terras, criadores de gado, em detrimento dos sujeitos que almejavam conquistar terra para trabalhar e viver.

Ao qualificar as vacas (Nelóre, Zebus e Holoandesa), o MST expressa também sua ideologia, pois essas raças de bovinos são a representação dos grandes proprietários de terras e pecuaristas. Os pecuaristas criam esses bovinos a partir de uma lógica de mercado. Em grande escala, essas raças de bovinos têm destinações econômicas para a produção de carne (nelore e zebu), melhoramento genético (nelore) e produção de leite (holandesa). A relação que os grandes pecuaristas possuem com seu gado é exclusivamente a de mercado, visando ao lucro.

No caso dos pequenos proprietários (nos assentamentos), o seu gado e demais animais, a princípio, estabelecem uma relação direta com a subsistência da família, mesmo que o excedente da produção seja destinado à comercialização. Nos assentamentos, os bovinos são chamados pelo nome dado a cada um pelos assentados (mimosa, pretinha, branquinha, rajada, boneca, dentre outros), enquanto que entre os grandes pecuaristas o seu gado é identificado e classificado pela raça e pelo número catalogado. Assim, as relações são distintas. Qualificar as vacas representava para o MST definir sua posição ideológica *anticapitalista*. E o presidente Itamar, personagem central da imagem, personificava seu Governo, que privilegiava os grandes proprietários de terras, em detrimento dos trabalhadores sem-terra.

No *Jornal Sem Terra*, o presidente Itamar era indagado constantemente pelo MST. *Itamar, as promessas serão cumpridas agora?*, era o título do editorial da edição de julho de 1993. Nesse editorial, destaca-se o fato de, até aquele momento, o presidente não ter realizado nenhuma desapropriação de terra para fins de reforma agrária, alegando a falta de instrumentos jurídicos para isso. Na concepção do MST, Itamar estava procurando “desculpas” para não desapropriar terras, pois já vigorava a *Lei Agrária* e havia sido sancionada a *Lei do Rito Sumário*, que orientava o poder judiciário e o INCRA sobre como deveriam ser as desapropriações de terra por interesse social, para fins de reforma agrária⁴³⁶. Assim, junto à Constituição, havia outros instrumentos legais para as desapropriações de terras. Para o MST, Itamar procurava *desculpas* e *retardava* o máximo a questão das desapropriações de terras.

⁴³⁶ Itamar, as promessas serão cumpridas agora? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1993, ano XII, n. 127, p. 2.

Na charge apresentada a seguir⁴³⁷, evidencia-se a morosidade de Itamar sobre os assuntos relacionados à reforma agrária.

Imagem 15 – Itamar, as promessas serão cumpridas agora?



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Julho de 1993, ano XII, n. 122, p. 2.

O cenário, no texto/charge, é da Esplanada dos Ministérios. Verifica-se que, de forma sorrateira, o presidente abre a porta do Ministério da Agricultura, coloca a cabeça para fora e diz à secretária: “Preparem outra recepção. Aquela não valeu!”. A charge faz menção à audiência que a Direção Nacional do MST teve com o presidente no mês de fevereiro de 1993. Na representação do Movimento, todas as conversas e reivindicações feitas ao presidente na reunião não valeram de nada. A representação de Itamar foi como estivesse fugindo dos compromissos firmados. A expressão do seu rosto revela certo cinismo e má vontade para realizar as ações, no caso, as desapropriações de terras. Observa-se também que a secretária, prestando atenção na fala do presidente, parece não entender tal gesto e fala.

Em relação ao Governo Itamar, por mais que o presidente demonstrasse sensibilidade às questões sociais e aos grupos organizados pela sociedade, manteve o modelo político e econômico de Collor, como por exemplo, ao não interromper o programa de privatizações – a Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da industrialização estatal, foi privatizada em 1993. Nesse sentido, havia grupos distintos e interesses conflitantes no seu Governo. A reforma agrária, como um elemento estrutural do país, não seria e não foi algo prioritário no Governo Itamar. Aliás, de nenhum Governo do Brasil. Nos anos em que governou, Itamar

⁴³⁷ Não há assinatura na charge. A identificação do autor/a se comprometeu também pelo fato de o *Expediente* do jornal não dar o crédito ao colaborador.

priorizou ações assistencialistas, como o Plano de Combate à Fome e à Miséria, e não visou reformas institucionais ou estruturais. Assim, Itamar era representado como *continuísta*, governante do modelo econômico e político que marginaliza e exclui os trabalhadores.

As representações sobre Itamar continuaram ao longo do ano de 1993. O MST ressalta que o presidente era *enrolador*: “Estamos cansados de conversa mole”. A expressão “conversa mole” remete ao fato de, para o MST, o presidente Itamar ter um discurso evasivo, marcado por desculpas fracas, as quais não justificavam a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Nas palavras do Movimento:

Os trabalhadores rurais em geral e os sem-terra estão cansados de tanta conversa mole. Esse governo precisa definir se realmente quer fazer alguma coisa. Se é para ficar apenas na enrolação, é melhor que se demita e antecipe as eleições gerais de 1994. Ninguém vai aguentar mais 18 meses dessa incompetência generalizada⁴³⁸.

Itamar foi representado como a “incompetência generalizada”, um presidente de “conversa mole”, que não agia face às problemáticas em torno da reforma agrária e dos trabalhadores rurais. A Direção Nacional do MST entendia que, se fosse para continuar do jeito que estava, era melhor que o presidente pedisse “demissão” para adiantar os processos eleitorais do ano de 1994. Mais que isso, Itamar e seu Governo são comparados a Sarney e a Collor: “Esse governo está cada vez mais parecido com o último ano de Sarney e os dois de Collor. Muita enrolação e pouca ação”⁴³⁹. Novamente, percebe-se a perspectiva do *continuísmo* nas representações do MST, como se Itamar fosse semelhante a Sarney e a Collor, devido a sua inércia sobre as questões que envolvem o processo de reforma agrária. Em uma conjuntura de crise, o Movimento defendia (e defende) que a reforma agrária seria uma alternativa eficaz para solucionar a miséria, a fome, o desemprego, a moradia e demais questões vivenciadas por grande parte da sociedade brasileira.

Na edição de setembro de 1993, publicou-se o editorial com o seguinte título: *O caos do ‘desgoverno’ Itamar*. Diante da falta de atitude e “enrolação” do presidente, Itamar não era digno nem de dizer que estava governando, pois, na avaliação do MST, “desgovernava” o Brasil. O Movimento questionava a postura do presidente perante os acontecimentos, como o fato de ele não ter consolidado uma equipe de ministros e o de que em alguns estados o INCRA estava sem superintendente. Para o MST, o “caos” assolava o país.

⁴³⁸ Estamos cansados de conversa mole. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1993, ano XII, n. 128, p. 2.

⁴³⁹ Estamos cansados de conversa mole. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1993, ano XII, n. 128, p. 2.

É preocupante o quadro de fome, analfabetismo, ignorância e doenças generalizadas que assolam o país. Massacres de índios, presidiários, camponeses, meninos de rua, moradores de favelas passaram a ocorrer com frequência e total impunidade. Governantes envolvidos em maracutaias e apropriação de bens públicos para fins sociais; empresários que promovem a corrupção para receber benefícios do estado; autoridades policiais e judiciárias coniventes e co-participantes de ações criminosas. O crime organizado, que comanda o tráfico de drogas, os grupos de extermínio, o mercado de armas e a prostituição⁴⁴⁰.

Na visão do MST o país vivenciava um caos generalizado, em todas as áreas. O Movimento afirmava que esse cenário era composto pelas elites brasileiras, que se enriqueciam “cada vez mais à custa da exploração e do dinheiro público”, e pelo “desgoverno” do Brasil. O “caos” e “desgoverno” estavam personificados na figura do presidente Itamar. Para o MST, se dependesse de Itamar e de seu Governo, não havia muitas possibilidades e expectativas de mudanças no cenário apresentado. Assim, o Movimento acreditava que “somente a persistência, a organização e a luta” poderiam “trazer a esperança de mudança” para o país⁴⁴¹.

Na charge do editorial de setembro de 1993⁴⁴², percebem-se algumas representações do MST sobre o presidente Itamar, refletidas até o momento da tese.

Imagem 16 – O caos do “desgoverno” Itamar



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, Setembro de 1993, ano XII, n. 129, p. 2.

⁴⁴⁰ O caos do “desgoverno” Itamar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1993, ano XII, n. 129, p. 2.

⁴⁴¹ O caos do “desgoverno” Itamar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1993, ano XII, n. 129, p. 2.

⁴⁴² A charge não está assinada e não foi possível reconhecer sua autoria. O *Expediente* do jornal não dá o crédito ao autor, o que comprometeu sua identificação.

O presidente Itamar aparece como figura central da charge, que representa duas situações: 1) um presidente sorridente, feliz e muito tranquilo quanto aos rumos do país; 2) tensão e conflito, representados pelo que está em volta do presidente (pessoas brigando, matando umas às outras, tiros de revólveres disparados). As duas situações agregam um tom de humor e ironia à charge, haja vista que são aparentemente contraditórias. Como pode alguém, diante de uma situação de conflito e tensão, ficar indiferente, como se nada estivesse acontecendo? E mais, olhar para o céu e dizer: “Dia lindo!”. A charge representa a inércia de Itamar perante os problemas do país.

Ao representar as perspectivas do MST sobre o “desgoverno” de Itamar e o “caos” que assolava o país, a charge se revestia de conteúdo político e ideológico. A representação contida na imagem de Itamar sugere, também, um *sentido contrário*, isto é, diz uma coisa, quando, na verdade, o sentido implícito aponta outra. O humor e a ironia buscavam causar risos nos leitores do jornal, mas as representações da charge transcendiam essas dimensões, pois as intenções da Direção Nacional do Movimento era personificar Itamar como um presidente alheio à realidade da época e que não tomava atitudes face às questões problemáticas da sociedade. A expressão engraçada de Itamar, como se tudo estivesse *lindo*, passava também pelo fato de o MST acreditar que o presidente não tinha um projeto político para o Brasil. Ao conceder uma entrevista ao *Jornal Sem Terra*, Luís Eduardo Greenhalg, na época, vice-presidente do PT nacional, advogado e assessor jurídico do MST, destaca que Itamar era a representação de um governo “sem eira nem beira”. Ou seja, um governo *pobre*, sem projeto político, que se estabeleceu apenas para terminar o mandato do ex-presidente Collor.

É um governo sem eira nem beira. É um governo sem eixo. Arruma atrito com os partidos políticos e bajula o Congresso. Não tem consistência ideológica, não tem projeto. Quer apenas sobreviver, boiando no mar de problemas que o Brasil tem. É o governo do deixa ficar para, deixa passar, até chegar a próxima eleição. É um governo tampão⁴⁴³.

A fala de Greenhalg vai ao encontro do que se vinha refletindo: o MST representava Itamar como um presidente inerte, não sabendo “para o que veio”. A ausência de um projeto político era o cerne da falta de atitude do presidente sobre os problemas do país. Na concepção de Greenhalg, Itamar e seu governo estavam matando as esperanças do povo

⁴⁴³ GREENHALG, Luís Eduardo. Um governo sem eira nem beira. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1993, ano XII, n. 130, p. 3.

brasileiro, porque nada faziam. “O barco está naufragando e ele (Itamar) deixa passar a história para poder chegar a próxima eleição”⁴⁴⁴. Neste Governo “sem eira nem beira”, o presidente Itamar era seu protagonista.

Em relação à reforma agrária, Itamar não havia traçado um plano abrangente. Desse modo, pouco fez⁴⁴⁵. Entre 1993 e 1994, de acordo com os dados do *Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA*, o número de áreas obtidas para fins de reforma agrária (assentamentos) foi de 305⁴⁴⁶. Se comparado aos três anos de Collor na presidência (1990, 1991 e 1992), nos quais foram obtidas 167 áreas para assentamentos (conforme o DATALUTA), esse número passa a ser considerável, mesmo que não fosse o *ideal* para os movimentos sociais do campo. O mesmo ocorre com o número de ocupações de terras, que aumentou nos dois anos do Governo Itamar. O número de ocupações de terras no período em que Collor era presidente foi de 221. Nos dois anos de Itamar Franco na presidência foi de 277. Esses dados demonstram um cenário favorável e menos hostil aos movimentos sociais do campo no período em que Itamar foi presidente da República (1993-1994)⁴⁴⁷.

O último ano de Itamar na presidência foi pautado, sobretudo, pela implementação do *Plano Real*, que visava a estabilizar a economia e a controlar a inflação. Esse plano foi conduzido pelo então senador Fernando Henrique Cardoso que, a partir de maio de 1994, estava à frente do Ministério da Fazenda. Devido às experiências frustradas com planos anteriores (*Plano Cruzado*, *Plano Bresser* e *Plano Collor*), pairava muito ceticismo entre analistas econômicos, políticos e sociedade em geral sobre o Plano Real.

Havia pressão e desconfiança sobre o novo plano proposto. Contudo, nesse processo, “com uma equipe respeitada dentro e fora do país, Cardoso desempenhou um papel central na conquista do apoio político necessário à realização do Plano Real, não só no Congresso e na sociedade, mas também dentro do próprio executivo”⁴⁴⁸. Para o MST, em um ano de eleições nas esferas federal e estadual, o Plano Real era concebido como uma estratégia política e um “pacto das elites”⁴⁴⁹ para eleger o presidente do país. O Movimento não apoiou a criação do Plano Real, muito menos a figura central que estava associada a ele, Fernando Henrique Cardoso, o FHC.

⁴⁴⁴ GREENHALG, Luís Eduardo. Um governo sem eira nem beira. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1993, ano XII, n. 130, p. 3.

⁴⁴⁵ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 46-49.

⁴⁴⁶ DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011, p. 22. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera

⁴⁴⁷ Ver: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011, p. 15. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

⁴⁴⁸ FAUSTO, B., *História do Brasil*, p. 477.

⁴⁴⁹ É hora de mudar o país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1994, ano XIII, n. 139, p. 2.

Nessa conjuntura, a partir de 1994, houve uma mudança significativa nos editoriais do *Jornal Sem Terra*, pois o MST redimensionou seu olhar para as eleições que iriam se realizar naquele ano, entretanto, o Movimento não cessou as críticas, as denúncias e as representações sobre Itamar e sobre as ações de seu Governo em relação ao campo e à reforma agrária.

As disputas eleitorais passaram a ser centrais nos editoriais. O editorial da edição de janeiro/fevereiro de 1994 foi o último a tecer representações sobre o presidente Itamar. Nesse editorial, além de se enfatizar que “ninguém mais acreditava” em Itamar e que a política de seu Governo andava de “mal a pior”, o Movimento ressaltava as eleições presidenciais. Na ocasião, sem rodeios, a Direção Nacional do MST posicionou-se quanto ao candidato que a organização iria apoiar: Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Assim, dizia: “Decidimos apoiar abertamente e nos envolver na campanha do companheiro Lula, porque acreditamos ser a única que, se vitoriosa, pode implantar um programa democrático-popular e realizar a reforma agrária”⁴⁵⁰. É interessante notar que Lula era representado como “companheiro” de lutas do MST, um homem da classe trabalhadora, que governaria em prol dos trabalhadores, por meio de um projeto “democrático-popular”. Lula era visto pela Direção Nacional do MST como a esperança de transformação e justiça social.

Nos outros dez editoriais de 1994, as eleições e os presidenciais foram destaques. A Direção Nacional do MST utilizou seu periódico para apoiar a campanha de Lula⁴⁵¹, adversário direto de FHC. O desfecho das eleições foi a vitória de FHC para presidente da República em primeiro turno, tendo como vice-presidente o senador Marco Maciel (PFL). No plano político, a engenhosa criação do Plano Real foi fundamental para a popularidade de FHC e lhe rendeu dividendos políticos. Na época, FHC ficou conhecido como o *pai do Plano Real*, e, para muitos analistas políticos, esse plano decidiu a sucessão de Itamar na presidência. No *Jornal Sem Terra*, as representações do MST sobre FHC se iniciaram antes mesmo de sua eleição e continuaram durante seus dois mandatos como presidente. Analisar essas representações será o desafio do próximo capítulo.

⁴⁵⁰ O que esperar de 1994? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1994, ano XIII, n. 133, p. 2.

⁴⁵¹ No quarto capítulo, reflete-se sobre a relação histórica entre MST e Lula, chamando a atenção para o apoio e envolvimento do Movimento nas campanhas eleitorais do ex-presidente.

CAPÍTULO III

“O PRESIDENTE DAS ELITES”: TENSÕES E LUTAS POR REPRESENTAÇÕES NO GOVERNO FHC

3.1 FHC: neoliberalismo e submissão ao capital internacional

Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1931. Por ser filho e neto de generais das Forças Armadas do Brasil, tivera uma vida *economicamente favorável*. Ou, como dissera José Carlos Reis, “integrado às elites brasileiras”. Licenciou-se em Ciências Sociais no ano de 1952 e defendeu sua tese de Doutorado em 1961, na Universidade de São Paulo (USP). Em seguida, tornou-se professor auxiliar, assistente, livre docente e emérito do Departamento de Sociologia da USP. Na academia, teve como orientador o sociólogo Florestan Fernandes.

Em sua trajetória acadêmica, FHC destaca-se por possuir um currículo reconhecido nacional e internacionalmente. Sua obra é vasta e interdisciplinar: sociologia, história, economia e ciência política⁴⁵². Intelectualmente, FHC foi caracterizado como um sujeito “das personalidades difíceis ou complexas”⁴⁵³. Sua personalidade também foi apontada como: indefinida, imprecisa e imprevisível. Apesar de pertencer a uma família que tinha tradição na política⁴⁵⁴, FHC sobressaiu-se, inicialmente, como sociólogo⁴⁵⁵, com uma capacidade de escrita e análise sócio-histórica admirável.

⁴⁵² Dentre suas obras, cita-se: CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964; _____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962; _____. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970; _____. *Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática*. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 443-482.

⁴⁵³ REIS, J. C., *Anos 1960-70: Fernando Henrique Cardoso*, p. 235-237.

⁴⁵⁴ O bisavô de FHC, capitão Felicíssimo do Espírito Santo, no Império foi deputado e senador pelo Partido Conservador do estado de Goiás e presidente da província do mesmo estado. Seu pai, Leônidas Cardoso, foi deputado federal pelo PTB, entre os anos de 1955 a 1959.

⁴⁵⁵ FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, 479.

Ingressou na vida política com quase cinquenta anos, em 1978, para disputar a eleição do Senado, pelo MDB. Nesse período, se *afastou* da atividade de cientista social e foi para *ação*, na atividade política. Na ocasião, foi eleito senador suplente, assumindo a titularidade em 1983. Em 1986 elegeu-se senador pelo PMDB, partido pelo qual foi líder no Senado. FHC contribuiu decisivamente para a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e se tornou líder do partido no Senado.

Entre as décadas de 1960 e 1970, durante a Ditadura Civil-Militar, FHC não foi preso, nem sofreu torturas como muitos ativistas políticos. Em 1964, preferiu o *autoexílio* no Chile. Neste país, amigos e familiares estavam “junto dele, lá estava sua melhor oportunidade de trabalho, pois o grande debate sobre a América Latina se dava no Ilpes, da Cepal”⁴⁵⁶. FHC não vivenciou os primeiros anos do Regime Civil-Militar no país. Em 1967 foi para Paris, onde lecionou na *Universidade de Nanterre*. No ano de 1968 retornou ao Brasil e, na década de 1970, se consolidou como um dos analistas “mais contundentes e sofisticados do regime militar e milagre brasileiro”. Nesse contexto, não caracterizou o Regime Civil-Militar como “fascista” ou “totalitário”, mas como um “regime autoritário”, que favorecia o desenvolvimento e modernização do país⁴⁵⁷.

A figura do político e presidente FHC não agradava a Direção Nacional do MST. Essa constatação ficava nítida antes mesmo do desfecho final das eleições de 1994. O presidenciável FHC era representado como *continuísmo* de uma política que vinha sendo implantada desde a Ditadura Civil-Militar. Por este viés, não há muita novidade nos discursos produzidos pelo MST, via *Jornal Sem Terra*, em relação aos candidatos que enfrentavam Lula nas disputas eleitorais. Ou seja, Lula era o candidato da classe trabalhadora e os outros candidatos eram associados a grupos alheios e contrários aos anseios do “povo”. Sobre a candidatura de FHC, em 1994, o editorial de agosto enfatizava: “Os grupos de sustentação dessa candidatura é o mesmo que governa o Brasil há 30 anos. São os responsáveis diretos pela concentração de renda, de terra, pelo crescimento da pobreza e pelo desemprego”⁴⁵⁸. Em FHC e com FHC estavam contidos “resquícios da ditadura”.

⁴⁵⁶ O Ilpes (Instituto Latino-Americano e o Caribe de Planejamento Econômico e Social) é um organismo permanente que integra a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Foi criado em 1962, “com a finalidade de apoiar os governos da região no campo do planejamento e a gestão pública mediante a apresentação dos serviços de capacitação, assessoria e investigação que permitirá contribuir com os esforços nacionais e subnacionais orientados a melhorar a qualidade das políticas públicas e fortalecer as capacidades institucionais”. Ver: <http://www.eclac.org/ilpes/>.

⁴⁵⁷ REIS, J. C., *Anos 1960-70: Fernando Henrique Cardoso*, p. 237-238.

⁴⁵⁸ É hora de mudar o país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1994, ano XIII, n. 139, p. 2.

[...] ele (FHC) está de braços dados com os piores políticos brasileiros, gerados justamente pela ditadura militar. Os mesmos políticos que apoiaram o governo militar no fechamento do Congresso Nacional, nas prisões torturas e assassinatos de estudantes e trabalhadores, que acobertam os crimes no campo e as grilagens de terras, que foram contra as eleições diretas em 1984 e apoiaram o governo corrupto de Collor, hoje apoiam Fernando Henrique⁴⁵⁹.

O *continuismo* representado na eleição de FHC vinha com um ingrediente mais efusivo, no sentido de que “Fernando Henrique é outro Collor”. Além de estar aliado a grupos e políticos corruptos, advindos do Regime Civil-Militar, FHC representava a “burguesia, os poderosos, os bancos, as multinacionais, os fazendeiros, a ‘Globo’, em suma, os que sempre mandaram neste país”⁴⁶⁰. Ao resumir os que “sempre mandaram neste país”, o MST evidenciava o *continuismo* histórico de seu discurso, como se FHC fosse o prolongamento e a representação dos grupos citados.

Assim, na eleição de 1994 estavam em jogo dois projetos distintos: o das elites (com FHC) e o dos trabalhadores (com Lula). Após a vitória de FHC, o MST elencava que a população fora manipulada pela imprensa nacional e que o presidente era uma “fabricação de liderança nacional”⁴⁶¹. Nesse sentido, o Movimento se declarava abertamente “oposição” ao Governo e observava que FHC e sua equipe encontrariam, durante todo o seu mandato, “resistência permanente contra as políticas neoliberais”⁴⁶². Aliás, na década de 1990, em especial com FHC no poder, o MST elegeu mais um inimigo para sua organização e para os trabalhadores: o neoliberalismo.

Na tabela a seguir, organizou-se os editoriais que representavam diretamente a figura de FHC durante seus oito anos como presidente da República.

Tabela 2 – Editoriais relacionados ao presidente FHC (1995-2002)

Título do Editorial	Referência
Um governo velho e conservador	SP, ano XIV, nº 144, jan-fev/1995, p. 2.
Um governo de nhe-nhe-nhém!	SP, ano XIV, nº 144, março/1995, p. 2.
A propaganda e a realidade na Reforma Agrária	SP, ano XIV, nº 146, abril/1995, p. 2.
Combater sem trégua o Neoliberalismo	SP, ano XIV, nº 147, maio/1995, p. 2.
Um Governo cada vez mais antipopular	SP, ano XIV, nº 148, jun/1995, p. 2.

⁴⁵⁹ É hora de mudar o país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1994, ano XIII, n. 139, p. 2.

⁴⁶⁰ Uma eleição histórica. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1994, ano XIII, n. 140, p. 2.

⁴⁶¹ Venceu a mentira. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1994, ano XIII, n. 141, p. 2.

⁴⁶² Balanço de 1994. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1994, ano XIII, n. 143, p. 2.

O rei FHC e a realidade...	SP, ano XIV, nº 149, jul/1995, p. 2.
Vamos tirar a Reforma Agrária do papel	SP, ano XIV, nº 152, out/1995, p. 2.
Reforma Agrária avança	SP, ano XIV, nº 153, nov/1995, p. 2.
A reforma agrária precisa avançar	SP, ano XIV, nº 154, nov/1995, p. 2.
Não podemos esperar pelo Governo	SP, ano XV, nº 155, jan-fev/1996, p. 2.
Só mobilização mexe com esse Governo	SP, ano XV, nº 156, março/1996, p. 2.
Carta ao Senhor Presidente da República	SP, ano XV, nº 157, abril/1996, p. 2.
Vamos paralisar o Brasil contra os massacres	SP, ano XV, nº 158, maio/1996, p. 2.
Aumenta a violência e continua a impunidade no campo	SP, ano XV, nº 159, jun/1996, p. 2.
FHC: É hora de fazer e não prometer	SP, ano XV, nº 160, jul/1996, p. 2.
Um governo tartaruga e enrolador	SP, ano XV, nº 161, ago/1996, p. 2.
Governo deveria priorizar a solução dos problemas agrários	SP, ano XV, nº 162, set/1996, p. 2.
Ministro papagaio	SP, ano XV, nº 163, out- nov/1996, p. 2.
Os Governos do mundo não se importam com a fome e a miséria!	SP, ano XV, nº 164, dez/1996, p. 2.
Balanço da agricultura e da reforma agrária em 1996	SP, Ano XVI, nº 165, jan/1997, p. 2.
Uma marcha histórica a Brasília	SP, ano XVI, nº 166, fev/1997, p. 2.
A reação política de FHC	SP, ano XVI, nº 167, março/1997, p. 2.
Continuamos em marcha contra o Neoliberalismo	SP, ano XVI, nº 168, abr-mai/1997, p. 2.
A cara desse Governo	SP, ano XVI, nº 169, jun/1997, p. 2.
Reforma agrária, só propaganda	SP, ano XVI, nº 170, jul/1997, p. 2.
A necessidade de um projeto popular	SP, ano XVI, nº 171, ago/1997, p. 2.
A ordem é sufocar o MST	SP, ano XVI, nº 172, set/1997, p. 2.
Pequenas vitórias, grandes conquistas	SP, ano XVI, nº 173, out/1997, p. 2.
O Governo FHC e a farsa do Neoliberalismo	SP, ano XVI, nº 174, nov/1997, p. 2.
Balanço da reforma agrária	SP, ano XVI, nº 175, dez/1997 e jan/1998, p. 2.
O medo de FHC	SP, ano XVII, nº 177, março/1998, p. 2.
Cresce o desgaste do Governo de FHC	SP, ano XVII, nº 178, abril /1998, p. 2.
O desespero de FHC	SP, ano XVII, nº 179, mai-jun/1998, p. 2.
O Governo FHC é o caos social	SP, ano XVII, nº 180, jul/1998, p. 2.
A ordem é ninguém passar fome	SP, ano XVII, nº 181, ago/1998, p. 2.
A crise tem nome: FHC	SP, ano XVII, nº 182, set/1998, p. 2.
A ditadura moderna do Governo FHC	SP, ano XVII, nº 183, out/1998, p. 2.
Um pacote anti-social e inútil	SP, ano XVII, nº 184, nov/1998, p. 2.
Governo FHC: Quatro anos de enrolação	SP, ano XVII, nº 185, dez/1998, p. 2.
FHC quebrou o país	SP, ano XVII, nº 186, jan-fev/1999, p. 2.
O governo FHC acabou	SP, ano XVII, nº 187, março/1999, p. 2.
FHC: Um Governo sem moral	SP, ano XVII, nº 188, abril/1999, p. 2.
Governo FHC ataca o MST para não fazer reforma agrária	SP, ano XVII, nº 189, maio/1999, p. 2.
Aumenta a crise no Governo	SP, ano XVII, nº 190, jun/1999, p. 2.

A cada dia piora o governo	SP, ano XVII, nº 191, jul/1999, p. 2.
A ingovernabilidade de FHC	SP, ano XVII, nº 192, ago/1999, p. 2.
Avança a crise no Brasil	SP, ano XVII, nº 193, set/1999, p. 2.
Paralisação nacional	SP, ano XVII, nº 194, out/1999, p. 2.
A decadência das elites brasileiras	SP, ano XVIII, nº 195, nov/1999, p. 2.
Vamos comemorar os 500 anos com lutas	SP, ano XVIII, nº 196, dez/1999 e jan/2000, p. 2.
A necessidade de um projeto popular para a agricultura	SP, ano XVIII, nº 197, fev/2000, p. 2.
FHC: um governo dos ricos	SP, ano XVIII, nº 198, março/2000 p. 2.
Na luta contra o modelo neoliberal	SP, ano XVIII, nº 199, abril/2000, p. 2.
Reforma agrária não se faz com mentiras e prisões	SP, ano XVIII, nº 200, maio/2000, p. 2.
É hora do povo mudar o rumo do país	SP, ano XVIII, nº 201, jun/2000, p. 2.
Cresce a insatisfação popular contra o governo	SP, ano XVIII, nº 202, jul/2000, p. 2.
Manifesto do MST ao povo brasileiro	SP, ano XVIII, nº 203, ago/2000, p. 2.
Negociações: As mentiras do governo	SP, ano XVIII, nº 204, set-out/2000, p. 2.
O mau cheiro que exala do Planalto	SP, ano XVIII, nº 205, nov/2000, p. 2.
Por um programa de mudanças	SP, ano XIX, nº 206, dez/2000 e jan/2001, p. 2.
FHC: Governo da vaca louca e dos gringos	SP, ano XIX, nº 207, fev/2001, p. 2.
Por que FHC não quer CPI?	SP, ano XIX, nº 208, março/2001, p. 2.
Governo FHC corrupção	SP, ano XIX, nº 210, maio/2001, p. 2.
A gravidade da crise no Governo de FHC	SP, ano XIX, nº 211, jun/2001, p. 2.
FHC: Governo de corrupção, mentira e apagão	SP, ano XIX, nº 213, ago/2001, p. 2.
Um Governo vergonhoso	SP, ano XIX, nº 214, set/2001, p. 2.
Nem terrorismo, nem Império	SP, ano XIX, nº 215, out/2001, p. 2.
É preciso ter dignidade!	SP, ano XIX, nº 216, Nov-dez/2001, p. 2.
A reforma agrária que não existe	SP, ano XX, nº 217, jan/2002, p. 2.
Lutas e mudanças em 2002	SP, ano XX, nº 218, fev/2002, p. 2.
Governo FHC continua mentindo	SP, ano XX, nº 219, mar-abr/2002, p. 2.
A farsa da reforma agrária	SP, ano XX, nº 220, maio/2002, p. 2.
Para o capital, o patrimônio público. Para o povo...	SP, ano XX, nº 221, jun/2002, p. 2.
FHC se submete ainda mais ao FMI	SP, ano XX, nº 223, ago-set/2002, p. 2.
O povo vota contra o modelo das elites e FHC	SP, ano XX, nº 224, out/2002, p. 2.

Constata-se que setenta e cinco editoriais buscaram construir representações sobre o presidente, como se pode observar na tabela apresentada. Ressalta-se que, em outras seções do jornal, também havia matérias dirigidas à figura de FHC e às ações de seu Governo⁴⁶³. Sendo uma publicação mensal, com algumas edições bimestrais, nota-se pela quantidade de editoriais o quanto foi intensa a construção de representações sobre FHC. Os editoriais citados

⁴⁶³ Algumas delas serão analisadas no desenvolvimento do capítulo.

na tabela, assim como outras matérias do jornal que contemplam a problemática da tese serão analisados de forma integrada, sem separar o primeiro e o segundo mandatos do presidente. Com essa opção metodológica, filtraram-se as principais e recorrentes representações elaboradas pelo Movimento, por meio do *Jornal Sem Terra*.

Como já foi explicitado, antes de sua eleição em 1994, o MST representava FHC como *continuismo* de uma política advinda da Ditadura Civil-Militar. No primeiro editorial do jornal, após a vitória de FHC nas eleições, essa representação se repetiu: *Um governo velho e conservador*. Assim, dizia: “mal o governo FCH assumiu e já temos a sensação de ser um governo velho. Afinal, é a tradicional elite brasileira que continua no poder. Mandando com os mesmos nomes, apenas fantasiados de social-democratas”⁴⁶⁴. Para ilustrar e dar um tom de humor ao editorial, publicou-se uma charge⁴⁶⁵ que remete ao que foi salientado.

Imagem 17 – Um governo velho e conservador



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

O homem, com as mãos na cintura, olhando para o *mapa do Brasil* à sua frente, e com aparência de *desconfiado* diz: “dessa vez nem as moscas mudaram”. Por meio da charge, o MST representava que, com a eleição de FHC e, a partir do cenário político consolidado em 1995, as mesmas “moscas” (políticos) que pairavam sobre a política brasileira, desde o início da *Nova República*, continuavam estabelecendo morada no *bolo* chamado Brasil. O presidente era a representação máxima do *continuismo* político; e seu Governo, para o Movimento, tinha

⁴⁶⁴ Um governo velho e conservador. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan/fev de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

⁴⁶⁵ Não há assinatura na charge. A identificação do autor/a se comprometeu também pelo fato do *Expediente* do jornal não dar o crédito ao colaborador.

uma cara e missão: *era a cara das elites e para as elites*. Nessa direção, as representações sobre o modelo e as medidas econômicas encampadas por FHC e sua equipe de governo foram recorrentes nos editoriais do jornal.

No auge de sua carreira acadêmica, FHC analisou as experiências históricas da América Latina, em especial, as do Brasil, e escreveu teses que auxiliaram a pensar a região e a propor modelos de desenvolvimento econômico e social. Suas teses foram admiradas por alguns estudiosos, mas também geraram muitas polêmicas e críticas de outros intelectuais, sobretudo, dos ligados às esquerdas brasileiras⁴⁶⁶.

FHC e o chileno Enzo Falleto escreveram *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, entre os anos de 1965 e 1967, no Chile. Na época, esta obra teve grande repercussão nacional e internacional, pois ofereceria um olhar diferente e inovador para o desenvolvimento do continente. A teoria de FHC e de Falleto scandalizou as esquerdas no Brasil e no resto do continente, haja vista que ela defendia a tese de que era possível ser *dependente e desenvolvido* na América Latina, nos moldes capitalistas.

Na tese do “desenvolvimento dependente-associado”, os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento do país, pelo contrário, se tornavam uma espécie de mola propulsora, alavancando e dinamizando a economia dos países dependentes. Ou seja, a mudança no Brasil era percebida como “modernização capitalista”, com associação e dependência⁴⁶⁷. Não se tratava de mudanças estruturais, mas sim de possibilidades de mudanças dentro do próprio modo de produção capitalista.

Para Reis, FHC “fez da dependência, que era o mal do Brasil, a base do seu desenvolvimento capitalista, reabrindo o horizonte do Brasil”⁴⁶⁸. O intelectual e presidente defendia a aliança entre as elites brasileiras e as elites internacionais, visava ao desenvolvimento nos moldes capitalistas e não era contrário ao capital internacional. Essa tese rompia com o modelo do *nacional-desenvolvimentismo* que defendia o fortalecimento do mercado interno e da industrialização nacional, sem grandes interferências do capital internacional. Ao analisar as ideias de FHC, Reis sublinha que ele era “um pensador burguês e paulista”; e havia formulado um “projeto de desenvolvimento burguês” para o Brasil.

⁴⁶⁶ As teses e opções políticas de FHC causaram decepção em seu mestre, Florestan Fernandes. Para Fernandes, FHC deixou-se dominar pelo seu maior desvio psicológico, a vaidade, que ocuparia o poder no velho estilo das elites reacionárias (FERNANDES, 1994; 1995).

⁴⁶⁷ Ver: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

⁴⁶⁸ REIS, J. C., *Anos 1960-70: Fernando Henrique Cardoso*, p. 244.

Ele se tornou um formulador do projeto burguês para o Brasil quando percebeu que a burguesia tinha dificuldades em dar forma à sua própria consciência. Decidiu formulá-la para ela, oferecendo-lhe a sua própria representação. E ofereceu-lhe uma representação de si mesmo simpática, não autoritária, vinculada aos interesses nacionais no interior das pressões internacionais. F. H. Cardoso percebeu que nos anos 1960-70, estando o capitalismo estruturado como estava, só havia um sujeito que poderia levar o Brasil ao desenvolvimento industrial, à acumulação de capitais: a burguesia interna associada ao capital estrangeiro⁴⁶⁹.

Dentre as suas ações e concepções políticas, FHC defendia o que chamava de “utopia viável”, ao considerar a justiça social como principal objetivo e valor a se perseguir. Nesse processo, o desenvolvimento tecnológico e capitalista seria crucial. A justiça social poderia ser alcançada nos moldes capitalistas, ou seja, pelo mercado. A partir das ideias e concepções de FHC, ainda quando estava na academia, não é difícil entender o porquê de todas as críticas e oposição do MST à sua figura.

As teses de FHC entravam em contraposição direta às concepções ideológicas do Movimento, sobretudo, quando se pensa na possibilidade de desenvolvimento com justiça social para toda a sociedade no modo de produção capitalista. A ideia de o Brasil ser *dependente* para se desenvolver também entrava em choque com as perspectivas do MST, pois sua organização sempre pregou o desenvolvimento nacional a partir do fortalecimento interno, sem ou com poucas interferências externas, e tendo a reforma agrária papel elementar nesse processo. Ser “dependente-associado”, para o MST, significava perder a soberania nacional. Outra questão fundamental estava no fato de o MST lutar por uma sociedade socialista, contra o capitalismo. FHC representava o capitalismo no Brasil, sendo assim, devia ser *combatido*.

Ao se combater FHC e suas políticas de governo, passava-se, então, a lutar contra o *neoliberalismo*. Na década de 1990, o neoliberalismo se tornou um dos inimigos da organização do MST, assim como o latifúndio, os latifundiários, a grande imprensa, a polícia, dentre outros. Para se conquistar uma sociedade socialista, o Movimento investia suas forças e lutas contra o modelo político e econômico neoliberal. Isso ficou evidente logo no início do mandato do presidente, quando o MST alertava que FHC queria “acelerar a implantação de medidas neoliberais no país”. Com isso, o presidente almejava “acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, privatizar as empresas estatais, manter o salário archoado e acabar com

⁴⁶⁹ REIS, J. C., *Anos 1960-70: Fernando Henrique Cardoso*, p. 254.

o monopólio nos setores estratégicos (petróleo, energia elétrica e telecomunicações)⁴⁷⁰. Mas, o que é neoliberalismo? O que se pode atribuir a esse modelo político e econômico?

Existe uma literatura significativa sobre o que se denominou neoliberalismo⁴⁷¹, e não se pretende aqui fazer uma discussão extensa sobre a temática, mas sim ressaltar alguns aspectos desse modelo para se pensar nas representações do MST sobre FHC. A *Escola Austríaca* foi a principal porta-voz do pensamento neoliberal, sendo fundada por Ludwing Von Mises (1881-1973)⁴⁷², na década de 1930. O neoliberalismo, enquanto doutrina política, teve grande repercussão também a partir dos escritos do austríaco Friedrich Hayek (discípulo de Von Mises), em especial, com o livro *O caminho da Servidão*. Em sua obra, Hayek defendia a tese de que o Estado, de forma alguma, deveria intervir nos mecanismos de mercado, pois, ao promover certo igualitarismo social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência e dificultava a prosperidade humana⁴⁷³. Sendo assim, retomava alguns dos princípios clássicos do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX, mas num contexto distinto do desenvolvimento do capitalismo⁴⁷⁴.

Entre as décadas de 1930 e 1970, a produção teórica sobre o modelo neoliberal ficou restrita às academias e instituições de pesquisa. O programa político neoliberal começou efetivamente a ser implantado no final dos anos de 1970 e início da década de 1980: em 1979, na Inglaterra, com o governo de Margaret Thatcher; em 1980, nos EUA, com Ronald Reagan. Conforme Francisco Urribam Xavier de Holanda, a partir desses dois países o neoliberalismo ganhou força no capitalismo mundial e iniciou-se uma “campanha em busca da hegemonia ideológica no mundo”⁴⁷⁵. O pressuposto teórico neoliberal defende a ideia de que o capitalismo deu ao mundo um melhor padrão de vida e a de que o único sistema de organização social possível advém do capitalismo. Sobre isso, enfatiza-se que há uma enorme distância entre os pressupostos teóricos e a realidade vivenciada pela sociedade nos países que

⁴⁷⁰ Um governo nhe-nhe-nhém! *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1995, ano XIV, n. 145, p. 2.

⁴⁷¹ Sobre o neoliberalismo, ver: HOLANDA, Francisco Urribam X. de. *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 3ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004; ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Emir SADER; Pablo GENTILI (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23; MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

⁴⁷² Dentre as obras de Von Mises publicadas no Brasil, cita-se: *Ação Humana: um tratado sobre economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990 (obra publicada em 1949); *Liberalismo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987. No país, existe o *Instituto Ludwing Von Mises Brasil*, cujo objetivo é a produção e a disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre, a partir das ideias de Von Mises e seus predecessores. Ver página do Instituto: <http://www.mises.org.br>.

⁴⁷³ Ver: HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

⁴⁷⁴ Em relação às concepções que envolvem o *Liberalismo* e *Neoliberalismo*, destaca-se o livro: HOLANDA, Francisco Urribam X. de. *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 3ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

⁴⁷⁵ HOLANDA, F. U. X. de., *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*, p. 51.

têm o neoliberalismo como modelo de desenvolvimento. Também, destaca-se que o modo de produção capitalista em sua essência é contraditório, pois, na acumulação, sempre haverá desigualdades e injustiças sociais.

Outros modelos políticos e econômicos alternativos, em especial, o socialismo, seriam inviáveis para organizar a sociedade e traria males ao mundo. No entendimento neoliberal, os seres humanos não são naturalmente iguais, mesmo que isso seja reivindicado por lei. Isto é, naturaliza-se a desigualdade social, haja vista que a sociedade “nada mais é do que divisão de trabalho e combinação de esforços”. Por esse viés, na teoria neoliberal, o mercado coordena as atividades econômicas e atribui sentido e significado ao sistema social: “o mercado é o ponto para onde convergem e de onde se irradiam as atividades dos indivíduos”⁴⁷⁶. A propriedade privada dos meios de produção e a divisão do trabalho se tornam cruciais para o livre mercado funcionar.

E o Estado no neoliberalismo, qual sua função? Grosso modo, o Estado garante a ordem e a liberdade do mercado. Este deve ser coadjuvante, não interferindo na lógica do mercado para funcionamento da sociedade. Segundo Holanda, “o Estado é um aparato social de coerção que deve utilizar seu poder exclusivamente com o propósito de evitar que as pessoas cometam ações lesivas à preservação e funcionamento da economia de mercado”. Nesse sentido, “não cabe ao Estado interferir nas atividades dos indivíduos, estas são dirigidas pelo mercado que lhes indica a melhor maneira de promover o seu próprio bem estar”. Ou seja, o Estado é minimizado na teoria neoliberal e apenas seria o regulador das políticas encampadas pelo mercado. “A doutrina neoliberal rejeita qualquer intervenção do Estado na economia por ser supérflua, inútil e prejudicial”⁴⁷⁷.

O interessante das teorias neoliberais é que elas minimizam o papel do Estado na economia e na política; contudo, se há alguma crise interna ou uma crise em decorrência de crises internacionais, em que as empresas privadas, bancos passam por dificuldades, o Estado é procurado para tentar resolver a situação, a partir de iniciativas como créditos, redução de impostos, amortização de dívidas, dentre outras ações. Ou seja, no neoliberalismo, o Estado se torna protagonista somente quando o mercado está em *crise*, o que demonstra a contradição do próprio modelo.

Essas características apresentadas do modelo neoliberal são amplamente contrárias à forma com que o MST concebe o desenvolvimento do país, sobretudo, quando visualiza no Estado o papel de fomentador de políticas para o desenvolvimento econômico e social da

⁴⁷⁶ HOLANDA, F. U. X. de., *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*, p. 58.

⁴⁷⁷ HOLANDA, F. U. X. de., *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*, p. 62-66.

população. Na compreensão do MST, a luta e a organização dos trabalhadores são essenciais para a transformação do país, mas o Estado também tem suas responsabilidades, como, por exemplo, no processo de democratização da terra. Os pressupostos ideológicos do neoliberalismo, com ênfase no desenvolvimento do capitalismo, chocam de frente com os pressupostos ideológicos do MST. Por isso, na década de 1990, o Movimento elegeu o neoliberalismo como um dos principais inimigos de sua organização.

Na compreensão do MST, quem *impunha* o modelo neoliberal no Brasil e na América Latina eram os Estados Unidos da América (EUA). O presidente FHC, aliado aos EUA, defendia e fomentava o neoliberalismo no país. Na seção *Estudo* do *Jornal Sem Terra*, da edição de abril de 1995, há o seguinte título na matéria: *Porque os EUA querem impor o neoliberalismo na América Latina?* O texto caracteriza-se por síntese de uma palestra do professor James Petras, catedrático da Universidade de Nova York, proferida no Brasil. Amparado nas ideias do professor, o MST enfatizava que os EUA, a partir do ideário neoliberal, tinham como estratégia o domínio do país e da América Latina como um todo⁴⁷⁸. Na charge que acompanha a matéria, do autor José Alberto Lovreto (JAL), observa-se a representação do EUA como o *devorador* do Brasil.

Imagem 18 – Porque os EUA querem impor o neoliberalismo na América Latina?



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1995, ano XIV, n. 146, p. 3.

⁴⁷⁸ Porque os EUA querem impor o neoliberalismo na América Latina. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1995, ano XIV, n. 146, p. 3.

Sentado em uma bonita e confortável poltrona, um senhor barbudo e de cabelos brancos. Tal representação sinaliza para o *Tio Sam*⁴⁷⁹, personagem típico e símbolo nacional do EUA, com sua tradicional cartola com listras vermelhas e brancas e estrelas brancas sobre um fundo azul. O referido senhor tem à sua frente uma mesa e um prato em que a refeição é o mapa do Brasil. Com aparência de muita felicidade, sorrindo, o senhor elegante e sutil, com garfo e faca nas mãos começa a cortar o seu *bife*, chamado Brasil. A posição do *Tio Sam*, cortando o Brasil é a representação sobre o que o EUA queria fazer com o Brasil. Ou seja, *devorar/engolir* o país para aumentar o seu poderio econômico e político. A imagem do Brasil sendo colocado dentro de um prato, pronto para ser devorado, é utilizada pelo MST para mostrar a fragilidade e a subserviência do Brasil perante as políticas de cunho neoliberal do EUA.

Era preciso “combater sem trégua o neoliberalismo”, dizia o editorial de maio de 1995. Nesse editorial, o MST fazia críticas a FHC e a seu governo, no sentido de que estes eram defensores do neoliberalismo e estavam agindo com *autoritarismo* contra aqueles que se posicionavam contrários às ações do governo. Assim:

[...] FHC tem arrotado uma prepotência e autossuficiência típica dos reis e muito próxima dos ditadores. Talvez seja por isso que ele goste de ser chamado “príncipe dos sociólogos”.

Aos que se manifestam contrários a sua política neoliberal, taxa-os de derrotados, corporativos e impatrióticos. Age como se a participação política da população devesse restringir ao período eleitoral e ao resultado das urnas. Aos trabalhadores, técnicos e especialistas das empresas estatais, proibiu-os de manifestar opiniões contrárias aos programas de privatizações. Os desobedientes devem ser imediatamente demitidos. De forma autoritária o governo impede que os trabalhadores exerçam o dever de lutar pela preservação do patrimônio nacional. Uma perseguição política que seria inimaginável para um presidente que propagandeia ter sido perseguido e exilado por causa das suas ideias⁴⁸⁰.

A representação de FHC, “o príncipe dos sociólogos”, era a de um presidente que tinha em suas práticas características semelhantes às de um “ditador”. A crítica central do MST, além das relativas às práticas “autoritárias” do presidente, era perante as políticas

⁴⁷⁹ O nome *Tio Sam* foi utilizado, primeiramente, durante a Guerra Anglo-americana, em 1812, mas o personagem só foi ilustrado no ano de 1852. Entre as hipóteses que giram em torno da face do Tio Sam, alguns acreditam que há semelhanças com o rosto do presidente Andrew Jackson, outras creem na semelhança com o presidente Abraham Lincoln.

⁴⁸⁰ Combater sem trégua o Neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1995, ano XIV, n. 147, p. 2.

neoliberais aplicadas em seu governo. A charge contida nesse editorial⁴⁸¹ de certa forma complementa a ideia da charge anterior, a de que os EUA *impunham* o neoliberalismo no Brasil com o aval e apoio do presidente FHC.

Imagem 19 – Combater sem trégua o Neoliberalismo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1995, ano XIV, n. 147, p. 2.

À direita, na imagem, uma imponente águia com as asas abertas utiliza uma cartola similar à do personagem nacional estadunidense *Tio Sam*. A águia segura um cigarro pelo bico e faz uma pose de soberana, com aparência de felicidade. Percebe-se em suas asas listras e estrelas. Registre-se que, na referida charge, tais símbolos – águia, cartola com a sigla EUA, listras e estrelas – apontam para a representação do EUA⁴⁸². Visualiza-se ainda no texto/imagem outra ave, um filhote que parece ter acabado de nascer. Ainda no ninho e dentro do ovo, a ave, um tucano⁴⁸³, mostra agitação e felicidade e diz para a águia: “ma-mãe!”. A escolha do tucano, *nascido no ninho do neoliberalismo*, não foi aleatória, uma vez que ele é uma ave típica do Brasil e também o símbolo do partido do presidente FHC, o PSDB. Na representação do MST, o *tucano/PSDB*, que havia sido *chocado* no ninho do neoliberalismo, tinha o EUA como sua *mãe*. Destaca-se que, na relação de forças entre o tucano/PSDB/FHC e

⁴⁸¹ Não há assinatura na charge. A identificação do autor/a se comprometeu também pelo fato do *Expediente* do jornal não dar o crédito ao colaborador.

⁴⁸² O emblema do EUA é a *águia de cabeça branca*, conhecida também como *águia careca*. Ela está presente no brasão do país e em diversos símbolos referentes ao EUA. A águia careca apareceu pela primeira vez como ícone norte americano no Carimbo Oficial (Great Seal), em 1782. Além de ser uma ave de força e coragem, foi escolhida como símbolo nacional porque era encontrada somente na América do Norte.

⁴⁸³ *Tucano*: ave da família *Ramphastidae*, que vive nas florestas da América Central e América do Sul. Essa ave é conhecida, em especial, por seu bico grande e oco.

a águia/EUA, a águia era quem ditava as regras e imperava sobre seu filhote. Ou seja, o Brasil estava submisso aos interesses do EUA que, na época, tinha como presidente Bill Clinton.

Na compreensão do MST, o neoliberalismo era uma farsa e FHC o cúmplice de toda falsidade. À medida que o neoliberalismo se consolidava no país, causava “fragilidade e dependência da economia brasileira ao capital financeiro”. Sendo assim, a economia funcionava “apenas para garantir lucratividade aos bancos e não o bem estar para a população”. Para o Movimento, o neoliberalismo gerava dependência das especulações financeiras internacionais, sendo responsável por aumentar o desemprego e reduzir o poder aquisitivo da população. A política de FHC era assim representada como “inimiga dos interesses do povo brasileiro”⁴⁸⁴. A charge, em seguida, publicada no editorial de novembro de 1997, sugeria aos leitores do jornal que FHC fazia *malabarismo* com o neoliberalismo no Brasil.

Imagem 20 – O governo FHC e a farsa do neoliberalismo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1997, ano XVI, n. 174, p. 2.

Na charge, de autoria de Luscar, o presidente FHC está em cima de uma bola que representa o planeta terra. Em uma posição séria e tensa, revelada pelas gotas de suor saindo do seu rosto, o presidente faz malabarismo com seis cubos, cada um com as sílabas da palavra *neoliberalismo*. Além de fazer o malabares com os cubos, FHC tem de se equilibrar sobre a

⁴⁸⁴ O governo FHC e a farsa do neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1997, ano XVI, n. 174, p. 2.

bola, uma ação muito complicada. A representação efetuada pelo Movimento, a partir da charge, gira em torno de que FHC, ao privilegiar o neoliberalismo, está praticando uma *modalidade/ação* muito complicada e perigosa. A qualquer momento o presidente pode se desequilibrar e cair da bola, derrubando consigo os cubos do malabares. Isto é, brincar com o neoliberalismo era algo perigoso, e o maior prejudicado seria o povo brasileiro. Assim, em diversas matérias e editoriais do *Jornal Sem Terra*, o Movimento sempre enfatizava que era preciso lutar “contra o modelo neoliberal”⁴⁸⁵, pois este modelo beneficiava os ricos e tornava pobre a maior parte da população.

Em outro editorial, de abril/maio de 1997, que destacava a repercussão da *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça Social*, era evidenciado que o MST continuaria “em marcha contra o neoliberalismo”. A *Marcha Nacional do MST*⁴⁸⁶, conhecida também como *Marcha do Cem Mil*, teve grande repercussão nacional e um significado simbólico relevante, pois não era apenas a reforma agrária que estava apresentada. Ela agregou, além dos movimentos sociais que lutavam pela terra, uma diversidade de organizações políticas e sociais urbanas⁴⁸⁷. No editorial citado, o Movimento destacava que um dos objetivos centrais da marcha foi conquistado: “mostramos à sociedade, que a política neoliberal imposta por FHC está acabando com a agricultura familiar, com o emprego rural e com a produção de alimentos”. Também, que essa política era “voltada para os interesses das elites e dos grandes grupos econômicos internacionais”⁴⁸⁸. Enfim, os integrantes do MST marchavam contra a política neoliberal de FHC. Na charge a seguir⁴⁸⁹ essa questão é representada.

⁴⁸⁵ Na luta contra o modelo neoliberal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2000, ano XVIII, n. 199, p. 2.

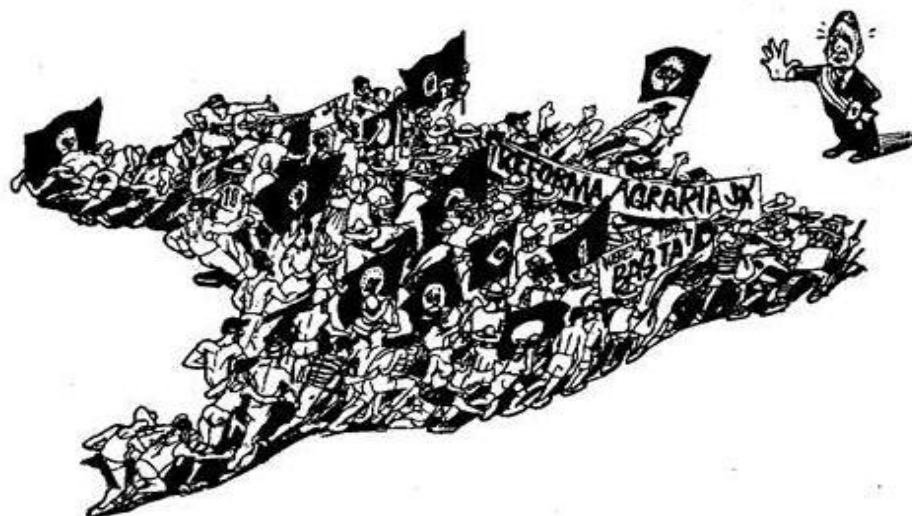
⁴⁸⁶ A Marcha Nacional do MST teve início em 17 de fevereiro de 1997 e foi composta por três colunas que saíram de regiões diferentes do Brasil, sendo São Paulo (SP), Governador Valadares (MG) e Rondonópolis (MT). A marcha durou dois meses de caminhada até chegar a Brasília, no dia 17 de abril, onde os Sem Terra foram recebidos por aproximadamente cem mil manifestantes. Ela foi a primeira grande manifestação realizada no e contra o Governo FHC. A marcha era uma prova concreta de que os sujeitos Sem Terra tinham capacidade e poder para se organizar e mobilizar milhares de pessoas. Também, o MST exigia na marcha a punição para os responsáveis pelo massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás. Na ocasião, participaram diversos artistas e personalidades nacionais, dentre eles: Chico Buarque de Holanda. Sobre a marcha, ver: CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

⁴⁸⁷ Cem mil na capital do Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1997, ano XVIII, n. 199, p. 11.

⁴⁸⁸ Continuamos em marcha contra o neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1997, ano XVI, n. 168, p. 2.

⁴⁸⁹ Não há assinatura na charge. A identificação do autor/a se comprometeu também pelo fato do *Expediente* do jornal não dar o crédito ao colaborador.

Imagem 21 – Continuamos em marcha contra o neoliberalismo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1997, ano XVI, n. 168, p. 2.

A charge evidencia a Marcha Nacional do MST. Mais de cem mil pessoas em Brasília para reivindicar *reforma agrária, emprego e justiça*. Milhares de pessoas – trabalhadores do campo e da cidade, jovens, crianças e adultos – formam na imagem o mapa do Brasil, em movimento, marchando para frente. Os corpos das pessoas evidenciam que elas faziam muita força e que o caminhar não estava fácil. Entre as pessoas há bandeiras do MST erguidas e duas faixas com os seguintes dizeres: *Reforma Agrária Já* e *Neoliberalismo: Basta!* À frente dessas pessoas há alguém parado, com o braço direito levantado e as mãos abertas, gesticulando para que elas parem. Esse alguém é o presidente FHC. Diante de tantas pessoas vindas em sua direção, FHC está tenso e assustado, com o rosto suando. Com a charge, o MST procurava representar que o presidente era o defensor do neoliberalismo no Brasil e que se tornava um obstáculo frente aos trabalhadores.

Mas, porque o Movimento representava FHC como neoliberal? Quais aspectos e ações de seu governo que o caracterizavam com esse rótulo? De fato, as ações do presidente eram de cunho neoliberal? Será que FHC se considerava neoliberal? Entre o primeiro e o segundo mandatos do presidente, diversos estudiosos publicaram textos qualificando o governo FHC como neoliberal. Entre esses está o livro organizado por Ivo Lesbaupin, intitulado *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*⁴⁹⁰. Algumas revistas científicas como *Tempo Social*⁴⁹¹ e *Praga*⁴⁹² também lançaram dossiês específicos com textos que buscavam traçar o

⁴⁹⁰ LESBAUPIN, Ivo. *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁴⁹¹ *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, fevereiro de 2000.

⁴⁹² *Praga* – estudos marxistas. São Paulo. Editora Hucitec. nº 2, 1998.

perfil do governo FHC. Após os seus dois mandatos, além dos textos citados, inúmeras teses, dissertações, livros e artigos científicos se debruçaram a entender o governo FHC e suas orientações políticas e econômicas⁴⁹³.

Talvez, o livro que tenha sido mais incisivo na classificação de FHC e seu governo como neoliberais foi: *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. A obra foi escrita com um objetivo: deslegitimar e denunciar as ações políticas e econômicas do governo FHC, em seu primeiro mandato. Com contribuição de diversos autores e reflexões sobre várias áreas tais como: Constituição; política econômica; distribuição de riqueza e renda; seguridade social; produção e emprego; educação; políticas públicas para o campo; mídia, dentre outras, o livro enfatiza a visão de que FHC e seu governo *quase* desmontaram o país em prol dos assuntos que interessavam às elites, mas iam contra os trabalhadores. Apesar de ter um direcionamento quanto às reflexões, o livro se torna interessante para se compreender o funcionamento e o perfil político e econômico do governo FHC. O *desmonte* ao qual se refere o título se iniciou com o governo Collor na década de 1990 e se ampliou com FHC, a partir do desenvolvimento do ideário neoliberal.

Na seção *Estudo*, da edição de maio de 1995 do jornal, o MST elenca as “propostas neoliberais do governo FHC” para o Brasil. Essas “propostas” giravam em torno da ação do presidente de enviar para o Congresso emendas visando mudanças na Constituição. As emendas deveriam ser apreciadas e votadas, em separado, pelos deputados e senadores, tendo como requisito para sua aprovação o voto favorável de 3/5 de todos os deputados e senadores. As mudanças, até aquele momento, propunham alterações quanto à previdência social; quebra do monopólio do petróleo; privatizações das telecomunicações e companhias mineradoras; desnacionalização de transportes nos rios do país e introdução do Exame Nacional dos Cursos Superiores. O MST era contrário às propostas citadas e criticava o governo por “apenas abrir as portas de nossa economia aos interesses internacionais”⁴⁹⁴. Nas representações do MST, FHC estava aliado às multinacionais e não queria resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil.

⁴⁹³ Dentre eles, destaca-se: FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004; FAUSTO, Sérgio. *Modernização pela via Democrática*. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 467-566; NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; PAULINO, Luís Antonio. *O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002)*. In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 281-309; SALLUM JR, Brasílio. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 23-47, fevereiro de 2000; _____. *A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 405-437.

⁴⁹⁴ As propostas neoliberais do governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1995, ano XIV, n. 147, p. 3.

As mudanças de artigos da Constituição realizadas por FHC e seu governo foram muito debatidas e criticadas pelo MST. No caso, a partir de suas alianças políticas, em especial, com o PFL e parte substancial do PMDB, a maioria parlamentar estava garantida para aprovar as emendas que fossem necessárias às pretensões do governo. Na visão de Marcos Nobre, a composição e as alianças entre PSDB, PFL e PMDB se caracterizavam como a “aliança do real”. Sendo assim:

[...] o Governo FHC pôde implantar uma estratégia de gerenciamento político em que demarcou previamente os limites das negociações no Legislativo, excluindo, de um lado, o cerne do plano de estabilização e, de outro, concentrando no Congresso os procedimentos de sintonia fina, as compensações, negociações ou recuos das iniciativas tomadas, incluindo-se aí a barganha partidária e os movimentos dos diversos *lobbies* ali representados⁴⁹⁵.

No que tange às mudanças constitucionais realizadas no governo FHC, Fábio Konder Comparato compreende que a “alma” da Constituição estava morrendo. Além disso, faz questão de nomear os “assassinos”: “É o conjunto dos poderes da República, sem exceção alguma: o executivo como autor principal, eficazmente acolitado pelo Congresso Nacional; os tribunais superiores, liderados pelo Supremo, com o acumplicimento solícito do Procurador-Geral da República”. Nessa direção, elenca que a Constituição, para o Congresso Nacional, valia “menos que uma lei ordinária”. Para Comparato, o presidente FHC, além de ter o poder absoluto, também foi legislador: “o volume de medidas provisórias editadas e reeditadas, a maior parte delas sem a menor relevância ou urgência, já ultrapassa largamente o número de leis votadas pelo Congresso Nacional, desde a promulgação da Constituição”. Ainda, segundo o autor: “mais de 80% dos projetos de leis aprovadas pelo Congresso foram de iniciativa do Presidente da República”⁴⁹⁶.

Argelina Figueiredo, Fernando Limongi e Ana Luiza Valente também analisam que, no governo FHC, funcionou um sistema decisório que se caracterizava pela forte concentração de poder nas mãos do presidente e dos líderes partidários no Congresso. Considerando a *governabilidade*, os parlamentares faziam valer a agenda do legislativo e do executivo. Assim, “o governo Fernando Henrique Cardoso foi dotado de alta capacidade decisória. O sistema institucional em que se apoiava garantia a dominância do Executivo na

⁴⁹⁵ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, p. 87.

⁴⁹⁶ COMPARATO, F. K., *Réquiem para uma Constituição*, p. 16-20.

produção legal e um alto grau de sucesso na aprovação de sua agenda legislativa”⁴⁹⁷. As decisões se restringiam aos parlamentares e ao executivo, não havendo diálogo com a sociedade.

Ao propor mudanças na Constituição, FHC e sua equipe de governo encapavam algo maior, uma *reforma de Estado*. Como programa de governo, essa reforma tinha como questão central o desmonte do *modelo nacional-desenvolvimentista*. Ou, como disse Brasílio Sallum Jr., o rompimento com a “era Vargas” e a ênfase ao “liberalismo econômico”. A *Era Vargas* – expressão metafórica de um sistema enraizado na sociedade e na economia que se perpetuou por mais de meio século na vida política brasileira –, teve início nos anos de 1930 e atingiu seu ápice nas décadas de 1940 e 1950. O Estado possuía o papel de “organizador” da sociedade brasileira e alavancava o capitalismo industrial no país. Isto é, o Estado era *desenvolvimentista*, central para o desenvolvimento do país, não tendo grandes interferências do capital internacional⁴⁹⁸. De forma resumida, Sallum Jr., destaca as principais ações do governo FHC que visavam a “liquidar” a *Era Vargas* e dar ênfase ao liberalismo econômico.

[...] o Governo Cardoso buscou com perseverança cumprir o propósito de liquidar os remanescentes da Era Vargas, pautando-se por um ideário multifacetado, mas que tinha no liberalismo econômico sua característica mais forte. Salvo engano, o núcleo dessa perspectiva pode ser resumido neste pequeno conjunto de preposições: o Estado não cumpriria suas funções empresariais, que seriam transferidas para iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul⁴⁹⁹.

Além de romper com o nacional-desenvolvimentismo, a reforma do Estado também era uma opção macroeconômica. FHC tinha uma concepção explícita de que o Brasil devia se *abrir para o mundo*. Nesse sentido, as reformas do Estado brasileiro atrelavam-se ao capitalismo mundial. Com as ações políticas e econômicas do governo FHC, Octavio Ianni, em entrevista a revista *Caros Amigos*, no final do segundo mandato do presidente, enfatiza que FHC havia transformado o Brasil “numa província do capitalismo mundial” e que o

⁴⁹⁷ FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F.; VALENTE, A. L., *Governabilidade e Concentração de Poder Institucional – o Governo FHC*, p. 50.

⁴⁹⁸ SALLUM JR, B., *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*, p. 25.

⁴⁹⁹ SALLUM JR, B., *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*, p. 31.

“neoliberalismo estava administrando o mundo”⁵⁰⁰. As observações de Ianni são pautadas na perspectiva de que FHC e seu governo romperam com um modelo de desenvolvimento nacional e abriram a economia do país para as corporações transnacionais; e essa opção deixaria a economia do país sob o jugo do mercado e do capital internacional. A concepção de “província” atestava que as grandes potências econômicas mundiais tinham uma relação de *domínio* sobre o Brasil.

A mudança de alguns artigos da Constituição visava à abertura da economia ao capital internacional, como por exemplo, inferir tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro (até então a Constituição dava tratamento diferenciado às empresas nacionais). De acordo com Vicente de Paula Faleiros, abriu-se a economia para o capital estrangeiro a partir do “marco legal constitucional”⁵⁰¹. A abertura econômica se pautava, sobretudo, na *estabilidade econômica*.

Aliás, devido às experiências traumáticas de hiperinflação dos governos anteriores, no governo FHC, diversas ações e questões (tanto boas como ruins) eram explicadas e legitimadas em nome da estabilidade econômica, ou do Plano Real⁵⁰². A abertura econômica foi sustentada basicamente pela alta dos juros e pela taxa de câmbio, no qual o valor do Real foi semelhante e, em alguns momentos, até maior que o dólar. Para se ter uma noção, nos primeiros seis meses do governo FHC, o Real chegou a valer mais que o dólar. Essa ação, de início, foi útil para derrubar a inflação e colocá-la em trajetória de queda.

No que se refere ao cerne do Plano Real, conforme Paul Singer, ele alcançou pleno êxito, pois seu grande efeito foi o “fim daquela inflação imensa, que destruía a memória dos preços do consumidor, tornava todos os mercados monopólicos e impunha aos brasileiros total insegurança quanto ao valor de seus rendimentos, despesas, créditos e débitos”⁵⁰³. O sucesso do Plano Real fez com ele passasse a ser considerado uma espécie de “vaca sagrada” da política econômica brasileira. “Sua preservação passou a razão de ser da política macroeconômica de todos os governos seguintes”⁵⁰⁴. Ressalta-se que, ao priorizar a estabilidade econômica e a abertura do país ao capital internacional, outras questões

⁵⁰⁰ IANNI, O., *Esse governo fez do país uma província do capital mundial*, p. 30-31.

⁵⁰¹ FALEIROS, V. de P., *A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do Governo Lula*, p. 40.

⁵⁰² Sobre o Plano Real e o Governo FHC, ver: PAULINO, Luís Antonio. O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 281-309; SINGER, Paul. A Raiz do Desastre Social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 25-44.

⁵⁰³ SINGER, P., *A Raiz do Desastre Social: a política econômica de FHC*, p. 32-33.

⁵⁰⁴ PAULINO, L. A., *O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002)*, p. 286.

relevantes para o desenvolvimento do país ficaram em segundo plano, por exemplo: emprego, crescimento, distribuição de renda. Em algumas áreas, como a de geração de empregos, os efeitos da política macroeconômica foram perversos, gerando muitas críticas ao governo. No transcorrer desse capítulo serão abordados alguns desses efeitos.

Algo muito debatido e criticado pelo MST foi a política de privatizações do governo. Na perspectiva do MST, as privatizações foram consequências do modelo neoliberal de FHC, que entregou o patrimônio público para os grupos econômicos internacionais. Conforme o Movimento, avaliando as ações do governo, “privatizar tornou-se uma palavra mágica para resolver os problemas do país. Na verdade, todos estavam fazendo o jogo das multinacionais e do governo, contra os interesses do povo”⁵⁰⁵. Ao longo dos mandatos do presidente, o Movimento utilizava de forma recorrente o *Jornal Sem Terra* para lembrar os leitores que FHC estava *entregando* o patrimônio público aos grandes grupos internacionais.

Na capa do jornal, da edição de agosto de 1998, estampava-se: *FHC entrega a Telebrás ao capital estrangeiro*⁵⁰⁶.

Imagem 22 - *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1998, p. 1.



Editor responsável: Nilton Viana

⁵⁰⁵ Um Governo cada vez mais antipopular. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1995, ano XIV, n. 148, p. 2.

⁵⁰⁶ FHC entrega a Telebrás ao capital estrangeiro. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1998, ano XVII, n. 181, p. 1.

Com a observação da capa exposta, nota-se, após 17 anos de existência, o desenvolvimento considerável na editoração/diagramação do *Jornal Sem Terra*. Semelhante à manchete na capa, frases como “os neoliberais querem destruir o patrimônio brasileiro” eram recorrentes nos editoriais e matérias do periódico. Esse discurso sempre se repetia no jornal, não trazendo novos elementos quanto ao tema. O presidente era visto como “entreguista” e “irresponsável”, e que colocava em jogo a soberania nacional. Sobre a privatização da Telebrás (Telecomunicações Brasileira), o Movimento salienta:

O Governo FHC, dando prosseguimento à sua política econômica de abrir o mercado brasileiro e entregar as empresas estatais aos capitalistas estrangeiros, privatizou a Telebrás – maior empresa estatal do país. O leilão aconteceu em 29 de julho, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Sem ouvir o povo brasileiro, FHC bateu o martelo e revelou, mais uma vez, a verdadeira cara do seu Governo totalmente comprometido com as elites internacionais. Traiu mais uma vez os interesses populares e nacionais. Os grupos estrangeiros, especialmente os espanhóis, portugueses e americanos abocanharam a maior fatia na privatização⁵⁰⁷.

A política de privatizações de FHC, nas representações do MST, teria a ver com o comprometimento do presidente “com as elites internacionais”. Ao abrir a economia para o capital internacional e *entregar* o patrimônio público, FHC traía o povo e confirmava a face do seu governo: *elitista*. A privatização, por exemplo, da empresa mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no dia 06 de maio de 1997, gerou repercussão nacional, pois se tratava de uma empresa histórica e considerada uma joia do patrimônio público brasileiro, fundada em 1942, no governo de Getúlio Vargas. O MST e outros movimentos sociais fizeram manifestações nas ruas contra a privatização da Companhia e, no dia de sua privatização, cerca de cinco mil manifestantes contrários à privatização foram às imediações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro protestar. Na ocasião, houve momentos de tensões e confrontos entre parte dos manifestantes com cerca de seiscentos policiais militares que faziam a segurança do local.

O PT, o PDT e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) chegaram a mover ações judiciais contra a privatização da empresa, alegando inconstitucionalidade no ato, pois se baseava em uma Medida Provisória que autorizava a venda de até 100% do controle das empresas privadas para estrangeiros. Os partidos contrários à privatização alegavam que a regulamentação desse processo deveria ser feita por Emenda Constitucional e não por um

⁵⁰⁷ Governo privatiza a maior estatal do país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1998, ano XVII, n. 181, p. 13.

decreto do presidente da República. Mesmo diante de tantas manifestações contrárias, seja nas ruas, seja por meio de ações judiciais, a CVRD foi vendida. No *Jornal Sem Terra* foram constantes as denúncias e críticas em torno da privatização da CVRD⁵⁰⁸. Um mês após a venda da Companhia, o título do editorial do periódico era: *A cara desse governo*. Privatização caracterizava a face de FHC e seu governo.

Na propaganda escandalosamente enganosa, o governo afirmava que a venda da Companhia Vale do Rio Doce traria maiores recursos para a área social. Agora, depois de vender a Vale, os partidos que dão sustentação a FHC dizem nos meios de comunicação que o país vai mal porque o governo gasta mais do que arrecada e que os responsáveis por esses gastos são os funcionários públicos. Daqui a pouco restará, como única alternativa, culpar o povo brasileiro⁵⁰⁹.

O Movimento explicitava que as privatizações, de uma maneira geral, não traziam benefícios para a área social, conforme divulgado pelo governo. Pelo contrário, estava havendo uma verdadeira *mutilação* do patrimônio público em favor dos grupos econômicos internacionais. Assim, a Direção Nacional do MST questionava: “Quem ganhou a Vale do Rio Doce?”. O termo “ganhou” revela que a CVRD foi, de certa forma, *dada* ao Consórcio⁵¹⁰ que adquiriu sua compra, pois o valor da venda foi abaixo do que os especialistas no ramo previam⁵¹¹. Para o MST, esse processo revelava “a grande aliança que representa o governo FHC, pois os compradores/ganhadores conformam um consórcio que junta o capital financeiro brasileiro (Bradesco), os bancos estrangeiros e multinacionais e o grande capital nacional”⁵¹². A expectativa da Direção Nacional do MST era que a privatização da Vale do Rio Doce fosse revista e ela voltasse a ser patrimônio público, o que não aconteceu.

Outra ação do governo FHC que gerou muitas críticas do MST foi a aprovação da flexibilização do monopólio do petróleo da União. Isto é, a possibilidade de empresas

⁵⁰⁸ Destacam-se as matérias: A Vale não se vende. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1996, ano XV, n. 164, p. 3; MST se mobilizará contra a privatização da Vale. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 1997, ano XV, n. 165, p. 13; Cresce a mobilização da sociedade. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 1997, ano XVI, n. 166, p. 16; Privatização da Vale: a negociata do século. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 1997, ano XVI, n. 166, p. 17; Crescem mobilizações contra privatização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1997, ano XVI, n. 168, p. 18.

⁵⁰⁹ Em defesa da Petrobrás. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1998, ano XVI, n. 177, p. 9.

⁵¹⁰ A CVRD foi adquirida pelo *Consórcio Brasil*, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional, do empresário Benjamin Steinbruch.

⁵¹¹ O Consórcio que adquiriu a CVRD pagou o valor de R\$ 3.338.178.240,00. De acordo com uma reportagem do jornal *Brasil de Fato*, assinada por Maíra Kubík Mano, a estimativa era que a empresa valia perto de R\$100 bilhões. Ver: MANO, Maíra Kubík. Justiça reconhece fraude na privatização da Companhia Vale do Rio Doce. *Brasil de Fato*. 18 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13191>. Acesso em: 18/04/2014, às 11h14min.

⁵¹² Quem ganhou a Vale do Rio Doce? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 13.

internacionais gerirem e atuarem em plataformas e refinarias da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S. A.). Em março de 1998, na seção do jornal intitulada *Projeto Popular para o Brasil*, o Movimento publicou um texto do engenheiro da Petrobrás, José Conrado de Souza, sobre essa questão. O discurso do engenheiro vai ao encontro do que o MST queria representar aos seus integrantes, por isso sua publicação foi de interesse da Direção Nacional. Nele, Souza destacava: “o monopólio do petróleo sempre foi da União. É do Estado brasileiro. Ele é seu. É do cidadão. É de 160 milhões de brasileiros. É nosso, de nossos filhos, de nossos netos. Temos a obrigação de deixar para eles um país rico e não uma terra saqueada”⁵¹³. Contudo, FHC, com suas políticas de privatização, “destruía” as empresas nacionais. Acompanhando o texto, a charge de autoria de Luscar representava a relação de FHC com as empresas brasileiras.

Imagem 23 – Em defesa da Petrobrás



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1998, ano XVI, n. 177, p. 9.

A charge é bem elucidativa quanto às representações do MST sobre FHC e as privatizações em seu governo. Na imagem, FHC, com a faixa de presidente, um *sorriso amarelo* (meio acanhado), braços estendidos para frente, diz, diante de um homem, o seguinte: “O petróleo é vosso!”. A posição dos braços estendidos para frente indica que FHC está *entregando* o patrimônio nacional aos grupos estrangeiros. O homem à frente de FHC, fumando um charuto e esboçando um sorriso sarcástico, de satisfação, representa uma

⁵¹³ Em defesa da Petrobrás. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1998, ano XVI, n. 177, p. 9.

multinacional do EUA, haja vista que usa uma cartola (símbolo do *Tio Sam*) e veste roupas listradas (alusão à bandeira do país).

Algo implícito na charge e que se torna relevante para pensar nas concepções ideológicas do MST é o fato de FHC estar dizendo ao *capital internacional* que o petróleo (empresa nacional) é “vosso”, dele. Ou seja, não era “nosso”, do povo brasileiro. Para o MST, as privatizações eram inconcebíveis, ou como disse Comparato, em entrevista à revista *Caros Amigos*: FHC cometia um “crime de lesa-pátria” ao Brasil⁵¹⁴. O presidente agia de forma contrária aos interesses do país, privilegiando grupos econômicos internacionais. Na perspectiva da Direção Nacional do Movimento, patrimônio nacional era do povo e sendo do povo não deveria ser explorado por empresas estrangeiras. Nota-se, então, uma *visão nacionalista* do MST – o capital internacional não devia interferir no gerenciamento e desenvolvimento interno do país. Ainda sobre a charge, FHC é personificado como o presidente que *entregava* o patrimônio público às elites econômicas internacionais. A ação era do governo, mas é FHC quem aparece personificado na charge.

Enquanto o MST representava as privatizações como o ato de *entregar* o patrimônio público ao capital internacional, o que era considerado um absurdo e um crime contra o país, o presidente justificava as ações do seu governo como necessárias para o desenvolvimento do Brasil. Em entrevista concedida a Álvaro Pereira, realizada no final do seu segundo mandato⁵¹⁵, FHC observava que as privatizações se deram porque “o Estado não tinha recursos para ampliar os investimentos nos setores básicos” e o Brasil necessitava “expandir sua infra-estrutura, modernizar-se, adquirir novas tecnologias. Ao mesmo tempo, era preciso evitar que a dívida explodisse”. Nesse sentido, o presidente não tinha dúvida quanto aos benefícios das privatizações e as encarava como se elas fossem a *solução* para alguns setores no país.

À parte os ruídos de origem política, a privatização foi tranquila, limpa, feita absolutamente dentro das regras do mercado. Tudo que se diz maldosamente a respeito é exploração política, porque não tem nada a ver com a privatização em si. Tem a ver com operações em setores privados, e não do Estado, que só ganhou nesse processo. A Rede Ferroviária Federal, por exemplo, que se considerava inviável, impraticável, impossível, não só foi privatizada como está sendo revitalizada. Depois de anos, décadas de desleixo, a Rede de Ferroviária hoje só funciona graças à privatização⁵¹⁶.

⁵¹⁴ COMPARATO, F. K. *Uma aula de democracia*, p. 33.

⁵¹⁵ Nessa entrevista não foi abordado o tema reforma agrária e MST, o que demonstra por parte do entrevistador e entrevistado uma fuga e negação sobre o tema, que, na época, teve grande repercussão nacional.

⁵¹⁶ CARDOSO, F. H. *Entrevista*, p. 284.

É sintomático, nas palavras de FHC, que as privatizações eram estratégicas em seu programa de governo. Ao dizer que elas foram “tranquilas” e realizadas a partir das “regras de mercado”, o presidente confirma sua crença na iniciativa privada, em especial, na atração de capitais estrangeiros e na competição internacional. Ou seja, a abertura econômica centrava-se nos moldes do capitalismo internacional, ideia que o presidente defendia ainda nos tempos em que se dedicava à academia. FHC foi enfático ao dizer que o Estado “só ganhou nesse processo”, e que algumas áreas e setores só funcionavam “graças à privatização”.

O programa de privatizações de FHC também foi estratégico para o rompimento do modelo nacional-desenvolvimentista, as empresas nacionais deixaram de ser os pilares do desenvolvimento nacional, como na *Era Vargas*. No governo FHC, o Estado deixava “de ser fundamental, pois o fundamento é mesmo o mercado. Cabe-lhe apenas um papel complementar”⁵¹⁷. O Estado devia se “concentrar na preservação da concorrência, através da regulação e fiscalização das atividades produtivas, principalmente dos serviços públicos (mas não estatais)”⁵¹⁸. Assim, criaram-se as Agências Reguladoras, como: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dentre outras.

Ao estimular o investimento do capital privado no país, o governo FHC diminuía o papel do Estado na economia, transformando-o em um agente do mercado internacional. Nessa perspectiva, a política econômica não favorecia os interesses nacionais, o que colocava o conceito de *soberania nacional* em segundo plano, de acordo com Faleiros. “O conceito e a implementação da soberania nacional, enquanto capacidade do Estado em definir seu próprio destino de acordo com os interesses de seus cidadãos e através do processo de representação por estes estabelecido, foi posto em segundo plano”⁵¹⁹. Ainda sobre as privatizações, um dos discursos do governo era o de que os recursos arrecadados seriam utilizados para lutar contra o *déficit*, ou seja, para amortizar a dívida pública. Contudo, do ponto de vista macroeconômico, nada mudou. Pelo contrário, o *déficit* público aumentou, tanto o da União, quanto o dos estados e municípios⁵²⁰.

⁵¹⁷ FALEIROS, V. de P., *A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do Governo Lula*, p. 51.

⁵¹⁸ SALLUM JR, B., *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*, p. 33.

⁵¹⁹ FALEIROS, V. de P., *A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do Governo Lula*, p. 42.

⁵²⁰ Sobre essa questão, ver: SINGER, Paul. A Raiz do Desastre Social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 25-44; FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004; FAUSTO, Sérgio. Modernização pela via Democrática. In: FAUSTO, Boris. *História*

Por essas opções políticas e econômicas, o governo FHC foi considerado de caráter neoliberal. Sallum Jr. visualiza que, no governo FHC, houve uma “adoração” ao neoliberalismo como eixo de sua política macroeconômica⁵²¹. Outros autores já citados como Singer, Paulino, Faleiros, Nobre, dentre outros, também entenderam que FHC optou e desenvolveu as políticas neoliberais no Brasil. Todavia, para outros estudiosos, o presidente não privilegiou o neoliberalismo como política macroeconômica.

Sergio Fausto, por exemplo, entende que as medidas de FHC foram para “blindar” a área econômica contra as pressões políticas. Em sua visão, o presidente adotou uma “agenda liberal”, com uma orientação “socialdemocrata”. Esse liberalismo era brando e restrito às formas de participação do Estado na economia, “não implicando a reorganização (e redução) dos serviços sociais prestados pelo Estado, como tipicamente ocorreu na Inglaterra, sob os governos de Margareth Thatcher”. Assim, para o governo, “tratava-se de reduzir o peso da intervenção direta do Estado na economia para fortalecer a sua capacidade de atuação na área social”. Nesse sentido, Fausto destaca que a “oposição” é que rotulava FHC como *neoliberal* e que, na tradição política brasileira, pesava sobre o liberalismo a ideia de que este era insensível às causas sociais e estava associado apenas aos interesses dos grandes grupos estrangeiros. O autor observa que as oposições, em especial, o PT, exploravam esses elementos para descaracterizar o governo FHC, como se fosse um governo neoliberal e submisso aos interesses de empresas e bancos internacionais⁵²². Enfim, na compreensão de Fausto, FHC não vestiu o “figurino neoliberal” e nem foi submisso aos interesses estrangeiros.

Alain Touraine, sociólogo francês mundialmente conhecido, também teve uma visão distinta de tantos outros intelectuais brasileiros sobre FHC e seu governo. Em seu texto publicado na revista *Tempo Social*, avisa prontamente aos leitores que suas concepções poderiam surpreendê-los, pois eximiam FHC de muitas críticas pelas quais o presidente era *bombardeado*, como o fato de ele “ter abandonado suas ideias” e ter “aceitado a ditadura do mercado”. Para Touraine, era um erro criticar FHC por esse viés. O autor visualiza também o governo FHC como positivo para o país, sobretudo, no que se refere à consolidação da democracia.

do Brasil. 14ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 467-566; NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁵²¹ SALLUM JR, B., *O Brasil sob Cardoso*: neoliberalismo e desenvolvimentismo, p. 23.

⁵²² FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 481-482.

Touraine entende como importante a reforma do Estado proposta por FHC, tocando em questões amplas como reforma da previdência e do funcionalismo público de maneira geral. Defende que FHC não era um neoliberal, posto que o Brasil voltava-se muito mais para si do que para o estrangeiro. Nessa perspectiva, explica que, no contexto em que FHC governou o país, foi “obrigado a levar uma política técnica que, de fato, deixava para mais tarde o tratamento dos grandes problemas sociais”⁵²³. Ou seja, justifica o fato de o governo FHC não ter dado tanta atenção à questão social do país, uma vez que o momento era técnico, de estabilização da economia. Touraine visualiza FHC como o presidente que introduziu um “novo Brasil” no cenário internacional.

E o presidente? Ele se considerava neoliberal? Na entrevista concedida a Álvaro Pereira, FHC sublinha que as modificações constitucionais se fizeram necessárias para dar “um sinal de contemporaneidade ao Brasil”. E, o programa de estabilização da economia de seu governo foi indispensável para colocar o Brasil “em ordem”. Caso se analisem as ideias do presidente sob o prisma do pesquisador acadêmico, tais questões não são surpresa, pois FHC nunca escondeu seu apoio ao desenvolvimento do país nos moldes capitalistas, caracterizados pela abertura da economia ao mundo globalizado e pelo incentivo à competitividade. Sobre o rótulo de neoliberal, FHC o refuta, e elenca que seu governo não foi neoliberal e nem destruiu o Estado. Assim, disse: “essa coisa que falavam de que o governo era neoliberal, e nem falam mais porque não é verdadeiro. Eu dizia sempre: “Neobobismo” porque? Porque nós nunca destruímos o Estado. Nós reconstruímos o Estado mais apto”⁵²⁴. Esse “Estado mais apto” de que fala o presidente é o “Estado moderno”, integrado ao mundo e mercado globalizados. FHC se considera *moderno e contemporâneo*, e não *neoliberal*.

Mudanças em artigos na Constituição, privatizações e abertura do país ao mercado internacional são representadas pelo MST como uma estratégia dos grupos dominantes, com o apoio de FHC, para fortalecer o neoliberalismo no Brasil. No transcorrer dos dois mandatos do presidente, o MST teceu críticas ao neoliberalismo e o representava como um inimigo dos trabalhadores, logo, um projeto das elites (nacionais e internacionais). O interessante nesse *projeto das elites*, representado pelo MST, era que o Brasil ocupava um papel de *submisso*. Isto é, não tinha o controle e autonomia sobre suas opções políticas e econômicas.

Em diversos textos do *Jornal Sem Terra* há escritos denunciando que FHC não tinha controle sobre a política brasileira e que o país ficava à mercê dos grupos econômicos

⁵²³ TOURAINE, A., *O Campo Político de FHC*, p. 13-21.

⁵²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: PEREIRA, Álvaro. *Depois de FHC*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 283-294.

internacionais. No editorial de outubro de 1998, cujo título é: *A ditadura moderna do governo FHC*, a Direção Nacional do Movimento relata que, com FHC, o Brasil “estava de joelhos, submisso aos interesses do capital internacional e financeiro”. Por esse viés, o presidente demonstrava “como perdemos nossa soberania nacional” que levava “a economia ao caos”⁵²⁵. A charge desse editorial representa que essa “ditadura moderna do governo FHC” foi construída pelos grupos econômicos internacionais, em especial, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Imagem 24 – A ditadura moderna do governo FHC



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 2.

A publicação desse editorial ocorreu após as eleições presidenciais de 1998, nas quais FHC se reelegeu ainda no primeiro turno. Para o Movimento, FHC se reelegeu de forma “roubada”, devido às falcatruas do presidente e sua equipe de governo. Assim, dizia: “A forma com que o governo ganhou as eleições lhe tirou a credibilidade e legitimidade. Ganharam a taça, mas com um pênalti roubado!”. A comparação com um jogo de futebol, talvez, tenha sido pelo fato de em 1998 haver ocorrido a Copa do Mundo de Futebol, realizada na França. Acrescente-se que a aprovação pelos parlamentares da Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, que autorizava a reeleição para cargos do executivo foi representada pelo MST como “mais uma manobra imperialista”, é o que diz o editorial de janeiro de 1997. Essa “manobra imperialista” era arquitetada pelos EUA e por FHC; *submisso*, apenas seguia as orientações como um *fantoche*. Para o MST, o imperialismo

⁵²⁵ A ditadura moderna do Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 2.

(EUA) ditava “as normas de funcionamento dos regimes políticos dos países do terceiro mundo de acordo com as conveniências econômicas e políticas”⁵²⁶.

A charge mencionada, de autoria de Luscar, traz a representação do Brasil como um país sem autonomia para traçar seus próprios caminhos. Nela, dois personagens comemoram as eleições presidenciais de 1998: FHC (presidente eleito) e um representante do capital internacional. Esse representante internacional é associado ao EUA, como se pode perceber pela cartola, que lembra o *Tio Sam*, e por sua vestimenta, que faz alusão à bandeira do país. Com seu cigarro na boca, braço esquerdo levantado e com os dedos simbolizando o “V” (de vitória), o representante do capital internacional revela um olhar de muita felicidade. Ao contrário, FHC, que também faz um gesto que simboliza o “V” da vitória, expressa uma aparência de *vergonha* perante a situação. Em sua face há um *sorriso amarelo* (falso), indicando certa tensão. O contraste de feição entre os dois personagens na imagem se refere ao fato de eles estarem envolvidos na mesma faixa de presidente em que se vê a sigla *FMI*. FHC e o representante do capital internacional estão *amarrados* na mesma faixa, o que significa que os dois *governariam* o país.

A sigla FMI na faixa presidencial era pelo fato de essa organização internacional, criada em 1944 e com sede em Washington, nos Estados Unidos, ter tido grande influência nas questões econômicas e financeiras do Brasil. O Governo FHC recorreu algumas vezes a essa organização para solicitar empréstimos⁵²⁷. O FMI regulava e atuava diretamente no funcionamento do sistema financeiro mundial, em especial, nos países tidos como *periféricos*. Por mais que fosse uma organização internacional, o EUA tinha proeminência nas decisões que envolviam as ações do FMI e, na representação do MST, integrado ao FMI, o Brasil se tornava *dependente* e *submisso*. Ainda sobre a charge, no lado direito da imagem e ao fundo dos personagens aparece um muro pichado com a seguinte frase: “O Brasil é nosso”. Logo abaixo há a assinatura do autor da frase: “Bill Clinton”, presidente dos EUA. Isto é, o Brasil

⁵²⁶ Reeleição: mais uma manobra imperialista. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 1997, ano XV, n. 165, p. 6. Em outros editoriais e matérias do *Jornal Sem Terra* havia textos criticando e denunciando FHC e seu governo por propor a reeleição para cargos do executivo. Para o MST, a reeleição foi “comprada” pelo governo FHC. Ou seja, a partir de negociações ilícitas, o governo comprou votos de parlamentares para aprovar a Emenda Constitucional que autorizava a reeleição. Em matéria publicada na edição de junho de 1997 do *Jornal Sem Terra*, o Movimento dizia que o “presidente pagou caro pela reeleição” (p. 10), e denuncia o *suposto* esquema da compra de votos. O presidente FHC defendeu que o tema da *reeleição* foi decidido em 1997 e que todas as pesquisas de opinião eram favoráveis. Em suas palavras: “a tese da reeleição era sustentada por todo mundo” (CARDOSO, 2002, p. 289). O presidente negou veemente que a suposta compra de votos era invenção da oposição e dos contrários a proposta.

⁵²⁷ Ver: NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; PAULINO, Luís Antonio. O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

era dos EUA, ou melhor, os EUA eram quem decidiam os caminhos e decisões macroeconômicas do país.

Outra charge significativa sobre a submissão de FHC aos grupos econômicos internacionais, em especial, ao FMI, foi publicada no editorial de abril de 1999.

Imagem 25 – FHC: um governo sem moral



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1999, ano XVII, n. 188, p. 2.

De início, destaca-se a carga intensa de humor e ironia que contém a charge, cujo autor é Luscar. O editorial que ela ilustrava tinha o seguinte título: *FHC: um governo sem moral*. Esse editorial faz análise crítica do Governo, apontando as privatizações, o arrocho salarial do funcionalismo público, os cortes para área social e as restrições de direitos trabalhistas como frutos do modelo neoliberal. A tal “modernidade” ou “utopia viável” que FHC defendia, para o MST, era crise e caos social, pois estava alicerçada na submissão ao FMI e ao capital internacional. O presidente é representado como líder de um “governo sem moral”⁵²⁸.

O cenário da charge é Brasília, Capital Federal, como se pode observar ao fundo o *templo* do Congresso Nacional. Em uma sala, provavelmente, no gabinete da presidência, um homem sentado e fumando um cigarro, representando o FMI/EUA, dava instruções para o *office boy*: “depois do BB você passa na caixa. E nada de fazer hora na rua”. A ironia na charge estava na representação de que o *office boy* era o presidente FHC. Com uma vestimenta *descolada* (jovem e informal), boné virado para trás, tênis e uma pasta debaixo do

⁵²⁸ FHC: um governo sem moral. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1999, ano XVII, n. 188, p. 2.

braço direito, FHC escutava atentamente as orientações. A cena é típica de um jovem *office boy* que escuta as orientações de seu *patrão*. No caso, o patrão de FHC era o FMI/EUA. Explicitamente, o MST aponta que FHC não governava o país, pois quem ditava as ordens era o FMI/EUA. FHC não passava de um *empregado* do capital internacional no Brasil.

Outro tema que gerou repercussão no período em que FHC governou o país foi à adesão do Brasil à *Área de Livre Comércio das Américas* (Alca). O projeto da Alca foi proposto para os países da América do Sul em 1994, pelo EUA. A ideia era unir os três blocos das Américas e construir uma área de livre comércio entre elas. A partir de 1997 o projeto ganhou força no Brasil, com simpatia de FHC e de sua equipe de governo. Na compreensão do MST, a adesão do país à Alca tinha interesses bem evidentes: beneficiar a economia norte-americana e consolidar o domínio dos EUA na América Latina. A partir de 2001, foram publicados alguns editoriais e diversas matérias explicando as consequências para o Brasil, caso o país assinasse o acordo da Alca.

Todo mundo sabe que a Alca interessa apenas para a economia norte-americana e para as multinacionais que querem transformar o mercado latino americano em um território livre para si, e proteger-se da concorrência da Europa e da Ásia, onde os Estados Unidos perdem sempre⁵²⁹.

O governo do Estados Unidos fará de tudo para manter sua ofensiva militar, política, ideológica e econômica, usando a guerra e inclusive o terrorismo de Estado para manter a hegemonia de suas empresas no mundo. Para nós, da América Latina, essa ofensiva vem através do Plano Alca⁵³⁰.

Todos sabem que a Alca é mais do que um acordo comercial. Ela é parte de um plano estratégico das multinacionais e do governo norte-americano para controlar nossas riquezas, nosso mercado, nossa economia, nossa moeda e nossa agricultura. Nessa mesma estratégia estão as pretensões dos americanos de tomarem conta da nossa Amazônia, começando pelo controle da base de Alcântara. Isso teria consequências gravíssimas na militarização da Amazônia e no controle da biodiversidade pelas empresas multinacionais norte-americanas⁵³¹.

Como se percebe, pelas citações apontadas, para o MST a Alca representava a expansão das influências e domínios das empresas multinacionais e do governo norte-americano na América do Sul. Não se tratava apenas de um “acordo comercial”, mas de uma estratégia de domínio sobre os países latino-americanos. Dizer não à Alca era palavra de

⁵²⁹ Alca é uma ameaça a soberania nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2001, ano XIX, n. 209, p. 2.

⁵³⁰ Lutas e mudanças em 2002. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2002, ano XX, n. 218, p. 2.

⁵³¹ Arregaçar as mangas contra a Alca. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2002, ano XX, n. 222, p. 2.

ordem na organização do MST. Em julho de 2002, através de uma charge⁵³² publicada no *Jornal Sem Terra*, junto à matéria *Vamos derrotar a Alca*⁵³³, a Direção Nacional do Movimento sintetiza o que representava a Alca para o Brasil.

Imagem 26 – Vamos derrotar a Alca



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2002, ano XX, n. 222, p. 8.

Essa charge foi publicada em virtude da realização do *Plebiscito Nacional da Alca*, realizado no ano de 2002, durante a Semana da Pátria (1 a 7 de setembro). O plebiscito foi organizado pela *Campanha Jubileu Sul/Brasil*, que era coordenada por mais de cem entidades nacionais, inclusive pelo MST. Na ocasião, 41.758 urnas recolheram os votos de 10.149.542 pessoas. O plebiscito contou com o trabalho voluntário de mais de 150 mil pessoas, em 3.894 municípios (de um total de 5.550)⁵³⁴. O resultado do plebiscito foi: 98,35% dos votantes disseram *não* à Alca.

A charge mostra um homem com a boca aberta e aparentando estar muito faminto. Sua face é medonha. Esse homem é a representação do EUA, como se pode perceber por sua cartola listrada e com estrelas, o que faz alusão à bandeira norte-americana. Em suas mãos está sua comida, um alimento que tem o formato da bandeira do Brasil. Essa charge remete à

⁵³² Não há assinatura na charge. No *Expediente* do jornal são mencionados dois colaboradores: Maringoni e Letícia Barqueta. Nessa edição do periódico há outras charges, algumas assinadas por Maringoni e outras sem assinatura, todavia, não se pode afirmar que essa imagem seja deste autor. Também, que seja de Letícia Barqueta.

⁵³³ *Vamos derrotar a Alca*. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2002, ano XX, n. 222, p. 8.

⁵³⁴ Ver: *Plebiscito: mais de 10 milhões dizem não a ALCA*. Disponível em: <http://alainet.org/active/2564&lang=es>. Acesso em: 23/04/2014, às 10h05min.

imagem 18 (Porque os EUA querem impor o neoliberalismo na América Latina?), analisada anteriormente neste capítulo, cuja representação era que o EUA *devoraria* o Brasil. A charge agora analisada vai ao encontro da representação contida na charge/*imagem 18*, de que o EUA, a partir da Alca, *devoraria* o país. Ou seja, a Alca representava o *mal* para a América Latina.

Assinar o acordo da Alca significaria para o Brasil, na visão do MST, submeter-se ainda mais às empresas multinacionais e ao governo do EUA. Nesse sentido, tratava-se de uma questão de *soberania nacional*. Ao avaliar a implementação da Alca na América do Sul, Corazza mostra visão semelhante à do MST e entende que a Alca ameaçava os direitos democráticos e a soberania do país, haja vista que sua autonomia em questões econômicas e políticas poderiam ser questionadas. Sendo assim, colocava “em risco a condição de nação soberana, apta a desenvolver suas próprias leis e fazer suas opções econômico-sociais”. Em sua visão, se o acordo fosse assinado pelo Brasil, a Alca tornava “irreversíveis as políticas neoliberais implementadas na última década nos países da América Latina, que produziram perdas de direitos, aumento da miséria, desigualdades sociais, precarização do trabalho e do emprego em todo o continente”⁵³⁵.

Uma das imagens mais elucidativas quanto à representação de que FHC era submisso ao governo do EUA e aos interesses do capital internacional é a fotografia publicada na edição de agosto/setembro do jornal, cujo destaque da capa era a seguinte manchete: “O modelo econômico e o governo FHC estão falidos”⁵³⁶. Na seção *Projeto Popular para o Brasil*, o título da matéria que trazia a foto mencionada era: *Subserviência aos Estados Unidos*. A matéria elenca diversas questões negativas do Brasil desenvolvidas por FHC e seu governo: desmatamento da Amazônia, mudanças nos direitos trabalhistas, privatizações, empréstimos a empresas privadas, racionamento de energia, inflação, violência, desemprego, concentração da propriedade privada da terra, entre outras⁵³⁷.

⁵³⁵ CORAZZA, G., *O MST e um Projeto Popular para o Brasil*, p. 105.

⁵³⁶ O modelo econômico e o Governo FHC estão falidos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ago./set. de 2002, ano XXI, n. 223, p. 1.

⁵³⁷ Subserviência aos Estados Unidos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ago./set. de 2002, ano XXI, n. 223, p. 10.

Imagem 27 – Subserviência aos Estados Unidos



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ago./set. de 2002, ano XXI, n. 223, p. 10.

Essa fotografia, de autoria do repórter fotográfico Lula Marques⁵³⁸, foi produzida durante o encontro anual do G-8 (grupo dos oito países *autoproclamados democráticos*, que possuíam maiores níveis de industrialização e economias do mundo – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia), realizado entre os dias 18 e 20 de junho de 1999, em Colônia, Alemanha. Nesse encontro, FHC estava na condição de chefe de Estado convidado. Como se pode observar, a imagem foi recortada para dar maior destaque às figuras de Bill Clinton e FHC (ao centro). Ao lado direito de Clinton estava o primeiro ministro do Canadá (1993/2003), Jean Chrétien. Quando foi publicada, em 1999, essa

⁵³⁸ Devido a alguns desencontros de informações relacionadas à fotografia, entrou-se em contato direto com seu autor, Lula Marques, via rede social *facebook*, no dia 23 de abril de 2014. Por mais que a imagem tivesse ganhado repercussão nacional, sendo reproduzida em diversas mídias eletrônicas, as informações sobre ela eram escassas. A princípio, o contato com Lula Marques foi para confirmar se a fotografia era mesmo de sua autoria e em qual local fora produzida. De forma muito solícita e gentil, Lula Marques confirmou que a fotografia era dele, mas trouxe uma novidade sobre ela: sua produção foi na cidade de Colônia, na Alemanha, durante uma reunião do G-8, em 1999. Até então, as mídias eletrônicas que reproduziram a imagem diziam que a foto tinha sido tirada em um encontro do G-7, em Florença, na Itália. A partir desse ocorrido na pesquisa, destaca-se que o pesquisador necessita estar atento e problematizar as informações contidas nas mídias, se possível, entrecruzar a mesma informação em diferentes fontes. Do contrário, corre o risco de reproduzir e propagar informações distorcidas e que não correspondem às experiências históricas. Também, destaca-se que, no mundo contemporâneo, as tecnologias têm contribuído de forma significativa com os pesquisadores, no sentido de dinamizar suas práticas.

fotografia causou grande repercussão entre os críticos de FHC, que a reproduziram em diversas mídias eletrônicas/digitais⁵³⁹. O interessante é que essa foto não foi publicada nos grandes meios de comunicação, com circulação nacional.

Com essa imagem, publicada no final do último ano do segundo mandato de FHC, o MST reforça a representação de que o presidente era *submisso* ao governo dos EUA que, na imagem, aparece figurado em Bill Clinton. Em frente ao local que aconteceu o encontro, os chefes de Estado e demais participantes da reunião se descontraíam e se preparavam para *posar* para os fotógrafos da imprensa. O que chama atenção na imagem é a posição de FHC e a de Bill Clinton – o presidente brasileiro está dois degraus *abaixo* do norte-americano. As mãos de Bill Clinton nos ombros de FHC e a expressão feliz do presidente brasileiro, quase com a língua para fora da boca, representam para o MST a “subserviência” de FHC aos interesses do EUA e do capital internacional. A expressão de *boca aberta* do presidente leva à interpretação de que FHC estava *domesticado* pelo EUA, seguindo à risca suas ordens.

Por privilegiar o modelo político e econômico neoliberal e submeter-se aos interesses dos EUA e das multinacionais, o presidente FHC foi considerado sinônimo de *crise* pelo MST. As ações do presidente e de seu governo, conforme as representações do Movimento, geraram *caos social e corrupção*. Analisar essas representações será o desafio do próximo tópico.

3.2 “FHCrise”: caos social e corrupção

Ao privilegiar um *projeto das elites*, via ideário neoliberal, FHC também foi representado pelo MST como “antipopular” e “hipócrito”. Essas duas personificações permearam os editoriais e matérias relacionadas ao presidente durante seu governo. No editorial de junho de 1995, seis meses após a posse de FHC, o Movimento destaca: *Um governo cada vez mais antipopular*⁵⁴⁰. Para o MST, em nome do discurso da “modernidade”, o presidente mostrava sua face contra o *povo* e dizia com muita hipocrisia na imprensa que tudo estava indo bem⁵⁴¹. O Movimento afirmava que FHC não conseguiria agir com

⁵³⁹ Dentre elas, citam-se: <http://www.conversaafiada.com.br/politica>; <http://democraciapolitica.blogspot.com.br>; <http://spingovernante.blogspot.com.br/>.

⁵⁴⁰ Um governo cada vez mais antipopular. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1995, ano XIV, n. 148, p. 2.

⁵⁴¹ O rei FHC e a realidade. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1995, ano XIV, n. 149, p. 2.

hipocrisia por muito tempo, pois o “povo não fazia parte do seu projeto”⁵⁴². Enfim, como enfatiza o título do editorial de março de 2000: *FHC: um governo dos ricos*⁵⁴³. O entendimento do Movimento também era compartilhado por José Luís Fiori que, em seu texto, intitulado *Um Governo contra o povo e a nação*, traça o perfil de FHC como um presidente antinacional e antipopular⁵⁴⁴. Ou seja, um presidente que governava para as elites.

Por ser “dos ricos”, o presidente foi representado como um governante que instaurou a *crise* e o *caos social* no país. Essas representações sobre o presidente se concentraram mais no último ano do primeiro mandato (1998) e durante todo o segundo (1999-2002). O MST publicou nas edições diversas notas, editoriais e matérias enfatizando que FHC era sinônimo de *crise* e *caos social*, no sentido de que o presidente estava destruindo o Brasil. No editorial de setembro de 1998, o título é: *A crise tem nome: FHC*. E, acompanhando o editorial, há uma charge elucidativa sobre essa questão.

Imagem 28 – A crise tem nome: FHC



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1998, ano XVII, n. 182, p. 2.

No editorial citado, o MST faz um balanço do governo ressaltando que, passados quatro anos, FHC não havia olhado para as questões sociais que assolavam o país. Pelo contrário, o presidente só favorecia os interesses das elites brasileiras e do capital financeiro internacional. Assim elenca:

⁵⁴² O povo não faz parte do projeto de FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1999 e janeiro de 2000, ano XVIII, n. 196, p. 3.

⁵⁴³ FHC: um governo dos ricos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2000, ano XVIII, n. 198, p. 2.

⁵⁴⁴ FIORI, J. L., *Um Governo contra o povo e a nação*, p. 117-122.

Nesses quatro anos de governo, em nenhum momento, FHC favoreceu para que as grandes massas tivessem acesso à propriedade da terra, à educação e a empregos estáveis e com poder aquisitivo progressivo. Pelo contrário. Se governo se caracterizou pela intransigente defesa dos interesses das elites regionais, nacionais e do capital financeiro internacional⁵⁴⁵.

O MST enfatiza a situação complicada do país, com altos índices de desemprego, políticas para o campo “devastadoras” e quebra de empresas nacionais. A charge apresentada, de autoria de Luscar, representa bem isso. O contexto é o das eleições presidenciais de 1998; acima de um muro há um *outdoor* enorme com a imagem de FHC todo sorridente, o que indica uma posição de felicidade. Abaixo do *outdoor*, em uma calçada, há algumas pessoas, provavelmente, moradores de rua. No lado direito da imagem, um homem se embriaga; à esquerda, uma pessoa, com o braço estendido, num gesto de estar pedindo esmolas; e, no centro, duas pessoas – uma deitada e outra sentada na calçada. Essas pessoas simbolizam a miséria, o desemprego, o alcoolismo e a pobreza. A imagem do *outdoor*, na qual FHC está sorridente, contrasta com a miséria e a pobreza dos moradores de rua. Além disso, há um terceiro cenário na imagem – um homem em cima de uma escada pichando o *outdoor* da campanha do presidente, escrevendo: “FHCRISE”. O gesto de pichar a face de FHC remete à resistência e negação do MST sobre FHC, pois ele não representava credibilidade política para o Movimento, ou seja, não era ele o representante dos trabalhadores, nem tão pouco aquele que conduziria o país rumo ao seu projeto socialista e rumo à realização da reforma agrária.

O MST elenca ainda que FHC eximia-se de sua responsabilidade enquanto presidente ao dizer que “a crise era um fenômeno mundial e que ele (presidente) era a pessoa melhor preparada para enfrentá-la”. O Movimento ia contra o discurso de FHC e sublinhava que ele era responsável “pela gravidade da crise que se abatia sobre nossa economia”⁵⁴⁶. Entre 1998 e 2002 são diversas matérias, editoriais e manchetes publicadas no *Jornal Sem Terra* ressaltando a *crise* e o *caos social* do Brasil, tendo FHC como responsável. Dentre elas, cita-se: *Avança a crise no Brasil*⁵⁴⁷; *O Governo FHC é o caos social*⁵⁴⁸; *FHC quebrou o país*⁵⁴⁹; *A grave crise que se instala no Brasil*⁵⁵⁰; *A cada dia piora o Governo*⁵⁵¹; *A gravidade da crise*

⁵⁴⁵ A crise tem nome: FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1998, ano XVII, n. 182, p. 2.

⁵⁴⁶ A crise tem nome: FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1998, ano XVII, n. 182, p. 2.

⁵⁴⁷ Avança a crise no Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1999, ano XVIII, n. 193, p. 2.

⁵⁴⁸ O Governo FHC é o caos social. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1998, ano XVI, n. 180, p. 2.

⁵⁴⁹ FHC quebrou o país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 2.

⁵⁵⁰ A grave crise que se instala no Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 9.

⁵⁵¹ A cada dia piora o Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1999, ano XVII, n. 191, p. 2.

no Governo FHC⁵⁵²; Governo FHC: oito anos destruindo o Brasil⁵⁵³; Governo FHC leva o Brasil à falência⁵⁵⁴; A política de FHC está levando o país para uma crise total⁵⁵⁵; FHC é um destruidor de Brasil⁵⁵⁶; Aumenta ainda mais a crise no Governo FHC⁵⁵⁷; Seca e fome no Nordeste: descaso do Governo FHC⁵⁵⁸; FHC acaba com o ensino público⁵⁵⁹; O modelo econômico e o Governo FHC estão falidos⁵⁶⁰. Outros textos também remetem ao assunto abordado, e o objetivo de referenciar alguns foi para destacar que esse discurso permeou, sobretudo, o segundo mandato do presidente. O objetivo do MST era deslegitimar o presidente e as ações de seu governo. É interessante que os textos se referiam às ações do governo, mas a personificação do governo dava-se por meio da figura de FHC.

Observa-se também que os discursos, ao longo do tempo, se repetiam com as mesmas informações e sempre destacando FHC como o responsável pela crise e caos social. Isto é, não havia muitas novidades em relação às representações elaboradas sobre o presidente. Na sequência, alguns trechos de editoriais do jornal quanto a esse assunto:

É crescente a pobreza da população brasileira e o número de brasileiros que são impedidos de ter acesso à escola, saúde e moradia. É cada vez maior o contingente de trabalhadores desempregados ou que sobrevivem de sub-empregos, sem nenhum direito trabalhista garantido. Cresce a população que é obrigada a viver em favelas ou morar de baixo de pontes e viadutos. A prostituição, as drogas e o crime organizado estão envolvendo um número cada vez maior da nossa juventude. Cientistas, reconhecidos internacionalmente, se veem obrigados a deixar nosso país por falta de condições e apoio do governo. As empresas estatais, estratégicas para o desenvolvimento e soberania da nação estão sendo sucateadas ou vendidas a preços irrisórios. Esse é o Governo FHC. E é com esta política que ele diz estar levando o Brasil para o 1º mundo⁵⁶¹.

Fernando Henrique quebrou o país. Fernando Henrique é culpado pela crise que só está começando. Fernando Henrique é refém dos especuladores. Para proteger o capital financeiro Fernando Henrique não hesitará em cortar mais despesas importantes para o povo. Fernando Henrique é o governo dos bancos internacionais⁵⁶².

⁵⁵² A gravidade da crise no Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2001, ano XIX, n. 211, p. 2.

⁵⁵³ Governo FHC: oito anos destruindo o Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ago./set. de 2002, ano XXI, n. 223, p. 9.

⁵⁵⁴ Governo FHC leva o Brasil à falência. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 1.

⁵⁵⁵ A política de FHC está levando o país para uma crise total. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 3.

⁵⁵⁶ FHC é um destruidor do Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1999, ano XVII, n. 191, p. 3.

⁵⁵⁷ Aumenta ainda mais a crise no Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2001, ano XIX, n. 211, p. 1.

⁵⁵⁸ Seca e fome no Nordeste: descaso do Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2001, ano XIX, n. 212, p. 1.

⁵⁵⁹ FHC acaba com o ensino público. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, nov./dez. de 2001, ano XX, n. 216, p. 3.

⁵⁶⁰ O modelo econômico e o Governo FHC estão falidos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ago./set. de 2002, ano XXI, n. 223, p. 1.

⁵⁶¹ A reação à política de FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1997, ano XVI, n. 167, p. 2.

⁵⁶² Verdades e mentiras da atual conjuntura. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 12.

Demorou apenas quatro anos para o governo FHC quebrar a 9ª economia mundial. Foram quatro anos destruindo nossa base produtiva, tanto industrial como agrícola. Foram quatro anos causando recessão, desemprego, arrocho salarial – lembrando que o funcionalismo público não teve aumento nesse período. Bastou um único mandato presidencial para que todas nossas empresas estatais fossem entregues ao capital internacional. FHC vendeu, a preços irrisórios, tanto as empresas estratégicas para o desenvolvimento do país, como as de telecomunicações, energia elétrica e siderúrgica, como as altamente desenvolvidas, com tecnologia de ponta e rentáveis, como a Companhia Vale do Rio Doce. Vendeu tudo e o país está falido⁵⁶³

A crise é resultado desse modelo que abriu nosso mercado, que paga as mais altas taxas de juro do mundo, que privatizou as principais empresas, que desnacionalizou a economia. E que de concreto não melhorou as condições de vida da população. O Governo gasta hoje quase a metade de tudo que arrecada, apenas para pagamento dos juros da dívida interna e externa⁵⁶⁴.

Essas informações, mais do que mostrar o tamanho da enrascada em que a equipe econômica do governo FHC meteu o Brasil, demonstram a submissão política do atual governo aos países ricos. Para atender esses interesses FHC é atuante, ágil e eficiente. Os gastos sociais são cortados, os salários dos servidores públicos congelados, a agricultura e as pequenas indústrias são levadas à falência, o desemprego assume proporções assustadoras. Tudo para, no final do ano, o governo se vangloriar que atendeu os compromissos externos, enviando para os países ricos a quantia de 55 bilhões de dólares⁵⁶⁵.

Os resultados sociais dessa política econômica desastrosa e entreguista estão visíveis nas ruas. O desemprego atinge quase todas as famílias. Há um desânimo. O poder aquisitivo diminuiu. Na agricultura há um desânimo completo dos pequenos agricultores que não veem mais futuro em sua atividade. E a violência aumenta a cada dia nas cidades. [...]. É o retrato da falência desse sistema⁵⁶⁶.

É este o Brasil que FHC se orgulha de ter modernizado após oito anos do seu governo. Privatizou as melhores empresas. Cerca de 30% de toda economia brasileira mudou de dono. Passou do Estado para meia dúzia de capitalistas privilegiados que assaltam o patrimônio público. FHC prometeu que os serviços públicos iriam melhorar. Nunca os brasileiros pagaram tão caro a energia elétrica, o telefone, a água, esgoto, o pedágio, os transportes coletivos. Porquê? Porque, ao privatizar esses serviços, as empresas privadas passaram a adotar preços internacionais. Mas nosso salário continuou sendo nacional, um dos mais baixos do mundo. [...] O Brasil está à beira do abismo⁵⁶⁷.

Pontue-se que as citações dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, apresentadas a partir de uma perspectiva cronológica (anos de 1997 a 2002), evidenciam que os discursos do MST

⁵⁶³ FHC quebrou o país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 2.

⁵⁶⁴ Avança a crise no Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1999, ano XVIII, n. 193, p. 2.

⁵⁶⁵ É hora do povo mudar o rumo do país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2000, ano XVIII, n. 201, p. 2.

⁵⁶⁶ A gravidade da crise no Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2001, ano XIX, n. 211, p. 2.

⁵⁶⁷ Para o capital, o patrimônio público. Para o povo... *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2002, ano XX, n. 221, p. 2.

não se alteraram consideravelmente nesse período. Como já fora destacado, FHC era representado como o responsável pelo caos e miséria no Brasil. Todavia, a causa de tudo isso era resultado do modelo político e econômico de seu governo, priorizando o ideário neoliberal e rompendo com o modelo de desenvolvimento nacional, conforme se refletiu no tópico anterior.

Os discursos sobre o *caos social* giravam em torno da precarização da escola/educação, saúde, moradia; do aumento da violência, prostituição, drogas e favelas no contexto urbano; do desemprego; da falência das empresas nacionais; arrocho salarial e congelamento do salário dos servidores públicos; aumento da dívida pública; e da não valorização dos pequenos trabalhadores rurais. Enfim, para o MST, o Brasil estava *quebrado*, como indica uma charge do editorial de janeiro/fevereiro de 1999, cujo título é: *FHC quebrou o país*.

Imagem 29 – FHC quebrou o país



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 2.

A charge, de autoria de Luscar, representa que FHC colocou o país em crise. A imagem faz referência, novamente, aos EUA, como se aquele país fosse responsável direto pela situação do Brasil. O homem ao lado do presidente, com a cartola, calça listrada e terno estrelado faz alusão à bandeira EUA. Com a mão esquerda no ombro de FHC e com a direita apontando para o mapa do Brasil – em pedaços e com muitas rachaduras – pergunta ao presidente: “Não ficou lindo?”. FHC, com a imponente faixa presidencial, olha atentamente o mapa do Brasil e, com um semblante tranquilo, parece concordar. A ironia na charge é expressa pela contradição que sugere: como considerar algo quebrado e com aparência

desgastada uma coisa “linda”? Nesse sentido, O MST procurava representar que FHC não se preocupava com o Brasil, posto que seu olhar e encaminhamentos políticos estavam pautados no “modelo das elites”⁵⁶⁸ e nos interesses dos grupos econômicos internacionais.

Nas representações do Movimento, o país estava à “beira de um abismo”. Na seção *Projeto Popular para o Brasil*, ilustrando um texto de autoria do historiador Denis Bernardes, intitulado *Herança Cultural: o que tem sido o Brasil para os brasileiros*, o MST publica uma charge na qual FHC levava o Brasil ao abismo.

Imagem 30 – Avança Brasil!



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 9.

O texto de Bernardes aborda as comemorações dos quinhentos anos do território ocupado pelos portugueses e que foi denominado Brasil. Seu objetivo era demonstrar que, ao longo de quinhentos anos, o país continuava a ser um país injusto⁵⁶⁹, com índices de desigualdade social elevados, considerando que o Brasil estava entre as dez maiores economias mundiais. O cenário da charge⁵⁷⁰ marca-se por um dia de sol brilhante, um penhasco/abismo, no qual estão o presidente e determinado homem que representa o Brasil (veste uma camiseta com a bandeira do país). O Brasil (o homem) está na ponta do penhasco e FHC está atrás dele. Com um texto na mão (em que se lê: BRASIL 500 ANOS) e um

⁵⁶⁸ FHC quebrou o país. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 2.

⁵⁶⁹ BERNARDES, Denis. Herança Cultural: o que tem sido o Brasil para os brasileiros. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 9.

⁵⁷⁰ Não há assinatura na charge. Na edição do jornal há algumas charges assinadas por Luscar, contudo, não se pode afirmar que essa imagem seja de sua autoria. O *Expediente* do jornal não dá créditos aos autores das charges.

semblante sarcástico, sorrateiro, o presidente diz: “Avança Brasil!”. O homem, inclinado para trás e com um olhar de desconfiança, parece não querer avançar rumo ao abismo.

O Brasil, na representação do MST, apesar de suas mazelas sociais e à beira do abismo, estava resistindo às investidas do presidente. O interessante da charge é que o texto reflete sobre as injustiças sociais do Brasil em seus quinhentos anos de existência, contudo, o presidente está representado como se esse fosse o responsável por políticas e caminhos trilhados pelo país em tempos pretéritos. Isto é, FHC era o estereótipo do caos, das injustiças sociais.

Em outra charge, de autoria de Marcio Baraldi, publicada no editorial de julho de 1997, intitulado *A colonização do governo FHC*, o Movimento salienta que o presidente só produzia pobreza.

Imagem 31 – A colonização do governo FHC



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 3.

De forma humorada, a Direção Nacional do MST enfatiza: “O incrível príncipe dos cientistas FHC é um especialista em clonagem. Já criou milhões de clones do espécime ‘homo pobris’, graças à sua técnica de multiplicação do DNA: Desemprego, Neoliberalismo e Arrogância”⁵⁷¹. O Movimento ironiza o fato de o presidente ser um acadêmico respeitado nacional e internacionalmente, mas usar seus conhecimentos para produzir pobreza. Na imagem, FHC, com um olhar misterioso, compenetrado, utilizando um tradicional jaleco de

⁵⁷¹ A colonização do Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 3.

cientista e capelo (chapéu de formatura), pilota uma máquina de clonagem. No canto superior direito, vê-se registrada, na parede de um suposto laboratório, a fórmula aplicada pelo “especialista em clonagem”: desemprego, neoliberalismo e arrogância. O que chama a atenção é que a máquina de clonagem produz o espécime “homo pobris”. Saindo da máquina, observa-se a reprodução de pessoas maltrapilhas, com um semblante de tristeza e sofrimento.

Na concepção do MST, os trabalhadores do campo e da cidade precisavam se unir contra FHC e a multiplicação do “homo pobris”. Para tanto, seria necessária a construção de “um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil”⁵⁷², centrado no combate ao modelo neoliberal. Assim, o Movimento desejava a construção de um “projeto popular para o país”, via socialismo. Nesse “projeto popular” existiam questões fundamentais, como: controle do capital financeiro, recuperação da soberania nacional, rompimento com a dívida externa, distribuição de renda, democratização dos meios de comunicação e uma efetiva reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária do país⁵⁷³. Segundo o MST, com esse projeto, a pobreza diminuiria e a multiplicação do “homo pobris” deixaria de existir.

No que tange à falência das empresas nacionais, ao aumento da dívida pública, arrocho salarial, congelamento do salário dos servidores públicos e desemprego, as representações do MST estavam associadas aos índices constatados no período. Nessa direção, destaca-se, num primeiro momento, que o real teve uma desvalorização significativa (cerca de 50%) em relação ao dólar no ano de 1999, causando impactos na economia nacional. Conforme Faleiros, no governo FHC, ao mesmo tempo em que se aumentou a dívida pública, houve a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) do país: “a dívida pública, por sua vez, incrementou-se de 30% do PIB em 1995 para 63,9% em 2002, sendo o crescimento do PIB dos mais pífios nos últimos anos, com média de 1,88% entre 1995 e 2002”⁵⁷⁴.

Em um contexto econômico desfavorável, no qual a dívida pública consumia mais de 60% do PIB, FHC e sua equipe de governo tiveram que recorrer a empréstimos do FMI, o que gerou um “custo político” ao Brasil, pois “o organismo era sinônimo de imposição de políticas recessivas e perda de autonomia na gestão da política econômica”⁵⁷⁵. Para o MST, FHC era o responsável pelo endividamento do país, e os empréstimos feitos ao FMI submetiam ainda mais o Brasil aos interesses dos capitais internacionais.

⁵⁷² A necessidade de um projeto popular. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1997, ano XVI, n. 171, p. 2.

⁵⁷³ Avança a crise no Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1999, ano XVIII, n. 193, p. 2.

⁵⁷⁴ FALEIROS, V. de P., *A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do Governo Lula*, p. 38.

⁵⁷⁵ FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 500.

A falência de muitas empresas nacionais foi fruto das ações políticas e econômicas do governo, pois ao se abrir o mercado, incentivar a entrada de capitais internacionais e tratar as empresas estrangeiras de forma semelhante às nacionais há um enfraquecimento das indústrias brasileiras e do mercado nacional. Conseqüentemente, aumento nas taxas de juros e redução de créditos para fomento. No entendimento de Singer, a crise das empresas brasileiras foi ocasionada, exclusivamente, pelos caminhos trilhados pelo governo FHC, começando-se pela sobrevalorização do real. O fato de se fixar o valor do real em relação ao dólar faz com que as mercadorias importadas fiquem mais baratas, competindo com os produtos nacionais. Nas palavras de Singer:

A sobrevalorização do real sem dúvida acentuou a deflagração dos preços industriais ao baratear ainda mais os produtos importados. O que fez a alegria dos consumidores, mas agravou as dificuldades dos produtores nacionais. Ao mesmo tempo, estimulou o aumento das importações e a redução das exportações. Passamos a ter déficits crescentes na balança de mercadorias, cobertos para ampliar, pouco depois, o déficit na balança de serviços, onerada por crescentes remessas ao exterior de juros e rendimentos⁵⁷⁶.

Singer observa que, apesar do êxito do Plano Real, especificamente em conter e baixar a inflação, a política macroeconômica causou um choque na indústria nacional. A alteração da Constituição e a extinção do monopólio das empresas estatais, abrindo o mercado brasileiro para o capital internacional, fez com que “as indústrias nacionais [fossem] duplamente castigadas pela redução das vendas e pelo encarecimento do crédito”⁵⁷⁷. Nesse contexto, muitas empresas foram fechadas e milhões de trabalhadores perderam seu emprego.

Sem dúvida, o alto índice de desempregados, em especial, no segundo mandato de FHC, foi o responsável direto por sua queda de popularidade. Em 1995, quando FHC assumiu a presidência, o Brasil tinha um índice de desemprego de 4,3% da população economicamente ativa. Em outubro de 2002, a taxa de desemprego alcançou 7,7%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)⁵⁷⁸.

Os índices de desempregos bateram recordes históricos. Na concepção de Coletti, para explicar as principais razões do alto índice de desempregos no Brasil, na década de 1990, é necessário recorrer aos seguintes fatores: *abertura comercial* da economia brasileira, que

⁵⁷⁶ SINGER, P., *A Raiz do Desastre Social: a política econômica de FHC*, p. 32.

⁵⁷⁷ SINGER, P., *Um imenso equívoco*, p. 57.

⁵⁷⁸ Ver: VIEIRA, Fabrício. Desemprego cresce; renda per capita sobe menos de 1% ao ano. In: *Folha de São Paulo*. 19 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912200222.htm>. Acesso em: 02/05/2014, às 14h.

facilitou a entrada de produtos estrangeiros no país, concorrendo com os produtos nacionais, com vantagens em relação a preços, em especial, pela sobrevalorização do Real; as *falências e fusões de inúmeras empresas*, que não conseguiram manter-se com a concorrência internacional; a *contenção do crescimento econômico*, decorrentes das altas taxas de juros visando a conter a inflação; as *privatizações das empresas estatais*, sempre acompanhadas das dispensas de inúmeros funcionários; a *diminuição de investimentos do Estado nas áreas sociais*, como saúde, habitação, educação, saneamento e infraestrutura; *crise na previdência social*, que obrigou os aposentados a continuarem no mercado de trabalho, como forma de complemento de renda, ocupando vagas de empregos que poderiam ser destinadas aos mais jovens; e as *novas formas de organização do processo de trabalho* no interior das empresas, que pouparam ao máximo o número de trabalhadores⁵⁷⁹.

Não é possível pontuar a contribuição desses fatores para os altos índices de desemprego no país, mas, todos eles, na conjuntura da década de 1990, fazendo parte de um projeto político e econômico, foram elementares para o desencadeamento do desemprego em massa. Há que se ressaltar também o crescimento da *informalidade* nos anos de 1990 que, para Coletti, foi “fruto da implementação do modelo econômico neoliberal no Brasil”⁵⁸⁰. Diante do contexto caótico da década de 1990, sobretudo, de desempregos urbanos e rurais, falências de milhares de pequenos produtores rurais, e péssimas condições de vida pela maior parte da população, a tese de Coletti é a de que esse cenário contribuiu para “jogar grande parte dessa população excluída e marginalizada nos braços do MST e de outros movimentos de luta pela terra existentes no Brasil”⁵⁸¹. Ou seja, o Movimento passou a ser a esperança de milhares de trabalhadores que almejavam terras para trabalhar e viver.

Se, por um lado, o desemprego foi alvo de muitas críticas e denúncias do MST, por outro, o presidente também foi representado como aquele que *arrochou* o salário mínimo dos trabalhadores e congelou o salário dos servidores públicos. De fato, o salário mínimo não teve ganhos consideráveis nos oito anos de FHC na presidência⁵⁸² e suas ações, a partir do prisma de que era preciso enxugar os gastos com o funcionalismo público, relegaram os vencimentos dos servidores a um estado lastimável, como por exemplo, os relativos às Instituições

⁵⁷⁹ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 169-170.

⁵⁸⁰ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 169-173. Sobre o aumento considerável dos trabalhos informais na década de 1990 e suas consequências para os trabalhadores, ver: SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁵⁸¹ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 181.

⁵⁸² Nos oito anos que FHC foi presidente, o salário mínimo começou com o valor de R\$ 70,00 (1995) e chegou a R\$ 200,00 (2002).

Federais de Ensino Superior (IFES). Ao estudar FHC e suas teorias, Reis, em tom de desabafo, por ser professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no período em que FHC foi presidente, comenta essa situação dizendo que “as universidades públicas foram abandonadas pelo seu ilustre ex-integrante, que paga aos seus ex-colegas um salário vexatório”⁵⁸³.

E como foi gerida a questão social pelo governo FHC? O que dizem os estudiosos da área? As desigualdades sociais diminuiriam com as reformas de Estado propostas por FHC? Nas representações do MST, o presidente só multiplicou a pobreza. Ou seja, pouco ou nada fez para a área social. Entre os pesquisadores, havia um consenso de que as políticas e os investimentos direcionados à área social não foram exitosos no que diz respeito à redução das desigualdades sociais. A sociedade brasileira era tão heterogênea quanto desigual nas formas de distribuição de bens e recursos. Telles salienta que houve um “jogo na tragédia social brasileira” e critica o fato de o país pretender ser “moderno” sem antes resolver questões inacabadas do passado⁵⁸⁴. Uma das questões inacabadas do passado, sem dúvida, era a da desigualdade social que, historicamente, foi marginalizada e não tratada com a devida atenção pelo Estado e governantes (inclusive por FHC).

Nessa perspectiva, o Brasil possui características eminentemente contraditórias, pois tem uma das dez maiores economias do mundo e consegue ser um dos países com maiores taxas de desigualdade social⁵⁸⁵. Eric J. Hobsbawm entende que essa característica se configura na criação de “um monumento à negligência social”⁵⁸⁶. Assim, reflete que há uma tendência brasileira de se “naturalizar a pobreza”, como se ela fosse externa à nossa realidade. O próprio Estado reproduz esse discurso, quando enfatiza que não tem como dar conta de todas as mazelas sociais. Não dando conta, exime-se das suas responsabilidades, e a pobreza, a miséria e a desigualdade social se tornam *naturais*. Para alguns, até *castigo* ou *vontade de Deus*. Dessa forma, a questão social passa a ser vista como privada, filantrópica, em que *almas bondosas e caridosas* ajudariam o próximo. Entende-se que o Estado é quem deve assumir a responsabilidade e criar mecanismos e alternativas para solucionar a questão social brasileira.

⁵⁸³ REIS, J. C., *Anos 1960-70: Fernando Henrique Cardoso*, p. 239.

⁵⁸⁴ TELLES, V. da S., *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*, p. 98.

⁵⁸⁵ Ver: *Apesar de avanço, Brasil continua entre os 12 países mais desiguais do mundo, segundo Ipea*. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/09/25/apesar-de-avanco-brasil-continua-entre-os-12-paises-mais-desiguais-segundo-ipea.jhtm>. Acesso em: 26/07/2014, às 15h.

⁵⁸⁶ HOBSBAWM, E. J., *A Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*, p. 555.

As pesquisadoras Cohn e Telles observam que, historicamente, sempre existiu uma velha e persistente maneira de tratar a questão social brasileira entre a tutela estatal e a gestão filantrópica da pobreza. Na compreensão de Cohn, existe uma questão social brasileira mais ampla do que *pobreza e problemas sociais* e sua solução se traduz em “programas e políticas sociais”. Enfim, a questão social ainda é vista como objeto de “filantropia”, algo pertinente à vida privada. Para Cohn, a questão social deve ser vista como responsabilidade pública, associada ao trabalho e ao bem estar dos sujeitos. Nesta direção, destaca a diferenciação básica entre problemas sociais e questões sociais:

[...] enquanto os primeiros (problemas sociais) dizem mais respeito a coisas e fenômenos indesejáveis, porém aceitáveis de com eles se conviver; as segundas (questões sociais) remetem à esfera do reconhecimento de alguns dentre esses fenômenos como legítimos, e como tal devendo ser enfrentados pela coletividade, constituindo-se e regulando-se assim determinados padrões de solidariedade social. E mais que legítimas, as questões sociais passam a ser concebidas e decifradas não mais como fenômenos excepcionais e episódios, mas como regulares e permanentes, vale dizer, assumida como algo estrutural⁵⁸⁷.

Para Cohn existiu no Brasil um caráter perverso das políticas sociais, em que os direitos sociais eram traduzidos em “políticas e programas sociais que se dirigem a dois públicos distintos: os cidadãos e os pobres”. Os cidadãos seriam aqueles que, por exemplo, “estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direito porque contribuem para com ele”. Os pobres seriam aqueles que não mostram capacidade contributiva, ou que não apresentam “capacidade de formas autônomas de garantia de patamares mínimos de sobrevivência, são alvos de políticas e programas sociais de caráter filantrópico e/ou focalizado em determinados grupos reconhecidos como mais carentes e ‘socialmente mais vulneráveis’”. Por parte do Estado, a questão social no Brasil sempre foi tratada com traços paternalistas e clientelistas⁵⁸⁸, sendo fragmentada, fracionada, e nunca tratada como questão estrutural. Por esse viés, as visões humanitária e filantrópica permaneceram, o que contribuiu, conforme Telles, para despolitizar o *campo social* e retirar da área social o caráter de *atuação política*, de superação da pobreza⁵⁸⁹. Os programas sociais, então, teriam caráter meramente *compensatórios*.

⁵⁸⁷ COHN, A., *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*, p. 389.

⁵⁸⁸ COHN, A., *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*, p. 389-390.

⁵⁸⁹ TELLES, V. da S., *A “Nova Questão Social” brasileira*, p. 111-114.

No que se refere ao governo FHC, Cohn analisa que houve avanços sociais, advindos das próprias garantias constitucionais. Contudo, estes foram muito tímidos para equalizar a pobreza e desigualdade social. Havia limites estreitos sobre a questão social que esbarravam nos compromissos do governo com as agências internacionais de contenção da dívida pública. Ou seja, a partir do ditame absoluto do econômico, o social ficava em segundo plano. A autora tece críticas às políticas sociais do governo FHC, que se baseavam numa perspectiva clientelista e imediatista, vistas pelo prisma emergencial, não estrutural. Em vez de buscar a superação dos problemas sociais, a concepção oficial (de governo) era “aliviar a pobreza” dos mais vulneráveis socioeconomicamente. Sendo assim, reduz-se “a questão social à questão da pobreza, e as políticas sociais à questão da parca disponibilidade de recursos orçamentários para o setor, no geral associada a uma concepção dos serviços públicos estatais como perdulários, dada sua própria natureza”⁵⁹⁰.

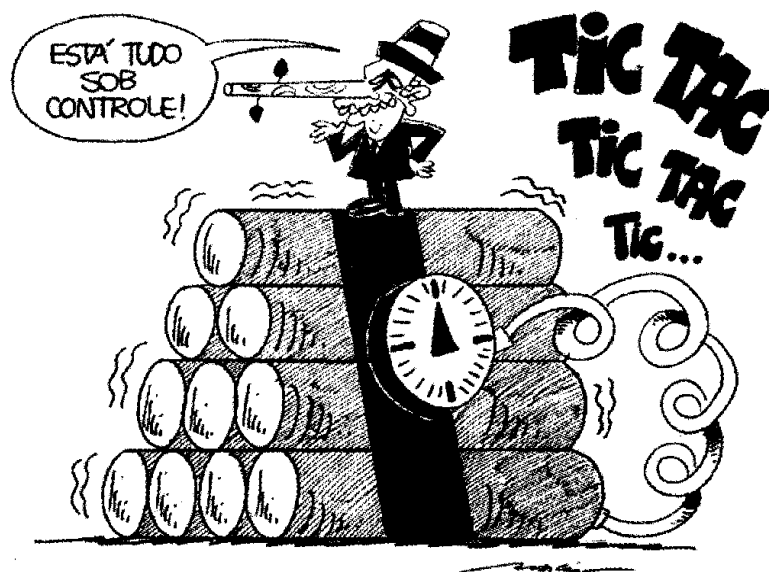
À medida que se privilegiou o econômico em detrimento do social, restringiram-se recursos orçamentários para a área social. No entendimento de Netto, houve uma verdadeira “sabotagem” às políticas sociais, que não foram excluídas das pautas do governo FHC, mas foram “inteiramente subordinadas à orientação macroeconômica que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital”⁵⁹¹. O intento de FHC e de sua equipe foi *combater a pobreza, não superá-la*. O resultado disso foi que, estruturalmente, as desigualdades sociais permaneceram. É preciso ressaltar que, obviamente, nem todas as mazelas sociais, assim como o quadro de um país desigual, foram construídos exclusivamente no governo FHC. Essa realidade (ou situação) resulta de um longo processo histórico, do qual as elites políticas nunca se interessaram em superar. Ou seja, a questão social sempre foi vista como algo paliativo e filantrópico.

Para o MST, a área social foi relegada por FHC; e o Brasil estava prestes a explodir, como se fosse uma *bomba relógio*. De forma irônica o Movimento representa essa questão, expondo a figura de FHC e o ridicularizando.

⁵⁹⁰ COHN, A., *As Políticas Sociais no Governo FHC*, p. 186-187.

⁵⁹¹ NETTO, J. P., *FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras*, p. 87.

Imagem 32 – Verdades e mentiras da atual conjuntura



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 12.

Publicada na edição de outubro de 1998 do *Jornal Sem Terra*, a charge, de autoria de Marcio Baraldi, representa a *situação explosiva* do país, na ótica do MST. Sobre uma bomba relógio, que continha dez dinamites enormes, está FHC com uma aparência desanimada e até certo ponto envergonhada, como se pode observar pelos seus olhos levemente abaixados. A imagem carrega em si certa tensão, pois a bomba relógio está armada e o tempo se passa. A visualização de um som típico de uma bomba relógio acionada (tic tac, tic tac, tic tac...) dá dramaticidade ao momento; verifica-se, contudo, que, diante da situação, o presidente diz: “Está tudo sob controle”. Na representação do MST, a bomba relógio é o Brasil; e FHC, um *mentiroso*, revelado pelo seu *nariz de Pinóquio*. Ao dizer que a situação estava “sob controle”, FHC queria esconder o caos social do país. Seus discursos fugiam da realidade e demonstravam a inércia de seu governo. Nesse contexto, o Movimento entusiasmava seus integrantes a lutar contra FHC e seu modelo de desenvolvimento, antes que a bomba relógio explodisse. O desarme da bomba passava, sobretudo, por tirar FHC de cena e eleger um representante dos trabalhadores, no caso, o presidenciável Lula.

Conforme as representações do Movimento, FHC perpetuou a pobreza no Brasil, concentrando ainda mais as riquezas nas mãos de poucas pessoas⁵⁹². No país, se erigia “um povo pobre num país rico”⁵⁹³, em referência ao fato de o Brasil estar entre as dez maiores

⁵⁹² Concentração da renda e da riqueza. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1998, ano XVI, n. 180, p. 9.

⁵⁹³ Um povo pobre num país rico. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2001, ano XIX, n. 212, p. 2.

economias do mundo e com índices de desigualdades sociais alarmantes⁵⁹⁴. Todas as mazelas sociais eram atribuídas às responsabilidades do presidente, como por exemplo, o problema histórico das secas no Nordeste. A manchete de capa do *Jornal Sem Terra* em julho de 2001 era: *Seca e fome no Nordeste: descaso do governo FHC*. Nessa mesma edição do jornal foi publicada uma matéria com o mesmo teor da manchete, intitulada: *Seca: fome e miséria por irresponsabilidade de FHC*. Assim, dizia:

Tão antiga quanto à ocupação da região pelos sertanejos, a seca no Nordeste brasileiro afeta milhões de pessoas. Só no século passado foram 18 secas. Todas previstas, antecipadas por pesquisas e estudos sobre fenômenos meteorológicos. Mas as elites brasileiras nunca fizeram nada.

Já estamos num novo século. No entanto, o velho problema da seca persiste sem nenhuma perspectiva para as famílias atingidas. E apesar da seca ser problema que há muito tempo faz parte da realidade do povo nordestino, as autoridades nada fazem para solucioná-lo. Não existe uma política específica para a região. Não são apresentadas soluções. O que se presencia é a ação de políticos e coronéis utilizando a seca em benefício próprio. É a já conhecida indústria da seca. Assim como em todos os períodos de seca, as medidas governamentais são sempre paliativas, emergenciais e sem nenhum resultado concreto⁵⁹⁵.

Em diversas edições do *Jornal Sem Terra*, sobretudo, entre os anos de 1998 e 2001, havia notas e matérias sobre as secas que atingiam a região nordestina. Por mais que o MST entendesse que o problema era histórico e que de tempos em tempos se intensificava, causando grandes prejuízos aos sujeitos que viviam na região Nordeste, em especial, à população desfavorecida economicamente, a fome e miséria advindas da seca eram creditadas a FHC. Devido à sua “irresponsabilidade”, a seca causava tanta miséria. O Movimento também ressaltava a chamada “indústria da seca”, isto é, a utilização da seca pelas elites políticas e por “coronéis” para barganhar votos e favores da população. Enfim, faziam das consequências da seca (fome e miséria) elementos a serem explorados em benefício próprio. Essa prática foi (e ainda é) muito explorada pelas elites políticas dos interiores da região Nordeste, como se fosse uma espécie de *trunfo* que os políticos possuem para *negociar* com a população.

⁵⁹⁴ Sobre os índices econômicos e de desigualdades sociais no Brasil, ver o portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): <http://www.ipea.gov.br/portal>.

⁵⁹⁵ Seca: fome e miséria por irresponsabilidade de FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2001, ano XIX, n. 212, p. 8.

A intenção do MST era chamar a atenção dos seus integrantes sobre a ausência de políticas públicas em torno do problema da seca que previram ações concretas para solucionar as mazelas do Nordeste. O Movimento era contrário às medidas paliativas e emergenciais do governo, pois estas eram imediatistas e não buscavam solucionar o problema. Conforme o MST, “mais do que discursos demagógicos, medidas paliativas e paternalistas das autoridades estaduais e federais, os flagelados da seca exigem medidas imediatas e um plano de desenvolvimento para o Nordeste que contemple os socialmente excluídos”⁵⁹⁶. Nessa direção, FHC e seu governo eram cúmplices e mantinham “a indústria da seca”, sendo responsáveis por “dez milhões de pessoas que passavam fome” no Nordeste⁵⁹⁷.

Entende-se que o governo deveria criar políticas específicas em relação às secas no Nordeste, no sentido de *solucionar* os problemas advindos delas, e não apenas *agir pontualmente* sobre determinadas questões, tal como observava o MST. Mas, atribuir ou focar a responsabilidade apenas no presidente, como se ele governasse sozinho ou como se os estados e municípios também não tivessem papéis fundamentais nesse processo, no mínimo, se torna uma visão maniqueísta sobre o problema.

Diante do caos social que se instalava no Brasil, segundo a Direção Nacional do MST, o presidente era sarcasticamente representado como *inerte* à situação, como se nada estivesse acontecendo. A charge publicada na edição de janeiro/fevereiro de 1999, de autoria de Luscar, ilustra essa questão.

Imagem 33 – A grave crise que se instala no Brasil



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 9.

⁵⁹⁶ Governo FHC mantém a indústria da seca. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio/junho de 1998, ano XVI, n. 179, p.11.

⁵⁹⁷ Governo FHC mantém a indústria da seca. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio/junho de 1998, ano XVI, n. 179, p. 10.

Enquanto o Brasil estava numa situação de crise, o presidente se perguntava: “Crise?! Mas que crise?”. Confortavelmente, deitado em uma rede, lendo um jornal e tomando uma água de coco, FHC não entendia ou se fazia de desentendido quanto à situação do país. Na charge, a contradição de idéias visualizadas no discurso escrito são desveladas pela imagem de bombas que explodem à frente de FHC, sugerindo um cenário de *guerra* (caos). A charge tinha por objetivo ilustrar uma matéria publicada no jornal, que explicitava a *crise generalizada* do país e a inércia de FHC ao governar. O texto menciona o fato de o presidente ter se retirado num *sítio* para descansar, em janeiro de 1999, enquanto o país passava por uma grande crise econômica e política⁵⁹⁸. A representação de FHC deitado em uma rede e tomando água de coco demonstra sua falta de compromisso e dedicação ao Brasil. Todavia, o Movimento não compreendia que FHC, mesmo presidente, tinha o direito de gozar de férias, enfim, de se retirar das suas atividades para descanso. Não se trata de justificar a retirada de FHC para um *sítio*, mas sim de observar que o Movimento fez desse ato uma prerrogativa para representar o presidente como *irresponsável* e *inerte* aos problemas do Brasil.

Foram várias também as referências de FHC associadas aos escândalos políticos e corrupção. Aliás, a referida *crise* também decorria das práticas corruptas de FHC e de seu governo. Durante os oito anos de FHC na presidência, houve críticas e supostos envolvimento de pessoas ligadas ao governo em escândalos e corrupção, mas entre os anos de 1999 e 2002, a ênfase foi maior. Para o MST, havia uma “crise moral” no governo FHC, fruto da própria natureza de seu modelo de desenvolvimento e das elites que governam ou que tinham influências políticas. No editorial da edição de novembro de 1999, o Movimento destacava: “Os fatos mais recentes que vêm acontecendo no país, como assassinatos, corrupção, envolvimento de políticos, empresários, juízes etc. com o narcotráfico demonstram a decadência a que chegaram as elites brasileiras”⁵⁹⁹. Nesse editorial, o MST salienta-se que as falcatruas e a corrupção tinham a participação da classe política do país e que o presidente *tapava os olhos* para as denúncias e escândalos.

A charge publicada no editorial de junho de 1999, de autoria de Luscar, ironiza o envolvimento de dirigentes políticos em escândalos de corrupção.

⁵⁹⁸ A grave crise que se instala no Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 9.

⁵⁹⁹ A decadência das elites brasileiras. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1999, ano XVIII, n. 195, p. 2.

Imagem 34 – Aumenta a crise no governo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1999, ano XVII, n. 190, p. 2.

O cenário é típico de famílias brasileiras nas horas de descanso em casa. Na sala, em frente à TV, pai e mãe sentados no sofá e seus dois filhos (uma menina e um menino) brincando no chão são *surpreendidos* com mais uma notícia do apresentador da TV: “A seguir, mais um escândalo do Governo...”. Com a notícia, o pai se espanta, arregala os olhos, olha para a mulher e diz: “Mulher. É melhor tirar as crianças da sala”. A reação instantânea do pai foi mediada pelo cuidado com os filhos, pois eram crianças e não podiam assistir a coisas ruins e inapropriadas à sua idade. O inapropriado eram os “escândalos do governo” que, nesse editorial, envolviam diretamente o presidente da República. Cumpre registrar que o MST afirmava que havia provas (fitas gravadas) do envolvimento de FHC no favorecimento “a um grupo empresarial no processo de privatização da Telebrás”. Assim, o acusava por “improbidade administrativa”⁶⁰⁰. Nessa direção, o Movimento ressaltava: *Isto é Governo FHC – escândalos e corrupção*⁶⁰¹.

Um dos maiores escândalos midiáticos que aconteceram no governo FHC foi do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto (Lalau) e do ex-senador do Distrito Federal, Luiz Estêvão (filiado ao PMDB, partido da base aliada do presidente na época), após os desvios de recursos (169,5 milhões de reais), ocorridos entre os anos de 1994 e 1998, que seriam utilizados na construção do Fórum Trabalhista do município de São Paulo. Lalau e Estêvão foram condenados pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e uso de documento falso. Para o MST, esse escândalo estava associado a FHC. Ou melhor, o

⁶⁰⁰ Aumenta a crise no governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1999, ano XVII, n. 190, p. 2.

⁶⁰¹ Isto é Governo FHC – escândalos e corrupção. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1999, ano XVII, n. 188, p. 2.

presidente também havia se beneficiado dos recursos desviados em sua campanha eleitoral de 1998. No editorial de julho de 2000, a Direção Nacional do Movimento destaca:

Agora, acaba de vir a público as ligações do juiz Nicolau com o palácio do Planalto. É óbvio que os 169 milhões desviados pelo juiz e pelo senador Estevão tinham beneplácito do Palácio do Planalto. O que falta descobrir é quanto desse dinheiro teria sido gasto na campanha de reeleição do presidente FHC, já que o senador era coordenador da campanha em Brasília. A podridão está em todas as partes do poder⁶⁰².

O Movimento acreditava que o dinheiro utilizado na campanha de reeleição de FHC era ilícito, vindo do escândalo envolvendo o ex-juiz Lalau e o ex-senador Estevão, pelo fato de Estevão ser um dos coordenadores da campanha de reeleição de FHC em Brasília; logo, o Movimento supunha que FHC se beneficiara com tal falcatrua. O editorial era acusatório e não abria possibilidades para que o presidente fosse inocente. A dúvida estava apenas no valor utilizado por FHC em sua campanha, mas a improbidade do presidente era fato, na visão do MST. No editorial da edição seguinte (agosto de 2000), cujo texto trazia as experiências do *IV Congresso Nacional do MST*, realizado em Brasília, o Movimento também enfatiza as práticas e escândalos de corrupção envolvendo pessoas ligadas ao governo.

Na política, proliferam, todos os dias, notícias de corrupção e roubalheira com o dinheiro e patrimônio do povo. Há um setor, das classes dominantes, cada vez maior, que está enriquecendo apenas com o desvio do dinheiro público, com o narcotráfico, com o contrabando. Esses setores são tão poderosos e influentes que envolvem desembargadores, juízes, comandantes da PM, deputados, senadores, donos de jornais, banqueiros, militares e chegou até o ex-secretário do Planalto⁶⁰³.

Para o MST, a “corrupção e roubalheira” eram generalizadas no governo FHC, abarcando diversos seguimentos do funcionalismo público e privado. A perspectiva da corrupção, de acordo com o do Movimento, estava associada às “classes dominantes”, ou seja, às elites políticas e econômicas. Enfim, a “podridão” em todas as áreas ligava-se ao “poder”. O editorial de novembro do ano 2000, com o título: *O mau cheiro que exala do Planalto*,

⁶⁰² Cresce a insatisfação popular contra o governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2000, ano XVIII, n. 202, p. 2.

⁶⁰³ Manifesto do MST ao povo brasileiro. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2000, ano XVIII, n. 203, p. 2.

publicizava mais uma denúncia de corrupção de FHC. Dessa vez, o escândalo era o suposto *caixa dois*⁶⁰⁴ utilizado nas campanhas eleitorais do presidente.

Mantendo uma impressionante regularidade em denúncias de corrupção, o governo FHC se vê envolvido em mais um caso: a existência de caixa dois nas eleições de 1998, envolvendo mais de R\$ 10 milhões. Legalmente o responsável pelas finanças das campanhas eleitorais é o próprio candidato. Nesse caso, é o FHC. Ele, no entanto, diz: “isso não é comigo”. Ora, quem diz que é com ele sim, é a lei! Ou ele se julga acima desta?⁶⁰⁵

Mais que denunciar o suposto esquema de “caixa dois” envolvendo a campanha eleitoral de FHC no ano de 1998, o MST chama a atenção para o comportamento e discursos do presidente quando indagado sobre os casos: “isso não é comigo”. Com esse discurso, para o MST, FHC escondia os escândalos de corrupção e tentava se eximir de qualquer acusação. Nas representações do Movimento, FHC era tão corrupto quanto outros dirigentes políticos e grupos econômicos a eles ligados. Na *lama* da corrupção, FHC estava todo sujo, conforme representava a charge de autoria de Luscar.

Imagem 35 – O mau cheiro que exala do Planalto



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2000, ano XIX, n. 205, p. 2.

A charge é bem incisiva ao representar que FHC não estava isento da corrupção praticada em seu governo. Pelo contrário, estava totalmente sujo no *lamaçal da corrupção*. O

⁶⁰⁴ A expressão *caixa dois* refere-se a recursos financeiros não contabilizados e não declarados aos órgãos de fiscalização competentes.

⁶⁰⁵ O mau cheiro que exala do Planalto. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2000, ano XIX, n. 205, p. 2.

líquido de cor preta em que o presidente está parcialmente imerso sugere poluição, coisas ruins, mau cheiro. Com um semblante apático e envergonhado pela situação, FHC diz: “Tô limpo nessa história de caixa dois”. O discurso oral do presidente FHC se contrasta com o que mostra a imagem da charge: um cenário de lama e sujeira.

Nessa direção, o título do editorial de maio de 2001 chama o governo de “FHCorrupção”, e o texto vai ao encontro de matérias de edições anteriores do jornal, como: *Governo FHC: indignidade nacional*⁶⁰⁶; *FHC deve e teme*⁶⁰⁷; *Veja porque FHC não quer CPI*⁶⁰⁸; *FHC: governo da corrupção, mentira e apagão*⁶⁰⁹. Todas elas evidenciam escândalos e corrupção no governo FHC, mas centralizam as representações no presidente, como se ele fosse partícipe de todas as práticas corruptas. A partir dos escândalos políticos que apareciam nas mídias, o MST resumia a composição do governo FHC como se fosse um “cesto de lixo” que cheirava mal e causava danos gravíssimos ao Brasil. Assim, elenca:

Essa é a composição do governo FHC. Cheira mal. Mas desde que assumiu não teve um único ano em que esse governo não esteve envolvido em escândalos, casos de corrupção, negociatas com parlamentares, desvios de recursos públicos. Ao se referir ao mar de lama que envolve seu governo, FHC diz que ele é o “lixeiro, não o lixo”. Se ele fosse atuante, sobrariam poucos em seu governo e as cadeias teriam uma população maior. Mas, ao se auto-denominar “lixeiro” certamente ele não pensava no trabalhador que faz limpeza. E sim em lixeiro como cesto de lixo. Onde se reúne o lixo⁶¹⁰.

O governo FHC, na representação do MST, reunia todo o “lixo político” do Brasil, ou seja, todos os políticos corruptos. Nesse “lixeiro”, o presidente não se diferenciava, mas sim, se misturava aos seus correligionários. Na perspectiva do Movimento, a corrupção era intrinsecamente ligada às elites, pois elas eram *corruptas por natureza*. Assim, existia uma visão *legalista* por parte do MST, uma vez que se entende que era simplista e limitada a ideia de que, se uma pessoa possui uma condição econômica favorável, ela será corrupta por natureza. Infelizmente, as experiências históricas evidenciam que escândalos e corrupção têm sido recorrentes no país, em diversos seguimentos e envolvendo pessoas dos mais diversos perfis socioeconômicos.

Escândalos e casos de corrupção também seriam frutos da crise generalizada que se instaurou no governo FHC, e o presidente, junto com os envolvidos, foi representado como

⁶⁰⁶ Governo FHC: indignidade nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2001, ano XIX, n. 209, p. 8.

⁶⁰⁷ FHC deve e teme. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2001, ano XIX, n. 209, p. 8.

⁶⁰⁸ Veja porque FHC não quer CPI. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2001, ano XIX, n. 209, p. 9.

⁶⁰⁹ FHC: governo da corrupção, mentira e apagão. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2001, ano XIX, n. 213, p. 2.

⁶¹⁰ Governo FHCorrupção. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2001, ano XIX, n. 210, p. 2.

protagonista dos episódios. E, como o Movimento representou FHC em meio aos conflitos por terra no país? E em relação ao MST, como eram as representações do presidente? Essas perguntas contemplarão o tópico a seguir.

3.3 FHC: o negócio é “assentar o pau” e criminalizar o MST

Historicamente, os conflitos por terra no Brasil foram marcados por episódios de violência, tanto física como simbólica. Desse modo, atos de violência contra trabalhadores rurais sem-terra não são exclusividade do governo FHC. O *Jornal Sem Terra*, desde sua criação em 1981, sempre dedicou espaços para se manifestar contra a violência sofrida pelos trabalhadores rurais e denunciar os agressores. Ao longo do tempo, as representações do MST sobre os *agressores* dos trabalhadores sem-terra giraram em torno dos latifundiários, dos jagunços⁶¹¹, seguranças privadas, polícia, poder judiciário e os próprios governos, coniventes com tais agressores.

Antes mesmo de FHC assumir a presidência, o MST previa que as dificuldades e a violência contra os sem-terra continuariam. Salientava, por exemplo, no editorial de novembro de 1994: “A vitória das forças conservadoras nas eleições, a inoperância do Incra e o comportamento do Poder Judiciário, parece que serviram de senhas para que os fazendeiros voltassem a utilizar com mais crueldade e impunidade sua tradicional violência”⁶¹². Junto a esse editorial havia uma charge⁶¹³ que dramatizava a situação vivenciada pelos sem-terra.

⁶¹¹ Por *jagunços* compreende-se pessoas contratadas de forma ilegal por proprietários de terras para defenderem de forma armada suas propriedades. Os *jagunços* também por vezes são contratados para matarem lideranças de trabalhadores rurais, objetivando intimidar os grupos que lutam pela terra.

⁶¹² E as dificuldades continuam. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1994, ano XIII, n. 142, p. 2.

⁶¹³ Não há assinatura na charge. A identificação do autor/a se comprometeu também pelo fato do *Expediente* do jornal não dar o crédito ao colaborador.

Imagem 36 – E as dificuldades continuam



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1994, ano XIII, n. 142, p. 2.

O editorial destaca a inoperância do governo para com os atos de violência contra os sem-terra e traz aos leitores o que aconteceu nos municípios de Marabá (Pará) e Maringá (Paraná), nos quais “diversos trabalhadores rurais foram presos e torturados pela Polícia Militar”⁶¹⁴; também noticia atos de violência contra sem-terra em outros estados do Brasil. Nesse processo, considerava-se o Poder Judiciário parcial, trabalhando em favor do latifúndio e daqueles que cometiam violência.

A charge mostra o diálogo entre um trabalhador rural e um homem que representa grupos contrários à reforma agrária. Com um olhar *ingênuo* e demonstrando não entender tal situação, o trabalhador rural fala ao outro personagem: “Mas o senhor prometeu terra!”. Sarcasticamente e transparecendo maldade em seu olhar, com uma arma apontada ao sem-terra, o opositor da luta pela terra declara: “Esqueci de dizer que era 7 palmos para baixo!”. A expressão “7 palmos para baixo” significa que a única terra a que o trabalhador rural teria direito era aquela que ia enterrá-lo. Ou seja, ele teria terra só com a morte, enterrado. A *ingenuidade* do sem-terra em acreditar nas *promessas* chama a atenção para o fato de as promessas sempre terem feito parte dos programas dos governantes; contudo, sem a organização e mobilização dos trabalhadores a situação não mudaria. Para o MST, os conflitos e ações violentas contra os sem-terra estavam intrinsecamente ligados à falta de vontade política e inoperância dos governos face à reforma agrária.

⁶¹⁴ E as dificuldades continuam. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1994, ano XIII, n. 142, p. 2.

Não se pretende discutir os diversos conflitos e ações de violência contra os sem-terra no período em que FHC governou o país. Todavia, não há como deixar de mencionar os dois massacres de sem-terra que tiveram grande repercussão nacional e internacional, sendo eles: *massacre de Corumbiara*, ocorrido em agosto de 1995, no município de Corumbiara (Rondônia); e o *massacre de Eldorado dos Carajás*, em abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás (Pará). Certamente, ao se destacar esses dois massacres não está se desconsiderando outros casos de violência contra os trabalhadores rurais sem-terra, pois independente da repercussão, torna-se lamentável e repugnante toda ação de violência, seja com quem e qual grupo for.

O *massacre de Corumbiara* aconteceu na Fazenda Santa Elina, área ocupada por centenas de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Na madrugada do dia 9 de agosto de 1995, 194 policiais e dezenas de jagunços fortemente armados cercaram o acampamento dos trabalhadores. Sem perspectiva de diálogo para a desocupação da área, policiais e jagunços aterrorizaram o local com muita violência e o total de mortos no conflito foi de onze pessoas, inclusive uma criança de apenas seis anos de idade⁶¹⁵. Em seu primeiro ano como presidente, FHC teve que enfrentar as repercussões do *massacre*, pois a reforma agrária era atribuída à sua competência.

Em seu segundo ano de mandato, FHC lidou com outro massacre de trabalhadores rurais sem-terra. O dia 17 de abril de 1996 protagonizou o *massacre de Eldorado dos Carajás*, talvez, o conflito por terra mais emblemático do Brasil, a partir da década de 1980⁶¹⁶. Nesse dia, 1.500 sem-terra, que estavam acampados na região de Eldorado dos Carajás, organizaram uma marcha em protesto pela demora de desapropriações de terras no estado do Pará, e obstruíram a rodovia PA-150, que liga Belém ao Sul do estado. Aproximadamente 155 policiais foram ordenados pelo governador Almir Gabriel (PSDB) e pelo secretário de segurança do estado, Paulo Sette Câmara, a retirarem os sem-terra da rodovia. Chegando ao local os policiais partiram para o enfrentamento utilizando bombas de gás lacrimogêneo e os sem-terra revidaram com paus e pedras. Em seguida, a PM abriu fogo contra os sem-terra e a tragédia estava anunciada: 19 trabalhadores rurais mortos, centenas de feridos e 69 trabalhadores mutilados.

⁶¹⁵ Sobre o massacre de Corumbiara, ver a tese: MESQUITA, Helena Angélica de. *Corumbiara: o Massacre dos Camponeses*. Rondônia, 1995. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

⁶¹⁶ O Setor de Direitos Humanos do MST, junto com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT- Marabá/PA), elaborou um material interessante sobre o massacre do Eldorado dos Carajás, demonstrando como ocorreu o massacre e os desdobramentos judiciais sobre o caso. Ver: MST – *Massacre de Eldorado dos Carajás*. s/d.

Para os movimentos sociais do campo e entidades que apoiam a luta dos trabalhadores, além dos mortos e feridos nos conflitos, o que marcou os massacres foi a impunidade dos agressores e assassinos. Em ambos os massacres apresentados, os policiais e as autoridades que autorizaram a ação estão em liberdade. No caso específico de *Eldorado dos Carajás*, dos 144 policiais levados ao banco dos réus, 142 foram absolvidos. Houve apenas duas condenações, a do coronel Mário Colares Pantoja e a do major José Maria Pereira Oliveira, apontados como comandantes da operação, contudo, ambos recorrem da sentença em liberdade. Esse exemplo é fatídico de como a impunidade impera em relação aos atos de violência e massacres contra trabalhadores rurais; também a impunidade estimula e garante a *naturalização* da violência.

Em especial, por esses dois episódios, FHC ficou marcado pelo MST como o presidente dos massacres de sem-terra. Nessa perspectiva, era representado como autoritário e como alguém que tratava os sem-terra com truculência. Também, que FHC se utilizava de suas influências nas mídias e de *instrumentos legais* para incriminar e isolar o Movimento. Parte do título atribuído a esse tópico, extraído de uma charge, resume bem as representações do MST sobre FHC no que diz respeito aos sem-terra. Em meio às tensões da luta pela terra, o presidente, em vez de *assentar* famílias, “assentaria o pau” nos sem-terra.

Imagem 37 – O negócio é assentar o pau



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1998, ano XVII, n. 185, p. 2.

O editorial, em que foi publicada a charge, fazia um balanço das ações do governo FHC, ao final do seu primeiro mandato. Eram questionados os dados do governo sobre famílias assentadas e sobre sua visão da reforma agrária que, para o MST, não passava de

uma “política de compensação social para evitar conflitos”. Outro assunto abordado também foi a “violência no campo” e a “impunidade”⁶¹⁷, sendo o governo FHC cúmplice e partícipe da violência e dos massacres contra os sem-terra. O aspecto que chama atenção na charge⁶¹⁸ é o de que FHC está no centro das representações, mesmo que se fale do seu governo. No lado esquerdo da imagem, FHC, com o braço esquerdo levantado, mãos fechadas e um sorriso meio que forçado, discursa: “O negócio é assentar... o pau!”. Em outro plano, atrás do presidente, um homem, fortemente armado e com uma expressão de felicidade, representando os agressores dos sem-terra, diz: “Falou bonito”. O diálogo estabelecido na charge evidencia que, para o MST, FHC e os agressores dos sem-terra eram próximos e *falavam a mesma língua*, ou seja, entendiam que era preciso utilizar a violência para combater os movimentos sociais do campo e frear a reforma agrária no país.

A representação de FHC como autoritário e violento seria um contraste com o perfil do MST, que preza pela realização pacífica⁶¹⁹ da reforma agrária, embora sua Direção Nacional, na figura de Stedile, considere que, por vezes, se não houver os conflitos, não haverá assentamento⁶²⁰. Em seu ideário, analisando os discursos do *Jornal Sem Terra* e demais materiais internos produzidos pelo Movimento, o MST não incentivava o confronto físico e armado em suas manifestações, pelo contrário, prezava pelo diálogo e negociação. A organização e resistência pelo direito de se manifestar e denunciar a realidade sempre foram bandeiras de luta do MST, mas com diálogo e caráter pacífico.

A violência era atribuída aos policiais, latifundiários, seguranças privadas, governantes e grupos conservadores contrários às desapropriações de terras. O título do editorial de setembro de 1995 é *Para acabar com a violência no campo*. O editorial destaca que a inércia do governo para com a reforma agrária gera conflitos e mortes; também que “a polícia militar, quando atua, só cria mais um problema e não resolve nenhum”⁶²¹. Em maio de 1996, o MST propunha “paralisar o Brasil contra os massacres” de sem-terra e ressaltava:

⁶¹⁷ Governo FHC: quatro anos de enrolação. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1998, ano XVII, n. 185, p. 2.

⁶¹⁸ Não há assinatura na charge. A identificação do autor/a se comprometeu também pelo fato do *Expediente* do jornal não dar o crédito ao colaborador.

⁶¹⁹ Em sua tese de doutorado, o pesquisador Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto analisou o MST e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN, México) e refletiu sobre as diferenças entre estes dois movimentos sociais, sendo que o MST se revela pelo caráter pacífico e não armado, em contraste com a ação militarizada dos Zapatistas. Ver: VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 2007. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo.

⁶²⁰ FERNANDES, B. M; STEDILE, J. P., *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, p. 140.

⁶²¹ Para acabar com a violência no campo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1995, ano XIV, n. 151, p. 2.

A ineficiência do governo em agilizar a implantação da Reforma Agrária em nosso país criou pré-condições para que ocorresse mais um massacre de trabalhadores rurais sem-terra. [...]. Mas também há responsabilidade do governo federal e sua ineficiente, quando não existente, política de Reforma Agrária. Um governo que coloca um latifundiário e um banqueiro para ser seu Ministro da Agricultura e, em menos de 18 meses, troca 5 vezes o presidente do INCRA, dá uma clara demonstração de ser contrário à reforma agrária. As famílias vítimas do conflito de Eldorado estavam acampadas desde o ano passado. O presidente FHC, em audiência com o MST, havia se comprometido de, até dezembro de 1995, assentar todas as famílias que estavam acampadas. Se tivesse cumprido a palavra, o massacre teria sido evitado⁶²².

O trecho do editorial refere-se aos massacres de *Eldorado dos Carajás* e denuncia o governador do estado do Pará, Almir Gabriel, e a Polícia Militar pelo massacre ocorrido. Nele, também ressalta-se a “ineficiência” do governo FHC para com a reforma agrária. Aliás, o MST foi enfático ao dizer que o presidente e sua equipe de governo eram contrários à reforma agrária. Também, há destaque para uma audiência⁶²³ que o Movimento teve com o presidente em que ele havia firmado compromisso de assentar “todas as famílias que estavam acampadas”. Como não houve o cumprimento da palavra de FHC, as famílias de *Eldorado dos Carajás* foram vítimas dessa omissão do presidente. Ou seja, nas representações do Movimento, a omissão e a ineficiência de FHC em realizar a reforma agrária eram responsáveis diretamente pela violência e massacres contra os trabalhadores rurais sem-terra.

*Aumenta a violência e continua a impunidade no campo e Governo deveria priorizar a solução dos problemas agrários*⁶²⁴ eram os nomes dados aos editoriais de junho e setembro de 1996, respectivamente. Nesses editoriais são enfatizadas as “ondas de violência” e os “responsáveis” pelas ações contra os sem-terra. No que diz respeito à violência no campo, naquele contexto, o MST sublinha que: “no banco dos réus, há, portanto, um lugar reservado para FHC”⁶²⁵. Nesse sentido, FHC era representado como um “déspota esclarecido”⁶²⁶, que estava a serviço das elites. Ao recriminar as ações dos sem-terra e ser cúmplice de toda violência no campo, FHC se tornava um *inimigo* dos movimentos sociais, em especial, do seu mais expressivo opositor, o MST.

⁶²² Vamos paralisar o Brasil contra os massacres. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1995, ano XIV, n. 151, p. 2.

⁶²³ Essa audiência foi realizada em julho de 1995, no transcorrer do 3º Congresso Nacional do MST, em Brasília. Ver: Irreverência dos Sem Terra marca audiência com FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1995, ano XIV, n. 150, p. 4.

⁶²⁴ Governo deveria priorizar a solução dos problemas agrários. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1996, ano XV, n. 162, p. 2.

⁶²⁵ Aumenta a violência e continua a impunidade no campo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1996, ano XV, n. 159, p. 2.

⁶²⁶ A cara desse governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 2.

Sobretudo, em seu segundo mandato, o presidente passou a *isolar* o Movimento a partir de algumas ações de seu governo e com o apoio massivo dos grandes meios de comunicação. Sobre isso, deu-se ênfase em diversos editoriais e matérias do *Jornal Sem Terra*. No editorial de março de 1997, que tem o título *A reação à política de FHC*, publicou-se uma charge representando que FHC *pichava* o MST.

Imagem 38 – Confusões de adolescente



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1997, ano XVI, n. 167, p. 2.

A primeira observação a ser feita sobre a charge, de autoria de Marcio Baraldi, é relativa à sensibilidade do chargista em atribuir uma carga imensa de humor à imagem. O editorial em que estava inserida tratava do *caos social* advindo do modelo econômico de FHC, da *enrolação* do governo em realizar a reforma agrária, e dos desdobramentos da Marcha Nacional do MST que então se realizava⁶²⁷. Nesse contexto, o Movimento enfatiza também que FHC estava mais interessado em *pichar* o MST, isto é, em *apagá-lo* do cenário político brasileiro. O título da charge *Confusões de adolescente* reforça a imagem/figura que aparece de FHC, representado como um jovem na adolescência, cheio de confusões em sua cabeça. Aparentemente com uma estrutura física maior, utilizando um tênis da moda, calça de moletom, camiseta do Chicago Bulls (time de basquete do EUA) e boné virado para trás, o jovem FHC faz estripulias ao pichar um muro. Atrás de FHC está um amigo, com uma bola

⁶²⁷ A reação à política de FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1997, ano XVI, n. 167, p. 2.

de futebol embaixo do braço direito, que lhe diz: “Vem Fernandinho! Vamo jogar bola, depois você **picha** o MST!”. Concentrado na pichação e com uma cara de *mau*, mas, ao mesmo tempo sentindo *prazer* no que fazia, o “Fernandinho” continua a pichar um cartaz do MST que está colado no muro. Na imagem, FHC é representado como um *menino mimado*, pertencente a uma família abastada economicamente e que não gosta dos movimentos sociais, em especial, do MST.

Conforme o MST, o presidente seguia disciplinadamente a *cartilha neoliberal* que pregava o não diálogo com os movimentos sociais e negava-lhes os seus espaços políticos na sociedade⁶²⁸. Assim, ele adota a estratégia de isolamento, criminalização e repressão ao MST. Especialmente, em seu segundo mandato, cai a “máscara” de FHC e a de seu governo⁶²⁹, que se *travestiam* de democratas, mas suas práticas eram autoritárias e antidemocráticas, segundo o Movimento. Em outra charge de Marcio Baraldi, o MST diz que o “rei” estava “nu”. Ou seja, não conseguia esconder o seu perfil conservador, antidemocrático e elitista, e que almejava acabar com os movimentos sociais.

Imagem 39 – O Rei está nu



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 11.

⁶²⁸ FHC e os movimentos sociais. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 13.

⁶²⁹ Cai a máscara do governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 11.

Ao associar a figura de FHC à de um *rei*, o Movimento representa o presidente com característica de um *déspota*, que não dialoga com a sociedade. Na charge, FHC é ridicularizado pelo Movimento, pois sua fisionomia é a de uma pessoa má e com aparência muito distinta. Nu, apenas com sua capa, coroa e cedro de rei, o presidente demonstra-se *furioso* e grita: “Chega de baderna!”. Em seu corpo, cheio de pelos, aparentemente mais robusto do que o verdadeiro FHC, há uma nota de “200 mil” tampando seu órgão genital. O valor da nota refere-se ao suposto suborno de FHC aos parlamentares para aprovação do projeto de lei que previa a reeleição dos cargos do executivo (ver *nota de rodapé nº 526*). Observa-se que, atrás do presidente, há uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras reivindicando reforma agrária, emprego, valorização do salário. A “baderna” à qual FHC se referia eram as manifestações dos grupos sociais organizados; e, por sua característica de *déspota*, ele se irava com os fatos ocorridos. O MST expressava o fato de que o país vivia numa situação caótica e o presidente não queria dialogar com os movimentos sociais, pelo contrário, se utilizava dos mecanismos legais para deslegitimar e incriminar as ações dos trabalhadores.

De acordo com Feliciano, no governo FHC iniciou-se uma política de tentar suprimir a força política dos movimentos sociais. A estratégia utilizada foi a que Feliciano chamou de “processo de despolitização da luta camponesa”, construído a partir de três espaços: *legal*, *institucional* e *imaginário*. O *espaço legal* situava-se nos meandros de quem criava e mandava cumprir as leis. Sendo assim, transitava e vinculava-se a toda forma de punição, extinção e repressão das ações dos movimentos sociais. Os agentes responsáveis por criar estes espaços eram sustentados por uma estrutura de poder, nos mais diversos níveis, envolvendo delegados, juízes, promotores, advogados, técnicos, dentre outros preocupados com a manutenção da *ordem*.

Uma ação que reforçava o *espaço legal*, em contraposição à desapropriação de terras, era a do *Rito Sumário*, em 1996. O *Rito Sumário* foi pensado para agilizar e reduzir o tempo dos tramites nos processos de desapropriações de terras. Mas, a partir das *brechas legais*, os proprietários que se sentiam *injustiçados* entravam com recurso contra a desapropriação, que se arrastava durante anos no Poder Judiciário. Além disso, na maioria das vezes, o judiciário atuava em favor dos proprietários e em prejuízo dos trabalhadores. Uma evidência disso foi que as ordens de despejos das áreas ocupadas eram expedidas rapidamente pelo poder judiciário, enquanto processos de desapropriação demoravam anos para serem avaliados e julgados. Nesse sentido, o *Rito Sumário*, uma ação política do governo que legalmente “seria

favorável ao processo de reforma agrária, tornou-se obsoleto devido a suas lacunas e possibilidades interpretativas”⁶³⁰.

Outra estratégia *legal* que o governo FHC edificou para punir os movimentos sociais que lutavam por terra e que utilizam da *ocupação* como instrumento de luta foi a da criação da Medida Provisória 2.109-49, de 27 de fevereiro de 2001, pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Essa Medida Provisória foi criada estrategicamente para que os movimentos sociais do campo não fizessem ocupações, pois haveria reações imediatas e punitivas ao processo de desapropriação e ao grupo que fazia as ocupações, como sua exclusão dos ocupantes dos programas de reforma agrária. Para Feliciano, essa medida era a evidência de uma posição autoritária, inconstitucional e antidemocrática do governo FHC⁶³¹, sendo chamada pelos estudiosos como a “judicialização da reforma agrária”. A “judicialização” da reforma agrária fora explicitada na criminalização das ocupações de terra e no descaso do governo em solucionar o problema das famílias acampadas.

Em relação ao *espaço institucional*, foram criados mecanismos para sustentar as perspectivas de reforma agrária do governo (via mercado) e legitimar suas ações nessa área. Assim, criaram-se projetos e programas que tiravam o foco do problema agrário brasileiro e ao mesmo tempo esvaziava a importância dos movimentos sociais como interlocutores e fomentadores de políticas relacionadas ao campo. Dentre os projetos e programas, citam-se o *Programa Novo Mundo Rural*, o *Projeto Cédula da Terra*, o *Programa de Acesso Direto à Terra* e o *Banco da Terra*, que serão objetos de análise no próximo tópico deste capítulo.

O *espaço imaginário* foi construído pelo governo FHC, junto aos meios de comunicação, mediante a elaboração, construção, uso e divulgação de informações manipuladas e que não condiziam com as experiências históricas dos movimentos sociais. No *imaginário*, os espaços *legal* e *institucional* ganhavam visibilidade e vitalidade. O uso dos meios de comunicações era o principal instrumento para se construir o espaço imaginário. Por ora, os movimentos sociais e suas ações, quase sempre foram representados de forma pejorativa, arcaica e violenta, contra um projeto de *desenvolvimento moderno* do governo. A construção do espaço imaginário visava deslegitimar e desarticular o alcance político das lutas dos movimentos sociais⁶³².

⁶³⁰ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 59.

⁶³¹ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 62.

⁶³² FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 77.

No governo FHC, houve deliberadamente uma tentativa, por meio de campanhas publicitárias e grandes veículos de comunicação, para deslegitimar e criminalizar os movimentos sociais no campo, em especial, o MST⁶³³. O Movimento também utilizava o *Jornal Sem Terra* para fazer uma contraposição às representações sobre sua organização na grande imprensa que, a seu ver, estava a serviço das elites e do governo FHC.

No que tange ao governo FHC e às mídias, Bernardo Kucinski sublinha que os grandes meios de comunicação haviam “fechado” com o governo. “O sistema mídia como um todo fechou com o sistema de poder e por tabela como o sistema governo”. Apenas alguns poucos veículos isolados e de circulação restrita mantiveram-se críticos a FHC e fora do sistema de apoio ao presidente. Kucinski revela também que o apoio dos grandes meios de comunicação ao governo esteve ligado às privatizações nas telecomunicações e concessões de novas frequências para transmissão de rádio, TV e áreas de exploração de TV a cabo. Com isso, o governo poderia barganhar, através do Ministério das Comunicações, com os grandes empresários das telecomunicações o apoio ao Governo. Para o autor, o discurso jornalístico durante o governo FHC foi essencialmente político e não era para informar, mas sim para persuadir a sociedade. Tratava-se de um “discurso único”, que “não considerava o homem como protagonista das histórias e sim as empresas, os executivos, os fundos de pensão, enfim as várias representações do capital e seu processo de acumulação”⁶³⁴. Nesse sentido, os meios de comunicação foram utilizados para se criar um único entendimento: que a economia estava bem, estabilizada, e que o país estava no rumo certo.

Ao falar sobre as táticas da “mídia de FHC”, Kucinski destaca que a mídia se tornou uma espécie de instrumento do governo, com manobras diversionistas, de desinformação e da

⁶³³ Conforme Neves da Silva, as mídias foram estratégicas para representar negativamente o MST e suas ações. Assim: “A mídia possuía um papel especial na tática do governo federal de derrotar o MST. A exposição do movimento nos meios de comunicação, em especial os mais populares, tais como TVs abertas, tinha o objetivo de criminalizá-lo. Ou seja, formar opinião pública contrária ao movimento, caracterizando-o como insensível ao diálogo de efetivação da reforma agrária” (2004, p. 94). Sobre as relações e tensões envolvendo o MST nas mídias, destacam-se as seguintes pesquisas: MENDONÇA, Maísa. *O MST na mídia*. Biblioteca mídia e movimentos sociais. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 17/06/2012; GUARESCHI, Pedrinho A. “Essa gentalha infeliz”: a representação social dos sem-terra segundo Mendeski. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Os Construtores da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.199-231; FONTES, Solon S. *O movimento social pela terra e a reforma agrária no Brasil: uma leitura da revista Veja*, ao final dos anos 90. Salvador: FFCH/UFBA, dezembro de 2001 (MIMEO); SOUZA, Eduardo F. *Do Silêncio à Satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004; SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Quando o MST é Notícia*. Dourados: Editora UFGD, 2008; ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”*. Disponível em: <http://dixa.iuperj.br/artigosMST2.pdf>. Acesso em: 17/10/2012; ARBEX JÚNIOR, José. *Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre mídia e poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2006; MARAMBAIA, Hudson P. *A Dinâmica do MST na Grande Imprensa: uma arquitetura de significados*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia – UFBA.

⁶³⁴ KUCINSKI, B., *A Mídia de FHC e o fim da Razão*, p. 183-186.

reiteração das “verdades” autoproclamadas pelo discurso oficial. Assim, a mídia “agiu coletivamente como um corpo de bombeiros do governo, acionada regularmente para apagar incêndios provocados por jornalistas ou veículos que isoladamente não haviam entendido ou aceito as regras do jogo”. Isto é, a mídia estava a serviço do governo FHC. Quando se davam as crises, ela era “bombeira”, buscando “apagar” os discursos críticos, contrários ao governo, e passar uma imagem positiva de que FHC e sua equipe estavam empenhados em resolver os problemas, em nome da estabilidade econômica e da sociedade brasileira⁶³⁵.

A partir do espaço legal, institucional e imaginário, o MST, por sua vez, entendia que o governo FHC organizava suas “artimanhas para destruir os movimentos sociais”. Além da violência contra os sem-terra e o caráter autoritário do governo, ressalta-se a *criminalização* do MST, em que centenas de lideranças foram perseguidas, presas e mortas. Era a *criminalização da luta pela terra*, e o MST publicava diversos textos denunciando essa questão.

Então, para garantir o sucesso do modelo econômico e agrícola, era preciso calar, frear os que lutam contra o modelo e por uma reforma agrária verdadeira. Passaram a implementar diversas medidas políticas, judiciais, legislativas e operacionais que representaram um cerco ao MST e aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Uma das medidas foi a repressão mais inteligente e sofisticada, feita pela Polícia Federal, através do Poder Judiciário, de inúmeros processos contra lideranças. Prisões, torturas etc. Foi no governo FHC que houve o maior número de prisões e processos contra lideranças de trabalhadores rurais⁶³⁶.

Conforme o MST, uma das “artimanhas” do governo era abrir processos contra os sem-terra e efetuar prisões de lideranças. Nesse sentido, utilizou-se da inteligência e sofisticação da Polícia Federal para espionar e incriminar dirigentes do Movimento. Em junho de 1997, a Direção Nacional do MST denunciava as ações do governo federal e dos estaduais por utilizarem seus serviços de inteligência para mapear e grampear os telefones das secretarias do Movimento e de suas lideranças⁶³⁷. Para o MST, em vez de FHC se preocupar com a reforma agrária, suas ações estavam mais focadas em “sufocar o MST”⁶³⁸, divulgar mentiras sobre sua organização e realizar prisões dos seus dirigentes. No editorial de maio de

⁶³⁵ KUCINSKI, B., *A Mídia de FHC e o fim da Razão*, p. 191-192.

⁶³⁶ As artimanhas do governo para destruir os movimentos sociais. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2002, ano XX, n. 217, p. 10.

⁶³⁷ Espionagem contra sem-terra. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1997, ano XVI, n. 169, p. 4.

⁶³⁸ A ordem é sufocar o MST. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1997, ano XVI, n. 172, p. 2.

2000, o Movimento ressalta que reforma agrária não se fazia “com mentiras e prisões”⁶³⁹, mas sim com vontade política e diálogo com os movimentos sociais. Ao refletir sobre a política agrária no governo FHC, Carvalho Filho vai ao encontro dos discursos do MST, no sentido de que o governo, com apoio dos meios de comunicação, “reforçou sua linha de desqualificação dos movimentos sociais, procurando agora, mais claramente, criminaliza-los. Ou seja, voltar à prática de tratar a questão social como caso de polícia – mandar prender, manter o controle para que nada, de fato, mude”⁶⁴⁰. Nesse processo, a reforma agrária foi tratada como caso de polícia.

Uma das prisões de lideranças do MST que teve ampla repercussão midiática foi a de José Rainha Junior, que militava pelo Movimento na região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. Essa liderança havia sido acusada de coautoria em duplo homicídio, ocorrido em junho de 1989, no município de Pedro Canário, no estado de Espírito Santo, e foi condenada a vinte e seis anos e seis meses de prisão, em primeiro julgamento realizado em junho de 1997. Para o MST, a perseguição e a prisão de José Rainha foram injustas e o militante foi alvo político, sobretudo porque era uma liderança ativa do Movimento na época⁶⁴¹. Em julho de 2007, o *Jornal Sem Terra* pontua em uma matéria que José Rainha teria direito a um segundo julgamento e que o aguardaria em liberdade⁶⁴². O interessante dessa matéria e que auxilia nas reflexões é a charge na qual FHC parece demonstrar *satisfação* com a provável prisão de José Rainha.

⁶³⁹ Reforma agrária não se faz com mentiras e prisões. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2000, ano XVIII, n. 200, p. 2.

⁶⁴⁰ CARVALHO FILHO, J. J. de., *Política Agrária*, p. 96.

⁶⁴¹ José Rainha Júnior foi afastado do MST, em 2004, por divergir e negligenciar as posições políticas e princípios organizativos do Movimento. Em 14 de maio de 2007, a Direção Nacional do MST lançou uma nota de esclarecimento reafirmando que Rainha não fazia mais “parte de nenhuma instância nacional, estadual ou local do MST [...]. E, portanto, em seus pronunciamentos públicos, audiências com autoridades e nos espaços que a mídia tem lhe reservado ele fala unicamente em nome pessoal e não em nome do MST”. Ver: MACHADO, Cristiano. Em carta, MST reforça punição a José Rainha. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u92773.shtml>. Acesso em: 30/05/2014, às 11h17min.

⁶⁴² No segundo julgamento, realizado em Vitória/ES, no dia 5 de abril de 2000, José Rainha foi inocentado do suposto crime que havia cometido. A defesa conseguiu provar que Rainha estava longe do local no dia em que havia ocorrido duplo homicídio.

Imagem 40 – Mais um Zé no banco dos réus



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1997, ano XVI, n. 170, p. 9.

A referida charge, de autoria de Luscar, contém três cenas, e em todas elas o presidente está sentado de pernas cruzadas em um sofá, na frente de uma TV. Provavelmente, em sua casa, num momento de descanso, FHC liga a TV para se entreter um pouco. Na primeira cena, o noticiário mostra a imagem de José Rainha em destaque e informa que ele aguardará o segundo julgamento em liberdade. Na segunda cena, a reação do presidente é imediata, seu semblante muda, o que evidencia que a notícia não lhe agrada. Assim, pega o controle e troca de canal. No terceiro momento, aparece a imagem de José Rainha em uma prisão, *atrás das grades*, o que provoca risadas sarcásticas de FHC: “rê, rê, rê...”. A face do presidente se altera em relação à segunda cena, e o seu sorriso indica felicidade imensa ao ver o militante do MST na prisão. Com um toque de humor, e para além da figura de José Rainha, o Movimento representa que o presidente agia para colocar as lideranças do MST na cadeia.

Ao reprimir e criminalizar as ações dos sem-terra, o governo passa a imagem de que o MST agia na *ilegalidade* e a de que suas manifestações não eram legítimas e, por vezes, carregadas de violência e baderna. Nesse contexto, como forma de isolar politicamente o MST, o governo descredenciou diversas cooperativas ligadas ao Movimento⁶⁴³. Ao refletir sobre as ações de isolamento e repressão do governo FHC em relação ao MST, Maria Conceição D’Incao sublinha que era uma “demonstração evidente de autoritarismo e da discriminação dos setores populares constitutiva da sociedade brasileira”⁶⁴⁴, e o Brasil seria democrático apenas no “plano formal”, pois nas práticas ainda havia muito a caminhar. E em relação à reforma agrária, como as ações do presidente e as de seu governo foram representadas pelo MST? Houve avanços no processo de reforma agrária nos oito anos em

⁶⁴³ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 240-241.

⁶⁴⁴ D’INCAO, M. C., *O MST e a Verdadeira Democracia*, p. 213.

que FHC foi presidente? Essas são algumas indagações que permearão as reflexões do próximo tópico.

3.4 “Nhén, Nhén, Nhén e Blá, Blá, Blá”: “tucanóquio” da reforma agrária

Reforma agrária e FHC nunca combinaram, conforme as representações do MST. Antes mesmo de concretizar sua vitória nas urnas, FHC fora apresentado como aquele que “enterraria” a reforma agrária⁶⁴⁵. Apoiado pelos “latifundiários”, estes não permitiriam “mudanças na estrutura fundiária e muito menos uma ampla reforma agrária”⁶⁴⁶. O modelo de desenvolvimento político e econômico do governo FHC, o neoliberalismo, era uma barreira para a conquista da *verdadeira* reforma agrária, segundo a Direção Nacional do Movimento. As ações de FHC e as de seu governo, em relação à reforma agrária, eram constantemente repudiadas e motivo de muitas críticas do MST.

Para o Movimento, o presidente era um *enrolador*, só discursava e prometia, mas nada de ação. Em diversos editoriais, o MST representou essa questão de forma humorada, por meio das charges. A forma mais incisiva de elaborar essa representação foi expor sarcasticamente o presidente nas charges, como se ele não falasse *nada com nada*. A expressão utilizada foi: “nhén, nhén, nhén e blá, blá, blá”. No editorial de outubro de 1995, a Direção Nacional destacava: *Vamos tirar a reforma agrária do papel*. O texto questionava o fato de o presidente, mais novo “defensor da reforma agrária”, ter o discurso “incoerente” em relação à sua prática⁶⁴⁷. Ao relatar que FHC era “defensor” da reforma agrária, obviamente, o Movimento utilizava-se da ironia e explicitava a falta de ação do presidente nos processos que diziam respeito à desapropriação de terras. Na charge, a seguir, observa-se de forma humorada o *cozinheiro FHC* enrolando o *rocambole*.

⁶⁴⁵ Uma eleição histórica. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1994, ano XIII, n. 140, p. 2.

⁶⁴⁶ Venceu a Mentira. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1994, ano XIII, n. 141, p. 2.

⁶⁴⁷ Vamos tirar a reforma agrária do papel. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1995, ano XIV, n. 152, p. 2.

Imagem 41 – Governo Rocambole



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1995, ano XIV, n. 152, p. 2.

Na charge, de autoria de Marcio Baraldi, FHC é o cozinheiro chefe do denominado “Governo Rocambole”. A associação do governo ao *rocambole*⁶⁴⁸ é pelo fato de que este seria todo enrolado, isto é, envolto em si mesmo. Com um avental sobre o terno e um chapéu de chefe, o presidente ensina para um grupo de pessoas os *truques* de seu governo para se fazer um rocambole, e assim explica: “primeiro aplique uma camada de promessas doces...”. Ao dizer o primeiro passo, utilizando uma colher retira da panela os ingredientes: “nhén, nhén, nhén e blá, blá, blá”. Atentamente, as pessoas, que representam trabalhadores rurais sem-terra, ouvem o cozinheiro aplicar as “promessas doces”. O cômico é que o próximo passo da receita é juntar as “promessas doces” aos trabalhadores e *enrolá-los* junto com a massa. Enquanto *enrolava a massa*, o presidente demonstrava satisfação e felicidade, dando muitas gargalhadas. FHC é, então, personificado como um enrolador – só discursava e não tinha efetividade na prática.

Um Governo tartaruga e enrolador era o título do editorial de agosto de 1996. Nele, o Movimento define FHC e seu governo como “inertes”, pois falam “muito na imprensa, mas, na prática, tem feito muito pouco”. Percebe-se que, ao qualificar o presidente e sua equipe como “inertes”, o discurso do jornal prossegue numa *perspectiva continuísta*, pois em relação aos presidentes e governos anteriores essa qualificação também se procedeu. Na concepção do MST, faltava “vontade política” do presidente para encampar um programa de reforma agrária

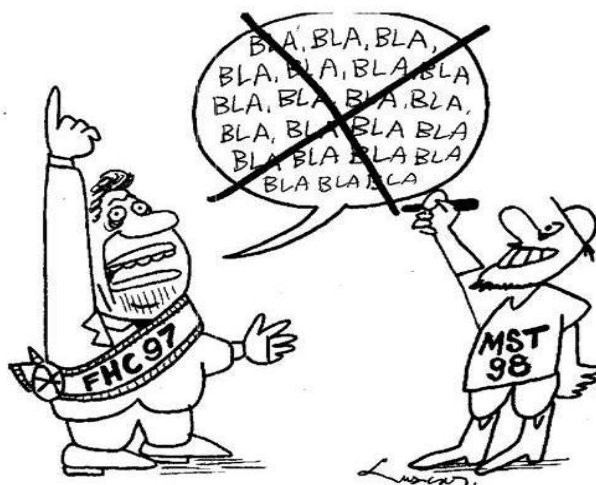
⁶⁴⁸ Bolo fino em forma cilíndrica. Na sua produção, a cobertura é passada sobre o bolo, para que este seja então enrolado sobre si mesmo.

que alterasse a estrutura fundiária do país. É interessante que, nesse editorial, o Movimento reconhece certo *avanço* nos trâmites que envolviam as desapropriações de terras; contudo, mesmo sobre esses, entendia-se que havia alguma coisa errada por trás. Assim, elencava:

Também podemos computar como avanço a melhoria da Lei do Rito Sumário, aprovada pela Câmara dos Deputados. É bem verdade que, por baixo do pano, o governo fez um acordo com a bancada ruralista para encaminhar outro projeto que vai alterar a Lei e prejudicar a reforma agrária como um todo⁶⁴⁹.

A atitude de reconhecer o “avanço”, mas, ao mesmo tempo, negá-lo indica que o governo era personificado sob uma única perspectiva, a *ruim*. Essa representação de FHC partia de um prisma maniqueísta: bem ou mal. Para o MST, pelas representações analisadas, não havia possibilidade de FHC fazer algo bom para a reforma agrária sem que não houvesse interesses por trás (ou difusos). As representações de que FHC não passava de um “enrolador” permaneceram durante seus mandatos e o MST ironizava o presidente ao *falar muito e fazer pouco* em relação à reforma agrária. Em suas audiências com as entidades representativas dos trabalhadores rurais, FHC era o mestre da “enrolência”⁶⁵⁰, ou seja, *falava de tudo* mas não *fazia de nada*. Na última publicação do ano de 1997, ao fazer um balanço sobre a reforma agrária no país, por meio de uma charge de autoria de Luscar, o MST expõe os “blá, blá, blás” de FHC.

Imagem 42 – Balanço da Reforma Agrária



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1997 e jan. de 1998, ano XVI, n. 175, p. 2.

⁶⁴⁹ Um governo tartaruga e enrolador. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1996, ano XV, n. 161, p. 2.

⁶⁵⁰ Audiência com o governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1999, ano XVII, n. 191, p. 14.

Nesse editorial, o MST critica FHC e seu governo por beneficiarem somente os grandes proprietários de terras e também ressalta que era improvável uma reforma agrária com o modelo econômico implementado pelo presidente. FHC era um governante só de discurso e enganava “a opinião pública através da propaganda de falsas saídas para a reforma agrária”⁶⁵¹. Na imagem, o presidente, com a faixa presidencial escrita “FHC 97”, em referência ao ano de 1997, que se findava, discursava avidamente sobre os feitos de seu governo. Com o braço direito levantado e demonstrando confiança naquilo que fala, o presidente diz: “blá, blá, blá, blá, blá...”. O MST ironiza os discursos do presidente, como se eles fossem vazios e não condissessem com as experiências históricas vivenciadas pelos trabalhadores. Em uma atitude ousada face àquilo que FHC discursava, um integrante do MST riscou, com um “X”, os “blá, blá, blá, blás” do presidente. Muito mais que *riscar* seu discurso, no sentido de que não acreditava nele, o MST nega FHC, seu modelo de desenvolvimento e o que ele projetava em termos de reforma agrária para o Brasil. Riscar seu discurso se configurava também como um ato de resistência ao presidente e às suas ações.

FHC vivia apenas de “propagandas”⁶⁵² e “encenações” para a imprensa, assim salientava o MST: “O governo Fernando Henrique Cardoso começa a adotar um estilo muito parecido com seus antecessores. Ou seja, muita propaganda. Encenações para a imprensa e para a opinião pública. Na prática, quase nada faz”⁶⁵³. Por suas propagandas e encenações, o presidente era considerado um *mentiroso*. Para o MST, FHC mentiu durante os seus dois mandatos na presidência da República. A representação de mentiroso permeou a maioria das edições publicadas entre os anos de 1995 e 2002. Nesse sentido, os discursos do jornal chamavam a atenção dos integrantes do Movimento e demais leitores para que resistissem e não acreditassem nos discursos do governo.

Na edição de janeiro/fevereiro de 1996, o MST destaca que “mesmo que o governo FHC não queria e adote um discurso cada vez mais imperial, a luta pela reforma agrária não depende de sua ‘licença’ ou aprovação”⁶⁵⁴. O Movimento acreditava que FHC não tinha projeto de reforma agrária e referir-se ao seu discurso como se fosse “imperial” era a evidência de que, para sua organização, FHC pretendia *unificar* um discurso que servia aos seus interesses. Os trabalhadores não poderiam “esperar pelo governo” e “só a mobilização” mexeria com a situação vivenciada e com “um governo tão insensível”⁶⁵⁵. A ação de *mentir*

⁶⁵¹ Balanço da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1997 e jan. de 1998, ano XVI, n. 175, p. 14.

⁶⁵² Reforma agrária, só propaganda. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1997, ano XVI, n. 170, p. 2.

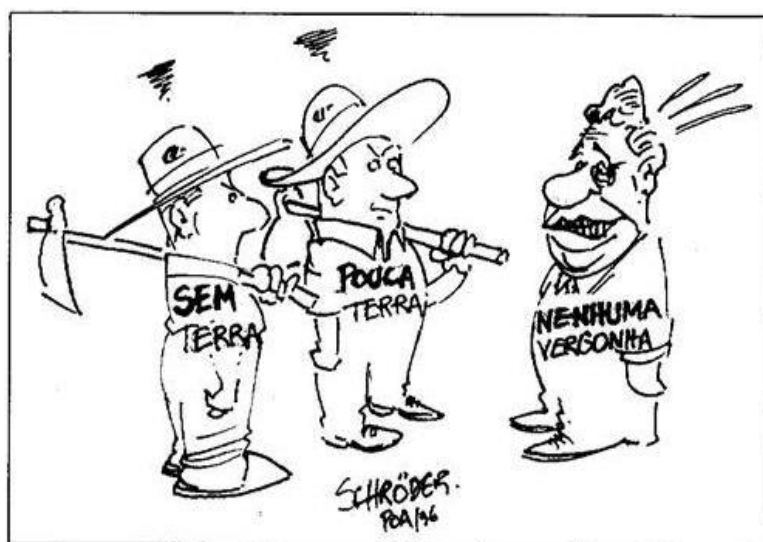
⁶⁵³ Balanço da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1997 e jan. de 1998, ano XVI, n. 175, p. 14.

⁶⁵⁴ Não podemos esperar pelo governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1996, ano XV, n. 155, p. 2.

⁶⁵⁵ Só mobilização mexe com esse governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1996, ano XV, n. 156, p. 2.

para a sociedade fez com que FHC fosse considerado pelo MST como um “sem vergonha”. A charge publicada no editorial de março de 1996, de autoria de Schroder, expressa tal representação.

Imagem 43 – Só mobilização mexe com esse governo!



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1996, ano XV, n. 156, p. 2.

A charge traz três personagens em cena. *Sem Terra* e *Pouca Terra* representam os trabalhadores rurais; e *Nenhuma Vergonha*, FHC. Com uma enxada no ombro, demonstrando insatisfação e cara de *poucos amigos*, *Sem Terra* e *Pouca Terra* olham fixamente para *Nenhuma Vergonha*. O presidente, estático e com um semblante *envergonhado*, nada diz. A cena apresentada na charge é uma crítica ao governo FHC, pois, conforme o MST, o governo *mentia* para a sociedade em relação ao que vinha sendo realizado face à reforma agrária e às políticas voltadas aos pequenos proprietários rurais. Nesse contexto, uma das representações mais enfatizadas pelo MST, sobre FHC, foi a da criação do personagem “tucanóquio” da reforma agrária. A charge, publicada no editorial de julho de 1996, de autoria de Marcio Baraldi, com o título *FHC: é hora de fazer e não prometer*, torna-se significativa para reflexão.

Imagem 44 – Tucanóquio



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1996, ano XV, n. 160, p. 2.

O personagem “tucanóquio” é uma metáfora para representar sarcasticamente FHC. O nome se refere ao personagem infantil *Pinóquio*⁶⁵⁶ e ao pássaro que é o símbolo do PSDB, partido do presidente. No primeiro quadro da imagem, dois trabalhadores rurais: um homem e uma mulher, provavelmente, situados em uma área ocupada pelo MST, estabelecem diálogo. O homem exclama para a mulher: “descobri porque os tucanos têm o bico tão comprido!...”; e a mulher indaga: “por quê?”. No segundo quadro, o trabalhador, demonstrando estar muito *raivoso*, diz: “Ele cresce toda vez que eles contam uma mentira!!!”. A trabalhadora também evidencia, por meio de sua expressão facial, sua *indignação* com tal fato. Em cima de uma cerca de arame farpado, a qual representa as *amarras* do latifúndio, está o personagem principal: tucanóquio. Com seu bico imponente, tucanóquio diz: “Já assentei 60 mil famílias!!! Róóó-róóó”. O interessante em tucanóquio é que seu olhar denuncia *insegurança* em relação ao discurso proferido. Com suas “mentiras”, o seu bico cresce cada vez mais. No editorial em que fora publicada a charge, a Direção Nacional do MST cobra diretamente o presidente FHC, e não sua equipe de governo, a responsável pelos assuntos voltados à

⁶⁵⁶ *Pinóquio* é um personagem de ficção cuja primeira aparição foi em 1883, no romance “As aventuras de Pinóquio”, escrito por Carlo Collodi; desde então, a obra teve inúmeras adaptações. Esculpido a partir do tronco de uma árvore pelo entalhador chamado Geppetto, Pinóquio nasceu como um boneco de madeira, mas que sonhava em ser um *menino de verdade*. Na ficção, toda vez que Pinóquio contava alguma mentira, o seu nariz crescia.

reforma agrária. Assim, sublinha que o presidente é “insensível” às causas sociais e que sua política agrária era “ineficiente”⁶⁵⁷.

Nessa direção, percebe-se a dificuldade do MST, no que se refere à concepção de Estado e de composições de Governo. Havia uma perspectiva ideológica no discurso do *Jornal Sem Terra* que apresentava uma visão reducionista das experiências históricas. Entende-se que os Governos não são *forças isoladas* da sociedade. Ou seja, eles e a sociedade civil não estão separados. Marion Brepohl de Magalhães, quando pensa o Estado e a política no Brasil, enfatiza que a ideia de que “Estado e sociedade civil são duas instâncias separadas” não se sustenta historicamente, principalmente por dois aspectos: 1) no interior do Estado (entendido como Executivo, Legislativo e Judiciário), existem diversas forças e interesses representados; 2) as instituições que compõem os aparelhos do Estado são interpeladas continuamente pela sociedade civil, através de instituições como “imprensa, as organizações sociais (sindicatos, partidos, associações de interesses das mais diversificadas, Igreja e outros), sem contar os movimentos sociais espontâneos não institucionalizados, que também realizam pressão contra esta ou aquela deliberação de ordem política”. O Estado não é apenas um *locus* de poder, mas sim uma “relação social por onde circulam diversos poderes”⁶⁵⁸.

Dessa forma, no interior do Estado e na composição dos Governos, existem diversos grupos lutando por seus interesses. Ao atribuir responsabilidade sobre a não efetivação da reforma agrária e sobre outras questões à pessoa do presidente, de forma isolada, o MST evidencia sua fragilidade para analisar criticamente os problemas sociais e econômicos do país, sem ao menos fazer uma leitura das políticas públicas e da reprodução das desigualdades sociais, por exemplo. A visão do Movimento se fundamentava em uma análise simplista e personalista, como se o presidente FHC fosse do *lado do mal*. Assim, nada de bom poderia vir das suas ações.

Ao efetuar a representação de FHC como tucanoquiro, o Movimento questiona as promessas e os dados sobre o número de famílias assentadas no país. Vale pontuar que, no final de todos os anos, o *Jornal Sem Terra* publicava um *balanço* sobre a reforma agrária, contabilizando o número de famílias sem-terra assentadas. Nesses balanços, os dados divulgados pelo governo sempre eram questionados pelo MST, no sentido de que os números apresentados estavam *mascarados e superfaturados*⁶⁵⁹. A síntese desses dados era que FHC

⁶⁵⁷ FHC: é hora de fazer e não prometer. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1996, ano XV, n. 160, p. 2.

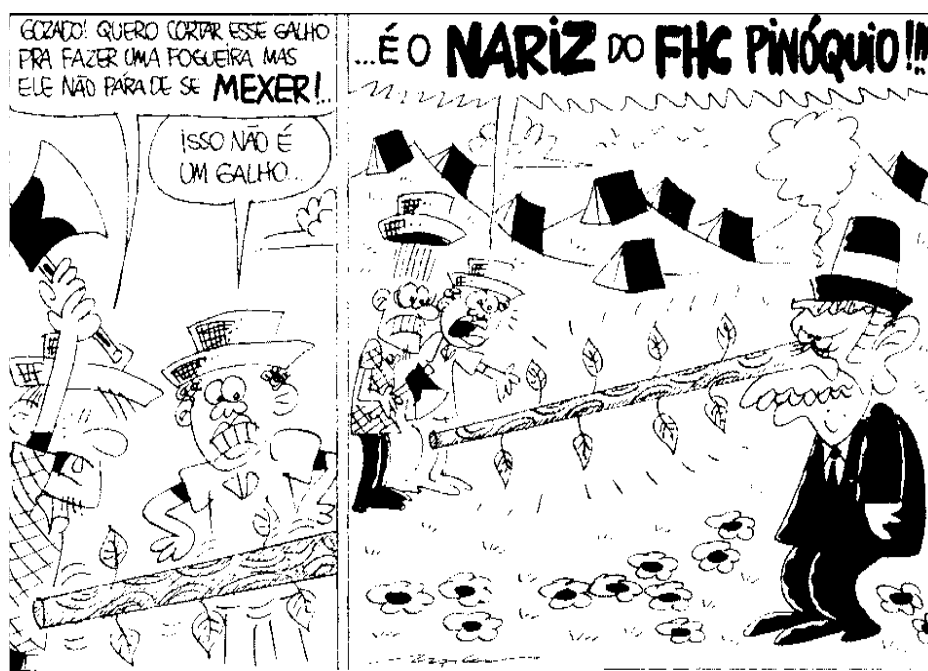
⁶⁵⁸ BREPOHL DE MAGALHÃES, M., *Paraná: política e governo*, p. 12-13.

⁶⁵⁹ Ver: As mentiras do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1996, ano XV, n. 155, p. 5; Balanço da Agricultura e Reforma Agrária em 1996. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 1997, ano XV, n. 165, p. 2; Balanço da Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1997 e jan. de 1998, ano XVI, n. 175, p. 2;

se caracterizava como um *mentiroso*. Em diversos editoriais e matérias do jornal o presidente foi representado de forma jocosa e, até certo ponto, ridicularizado. Sua face sempre trazia um *nariz enorme*, alusão ao personagem Pinóquio.

Nesta tese, não são analisados todos esses balanços e dados detalhadamente, mas chamar-se-á atenção para as *lutas de e por representações* envoltas nos dados apresentados pelo governo e nos questionamentos do MST. Havia um *jogo*, ou melhor, uma *batalha* de dados entre governo e MST permeada de tensões e interesses conflitantes entre estes. O governo FHC apresentava seu balanço anual e, logo em seguida, o MST questionava esse balanço, taxando o presidente e sua equipe de mentirosos. Na sequência, outras charges que representam FHC como o *Pinóquio da reforma agrária* no Brasil.

Imagem 45 – FHC Pinóquio



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1998, ano XVI, n. 178, p. 13

As mentiras do Governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 10; Governo FHC mente e manipula dados. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2001, ano XIX, n. 207, p. 9; As mentiras de FHC sobre a Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 2001, ano XX, n. 215, p. 8; Balanço da Reforma Agrária que não existe. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2002, ano XX, n. 217, p. 8

Imagem 46 – Mais uma mentira do governo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1998, ano XVII, n. 185, p. 10.

Imagem 47 – As mentiras do governo FHC



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 10.

Imagem 48 – Um governo vergonhoso!



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2001, ano XX, n. 214, p. 2.

Imagem 49 – A Reforma Agrária que não existe



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2002, ano XX, n. 217, p. 2.

Imagem 50 – A farsa da Reforma Agrária



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2002, ano XX, n. 220, p. 2.

As charges mencionadas sinalizam para uma representação comum: FHC com um *nariz enorme*, o que expressa ser o presidente um *mentiroso*. Na *imagem 45*, de Marcio Baraldi, o cenário é uma área ocupada por integrantes do MST – observam-se, no fundo do segundo quadro, os barracos de lona em que viviam os sujeitos acampados. Um trabalhador, ao tentar cortar um galho de madeira, desabafa a um companheiro: “Gozado! Quero cortar esse galho para fazer uma fogueira mas ele não para de se mexer!” Com um olhar de espanto, seu companheiro responde, prontamente: “Isso não é um galho... é o nariz do FHC Pinóquio!!!”. O trabalhador que queria cortar o galho demonstra surpresa e espanto. FHC, por sua vez, evidenciando estar descontente com a situação e apresentando uma postura curvada, devido ao *peso do seu nariz* de Pinóquio, apenas olha para os trabalhadores, não diz nada. O silêncio de FHC revela que ele não tinha justificativas para o que estava acontecendo em relação à reforma agrária no país. Para o MST, FHC preferia “mentir” e “enganar” os trabalhadores com o auxílio das mídias, em vez de fazer algo eficaz em prol dos processos de desapropriação de terras e de assentamentos de famílias sem-terra.

Nas charges 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria de Luscar, além do *nariz de Pinóquio* na face do presidente, as imagens trazem outros elementos, como a representação de que, para FHC, a reforma agrária “vai bem”, e a de que se estava fazendo a “maior reforma agrária do mundo”. O “cara de pau” FHC utilizava-se dos meios de comunicação para discursar no sentido de que estava realizando uma reforma agrária ampla, que atendia aos interesses dos trabalhadores rurais sem-terra. As expressões faciais do presidente, nas charges, sugeriam dúvida, não davam credibilidade a seus discursos. Mais que isso, as charges, além de engraçadas e sarcásticas, ridicularizavam a imagem do presidente. O interessante também eram os títulos dos textos que acompanhavam as imagens: *Mais uma mentira do governo*, *As mentiras do governo FHC*, *Um governo vergonhoso!*, *A Reforma Agrária que não existe*, e *A farsa da Reforma Agrária*. O teor dos textos girava em torno das “mentiras” de FHC sobre as ações do governo face à reforma agrária.

A verdade é que a política do governo FHC para a agricultura familiar e para a reforma agrária é vergonhosa, mentirosa e irresponsável. E, seguindo à risca a cartilha dos banqueiros internacionais, no mês de julho o governo recebeu mais uma visita de seus patrões: a missão do FMI. E o resultado foi o corte de 56% de todos os recursos para o crédito rural para a reforma agrária⁶⁶⁰.

⁶⁶⁰ Um governo vergonhoso. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2001, ano XX, n. 214, p. 2.

Todo ano é a mesma história. O governo FHC reúne a imprensa e apresenta números milagrosos, que mais e mais famílias foram assentadas. Contrata empresas de publicidade e mais propaganda na televisão, na qual tudo parece bonito. Infelizmente a realidade é bem diferente. Os acampamentos aumentam a cada dia ao longo das estradas. A pobreza e o desespero aumentam entre milhares de famílias de pobres do campo, que não tem mais alternativas. Não há trabalho na cidade. Não há renda no campo e a reforma agrária está parada⁶⁶¹.

Há tempos, o MST e os vários movimentos de luta do campo vêm denunciando que a reforma agrária do governo FHC é uma farsa. [...]. Tanta mentira e tanta incompetência na construção de uma realidade fictícia não teria se sustentado por muito tempo sem a complacência dos grandes meios de comunicação do país. Durante todo o Governo FHC a mídia teve comportamento chapa branca⁶⁶².

Além de elencar as *mentiras* de FHC, o MST denunciava o fato de os grandes meios de comunicação estarem articulados com o governo na divulgação dos dados sobre reforma agrária e de auxiliarem o presidente a *enganar* a sociedade brasileira. Assim, pelo fato de serem *patrocinados* pelo governo, os meios de comunicação se comportavam como “chapa branca”, divulgando aquilo que era de interesse do presidente. Por este viés, o Movimento ironizava que a reforma agrária de FHC existia só na televisão, conforme as charges 40 e 41. Na edição de janeiro de 2002 do *Jornal Sem Terra*, em matéria intitulada *Balanço de uma Reforma Agrária que não existe (1995-2001)*, o Movimento faz um balanço dos sete anos em que FHC estava na presidência. No teor dessa matéria não se foge dos balanços de anos anteriores, pois seu objetivo principal é questionar os dados divulgados pelo governo. Nota-se, então, certa continuidade nos discursos nos oito anos de mandato de FHC. Conforme o MST, havia “manipulação dos dados”. Na contabilidade do governo, entre os anos de 1995 e 2001, haviam sido assentadas 545.683 famílias; enquanto para o MST, esse número era de 266.998 famílias⁶⁶³. Desse modo, a diferença entre o número de famílias assentadas segundo governo e MST era de 278.685 famílias. De acordo com as representações do MST, no Brasil não havia reforma agrária e o Governo mentia descaradamente.

A luta de e por representações entre MST e governo FHC em volta dos dados sobre as famílias assentadas no Brasil, se estrutura no fato de haver diferença de concepção entre ambos no que se refere à *reforma agrária* e *famílias assentadas*. Na concepção do MST, FHC não tinha uma política de *reforma agrária*, e sim uma política de *assentamentos rurais*. Nesse

⁶⁶¹ A reforma agrária que não existe. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2002, ano XX, n. 217, p. 2.

⁶⁶² A farsa da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2002, ano XX, n. 220, p. 2.

⁶⁶³ Balanço de uma Reforma Agrária que não existe (1995-2001). *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2002, ano XX, n. 217, p. 8.

sentido, reforma agrária para o MST se baseava em uma *massiva desapropriação* da propriedade da terra, de forma que *alterasse a estrutura fundiária* do país. Ou seja, que se rompesse com o *caráter concentracionista* da terra. Essa massiva desapropriação de terras constituía parte fundante da ideologia socialista do MST, do enfrentamento às elites dominantes e da superação das desigualdades sociais.

Em texto escrito no início da década de 1990, Stedile ressalta que, para os grupos dominantes, não era necessário se efetivar um processo amplo de reforma agrária, em especial, porque o desenvolvimento do capitalismo no campo era exitoso. Em sua visão, o capitalismo se evidenciava no campo por três aspectos básicos. O primeiro seria a “acumulação”, aspecto básico do modo de produção capitalista. Os grandes proprietários rurais e grupos econômicos “passaram a acumular cada vez mais, estimulados pelas políticas econômicas do governo com créditos fáceis, com preços subsidiados para exportação, com uma ideia de benefício que ajudou as grandes propriedades acumular de uma maneira mais rápida”. O segundo era a “concentração”. Isto é, “o capitalista não fica mais satisfeito em acumular dentro da sua própria empresa. Quando a acumulação é tão grande, ele passa em seguida a comprar do vizinho, a comprar a terra dos pequenos proprietários”. O terceiro se caracterizava na “centralização”, em que o capitalista atuava em vários setores, “não só na agricultura, mas no comércio, na indústria, no capital financeiro”⁶⁶⁴.

A partir desses três aspectos, mudou-se a face dos grandes proprietários de terras no país, até então centrada, sobretudo, na figura do *coronel*. Agora a propriedade estava sob o poder dos grandes grupos econômicos, de diversos setores da economia⁶⁶⁵. Nesse processo, havia a desvalorização da pequena propriedade e de sua importância no processo produtivo brasileiro.

Ao associar reforma agrária com socialismo, Stedile acredita que ela tinha um caráter *anticapitalista*. Assim, reforma agrária deveria “abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura. E, por isso, adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção”⁶⁶⁶. Nessa perspectiva, a reforma agrária, necessariamente, teria um caráter socialista e entrava em choque com os interesses dos grupos dominantes. Para o MST,

⁶⁶⁴ STEDILE, J. P., *A Questão Agrária e o Socialismo*, p. 313-314.

⁶⁶⁵ De acordo com Stedile (1994), no início da década de 1990, quarenta e seis proprietários controlavam 60% das terras no país. Enquanto que 5 milhões de pequenos agricultores, meeiros e arrendatários ficavam com o restante das terras.

⁶⁶⁶ STEDILE, J. P., *A Questão Agrária e o Socialismo*, p. 319.

a utopia socialista era impraticável sem a conquista de uma reforma agrária ampla, com a desapropriação massiva da terra.

Na visão do MST, o governo FHC não realizava reforma agrária. Suas ações se pautavam em *políticas de assentamentos*, que visavam a atuar na resolução pontual de algumas áreas e conflitos gerados pelas tensões que envolviam a luta pela terra. Isto é, eram ações localizadas objetivando o assentamento de famílias, sobretudo, em áreas de conflitos. Essa compreensão também era a de Leite, que não qualificava as ações do governo FHC, assim como as de governos anteriores, como “processo de reforma agrária”, e sim como ações pontuais e setoriais que “têm forçado o governo a dar resposta às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, os mais diversos, num período de pelo menos quinze anos para cá, agindo, de certa forma, diferencialmente ao longo deste percurso temporário”⁶⁶⁷. A crítica e oposição do MST perante essa política era a de que ela não mexia na estrutura fundiária do país e nem resolvia os problemas de todas as famílias sem-terra, na medida em que era paliativa. A concentração de terras e o domínio dos grandes proprietários continuavam nessa perspectiva.

Outra questão que gerava disputas por representações entre MST e governo FHC era a que se estabelecia em torno do que se concebia como *família assentada*. O governo computava em seus dados as famílias assentadas por meio de desapropriação de terras, de regularização fundiária e de projetos de colonização, o que gerou inúmeras críticas do MST e de pesquisadores da reforma agrária, dentre eles Bernardo Mançano Fernandes, Claudinei Coletti, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Alberto Feliciano. Havia também a proeminência do governo assentar famílias no que se denominou de *Amazônia Legal*⁶⁶⁸ e não em áreas que há muito tempo vivenciava conflitos, fato esse que também gerou críticas e debates em torno das ações de FHC e de sua equipe de governo. Na concepção do Movimento, ao considerar *tudo* como *famílias assentadas*, FHC *superfaturava* os dados para atingir suas metas.

Conforme Feliciano, o governo FHC dissimulava os dados a partir de uma “matemática”⁶⁶⁹, que atingia os números de acordo com suas estimativas. Outro pesquisador que fez análises críticas sobre os números apresentados pelo governo FHC foi Coletti. Para ele, em primeiro lugar, os dados buscavam esconder a “fragilidade” do governo em sua

⁶⁶⁷ LEITE, S., *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente*, p. 170.

⁶⁶⁸ A chamada *Amazônia Legal* é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (região Norte), além de parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão.

⁶⁶⁹ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 54.

política de assentamentos, pois o assentamento de trabalhadores na Amazônia Legal, “longe dos grandes centros distribuidores e consumidores, não é, de forma alguma, a melhor estratégia para viabilizar economicamente os assentamentos”. Em seguida, os dados estavam “inflados”, para efeito de propaganda oficial de seu governo. A estratégia de inflar os dados e assentar trabalhadores na Região da Amazônia Legal tinha como objetivo desviar o olhar das regiões em que aconteciam mais conflitos, ocupações e acampamentos. Sobre a propaganda do governo FHC, Coletti ressalta:

A uma pressão efetiva dos movimentos sociais de luta pela terra, o governo Fernando Henrique Cardoso respondeu de maneira enviesada, apresentando números que demonstram a prevalência de “assentamentos” realizados na Amazônia Legal, para sustentar a propaganda e os números oficiais, os quais alardeiam que o governo FHC realizou, em oito anos, “a maior reforma agrária do mundo contemporâneo”⁶⁷⁰.

Mas, o que é família assentada para o MST? No entendimento da Direção Nacional, família assentada “precisa receber sua terra, ir morar nela e receber os recursos mínimos para reiniciar sua vida”⁶⁷¹. Desse modo, uma família para ser computada como *assentada*, para o MST, devia “receber” uma área nova (fruto de desapropriação) e todos os créditos necessários para o desenvolvimento produtivo da área. Por ora, famílias em áreas de *regularização fundiária* e *projetos de colonização* não poderiam ser computadas (ou consideradas) nos dados. As estratégias do governo para *inflar* os números eram vistas como “maracutaias” do presidente e de seu ministro da Reforma Agrária, Raul Jungman. Com essa compreensão, a reforma agrária do governo FHC era mais *televisiva* e no *papel*, do que na realidade.

Apesar de o entendimento do MST ser compartilhado por diversos pesquisadores da reforma agrária, já citados na tese, Martins, sociólogo nacional e internacionalmente conhecido por seus trabalhos face às questões que envolvem a reforma agrária no Brasil, critica o MST e intelectuais que concebem a reforma agrária unicamente no seu sentido clássico, mais restrito.

Qualquer ato do governo em relação à reforma agrária é questionado em nome do fato de que não se trata de reforma agrária. Autores e militantes dizem com frequência que a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no centro-oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma.

⁶⁷⁰ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 219-226.

⁶⁷¹ As mentiras do governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1999, ano XVII, n. 186, p. 10.

Estranhíssima interpretação. Todo o atual aparato institucional das oposições para lutar pela reforma agrária nasceu, floresceu e se consolidou com as sangrentas lutas dos posseiros, sobretudo, da Amazônia Legal, para terem seu direito à terra de trabalho reconhecido e legalizado⁶⁷².

Martins defende que a *regularização fundiária* é um ato legítimo de reforma agrária. “Apenas quem não reconhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior alcance”. E mais: “a regularização da situação fundiária dos posseiros de extensas regiões do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõem limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista que a atual”. Nessa direção, critica aqueles que consideravam os atos do governo FHC como *políticas de assentamentos* e não *reforma agrária*. Também destaca que reforma agrária é “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactuados da sociedade”. Para Martins, em 2000, era inútil dizer que havia “4,5 milhões de famílias sem-terra em todo o Brasil, se apenas cerca de sessenta mil assumem essa identidade”⁶⁷³. Ou seja, estavam acampadas. O autor defende que a reforma agrária, segundo os moldes do MST, era historicamente impossível, se pensada no contexto brasileiro contemporâneo.

Havia, então, diferenças de entendimento entre MST, governo FHC e intelectuais que estudavam as problemáticas que envolviam os processos de reforma agrária no Brasil. Diferenças à parte, a compreensão consensual é a de que a reforma agrária nunca foi visualizada pelos governos e governantes como prioridade e parte de um projeto de desenvolvimento nacional. Os movimentos sociais do campo tiveram muitas conquistas, em especial, a partir da década de 1970. Mas, no jogo político, suas ações e projetos entraram sempre em confronto com as elites agrárias e governantes ligados a elas. A concentração de terras permaneceu intocada⁶⁷⁴ e, quando muito, questionada em relação ao cumprimento das suas funções sociais.

Os assentamentos conquistados pelos sem-terra simbolizam a força, luta e resistência dos movimentos sociais do campo, mas as conquistas, infelizmente, estão às *margens* dos latifúndios. A concentração fundiária no Brasil foi e é uma realidade, e está sob a proteção do

⁶⁷² MARTINS, J. de S., *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível*, p. 106-107.

⁶⁷³ MARTINS, J. de S., *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível*, p. 107-108.

⁶⁷⁴ Ver dados sobre o índice de concentração de terras no Brasil: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

próprio Estado. Historicamente, a reforma agrária sempre foi uma demanda social ignorada pelos governos, e a redemocratização do Brasil não garantiu a democratização pela terra.

Em relação aos dois mandatos do governo FHC, a reforma agrária, como em governos anteriores, também não foi tratada como *prioridade*. Mas, devido às ações dos movimentos sociais do campo e de alguns acontecimentos como a Marcha Nacional do MST, em 1997, os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e o de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, a reforma agrária teve que ser, no mínimo, pauta do governo. Já em seu segundo ano na presidência, FHC criou o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Embora o tema *reforma agrária* estivesse nos programas políticos dos candidatos à presidência, em especial, a partir da redemocratização do Brasil, não houve ações efetivas que visaram a mudar o panorama da questão agrária. Para José Paulino de Carvalho Filho, o governo FHC adotou um conceito de reforma agrária de caráter claramente “compensatório” e “assistencialista”, agindo de forma pontual em algumas localidades e regiões⁶⁷⁵. Conforme Diego Pessoa Irineu França e Pablo Melquisedeque Souza e Silva, as políticas de reforma agrária do governo FHC serviram “muito mais para conter as tensões sociais desencadeadas no campo, resultantes do novo modelo adotado, do que para promover verdadeiras mudanças estruturais referentes à questão agrária⁶⁷⁶. Na visão de Jair Borin, a reforma agrária “não caminhou⁶⁷⁷ no governo FHC e as políticas voltadas ao campo valorizavam apenas as atividades desenvolvidas pelos grandes proprietários de terras.

Aliás, a ênfase na abertura e estabilidade econômica do governo FHC favoreceu significativamente o modelo de produção das grandes propriedades, voltadas à exportação, que passou a ser chamado de *agronegócio*. Considera-se o *agronegócio* como um conjunto de sistemas abrangente, que reúne, de forma diferenciada, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico. Esse modelo se desenvolveu com intensidade na década de 1990, a partir das corporações nacionais e transnacionais, e se tornou um “inimigo comum⁶⁷⁸ dos movimentos sociais do campo.

⁶⁷⁵ CARVALHO FILHO, J. J. de., *Política Agrária*, p. 91.

⁶⁷⁶ FRANÇA, D. P. I; SOUZA E SILVA, P. M., *A Política de Reforma Agrária nos Governos FHC e Lula e seus Rebatimentos na Região do Brejo*, p. 7.

⁶⁷⁷ BORIN, Jair. *Reforma Agrária no Governo FHC*, p. 23-27.

⁶⁷⁸ De acordo com Fernandes, “o inimigo comum dos movimentos camponeses em todo o mundo chamasse agronegócio. Ser um movimento camponês na América Latina significa lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio. Os países da América Latina possuem as concentrações fundiárias mais altas do mundo e seus territórios são intensamente controlados pelas corporações multinacionais” (2008, p. 77).

Nessa perspectiva, muitas dívidas dos produtores rurais foram renegociadas e novos créditos concedidos para que se modernizasse a produção. O mesmo não aconteceu com os pequenos proprietários, pois os programas e créditos voltados para o desenvolvimento de suas propriedades foram escassos. Como em tempos e governos pretéritos, no governo FHC os estímulos aos pequenos produtores ficavam à *margem* das grandes propriedades. É interessante que, entre 1995 e 2002, o MST não refletia sobre o conceito *agronegócio* no *Jornal Sem Terra*. Isto é, referia-se a *empresas nacionais e internacionais* que investiam o seu capital no campo, a partir de um modelo agroexportador. A palavra *agronegócio* apareceu no jornal de forma intensa no governo Lula.

Na contramão dos autores citados, Fausto elenca que FHC obteve *sucesso* em seu programa de reforma agrária, pois havia assentado “mais de 450 mil famílias”, número superior a qualquer governo desde a redemocratização⁶⁷⁹. Nota-se que Fausto reflete de maneira simplista sobre as problemáticas que envolveram a reforma agrária no governo FHC. Aliás, ele não problematiza o processo de reforma agrária no país, na medida em que, por exemplo, pensa em “esgotamento das propriedades improdutivas” em regiões de solo de melhor qualidade, o que inviabiliza o assentamento de famílias em determinadas localidades. Esse discurso se torna um tanto quanto falacioso, pois estudiosos⁶⁸⁰ da área apontam que ainda existem muitas terras passíveis de desapropriação em diversas regiões do país.

Ao analisar os oito anos de FHC na presidência, Fernandes compreende que os dois mandatos foram marcados por diferentes políticas de reforma agrária. No primeiro mandato, o presidente acreditava que eliminaria os conflitos por terra realizando uma “ampla política de assentamentos”⁶⁸¹. Ou seja, assentando as famílias acampadas resolveria o problema. Todavia, o problema não foi resolvido, sobretudo, porque estruturalmente a questão fundiária não se alterou. A concentração de terras persistiu e a demanda por reforma agrária entre os sem-terra aumentou. No segundo mandato, houve a ênfase no que se denominou “reforma agrária de mercado”, o que gerou inúmeras críticas dos movimentos sociais e organizações do campo, como: MST, CPT e Contag.

⁶⁷⁹ FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 506-507.

⁶⁸⁰ Ver dados e textos sobre o assunto na página do *Núcleo de Estudos da Reforma Agrária* (NERA) da UNESP/Presidente Prudente/SP - <http://www2.fct.unesp.br/nera>.

⁶⁸¹ FERNANDES, B. M., *O MST e as Reformas Agrárias do Brasil*, p. 78-79; _____. *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*; p. 2-3. No prefácio do livro “A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil”, publicado em 1991, FHC acreditava que não havia mais latifúndios no país e que não existiam muitas famílias de trabalhadores rurais sem-terra para serem assentadas. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. *A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991, p. 10.

Mas o que vem a ser *reforma agrária de mercado*? Por que o MST foi um opositor ferrenho dessa política do governo FHC? Quando se diz *opositor ferrenho* é porque nas edições do *Jornal Sem Terra*, desde o ano de 1997, o Movimento publicou diversos textos contrários a essa política, chamando FHC de “inimigo” da reforma agrária. Na concepção do Movimento, a ênfase a esse tipo de reforma agrária foi uma estratégia do presidente para atacar e isolar a organização do MST.

A denominada *reforma agrária de mercado* foi uma política de governo, a qual contou com o apoio financeiro do Banco Mundial⁶⁸². Com essa política desenvolveram-se alguns projetos nos quais a ênfase estava na integração dos pequenos trabalhadores rurais e na aquisição de terras via mercado, como, por exemplo: o *Programa Cédula da Terra*, o *Programa Novo Mundo Rural* e o *Programa de Acesso Direto à Terra*. Nessa conjuntura, criou-se também o *Banco da Terra* através da Lei Complementar nº 93, de 1998. A finalidade do Banco da Terra era possibilitar o financiamento de imóveis rurais por “trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária”⁶⁸³. Nas representações do MST, a criação do Banco da Terra era uma “fachada”, enganosa, e fazia parte do modelo neoliberal, em que predominava o livre mercado. No editorial de maio de 1999, a Direção Nacional do MST destaca que o Banco da Terra e os programas a ele ligados eram táticas do governo FHC para atacar o Movimento:

Nessa nova tática, trata-se de, utilizando-se de mecanismos econômicos, levar a visão do neoliberalismo como falsa solução para os problemas agrários. Essa proposta neoliberal, aplicada agora para os problemas agrários, resume-se em: a) substituir a desapropriação dos latifúndios, que representava a intervenção do Estado, pelo mecanismo do Banco da Terra. Que na prática representa apenas transformar a distribuição de terras num grande negócio. Com o agravante que o latifundiário tem o poder de decidir, se quer vender, qual terra quer vender. Depois de decidir tudo isso, ele recebe de prêmio o pagamento à vista, do Banco. E os pobres sem-terra, iludidos ficarão devendo células da terra pelo resto da vida ao banco⁶⁸⁴.

⁶⁸² O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional, criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. Sua missão inicial era a de financiar a reconstrução dos países devastados pela guerra. Em seguida, passou a conceder financiamento aos países em desenvolvimento. Tradicionalmente, o presidente do Banco Mundial sempre foi um representante do EUA.

⁶⁸³ Lei Complementar nº 93, de 1998. Inciso I do artigo 1º.

⁶⁸⁴ Governo FHC ataca o MST para não fazer reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1999, ano XVII, n. 189, p. 2.

O MST entendia o Banco da Terra como a transformação da reforma agrária num *grande negócio*, particularmente, para os grandes proprietários de terras interessados em vendê-las. Nos discursos do governo, o Banco da Terra era um avanço e se caracterizava como mais uma alternativa para que os trabalhadores adquirissem terra e recebessem benefícios, pois, com o financiamento, podiam escolher a propriedade que desejassem, negociando diretamente com o vendedor. Além disso, esse *tipo* de reforma agrária evitaria conflitos, enfim, contribuiria com a *paz* no campo.

O Movimento não titubeava em criticar e se opor a esse modelo, justificando que a política do Banco da Terra objetivava “substituir a desapropriação” e tirar a responsabilidade do Estado para com a reforma agrária. Ou seja, os sujeitos é que deveriam se organizar e financiar o seu pedaço de chão. Na charge que acompanha o editorial analisado, de Marcio Baraldi, FHC é representado como aquele que, por meio do Banco da Terra, levaria os trabalhadores ao abismo.

Imagem 51 – Só fachada: Banco da Terra



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1999, ano XVII, n. 189, p. 2.

Ao centro da charge está FHC. Olhando para dois trabalhadores rurais sem-terra, faz um gesto com os braços sugerindo que eles caminhem para frente. Com um semblante não confiável, também diz: “Querem ir pra terra, entra aqui!”. A entrada era por uma porta em cuja *fachada* estava escrito: “Banco da Terra”. Os trabalhadores, estáticos, com a mão esquerda na boca e com um olhar que demonstra preocupação e desconfiança, não sabem muito bem o que fazer. Um clima de tensão é sugerido pela imagem, na medida em que se

verifica que a porta a qual FHC fazia referência está localizada em cima de um penhasco. Observa-se que, no penhasco e em seu redor, existem flores, pássaros voando, nuvens e um sol radiante. Tais elementos indicam, num primeiro momento, que o Banco da Terra, está associado à imagem de harmonia; contudo, o adentrar a porta revela uma surpresa: um abismo. No canto inferior direito, vê-se uma enxada, parte de uma perna e botinas de uma pessoa/trabalhador, o que parece indicar que o mesmo pode acontecer com o trabalhador que resolver entrar no Banco da Terra para adquirir financiamento.

A charge faz ironia em relação ao que representa o financiamento do Banco da Terra para os trabalhadores: endividamento e pobreza. Um *abismo* que levaria os sem-terra para uma condição de vida ainda pior. Já para os grandes proprietários de terras, o Banco era uma oportunidade de vender suas terras a um bom preço e com o pagamento à vista. Nessa perspectiva, o MST concordava com as ideias de Horácio Martins de Carvalho, de que o Banco da Terra era “o banco dos donos da terra”⁶⁸⁵, e do deputado federal pelo PT/RS Adão Preto, que entendia que esse banco era um “cambalacho” e os sem-terra iam ficar “cada vez mais sem-terra”⁶⁸⁶. O presidente foi personificado como mentor do banco, haja vista que, era representado com um neoliberal, “inimigo” da reforma agrária e a favor dos interesses das elites.

Há que registrar que, na lógica do mercado, um dos programas do governo FHC foi o *Novo Mundo Rural*. Esse programa se caracterizou por uma política de “desenvolvimento rural com base na agricultura familiar e sua inserção no mercado”⁶⁸⁷. Na visão governamental, o programa fortaleceria os pequenos produtores rurais e levaria qualidade de vida aos assentamentos⁶⁸⁸. O assentado era visto como um *empreendedor*, que devia se ajustar ao mundo dos negócios e se mostrar competitivo. Nessa direção, os assentamentos ficavam relegados apenas à sua dimensão produtiva e econômica, não sendo considerados também como espaços sociais, *lugares do viver*.

Para além do econômico, há que se enfatizar a relevância dos assentamentos rurais na produção de alimentos e também na vida dos sujeitos, contribuindo com a geração de empregos, renda e, sobretudo, com a dignidade dos beneficiados⁶⁸⁹. Na concepção do MST, a

⁶⁸⁵ CARVALHO, H. M. de. Banco da Terra: o banco dos donos da terra. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1999, ano XVII, n. 187, p. 10.

⁶⁸⁶ PRETO, A. Chegou a hora de desmascarar FHC. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2000, ano XVIII, n. 197, p. 3.

⁶⁸⁷ LEITE, S; MEDEIROS, L., *Marchas e Contra-marchas na Política Agrária*, p. 365.

⁶⁸⁸ COLETTI, C., *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*, p. 232-233.

⁶⁸⁹ Sobre os caminhos e descaminhos que envolvem os assentamentos rurais, ver: FERREIRA, Vera L. S. Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs.). *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas. Uma trajetória de 20 anos*. São

reforma agrária era “uma necessidade econômica e social”⁶⁹⁰ elementar para a construção de uma sociedade justa. Os assentamentos possuíam uma dimensão social tão importante como a dimensão econômica, e não eram espaços meramente produtivistas.

Outra ação do governo FHC foi o *Programa de Acesso Direto à Terra*, que ficou conhecido nacionalmente como *reforma agrária pelos Correios*. Esse programa foi lançado pelo MDA, em fins do ano 2000, com intensa propaganda midiática. O seu funcionamento consistia no preenchimento de um formulário nas agências dos Correios de todo o país, visando ao beneficiamento em algum projeto de reforma agrária. Na retórica do governo, em quatro meses, os trabalhadores receberiam o título de posse. Isto é, o sujeito devia preencher o formulário e esperar em casa. Não era preciso se mobilizar e integrar os movimentos sociais de luta pela terra. A reforma agrária chegaria até os trabalhadores via Correios. A reação do MST para com esse programa foi a de incentivar seus integrantes a irem às agências dos Correios e preencher o formulário, conforme enfatizava uma matéria do jornal, em fevereiro de 2001.

De acordo com o governo, com esse sistema não é necessário ocupar nem manter-se acampado aguardando a imissão de posse. Basta apenas ir ao Correios levando carteira de identidade e CPF que, em 4 meses o trabalhador cadastrado recebe o título de posse. No papel e na televisão, muito simples. Mas a realidade é outra. Os sem-terra de todo o país foram aos Correios para comprovar a reforma agrária por correspondência. Falta de formulários e despreparo dos funcionários foram alguns dos problemas encontrados⁶⁹¹.

O fato de o MST incentivar seus integrantes a irem aos Correios para preencher o formulário, não significava que o Movimento apoiasse o programa. Pelo contrário, o Movimento pretendia mostrar as fragilidades e ineficácia do programa, como também pressionar o governo com a grande quantidade de formulários preenchidos. No papel, o Programa de Acesso Direto à Terra tinha seus méritos, porém, na prática seu desenvolvimento foi complicado, tanto do ponto de vista operacional, com agências dos Correios e servidores despreparados, quanto do da sua efetividade em assentar as famílias cadastradas. Grosso modo, esse programa foi um fracasso e as famílias cadastradas ainda estão esperando em suas

Paulo: ABRA/UNIARA/INCRA, 2005; FARIAS, Marisa de F. Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

⁶⁹⁰ Reforma agrária é uma necessidade econômica e social. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1998, ano XVI, n. 177, p. 12.

⁶⁹¹ Reforma Agrária pelos Correios: mais uma propaganda enganosa. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2001, ano XIX, n. 207, p. 10.

casas a correspondência dos Correios. Para o MST, essa ação do governo FHC era mais uma “propaganda enganosa” e tinha como objetivo *esvaziar* os movimentos sociais e tirar a responsabilidade do Estado face à reforma agrária.

O *Programa Cédula da Terra* foi outra ação do governo FHC muito contestada pelo MST, pois a sua essência evoluía os *instrumentos de mercado* para aquisição de terras. Esse programa foi implantado no estado do Ceará, em 1996, e no ano seguinte desenvolveu-se nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, com o apoio do Banco da Terra. Os autores Leite e Medeiros, de forma sintética, explicaram como funcionava esse programa:

O ponto de partida para operacionalização do Programa Cédula da Terra era a constituição de uma associação de pequenos produtores ou sem-terra, que deveria procurar um agente financeiro ou órgão de terra do estado para apresentar uma proposta de assentamento. Analisado o pedido, seria definido o montante de recursos necessários para ir ao mercado e adquirir uma área. Em seguida, o pedido retornaria aos órgãos governamentais para avaliação sobre a qualidade da terra, a adequação do preço, em termos de mercado regional, e, finalmente, a inquestionabilidade da cadeia dominal. Feito isso, seria dado uma carta de crédito à associação para que, por intermédio de um agente financeiro estatal, fosse adquirida a propriedade, em condições de mercado⁶⁹².

Como se observa, a *perspectiva mercadológica* era o cerne do Programa Cédula da Terra. Instituiu-se um mecanismo de compra e venda da terra com um rótulo de *reforma agrária moderna*. Para o Movimento, esse programa se caracterizava com uma forma descarada de o governo transformar a reforma agrária num mercado especulativo. Assim, não passava de mais uma “mentira” do governo FHC⁶⁹³ e a reforma agrária ficava à mercê dos “próprios donos da terra”⁶⁹⁴. O MST ironizava esse programa, pois ele não tinha nada a ver com reforma agrária, e se parecia mais com um “leilão de terras” em prol dos latifundiários.

Na compreensão de Coca e Fernandes, com esse programa os maiores beneficiados foram os donos de grandes propriedades de terras, pois “o latifúndio deixava de ser punido por não cumprir com sua função social, conforme exige a Constituição, tornando-se um ativo financeiro”⁶⁹⁵. Esse entendimento também foi compartilhado por Corazza e Feliciano, ao

⁶⁹² LEITE, S; MEDEIROS, L., *Marchas e Contra-marchas na Política Agrária*, p. 366-367.

⁶⁹³ Cédula da Terra: mais uma mentira do governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1998, ano XVII, n. 185, p. 10.

⁶⁹⁴ Entidades do Fórum de Reforma Agrária são contra o Cédula da Terra. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1998, ano XVII, n. 185, p. 11.

⁶⁹⁵ COCA, E. L. de F; FERNANDES, B. M., *Uma Discussão Sobre o Conceito de Reforma Agrária: teoria, instituições e políticas de governo*, p. 48.

enfatarem que o programa era “contraditório” e “negava”⁶⁹⁶ a Constituição de 1998. Deste modo:

A opção pela reforma agrária de mercado, além de afrontar os preceitos constitucionais, no que diz respeito à função social da terra, beneficia duplamente aos latifundiários para continuar utilizando especulativamente suas propriedades. Primeiro, se ele deseja vender suas terras, o fará a preços de mercado, sem nenhuma punição por tê-la mantida improdutiva; e em geral não respeitar a legislação trabalhista e a questão ambiental. Em segundo lugar, se não deseja vendê-las, permanecerá impune, pois não há mais possibilidades de desapropriação por interesse social⁶⁹⁷.

Ao dar ênfase aos programas apresentados, o governo FHC criava mecanismos legais para inserir a reforma agrária na perspectiva mercadológica e, em especial, tirar de cena os movimentos sociais do campo como interlocutores e protagonistas do processo. Conforme Feliciano, o governo erigiu um “espaço institucional” de sustentação política, científica e ideológica, objetivando legitimar as ações do Estado e dos grupos dominantes, sobretudo, por meio da negação das lutas dos movimentos sociais, tidos como arcaicos e sem sentido num país que pretendia se *modernizar*. O “espaço institucional” esvaziava o *caráter político* da reforma agrária, como se ela fosse uma política de “compensação social”⁶⁹⁸.

O fomento de programas como Novo Mundo Rural, Acesso Direto à Terra e Cédula da Terra, a partir de um prisma mercadológico, negava a luta dos movimentos sociais e retirava o caráter político da reforma agrária. De certa forma, esses programas mascaravam e tiravam o foco dos conflitos gerados pela problemática agrária brasileira. Também, isolavam e desmobilizavam os movimentos sociais e eximiam o Estado da responsabilidade de realizar a reforma agrária. Em vez de mobilizações, construía-se a ilusão de que todos os trabalhadores rurais interessados podiam comprar seu lote de terra ou se cadastrar pelo Correios, de forma tranquila e sem dificuldades. Ao visualizar a terra como mercadoria, esses programas contrapunham o sentido atribuído a ela pelos movimentos sociais, que era o de *terra de trabalho e do viver*.

Entre as críticas e oposição do MST para com suas ações, ao final do seu segundo mandato, FHC foi o presidente que mais criou assentamentos e assentou famílias no Brasil, se comparado a governos anteriores. Conforme informações do *Banco de Dados da Luta pela Terra* (DATALUTA), no governo Sarney (1985-1989) foram obtidas 825 áreas e assentadas

⁶⁹⁶ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 73.

⁶⁹⁷ CORAZZA, G., *O MST e um Projeto Popular para o Brasil*, p. 54.

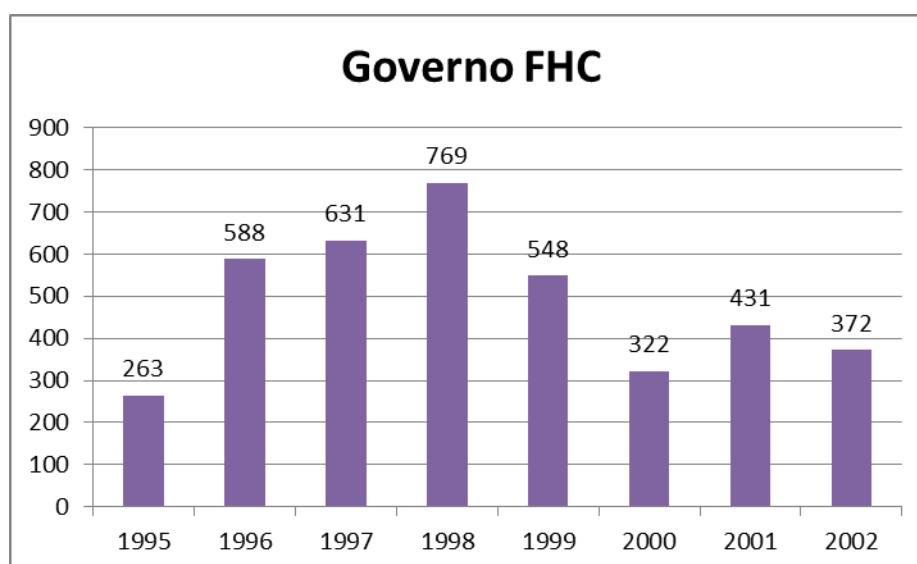
⁶⁹⁸ FELICIANO, C. A., *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*, p. 66.

125.376 famílias; no governo Collor (1990-1992) foram obtidas 167 áreas e assentadas 28.119 famílias; e no governo Itamar (1993-1994) foram obtidas 305 áreas e 34.320 famílias foram assentadas⁶⁹⁹.

O DATALUTA se configura como um dos bancos de dados mais abrangentes e atualizados sobre reforma agrária do Brasil, e sua organização é produzida pelo *Núcleo de Estudos da Reforma Agrária* (NERA) da Unesp/Presidente Prudente/SP. Esses números foram computados a partir das seguintes fontes de informação: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras (ANOTER), e dados levantados de diários nacionais e regionais de grupos de pesquisa. Os dados obtidos são confrontados anualmente; a reunião, confrontação e sistematização desses dados formam o *Banco de Dados DATALUTA*. Cabe ressaltar que o referido banco de dados tornou-se uma referência nacional e internacional para os estudiosos da questão agrária brasileira. O próprio MST se utiliza dos dados do DATALUTA para refletir sobre os caminhos e descaminhos da reforma agrária no Brasil.

Observa-se, por meio dos gráficos a seguir, o número de assentamentos criados e o de famílias assentadas no governo FHC (1995-2002).

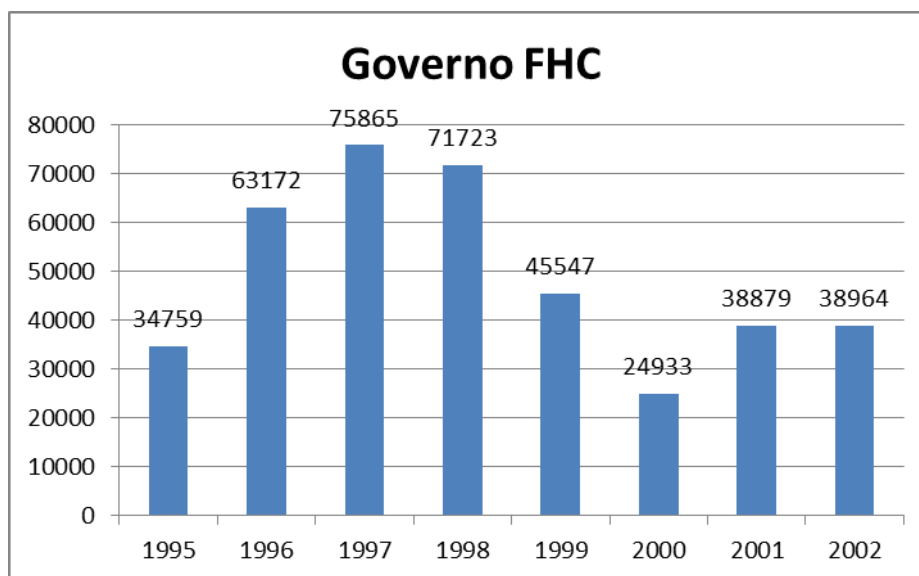
Gráfico 1 – Brasil – Assentamentos Rurais (1995-2002) – Número de áreas obtidas



Fonte: DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

⁶⁹⁹ Ver: DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

Gráfico 2 – Brasil – Assentamentos Rurais (1995-2002) – Número de famílias em áreas obtidas



Fonte: DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

O gráfico nº 1 revela que entre 1995 e 2002 o governo FHC obteve 3.924 áreas para assentamentos rurais no país, tendo o ano de 1998 o maior índice das áreas obtidas. Observa-se que existe diferença considerável das áreas entre o primeiro (1995-1998) e o segundo mandato (1999-2002). No primeiro houve maior ação do governo no sentido de efetuar desapropriação de áreas por interesse social. No segundo mandato, FHC priorizou os programas que compunham a denominada *reforma agrária de mercado*, e não as desapropriações. Por ora, as áreas obtidas para assentamentos rurais diminuíram consideravelmente. Mesmo assim, se comparado aos governos anteriores, o governo FHC avançou significativamente.

Em relação ao número de famílias assentadas em áreas obtidas para assentamentos rurais, o gráfico nº 2 evidencia que no governo FHC foram assentadas aproximadamente 393.842 famílias. Tal como no gráfico nº 1, existe diferença relevante no que diz respeito ao número de famílias assentadas no primeiro e segundo mandatos. A diferença é de 97.196 famílias, o que revela uma queda significativa no número de famílias assentadas. Nessa reflexão, é importante ressaltar que não se discute a estrutura e nem a qualidade dos assentamentos criados⁷⁰⁰, mas sim a quantidade de áreas obtidas e famílias assentadas. Embora haja críticas sobre as perspectivas de reforma agrária e programas criados pelo

⁷⁰⁰ Fernandes destacou que os assentamentos conquistados no Governo FHC foram muito precários, pois os projetos eram incompletos, sem infraestrutura básica, e os assentados não receberam créditos agrícolas e nem investimentos nas áreas. Ver: FERNANDES, Bernardo M. *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*. 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf.

governo FHC, torna-se incoerente negar o salto numérico de assentamentos rurais criados e de famílias assentadas.

Até mesmo os estudiosos da reforma agrária reconhecem esse fato, apesar de não atribuírem os méritos ao governo FHC, mas sim, exclusivamente, às lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem-terra. Um desses pesquisadores é Fernandes, que reconhece o fato de FHC ter assentado mais famílias no país, considerando governos anteriores. Entretanto, a criação dos assentamentos não foi fruto do seu governo, mas sim das lutas dos trabalhadores. “A razão pela qual o governo assentou foi porque os sem-terra ocuparam. Não existiria o número atual de assentamentos se dependesse única e exclusivamente de projetos do governo. Essa realidade foi construída pelos sem-terra”⁷⁰¹.

É inegável que os assentamentos criados no governo FHC foram fruto de um longo processo de lutas dos sem-terra e, de fato, o MST contribuiu significativamente para a organização dos trabalhadores. Contudo, mesmo com o caráter conservador e não priorizando a reforma agrária como parte de um programa de desenvolvimento nacional, há que se considerar o avanço significativo de famílias beneficiadas em assentamentos rurais no período em que FHC foi presidente.

Ao longo do capítulo, analisou-se que a relação MST e FHC, em seus dois mandatos consecutivos, foi tensa, conflituosa e que o Movimento utilizou constantemente o *Jornal Sem Terra* para representar o presidente. As representações de FHC contidas nos discursos do jornal seguiam uma lógica personalista. Isto é, de acordo com os eventos históricos e as ações do governo, o presidente era o alvo e as representações o personificavam de forma jocosa, por vezes, e até ridícula. Em diversos momentos, os editoriais e outras matérias do periódico davam destaque às ações do governo como um todo, mas a personificação dessas ações era atribuída ao presidente. Por esse viés, observa-se também a limitação do Movimento em conceber o Estado e as relações de poderes no campo político. FHC foi representado a partir de uma perspectiva maniqueísta, como se fosse o *presidente do mal*, inimigo dos sem-terra e, de maneira geral, da classe trabalhadora. A esperança do MST em relação à efetivação da reforma agrária era depositada na eleição do presidente Lula, que será objeto de reflexão no quarto capítulo.

⁷⁰¹ FERNANDES, B. M., *O MST mudando a questão agrária*, p. 241.

CAPÍTULO IV

“O PRESIDENTE DO POVO”: ENTRE A ESPERANÇA DA REFORMA AGRÁRIA E AS FRUSTRAÇÕES COM O GOVERNO LULA

4.1 “Uma vitória do povo”: Lula foi eleito o presidente do Brasil

Em novembro do ano de 2002, o *Jornal Sem Terra* publicou como manchete central de capa o seguinte: *Povo vota em mudanças e elege Lula presidente*. A imagem que a ilustra é a do candidato eleito, discursando para seus eleitores após o anúncio de sua vitória.

Imagem 52 – *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, p. 1.



Editor responsável: Nilton Viana

No que tange à materialidade do periódico, a capa citada evidencia avanço no aspecto gráfico. Com vinte e um anos de existência, o *Jornal Sem Terra* já havia adquirido qualidade profissional em sua editoração – nota-se o quanto a composição estética da capa é atrativa ao leitor, com chamadas de notícias bem distribuídas e imagens coloridas. Mas, para além de sua materialidade, essa capa, na história do MST e do jornal, torna-se um marco, posto que, pela primeira vez, o Movimento representa, de forma entusiasmada e positiva, um presidente da República.

A palavra “mudanças” na manchete acena para o fato de, naquele momento, o MST não ser mais *inimigo* do governo e do presidente, pelo contrário, é um *parceiro* e precisa apoiá-los na construção de um país melhor e na efetivação da tão sonhada reforma agrária. A capa também traz outras duas chamadas de notícias: *Um novo Brasil está nascendo*, uma carta assinada por Lula, após sua vitória; e *Carta do MST ao povo e ao presidente Lula*. Os dois textos serão analisados *a posteriori*.

O editorial da referida edição tem como título: *Uma vitória do povo*. De fato, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, historicamente, fora representado pelo Movimento como “do povo”, dos trabalhadores. Nesse editorial diz-se que o povo brasileiro estava “em festa” e “pela primeira vez, em 500 anos, alguém, da senzala derrota a casa grande”⁷⁰². Assim, o Movimento se coloca ao lado de Lula para auxiliá-lo nas “mudanças” do país.

Agora precisamos ajudar a organizar o povo para contribuir e dar força para o governo fazer as mudanças. Porque sabemos que, para conquistar as mudanças sociais, o governo e o povo precisarão enfrentar enormes desafios representados pela herança histórica de 500 anos de exploração, que nos deixou o latifúndio, o analfabetismo, a concentração de riqueza e renda, a desigualdade social. E ainda enfrentar a herança recente de oito anos de neoliberalismo, que entregou as estatais, sucateou os serviços públicos, submeteu o orçamento da União aos interesses dos banqueiros e colocou em risco a soberania nacional⁷⁰³.

A posição do MST enquanto movimento social de luta pela reforma agrária é “contribuir” e “dar forças” para que o novo governo possa fazer as mudanças almejadas. Observa-se, num primeiro momento, que o MST tem a crença de que Lula representa o rompimento com o que o Movimento chama de “herança histórica de 500 anos” e de “herança recente de oito anos de neoliberalismo” (governo FHC). O MST alça Lula ao papel protagonista de uma *missão histórica*, de *romper* com os modelos estruturantes da economia e

⁷⁰² Uma vitória do povo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, p. 2.

⁷⁰³ Uma vitória do povo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, p. 2.

da política brasileira. Sobre a reforma agrária, tem a crença de que o contexto era favorável para “avançar” e “combater o latifúndio”⁷⁰⁴.

A imagem a seguir, que acompanha o *editorial festivo* do jornal, de autoria de Gilberto Maringoni, indica que o povo, em sua diversidade, estaria representado com Lula em Brasília.

Imagem 53 – Uma vitória do povo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, p. 2.

Ao fundo, imensos prédios dão um ar citadino à imagem, cujo cenário é a Capital Federal. Homens, mulheres e crianças andam livremente em várias direções. Trajando vestimentas distintas, alguns em estilo mais formal (terno, gravata e sapato social); outros mais despojados (tênis, bermuda, calça *jeans*, camiseta), demonstram, a partir do semblante de seus rostos que estavam felizes com o “outubro de 2002”, mês e ano da eleição de Lula. O que se torna elementar na imagem é que todos os personagens estão usando uma *faixa presidencial*, o que enfatiza que, com Lula, o povo está representado. Em Brasília, para o MST, Lula seria a *extensão* dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

Na edição de novembro de 2002, do *Jornal Sem Terra*, várias páginas foram dedicadas ao resultado das eleições, ao entusiasmo com a vitória de Lula e às perspectivas vislumbradas, pelo Movimento, com o novo governo. Nesse sentido, publicou-se uma carta assinada por Lula, em 28 de outubro de 2002, com o título: *Um novo Brasil está nascendo: compromisso com a mudança*. Esse documento não foi endereçado exclusivamente ao MST, mas sim à população brasileira de maneira geral; e nele o presidente se coloca como “um projeto alternativo”, como “início de um novo ciclo histórico para o Brasil”. Ou seja: em favor “dos

⁷⁰⁴ Uma vitória do povo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, p. 2.

excluídos e discriminados”, “dos desamparados, dos humilhados e ofendidos”. Grosso modo, essa carta de Lula foi *moderada e equilibrada* – ao mesmo tempo em que defendia as “mudanças”, tinha cautela para explicar o momento econômico do país e as reformas que pretendia fazer. Em nenhum momento deu a entender que faria mudanças radicais e/ou romperia com a política macroeconômica. Lula preferiu enfatizar a distribuição de renda, a inclusão social e o combate à fome, salientando que não decepcionaria o povo brasileiro⁷⁰⁵.

Com a euforia e o entusiasmo gerados pela vitória de Lula, a Direção Nacional do MST também publicou uma carta, endereçada ao “povo brasileiro” e ao “presidente Lula”. Nela, o Movimento declara estar movido “pela esperança e pela confiança de que é possível um outro Brasil, onde mulheres, homens, crianças, jovens e idosos tenham todos uma vida digna e feliz”. Desse modo, elenca alguns pontos/reivindicações que deveriam ser concretizados pelo governo Lula: rompimento com o modelo econômico e agrícola em vigor, combate ao latifúndio e aceleração do processo de reforma agrária. E mais, o MST estava disposto a contribuir “em tudo o que for possível com o novo governo para que haja a tão sonhada reforma agrária”⁷⁰⁶. Observa-se que o discurso do MST havia se redefinido, se transformado haja vista que, de oposição e resistência, passa a ser um *aliado, parceiro* de Lula e de seu governo.

Até aqui tem se falado do *entusiasmo e clima festivo* do MST com a vitória de Lula no ano de 2002; contudo, há que registrar que o apoio do Movimento ao presidente e a seu partido – Partido dos Trabalhadores (PT) – é histórico. Ou seja, o presidenciável Lula, desde 1989, é apoiado abertamente pela Direção Nacional do MST e no *Jornal Sem Terra* esse apoio histórico fica explícito e se justifica, sobretudo, pela história pessoal e de militância política de Lula.

Nascido em Caetés (à época, distrito de Garanhuns), estado de Pernambuco, na região Nordeste, no dia 27 de outubro de 1945, Lula vivenciou o contexto do pós-guerra, em que a economia brasileira tinha no Estado seu principal agente de desenvolvimento. Aos sete anos de idade migrou com sua mãe e seus irmãos para o Sudeste, estado de São Paulo. Ainda jovem, viu, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), uma possibilidade de adquirir formação, arrumar um trabalho fixo e galgar dias melhores. No cotidiano, “gostava

⁷⁰⁵ SILVA, Luiz Inácio Lula. Um novo Brasil está nascendo: compromisso com a mudança. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, p. 8-9.

⁷⁰⁶ Carta ao povo brasileiro e ao presidente Lula. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, p. 8-9.

de futebol, da brincadeira com os amigos, das namoradas e do emprego na fábrica. A política passava ao largo e não fazia parte de suas preocupações cotidianas”⁷⁰⁷.

Francisco Carlos Palomanes Martinho destaca que Lula, mesmo quando já era um líder sindicalista, “custou a aceitar a participação em partidos políticos”, e o “acaso” tinha levado Lula ao sindicato. Ao ser convidado por seu irmão, frei Chico, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no final da década de 1960, a participar do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula hesitou em aceitar com a justificativa de que “sindicato era coisa perigosa”. A fábrica em que trabalhava, a *Villares*, não tinha representante na chapa que iria concorrer às eleições do sindicato, em 1969. “Embora não gostasse de política, gozava de uma liderança natural junto aos companheiros, razão pela qual foi convidado”⁷⁰⁸. Assim, com resistência, ingressou na diretoria como suplente, mais para angariar os votos dos seus companheiros de fábrica. Em 1975, Lula já havia chegado à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; de lá saiu para contribuir com a fundação do PT, em 1980⁷⁰⁹.

Em plena Ditadura Civil-Militar, Lula ascendeu rapidamente enquanto líder sindical. As greves dos metalúrgicos da região do Grande ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), em São Paulo, nos anos de 1978, 1979 e 1980⁷¹⁰ consolidaram definitivamente o ex-metalúrgico Lula como uma das lideranças sindicais e políticas mais importantes da América Latina, reconhecido e legitimado por seus companheiros trabalhadores.

Martinho enfatiza que o personagem Lula, caracteristicamente do “universo da esquerda”, vivenciou diversos momentos de sua vida pública, ora desdenhou as tradições da esquerda ocidental, ora compartilhou delas. “Fazem parte da formação política de Lula grandes tensões entre a construção de um projeto político caracteristicamente de esquerda e

⁷⁰⁷ MARTINHO, F. C. P., *A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente*, p. 546.

⁷⁰⁸ MARTINHO, F. C. P., *A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente*, p. 546.

⁷⁰⁹ Sobre a trajetória de vida e política de Lula, ver: BETTO, Frei. *Lula, biografia política de um operário*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1989; MOREL, Mario. *Lula o Metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981; PARANÁ, Denise. *O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula*. São Paulo: Xamã, 1996; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 541-562.

⁷¹⁰ Sobre as greves da região da Grande ABCD, ver: SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

um relativo desprezo por conceitos e princípios desse campo ideológico”⁷¹¹. Ou seja, mesmo se identificando com a esquerda, Lula não se apegava ou fazia das tradições e convicções desse campo sua doutrina.

Em fins da década de 1970, Lula se construía enquanto personagem político com a marca da “diferença”; e, ao mesmo tempo, se tornava conhecido e reconhecido enquanto liderança política que causava incômodo tanto aos grupos denominados de “direita”, quanto aos grupos denominados de “esquerda”.

À direita, pois não se tinha certeza de qual seria seu comportamento no futuro, podendo mesmo vir a encarnar atitudes tão ou mais radicais que as daquelas esquerdas derrubadas com o movimento de 1964, ou daquelas outras, também derrotadas, que se radicalizaram na segunda metade dos anos de 1960. À esquerda, pois sua real representatividade junto aos trabalhadores do centro mais dinâmico do capitalismo brasileiro era cobijada por todos aqueles que retornavam ao país e, muitas vezes, desdenhavam o jovem líder. Na impossibilidade de cooptá-lo, palavras de desprezo foram constantemente verbalizadas, procurando destacar sua “despolitização” e “inexperiência”⁷¹².

Nesse contexto de ascensão de Lula, em fins da década de 1970 e começo dos anos 1980, destaca-se a criação do PT, uma vez que a história política de Lula está intrinsecamente ligada a esse partido – o início da construção do PT se desenvolve a partir das greves dos metalúrgicos no estado de São Paulo, greves em que Lula exerce papel de protagonista entre as lideranças. A fundação do PT ocorreu em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, contando com a participação de grupos distintos⁷¹³.

Construído em um contexto de declínio das ditaduras na América Latina, as principais lideranças sindicalistas que contribuíram para sua formação foram: Luiz Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina, respectivamente, presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros; Jacó Bitar, dos Petroleiros de Campinas; e Olívio Dutra, dos Bancários de Porto Alegre; dentre

⁷¹¹ MARTINHO, F. C. P., *A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente*, p. 543.

⁷¹² MARTINHO, F. C. P., *A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente*, p. 545.

⁷¹³ Sobre a formação do PT, ver: BERBEL, Marcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e rupturas na esquerda brasileira (1978-1980)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo; GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT – origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1991; MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989; REIS, Daniel Arão. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540; RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um Partido em Mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

outros. Com marca dos sindicalistas, o PT nascia para “ser distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome dos trabalhadores e por eles”⁷¹⁴. Isto é, o PT se lançava como um partido *diferente*, em que as bandeiras da *ética na política* e da *seriedade e zelo com bem público* eram propagadas como valores ímpares.

No início de sua fundação, as lideranças sindicalistas, até pelo seu protagonismo nas greves e lutas sociais tiveram proeminência na constituição da direção do partido, ocupando a maioria dos cargos e a presidência. Além dos sindicalistas, houve a participação da militância católica ligada à Teologia da Libertação, de grupos revolucionários trotskistas, de acadêmicos e intelectuais de esquerda e de lideranças de movimentos sociais⁷¹⁵. De acordo com Reis, desde o seu nascimento, havia forças distintas no PT, diferentes “famílias” de esquerda. O PT fez disso sua virtude, e não algo que o corroesse:

Quanto às diferenças, visíveis, foram caracterizadas como pluralidade de veios, fontes de vida e de força. Como acontece nessas circunstâncias, fez-se da necessidade, virtude. O PT não se deixaria emaranhar na tradição deletéria das esquerdas brasileiras, dividindo-se em torno de abstrações, ou de questões políticas gerais. As diferenças seriam equilibradas na prática; as respostas às grandes questões viriam da luta e da alma⁷¹⁶.

Em seus primeiros anos, o PT foi movido por uma *retórica revolucionária*, que impregnou os seus textos e as ações dos seus militantes. O partido, por exemplo, a partir de concepções radicais, *expulsou* parlamentares petistas que votaram na chapa de José Sarney e Tancredo Neves, por eles “não haver cumprido o papel de *braço parlamentar* do partido e dos movimentos sociais”⁷¹⁷ no Congresso. Cabe ressaltar que, com o passar dos anos, o PT foi se transformando e modificando suas concepções e formas de conceber a política, o que será refletido mais adiante.

Lula foi eleito Deputado Federal pelo estado de São Paulo em 1986, com uma votação expressiva de aproximadamente 650 mil votos. Resultado que se relaciona com o apoio histórico do MST ao presidenciável Lula; apoio que se justifica, por sua vez, pelo fato de o

⁷¹⁴ REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 506.

⁷¹⁵ Sobre esses grupos constitutivos da formação do PT e suas concepções políticas, ver: REIS, Daniel Arão. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540; RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um Partido em Mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

⁷¹⁶ REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 510.

⁷¹⁷ REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 513.

ex-metalúrgico ser identificado e reconhecido como da *classe trabalhadora*. Nesse sentido, havia uma perspectiva ideológica de classe (trabalhadora) que os aproximavam. Historicamente, a Direção Nacional do MST apresentou Lula como uma figura política do povo e que governaria para o povo. Há que se considerar também que Lula, em seus discursos, fazia referências prospectivas em prol da reforma agrária e às lutas do Movimento, o que legitimava o apoio e a crença do MST no candidato petista. Aliás, o próprio PT, em sua primeira década de existência, defendia a reforma agrária como uma das prioridades elementares para o desenvolvimento nacional, sobretudo, para a produção de alimentos, geração de emprego e renda para as famílias beneficiadas.

São vários e distintos os momentos em que o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, publicizou seu apoio a Lula nas eleições e divulgou suas ações no periódico. Assim, torna-se relevante sublinhar alguns desses momentos, chamando a atenção para a relação histórica entre MST e Lula/PT. É interessante ressaltar que Lula participou com frequência de atividades importantes do MST, como encontros e congressos; nessas atividades sempre era convidado a discursar.

No início da década de 1980, ainda quando o jornal tinha formato de boletim informativo, noticiou-se que o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva apoiava a luta dos sem-terra no acampamento Encruzilhada Natalino e que a luta pela reforma agrária, para Lula, não era “só dos agricultores sem-terra, mas de todos os trabalhadores”⁷¹⁸ e se configurava como a luta mais importante no Brasil naquele momento. A publicação das palavras de apoio recebidas do sindicalista Lula sinaliza para a aproximação entre o sindicalista e os trabalhadores do campo. Para os sujeitos sem-terra era importante ter o apoio de uma liderança política dos trabalhadores que se despontava no cenário nacional.

Na edição do periódico relativa a dezembro de 1984 e janeiro de 1985, na seção *Entrevista*, o entrevistado foi Lula. Anterior ao texto da entrevista, a Direção Nacional do MST publicou um texto sobre aspectos da vida de Lula, enfatizando que ele era um representante dos trabalhadores e conhecia “muito bem as aspirações dos trabalhadores rurais brasileiros”, apesar de ser do meio operário. Nessa entrevista, as perguntas giraram em torno das concepções de Lula sobre a reforma agrária. Lula defendia a luta pela reforma agrária, observando que ela era vital para o desenvolvimento do país.

⁷¹⁸ Notícias. *Boletim Sem Terra*. Porto Alegre, novembro de 1981, Ano I, nº 14, p. 2.

Em primeiro lugar, a sociedade deve compreender a luta dos trabalhadores sem-terra e acabar com esta visão de que uma ocupação de terra é um ato de banditismo ou de violência. Violência é uma pessoa ter uma grande propriedade sem produzir e que não permite que outros ocupem para produzir. Em segundo lugar, eu acho que os companheiros do campo devem ter uma política de resistência e não se deixar levar para outras regiões⁷¹⁹.

Lula tinha uma retórica de enfrentamento ao latifúndio (grande propriedade) improdutivo, ao latifúndio que não correspondesse à sua função social; e considerava as ações dos sem-terra legítimas, enfatizando que elas não se tratavam de “banditismo” ou de atos de “violência”. Tocava, também, na questão de que os sem-terra deveriam resistir e exigir a efetivação de assentamentos em seus próprios estados, haja vista que muitas famílias eram deslocadas para assentamentos nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, incentivadas pelo governo brasileiro. Ao se posicionar ao lado dos trabalhadores sem-terra e apoiar suas lutas, Lula conquistava o respeito e a admiração desses trabalhadores e da Direção Nacional do MST.

É interessante notar que, no transcorrer da década de 1980, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, estendia seu apoio também ao partido que Lula havia ajudado a fundar, o PT. Em novembro e dezembro de 1986, Lula fora entrevistado mais uma vez, agora, como o deputado federal “mais votado do país”. A entrevista teve como ponto principal ressaltar a expressiva votação obtida por Lula nas eleições de 1986 e demonstrar o crescimento considerável de seu partido em âmbito nacional: “do ponto de vista do resultado eleitoral, o partido cresceu a nível nacional. Nós tínhamos seis deputados federais e vamos ter 18. O PT vai sair dessas eleições com 35 a 40 deputados federais”⁷²⁰. Nessa entrevista Lula mostra entusiasmo com o crescimento eleitoral do PT e enfatiza que o mais importante é a inserção do partido no “movimento social, sua participação cotidiana nas lutas dos trabalhadores”. Nesse sentido, valoriza as lutas do MST e defende a reforma agrária. A referida edição do jornal destacou ainda os candidatos eleitos pelo PT, o partido “de quem trabalha”, conforme o Movimento.

No editorial de maio de 1988, o MST apoia de forma explícita o PT. Nas eleições que viriam, era preciso “fortalecer o partido”:

Devemos entrar de sola na luta política e fortalecer a construção do Partido dos Trabalhadores, elegermos rurais para as prefeituras, conquistar o maior

⁷¹⁹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Luta pela reforma agrária interessa toda sociedade. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1984 e jan. de 1985, ano III, n. 41, p. 14-15.

⁷²⁰ SILVA, Luiz Inácio Lula da. A palavra do deputado mais votado do país. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, nov./dez. de 1986, ano V, n. 58, p. 4-5.

número de vereadores, enfim ganhar espaço para construirmos nosso projeto político. O partido é nossa maior ferramenta e através dele podemos manifestar o desejo de uma mudança social⁷²¹.

A Direção Nacional do MST visualizava o PT como uma “ferramenta” disponível aos trabalhadores desejosos para fazerem a “mudança social”. Fortalecer o PT era fortalecer a luta política dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. Nas eleições municipais de 1988, o MST orientava seus integrantes para participarem “ativamente” e contribuírem na eleição de “trabalhadores”, “divulgando as propostas do Partido dos Trabalhadores”⁷²². Cabe ressaltar que, mesmo com o envolvimento nas eleições e com o apoio explícito aos candidatos petistas, o MST não perdia sua autonomia. Era evidente a preferência de membros do Movimento pelo PT; e muitos se envolviam em campanhas de candidatos, todavia, isso não significava que o MST estava subordinado ao partido.

Ressalte-se também que Lula se envolvia em muitas atividades do MST e se demonstrava um parceiro nas lutas do Movimento. Em janeiro de 1987, Lula participou do *III Encontro Nacional do MST*, realizado no município de Piracicaba/SP, que reuniu aproximadamente duzentas lideranças Sem Terra para discutir as lutas e os caminhos do Movimento no ano que se adentrava. Na oportunidade, Lula discursou dizendo que “O Sem Terra é, sem dúvida, um dos movimentos de trabalhadores mais sérios que temos nesse país”⁷²³. Outro momento em que Lula participou das atividades organizadas pelo MST foi em seu *II Congresso Nacional*, realizado em Brasília, no ano de 1990. No Congresso, além de manifestar seu apoio às lutas em prol da reforma agrária e tecer críticas ao governo Collor, Lula exaltava a organização do MST: “No dia em que no Brasil a gente tiver alguns milhões de trabalhadores com consciência política e a garra que vocês têm, as coisas serão muito mais fáceis e a reforma agrária inevitavelmente será feita nesse país”⁷²⁴. E acrescentou:

O Brasil continua sendo o único país da América Latina em que os poucos exemplos de reforma agrária que teve foram conquistados com a luta e o sacrifício dos trabalhadores rurais. Por isso a luta dos camponeses brasileiros merece todos os elogios. Mas acho que a maneira como vocês têm lutado nos últimos 10 anos é de fazer inveja a qualquer organização, pela combatividade das ações do MST, um movimento que tem apoio de todos os democratas deste país. Vocês já demonstraram na prática, como se conquista

⁷²¹ Na luta se conquista. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1988, ano VIII, n. 73, p. 2.

⁷²² Eleger trabalhadores. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 1988, ano VIII, n. 74, p. 2.

⁷²³ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala no 3º Encontro Nacional do MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 1987, ano VI, n. 60, p. 3.

⁷²⁴ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala no II Congresso Nacional do MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1990, ano X, n. 93, p. 8.

a terra. Basta lembrar o exemplo do assentamento da Gleba do Holandês na Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul ou do assentamento da Fazenda Pirituba em São Paulo. É assim que a classe trabalhadora vai fazer reforma agrária no Brasil⁷²⁵.

A fala de Lula vai ao encontro do lema do Congresso: *Ocupar, Resistir e Produzir*. Para Lula, as ocupações de terra eram uma forma legítima de denúncia ao latifúndio improdutivo, tal como um modo de se acelerar o processo de reforma agrária. Observa-se que havia entre o MST e Lula um compartilhar de ideias no que se refere à luta dos trabalhadores no país – acreditavam que apenas com organização e mobilização as experiências históricas poderiam ser transformadas. Com a participação nos Encontros e Congressos do MST, Lula demonstrava respeito e apoio aos Sem Terra; e da parte dos Sem Terra havia a crença e a legitimação de que aquela figura política era do povo e governaria para o povo. Na sequência, uma fotografia de Lula no referido Congresso. A fotografia é de autoria de Douglas Mansur⁷²⁶:

Imagem 54 – Lula no II Congresso Nacional do MST



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1990, ano X, n. 93, p. 8.

⁷²⁵ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala no II Congresso Nacional do MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1990, ano X, n. 93, p. 8.

⁷²⁶ O repórter fotográfico Douglas Mansur, nos últimos vinte e cinco anos, tem acompanhado e fotografado momentos importantes da história do MST, como Encontros, Congressos, marchas, ocupações, dentre outros.

Verifica-se, na fotografia, que a visualização de alguns detalhes é dificultada, pois a qualidade de impressão da imagem no jornal ficou comprometida, o que evidencia que o periódico, nesse momento, ainda estava se aprimorando tecnicamente. Identifica-se, à frente da enorme bandeira do Movimento, com o lema *Ocupar, Resistir e Produzir*, a militante e integrante da Direção Nacional do MST, Fátima Ribeiro, a qual presenteou Lula com um dos símbolos de maior expressão da luta pela terra, a *foice*⁷²⁷. Muito aplaudido por seu discurso efusivo em prol da reforma agrária e das lutas desempenhadas pelo MST, Lula entra no clima do Congresso e, com gesto marcante, levanta a foice em sinal de respeito, ratificando que compartilhava da causa dos Sem Terra. Na imagem mencionada, Fátima Ribeiro também levanta seu braço e, com o *punho cerrado*⁷²⁸, saúda Lula. Os semblantes de Fátima e de Lula são de alegria e satisfação com as atividades desenvolvidas no Congresso. A ação do MST em presentear Lula com um símbolo importante da organização, assim como o gesto de Lula para com esse símbolo demonstram cumplicidade e o partilhar de ideias entre o movimento social e o parlamentar.

Em março de 1992, Lula participou de outro momento significativo nas atividades do MST, uma cerimônia festiva realizada no *Instituto Cajamar*, município de Jordânia/SP. Na ocasião, o Movimento comemorava a conquista do *Prêmio Nobel Alternativo*⁷²⁹, recebido em dezembro de 1991, em Estocolmo, Suécia; e também compartilhava réplicas dessa conquista com entidades e personalidades que contribuíram com a luta pela reforma agrária. Dentre essas personalidades estavam Dom Pedro Casaldaliga, Dom José Gomes, Frei Betto e Lula. Na imagem a seguir, do repórter fotográfico Douglas Mansur, visualiza-se Lula recebendo o prêmio das mãos de Fátima Ribeiro.

⁷²⁷ A foice, o facão, a enxada, o rastelo são instrumentos comuns na labuta dos trabalhadores rurais. As ferramentas de trabalho, para os sujeitos sem-terra, são partes constitutivas de sua relação com a terra e com a produção. É através delas que se prepara a terra, se planta e se colhe os alimentos. No Movimento, as ferramentas de trabalho também se configuram como símbolo de sua luta e resistência. Para aqueles que não simpatizam com as causas e ideais do Movimento, esses instrumentos de trabalho podem ser interpretados como uma imagem violenta e truculenta do MST, o que é um equívoco.

⁷²⁸ O *punho cerrado* é gesto que simboliza solidariedade, apoio, unidade, força e resistência. Sua utilização é mais comum entre grupos e pessoas identificadas com a denominada *esquerda*.

⁷²⁹ O *Prêmio Nobel Alternativo* ou *Right Livelihood Award* (em inglês), foi criado em 1980 pelo escritor e filatelista Jakob von Uexkull, ex-membro do Parlamento Sueco. A cerimônia de entrega dos prêmios *Nobel Alternativo* acontece no Parlamento Sueco, em dezembro de cada ano. O nome “Nobel” não tem qualquer ligação com o *tradicional* Prêmio Nobel, mas remete-se a ele como uma reflexão e crítica.

Imagem 55 – Lula recebe réplica do prêmio Nobel Alternativo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1992, ano XI, n. 114, p. 8.

Observa-se que a foto/imagem carrega uma representação de cumplicidade e respeito entre o MST, representado por Fátima Ribeiro, e Lula. Ao convidar e homenagear o político em cerimônia tão importante, o Movimento legitima a figura de Lula como representante dos trabalhadores sem-terra e como apoio relevante na luta pela reforma agrária. No início da década de 1990, Lula já havia se consolidado como um político de expressão no cenário nacional, sobretudo para os grupos de esquerda.

No *Jornal Sem Terra*, eram noticiadas além das participações de Lula nos Encontros e Congressos, as suas andanças pelo país e as suas passagens pelos assentamentos. Em março de 1994, na seção do estado do *Rio Grande do Sul*, destaca-se: *Lula prega Cidadania com Reforma Agrária*. A matéria faz referência à denominada *Caravana da Cidadania*⁷³⁰, realizada por Lula nos três estados da região Sul do país. Na época, Lula era pré-candidato à presidência da República e mantinha discurso otimista face à reforma agrária. Em um dos seus discursos, no município de Uruguaiana/RS, Lula enfatiza: “Nós vamos pôr a mão em

⁷³⁰ As *Caravanas da Cidadania* foram organizadas pelo *Instituto Cidadania*, que, após 2011, passou a ser chamado *Instituto Lula*. As *Caravanas* foram uma experiência inédita na política brasileira, em que uma equipe de lideranças políticas e sindicais, técnicos e especialistas acompanharam Lula em cinco Caravanas que percorreram 359 cidades, em 26 estados. Tais *Caravanas* tiveram o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as experiências históricas dos brasileiros, dialogando com as comunidades, e articulando propostas para o desenvolvimento das regiões brasileiras. Conforme Martinho, ao percorrer centenas de cidades, através das *Caravanas da Cidadania*, Lula e o PT cresciam a “olhos vistos” no cenário político (2007, p. 552). Sobre as *Caravanas* e o Instituto Lula, ver: http://www.institutolula.org/historia#ancora_02.

todo o latifúndio que não esteja cumprindo a função social”⁷³¹. Por esses e outros discursos Lula era exaltado pelos trabalhadores sem-terra e pela Direção Nacional do MST, que viam nele a esperança de uma reforma agrária ampla, que desconcentrasse a estrutura fundiária do país.

Nessa *Caravana* ao Sul do país, Lula também visitou o assentamento *30 de Outubro*, em Campos Novos, Santa Catarina. Na oportunidade, o político percorreu o assentamento e discursou para aproximadamente 1.200 trabalhadores rurais. Conforme a matéria do jornal, Lula havia dito que a reforma agrária era uma “prioridade”⁷³² para ele, desde a fundação do PT. Sobre essa questão, em uma entrevista concedida ao *Jornal Sem Terra*, publicada na edição de fevereiro/março de 1993, Lula compreendia que era preciso transformar a “reforma agrária numa coisa chamada prioridade”, “necessária para o desenvolvimento do país”. Segundo ele:

Eu acho que a reforma agrária precisava ser descaracterizada como uma medida de um governo de esquerda. A reforma agrária deveria ser vista como uma necessidade nacional. No mundo inteiro, uma das formas mais eficazes de produzir alimento, de gerar emprego, de diminuir a diferença entre as pessoas é a partilha justa da terra. Nós não podemos ficar esperando, precisamos convencer a sociedade urbana, a sociedade rural, os empresários de que a reforma agrária é uma necessidade nacional. Aliás, tal como a comida, a reforma agrária é uma questão de segurança nacional. Um país que tem, segundo dados oficiais, 33 milhões de pessoas em condições de indigência, ou seja, pessoas que não têm acesso à comida mínima necessária, ou um país que tem 65 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza não pode prescindir da reforma agrária⁷³³.

Nessa entrevista, Lula foi questionado sobre a reforma agrária e sobre outros assuntos tais como: violência no campo, poder judiciário, criminalização do MST, sistema de governo, PT. Sobre o trecho citado, para Lula, na primeira metade da década de 1990, a reforma agrária não deveria ser pensada apenas por grupos denominados ou intitulados de “esquerda”. Como uma questão estruturante e fundamental para o desenvolvimento do Brasil, deveria ser algo de consenso nacional. A reforma agrária também não era coisa só do mundo rural, mas também das cidades, haja vista que contribuiria para a produção de alimentos, geração de empregos e diminuição das desigualdades sociais. O discurso de Lula era enfático: reforma agrária é uma

⁷³¹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de seu discurso em Uruguaiana/RS. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1994, ano XIII, n. 134, p. 5.

⁷³² Lula realiza Ato pela reforma agrária no assentamento 30 de outubro. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1994, ano XIII, n. 134, p. 6.

⁷³³ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua entrevista ao *Jornal Sem Terra* – Lula fala ao MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 1993, ano XIII, n. 134, p. 5.

questão nacional, “condição ‘*sine qua non*’ para tirar qualquer país da América Latina da situação de miséria que se encontra”. Por esse entendimento, Lula também declarava que, “com erros e acertos, eu acho que o Movimento Sem Terra é o movimento mais sério que nós temos no Brasil hoje. É o movimento mais combativo que nós temos no país”⁷³⁴. Percebe-se que o respeito e a admiração entre MST e Lula eram recíprocos, e ambos visualizavam na reforma agrária um fator importante para os trabalhadores e para o desenvolvimento nacional.

Em visita ao assentamento *Santa Clara*, na região do Pontal do Paranapanema/SP, no dia 17 de junho de 1994, Lula foi recebido de forma festiva por aproximadamente 3.000 assentados e acampados da região. Como de praxe, Lula se colocava ao lado dos trabalhadores sem-terra e das lutas do MST em prol da reforma agrária. Num discurso acalorado, segundo a matéria do jornal, Lula havia dito que faria “reforma agrária com uma canetada”⁷³⁵, desapropriando todo latifúndio improdutivo. Esse tipo de discurso pregado por Lula acerca do enfrentamento aos *status quo* e das terras improdutivas ia ao encontro dos anseios e do arcabouço ideológico do MST. Fazendo a reforma agrária com “uma canetada” Lula enfrentaria as estruturas do sistema político e econômico e as elites rurais, o que para o Movimento era vital na *luta de classes*.

Durante suas andanças por assentamentos e acampamentos do MST, Lula esteve no estado de Mato Grosso do Sul, município de Rio Brillhante, em outubro de 1993. Um momento importante recuperado na matéria escrita por M. Marques, no *Jornal Sem Terra*, intitulada: *Lula se emociona no acampamento de Rio Brillhante*. Ao visitar esse acampamento e constatando as condições de existência em que os sem-terra estavam vivenciando, Lula se solidariza e homenageia os acampados por sua resistência e organização. Na ocasião, segundo a matéria, ele também se emociona:

Quando Cristiane, criança de apenas dez anos, o homenageou com uma música sertaneja que cantava a injustiça e a tristeza da miséria, Lula se emocionou, e lágrimas começaram a correr pelo seu rosto, assim como brotavam nos olhos de todos que estavam presentes naquele momento. Foi um pranto coletivo pelo sofrimento e pela tristeza de todas as crianças brasileiras que estão sem direito de brincar, mas que, junto de seus pais, sonham e lutam pela reforma agrária⁷³⁶.

⁷³⁴ Luiz Inácio Lula da Silva. Trecho de sua entrevista ao *Jornal Sem Terra* – Lula fala ao MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 1993, ano XIII, n. 134, p. 6.

⁷³⁵ Lula visita assentamento no Pontal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1994, ano XIII, n. 138, p. 7.

⁷³⁶ Lula se emociona no Acampamento de Rio Brillhante. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1993, ano XII, n. 130, p. 11.

Uma característica pessoal de Lula em sua trajetória como figura pública foi a de não esconder muito suas emoções⁷³⁷. O fato de ter chorado, ao verificar o contexto vivenciado pelos acampados e ao ser homenageado por uma criança de dez anos, fez com que Lula reafirmasse sua representação de sensível às causas sociais. Com a publicação dessa notícia, o MST queria expressar que Lula era *gente*, sujeito trabalhador que também havia vivenciado dificuldades e que compreendia o sofrimento dos acampados.

Cumprе sublinhar que Lula participou de inúmeras atividades organizadas pelo MST, assim como de visitas a acampamentos e assentamentos que foram registradas pelo *Jornal Sem Terra*, não cabendo, aqui, discriminá-las uma a uma. A menção a alguns desses momentos, dá-se no sentido de se enfatizar que Lula teve uma relação próxima ao MST, em especial, antes de ser presidente da República; e que o apoio do MST ao presidencial Lula não veio *do nada* – essa aproximação é histórica, na medida em que ambos partilhavam ideias e consideravam a reforma agrária importante para o desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, as representações construídas sobre Lula, como representante dos trabalhadores e como a esperança da reforma agrária, se justificam por experiências históricas e por um partilhar de ideias e concepções políticas e ideológicas entre o petista e o MST. As representações são construídas a partir do lugar, tempo e grupo aos quais os sujeitos pertencem e vivenciam suas experiências históricas.

E quanto às eleições, ocorria o apoio a Lula nas campanhas? Quais eram as representações sobre Lula nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, antes de ele ser presidente? Não se pretende fazer uma reflexão detalhada acerca dos processos eleitorais, mas chamar a atenção para o apoio e para as representações de Lula pelo MST no jornal. O apoio e o entusiasmo com o político advêm, sobretudo, pelo fato de Lula ser do operariado (trabalhador) e ter aproximação histórica com o Movimento.

Em um primeiro momento, discorda-se, por exemplo, da pesquisadora Sue Branford, quando ela diz que “as relações entre o PT e o MST não foram muito fluídas durante a maior parte da década de 1980, época em que ambas organizações estavam lutando para se estabelecer no nível regional”⁷³⁸. Sobre esse tópico, reflete-se que o MST visualizava o PT

⁷³⁷ Sobre alguns episódios públicos em que Lula se emocionou e chorou, ver: Lula chora ao fazer avaliação de governo em entrevista exclusiva ao Jornal da Record. In: *R7 Notícias*. 21 de julho de 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/lula-chora-ao-fazer-avaliacao-de-governo-em-entrevista-exclusiva-ao-jornal-da-record-20100721.html>. Acesso em: 09/10/2014, às 8h17min; Lula chora ao ligar para mãe de Eduardo Campos. In: *ZH Eleições 2014*. 14 de agosto de 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/08/lula-chora-ao-ligar-para-mae-de-eduardo-campos-4574926.html>. Acesso em: 09/10/2014, às 8h22min.

⁷³⁸ BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 416.

como uma “ferramenta” por meio da qual os trabalhadores do campo e da cidade poderiam vislumbrar “mudanças sociais”; e que o Movimento, por meio do jornal, publicava matérias relacionadas ao partido devido à necessidade de fortalecê-lo nacionalmente. Desse modo, a relação entre MST e PT foi fluída até a eleição de Lula, em 2002; e o apoio ao candidato, endossado abertamente durante o período de campanha das eleições, como se verificará nas a seguir.

Na eleição presidencial de 1989, o MST demonstrou entusiasmo e confiança na vitória de Lula. Muito antes do início das campanhas, no editorial de abril de 1989, a Direção Nacional do Movimento destacava que naquele ano lutaria “para eleger um representante dos trabalhadores na presidência da República”⁷³⁹. O nome de Lula não consta no editorial, até porque o período de campanha política ainda não estava autorizado pela Justiça Eleitoral, mas, considerando a aproximação histórica entre Lula e MST, esse “representante dos trabalhadores” seria o próprio Lula, do PT. Em outubro de 1988, um ano antes das eleições presidenciais, o MST traça o perfil do PT e de Lula, como um provável candidato às eleições presidenciais do próximo ano.

A alternativa de um governo popular estaria representada na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, deputado constituinte eleito pelo PT com a maior votação da história da Câmara dos Deputados. Foi o dirigente sindical que liderou as lutas operárias, que aceleraram a derrubada do regime militar. Foi um dos idealizadores e fundadores do Partido dos Trabalhadores, presidente do PT desde sua fundação até ano passado. O que vai representar seu governo? A proposta do PT é a implantação de um programa de governo popular, criar formas para que os trabalhadores dirijam de acordo com os interesses das grandes massas. O programa agrário do PT, define a necessidade de desapropriar todos os latifúndios, e as terras de empresas multinacionais⁷⁴⁰.

Lula e PT eram representados pelo MST como distintos dos políticos e partidos tradicionais da política brasileira. Lula e PT carregavam a marca do “popular” – o político e o partido dos trabalhadores para os trabalhadores. Essa crença do MST integrava Lula e PT ao imaginário ideológico da organização do Movimento, em especial, no sentido de que seriam os trabalhadores quem comandariam as ações do governo, de acordo “com os interesses das grandes massas”. Lula conduziria o Brasil a um governo do povo e dos trabalhadores. E o programa agrário do PT desapropriaria “todos os latifúndios” e as “terras de empresas

⁷³⁹ Mobilizar as massas! *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1989, ano IX, n. 82, p. 2.

⁷⁴⁰ Para que servem as eleições municipais? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1988, ano VIII, n. 77, p. 11.

multinacionais”. Nota-se que, o MST, nas décadas de 1980 e 1990, tinha uma *visão romântica e idealizada* de Lula e do PT, a partir de suas crenças e convicções políticas e ideológicas. Essa visão ainda se estenderia até a eleição presidencial de 2002, conforme se reflete ao longo da tese.

À medida que a eleição de 1989 se aproximava, o Movimento orientava seus integrantes sobre os presidenciáveis, com vistas a que avaliassem e escolhessem quem estivesse ao lado dos trabalhadores. Nesse sentido, também destacava os possíveis presidenciáveis que não deveriam receber votos dos integrantes do MST, por não serem a favor dos sem-terra e da reforma agrária: Mario Covas, Ronaldo Caiado, Collor e Miguel Arraes⁷⁴¹. No editorial de agosto de 1989, o MST dava a entender mais explicitamente seu apoio ao candidato Lula e assinalava que as ocupações não deveriam cessar, pois isso não prejudicaria a candidatura do petista.

As mobilizações que acontecerão em torno das eleições devem ser um espaço para denunciar todas as arbitrariedades que são praticadas contra os trabalhadores, e de fortalecimento da aliança entre operários e camponeses. Aos movimentos, sindicatos, mantendo autonomia em relação ao partido, cabem avançar na luta social pelas reivindicações básicas dos trabalhadores. O movimento, dentro desta perspectiva, não pode deixar de realizar a sua tarefa principal que é a luta pela reforma agrária, utilizando a principal forma de luta dos trabalhadores sem-terra que é a ocupação⁷⁴².

O MST compreendia a importância de se mobilizar no período das eleições e de se continuar com as ocupações de terras. Destacava que era preciso entender que sua organização era autônoma em relação aos partidos. Ou seja, o envolvimento nas eleições era salutar, desde que mantivesse sua autonomia e avançasse na luta social e no fortalecimento da aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade. Na edição de outubro de 1989, pela primeira vez, o Movimento apoia *abertamente* o presidenciável Lula. Na capa do jornal há a seguinte chamada: *Lula: uma candidatura em defesa da reforma agrária*⁷⁴³. No editorial dessa mesma edição enfatiza-se o porquê apoiar Lula:

[...] a candidatura Lula representa a possibilidade de pela primeira vez a classe trabalhadora assumir o comando do governo do Brasil. Isto com um projeto político e um programa de governo que, com a efetiva participação

⁷⁴¹ A luta mostra quem é quem. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1989, ano IX, n. 85, p. 3.

⁷⁴² Não esquecer os objetivos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1989, ano IX, n. 86, p. 3.

⁷⁴³ Lula: uma candidatura em defesa da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1989, ano IX, n. 88, p. 1.

dos trabalhadores, pode fazer avançar as lutas sociais, e o processo de transformação da sociedade⁷⁴⁴.

O apoio ao presidenciável petista era embalado por ele ser considerado um *legítimo* representante da “classe trabalhadora”, e nele era depositada a expectativa da “transformação da sociedade”. É interessante registrar que Lula não era representado como fazendo parte de um *projeto socialista* para o Brasil. Como já fora salientado no segundo capítulo da tese, a utopia do MST fundamenta-se na luta contra o capitalismo, em favor da construção de uma sociedade socialista. No jornal, o candidato apoiado era considerado o representante de um projeto “democrático popular”⁷⁴⁵, o qual abria espaços de participação ativa dos trabalhadores nas decisões do governo, cujas ações estariam pautadas na transformação social, inclusive, em um amplo programa de reforma agrária.

Na análise do jornal, não se percebeu que Lula era visto como um *candidato socialista*, mas sim como um *operário, representante dos trabalhadores*. A figura de Lula, apresentada pelo Movimento é a de um *líder sindical, operário, trabalhador e representante do povo*. Essa caracterização aproxima-se daquela que o Lula fazia de si próprio – ele não gostava de ser *rotulado* e não se apresentava publicamente como um *candidato socialista*, mas sim como *trabalhador, líder sindical*. Entretanto, Lula era o político que mais perto chegava do *projeto socialista* do MST: eliminar o latifúndio e construir uma sociedade em que a justiça social e o desenvolvimento econômico para todos os brasileiros fossem primordiais. Para o MST, Lula era *democrático e popular*, diferente de outros políticos.

Na eleição de 1989, a partir de sua concepção ideológica, marxista-leninista, o Movimento passa a representar a disputa *trabalhadores versus burguesia* de forma mais nítida no segundo turno, quando permaneceram Lula e Collor. Lula era a expressão latente dos “trabalhadores”; Collor, da “burguesia” (elites), do continuísmo e do conservadorismo⁷⁴⁶. Assim, eram apreciados dois projetos de política opostos: Lula era “autêntico”, trabalhador, e Collor “fabricado” pelas elites. Nessa perspectiva, para o MST, as eleições significavam uma *luta de classes*, a partir dos preceitos marxistas entre *trabalhadores versus burguesia*.

Em relação às eleições de 1989, Reis observa que Lula foi lançado pelo PT como uma espécie de “anticandidatura; muito mais para marcar posições do que para disputar o posto máximo da República”⁷⁴⁷. Além disso, a candidatura do petista era ancorada em ideias

⁷⁴⁴ Unidade entre os trabalhadores. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1989, ano IX, n. 88, p. 3.

⁷⁴⁵ Candidatura democrático-popular. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1989, ano IX, n. 87, p. 23.

⁷⁴⁶ Os trabalhadores enfrentam a burguesia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1989, ano IX, n. 89, p. 3.

⁷⁴⁷ REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 515-516.

“reformista-revolucionárias” como: anulação da dívida externa, reforma agrária radical e questionamento profundo das bases do modelo econômico. Nessa direção, Sader destaca que as propostas petistas eram muito limitadas, centrando-se em apenas dois eixos: justiça social e ética na política. Não se tinha uma “proposta específica sobre o regime econômico, a crise fiscal do Estado ou o modelo político da nova democracia. [...]. Esperava-se que a redemocratização resolvesse os problemas do país por meio de políticas sociais e estilos políticos transparentes”⁷⁴⁸. As características radicais e de enfrentamento às questões estruturantes do modelo político e econômico brasileiro agradavam à Direção Nacional do MST e aos grupos políticos de esquerda.

Para o MST, considerando a essência de suas lutas, que consistiam na realização da reforma agrária, Lula era o *único* candidato que defendia e iria fazer a reforma agrária desejada pelo Movimento. As entrevistas e os trechos de discursos de Lula publicados no jornal durante e antes da campanha eleitoral contribuíram para reafirmar essa crença do MST. Em entrevista concedida ao *Jornal Sem Terra*, em setembro de 1989, Lula fala sobre política agrícola, dívida externa, salário, inflação e reforma agrária. Sobre esse último assunto, diz:

Nós achamos que a Reforma Agrária não é apenas uma questão legal, depende da pressão do povo. Na nossa opinião a realização de Reforma agrária é fundamental para o desenvolvimento do país. Ela possibilita uma melhor distribuição de renda, aumento da produção e possibilidade de diminuir o analfabetismo, evita o crescimento das favelas e infinidades de problemas advindos do êxodo rural. Então a reforma agrária é uma condição política obrigatória nesse país. E como fazer? É só utilizar as terras devolutas do Estado, as improdutivas dos grandes latifúndios. Temos a ideia de fazer uma proposta dizendo até quantos hectares ou alqueires nós não iríamos mexer⁷⁴⁹.

O fato de Lula compreender que a reforma agrária era “fundamental para o desenvolvimento do país” fazia com que o MST se envolvesse amplamente na campanha do candidato. No entendimento do Movimento, Lula ia “desapropriar os latifúndios improdutivos; legalizar as terras ocupadas pelos trabalhadores; limitar a propriedade rural” e “incentivar a produção de alimentos básicos, em oposição às monoculturas para exportação”⁷⁵⁰. Enfim, com Lula os trabalhadores rurais sem-terra teriam a oportunidade de trabalhar e viver em seu pedaço de chão.

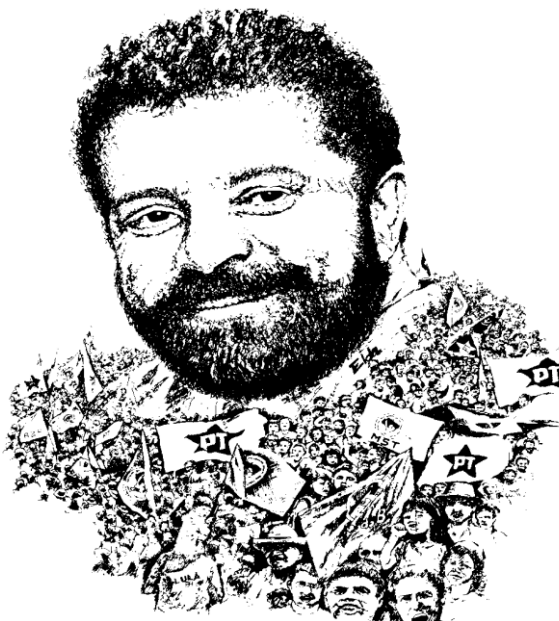
⁷⁴⁸ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 75.

⁷⁴⁹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua entrevista ao *Jornal Sem Terra* – Candidatura democrático-popular. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1989, ano IX, n. 87, p. 23.

⁷⁵⁰ Os presidencialistas e os trabalhadores. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1989, ano IX, n. 88, p. 12-13.

Todavia, como se sabe, Collor derrotou Lula e as expectativas do Movimento foram frustradas. Mesmo assim, após o resultado eleitoral, o MST publicou no jornal uma matéria que dizia: *Collor levou mas não ganhou*, em referência ao fato de o presidente eleito ter feito uma margem de 41% dos votos contra 37% de Lula, o que significava que 59% dos eleitores “não votaram em Collor, não querem ele”. Destacava-se, ainda, que com esse resultado “não houve festa. Houve um verdadeiro funeral. Os únicos que fizeram festa foram novamente a burguesia nacional, seus aliados multinacionais, os coronéis, os fazendeiros, a UDR e os políticos do Centrão”⁷⁵¹. Para o MST, a vitória de Collor foi “imoral”, devido ao apoio deliberado dos grandes meios de comunicação ao candidato eleito e à manipulação de informações sobre o candidato petista. Acompanhando essa matéria foi publicada uma imagem⁷⁵² interessante que contribui para se analisar a relação histórica entre Lula e MST.

Imagem 56 – Collor levou mas não ganhou



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 12.

Apesar da derrota no pleito eleitoral, o MST publicou essa imagem que mostra Lula sorrindo, com semblante de felicidade. Aliás, Lula surpreendeu e assustou as elites políticas e sociais com o resultado de sua votação no segundo turno, que superou os 31 milhões de votos válidos. Nota-se que, na imagem, abaixo do rosto de Lula, como se fosse extensão de seu corpo, há uma multidão de homens e mulheres. No meio dessa multidão, bandeiras do MST,

⁷⁵¹ Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1989, ano IX, n. 90, p. 12.

⁷⁵² A imagem não está assinada, contudo, pelo expediente do jornal, muito provavelmente ela seja de autoria de Elda Broilo, que estava responsável pelas “ilustrações” do periódico.

PT e uma do PCdoB tremulam e dão o tom de alegria e festa ao momento. Lula é representado como a extensão dos trabalhadores na política; e a votação conquistada em seu primeiro pleito para presidente da República devia ser comemorada. Lula havia se consolidado como o principal líder de oposição no Brasil e a eleição de 1989 popularizou, além de Lula, o próprio PT.

Cinco anos depois, no início do ano de 1994, o MST se colocava abertamente em favor de Lula na eleição que viria e elencava: “Decidimos apoiar abertamente e nos envolver na campanha do companheiro Lula, porque acreditamos ser a única que, se vitoriosa, pode implantar um programa democrático-popular e realizar a reforma agrária”⁷⁵³. Dessa vez, o principal adversário para a presidência era FHC, visto pelo Movimento como o “presidente das elites”. Novamente, a candidatura de Lula era visualizada como um projeto “democrático-popular”, em que os trabalhadores poderiam participar ativamente dos rumos escolhidos para o país. O Movimento se orgulhava de estar mais uma vez com Lula nas eleições.

Alguém precisa dizer para essa burguesia estúpida e ignorante que a candidatura de Lula é justamente o resultado de mais de 15 anos de luta da classe trabalhadora, tanto na cidade como no campo.

Se não houvesse greves do ABC, as ocupações de terra, os sindicatos combativos, a CUT, o MST, o Movimento das Mulheres, dos Negros, a Central dos Movimentos Populares, não existiria nem PT, nem candidatura Lula.

Lula é fruto das lutas do povo brasileiro.

Achar que as lutas do povo tiram voto do Lula é ignorância e uma armadilha que só engana a eles mesmos.

Nós do MST nos orgulhamos de apoiarmos Lula. E acreditamos em sua vitória. Temos certeza de que a vitória do Lula estará mais forte, quanto mais o povo brasileiro se mobilizar⁷⁵⁴.

Esse texto foi publicado no editorial de julho de 1994 e ressaltava o fato de os candidatos incluírem o tema *reforma agrária* em seus programas de governo. Contudo, o editorial menciona que apenas o presidenciável petista entendia a luta dos sem-terra e realizaria a reforma agrária. O Movimento chamava a atenção para o fato de a candidatura de Lula ser a soma das lutas dos últimos quinze anos no país, sejam as do campo, sejam as da cidade. Também orientava seus integrantes a continuarem lutando e se mobilizando, pois isso não tiraria votos de Lula, pelo contrário, fortaleceria o candidato “fruto das lutas do povo brasileiro”.

⁷⁵³ O que esperar de 1994? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 1994, ano XIII, n. 133, p. 2.

⁷⁵⁴ A luta pela terra sobe aos palanques. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1994, ano XIII, n. 138, p. 2.

Mais uma vez, o MST tinha crença na vitória de Lula e visualizava a eleição como um embate de classes: trabalhadores (Lula) *versus* burguesia (FHC⁷⁵⁵); um projeto “democrático-popular” *versus* um projeto das “elites”⁷⁵⁶. No período de campanha, o Movimento publicou, mais uma vez, em seu jornal frases e textos demonstrando a proximidade histórica entre o candidato petista e a luta dos sem-terra. Na seção *Frase do Mês*, em abril de 1994, um trecho da fala de Lula (sem periodização) é exposta:

[...] Talvez eu seja mais próximo dos Sem-Terra que muitos companheiros do PT. Uma coisa é eu estar em São Bernardo comendo pizza e analisando o problema deles. Outra coisa é eles estarem no meio daquelas terras se matando que nem cavalo. Eles têm de ser radicais. Para eles é vencer ou morrer. Se há alguma coisa que eu compreendo é o radicalismo da base. Eu não posso compreender o radicalismo do professor da USP, mas o do peão eu entendo. Se ele não for radical ele não existe⁷⁵⁷.

Nesse trecho Lula procura demonstrar proximidade e entendimento sobre as lutas dos sem-terra, apoiando o “radicalismo” da organização do MST. A sua fala é coloquial e expressa que o político entendia das lutas e adversidades vivenciadas pelos trabalhadores (peões). Ao enfatizar que a luta dos sem-terra era “vencer ou morrer”, Lula traz a *luta de classes* para o seu discurso, como se ela fosse inevitável para que os trabalhadores conquistassem uma vida melhor. Esse *radicalismo* expresso na fala de Lula era apropriado pelo MST, de forma positiva – o petista enfrentaria o modelo político e econômico e transformaria a estrutura fundiária do Brasil.

A capa da edição do *Jornal Sem Terra*, de setembro de 1994, traz a seguinte manchete: *É hora de mudar o Brasil ... com Lula na presidência*. Ilustrando a manchete há uma fotografia de Lula, em suas andanças com a *Caravana da Cidadania*.

⁷⁵⁵ Além de FHC e Lula, participaram da eleição presidencial de 1994 os candidatos: Orestes Quércia, Espiridião Amim, Enéas Carneiro, Leonel Brizola, Carlos Antônio Gomes e Hernani Fortuna.

⁷⁵⁶ O grito dos trabalhadores. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1994, ano XIII, n. 136, p. 2.

⁷⁵⁷ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala – Frase do mês. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1994, ano XIII, n. 135, p. 2.



Editora responsável: Débora Lerrer

Pelo exposto, Lula era a “mudança”, isto é, o rompimento com o modelo político e econômico em vigor e a realização da reforma agrária. Na foto de capa, de autoria de Clóvis Ferreira, Lula aparece de mãos dadas e braço esquerdo erguido ao lado de Manuel Nardi, conhecido como Manuelzão⁷⁵⁸, durante a passagem da *Caravana da Cidadania* pela bacia do rio São Francisco, em 1994. O político caminha ao lado de sua esposa, Marisa Letícia Lula da Silva, e de assessores pela rua em meio ao povo. Tal atitude demonstra sua simplicidade e cumplicidade com os seus eleitores, bem como evidencia satisfação e confiança no pleito eleitoral.

⁷⁵⁸ *Manuelzão* foi um personagem literário criado por João Guimarães Rosa, inspirado no vaqueiro *Manuel Nard* (1904-1997), que conviveu com o escritor. Manuelzão era conhecido por sua simplicidade, sabedoria e respeito à natureza e se tornou figura conhecida no interior de Minas Gerais, mesmo depois de aposentado da profissão de vaqueiro. Manuelzão morreu em 1997, aos 92 anos, vítima de uma embolia cerebral, no povoado de Andrequicé, município de Presidente Olegário/MG.

Nesse sentido, Lula é considerado a “única alternativa de mudança para o Brasil”. Para o MST, o único candidato que tinha um compromisso e faria a reforma agrária. E, de certa forma, Lula sinalizava para isso em seus discursos. Em entrevista concedida ao *Jornal Sem Terra*, em setembro de 1994, o candidato petista enfatiza:

Reforma agrária é o principal instrumento para acabar com a fome neste país, porque distribui renda e estimula a produção de alimento básico, as pessoas da cidade terão acesso à alimentação abundante, de boa qualidade e a preços baixos. Quem quiser deixar de ser assalariado rural poderá ser beneficiado pela reforma agrária⁷⁵⁹.

Ao dizer que a reforma agrária seria o “principal instrumento” para “acabar” com a fome no Brasil, Lula sugere que esta seria *prioridade* em seu governo, uma alternativa central para eliminar a fome e produzir alimentos com baixo custo à população. Contudo, Lula teria que esperar mais tempo para conquistar a presidência da República, pois FHC o derrotou, ainda no primeiro turno, com 54,3% dos votos. Nas representações do MST, a eleição de 1994, assim como a de 1989, foi deliberadamente controlada pelos grandes meios de comunicação que manipulavam informações e ações de Lula. Assim, a “mentira” teria vencido a eleição⁷⁶⁰, mas os trabalhadores Sem Terra estariam atentos e mobilizados contra o governo FHC. Observa-se, nesse caso, uma *luta por representações*, pois o Movimento não creditava as vitórias de Collor e FHC como legítimas e sim como frutos de manipulação das mídias conservadoras. Isto é, o jornal era utilizado para contradizer e construir representações que processavam outras visões sobre as vitórias de Collor e FHC, como se as vitórias fossem *falsas* e frutos das “mentiras” propagadas.

Passados mais quatro anos, na eleição presidencial de 1998, o Movimento acenou novamente para a candidatura de Lula. Era o terceiro pleito em que o candidato petista disputava a presidência do país, e a sua candidatura representava, assim como nas eleições anteriores, “uma campanha do povo brasileiro contra as elites”⁷⁶¹. No caso, FHC buscava a reeleição e o MST via em Lula a possibilidade de romper com o modelo político e econômico neoliberal implementado no Brasil.

No *Jornal Sem Terra*, a eleição de 1998 não foi tão propagada como as anteriores, levando-se em conta a quantidade de referências ao processo eleitoral e à candidatura de Lula.

⁷⁵⁹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua entrevista – Candidato da Frente Brasil Popular responde ao MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1994, ano XIII, n. 140, p. 8-9.

⁷⁶⁰ Venceu a mentira. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1994, ano XIII, n. 141, p. 2.

⁷⁶¹ O Governo FHC e a farsa do neoliberalismo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1997, ano XVI, n. 174, p. 2.

Isso não quer dizer que o Movimento se abstivesse de participar e se posicionar diante das eleições e dos candidatos. A proximidade entre o petista e o MST ainda continuava. Na edição de agosto de 1998, a *frase do mês* foi de Lula: “A diferença entre um pobre e um sem-terra do MST é o brilho nos olhos, que o pessoal do MST tem”⁷⁶². Com essa afirmação, o Movimento expressava que Lula estava junto aos sem-terra e visualizava que a organização do MST era um importante espaço para propiciar dignidade aos trabalhadores.

Em fins do ano de 1997 e início de 1998, Lula participou de Encontros organizados pelo MST e já se apresentava como pré-candidato à presidência do Brasil. Um dos encontros foi o *XIII Encontro Estadual do Paraná*, no município de Santa Cruz do Monte Castelo, no assentamento São Sebastião, entre os dias 20 e 23 de janeiro de 1998. No último dia do evento, Lula participou e conversou com os Sem Terra sobre as expectativas com a eleição que viria⁷⁶³. No *IX Encontro Nacional do MST*, realizado em fevereiro de 1998, em Vitória/ES, onde estavam presentes aproximadamente 1.200 delegados de todos os estados em que o Movimento tinha representação, Lula também participou. O petista e Brizola (que foi candidato a vice-presidente de Lula na eleição de 1998) eram convidados ilustres do Encontro. No editorial de fevereiro de 1998, ao falar sobre esse Encontro, o Movimento destacou um “grande desafio” para o ano de 1998:

Participar ativamente da campanha eleitoral, procurando engajamento à candidatura de Lula-Brizola. Vamos transformar a campanha eleitoral num grande movimento político que consiga politizar nossa base e a sociedade. Que transforme a eleição, sobretudo, numa derrota do modelo neoliberal⁷⁶⁴.

A orientação do MST para seus integrantes era que se “engajassem” na campanha eleitoral do candidato Lula, pois estava em jogo a “derrota do modelo neoliberal”. Desse modo, para o MST, Lula representava o rompimento do modelo que estava sendo gestado. Para o Movimento, em 1998, Lula seria o antídoto para o “caos social” vivenciado pelo governo FHC. A imagem a seguir⁷⁶⁵ evidencia os “efeitos” de Lula e de FHC na presidência da República.

⁷⁶² SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala – Frase do mês. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1998, ano XVII, n. 181, p. 2.

⁷⁶³ A luta pela terra. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1997 e jan. de 1998, ano XVI, n. 175, p. 8.

⁷⁶⁴ 1998: grandes desafios pela frente. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 1998, ano XVI, n. 176, p. 2.

⁷⁶⁵ Não se conseguiu identificar de quem era a assinatura na imagem. O expediente do jornal também não faz menção à ilustração.



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1998, ano XVI, n. 180, p. 2.

Essa imagem foi publicada junto ao editorial, cujo título era: *O Governo FHC é o caos social*. Nesse editorial, o Movimento dizia que o governo FHC era “caos” e sinônimo de “exclusão social”⁷⁶⁶, e que Lula seria a solução para os problemas. O cenário era uma “bolsa de valores”, com muitos operadores de pregões trabalhando, todos exprimidos, com expressões tensas e falando ao telefone. Nota-se se que as duas cenas são similares, apresentando os mesmos personagens, mas diferentes “efeitos” em cada uma delas. Do lado esquerdo, os seguintes “efeitos” de FHC são anunciados pelos operadores: “Petrobrás, 3500; Usiminas, 430; Telebrás, 700 mil; Eletropaulo, 250; Vale do Rio Doce; Banco do Brasil; Transbrasil; Banespa”. Do lado direito, os “efeitos” de Lula são caracterizados pelos operadores como: “Salário; Saúde; Férias; Reforma Agrária; Estabilidade; Aposentadoria; Empregos; Escolas”.

Os “efeitos” de FHC referem-se às privatizações de empresas estatais ocorridas em seu governo, medidas criticadas e condenadas pelo MST. Os “efeitos” de Lula, caso ele fosse eleito, giravam em torno de questões centrais para o desenvolvimento do país: educação, saúde, emprego. Havia dualidade na representação dos candidatos, ou seja, FHC agregava apenas questões negativas e Lula traria aspectos positivos, conforme o MST.

⁷⁶⁶ O Governo FHC é o caos social. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1998, ano XVI, n. 180, p. 2.

Sobre a eleição de 1998, vale pontuar, ao se analisar o jornal, que o MST não a visualizava com o mesmo entusiasmo com que visualizava as eleições anteriores, apesar de haver declarado apoio aberto ao petista. As notícias eram mais no sentido de que FHC estava caindo nos índices de votos nas pesquisas e no de que Lula estava subindo⁷⁶⁷. Todavia, FHC foi reeleito ainda no primeiro turno com 53,06% dos votos válidos.

A esperança se lançaria novamente na eleição do ano de 2002. Nesse contexto, Lula e o PT haviam se transformado, consideravelmente, por meio de um processo desenvolvido ao longo da década de 1990. Isto é, as posições políticas de Lula e do PT em 2002 não eram mais as mesmas da década de 1980.

Em 1991, o PT realizou seu primeiro *Congresso Nacional* em São Bernardo do Campo/SP. Nesse evento o partido indicava que se afastaria do “socialismo” e do “radicalismo político”⁷⁶⁸, tão ambíguos e indefinidos em suas retóricas. De acordo com Reis, no desenrolar da década de 1990, o PT foi se caracterizando como “conciliador”, “moderado” e “reformista”. Assim, se concentrava cada vez mais na “busca do próprio fortalecimento institucional, polarizado pelas disputas eleitorais que se sucediam em todas as instâncias da sociedade, via-se sugado por essa dinâmica, que ele não havia previsto, e parecia não controlar”⁷⁶⁹.

O entendimento de Sader vai ao encontro do de Reis, no sentido de que, nos anos de 1990, o PT começa um período de adequações lentas, fruto do processo histórico que o conduziria ao perfil em que o governo Lula se estruturou⁷⁷⁰. Por exemplo, em seu início, o partido era contrário ao pagamento da dívida externa, justificando que esses recursos deveriam ser investidos no social. Já em 2002, Lula e PT mudam completamente o discurso, garantindo o compromisso com as dívidas, com os contratos. Ainda, ao incorporar o consenso do governo FHC de “priorizar o combate à inflação” e a “estabilidade econômica” a qualquer custo, o PT se transforma ideologicamente.

De força antissistêmica, o PT se transforma em força reformista, de caráter socialdemocrata⁷⁷¹, conforme Sader. De “revolucionários” a “eleitores”, gestor de

⁷⁶⁷ Cai FHC, sobre Lula. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio/junho de 1998, ano XVI, n. 179, p. 18.

⁷⁶⁸ Reis reflete que o grupo denominado “Articulação”, encabeçado por Lula, fazia frente aos “revolucionários” do PT. Esse grupo era “politicamente moderado” e logo se impôs como “centro dirigente” do partido. “Por ela (Articulação), e desde então, teriam que passar as grandes decisões que orientariam a vida partidária e a ação do PT na sociedade” (REIS, 2007, p. 518).

⁷⁶⁹ REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 518.

⁷⁷⁰ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 76.

⁷⁷¹ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 81.

“administrações públicas e do sistema capitalista”⁷⁷². Na década de 1990, o PT cresce consideravelmente. Apesar de duas derrotas presidenciais, elege diversos parlamentares e conquista governos de estados e de prefeituras de cidades importantes no país. Enfim, o partido cresce e se transforma em uma *máquina partidária eleitoral*, em que conquistar o poder, mediante diversas alianças e barganhas políticas, torna-se algo frequente. Conforme Fausto, o PT eleito para a Presidência da República em 2002 tornou-se “um partido pragmático e reformista, que apostava mais na força das urnas que na mobilização das ruas”⁷⁷³.

E o petista Lula, como se apresentou diante das circunstâncias históricas? As mudanças de concepções políticas do ex-metalúrgico foram notórias, considerando-se as décadas de 1980 e 2002. Um exemplo simples, mas que expressa uma característica importante de suas mudanças, foram seus próprios discursos perante os eleitores, em especial, nos meios de comunicação. Sobretudo, a partir de 1998, Lula se porta mais *moderado, sereno* e passa a chamar os eleitores e eleitoras de *amigos e amigas*, não mais *companheiros e companheiras*. Ele se afasta do *radicalismo* e se aproxima de uma linha mais *moderada*. Apesar de ainda se utilizar de discursos fortes e efusivos, não rompe com as estruturas. De acordo com Martinho, Lula havia se transformado em mais “intuitivo” do que “pragmático” e se apresentava de acordo com as circunstâncias. Nessa perspectiva, “foi alterando seu discurso e suas alianças de acordo com as possibilidades. Fruto, portanto, de uma esquerda mais intuitiva que pragmática, o personagem Lula apresentou-se diante da opinião pública sob diversas faces”⁷⁷⁴.

Lula transforma-se consideravelmente da década de 1980 para o ano de 2002. Suaviza seus discursos e sua imagem. A partir de então, entra em cena o *Lulinha paz e amor*. Segundo Fausto:

Ficara para trás o líder sindical carrancudo que liderou as greves metalúrgicas de 1978 a 1980, enfrentando a ditadura e a Lei de Segurança Nacional. Ficara para trás também o candidato que, em 1982, concorrera em raia própria ao governo do estado de São Paulo e o que havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Nesses anos, suavizou seu discurso. Foi o próprio Lula quem, na eleição seguinte, a de 2002, para ser novamente candidato, exigiu de seu partido liberdade para compor alianças fora do campo das esquerdas⁷⁷⁵.

⁷⁷² REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 518-519.

⁷⁷³ FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 523.

⁷⁷⁴ MARTINHO, F. C. P., *A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente*, p. 559.

⁷⁷⁵ FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 524.

Diante de contextos históricos distintos e de mudanças políticas e ideológicas notórias, algo característico chama a atenção em relação a Lula, o seu *carisma*. Esse traço lhe é peculiar, espontâneo e estritamente pessoal. No que diz respeito a “carisma” e a “dominação carismática”, uma leitura clássica de Max Weber permite uma reflexão. O autor compreende o “carisma” como uma “qualidade pessoal considerada extracotidiana”, que, na origem, pode ser condicionada a um poder “quase mágico”, atribuído a pessoas, poderes ou qualidades “sobrenaturais”, “sobre-humanos” ou, no mínimo, “extracotidiano”. Essa qualidade pessoal constitui líderes de forma natural. Logo, esses líderes, *carismaticamente* conquistam seus “adeptos”⁷⁷⁶. Em outras palavras, é a capacidade de a pessoa exercer, de forma natural, liderança sobre aquilo que se propõe a desenvolver; essa pessoa passa a ser reconhecida entre seus pares espontaneamente. Lula exerce isso em sua trajetória política, em pouco tempo se torna líder sindical, protagonista na fundação do PT e referência para seu partido.

Ao também refletir sobre “carisma”, Norberto Bobbio enfatiza que o “poder carismático” advém de uma capacidade “extraordinária” de quem o possui, por isso, não depende dos meios legais, da racionalidade ou tradição. É peculiar da pessoa, quase que um “dom”⁷⁷⁷. Nessa direção, Weber destaca que o carisma é fruto de “livre reconhecimento” pelos “adeptos” da liderança. O “reconhecimento” “é uma entrega crente e inteiramente pessoal nascida do entusiasmo ou pela miséria e esperança”. Ou seja, o carisma não depende das questões “cotidianas”, normais, pois é algo ligado à pessoa/líder. Para a “dominação carismática”, não existe receita ou orientações⁷⁷⁸. A liderança é nata e se desenvolve de forma natural e espontânea.

Sublinhe-se que, em sua trajetória política, Lula se construiu como uma liderança de forma espontânea e rápida, conquistando o *reconhecimento* de políticos e pessoas que acreditavam em suas convicções políticas e ideológicas. É possível dizer que Lula se tornou uma liderança carismática por essência, não como algo programado ou forçado por forças e decisões exteriores a ele. Um elemento importante também de seu carisma é o *bom humor*. Cavalcanti, referindo-se a Lula na presidência, observa que “o presidente é homem que sorri, testemunhando a alegria de presidir. Ele diverge da tradição republicana de presidente de cara fechada, como Castelo, Geisel e Figueiredo; de cara raivosa, como Collor; de cara enigmática como Itamar; de cara nostálgica, como Fernando Henrique Cardoso”⁷⁷⁹.

⁷⁷⁶ WEBER, M., *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p. 158-159.

⁷⁷⁷ BOBBIO, N., *Dicionário de Política*, p. 149-151.

⁷⁷⁸ WEBER, M., *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p. 159-160.

⁷⁷⁹ CAVALCANTI, L. O., *O que é o Governo Lula?*, p. 54.

Esse carisma peculiar de Lula, assim como suas posições políticas, em especial nas décadas de 1970 e 1980, fizeram com que o MST o reconhecesse como uma liderança expressiva na política brasileira e entre os trabalhadores do campo e da cidade. Todavia, no processo histórico, o MST não se preocupou em avaliar as transformações de Lula e do PT, posto que o interesse estava na figura do ex-metalúrgico, nordestino, trabalhador que seria a extensão dos trabalhadores e trabalhadoras na presidência da República. Desse modo, havia um certo *romantismo* por parte do MST, pois muitas das representações de Lula presentes nas eleições do ano de 2002 estavam alicerçadas no petista da década de 1980.

Para o MST, a maior virtude de Lula estava no fato de ele ser um trabalhador e trazer em sua memória vivências das adversidades que a maior parte da população brasileira vivenciou (e vivencia). Essa interpretação também advém do fato de o Movimento possuir uma prática de se apoiar em heróis, mártires. Ou seja, de *personificar* figuras significativas para sua organização e sua memória histórica⁷⁸⁰. De certa forma, a figura de Lula foi personificada pelo MST, haja vista que o petista, representado no início do século XXI, era aquele das décadas de 1970 e 1980.

No que tange às eleições de 2002, por meio do editorial do jornal de fevereiro, o MST já chamava a atenção para o processo eleitoral e salientava: “Esperamos que os candidatos da oposição se elejam e que realmente estejam comprometidos verdadeiramente com a mudança do modelo econômico”⁷⁸¹. Não eram mencionados nomes e partidos, apenas “candidatos da oposição”, mas essa “oposição” relacionava-se, em especial, aos candidatos petistas. O Movimento fazia questão de abordar que a “oposição” deveria estar comprometida com a “mudança de modelo econômico”. Esse comprometimento seria fundamental para a efetivação de mudanças vislumbradas pelo MST.

Em junho de 2002, é publicada no *Jornal Sem Terra* uma entrevista com Plínio de Arruda Sampaio, na qual o entrevistado sinaliza para as opções de votos para presidente e destaca a figura de Lula. Por mais que fossem de Plínio os comentários sobre a eleição e os presidenciáveis, havia certa intencionalidade na entrevista que era a de propagar o nome de Lula como o único candidato que poderia modificar a política econômica e realizar uma reforma agrária ampla e massiva, nos moldes pretendidos pela Direção Nacional do MST.

⁷⁸⁰ Ver: COELHO, Fabiano. *Ela é a Alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados: Editora da UFGD, 2014.

⁷⁸¹ Lutas e mudanças em 2002. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2002, ano XX, n. 218, p. 2.

Daí a importância da proposta alternativa consistente no Programa do Lula. Esta proposta consiste em mudar o eixo da política econômica, colocando a prioridade na oferta de emprego, no crescimento do mercado interno e no pagamento da dívida social. Tudo o mais, inclusive a questão da dívida externa (cujo pagamento ou não vai depender de um plebiscito) e a modernização dos padrões de consumo das classes ricas, se subordinará às três grandes prioridades acima referidas. Para atendê-las, será necessário realizar uma verdadeira Reforma Agrária, uma reforma urbana e uma política decidida de retomada da industrialização. Terra, Teto e Trabalho” sintetizam os objetivos deste Programa. O único dos candidatos que tem condições de implantar esse modelo alternativo é o Lula, pois as prioridades mencionadas constituem programa do PT, desde sua fundação⁷⁸².

Lula era indicado como “única” alternativa para mudanças na política econômica e suas prioridades seriam questões ligadas ao “social”. Plínio citava que as “prioridades” e os objetivos de Lula (Terra, Teto e Trabalho) estavam no programa do PT, “desde sua fundação”, como se o partido não tivesse passado por mutações. Isto é, Plínio, naquele momento, tinha uma visão prístina do PT e daquilo que Lula iria fazer, caso fosse eleito. E, embalado pelo entusiasmo e esperança em mais uma eleição, o Movimento orientava seus integrantes no editorial de julho de 2002:

Precisamos, urgentemente, participar da campanha para discutir o modelo econômico. Discutir um projeto popular para o Brasil.
E no mês de outubro votar contra a candidatura de Serra. A maioria da nossa base vai votar no Lula.
É importante que tenhamos uma vitória da oposição. Pois uma vitória contra o atual modelo pode reanimar o povo a retomar as lutas de massa. Sabemos que somente a luta social pode conseguir mudanças em nosso país, e as eleições podem ajudar a retomada da luta de massas.
Nossa tarefa é, acima de tudo, organizar o povo, animar o povo e se preparar para a retomada das lutas de massa, que serão de fundamental importância, com o agravamento da crise, que virá muito em breve.
Nosso país está se encaminhando para grandes encruzilhadas e o povo vai precisar lutar muito, para conseguirmos mudanças.
À luta companheiros e companheiras⁷⁸³!

O editorial era específico para o desenvolvimento de reflexão sobre a Alca e seus efeitos “danosos” para o Brasil e a América Latina; entretanto, como as eleições se aproximavam, a Direção Nacional do Movimento dedicou espaço para tratar sobre elas. Nota-se que o MST demonstra “urgência” em seu envolvimento na campanha eleitoral; seria

⁷⁸² SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação popular na eleição presidencial. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2002, ano XX, n. 221, p. 3.

⁷⁸³ Arregaçar as mangas contra a Alca. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2002, ano XX, n. 222, p. 2.

fundamental a discussão de um novo “modelo econômico” e de um “projeto popular para o Brasil”. A dimensão de um “governo popular” e a transformação do “modelo econômico” eram questões históricas que acompanhavam o Movimento desde a eleição em 1989. Nesse editorial, havia uma orientação enfática: não votar no candidato José Serra (PSDB), pois sua candidatura se constituía em uma continuidade do modelo de governo de FHC. Lula representava a possibilidade de *mudança e transformação*.

No editorial de outubro, ao final do primeiro turno da eleição de 2002, fez-se um balanço positivo da votação, considerada pelo MST uma “vitória da esquerda”, pois haviam sido eleitos muitos parlamentares do PT. Nesse mesmo editorial, convocavam-se os integrantes do Movimento a “continuar mobilizados para garantir a vitória de Lula no segundo turno”⁷⁸⁴. E, de fato, essa vitória ocorreu. Lula venceu o candidato José Serra com margem de 61,2% dos votos válidos. O clima festivo, de entusiasmo e esperança contagiou a Direção Nacional do Movimento – pela primeira vez, a maior parte do povo votou em “mudanças” e em um representante dos trabalhadores para a presidência da República.

Sobre a campanha eleitoral de 2002 e o triunfo de Lula, observa-se que o contexto era favorável ao petista, sobretudo, pelo desgaste dos dois mandatos de FHC e pela não simpatia do candidato José Serra. E, para essa campanha, o PT havia se preparado *profissionalmente*⁷⁸⁵, arrecadando finanças consideráveis. Também, o discurso de Lula tornou-se ainda mais moderado, num processo que já vinha se delineando desde 1994. Somado a esses fatores, articulou-se uma assessoria de marketing que viabilizaria as propostas do candidato nos meios de comunicação e o lançaria Lula com um novo visual, despido de qualquer aparência radical e arcaica, daí surgiu o lema *Lulinha paz e amor*. Vale ressaltar que, conforme Luiz Otávio Cavalcanti, por mais que Lula houvesse se “transfigurado” politicamente, ele continuava com as mesmas práticas, não se afastando da figura de líder metalúrgico e da classe trabalhadora. O que mudou foi sua aparência e sua forma de fazer marketing. “A transfiguração política do presidente, portanto, faz com que ele mude, mas permaneça quem é”⁷⁸⁶.

⁷⁸⁴ O povo vota contra o modelo das elites e FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 2002, ano XXI, n. 224, p. 2.

⁷⁸⁵ Na campanha eleitoral de 2002, o PT contratou Duda Mendonça para conduzir a campanha de Lula. Esse publicitário se configura como um dos melhores e mais conhecidos *marqueteiros* do país. Sobre os meandros e bastidores da campanha eleitoral de Lula em 2002, ver o documentário “Entreatos”, dirigido pelo cineasta brasileiro João Moreira Salles. Esse documentário é instigante e revela o quanto Lula estava cercado de profissionais da comunicação e marketing na campanha. Também, evidencia conversas privadas, reuniões estratégicas, telefonemas, traslados, gravações de pronunciamentos e programas eleitorais durante o processo eleitoral.

⁷⁸⁶ CAVALCANTI, L. O., *O que é o Governo Lula?*, p. 55.

Nesse tópico, foi possível analisar que as expectativas e esperanças depositadas na eleição de Lula não partiram *do nada*, como se fosse algo esporádico ou momentâneo, mas de representações construídas ao longo dos anos e alimentadas por discursos, imagens e ideologias que se convergiam. Isto é, o candidato petista, desde a década de 1980, teve relação próxima com a organização do MST e, por vezes, compartilhava das mesmas aspirações e ideias do Movimento (pelo menos em seus discursos).

A proximidade e o apoio a Lula nas eleições por parte da Direção Nacional do MST eram históricos – o petista fora personificado como um *legítimo* representante dos trabalhadores. Nas eleições de 1989, 1994, 1998 e 2002, Lula era representado pelo Movimento como a extensão dos trabalhadores, do campo e da cidade, na presidência da República. Mas, após a vitória de Lula, as mudanças ocorreram? O modelo político econômico foi alterado? Lula e seu governo priorizaram as questões sociais? Estruturou-se um “governo popular” no país, em que os trabalhadores tiveram participação ativa nas decisões e nos rumos a serem trilhados pelo Brasil? Como foram elaboradas as representações sobre o presidente Lula no *Jornal Sem Terra*? Essas questões serão analisadas no próximo tópico.

4.2 Lula: entre a continuidade do modelo econômico e as possibilidades de mudanças

No dia 1 de janeiro de 2003, Lula tomava posse da Presidência do Brasil e marcava historicamente a política nacional – nunca um ex-operário e líder sindical havia assumido tal posto. Esse evento histórico criava expectativas, tanto entre os grupos identificados com a esquerda política, quanto entre os identificados com a direita. Para os grupos de esquerda, o petista representava a possibilidade de mudanças estruturais, poderia alterar o modelo econômico e provocar discussão mais ampla sobre os rumos que o país traçaria. Para os de direita, caracterizados por um viés político mais conservador, Lula representava preocupação em vista de suas ações e as de seu partido, temiam-se mudanças radicais na política e na economia.

O MST também estava envolto de expectativas acerca de Lula na Presidência e o *Jornal Sem Terra* oferecia pistas para se refletir sobre algumas delas. Assim como se fez no capítulo anterior, organizou-se uma tabela de editoriais que representavam diretamente a figura de Lula durante os oito anos em que ele foi presidente da República.

Tabela 3 – Editoriais relacionados ao presidente Lula (2003-2010)

Título do Editorial	Referência
Uma vitória do povo	SP, ano XXI, nº 225, nov/2002, p. 2.
Hora de arregaçar as mangas	SP, ano XXI, nº 226, dez/2002 e jan/2003, p. 2.
Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta!	SP, ano XXI, nº 227, fev-março/2003, p. 2.
É preciso quebrar a resistência das elites	SP, ano XXI, nº 228, abril/2003, p. 2.
Nossa tarefa de lutar	SP, ano XXI, nº 229, maio/2003, p. 2.
Por um plano nacional de reforma agrária	SP, ano XXI, nº 230, junho/2003, p. 2.
É hora de fortalecer nossa organização	SP, ano XXI, nº 230, julho /2003, p. 2.
É preciso agilizar a Reforma Agrária	SP, ano XXII, nº 233, set/2003, p. 2.
Governo assume compromisso de acelerar a reforma agrária em 2004	SP, ano XXII, nº 235, nov/2003, p. 2.
É preciso mudanças já, mas elas só virão com a mobilização	SP, ano XXII, nº 238, março/2004, p. 2.
A luta por mudanças na política econômica	SP, ano XXIII, nº 243, ago/2004, p. 2.
2005: um ano de mudanças	SP, ano XXIII, nº 247, dez/2004 e jan/2005, p. 2.
Contra o modelo neoliberal e a política econômica	SP, ano XXIII, nº 253, julho/2005, p. 2.
A crise política e a nossa luta	SP, ano XXIV, nº 254, ago/2005, p. 2.
Compromissos precisam ser honrados	SP, ano XXIV, nº 255, set/2005, p. 2.
A empresa territorial chamada Brasil	SP, ano XXIV, nº 256, out/2005, p. 2.
Lutar sempre	SP, ano XXIV, nº 257, nov/2005, p. 2.
Reforma agrária do Lula ou do Jungmann?	SP, ano XXIV, nº 258, dez/2005 e jan/2006, p. 2.
A Reforma Agrária e a disputa de modelos	SP, ano XXIV, nº 260, março/2006, p. 2.
Debater alternativas reais para o Brasil	SP, ano XXIV, nº 263, junho/2006, p. 2.
As eleições no processo de mudança do Brasil	SP, ano XXV, nº 266, set-out/2006, p. 2.
A hora é de unidade popular e luta	SP, ano XXV, nº 267, nov/2006, p. 2.
Futuro	SP, ano XXV, nº 268, dez/2006, p. 2.
Os entraves da reforma agrária	SP, ano XXV, nº 269, jan/2007, p. 2.
Os ricos estão mais ricos no governo Lula	SP, ano XXV, nº 274, julho/2007, p. 2.
Bancos continuam lucrando	SP, ano XXV, nº 275, ago/2007, p. 2.
Nada é impossível de mudar	SP, ano XXV, nº 276, set/2007, p. 2.
Tempo de resistência e organização	SP, ano XXVI, Nº 278, nov-dez/2007, p. 2.
Um atestado de ignorância do Governo	SP, ano XXVI, nº 279, jan/2008, p. 2.
Governo abandona reforma agrária	SP, ano XXVI, nº 285, ago/2008, p. 2.
O petróleo tem que ser nosso!	SP, ano XXVI, nº 286, set/2008, p. 2.
Menos recursos para a reforma agrária	SP, ano XXVII, nº 292, maio/2009, p. 2.
Vamos cobrar a reforma agrária prometida	SP, ano XXVII, nº 294, julho/2009, p. 2.
Voltar às ruas pela reforma agrária e por um Brasil sem latifúndios	SP, ano XXVII, nº 295, ago/2009, p. 2.
Balanço e desafios para um novo ano	SP, ano XXVII, nº 299, dez/2009, p. 2.

Afinando a viola para 2010	SP, ano XXVIII, nº 300, jan-fev/2010, p. 2.
O momento exige unidade	SP, ano XXVIII, nº 301, março/2010, p. 2

Em outras seções do jornal também havia matérias sobre o presidente Lula e sobre as ações de seu governo⁷⁸⁷. Tal como efetuado no capítulo anterior, os editoriais citados na tabela, assim como outras matérias do jornal que contemplam a problemática da tese serão analisados de forma integrada, sem se separar o primeiro e o segundo mandatos do presidente. A primeira questão a ser observada na tabela de editoriais que se referem diretamente a Lula, diz respeito à quantidade – um total de trinta e sete. Em relação a FHC, foram setenta e cinco editoriais, mais que o dobro. Nota-se, num primeiro momento, que o presidente Lula não era o *alvo privilegiado* dos editoriais, como foram os presidentes anteriores.

Muitos editoriais não se remetiam diretamente ao *governo Lula* ou ao *presidente Lula*, como acontecia nos tempos dos presidentes Sarney, Collor, Itamar e FHC. A partir de 2004, para se referirem ao governo Lula, os editoriais passaram a utilizar a nomenclatura *Governo Federal*, de forma genérica⁷⁸⁸. Nesse sentido, com o passar dos anos, havia uma evidente intenção, por parte da Direção Nacional do MST, de *ocultar* o nome do presidente Lula diante das críticas feitas a seu governo. Isto é, o governo deixava a desejar em muitos aspectos, mas Lula era *preservado/ocultado* das críticas. A opção de mencionar “governo Federal” e não *governo Lula* foi estratégica por parte do Movimento, para não expor o presidente Lula.

Nessa direção, ressalta-se que, com Lula na presidência, também houve um processo de *mudança e harmonização* dos discursos face ao governo e à figura do presidente. A *harmonização do discurso* refere-se à forma com que o MST, intencionalmente, *suavizou* o modo de representar o presidente e de inseri-lo na escrita dos textos. Diferente dos mandatos anteriores, Lula e o governo não eram “das elites”⁷⁸⁹. O MST, historicamente, havia contribuído para as campanhas e para a eleição de Lula, assim, não poderia continuar com o mesmo discurso efusivo, contestador e ridicularizador acerca do governante. No desenvolvimento desse tópico e no do seguinte, observa-se que, mesmo sendo críticas, as representações se tornam mais brandas e o presidente não é ridicularizado.

Por ora, entende-se que as representações construídas por grupos e indivíduos são selecionáveis, considerando seus interesses e necessidades. No caso do MST, por

⁷⁸⁷ Algumas delas serão analisadas no desenvolvimento do capítulo.

⁷⁸⁸ Na tabela, foram considerados os editoriais que falavam diretamente do presidente Lula, não “governo Federal”, de maneira genérica.

⁷⁸⁹ Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 2003, ano XXI, n. 227, p. 2.

compartilhar de alguns princípios ideológicos de Lula e de seu partido e por apoiá-los nas eleições, não era mais cabível continuar com a mesma linha de discurso e construção de representações. Era preciso abrandar os textos e não expor, de forma pejorativa, o presidente representante dos trabalhadores. Assim, as representações, necessariamente, não seguiam uma coerência e se tornavam selecionáveis; e, dependendo de quem se queria representar, legitimavam-se ou ocultavam-se as experiências históricas.

Sobre essa reflexão, torna-se interessante recorrer à entrevista de Cristiane Gomes, que editorou o *Jornal Sem Terra* no período em que Lula foi eleito presidente do Brasil. A entrevistada destaca que houve tensão na produção do periódico, porque ele seguia uma linha crítica e ridicularizadora dos presidentes e, com Lula na presidência, os textos não poderiam seguir a mesma lógica de críticas e exposição do governante. Cristiane pondera que, ao se analisar edições passadas, constata-se que é inegável uma mudança brusca nos textos do *Jornal Sem Terra*, especialmente, naqueles que fazem referência ao Governo Federal e ao presidente. Em suas palavras:

No começo também, em alguns dados momentos, nas questões mais políticas, porque quando eu comecei a editar o jornal, foi no começo do primeiro mandato do Lula. Então tinha uma preocupação: “pô será que a gente não está muito...”, “e agora?”. Eu não peguei essa fase na verdade, eu só via nas edições passadas do jornal que tinha uma coisa muito assim com o Fernando Henrique, de bater e tudo. E aí com a eleição do Lula teve aquele momento: “nossa, agora vai”. E a gente tem que estar junto nesse “agora vai”, a gente, o Movimento ajudou a eleger o Lula também. Então, isso sei lá, na metade do segundo ano a agente já falou: “e mais, cadê?”. Aí essas questões também de conjuntura, conjuntura internacional, então tinha às vezes uma vontade de ser mais crítico, será que a gente pode fazer isso? Não dependia de mim Cristiane editora. Não podia colocar lá “eu acho que tem que ser assim”, porque a gente tinha ligação com a Direção Nacional, que por sua vez, discutia isso em reuniões, a coordenação, acredito que você já sabe essa estrutura do Movimento assim, de organização.

E foi ficando delicado justamente por conta disso. Bater num Governo tão duramente como era feito com Fernando Henrique, mas que está de certa forma alinhado politicamente a gente, que a gente ajudou a eleger. Então, isso foi um impasse que era bem presente, bem presente ali. Eu como editora tinha uma preocupação de não fazer uma coisa muito “chapa branca”. Então, buscava sempre esse equilíbrio. Até brincava, falava: “ah, ia ser mais fácil se fosse o Governo Fernando Henrique, porque você vai e pau, bate, fala mal, faz charge dele com cara de demônio, e aí fica tudo certo”⁷⁹⁰.

⁷⁹⁰ Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

A entrevista de Cristiane revela questões importantes para se compreenderem os textos do jornal no final do governo FHC e no início do governo Lula. Ela enfatiza essa *dificuldade política* para se produzir o discurso direcionado a Lula. O clima de tensão no jornal relacionava-se também ao fato de a Direção Nacional do MST ter apoiado Lula em sua eleição; por isso era preciso cautela para se falar do presidente e de seu governo. Como “bater” em um presidente que o MST ajudou a eleger? Como editora, de forma descontraída, ressalta que era necessário buscar o “equilíbrio”. Isto é, fazer a crítica, mas não expor pejorativamente o novo presidente.

Na época de FHC, conforme a entrevistada, havia uma sistemática no jornal de sempre “bater” e expor negativamente o presidente. Em tom de brincadeira e dando risada, Cristiane salienta que trabalhar no jornal na época do FHC deveria ser mais fácil, pois o presidente era o “inimigo”, desse modo, era apenas ir, “meter o pau”, “bater”, “falar mal”, fazer charge com “cara de demônio”, e estava “tudo certo”. No caso de Lula, os discursos eram mais cuidadosos, pois não se podia expor pejorativamente o presidente que o Movimento ajudara a eleger.

Ela comenta que, no segundo ano de mandato, o MST se perguntava: “e mais, cadê? -, em referência ao fato de o governo Lula não dar sinais de mudanças profundas no modelo macroeconômico e não realizar uma reforma agrária ampla. Como ficaria o MST e os discursos produzidos no jornal? Será que deveria criticar, “bater” como na gestão de FHC? Era interessante essa tensão na produção do jornal; e o relato de Cristiane corrobora com a reflexão efetuada no primeiro capítulo desta tese sobre as limitações do editor na produção do *Jornal Sem Terra*, haja vista que nele não se podia escrever o que se pensava, nem se podia fazer críticas sem que antes elas passassem pelo crivo da Direção Nacional do MST.

Prosseguindo com a análise, verifica-se, no início do primeiro ano do mandato de Lula, que a euforia do MST era explícita. No editorial de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, intitulado *Hora de arregaçar as mangas*, há referência ao fato de estar na hora de se dar início aos trabalhos do governo. Nesse sentido, o Movimento publica charge, de autoria de Marcio Baraldi, sinalizando ser o presidente Lula o *piloto* do “Governo Popular”.

Imagem 59 – Lula: piloto do Governo Popular



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2002 e jan. de 2003, ano XXI, n. 226, p. 2.

A imagem aponta para um local onde se abastecem aviões. O abastecedor de aeronave é representado por um homem do campo, que tem um chapéu na cabeça e demonstra estar muito feliz. O avião a ser abastecido, com o desenho de uma estrela em seu bico e na asa direita (em referência ao símbolo do PT) tem o nome de “Governo Popular”; o piloto é o presidente Lula. Seu semblante retrata confiança e segurança naquilo que vai executar, ele ergue o braço esquerdo e dá um sinal de *positivo* para o abastecedor do avião.

O interessante é que o combustível que sai da bomba de abastecimento se chama “movimentos sociais” e que o sublinhado pelo abastecedor é o seguinte: “sem a nossa gasolina ele não voa!”. Implicitamente, a charge representa que os movimentos sociais do campo e da cidade deveriam ser o combustível para que o governo (avião) pilotado por Lula decolasse e chegasse onde os trabalhadores quisessem. O adjetivo “popular” agregado ao Governo é algo que ia ao encontro da ideologia histórica do MST, ou seja, o Governo precisava ter a participação popular e ser voltado aos trabalhadores. Nesse sentido, agregava-se também nessa charge a representação de que Lula romperia com o modelo neoliberal vigente, conforme o Movimento.

No processo difícil e complicado de transformar o país, o MST chamava a atenção para a necessidade de se acreditar no governo Lula, pois ele não era “igual ao medíocre e servil governo anterior”⁷⁹¹ (FHC). Desse modo, no editorial de fevereiro e março de 2003,

⁷⁹¹ Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta! *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 2003, ano XXI, n. 227, p. 2.

ênfatiza-se que havia interesses conflitantes no jogo político e que não bastava “apenas a vontade do presidente”. Isto é, “os movimentos sociais, populares têm a tarefa de auxiliar esse governo através da organização e mobilização da população brasileira em defesa dos interesses do país e na construção de uma sociedade justa e igualitária”⁷⁹². O Movimento se colocava na função de “auxiliar” Lula e seu governo em defesa dos interesses do Brasil. Na charge que acompanha esse editorial, de autoria de Baraldi, Lula está com os trabalhadores e se esforça para tirar o país da “crise”.

Imagem 60 – Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para luta!



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 2003, ano XXI, n. 227, p. 2.

No lado direito da charge, está o Brasil (representado por seu mapa), com diversos machucados, com expressão de muito cansaço e imergindo em um lamaçal chamado “crise”. No lado esquerdo, há uma multidão de pessoas, trabalhadores do campo e da cidade, indígenas, dentre outros. Essa multidão porta cartazes representando “partidos”, “sindicatos”, “movimentos populares” e “empresas” e tem à sua frente nada mais que o presidente da República. Com uma corda, Lula e as demais pessoas fazem uma força tremenda, visando a tirar o Brasil do lamaçal, da “crise” que é fruto, sobretudo, das políticas econômicas implementadas pelo governo FHC.

O semblante do presidente Lula e dos demais demonstra tensão, posto que aquele seria um trabalho duro e cansativo, mas todos estavam imbuídos dessa missão. Lula diz aos

⁷⁹² Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta! *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 2003, ano XXI, n. 227, p. 2.

demais: “Se puxar todo mundo junto, ele sai”. O interessante nessa charge é que, naquele momento, os trabalhadores tinham a seu lado, a seu favor, o presidente e seu governo, coisa que nunca tiveram, segundo o MST. O fato de Lula estar à frente desses trabalhadores, auxiliando-os na tarefa de tirar o Brasil da crise demonstra que o presidente é um deles (trabalhadores) e entendia suas reais necessidades. Nas representações sobre FHC, por exemplo, ele nunca estava ao lado dos trabalhadores e sempre era vinculado aos banqueiros, latifundiários e políticos corruptos.

Será que Lula e sua equipe de governo transformariam o modelo político e econômico, conforme o Movimento defendia e acreditava? No editorial de abril de 2003, momento em que se faz um balanço sobre os primeiros 100 dias de Lula no governo, já se percebe certa *tensão e impaciência* do MST em relação aos caminhos que a política econômica estava trilhando:

A primeira constatação é que a elite brasileira não quer perder as rédeas do comando da economia do país. Os ministros da área econômica, identificados com os interesses da burguesia, fazem a política do FMI, mantêm os juros altos, defendem a autonomia do Banco Central, promovem o arrocho salarial e cortes nos gastos sociais. Repetem os mesmos discursos do Governo FHC: “é o que é possível fazer no momento”. Aqui a esperança ainda não venceu o medo. E o tempo está correndo contra o governo. A alta popularidade que o governo ainda tem tende a se esvaír quando o povo percebe que não houve melhoras nas condições de vida. Afinal, o povo votou por mudanças⁷⁹³.

Observa-se, no texto, um tom de insatisfação latente com a equipe econômica de Lula. Para o MST, seguiam-se as mesmas práticas do governo anterior, mantinham-se os mesmos discursos, e “os ministros” da área econômica estavam identificados com os “interesses da burguesia” (elites). O lema de campanha de Lula, “A esperança venceu o medo”, não estava estendido à área econômica, pois estavam sendo seguidos caminhos semelhantes aos que já vinham sendo traçados.

Na época, o Ministro da Fazenda do Brasil era Antonio Palocci, e o Movimento acreditava que ele não se identificava com os interesses dos trabalhadores. Nota-se, assim, que num primeiro momento, a composição do governo Lula não era homogênea, ou seja, não se estrutura apenas com políticos identificados com os trabalhadores. Mesmo assim, havia centelhas de esperança de que Lula poderia intervir e mudar os rumos da política econômica.

⁷⁹³ É preciso quebrar a resistência das elites. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 2.

Na charge publicada nesse editorial, de autoria de Baraldi, a representação caminhava nesse sentido.

Imagem 61 – É preciso quebrar a resistência das elites



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 2.

A “elite”, ou como se refere o MST costumeiramente, a “burguesia”, é representada por um homem robusto, com bochechas enormes, cigarro na boca e olhar que sinaliza incompreensão sobre o que estava acontecendo. O homem (elite) tem, ainda, a parte superior da cabeça aberta, *vazia*. Demonstrando atitude e não concordando com o que o homem, a “elite”, pensava, o presidente Lula pega uma escada e sobe degraus até a cabeça aberta do homem e diz: “Abre essa cabeça e colabora, pô!!!”. O presidente não é associado à “elite”, pelo contrário, é representado como aquele que queria *abrir a cabeça* da elite. Ou seja, um presidente de atitude, *cabeça aberta*, em prol da mudança de pensamento e rumos da política econômica do Brasil. Por esse viés, por mais que a política econômica seguisse os mesmos caminhos de tempos passados, Lula era preservado, como se não quisesse isso.

Em outra charge, na edição de abril de 2003, que acompanha um texto de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, intitulado *A dança imóvel e os impasses da transição*, o MST evidencia certa impaciência com os rumos que o governo Lula estava seguindo na política econômica. O texto de Sampaio Júnior tece reflexões e critica os limites e impasses do governo recém-empossado em relação à área econômica. Assim, elenca que não havia novidades, a área econômica seguia o “mesmo padrão da era FHC”, e o governo Lula

necessitava de “criatividade e coragem” para mudar os rumos e romper com o “neoliberalismo”⁷⁹⁴.

Imagem 62 – Dançar outra música



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 5.

A princípio, chama-se a atenção para a sensibilidade do chargista, Baraldi, de captar o momento político vivenciado pelo MST e pelo governo Lula e transformá-los em humor. O cenário é uma festa, denominada “Balada Neoliberal”, em que se toca no aparelho de som somente o disco da “Orquestra FMI”. Nessa “balada”, dançando juntos, de mãos dadas, estão o presidente Lula e o Brasil (simbolizado pelo mapa do país). Enquanto a música é tocada, há um clima tenso entre os dois personagens. Lula, com semblante preocupado e com a língua para fora, olha atentamente para seu parceiro de dança. O Brasil também fixa seu olhar em Lula. Evidencia-se, por esse olhar que ele não está feliz com a situação. O que é ratificado por sua fala: “Não aguento mais essa dança! Vamos virar o disco?”.

De forma humorada, a charge expressa que o Movimento não está contente com os caminhos econômicos escolhidos pela equipe de Lula: opções “neoliberais”, já vivenciadas no governo FHC. Ao indagar se poderia “virar o disco”, o Movimento entende que é preciso romper com o modelo gestado e criar outro, que se baseasse em seus princípios ideológicos. Um modelo econômico que rompesse com os grandes grupos econômicos nacionais e

⁷⁹⁴ SAMPAIO JÚNIOR, P. A., A dança imóvel e os impasses da transição. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 4-5.

internacionais, sobretudo, com os ligados aos EUA, FMI e Banco Mundial. Isto é, um modelo econômico pautado no desenvolvimento nacional, a partir do estímulo do mercado interno. Na concepção do MST, a política econômica do governo Lula ainda estava ancorada nos grandes grupos econômicos. Vale ressaltar que a representação de Lula não era pejorativa e nem o ridicularizava, uma vez que ele ainda estava de “mãos dadas com o Brasil” e seu semblante engraçado sinaliza para seu carisma, mediante os trabalhadores.

O MST, nas edições seguintes do *Jornal Sem Terra*, não escondia, contudo, sua frustração com a política econômica do governo Lula. A partir de meados de 2003, diversos editoriais e matérias atestavam para essa interpretação. No editorial de maio de 2003, salientava-se o seguinte:

É crescente o sentimento de decepção dos setores organizados com o governo Lula. Não restam dúvidas que a composição do governo – privilegiando banqueiros e industriais em cargos estratégicos da política econômica – e a continuidade da política de FHC (juros altos, incentivos às exportações, cortes nos gastos sociais, fiel cumprimento às exigências do FMI, etc) estão na raiz dessa decepção⁷⁹⁵.

Após cinco meses de governo Lula, o discurso do Movimento, por meio do *Jornal Sem Terra*, já era mais incisivo e a novidade estava no fato de o presidente não mais ser exposto como a *representação personificada* do seu governo. Criticava-se a postura do governo Lula de “privilegiar banqueiros e industriais” em cargos estratégicos, mas a representação não recaía sobre Lula. Pelo contrário, o MST destaca que o cenário era fruto das “atrapalhadas pallocianas”⁷⁹⁶, em referência ao Ministro da Fazenda. Adiante, o Movimento fazia também *autocrítica*, dizendo que o presidente não seria o “Salvador da Pátria”. Para o MST, havia grandes oportunidades de “mudanças estruturais em nosso país”, mas era necessário os movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores auxiliarem “o governo a fazer as transformações que sepultem, de vez, a era FHC e as políticas neoliberais”⁷⁹⁷.

Nesse editorial, Lula não era o “Salvador da Pátria”, mas ainda o MST representava-o como figura política central no processo de transformação brasileira. Por mais que a equipe econômica não estivesse compromissada com os trabalhadores, existiam proximidade e respeito histórico do Movimento em relação a Lula, o que fazia com que a crença na figura do

⁷⁹⁵ Nossa tarefa de lutar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2003, ano XXI, n. 229, p. 2.

⁷⁹⁶ Nossa tarefa de lutar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2003, ano XXI, n. 229, p. 2.

⁷⁹⁷ Nossa tarefa de lutar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2003, ano XXI, n. 229, p. 2.

presidente dos trabalhadores continuasse. No editorial analisado, publicou-se uma charge⁷⁹⁸ que corrobora com essa interpretação.

Imagem 63 – Atravessando a escuridão



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2003, ano XXI, n. 229, p. 2.

Na imagem vê-se um barco chamado “Brasil” que – no meio do mar, à noite, apesar do céu estrelado e da lua reluzente – parece estar perdido, sem perspectivas sobre que rumo tomar. O seu comandante é o presidente Lula. Visualiza-se, ainda, um homem em um farol, denominado “Movimentos Sociais”, manuseando um aparelho óptico com potentes lâmpadas e espelhos refletores produzindo uma luz fortíssima. O homem fala: “Por aqui” Por aqui”. E, o presidente Lula, evidenciando alívio e satisfação com o auxílio, olha atentamente para o homem e direciona o barco para o caminho indicado. A charge é uma alusão ao governo Lula que estava trilhando o caminho da “escuridão”, representado por sua política econômica que, na concepção do Movimento, surgia semelhante à do governo FHC. A única direção segura e saída para essa “escuridão” estava na constituição de um “Governo Popular”, voltado para o desenvolvimento e o mercado internos, para o rompimento com as políticas neoliberais. Nesse processo, Lula era o *piloto* do Brasil, auxiliado pelos movimentos sociais.

Em outra charge, publicada junto a um texto de Odilon Guedes, intitulado *Os desafios da atual política econômica*, o MST entende que Lula estava com receio de enfrentar os interesses do grande capital no país. No texto, de setembro de 2003, Guedes reflete sobre os

⁷⁹⁸ A charge não está assinada e no “Expediente” do jornal não há menção sobre o chargista da edição. Todavia, pelas publicações constantes e pelos traços do desenho, acredita-se que o autor da charge seja Marcio Baraldi.

desafios e limites da política econômica do governo Lula, chamando atenção para o fato de ser preciso coragem, por parte do governo, para enfrentar os grupos econômicos externos e se voltar aos interesses internos⁷⁹⁹.

Imagem 64 – Os desafios da atual política econômica



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 3.

Na charge, o jogo político envolto às decisões econômicas é representado como se fosse uma luta em um ringue. Nessa *luta econômica* do Brasil, enfrentam-se o presidente da República e o representante dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, cujo nome é “Bancos”. O adversário de Lula é enorme, tem mais que o dobro de seu tamanho, o que evidencia que a luta não será fácil. Com luvas enormes, da marca “juros” (em referência à alta taxa de juros cobrada pelos bancos), cigarro na boca e com uma cara de mau, o lutador “Bancos” espera alguma ação do seu oponente. Lula, por sua vez, ao olhar o adversário, demonstra medo e tensão. Transpira pelo rosto, titubeia, fica prestes a abandonar o ringue. Contudo, o árbitro da luta empurra Lula pelas costas e diz imperativamente: “Vai lá, Lula! Peita ele!!!”.

O árbitro é a metáfora/personificação dos movimentos sociais e dos trabalhadores de maneira geral. Eles estavam com Lula e o incentivavam a “peitar” os grupos econômicos, em especial, os banqueiros. A charge evidencia que havia vontade por parte de Lula, mas o *adversário* era muito complicado e forte, causando temor no presidente. A representação de

⁷⁹⁹ GUEDES, Odilon. Os desafios da atual política econômica. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 3.

Lula não é pejorativa, nem o ridiculariza; expõe apenas seu *medo e receio*, algo natural do ser humano. O fato de Lula não “peitar” os grupos econômicos é uma crítica ao governo Lula, mas essa questão, para o MST, está mais ligada à equipe econômica do presidente, tendo como principal figura o ministro Antonio Palocci, do que à concepção política de Lula.

Passados os dois mandatos de Lula, qual o balanço sobre a política econômica e os caminhos trilhados pelo Governo? Será que foi uma política idêntica à do governo FHC? O que pensam alguns pesquisadores sobre o assunto? *A priori*, ressalta-se que foram elaborados inúmeros textos, livros, dissertações, teses sobre aspectos que envolviam a política econômica e as ações do governo Lula. Muitos dos textos foram erigidos a partir de decepções com o governo e de concepções políticas dos autores⁸⁰⁰; outros, procuraram enfatizar os feitos e as melhorias no desenvolvimento do país⁸⁰¹. Em contrapartida, haviam também aqueles que objetivavam fazer uma análise mais moderada, apontando os limites e avanços do governo⁸⁰². Não se trata aqui de se fazer um debate extenso sobre a *natureza* do governo Lula. O que se pretende é efetuar breve exposição acerca das ideias de alguns autores. Em seguida, as reflexões sobre as representações do Movimento serão retomadas.

A leitura dos textos sobre o governo Lula, referentes aos dois mandatos, permite constatar que Lula pode ser visto por diversos ângulos: *gestor neoliberal* para alguns; *populista e estadista* para outros; até como o governo que *fortaleceu o papel do Estado* nas decisões e prioridades cruciais para o desenvolvimento do país. Entende-se ainda que as diversas leituras sobre o governo Lula também foram frutos das diversas expectativas criadas sobre ele. Um dos exemplos mais evidente é o próprio MST, que esperava uma *mudança radical* no modelo político econômico logo nos primeiros meses do governo. Contudo, ao longo do primeiro ano, já se percebia que não seria tão simples uma mudança estrutural do modelo gestado.

⁸⁰⁰ BORGES NETO, João Machado. Governo Lula – uma opção neoliberal. In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 69-91; DIAS, Edmundo Fernandes. Reformas ou Contra-Revolução: o Governo Lula. In: _____. *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. p. 199-219; SICSÚ, João; MARINGONI, Gilberto. Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou? In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 105-122.

⁸⁰¹ SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil*. E o Futuro? São Paulo: Geração Editorial, 2013; ARAÚJO, José Prata. *Um Retrato do Brasil: balanço do Governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

⁸⁰² NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; FAUSTO, Sérgio. Modernização pela via Democrática. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 467-566; SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013; SADER, Emir. *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010; CAVALCANTI, Luiz Otávio. *O que é o Governo Lula?* São Paulo: Editora Landy, 2003.

Um dos ataques mais recorrentes da denominada “esquerda radical” brasileira e de grupos internacionais é o relativo ao fato de Lula não ter rompido com o modelo econômico herdado de FHC; por isso foi considerado um *traidor* que deveria ser *combatido* junto com o modelo que governava⁸⁰³. Em relação à “esquerda radical”, Sader analisa que, por suas convicções inflexíveis e críticas ao governo Lula, muitas vezes ela se aliava (indiretamente) aos grupos de direita só para manter a linha de críticas e confronto às ações do governo⁸⁰⁴. Isto é, de tão radical acabava se aliando em algumas questões aos grupos conservadores.

No que diz respeito ao *descontentamento* com as opções do governo Lula, cita-se o livro organizado por João Antônio de Paula, intitulado *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Esse livro, escrito com quase três anos do primeiro mandato de Lula, é uma coletânea com diversos capítulos escritos por vários autores que, em sua maioria, criticavam as opções políticas do governo⁸⁰⁵. Um dos autores mais enfáticos foi João Machado Borges Neto, em seu texto *Governo Lula – uma opção neoliberal*. Por sua linguagem, o autor se identifica com a esquerda mais radical que se frustrou com as tendências e opções do governo Lula.

Após três anos de governo Lula, Borges Neto afirmava que não tinha mais dúvidas “quanto a natureza” do governo. Em sua visão, a política macroeconômica era “explicitamente neoliberal”, as reformas tinham conteúdos neoliberais e as políticas sociais “compensatórias”. Para o autor, Lula foi apoiado pelos setores economicamente dominantes e teve “vínculos preferenciais com o grande capital”. Ou seja, prevaleceram as forças neoliberais, “mesmo as políticas mais progressistas do governo Lula nunca foram além do que seria aceitável em um governo de forças políticas burguesas”⁸⁰⁶. Em vista de o referido governo ter uma base aliada heterogênea e conservadora (PL, PTB, PP, PMDB, PSB, PCdoB), Borges Neto o classificava como um “governo burguês”: “Na linguagem clássica da esquerda, ele é um *governo de colaboração de classes*. Ou seja, ele é *um governo cuja natureza de classe (definida com base em seus vínculos fundamentais e em sua orientação política geral) é burguesa*. Em uma palavra, *é um governo burguês*” (*sublinhado do autor*)⁸⁰⁷.

Ao entender que Lula deu continuidade à política econômica do governo FHC, Borges Neto resume o que chama “natureza” do governo Lula.

⁸⁰³ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 69-70.

⁸⁰⁴ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 70-71.

⁸⁰⁵ PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

⁸⁰⁶ BORGES NETO, J. M., *Governo Lula – uma opção neoliberal*, p. 69-72.

⁸⁰⁷ BORGES NETO, J. M., *Governo Lula – uma opção neoliberal*, p. 76.

O governo Lula é um governo no qual as políticas neoliberais predominam amplamente, condicionam o conjunto das suas ações, marcam toda sua atuação. Este governo constituiu uma base política conservadora, utilizando para isto os métodos que a política brasileira chama de fisiológicos; estabeleceu e vem mantendo vínculos mais fortes sociais com representantes do grande capital, e em especial do mercado financeiro. Os vínculos do governo com setores populares são fortes, mas não são canais de influência desses setores sobre o governo; ao contrário, funcionam na direção oposta – sobretudo, para desmobilizá-los⁸⁰⁸.

Outros autores, como João Sicsú e Gilberto Maringoni escreveram nessa direção. Para eles, segundo o texto *Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou?*, o governo Lula foi eleito pela esquerda, mas governava como de direita: “Eleito pela esquerda, governa como direita: conservador na política, e liberal na economia. A prática política e os objetivos econômicos, excetuando-se detalhes secundários, são exatamente os mesmos da direita que governou o país durante os últimos anos”⁸⁰⁹. Assim, destacam a opção do governo Lula pela “moderação”, avaliando as possibilidades sem ousar para transformar as experiências históricas. Apenas “governou” o país, com mais “sensibilidade social” que o governo FHC e não mudou a lógica das políticas sociais assistencialistas e focadas.

Para esses autores, o modelo econômico de Lula se estruturava no mesmo tripé do governo FHC: “câmbio flutuante com plena mobilidade de capitais (isto é, liberalização financeira); regime de metas de inflação com um Banco Central autônomo; e regime de metas para os superávits fiscais primários”. Esse tripé teria o seguinte objetivo: fazer com que o governo ganhasse “credibilidade para acumular uma grande reputação perante os mercados financeiros doméstico e internacional”⁸¹⁰. Desse modo, o governo Lula também apoiava os interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

Sicsú e Maringoni defendiam a existência de uma derrota qualitativa e desmoralização da esquerda com o governo Lula. “Deu-se, primeiramente, com a aderência às políticas a aos discursos econômicos dos seus adversários. Posteriormente, pela revelação de práticas de corrupção, mau uso dos recursos públicos, formação de grupos com interesses suspeitos, etc. etc.”. Assim, Lula e o PT contribuíram para “naufragar” um projeto de esquerda no Brasil: “É ilusório achar que as ruínas do PT e do governo Lula possam ser superadas por vertentes mais

⁸⁰⁸ BORGES NETO, J. M., *Governo Lula – uma opção neoliberal*, p. 90.

⁸⁰⁹ SICSÚ, J; MARINGONI, G., *Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou?*, p. 107.

⁸¹⁰ SICSÚ, J; MARINGONI, G., *Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou?*, p. 115.

à esquerda num curto prazo. É uma crise que contamina toda a esquerda brasileira: radicais e moderados”⁸¹¹.

Nessa mesma perspectiva de “continuismo” conservador do governo Lula, havia frustração de grupos que acreditavam em mudanças estruturais; Sampaio Júnior, por exemplo, acrescentava que o governo Lula não teve coragem para enfrentar o modelo econômico, optando “pela continuidade do ajuste ortodoxo, aceitando docilmente a tutela do mercado financeiro e dos organismos financeiros internacionais sobre a política econômica”. Nesse sentido, o governo teria “aprofundado” as reformas neoliberais, “transformando o Brasil num verdadeiro paraíso dos grandes negócios”⁸¹².

Outro autor que construiu *entendimento radical* sobre o governo Lula foi Edmundo Fernandes Dias. Em sua visão, havia em curso uma “contra-revolução” no Brasil, e o governo Lula se caracterizava como de “conciliação”, se subordinando aos interesses do capital internacional. Dias destaca que no “modo petista de governar” não havia “nada de novo” e que Lula tinha abandonado “qualquer pretensão de projeto nacional autônomo”, não alterou a política econômica e se subordinou aos interesses dos grandes grupos econômicos. Nesse sentido, Lula havia construído um “centrão modernizado e ampliado com a construção do mais amplo arco de alianças já conhecido na política brasileira”⁸¹³. Como ex-operário, Lula representava uma contradição ao governar, levando o país para o atraso e subordinação.

Um ex-operário ocupa a Presidência da República e desempenha o papel de articulador, nos marcos do espaço territorial brasileiro, do bloco de poder comandado pela burguesia financeira internacional, o que não exclui eventuais contradições com esta. O conjunto de modificações na ordem é de tal monta que a própria burguesia reconheceu a necessidade desse aparente paradoxo: um ex-operário comandando um país capitalista central no processo de acumulação capitalista em escala mundial. Era necessário alguém com prestígio popular, aura de combatividade para garantir a transição... para o atraso e a subordinação⁸¹⁴.

O texto dos autores citados destaca, sobretudo, as frustrações iniciais com o governo Lula, diante de uma perspectiva de rompimento pleno com o modelo que estava sendo gestado. O próprio João Sicsú, em 2013, com a publicação do livro *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?*, teve um discurso totalmente diferente a esse texto, de 2005, exaltando os

⁸¹¹ SICSÚ, J; MARINGONI, G., *Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou?*, p. 106; 111.

⁸¹² SAMPAIO JR. P. de A., *Desafio do momento histórico e lições do Governo Lula*, p. 303.

⁸¹³ DIAS, E. F., *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*, p. 201.

⁸¹⁴ DIAS, E. F., *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*, p. 200.

feitos do governo Lula que segundo ele, “abalaram” o país⁸¹⁵. Também, obviamente, essas reflexões foram erigidas a partir das convicções políticas e ideológicas dos seus autores.

Há que assinalar que, de certa forma, no governo Lula, houve a continuidade de algumas linhas políticas do governo FHC, sobretudo, na política econômica. Contudo, a afirmação de que o governo era *idêntico, submisso, de natureza neoliberal* constitui, no mínimo, uma análise simplista, tendo em vista os meandros da dinâmica e a complexa relação que envolve o jogo político no Estado brasileiro.

Como qualificar, de forma taxativa, um governo de *neoliberal*, se em seu interior havia uma *Secretaria de Economia Solidária* vinculada ao Ministério do Trabalho, dirigida pelo pesquisador e professor Paul Singer? Como taxar um governo de *neoliberal* se ele havia bloqueado o acordo da Alca e priorizado manter relações com os países latino-americanos e em desenvolvimento? Como afirmar que um governo é *neoliberal*, se ele havia freado as privatizações, interferido nos processos que minimizavam a capacidade de participação do Estado na economia, aumentando sistematicamente o emprego formal e elevando continuamente o salário mínimo⁸¹⁶? Nessa perspectiva, qualquer caracterização *rígida e inflexível* sobre o perfil/natureza de um governo corre o risco de ser simplista e unilateral. Ou melhor, corre o risco de pautar-se por análise marcada pelo *prisma maniqueísta*, típico na política brasileira. Ou seja, tal candidato é do *bem* ou do *mal*; ele *presta* ou *não presta*.

Em relação ao governo Lula, tal como analisaram Sader, Cavalcanti, Paulino, Nobre, Fausto e Nelson Barbosa, sua composição era heterogênea e congregava diversos interesses⁸¹⁷. Desse modo, ele não era um governo prístino ou homogêneo, em que os direcionamentos e as opções políticas e econômicas caminhassem de forma harmoniosa e no mesmo rumo. Registra-se que, no processo eleitoral de 2002, a partir das alianças petistas⁸¹⁸ e das próprias manifestações públicas de Lula, havia evidências consideráveis de que a composição do governo Lula abrangeria diversas forças políticas e interesses distintos. O

⁸¹⁵ SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013. Nesse livro, Sicsú não explica sua mudança de pensamento face ao Governo Lula, mas ela foi muito significativa, radical.

⁸¹⁶ Sobre essas questões, ver: SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013; SADER, Emir. *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁸¹⁷ Sobre a composição e a “elite dirigente” do Governo Lula, ver: D’ ARAUJO, Maria Celina. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas, 2009.

⁸¹⁸ Em seu primeiro mandato, o Governo Lula contou com as alianças dos seus aliados históricos – PSB, PDT e PCdoB –, juntamente com o PL, partido do vice-presidente José Alencar (considerado de direita). Durante o mandato, o PT incorporou em seus ministérios partidos que, inicialmente, não o haviam acompanhado na disputa eleitoral, como o PP e parte substancial do PMDB. No segundo mandato, o PMDB se tornou o *parceiro preferencial* do PT e de Lula. Nota-se que a base aliada se caracterizava como heterogênea e com traços políticos conservadores. Ver: NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

governo Lula havia optado por abrigar a contradição, nomeando ministros de diversas tendências e segmentos. Como exemplo, cita-se a nomeação de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura, um líder e defensor do agronegócio; para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, alguém ligado ao PT e à reforma agrária, Miguel Soldatelli Rossetto.

Um fato emblemático apontava para a perspectiva *conciliadora e moderada* do governo, antes mesmo da confirmação da vitória eleitoral de Lula, quando foi publicada a *Carta ao Povo Brasileiro*, em junho de 2002. Em síntese, esse documento indicava um compromisso do governo petista, caso ganhasse – o de respeitar os contratos, manter a inflação sob controle e o equilíbrio fiscal⁸¹⁹. O documento foi uma estratégia para conter as expectativas do mercado, que mantinha a economia brasileira frente ao ataque especulativo, a pretexto de *inconfiabilidade* no candidato Lula. Com a Carta, o PT e Lula estavam sinalizando que não iriam mudar a política macroeconômica e que o capital internacional não seria atacado. Contudo, mesmo com evidências de continuidade da política econômica, o MST não refletiu criticamente no *Jornal Sem Terra* sobre a perspectiva moderada e conciliadora do possível governo; pelo contrário, criou-se expectativa de que Lula alteraria de forma significativa o modelo de desenvolvimento econômico.

Mesmo com a *Carta ao Povo Brasileiro*, Lula assumiu o governo sob forte pressão, pois havia a expectativa de continuidade do ataque especulativo e da fuga de capitais iniciada nas eleições. Também, o risco da instabilidade econômica, atrelada à suposta falta de confiança do grande capital nacional e internacional eram motivos de atenção por parte do governo. Nesse contexto, o governo, de início, foi pragmático e a centralidade de sua política se pautou em combinar estabilidade econômica, retomar o desenvolvimento econômico e a implementação de políticas de distribuição de renda. Conforme Sader, essa combinação seria a “chave” para se entender o “enigma Lula”⁸²⁰.

No âmbito da política macroeconômica, com uma equipe conservadora, Lula manteve, em linhas gerais, a política macroeconômica do governo FHC e apresentou a “estabilidade econômica”⁸²¹ como prioridade. Aliás, em entrevista concedida a Álvaro Pereira, em 2002, meses antes do período que antecedia as eleições presidenciais, Lula dizia que a estabilidade econômica era “uma conquista que tem que ser preservada”⁸²², e apontava pistas da

⁸¹⁹ SILVA, L. I. L. da. *Carta ao Povo Brasileiro*. São Paulo, 22 de junho de 2002.

⁸²⁰ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 69-91.

⁸²¹ PAULINO, L. A., *O Governo Lula (2003-2006 / 2007-2008)*, p. 315-319.

⁸²² SILVA, L. I. L., *Entrevista*, p. p. 75.

manutenção do modelo econômico de FHC, em especial, a tão propalada “estabilidade econômica”. Nessa mesma entrevista, com um discurso moderado, Lula enfatizou que o mandato de FHC representou um avanço para o país: “O Fernando Henrique Cardoso, quer você goste ou não, tem história: tem passado, tem presente. Ele representou um avanço para o Brasil”⁸²³. Percebe-se que, em 2002, Lula não queria se indispor, entrar em polêmicas que o remetessem a seus discursos radicais de tempos pretéritos.

A estabilidade econômica, a partir da ideia de manutenção do câmbio flutuante; de controle incessante da inflação; de sobrevalorização da moeda; elevação da taxa de juros; autonomia do Banco Central; manutenção do superávit primário; e do papel preponderante da exportação, com destaque para os produtos primários, sobretudo, a soja transgênica, foram aspectos cruciais que marcam a continuidade da política macroeconômica do governo FHC⁸²⁴. Essas medidas do governo Lula foram estratégicas para lidar com os grandes grupos de capital nacional e internacional e se caracterizaram como as marcas “conservadoras”⁸²⁵ de suas ações.

Para o MST, esses aspectos da política macroeconômica do governo Lula o deixam *preso* às políticas econômicas neoliberais do governo anterior. Em charge de autoria de Baraldi, publicada na edição de dezembro de 2003 e janeiro de 2004, o Movimento elenca essa questão.

Imagem 65 – Lula preso na poça de cola do neoliberalismo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2003 e jan. de 2004, ano XXII, n. 236, p. 3.

⁸²³ SILVA, L. I. L., *Entrevista*, p. p. 66.

⁸²⁴ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, p. 104-105; SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 69-91; SADER, E., *A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal*, p. 140-141.

⁸²⁵ CAVALCANTI, L. O., *O que é o Governo Lula?*, p. 18-20.

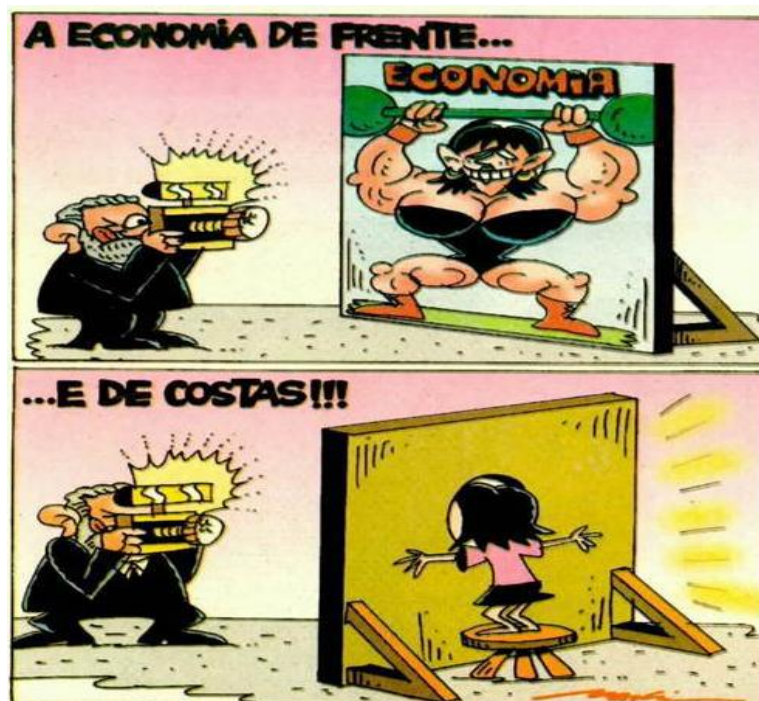
A charge acompanha o texto publicado na seção *Estudo* do *Jornal Sem Terra*, intitulado *Em seu primeiro ano, Governo aprofunda políticas neoliberais*, de Emir Sader. Esse texto discute os caminhos da política econômica trilhados pelo governo Lula que, na visão de Sader, “mantinha” e “aprofundava” o neoliberalismo no país⁸²⁶. É interessante enfatizar que o texto fora escrito após um ano de governo Lula. As reflexões tratavam muito mais do descontentamento com as opções da equipe econômica do governo do que de uma análise aprofundada sobre as decisões da cúpula governista. E a opinião de Sader era interessante para o Movimento, pois legitimava suas percepções sobre o governo recém-iniciado.

Na imagem, o presidente, com sua elegante vestimenta (terno, gravata e sapato social), parece estar numa *enrascada*: preso a uma poça de cola pegajosa chamada “neoliberalismo”. Algo chama atenção na representação de Lula nas charges, sobretudo, nas produzidas por Baraldi. Lula sempre aparece com a língua de fora, no canto da boca. Esse detalhe não só demonstra estado de tensão do presidente, mas também lhe dá uma aura engraçada no sentido *genuíno*, não *ridicularizado*. Na charge em referência, nota-se que a expressão facial de Lula é de tensão por ele não saber como se desvencilhar da cola que prendia seus braços e pernas. Observa-se vontade e ação por parte do presidente, entretanto, a cola pegajosa parece ser tão resistente que ele não consegue rompê-la para caminhar. Nessa perspectiva, necessitaria do auxílio dos movimentos sociais para romper com as amarras do neoliberalismo. O presidente não aparece ridicularizado e sua representação dava a entender que ele não partilhava do neoliberalismo, pelo contrário, queria se livrar dele. Mas, pelas ações de sua equipe econômica ele também acabava *preso* aos interesses do modelo neoliberal. No jogo político em que se construía as representações pelo MST, havia o interesse do Movimento em atestar e fazer acreditar que Lula queria se livrar das amarras do “neoliberalismo”, mas sua equipe econômica era resistente, dificultando seu trabalho.

Em outra charge, também de Baraldi, que acompanha o artigo de Reinaldo Gonçalves *A Macroeconomia de Lula*, publicado na seção *Estudo* em abril de 2005, o MST tece críticas ao modelo econômico gestado pelo governo Lula.

⁸²⁶ SADER, Emir. Em seu primeiro ano, governo aprofunda políticas neoliberais. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez de 2003 e jan. de 2004, ano XXII, n. 236, p. 3.

Imagem 66 – A macroeconomia de Lula



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 3.

A primeira observação a se fazer é quanto à materialidade do jornal no que se relaciona ao avanço técnico. A partir de março de 2005, as imagens no interior do jornal começaram a ser impressas de forma colorida, o que facilita sua leitura, a percepção dos detalhes ilustrados. No artigo mencionado, Gonçalves sublinha que o modelo econômico vigente é “fútil e frágil”, pois mantinha laços estreitos com os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais e prejudicava a maior parte da população, com elevada carga tributária e elevação da concentração da riqueza e renda⁸²⁷.

Por parte do governo, com dois anos de ação, propagavam-se discursos quanto a economia estar bem, crescendo e forte. Mas, na contramão disso, o Movimento ressalta que a ideia de *economia forte* era uma *ilusão* e dependia do ângulo de quem a visualizasse. Havia uma luta por representações entre o MST e governo sobre como a economia se desenvolvia. Na charge, composta de dois cenários, pode-se ver, no primeiro cenário, que o *fotógrafo* Lula, registra, com sua máquina, a imagem frontal de uma mulher enorme, com músculos grandes e definidos que segura um supino acima da cabeça com as duas mãos. No cenário seguinte, verifica-se que a tal mulher (forte e robusta) – a representação da “economia” na ótica do

⁸²⁷ GONÇALVES, Reinaldo. A Macroeconomia de Lula. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 3.

governo – era, na verdade, uma *pintura* feita em um painel de madeira que apresentava um *vão* no local do rosto, e era utilizado para as pessoas se fotografarem.

Observa-se que, por trás do painel onde se localiza a imagem/pintura, está de pé, sobre um banquinho de madeira, uma garotinha com fisionomia bem magra. Ela coloca o seu rosto no vão do painel para ser fotografada. O contraste entre os dois cenários revela as representações do MST sobre a política econômica do governo. Se, por um lado, os governistas propagavam uma economia forte e robusta, por outro, o Movimento elencava que a economia do país era *fraca e frágil*, servindo a interesses de banqueiros e empresários.

Por mais que o governo Lula tenha conservado ou optado pela continuidade de algumas políticas econômicas desenvolvidas pelo governo FHC, tratava-se de uma postura limitadora compreender os dois governos como *iguais*, em sua essência. Se Lula deu continuidade à política macroeconômica de FHC, isso não é aspecto crucial para se definir semelhança entre os dois governos. A política de FHC rompeu com o nacional-desenvolvimentismo da *Era Vargas* e consolidou o modelo neoliberal no país, abrindo a economia ao capital internacional. Nesse sentido, Paulino reconhece que o governo Lula manteve algumas políticas do governo anterior, mas destaca que não se pode acusá-lo de “ter abraçado o neoliberalismo como política de governo”⁸²⁸. Uma evidência seria o fato de Lula não ter desprezado o papel do Estado em questões estruturais do país e ter investido no serviço público (em especial, nas Universidades e Institutos Federais) e nas empresas estatais que não foram privatizadas.

Nessa direção, também Sader destaca que, mesmo dando prosseguimento a algumas políticas econômicas de FHC, não se pode dizer que Lula governou de forma semelhante à do tucano⁸²⁹. Não foram governos *de farinha do mesmo saco*, conforme a expressão popular. Sader tece três críticas significativas ao governo Lula: a primeira se refere ao fato de o governo não ter rompido “com a hegemonia do capital financeiro em sua modalidade especulativa”, pelo contrário, continuou e consolidou o modelo, dando-lhe autonomia, como foi o caso do Banco Central⁸³⁰.

A segunda crítica relaciona-se à questão de o governo ter feito aliança com o “grande capital exportador”, em especial, o agronegócio, “seja pelo modo como explora a terra, por seu caráter monopólico, pela utilização de transgênicos, pela predominância da exportação ou de um produto como a soja, com todas suas implicações negativas”. Essa aliança não

⁸²⁸ PAULINO, L. A., *O Governo Lula (2003-2006 / 2007-2008)*, p. 316.

⁸²⁹ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 84.

⁸³⁰ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 71.

promovia a agricultura familiar e a soberania alimentar, nem dava prerrogativas para se realizar um processo amplo de reforma agrária (o que deveria ser opção central em um governo que se dizia de esquerda). A terceira crítica pautava-se no fato de o governo Lula não ter caracterizado os EUA como cabeça do “imperialismo mundial”, “apesar de todos os danos que causavam à humanidade, a começar por sua política de ‘guerras infinitas’”. Para Sader, o Brasil não podia se relacionar com os EUA como se fosse “apenas um país rico”⁸³¹, mas deveria assumir uma postura crítica às suas políticas “imperialistas”, que causavam a concentração de renda, monopólios de comércio, miséria, degradação ambiental, guerras, especulação financeira, consumismo.

Apesar dos traços conservadores em sua política macroeconômica, grosso modo, em seus dois mandatos⁸³², o governo Lula obteve balanços econômicos positivos. De acordo com Nelson Barbosa, quando Lula assumiu o governo “o quadro geral do Brasil no final de 2002 era de descontrole macroeconômico” e, oito anos depois, a economia do país havia mudado para melhor. Ao entender o saldo econômico considerável do governo Lula, Paulino destaca que essa gestão, além de suas decisões precisas, fora beneficiada pela conjuntura econômica internacional, sobretudo, pelo bom desempenho das economias norte-americana e chinesa⁸³³. Para o autor, a “sorte sorriu” para Lula, a conjuntura internacional que, no segundo mandato de FHC foi muito desfavorável, mudou completamente. “Favorecida por essa conjuntura externa positiva, a economia passou a crescer, ainda que a taxas pouco expressivas, mas de forma sustentada, sem que mudanças expressivas tivessem sido introduzidas na política macroeconômica”⁸³⁴.

Sobre a política macroeconômica do governo Lula, registra-se que algumas ações foram significativas para o seu bom desempenho, como o encerramento da dívida com o FMI, no final de 2005, mediante o pagamento único de 23 bilhões de dólares. Essa ação “teve grande importância política e econômica, pois marcou o início de uma nova fase do governo Lula, durante a qual o Brasil teria mais autonomia na condução de sua política econômica”⁸³⁵. Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, no ano de 2013, Lula destaca sua

⁸³¹ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 71-72.

⁸³² Para Barbosa, a gestão do Governo Lula foi caracterizada em três períodos, sendo eles: a) 2003 a 2005: “adotou uma política macroeconômica focada na redução da inflação e na redução do endividamento do setor público”; b) 2006 a 2008: “adotou uma política macroeconômica mais expansionista, com foco na aceleração do crescimento e no aumento do emprego e investimento”; c) 2009 a 2010: “adotou uma série de medidas para combater os impactos negativos da crise financeira internacional iniciada em 2008” (2013, p. 70).

⁸³³ PAULINO, L. A., *O Governo Lula (2003-2006 / 2007-2008)*, p. 324; FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 528-529.

⁸³⁴ PAULINO, L. A., *O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002)*, p. 309.

⁸³⁵ BARBOSA, N., *Dez Anos de Política Econômica*, p. 73.

“obsessão” em pagar a dívida com o FMI: “Eu não queria dever ao FMI”⁸³⁶. A fala de Lula era no sentido de “honrar as dívidas” e colocava esse compromisso como uma prioridade.

Mais uma vez, as mudanças políticas e ideológicas de Lula eram visíveis, posto que, na década de 1980, ele era contrário ao pagamento da dívida externa e entendia que os recursos públicos deveriam ser investidos na área social, não para pagar dívidas de tempos pretéritos. Essa ação do governo gerou críticas por parte do MST, suas lideranças compreendiam que o pagamento das dívidas ao FMI submeteria a economia do país, com mais intensidade, ao “modelo neoliberal”. A decisão pelo pagamento era destaque no editorial de agosto de 2004. Para o Movimento tal decisão restringia os investimentos do “dinheiro para a área social, saúde, educação, cidades e para as cestas básicas dos acampados”⁸³⁷. Nessa perspectiva, era preciso lutar por mudanças na política econômica. Interessante também que, nesse editorial, Lula não era o centro das considerações, mas sim o “Governo Federal”, de forma genérica. O presidente era *resguardado* das críticas, pois o MST acreditava em Lula, com ele ainda seria possível romper com algumas políticas de cunho neoliberal.

Outras ações significativas do governo face à política econômica ocorreram diante da denominada “crise internacional” iniciada em 2008 com extensão pelo ano de 2009. O marco dessa crise foi a quebra do *Banco Lehman Brothers* nos EUA, que gerou restrição de créditos na economia mundial. No Brasil, os efeitos da crise se manifestaram de duas formas: a primeira foi “uma contratação abrupta e substancial da oferta de crédito e uma grande incerteza sobre a solvência de alguns grupos empresariais exportadores”; e a segunda “ocorreu pelo canal de comércio exterior, devido à queda no volume de comércio internacional e à redução abrupta dos preços das commodities geradas pela recessão dos países avançados”⁸³⁸.

A crise financeira internacional causou recessão no Brasil, impactou na queda do PIB em 5% em apenas 6 meses (último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009). Todavia, as ações do governo Lula diante da crise financeira internacional surpreenderam diversos analistas econômicos e críticos políticos. Para combater os efeitos da crise efetivaram-se

⁸³⁶ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 22-23. Essa entrevista foi publicada em um livro organizado por Emir Sader, que tinha como objetivo refletir sobre os 10 anos de Governo PT no Brasil, tendo como seu protagonista principal o ex-presidente Lula. A entrevista foi realizada na sede do Instituto Lula, em São Paulo, em 14 de fevereiro de 2013. Ver: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

⁸³⁷ A luta por mudanças na política econômica In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2004, ano XXIII, n. 243, p. 2.

⁸³⁸ BARBOSA, N., *Dez Anos de Política Econômica*, p. 80.

medidas expansionistas nas áreas fiscal, monetária e de crédito⁸³⁹. Foi nesse quadro político e econômico que o governo reduziu impostos sobre os produtos (veículos automotores e eletrodomésticos) e lançou linhas de créditos com taxas atrativas (abaixo das taxas cobradas pelo mercado), por meio do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸⁴⁰. Além disso, estimulou o consumo e o crédito para dinamizar a economia. Essa medida foi ousada por parte do governo, pois, em geral, nos tempos de crise há orientações para se poupar e economizar recursos.

Ao longo do governo Lula, em seus dois mandatos, o MST publicou diversos textos e entrevistas de autores com reflexões sobre a política econômica do governo Lula nas seções *Estudos e Entrevista* do jornal⁸⁴¹. Em geral, esses textos e entrevistas eram tentativa de legitimar o discurso do Movimento, no sentido de que as críticas ao governo estavam adequadas. Por entender necessárias a *transformação radical* no modelo político econômico, a criação de um “novo projeto de desenvolvimento”, o MST, até os três primeiros anos do primeiro mandato de Lula, acreditava ainda em uma possível mudança nos rumos da política econômica. Essa crença estava ancorada, particularmente, na figura de Lula, o ex-operário e a extensão dos trabalhadores na Presidência da República.

No editorial de março de 2004, o Movimento expressa a “transitoriedade” da política econômica implementada pelo governo. Contudo, demonstra impaciência com as ações do

⁸³⁹ BARBOSA, N., *Dez Anos de Política Econômica*, p. 80-81.

⁸⁴⁰ Uma reflexão mais detalhada e profunda sobre essa questão, ver: BARBOSA, Nelson. *Dez Anos de Política Econômica*. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102; PAULINO, Luís Antonio. *O Governo Lula (2003-2006 / 2007-2008)*. In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 311-332; SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013.

⁸⁴¹ Dentre eles, citam-se: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A dança imóvel e os impasses da transição. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 4-5; GUEDES, Odilon. Os desafios da atual política econômica. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 3; ARAÚJO, Artur. O medo da esperança. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2003, ano XXII, n. 235, p. 3; SADER, Emir. Em seu primeiro ano, governo aprofunda políticas neoliberais. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2003 e jan. de 2004, ano XXII, n. 236, p. 3; MALDOS, Paulo. O desafio da construção de um autêntico projeto nacional. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2004, ano XXII, n. 240, p. 3; GONÇALVES, Reinaldo. A macroeconomia de Lula. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 3; ARAÚJO, Artur. O concerto sem concerto. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2005, ano XXIV, n. 254, p. 3; SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. PAC: nem crescimento nem igualdade. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 2007, ano XXV, n. 270, p. 3; LINCE, Léo. Entrevista – Atual modelo econômico pode levar país para o fundo do poço. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 4-5; ARRUDA, Marcos. Entrevista – Povo brasileiro precisa ser agente ativo do seu desenvolvimento. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2004, ano XXII, n. 238, p. 4-5; ARAÚJO, Artur. Entrevista – Boa vontade não basta para mudar a política do Brasil. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2004, ano XXII, n. 242, p. 3; ARANTES, Paulo Eduardo. Entrevista - Fim de linha ou marco zero? In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2005, ano XXIV, n. 257, p. 4-5; OURIQUES, Nildo. O mito do crescimento econômico no Brasil. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 2006, ano XXV, n. 268, p. 3.

governo, com a manutenção do “conservadorismo”. Na charge desse editorial, de autoria de Baraldi, percebe-se essa posição.

Imagem 67 – Mudanças



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2004, ano XXII, n. 238, p. 2.

O cenário da charge é o Palácio do Planalto, em Brasília. Em um dia aparentemente tranquilo, o presidente Lula, com sua imponente faixa presidencial e vestimenta oficial (terno, gravata e sapato social), vai até o lado externo do Planalto, à frente da rampa presidencial. No seu horizonte há um belo gramado, flores e a bandeira do Brasil em um mastro. Na bandeira, o desenho personificado de um rosto e de dois braços com mãos estendidas. Com olhar e semblante *raivoso*, de *impaciência*, a bandeira esbraveja com Lula: “mudanças!!!”. Ao escutar a bandeira, o presidente se assusta, pula para trás, e parece que vai cair sentado. A bandeira representa os movimentos sociais e a população, de maneira geral, que haviam acreditado que o governo Lula iria romper com as políticas conservadoras estabelecidas no governo anterior. O MST, por exemplo, acreditava que o presidente mudaria a política econômica e efetuaria a tão almejada reforma agrária.

A impaciência do Movimento refere-se ao não posicionamento político e ideológico de Lula a favor dos trabalhadores ou dos grupos econômicos nacionais e internacionais. Para o MST, o presidente não escolhia uma posição, “um lado” e esta postura era inconcebível; seria impossível governar para *todos os grupos*, pois os grupos economicamente dominantes sairiam favorecidos. Na construção de um “autêntico projeto nacional”, a partir de um

“governo Popular”, o presidente deveria escolher “um lado”, o dos trabalhadores. A charge a seguir, de Baraldi, figura-se como interessante para se pensar sobre isso.

Imagem 68 – Lula: entre movimentos populares e elite



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2004, ano XXII, n. 240, p. 3.

A charge acompanha a publicação de um artigo de Paulo Maldos, em maio de 2004, intitulado: *O desafio da construção de um autêntico projeto nacional*. A escrita desse artigo gira em torno da pergunta: “para onde vai o Governo Lula?”. Questionam-se as ações na área econômica e as alianças do governo⁸⁴². Com esse texto, o MST também se pergunta: para onde vai o governo Lula? Aquela crença de se instaurar um “governo Popular”, voltado para as reais necessidades dos trabalhadores do campo e da cidade era duvidosa. Mesmo assim, a figura de Lula conquistara respaldo e credibilidade perante a Direção Nacional do Movimento.

No centro da charge, Lula está com os braços estendidos, demonstrando sentimentos de dor e desorientação. Ele é puxado pelos braços por pessoas representantes de dois grupos: à esquerda, pelos “movimentos populares”; à direita, pela “elite”. No grupo dos movimentos populares, observa-se que os sujeitos estão com as expressões faciais muito sérias e compenetradas naquilo que estão executando. No da “elite”, representado pelos EUA/FMI, Rede Globo e suposto empresário, verificam-se olhares e expressões que evidenciam sagacidade e oportunismo.

⁸⁴² MALDOS, Paulo. O desafio da construção de um autêntico projeto nacional. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2004, ano XXII, n. 240, p. 3.

Um detalhe importante na charge: Lula parece tornar-se interessante para ambos os lados. Se Lula era o representante dos trabalhadores, por que passou a ser disputado pelas elites? Essa representação do MST se baseia nos caminhos percorridos, pelo governo Lula, na área econômica que traziam benefícios explícitos às elites, assim, elas também disputavam a atenção do presidente. Do ponto de vista político, a charge se configura como fonte significativa para se refletir acerca do posicionamento de Lula: estático, sem saber por qual lado optar. Isso sinaliza para a representação de sua escolha pela denominada “governabilidade”. Ou seja, o governo não queria se indispor com os movimentos populares e nem com as elites. A preocupação com a “governabilidade” é salientada por Lula em entrevista concedida aos pesquisadores Emir Sader e Pablo Gentili.

Nós, obviamente, tínhamos uma preocupação com a governabilidade. Por mais puros que quiséssemos ser, tínhamos a clareza de que, para aprovar alguma coisa no Congresso, tínhamos que ter pelo menos 50% mais um dos votos, tanto na Câmara quanto no Senado. Era preciso construir essa maioria, senão você não governa.

Nós tínhamos aprendido a fazer política e que, quando você faz política de coalizão, os aliados têm que participar do governo. É assim em qualquer democracia do mundo. E vai continuar a ser assim. Enquanto não tiver uma reforma política no Brasil, vai ser assim: quem ganhar, quem quiser governar, vai ter que conversar com o Congresso, vai ter que conversar com a Câmara, vai ter que conversar com o Senado, vai ter que conversar com o movimento sindical, vai ter que conversar com os empresários. É assim que se governa⁸⁴³.

A narrativa de Lula é explícita: se não tiver coalizão, ninguém governa. Essa visão era semelhante à de FHC, quando dissera em entrevista a Álvaro Pereira, no final do seu segundo mandato, que ninguém governa sozinho. Para FHC, “Na democracia, quem não tem a maioria não governa”. E mais, o presidente da República não faz “o que quer, ele faz o que consegue. Não é sua vontade que prevalece sempre. Essa é uma visão superficial e voluntarista. Se fosse assim, eu decretava o salário mínimo alto, diminuía a taxa de juros, aumentava o gasto público”⁸⁴⁴. Lula também compreendia que para manter a “governabilidade”, deveria evitar indisposição com a base aliada do PT, ou como dissera: não “afrontar o Congresso Nacional” e fazer as “alianças necessárias”⁸⁴⁵, caso contrário, não se governa.

⁸⁴³ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 19.

⁸⁴⁴ CARDOSO, F. H., *Entrevista*, p. 306.

⁸⁴⁵ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 20.

O MST não compreendia, ou não aceitava as alianças efetuadas pelo PT e Lula, muitas dessas com partidos e grupos abertamente conservadores. A “governabilidade” defendida pelo governo era inaceitável para o Movimento, por exemplo, o aliar-se a grupos denominados pelo Movimento como “elites” (banqueiros, grandes empresários, ruralistas) ou a partidos políticos que tinham pastas conservadoras. O Movimento partia do pressuposto de que um “governo Popular” deveria ser puro e livre de influências “burguesas”.

Nessa perspectiva, a concepção política ideológica do MST se caracterizava como *idealizada* e até certo ponto *romântica*, mediada por uma visão maniqueísta da política e da história. Com tantas evidências de que o presidente Lula, eleito em 2002, havia mudado significativamente seus pensamentos e posições políticas em relação aos da década de 1980, o Movimento, em suas representações, insistia em personificá-lo como o ex-operário e representante do povo na Presidência da República. Novamente, uma concepção política ideológica romântica e idealizada sobre o político.

Em outra charge, publicada em agosto de 2005, junto ao texto de Artur Araújo, intitulado *O Concerto sem Concerto*, na seção *Estudo*, o MST demonstra sua insatisfação com as escolhas do presidente e com as da sua equipe de governo.

Imagem 69 – O concerto sem concerto



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2005, ano XXIV, n. 254, p. 3.

A carga intensa de humor na charge, produzida por Baraldi, é digna de nota. Em pequenos detalhes o chargista consegue provocar o riso e, ao mesmo tempo, proporcionar

reflexão política sobre o governo Lula. O texto de Araújo, ilustrado pela charge, apresenta análise sobre os caminhos percorridos pelo PT e por Lula no cenário político, chamando atenção para algumas denúncias de escândalos e corrupção no governo⁸⁴⁶. Pontue-se que, por mais que o texto tenha *tom de denúncia*, Lula não é exposto ou associado às especulações sobre ilegalidades.

Na charge, ele aparece com sua vestimenta oficial de presidente e com um instrumento musical chamado *baixo tuba* (utilizado, sobretudo, em Bandas Marciais e Fanfarras). Lula toca o instrumento, mas mostra um olhar triste e envergonhado. À sua frente está um pedestal com as partituras das respectivas músicas. Em atitude ousada, um trabalhador rural, que está ouvindo Lula tocar, retira uma partitura com as notas da música “FMI” e a joga para trás. Logo depois, diz para o presidente: “toca algo mais popular!!!”, referindo-se à música dos “movimentos sociais”. Esse gesto do trabalhador representa a impaciência e frustração do MST com o governo Lula, pois ele estava mais propenso a tocar a música do “FMI” (de banqueiros e grandes grupos econômicos) do que a dos movimentos sociais. Nesse sentido, por suas convicções políticas e ideológicas, o Movimento negava *ouvir e dançar* a música do “FMI”, mesmo que o seu *músico principal* fosse Lula.

Mas, o MST não ridiculariza Lula, apenas o critica por insistir em tocar as músicas das *elites*, e não as dos *movimentos populares*. O “popular”, enfatizado pelo Movimento, relaciona-se ao ideal de “governo Popular”, prezado e defendido pela Direção Nacional do MST, compartilhado em um período, (década de 1980), com Lula e o PT. Mas, o cenário havia mudado e Lula precisava constituir “alianças necessárias” para governar, mesmo tendo que enfrentar a resistência de movimentos sociais, marcados por visões políticas *rígidas e fechadas* como as do MST.

Ao analisar os editoriais do *Jornal Sem Terra* e algumas matérias sobre o governo Lula, observou-se que representações sobre o *caos social e autoritarismo*, tão recorrentes nos governos dos presidentes anteriores, quase não eram publicadas. E, quando existiam essas representações, o Movimento canalizava a *culpa* no modelo político econômico, nas alianças conservadoras e nos gestores governamentais identificados com as “elites”. A partir de 2006, o nome de Lula foi desaparecendo sistematicamente dos editoriais do jornal, e as referências ao seu governo eram genéricas, como “governo Federal”. Esse processo constituiu-se na tese de *harmonização do discurso e ocultação* do nome do presidente. Uma clara intenção de não expor Lula perante os leitores do jornal e os militantes do Movimento.

⁸⁴⁶ ARAÚJO, Artur. O Concerto sem Concerto. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2005, ano XXIV, n. 254, p. 3.

O processo de *ocultação* do nome de Lula ficou explícito no caso, denominado *Mensalão*, no ano de 2005. O escândalo do Mensalão surgiu de maneira inusitada. O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson, que tinha sido líder do governo FHC, solicitou ao governo Lula a interrupção de uma investigação contra um dos diretores da Companhia dos Correios, indicado pelo partido Jefferson que supostamente havia recebido propina. Com a negativa de seu pedido, Jefferson, no início de junho de 2005, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, denuncia vasto e complexo sistema de arrecadação ilegal de fundos, o qual seria liderado por José Dirceu e seus aliados no interior da máquina partidária. Conforme o deputado, os pagamentos mensais, com dinheiro público e privado, tinham como finalidade garantir a aprovação de projetos de interesses do governo. Vale ressaltar que, nesse escândalo, não estavam envolvidos apenas os partidos aliados ao governo Lula, mas também partidos de oposição, que tinham formado a base do governo FHC. Nesse episódio, além do esquema de corrupção, evidenciava-se o quanto o PT estava altamente fragmentado, dividido em múltiplas correntes⁸⁴⁷.

O escândalo do Mensalão revelou, então, uma crise sistêmica, com diversos e distintos personagens envolvidos. Esse escândalo (infelizmente) é reflexo de algumas práticas institucionais e eleitorais. Cita-se como exemplo, o popular *Caixa 2*. Será que essa prática é uma *benesse* apenas da direita? Por mais popular e sistemático que seja, é uma prática ilegal e corrupta do uso dos recursos financeiros. Sicsú e Maringoni refletem sobre como o episódio do Mensalão revela uma crise sistêmica nos meandros da política nacional:

O que era inicialmente uma denúncia contra um funcionário da Companhia dos Correios, logo alcançou importantes líderes do PT, membros do governo federal e destacados parlamentares dos partidos da base aliada, como o PP, o PTB, o PMDB e o PL. Logo que tiveram início as primeiras investigações, apareceram como coadjuvantes empresários, secretárias, ex-mulheres, assessores, dirigentes políticos e burocratas variados. Revelaram-se depósitos sem origem, e saques sem clara identificação de destino, feitos por partidos da base governista e também da oposição, o PFL e o PSDB⁸⁴⁸.

A repercussão midiática tida pelo Mensalão, obviamente, abriu precedentes para a oposição (PSDB e DEM) interpretar e divulgar que todos os políticos do PT e seus aliados

⁸⁴⁷ Após o escândalo em 2005, diversos militantes do PT deixaram o partido e o *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL). Vale ressaltar que os conflitos sempre existiram no interior do PT, pois este era composto por grupos heterogêneos, que divergiam em alguns momentos. Os partidos, assim como os movimentos sociais não podem ser considerados uno e homogêneos.

⁸⁴⁸ SICSÚ, João; MARINGONI, Gilberto. *Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou?*, p. 111.

eram cúmplices dessa corrupção. Em todo o processo, PT e Lula se defenderam dizendo que não sabiam de nada e que, se as acusações fossem verdadeiras, eles tinham sido *traídos*. Muitos petistas disseram que o Mensalão havia sido uma *invenção e golpe das elites*, com a pretensão de derrubar o presidente do povo, dos trabalhadores. Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, Lula disse que o escândalo do Mensalão foi um “tropeço”⁸⁴⁹ e que o ano de 2005 transcorreu complicado após a denúncia, pois a imprensa pautava as discussões do governo somente a partir do escândalo. É interessante que nessa entrevista não se enfatizou o caso do Mensalão, como se ele não tivesse sido um episódio significativo vivenciado no governo Lula. Ao evidenciar que foi um “tropeço”, o próprio Lula não demonstra convicção na inocência de seus companheiros ou no fato de que eles eram vítimas da oposição. Pelo contrário, Lula reconhece o fato e lamenta o ocorrido.

Esse episódio fora enfatizado no *Jornal Sem Terra* por meio de um discurso mais *ameno e harmonioso*, se comparado às representações construídas sobre escândalos polêmicos no governo FHC. O MST se furtou a dizer a palavra *Mensalão* nos editoriais. Em três editoriais que avaliavam a questão, chamava-se o episódio de “crise política”. Fato que se caracteriza como uma pista de que o Movimento reconhecia o escândalo de corrupção, mas tinha muita cautela nas representações, para não expor o presidente Lula.

No editorial de junho de 2005, intitulado *As práticas da burguesia*, o Movimento enfatiza que “violência” e corrupção” eram tipicamente práticas “burguesas”, das elites. Contudo, essa prática também estava implícita no governo Lula, cujo presidente era a extensão dos trabalhadores na presidência. Mais uma vez, nota-se limitação nas concepções ideológicas da Direção Nacional do MST, como se a corrupção fosse uma *dádiva* apenas dos grupos economicamente favorecidos. Pelo contrário, infelizmente, práticas corruptas estão implícitas nas mais variadas instituições e nos mais diversos setores da sociedade. Acredita-se que não é a condição econômica que faz um sujeito ou grupo corruptos. Nesse editorial, o Movimento creditava a Lula mais uma “oportunidade histórica” de agir e punir os corruptos envolvidos no escândalo referido.

Agora, que seu governo recebe acusações de ser corrupto, Lula deve investigar e punir todas as práticas ilegais. Tudo deve ser apurado, desde o começo dos dois mandatos do governo FHC (1995-2002), quando aconteceu a maior transferência de patrimônio público para setores privados, por meio

⁸⁴⁹ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 14.

do programa de privatizações que vendeu grande parte do patrimônio nacional⁸⁵⁰.

Ao falar sobre o escândalo político, o MST não é enfático, nem taxativo, não cita nomes, detalhes sobre o ocorrido, tal como fazia nos editoriais relacionados ao presidente FHC. As referências às acusações de corrupção são genéricas e apontam para o óbvio: os responsáveis deveriam ser investigados e punidos. O Movimento se aproveita da oportunidade para referir-se às práticas corruptas do governo FHC, em especial, às relativas às privatizações. A diferença está no fato de FHC ser personificado como a representação da corrupção, como se analisou no terceiro capítulo, e no de Lula não ser associado ou exposto aos escândalos.

No editorial de agosto de 2005, o MST critica parte “da esquerda que dirigia o PT”, chamando atenção para o fato de ela ter adotado os “métodos da direita de fazer política”, colaborando com as “elites conservadoras”. A “crise política” (*Mensalão*), para o Movimento, era fruto das opções do “governo Federal” que adotava “métodos burgueses de fazer política para garantir a maioria no Parlamento a qualquer custo”. Esses “métodos burgueses” estavam arraigados no próprio modelo econômico (com características neoliberais); e faziam com que Lula andasse em “más companhias”⁸⁵¹. A charge publicada junto a esse editorial, de Baraldi, auxilia nessa reflexão.

Imagem 70 – Lula em más companhias



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2005, ano XXIV, n. 254, p. 2.

⁸⁵⁰ As práticas da burguesia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2005, ano XXIII, n. 252, p. 2.

⁸⁵¹ A crise política e a nossa luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2005, ano XXIV, n. 254, p. 2.

Na charge há cinco personagens: um trabalhador rural, Lula, um latifundiário, um banqueiro e um empresário *picareta*⁸⁵². Os três últimos representam as referidas “más companhias” de Lula na condução do governo e na efetivação das políticas. Observa-se que as expressões do latifundiário e do banqueiro são de muita felicidade; a do empresário *picareta* também demonstra satisfação – com sua mala abarrotada de dinheiro. A expressão do trabalhador é, contudo, de insatisfação. Por isso, ele repreende Lula: “eu avisei: cuidado com as más companhias!!!”. Diante da situação constrangedora, entre as “más companhias” e o trabalhador rural, o presidente restringe-se a ficar calado, mostrando expressão tensa e envergonhada.

O MST, ao dizer que havia avisado Lula sobre as “más companhias”, retoma as reflexões no sentido de que o presidente mantinha a *raiz* dos problemas e da corrupção: a política macroeconômica conservadora e as alianças com grupos e partidos de elites. No editorial de abril de 2006, ano eleitoral, com a continuidade da propagação do escândalo do Mensalão, em especial, nas grandes mídias, o MST volta a destacar que era preciso “prender os corruptos”, mas também superar o “modelo neoliberal” que, conforme o Movimento, ainda estava impregnado no “governo Federal”. As práticas corruptas foram expostas e deviam ser investigadas, mas o corruptor, o “modelo neoliberal”, não era colocado em cheque e nem refletia-se sobre seus efeitos na sociedade. Sendo assim, seria preciso “mudar o modelo econômico do país”⁸⁵³. Em nenhum momento, nesse editorial, o nome de Lula ou do PT foi mencionado. O texto tratava dos escândalos de corrupção no governo, mas os personagens diretos e indiretos de tal acontecimento não eram expostos, o que diferencia, de forma radical, o modo de construção de representações sobre a corrupção, quando comparado a governos anteriores, em especial, ao de FHC, o que contribui para o entendimento de que as representações são determinadas pelos interesses dos grupos que as elaboram, exibindo uma maneira de estar e ver o mundo.

O PT foi duramente atingido com as repercussões do escândalo do *Mensalão*, principalmente por sua defesa histórica de fazer uma política distinta, pautada na ética e no zelo para com o *bem público*. De acordo com Reis, historicamente o PT era conhecido e legitimado como um partido que carregava a bandeira da moralidade e ética na política, no trato com o bem público e, de repente, se viu “envolvido num mar de lama de negociatas, compras e vendas de votos, uma mixórdia inimaginável”. Talvez, politicamente, e para a

⁸⁵² A expressão *picareta*, quando atribuída a pessoas, se refere a alguém desonesto, de má índole.

⁸⁵³ Prender os corruptos, mas também mudar o modelo neoliberal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2006, ano XXIV, n. 261, p. 2.

sociedade, essa foi a maior perda do PT, que passou a ser visto como *mais um partido político*, com as mesmas práticas de outros e com os mesmos vícios que sempre criticou. Nesse processo, as mídias brasileiras, em sua maioria conservadoras, tiveram papel relevante para difundir os *vícios* que o PT havia *adquirido* historicamente, como se a corrupção tivesse sido *inventada* pelo partido. É possível dizer que o PT, em muitos momentos, foi *demonizado* pelas mídias, enquanto outros partidos, conservadores, tradicionalmente reconhecidos por suas práticas *antiéticas* e *corruptas*, foram *ocultados* pelos meios de comunicação.

No contexto em que se investigava o Mensalão⁸⁵⁴, partidos conservadores, notórios por suas práticas lesivas ao bem público, se travestiram de defensores da moralidade e da ética, coisa que não se associava às suas ações pretéritas. “Tradicionalistas políticos, envolvidos em todos os tráficos, apareceram como se fossem honrados e ímpolutos homens públicos, como se fossem, travestidos de Catões”⁸⁵⁵. Nesse cenário, o PT, além de perder o monopólio do partido *ético* e *zeloso com o público*, perdeu também alguns de seus mais importantes quadros, pois, a partir desse episódio, diversos militantes e filiados se afastaram do partido. O presidente Lula buscou ao máximo se afastar das questões que envolviam o escândalo do Mensalão, e se colocou na posição de presidente *traído*, que não sabia de nada.

A crise política de 2005, para Lula e o PT, foi decisiva também para a consolidação do que Nobre denomina como o “pemedebismo” na política brasileira. O autor defende a tese de que, a partir da década de 1980, no Brasil, se estabeleceu uma “cultura política” que se estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais de transformação. Ou seja, havia apenas perspectivas reformistas, regidas por grupos que compunham e negociavam o poder. O “pemedebismo” é pensado como uma “cultura política”, não se restringe a um partido. A referência ao PMDB é por esse partido ter gestado, primeiramente, na Constituinte de 1988, posição de dominância entre os parlamentares nos anos de 1980. A partir de 1990, o “pemedebismo” foi aderido pelo sistema político de maneira mais ampla⁸⁵⁶.

Nobre enfatiza que o fenômeno do “pemedebismo” nasceu na Constituinte e foi a primeira blindagem do sistema político atual contra a sociedade. O nome “pemedebismo”, em lembrança ao PMDB, se refere ao fato de esse partido ter capitaneado a transição democrática

⁸⁵⁴ Após o julgamento dos envolvidos no escândalo do Mensalão, vinte e cinco pessoas, dentre elas políticos, empresários e funcionários públicos foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ver: Saiba quem são os 25 réus do mensalão que foram condenados pelo STF. *UOL Notícias – Política*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/listas/saiba-quais-reus-do-mensalao-ja-foram-condenados-pelo-stf.htm>. Acesso em: 09/10/2014, às 11h02min.

⁸⁵⁵ REIS, D. A., *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*, p. 524-525. Catão – homens que aparentam austeridade, virtuosos.

⁸⁵⁶ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, p.10-13.

com maior expressão. O “pemedebismo” funcionava (e funciona) como uma proteção do sistema político, e sua característica central era a denominada “governabilidade”, amparado pelas maiorias suprapartidárias⁸⁵⁷. A partir da Constituinte, os governos se preservaram, não mudaram, fortaleceram a lógica de se impedir transformações das estruturas, como a concentração fundiária. Construiu-se um acordo sobre a governabilidade; sem ela, ficaria *impossível* governar.

A política pemedebista impôs a “supermaioria” parlamentar antes de dar início às disputas por espaços no interior do governo. E essas disputas se deram dentro dos partidos e fora deles, muitas vezes com barganhas e chantagens. De acordo com Nobre, os governos FHC e de Lula foram fundamentais para a consolidação e o fortalecimento do “pemedebismo”. Lula e PT, que antes eram “antipemedebistas”, resistiram até o momento do escândalo do Mensalão, em 2005. Após o Mensalão, o governo se fortaleceu com uma aliança formal com o PMDB e garantiu a maioria parlamentar e sua governabilidade. Nesse caso, integrou-se ao “pemedebismo” e, conforme Nobre, o administra no Congresso Nacional⁸⁵⁸, funcionando como uma espécie de síndico.

Ao analisar o escândalo do Mensalão, assim como as alianças políticas do governo Lula, Martinho destaca que Lula caiu na “armadilha do novo” para se parecer cada vez mais com o velho. Ou seja, caiu na forma tradicional de fazer política, com acordos e alianças mediados pelo “toma lá dá cá”. “Lula procurou cada vez mais transformar-se em um político que prescinde não só dos partidos como também da própria política. Entretanto, na mesma medida em que despreza a tradição da qual faz parte, cai na armadilha do novo. Parecendo velho, cada vez mais velho”⁸⁵⁹.

Nesse processo, observa-se que o MST, nos editoriais do *Jornal Sem Terra*, não se preocupava em refletir sobre essas mudanças do ex-operário e presidente. Discutiam-se as opções conservadoras e continuístas do governo, em especial, sobre economia e alianças partidárias, mas as transformações relativas ao presidente não eram focalizadas. Lula ainda era personificado como aquele líder sindical da década de 1980 e, por mais que seu governo mostrasse traços conservadores, ele, Lula, não podia ser exposto ou ridicularizado como os presidentes anteriores.

⁸⁵⁷ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma, p.11.

⁸⁵⁸ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma, p.15.

⁸⁵⁹ MARTINHO, F. C. P., *A Armadilha do Novo*: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente, p. 560.

Ressalte-se que, apesar dos escândalos, a popularidade de Lula cresceu sem precedentes, e isso foi legitimado na sua reeleição em 2006, quando venceu no segundo turno o candidato Geraldo Alckmin (PSDB), com quase 61% dos votos válidos. Blindado politicamente pelo “pemedebismo”, Lula não só venceu o escândalo do Mensalão, como se fortaleceu enquanto figura política. Após o Mensalão e, partir da eleição de 2006, alguns pesquisadores como André Singer e Rudá Ricci efetuaram ponderações observando que havia se desenvolvido no país um fenômeno político denominado “Lulismo”⁸⁶⁰. Criou-se a sensação de que Lula teria se tornado maior que o PT. Ou seja, o PT dependia muito mais de Lula do que Lula do PT.

Na eleição presidencial de 2006, o MST não se dedicou tão intensamente na campanha de Lula e do PT, conforme havia acontecido nas eleições. Todavia, não deixou de se posicionar em apoio ao representante do povo, Lula. Esse apoio foi mais especificamente no segundo turno. No primeiro, o Movimento criticava veementemente o PT, que não havia apresentado “projeto político para o país” e que não debatia “os problemas estruturais que realmente afetavam a vida do povo”⁸⁶¹, segundo o editorial da edição de junho de 2006. Nota-se que as críticas eram ao PT, não ao Lula. Já, no segundo turno, com a iminência de uma possível vitória de Geraldo Alckmin, apoiado por FHC e integrante de seu partido, o Movimento não hesitou em se posicionar a favor da candidatura do candidato petista.

O MST, na eleição de 2006, novamente, punha “esperança” de rompimento com o modelo econômico (*neoliberal*, na visão da Direção Nacional) na figura de Lula. O editorial de setembro/outubro de 2006 enfatiza: “Esperamos que o governo Lula se reeleja no segundo turno, mas com compromissos e propostas mais claras de mudanças e enfrentamento ao neoliberalismo”⁸⁶². A Direção Nacional do Movimento ainda pautava seu discurso na “esperança”, como se Lula estivesse disposto a romper com o modelo de desenvolvimento econômico. Travava-se de uma ideia *romântica* e, até certo ponto, *ingênua* por parte do MST. O ideal de enfrentamento ao sistema, fruto de sua concepção política ideológica, naquelas circunstâncias do jogo político, não seria concretizado pelo governo.

As críticas face ao continuísmo do modelo de desenvolvimento econômico que, conforme o MST, tinham traços neoliberais, estenderam-se até o final do segundo mandato do governo. A diferença era que, nos editoriais, o nome de Lula quase não aparecia nas

⁸⁶⁰ Sobre o “Lulismo”, ver: SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; RICCI, Rudá. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. 2ª Ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

⁸⁶¹ Debater alternativas reais para o Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2006, ano XXIV, n. 263, p. 2.

⁸⁶² As eleições no processo de mudança no Brasil. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, set./out. de 2006, ano XXV, n. 266, p. 2.

publicações. Nas entrelinhas dos editoriais, o MST sugeria que o governo Lula continuava a priorizar as “elites”, mas não expunha o presidente nas suas representações sobre o conservadorismo da política e do modelo econômico brasileiro. No editorial de julho de 2007, o Movimento destaca: *Os ricos estão cada vez mais ricos no governo Lula*. Esse fator, conforme o MST, era fruto da política econômica, que enriquecia uma pequena parcela da população e proporcionava “assistencialismo” à maioria. Ao criticar o governo, sublinha:

O governo é pequeno e insensato quando se propõe a enfrentar essa realidade apenas com uma política assistencialista e distribuição de cestas básicas. As políticas assistencialistas são necessárias e urgentes para socorrer as famílias em situação de pobreza, mas precisam vir acompanhadas de ações políticas que promovam o ascenso econômico e social. Caso contrário, perpetua a condição de dependência ao assistencialismo do Estado⁸⁶³.

Esse é um dos poucos editoriais em que o nome de Lula aparece; contudo, tal aparição surge somente no título, no corpo do texto utiliza-se o termo “governo Federal”. Algo a ser ressaltado nessa edição do jornal é que, a partir dela, há mudança substancial na editoração em vista, sobretudo, da saída da editora Cristiane Gomes. Dessa edição em diante, as charges não passam mais a compor os editoriais. Com relação ao texto do editorial mencionado, faz crítica ao fato de o governo Lula ter favorecido ainda mais o enriquecimento dos ricos, das “elites e burguesia”, como preferia dizer o Movimento; e isso era fruto do modelo econômico desenvolvido. O MST elenca o governo como “pequeno” e “insensato”, posto que não tinha coragem de realizar *mudanças estruturais* na área econômica, e optava pelas “políticas assistencialistas”⁸⁶⁴.

Em outros editoriais, no segundo mandato de Lula, o Movimento reafirma o seu descontentamento com os caminhos seguidos pelo governo, enfatizando que o Brasil era “um verdadeiro paraíso para os banqueiros”, em que a “orgia bancária” ditava a “especulação financeira”, a “cobrança abusiva de taxas e a brutal exploração dos trabalhadores”⁸⁶⁵. Em uma conjuntura desfavorável, na qual o governo criava condições para que os ricos ficassem mais ricos, os bancos continuassem lucrando e explorando financeiramente os trabalhadores, e a população se satisfazendo com “políticas assistencialistas”, o MST orientava seus integrantes,

⁸⁶³ Os ricos estão mais ricos no governo Lula. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2007, ano XXV, n. 274, p. 2.

⁸⁶⁴ Os ricos estão mais ricos no governo Lula. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2007, ano XXV, n. 274, p. 2.

⁸⁶⁵ Bancos continuam lucrando. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2007, ano XXVI, n. 275, p. 2.

por meio dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, no sentido de “lutar”⁸⁶⁶ e não se “intimidar”⁸⁶⁷. Ancorado em seus ideais marxistas, de enfrentamento ao modo de produção capitalista, no editorial de maio de 2008, o Movimento clama: “Trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo: uni-vos!”. Por mais que o governo Lula houvesse feito alianças com as elites, era preciso se unir e lutar contra o conservadorismo.

Grosso modo, as políticas sociais do governo Lula não foram objeto de reflexão do MST nos editoriais do *Jornal Sem Terra*, a não ser em alguns momentos isolados, como foi o caso da edição de julho de 2007, na qual as políticas sociais eram definidas como “assistencialistas”⁸⁶⁸. Nesse sentido, torna-se relevante ressaltar que, mesmo no marco do “pemedebismo”, conforme Nobre, o governo Lula efetivou avanços sociais aguardados há muito tempo⁸⁶⁹, o que não foi reconhecido e avaliado profundamente pelo MST, pelo menos nos editoriais do *Jornal Sem Terra*.

Sader entende que o governo Lula teve caráter progressista “predominante”, mesmo mantendo aspectos da política econômica do governo FHC. Isto é, manteve aspectos conservadores, sobretudo, na economia, mas também avanços, especialmente, nas áreas relacionadas à questão social. Em sua análise em torno do governo Lula, após a saída deste da Presidência da República, Sader constrói a ideia de que o referido governo pode ser caracterizado como “pós-neoliberal”, por ter desenvolvido elementos centrais de “ruptura” com o modelo neoliberal implementado pelos governos Collor, Itamar e FHC; e por ter apresentado aspectos comuns com governos da região sul-americana. Por exemplo, com o dos Kirchners na Argentina, com o da Frente Ampla no Uruguai, com o de Hugo Chávez na Venezuela, o de Evo Morales na Bolívia e o de Rafael Correa no Equador. Em sua visão, esses governos representavam uma reação “antineoliberal” no marco das grandes crises que marcaram o continente, e possuíam os seguintes traços comuns, o que permite agrupá-los como “pós-neoliberais”:

- a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal;
- b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não só tratados de livre comércio com os Estados Unidos;

⁸⁶⁶ Nossa luta contra as transnacionais. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 2007, ano XXVI, n. 277, p. 2; Rumo às mobilizações e lutas sociais. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2009, ano XXVII, n. 293, p. 2.

⁸⁶⁷ Não nos intimidaremos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2009, ano XXVII, n. 291, p. 2.

⁸⁶⁸ Os ricos estão mais ricos no governo Lula. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2007, ano XXV, n. 274, p. 2.

⁸⁶⁹ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, p.18.

c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade de mercado⁸⁷⁰.

Conforme Sader, as políticas sociais de distribuição de renda e a inviabilização da Alca⁸⁷¹ foram os principais elementos que marcaram a “ruptura” com o modelo neoliberal (Collor, Itamar e FHC) e se tornaram estratégicos para a alternativa “pós-neoliberal”⁸⁷². Nessa direção, o autor também parte do pressuposto de que o governo Lula se caracterizou como “híbrido e contraditório”. Tal afirmação tem respaldo em discursos do presidente Lula, por exemplo, nos efetuados durante as campanhas da eleição de 2006 em que Lula dizia: “nunca os ricos ganharam tanto, e nunca os pobres melhoraram tanto seu nível de vida”⁸⁷³. Nota-se que a política de Lula tinha uma tática visível que apontava para os dois extremos sociais: “mantendo uma política ortodoxa que favorecia os mais ricos, ao mesmo tempo que introduzia importantes mudanças em favor dos mais pobres”⁸⁷⁴. Essa característica se tornou o cerne do que Sader chama de “enigma Lula”⁸⁷⁵, um fenômeno que escapava ao entendimento tanto dos setores da chamada *direita*, quanto dos da *esquerda*. Nas palavras de Sader:

Não se pode perder de vista, porém, que esse é um governo híbrido, contraditório, no qual, de um lado, o capital financeiro desempenha um papel essencial e, de outro, é cada vez maior o fomento ao desenvolvimento e às políticas sociais de distribuição de renda, assim como a regulação do Estado e a contenção dos processos de informalização das relações de trabalho⁸⁷⁶.

Cumpramos ressaltar que o MST, por suas convicções ideológicas, não entendia ou não aceitava o fato de o governo fazer política entre os dois extremos, agindo em prol das elites e fomentando políticas sociais relevantes. Para o Movimento, o governo deveria ser “popular”, dos trabalhadores e para os trabalhadores; dos pobres e para os pobres. Assim, era inconcebível que Lula e seu governo criassem políticas que beneficiassem também as chamadas elites. Nota-se que, por parte do Movimento, havia uma visão inflexível e

⁸⁷⁰ SADER, E., *A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal*, p. 138.

⁸⁷¹ No Governo Lula, o acordo em relação à Alca não se efetivou. Lembra-se que a Alca foi um assunto muito debatido no *Jornal Sem Terra*, em especial, nos mandatos do governo FHC. Nota-se que algo tão debatido e inviabilizado no governo Lula não foi objeto de reflexão por parte do MST, que não reconheceu oficialmente essa ação do governo.

⁸⁷² SADER, E., *A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal*, p. 139-140.

⁸⁷³ SILVA, L. I. L. da. *Trecho da fala de Lula*. Eleições 2006.

⁸⁷⁴ NOBRE, M., *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, p. 107.

⁸⁷⁵ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 81.

⁸⁷⁶ SADER, E., *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, p. 89.

engessada do jogo político, como se os meandros da política tivessem que caminhar entre a escolha do *bem* ou do *mal*. Acrescente-se que, por mais que houvesse identificação do PT e de Lula com o MST e com os movimentos sociais de maneira geral, o governo Lula foi composto, desde 2002, a partir de alianças e de grupos heterogêneos, em que interesses distintos estavam em jogo.

No que se refere à questão social, o governo Lula buscou o crescimento econômico associado à distribuição de renda. João Sicsú⁸⁷⁷, José Prata Araújo⁸⁷⁸, Marcio Pochmann⁸⁷⁹, Jorge Mattoso⁸⁸⁰, Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes⁸⁸¹, Paul Singer⁸⁸² são autores que auxiliam a compreender aspectos das políticas sociais do governo Lula. De maneira geral, esses autores consideram relevantes essas políticas, na medida em que contribuíram para a minimização da desigualdade social e para a distribuição de renda no país.

Ao comentar sobre o social no governo Lula, Mattoso enfatiza que as políticas do governo foram “inovadoras e caracterizam um novo período de ampliação da democracia e de massiva inserção de vários milhões de brasileiros na sociedade e no consumo”⁸⁸³. Tais políticas contribuíram significativamente para a redução da pobreza e para o aumento da distribuição de renda. Como exemplo, cita-se o fato de o índice de Gini⁸⁸⁴ do país ter diminuído quanto ao fator distribuição de renda. Este índice mede a distribuição de renda e varia de 0 a 1. Quanto maior for o índice, ou seja, quanto mais perto de 1, a renda é mais concentrada, e quanto mais se distanciar de 1, menor a desigualdade. Ele é calculado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE. O Gini brasileiro caiu de 0,585, em 1995, para 0,501 em 2011⁸⁸⁵.

Obviamente, esse declínio no índice do Gini não significa que as desigualdades sociais e a concentração da renda no país tivessem desaparecido. Houve um processo significativo de distribuição de renda que deve ser valorizado, pois melhorou a vida de milhões de famílias no

⁸⁷⁷ SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013.

⁸⁷⁸ ARAÚJO, José Prata. *Um Retrato do Brasil: balanço do Governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

⁸⁷⁹ POCHMANN, Marcio. Políticas Públicas e Situação Social na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

⁸⁸⁰ MATTOSO, Jorge. Dez Anos Depois... In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

⁸⁸¹ MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Desvendando o Social no Governo Lula: a construção de uma nova base de apoio. In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 143-170.

⁸⁸² SINGER, Paul. Políticas Sociais e Econômicas do Governo Lula. In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 171-178.

⁸⁸³ MATTOSO, J., *Dez Anos Depois...*, p. 115.

⁸⁸⁴ O nome *Gini* é uma referência ao autor do *índice/coeficiente*, o matemático italiano Conrado Gini.

⁸⁸⁵ Ver gráfico detalhado sobre esses dados em: SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?*, p. 61.

Brasil. Contudo, apesar dos avanços, entende-se que as políticas sociais do governo Lula tiveram um viés *compensatório*. O *social* ainda foi inserido em segundo plano diante da *economia* e a renda no país continuou muito concentrada, quiçá na mesma proporção que a estrutura fundiária. Em análise crítica acerca das políticas sociais do governo Lula, Sampaio Jr. observa que, por elas terem um perfil “compensatório”, atuam sobre os efeitos dos problemas e não sobre suas causas, “contentando-se em minorar o sofrimento do povo, dentro, evidentemente, das limitadíssimas possibilidades orçamentárias geradas pelo ajuste fiscal permanente”⁸⁸⁶.

Cabe acrescentar que os Programas Fome Zero e Bolsa Família foram o “carro-chefe” da política social do governo Lula. O Programa Fome Zero era considerado uma “proposta de segurança alimentar para o Brasil”, em que a população com renda abaixo da linha de pobreza⁸⁸⁷ teria atenção prioritária. Estimava-se que o programa atingisse 44.043 milhões de pessoas, envolvendo 9.32 milhões de famílias⁸⁸⁸. Passados alguns meses, o Fome Zero concentrou-se no chamado Bolsa Família.

O Bolsa Família, conforme os órgãos oficiais do governo, foi criado para “combater a miséria” e a “exclusão social”. Um programa derivado da unificação de programas antes constituídos, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Nesse sentido, alguns pesquisadores, como é o caso de Fausto, entendem que o Programa Bolsa Família foi simples “continuidade” de programas anteriormente criados no governo FHC que foram “unificados” pelo governo Lula⁸⁸⁹. Acredita-se que o Bolsa Família não se tratava apenas de uma “unificação” de programas antes constituídos, como defendem alguns autores e críticos do governo Lula, mas sim de um programa mais *consistente, focado e ampliado*, com objetivos definidos e que teve um *impacto real* na vida de milhões de famílias⁸⁹⁰, inclusive, de trabalhadores rurais sem-terra nos acampamentos e assentamentos de

⁸⁸⁶ SAMPAIO JR. P. de A., *Desafio do momento histórico e lições do Governo Lula*, p. 304.

⁸⁸⁷ Sobre o critério de “linha de pobreza”, a equipe do Governo Lula utilizou-se do cálculo do Banco Mundial, cujo valor era de US\$ 1,08 (dólar) por dia, ajustando-se as especificidades regionais de custo de vida.

⁸⁸⁸ MARQUES, R. M; MENDES, Á., *Desvendando o Social no Governo Lula*: a construção de uma nova base de apoio, p. 158.

⁸⁸⁹ FAUSTO, S., *Modernização pela via Democrática*, p. 533-534. Para Fausto, o Bolsa família produziu resultados vantajosos para o Governo. Primeiro porque desempenhou um papel importante na redução da pobreza, em especial, no Nordeste; e segundo porque gerou dividendos eleitorais para Lula, sobretudo, na região nordestina (2012, p. 534). Para os partidos de oposição e alguns analistas políticos, o Bolsa Família se transformou em um instrumento de “clientelismo político”, visão essa que minimiza a relevância de tal programa.

⁸⁹⁰ De acordo com Paul Singer, o Bolsa Família não só contribuiu com a redistribuição de renda e auxílio para as famílias que precisam, mas teve um impacto significativo no desenvolvimento dos mercados locais. Ou seja, focou no combate à pobreza através do desenvolvimento local (2005, p. 177). Ver a pesquisa da professora Rosa Maria Marques, que calculou o impacto econômico do gasto acrescido pelo Bolsa Família sobre comunidades

todo o Brasil. Enfim, entende-se que houve sistematização apurada em volta do programa, não apenas uma mera “continuidade”.

O Bolsa Família não se estabelece como um “direito constituído”, mas sim como um “programa”, “fruto de decisão do Executivo Federal”. Isso quer dizer que as perspectivas para se pensar as políticas sociais no governo Lula não se alteraram em comparação àquelas pensadas anteriormente, com foco “compensatório” e “focalizado”, sem priorizar tais políticas como “direito universal”, independente de governos ou das vontades de parlamentares⁸⁹¹. Ao se destacar o perfil *compensatório* e *focalizado* do programa, não se está negando sua relevância para o país, a intenção é ressaltar a urgência em romper com o paradigma do *compensatório* das políticas sociais e transformá-las em política de Estado, e não de governo.

A crítica à política social do governo Lula se concentra em sua característica *compensatória*, uma vez que não recebeu prioridade de Estado e não alterou a concentração de renda e de patrimônio. Distribuiu-se renda e milhões de famílias conquistaram melhores condições de vida, alterações extremamente louváveis, mas as relações de poder e as estruturas mantenedoras da pobreza e miséria não foram combatidas amplamente com força política e econômica para gerar transformações no modelo econômico gestado. Volta-se ao discurso de Lula na campanha presidencial de 2006 e constata-se uma contradição: nunca se distribuiu tanta renda para as famílias no Brasil, mas, ao mesmo tempo, nunca os grupos econômicos ganharam e acumularam tanta renda e patrimônio. Essa afirmação demonstra a continuidade da lógica de acumulação de renda e patrimônio, logo, conservação de desigualdades sociais.

De acordo com Marques e Mendes, a acumulação brasileira de renda e patrimônio possui uma face “perversa”: “A história da acumulação brasileira indica que ela estabelece uma lógica perversa, de forma que se aprofundam as desigualdades e aumenta a pobreza, mesmo quando a economia cresce”. Os autores compreendem que “pobreza” e “concentração de renda” estão intrinsecamente ligadas; e, para superar esse quadro, é necessário romper com a lógica assistencialista das políticas sociais, transformando-as em direitos básicos e fundamentais de qualquer pessoa. Nesse sentido, “essa mudança de status, além de garantir a continuidade dos programas, retira do assistencialismo seu caráter de moeda política, que reforça a força dos poderosos entre os seguimentos mais carentes da população”. Para tanto,

muito pobres, onde se concentram muitos beneficiários do programa. Nessa pesquisa, constatou-se que o Bolsa Família expandiu e dinamizou os mercados locais. MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 1. MDS, 2005.

⁸⁹¹ MARQUES, R. M.; MENDES, Á., *Desvendando o Social no Governo Lula: a construção de uma nova base de apoio*, p. 160.

Marques e Mendes acreditam que, para superar a pobreza, é preciso mudar as questões relativas à ordem econômica e à política do país, isto é, torna-se necessário enfrentar “os interesses dos beneficiários do processo que historicamente cria e recria a pobreza e a desigualdade”⁸⁹².

Além dos programas de transferência de renda, em especial, do Bolsa Família, outras ações do governo Lula contribuíram sistematicamente para a *melhoria social* de milhões de famílias – aumento sistemático do salário mínimo, reformas microeconômicas em relação ao acesso a crédito e ao sistema bancário de maneira geral, programas de habitação, energia elétrica, dentre outros⁸⁹³. Nessa perspectiva, ressalta-se o *caráter social* do governo Lula, mesmo com suas limitações, fragilidades e vícios. Ao se evidenciar sua característica *híbrida* e *contraditória*, há que se ressaltar o avanço social considerável do mencionado governo.

Os avanços sociais e os programas sociais do governo Lula não foram focos de debates e reflexões nos editoriais do *Jornal Sem Terra*. Raras eram as edições em que esses assuntos eram tidos como fruto de políticas “assistencialistas” do governo, que insistia em não romper com o modelo político econômico que gerava e reproduzia as desigualdades sociais e a concentração de riquezas entre uma minoria de privilegiados. Todavia, as representações sobre o presidente Lula eram *harmonizadas*, não o expunham de modo pejorativo e nem o ridicularizavam, como acontecia com o presidente FHC.

No governo Lula, o MST edificou as representações acerca do presidente a partir do prisma do *bem e mal*. Desse modo, relacionava-o a seus antecessores, sem estabelecer as diferenças, as similitudes, os avanços e os recuos. Isto é, por meio de uma visão *unilateral* e, por vezes, *ingênua* e *romântica* do jogo político. Entende-se que o MST, precisa superar sua concepção maniqueísta da história e dos governos e considerar as aproximações e os distanciamentos para, a partir disso, fazer uma análise crítica e também reconhecer os avanços. A visão do Movimento sobre os presidentes brasileiros tem sido pautada pelo maniqueísmo, na crença de um candidato prístino, puro. As representações sobre os presidentes FHC e Lula evidenciam significativamente essa visão.

⁸⁹² MARQUES, R. M.; MENDES, Á., *Desvendando o Social no Governo Lula: a construção de uma nova base de apoio*, p. 163-165.

⁸⁹³ Ver: SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013; ARAÚJO, José Prata. *Um Retrato do Brasil: balanço do Governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006; BARBOSA, Nelson. *Dez Anos de Política Econômica*. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102; NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

E como foram as representações do MST sobre o presidente Lula no que diz respeito à reforma agrária? Será que o “representante do povo” legitimou o apoio do MST e de demais movimentos sociais sem-terra? Criou assentamentos para famílias e contribuiu para minimizar a concentração fundiária do país? Quais foram as características da política de reforma agrária do governo Lula? O Movimento apoiou essa política? Essas indagações serão pontos de reflexão do próximo tópico.

4.3 Lula: entre a esperança da reforma agrária e a opção pelo agronegócio

Com a eleição de Lula para presidente do Brasil, o sentimento vivenciado por aqueles que o apoiavam e lutavam por reforma agrária, sem dúvida, foi de *esperança*. O MST, por exemplo, foi tomado por esse sentimento e pelos compromissos históricos de Lula com o tema *reforma agrária*. No primeiro tópico desse capítulo, analisou-se a proximidade histórica entre Lula e o MST, os quais, em contextos específicos, compartilhavam ideias semelhantes quanto aos benefícios que a reforma agrária agregaria ao país: geração de renda, produção de alimentos, criação de empregos e ascensão social de milhões de famílias.

Em um parágrafo, Sue Branford resume o clima de esperança e expectativas dos trabalhadores rurais sem-terra em virtude da eleição de Lula:

Os trabalhadores rurais sem-terra acreditaram que finalmente sua hora havia chegado. Milhares de famílias espontaneamente se mudaram para acampamentos provisórios que o MST e outras organizações de sem-terra montaram às pressas à beira de estradas por todo o país. Essas famílias esperavam ser uma das primeiras a se beneficiar quando o amplo programa de reforma agrária, prometido há tanto tempo por Lula, fosse implementado⁸⁹⁴.

A esperança e as expectativas se alicerçavam na figura de Lula e em seus discursos de tempos pretéritos, relativos ao enfrentamento ao latifúndio e à sistematização de um amplo programa de reforma agrária. Com a vitória de Lula e do PT, a Direção Nacional do MST também não se contém e manifesta sua crença de que a tão sonhada reforma agrária estava prestes a se consolidar. No editorial de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, do *Jornal Sem Terra*, enfatiza:

⁸⁹⁴ BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 418.

Agora, com o governo Federal disposto a fazer Reforma Agrária, certamente o latifúndio buscará preservar seus interesses fazendo articulações com os governos estaduais conservadores e com setores do Poder Judiciário que sempre se identificaram com os que monopolizam as terras em nosso país. Por isso, nosso desafio nesta conjuntura que nos é favorável é ainda maior. Precisamos redobrar esforços para aproveitar o entusiasmo da vitória eleitoral, aproveitar as energias do povo que acredita que estamos vivendo uma oportunidade histórica em nosso país, para realmente promover as mudanças tão esperadas⁸⁹⁵.

O MST analisava que a conjuntura política era “favorável” para fazer a reforma agrária, sobretudo, pelo fato de o “governo Federal” demonstrar “disposição” para tal. Era a “oportunidade histórica” almejada pelo Movimento e o presidente conhecia as lutas e demandas dos sem-terra. Porém, mesmo com o entusiasmo da vitória de Lula, o MST alertava que os representantes do “latifúndio” buscariam “preservar” seus privilégios, a partir das articulações com governos estaduais conservadores e o Poder Judiciário. Mesmo evidenciando um pouco de *cautela*, o clima de entusiasmo e esperança contagiava membros da Direção Nacional do MST.

Em agosto de 2003, Stedile destaca, por meio de um discurso entusiasmado, que a eleição de Lula representava o início da “reforma agrária pra valer”: “Eles (os proprietários rurais) perderam as eleições, mas acharam que fosse só um joguinho, que poderiam continuar fazendo o que quiserem para protegerem seus privilégios. E agora eles estão percebendo que a reforma agrária é pra valer”⁸⁹⁶. Nessa direção, meses antes, em entrevista à *Revista PUC VIVA*, Stedile também havia salientado:

Certamente, o que houve agora é uma mudança da correlação de forças. No governo anterior, o governo era aliado do latifúndio, e as forças por reforma agrária, o MST e demais movimentos sociais lutávamos contra o governo e o latifúndio. Agora, num governo eleito para mudar, certamente o latifúndio será combatido também pelo governo⁸⁹⁷.

Na continuidade da entrevista, Stedile enfatiza o papel central dos movimentos sociais para mobilizar os trabalhadores e apresentar suas demandas ao governo eleito. A fala da liderança do MST revela um certo *romantismo* quanto ao governo Lula, como se ele fosse “combater” o latifúndio e seus representantes, fazendo com que a reforma agrária,

⁸⁹⁵ Hora de arregaçar as mangas. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2002 e jan. de 2003, ano XXI, n. 226, p. 2.

⁸⁹⁶ STEDILE, João Pedro. Entrevista. In: *Brazil Network Newsletter*, Londres, agosto de 2003 *apud* BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 418.

⁸⁹⁷ STEDILE, João Pedro. O Governo precisa ter coragem de enfrentar o latifúndio. *Revista PUC Viva*. São Paulo, Ano 5, n. 19, fevereiro a abril de 2003, p. 28.

definitivamente, fosse “pra valer”. Nota-se também que, com Lula, o governo seria de “mudança” e o Movimento o seu aliado. Um gesto importante ocorrido no primeiro ano do governo Lula e que reforçou positivamente a crença de que o presidente desenvolveria um amplo programa de reforma agrária foi o relativo ao fato de Lula ter recebido representantes do MST, em audiência realizada no dia 2 de julho de 2003.

Na capa do *Jornal Sem Terra*, da edição de julho de 2003, dá-se destaque a esse encontro com a seguinte manchete: *Lula diz que Reforma Agrária é prioridade*, logo abaixo da manchete, uma foto do presidente com o boné do MST e segurando uma bola de futebol com logotipos da bandeira do Movimento impressos.

Imagem 71 – *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, p. 1.



Editora responsável: Daniela Stefano

No que diz respeito à referida capa, evidencia-se o salto de qualidade na diagramação e na impressão do periódico, as chamadas de notícias são bem melhor distribuídas e atrativas aos leitores. Ao comentar sobre a audiência nesta capa, o MST observa que o governo Lula prometia “agilizar assentamento de famílias no próximo semestre”⁸⁹⁸. O editorial do jornal foi um dos espaços escolhidos para o comentário sobre o encontro com Lula, no Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula recepcionou os vinte e sete membros da Direção Nacional do MST, acompanhado por ministros e líderes do Congresso Nacional. O MST avaliou “positivamente” a reunião, “pois serviu para o Movimento debater com o governo nossa visão da situação e a necessidade de realmente priorizar a reforma agrária”⁸⁹⁹.

Diferentemente das audiências ocorridas quando FHC era presidente, a reunião não foi organizada com “pautas com reivindicações”, haja vista que o momento era para apresentar “pontos de vista, reflexões, resultados de nossa experiência de luta e do acúmulo dos demais movimentos sociais pastorais em nosso país”⁹⁰⁰. Nessa perspectiva, a audiência não teve um tom de *cobrança*; foi marcada pela proposição de se ampliar os diálogos. Laura Muradi, ao registrar e escrever sobre a audiência no jornal, sublinha que o Movimento visualizava o momento como uma “reunião entre velhos companheiros”: “O clima, como era de se esperar, entre velhos companheiros, foi amigável e descontraído”⁹⁰¹. Ao tratar o presidente como “velho companheiro”, o MST evidencia um laço histórico de companheirismo, de ideais comuns e de respeito à figura do Lula.

Na audiência, os representantes da Direção Nacional do MST conversaram com Lula e sua equipe sobre diversos assuntos, dentre eles: crédito agrícola, educação e estratégias para melhorar a vida dos assentados. Conforme Muradi, Lula fez discurso envolvente e deixou os integrantes do MST esperançosos: “Nosso compromisso é histórico, é ideológico, é programático. A relação será 100% de confiança. Não há tabu. Tem coisa que demora dez dias, um mês ou dois anos, mas nós vamos fazer a reforma agrária nesse país”⁹⁰², dizia Lula. Por enfatizar que a reforma agrária era um compromisso “histórico”, “ideológico” e “programático”, Lula se colocava como um *parceiro* do MST e como quem compartilhava das mesmas aspirações da organização do Movimento.

⁸⁹⁸ *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, p. 1.

⁸⁹⁹ É hora de fortalecer nossa organização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 2.

⁹⁰⁰ É hora de fortalecer nossa organização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 2.

⁹⁰¹ MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8-9.

⁹⁰² SILVA, L. I. L. da. Trecho de sua fala. In: MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8.

Para o MST, ouvir isso de Lula foi crucial, tanto que integrantes da Direção Nacional, após a audiência, se manifestaram com muito entusiasmo e confiança. Gilmar Mauro assinala: “Não temos dúvidas que Lula é um alento e com sua história e com o que prometeu na campanha, vai fazer a reforma agrária”⁹⁰³. Stedile também fala sobre a audiência: “Este encontro serviu para termos certeza de que o governo vai realmente priorizar a reforma agrária no segundo semestre, mobilizando vários ministérios e seus principais assessores. Acho que ele se convenceu de que a reforma agrária será o principal programa para combater a pobreza e enfrentar o desemprego”⁹⁰⁴. Diante das palavras dessas lideranças do MST, percebe-se a crença de que Lula iria “priorizar” a reforma agrária em seu programa de governo e a de que honraria seu compromisso histórico com os trabalhadores sem-terra, a partir do segundo semestre de 2003.

Um gesto que causou muita polêmica e repercutiu em diversas mídias⁹⁰⁵ acerca dessa audiência de Lula com o MST, foi o de o presidente ter colocado em sua cabeça o boné do Movimento, como pode ser observado na *imagem 71*, capa da edição de julho de 2003. Diante desse gesto de Lula, a oposição do governo Lula no Congresso ficou incomodada, supondo que Lula era “insensato”, estava beneficiando o MST e corroborando com as ações de um movimento “sem lei”, como se referiu, Jorge Bornhausen, liderança do PFL na época⁹⁰⁶.

O *espanto* ou *perplexidade* dos opositores do governo não fazia sentido, pois em outras oportunidades, em tempos pretéritos, Lula havia colocado o boné do MST, em especial, nos encontros, congressos, acampamentos e assentamentos visitados por ele, ainda como candidato a presidente⁹⁰⁷. Diante da polêmica criada pelo aludido gesto, Lula se pronuncia e

⁹⁰³ MAURO, G. Trecho de sua fala. In: MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8.

⁹⁰⁴ STEDILE, J. P. Trecho de sua fala. In: MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8.

⁹⁰⁵ A imagem de Lula com o boné do MST foi estampada em diversas mídias impressas e eletrônicas de todo o país, dentre elas, cita-se: Boné do MST abre polêmica entre Lula e oposição. *Folha Online*. São Paulo, 03 jul. 2003. Acessado em: 06 jul. 2004, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50812.shtml>; BORNHAUSEN, Jorge. O Boné da Insensatez. *Folha de São Paulo*. 3 de julho de 2003; BORNHAUSEN, Jorge. Lula coloca boné de movimento sem lei. *Terra*. Disponível em: www.tv.terra.com.br/jornaldoterra. Acesso em: 18/10/2014, às 9h20min; BRAGON, R. Líder de oposição na Câmara diz que quer derrubar Lula por meio de CPI. *Folha Online*. São Paulo, 03 jul. 2003. Acessado em: 06 jul. 2004, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50795.shtml>; SECCO, A. 2003. O boné é apenas um detalhe. *Veja*, 1810:54-55; MASCHIO, J. 2003. Para presidente da CNA, Lula teve atitude “servil” ao MST. *Folha Online*. São Paulo, 02 jul. 2003. Acessado em: 06 jul. 2004, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50792.html>.

⁹⁰⁶ BORNHAUSEN, Jorge. O Boné da Insensatez. *Folha de São Paulo*. 3 de julho de 2003; BORNHAUSEN, Jorge. Lula coloca boné de movimento sem lei. *Terra*. Disponível em: www.tv.terra.com.br/jornaldoterra. Acesso em: 18/10/2014, às 9h20min.

⁹⁰⁷ Sobre o episódio de Lula colocar o boné do MST e as polêmicas geradas por esse ato, cita-se a contribuição valiosa de dois textos que analisam criticamente as repercussões: MELO, Paula Reis. O boné do MST na cabeça presidencial: uma leitura semiótica. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo/RS, vol. VI, n. 2, p.

ênfata: “Já devo ter tirado mais de 200 fotos com o chapéu do MST na cabeça: vou continuar pondo⁹⁰⁸”. A resposta de Lula às críticas e polêmicas criadas pela oposição, sobretudo, por parlamentares ligados ao PSDB e PFL, reforçava sua proximidade histórica com o Movimento e o reconhecimento da legitimidade de suas lutas por reforma agrária. O presidente não fugiu do embate e nem quis abafar o caso, pelo contrário, posicionou-se diante da situação e reforçou seus laços históricos com o MST.

As polêmicas e críticas geradas pelo caso do boné fizeram com que o MST se posicionasse e defendesse o presidente por meio do *Jornal Sem Terra*. No periódico deu-se ênfase à reação de parlamentares e grupos conservadores, caracterizando-as como típicas de “burgueses” que transformaram “o boné do MST na cabeça do presidente no fim do mundo”⁹⁰⁹. Frei Betto, amigo pessoal de Lula e assessor especial do presidente no período, também comenta o caso:

Não é o boné do MST na cabeça do presidente da República que deveria causar tanto ruído, mas a existência do latifúndio num país de dimensões continentais como o Brasil, onde mais de 4 milhões de famílias foram expulsas de suas terras nos últimos 30 anos. Hoje, 1% dos proprietários rurais detém 44% das terras cultiváveis no país. Assim como fomos o último país das três Américas a abolir a escravidão, passaremos à história com o débito de ser o último a realizar a Reforma Agrária⁹¹⁰.

A narrativa de Frei Betto minimiza o tema e chama a atenção para algo mais significativo: a permanência do latifúndio no Brasil. O ato de Lula ou o de qualquer outra pessoa colocar na cabeça um boné de um determinado movimento não deveria causar tanta polêmica, haja vista que, no país, existia (e ainda existe) a expropriação de milhões de famílias de suas propriedades e uma alta concentração da propriedade da terra nas mãos de poucas famílias. Para Betto, tal constatação deveria ser objeto de polêmica, reflexões críticas e indignação de parlamentares e sociedade como um todo. Registre-se que as discussões e críticas geradas foram motivadas muito mais em razão de um *ranço político e ideológico*

87-100, jul./dez. de 2004. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6593>. Acesso em: 18 de outubro de 2014; ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. O presidente e o boné do MST. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-presidente-e-o-bone-do-mst>. Acesso em: 18/10/2014, às 10h38min.

⁹⁰⁸ SILVA, L. I. L. da. Voltarei a usar o boné do MST”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200319.htm>. Acesso em: 18/10/14, às 9h44min.

⁹⁰⁹ É hora de fortalecer nossa organização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 2.

⁹¹⁰ BETTO, Frei. Trecho de sua fala. In: Sociedade exige a reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2003, ano XXII, n. 232, p. 8.

(tanto em relação ao presidente quanto em relação ao MST) do que em razão de estarem associadas a algo relevante, que colocaria em risco a credibilidade e os rumos do país.

De toda forma, a mencionada audiência e o gesto do presidente alimentavam a esperança do MST no sentido de criarem expectativa de se realizar um “amplo” e “massivo” processo de reforma agrária no Brasil. E Lula, em seus primeiros meses na Presidência da República, contribuía para isso, conforme se pode verificar em sua declaração no *Fórum Social Mundial*, realizado entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, em Porto Alegre/RS: “Eu continuo com o meu sonho de fazer a reforma agrária neste país”⁹¹¹. Ao afirmar que “continuava” com o “sonho” de realizar a reforma agrária no Brasil, Lula mantém a esperança daqueles que acreditaram nele como o único presidente que poderia fazer tal feito; a Direção Nacional do Movimento tinha a mesma convicção, como se demonstrou anteriormente nas considerações de Mauro e Stedile, após audiência do MST com o presidente Lula.

Em outro momento, Mauro também reafirma a crença, a esperança que se erigiu com a eleição de Lula: “Estou convencido de que podemos avançar, no governo Lula, com a reforma agrária, mas uma reforma agrária e um modelo agrícola que apontem para um outro paradigma de produção de alimentos”⁹¹². Para os integrantes do MST, a esperança estava pautada muito mais na figura do presidente do que numa reflexão mais densa sobre o jogo político e sobre os grupos que compunham o Congresso Nacional. Assim, havia, de certa forma, a *personificação* de Lula como um *salvador da pátria*, ou melhor, um *herói* para os sem-terra, pois ele era o único político com condições para fazer a reforma agrária *ampla*, *massiva* e para alterar o modelo agrícola brasileiro, fundamentado na monocultura para exportação.

É significativa a visão de pesquisadores no momento em que Lula toma posse da Presidência. Seus textos acenam também para o clima de *esperança*, em que dias melhores viriam para a reforma agrária. Fernandes foi um desses autores, com seu texto *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*. Conforme ele, era preciso ter “otimismo” e “esperança”, pois Lula e sua equipe superariam alguns desafios para efetivamente realizarem a reforma agrária. A primeira superação era pensar a reforma agrária como uma “política de desenvolvimento territorial”, que implicava “desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de história do Brasil”. No seu entendimento, os

⁹¹¹ SILVA, L. I. L. da. Trecho de sua fala. In: *Zero Hora*, Porto Alegre/RS, 23/01/2003, p. 8.

⁹¹² MAURO, G., *O significado da Reforma Agrária para os movimentos sociais*, p. 361-362.

governos anteriores conceberam a reforma agrária como uma “política compensatória”⁹¹³, com atuações pontuais e atendendo a pressões dos trabalhadores.

Embora com “esperança”, Fernandes reflete sobre as mudanças ocorridas no programa político de Lula em torno da reforma agrária, no período de 1989 a 2002. As mais notáveis são as seguintes: não prever a quantidade de famílias assentadas; não mencionar a estrutura fundiária concentrada e nem fazer críticas ao sistema latifundista. Quando eleito, o discurso do presidente era ameno e conciliador e visava a um projeto desenvolvimentista, pautado em dois objetivos principais: “a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infra-estrutura, educação, capacitação técnica e comercialização”⁹¹⁴.

A esperança e otimismo de muitos estudiosos da área, de movimentos sociais e de simpatizantes da luta pela terra se justificavam, em grande parte, pelo compromisso histórico não só de Lula com a reforma agrária, mas também do PT. Contudo, como já apontado nesse capítulo, Lula e PT haviam alterado algumas de suas concepções políticas e ideológicas. Como exemplo, cita-se a *essência* dos Programas Agrários do PT em 1989, 1994 e 2002. Em 1989, estabelecia-se que a reforma agrária era “indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática”, e objetivava-se “romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira”⁹¹⁵. Isto é, o foco estava na desapropriação de terras e na desconcentração da estrutura fundiária.

Wilson Cano, professor do curso de Economia da Unicamp e coordenador do Grupo de Compatibilização do Programa do PT, no ano de 1994, em texto da *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, torna público alguns pontos centrais do programa agrário do PT. Segundo Cano, a reforma agrária para o partido não era “peça isolada”, pois estava inserida num tripé, junto com a política agrícola e com a segurança alimentar. Nesse sentido, era elemento importante no programa de desenvolvimento econômico. A reforma agrária era uma “meta básica” do programa de governo do PT, como uma espécie de “viga mestra”, e não apenas um meio de produzir alimentos a custos baratos. Era um “dos pilares básicos da geração de empregos, sem o qual não daremos passos avantajados na direção do resgate da nossa dívida social e do nosso compromisso de nação soberana, na retomada do processo de desenvolvimento econômico”. Em 1994, o programa do PT para reforma agrária

⁹¹³ FERNANDES, B. M., *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*, p. 5.

⁹¹⁴ FERNANDES, B. M., *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*, p. 5.

⁹¹⁵ *Programa Agrário do PT, 1989, apud STEDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946-2003)*, p.181.

baseava-se na tentativa de “homogeneizar a estrutura fundiária”, ou seja, modificar o panorama da concentração de terras⁹¹⁶. Assim, esperava-se assentar 800.000 famílias em quatro anos de governo.

Em 2002, o programa de reforma agrária do PT mostrou-se bem mais “conciliador”, não apresentou a concentração da estrutura fundiária e nem criticou o sistema monocultor no país⁹¹⁷. De acordo com Solange I. Engelmann e Aldo Duran Gil, o programa agrário petista, em 2002, passou a considerar a reforma agrária como uma “política para o desenvolvimento rural, baseada em desapropriação de terras improdutivas; conciliada a produção de alimentos para combate à pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infra-estrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas”⁹¹⁸. No início do século XXI, observam-se mudanças significativas na forma de o PT e de Lula conceberem a reforma agrária, sobretudo, no que se relaciona ao fato de não assumirem o compromisso de enfrentamento ao latifúndio.

Meses antes da eleição presidencial de 2002, ao ser entrevistado por Álvaro Pereira, Lula dava indícios de que seu programa de reforma agrária não enfrentaria o sistema latifundista. Nessa entrevista, o então candidato à presidência foi muito cauteloso ao falar em reforma agrária e em política agrícola. Ele não queria se indispor nem causar problemas com movimentos ou grupos específicos. Seu discurso seguiu o caminho de que a agricultura familiar ou agricultura camponesa poderia se “complementar” com a agricultura empresarial. Isto é, os dois seguimentos eram importantes para o país. Assim, pondera:

Eu sou provavelmente a única pessoa neste país em condições de promover uma reforma agrária sem mortes e sem a ocupação ilegal de terras no campo. Porque a reforma agrária tem que ser feita em torno de uma mesa, a partir da ampla negociação entre trabalhadores, fazendeiros e governos. Temos 90 milhões de hectares de terras improdutivas, ociosas, que poderiam ser ocupadas tranquilamente, sem bagunça, por parte daqueles que querem trabalhar e produzir⁹¹⁹.

É perceptível na fala de Lula sua posição no sentido de evitar o *enfrentamento* e de demonstrar um discurso *conciliador*. Para ele, era possível efetivar uma reforma agrária negociada, em gabinete. Ao se colocar como único candidato capaz de fazer a reforma agrária

⁹¹⁶ CANO, Wilson. *PT – Partido dos Trabalhadores. Reforma Agrária: programas partidários*, p. 16-17.

⁹¹⁷ Ver o programa agrário do PT da eleição de 2002 em: Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT 2002 – Programa Vida Digna no Campo. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária (1946-2003)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 211-232.

⁹¹⁸ ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D., *A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST*, p. 5.

⁹¹⁹ SILVA, L. I. L. da., *Entrevista*, p. 78.

no Brasil, Lula evidencia que não queria “bagunça”, ou seja, ocupações de terras, manifestações. Essa fala remete à fase do “Lula paz e amor”, fase muito distinta daquela em que ele havia dito que faria a reforma agrária com “uma canetada”⁹²⁰. Na entrevista, Lula não menciona que as ocupações de terras eram visualizadas pelos movimentos sociais como uma única forma de fazer pressão e de chamar a atenção do governo e da sociedade para o problema agrário. Não se trata de “bagunça”, mas sim de uma *ação política*. E mais, grande parte de desapropriações de terras e de construção de assentamentos foi realizada a partir de ações e denúncias dos sem-terra. Caso contrário, elas não se efetivariam.

O *não enfrentamento* ao latifúndio e o *tom conciliador* revelado por Lula e pelo PT se chocavam com as concepções ideológicas do MST. Para o Movimento, o ideal marxista-leninista de enfrentamento ao sistema capitalista era algo preponderante, haja vista que, para se chegar à *sociedade socialista*, seria necessário combater e romper com as cercas do latifúndio. Não havia possibilidade de conciliação entre o sistema monocultor e a pequena agricultura. Todavia, as mudanças nos programas agrários de Lula e do PT não eram objetos de reflexão do MST, a importância estava na defesa de Lula à reforma agrária, mesmo de uma forma genérica e imprecisa. Havia, então, a *personificação* da reforma agrária no nome de Lula, em sua figura política idealizada da década de 1980.

Nessa perspectiva, até meados do segundo mandato de Lula, mesmo com críticas face às políticas para o campo, adotadas pelo governo, o Movimento construía representações que sinalizavam que o presidente poderia mudar o cenário alusivo à reforma agrária. No editorial de setembro de 2003, o MST destaca: *É preciso agilizar a reforma agrária*. Chamava-se a atenção dos movimentos sociais sobre a necessidade de se “pressionar” o governo para que ele apresentasse “um plano de reforma agrária que realmente promova a democratização da terra em nosso país, potencializando-a como um dos principais instrumentos para criação de empregos, distribuição de renda e promoção da justiça social”⁹²¹. Essa “pressão” também foi representada na charge que acompanha o editorial, de autoria de Baraldi.

⁹²⁰ Lula visita assentamento no Pontal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 1994, ano XIII, n. 138, p. 7.

⁹²¹ É preciso agilizar a reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 2.

Imagem 72 – É preciso agilizar a reforma agrária



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 2.

O cenário de fundo na charge é bonito, com destaque para o sol radiante e em formato de flor, nuvens, pássaros voando e uma propriedade rural com ramos de matos e flores⁹²². Por meio desse cenário, é possível imaginar a representação de um assentamento idealizado pelo MST que, além de ser o lugar de se produzir e viver, necessita ser belo⁹²³, florido e aconchegante, em contraposição à *frieza* e ao *vazio* das grandes propriedades monocultoras. O trator no centro da imagem retrata a sua relevância no contexto rural para o preparo da terra e plantio. O nome estampado no trator é “Reforma Agrária” e o seu condutor, o presidente Lula. A imagem de Lula, conduzindo o *trator da reforma agrária*, indicia tensão: a máquina que ele dirige é muito lenta. O clima de tensão é enfatizado pela presença, atrás do trator, de trabalhadores rurais sem-terra que empurram o veículo e dizem: “mais rápido, cumpadre!”

A fala dos trabalhadores referindo-se a Lula como “cumpadre”, uma forma coloquial, expressa a proximidade existente entre o MST e o presidente, como se ele fosse uma pessoa íntima e familiar à organização. Contudo, as expressões faciais sugerindo a *insatisfação* dos trabalhadores sem-terra contrastam com essa proximidade e intimidade. A charge representa que a realização da reforma agrária precisava *andar* no governo Lula e que a criação dos assentamentos rurais dependia da *aceleração* do presidente. Isto é, Lula era personificado como figura central para a agilizar o processo de reforma agrária no país, como se suas ações

⁹²² Pelo fato de a imagem ter sido impressa em preto e branco, a visualização de alguns detalhes ficou prejudicada

⁹²³ Sobre os aspectos e valores que um assentamento deve criar, segundo a visão do MST, ver: MST – Caderno do Educando – Pra Soletrar a Liberdade Nº 1. *Nossos Valores*. Veranópolis – RS, junho de 2000; MST- Caderno de Formação Nº 26. *A vez dos Valores*. São Paulo, janeiro de 1998; MST - Caderno do Educando – Pra Soletrar a Liberdade Nº 2. 2ª Ed. *Somos Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003.

não tivessem limites no jogo político que envolvia as alianças de seu governo e o próprio Congresso Nacional.

Uma das ações apoiadas e divulgadas pelo MST, visando à aceleração da reforma agrária no Brasil relacionava-se à elaboração e à execução de um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por parte do governo Lula. No editorial de junho de 2003, o Movimento aponta que esse Plano seria fundamental para se “avançar rumo a um processo de reforma agrária verdadeiro”. E mais:

Todos os movimentos sociais do campo já se manifestaram ao governo Lula que é fundamental que se elabore um Plano Nacional de Reforma Agrária. Um plano que expresse claramente os compromissos e as características das mudanças na propriedade da terra e na reorganização da agricultura brasileira, que fixe as metas de assentamento, estabeleça as necessidades de recursos públicos e que norteie as ações de todos órgãos públicos relacionados com a reforma agrária. Pois é urgente que se inicie logo a elaboração desse plano. Quanto mais esperar para elaborar este Plano, mais insatisfação e insegurança se criará no campo⁹²⁴.

O MST visualizava, a partir da elaboração do PNRA do governo Lula, pontos *ambiciosos*: “mudanças na propriedade da terra” e “reorganização da agricultura brasileira”. O Movimento imaginava um plano com potencial para diminuir a concentração de terras e alterar o predomínio das grandes monoculturas voltadas para a exportação, a partir da produção diversificada das pequenas e médias propriedades, responsáveis diretas pelo abastecimento do mercado interno. Mais que isso, o Plano também se caracterizava como fundamental para acabar com as tensões e lutas no campo.

No primeiro ano da gestão do governo Lula, por meio do MDA, uma equipe técnica coordenada por Plínio de Arruda Sampaio foi convidada a elaborar o PNRA e apresentá-lo ao governo. Essa equipe foi composta por relevantes pesquisadores na área da questão agrária brasileira. São eles: Arioaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Fernando Gaiger da Silveira, Guilherme da Costa Delgado, José Juliano de Carvalho Filho, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Pedro Ramos e Sérgio Pereira Leite. Contou-se também com a participação de funcionários do INCRA e de movimentos sociais.

O Plano elaborado pela equipe de Sampaio estabelecia a aquisição de terras por meio de desapropriação, regularização, permuta, compra e venda, e tinha como meta assentar um

⁹²⁴ Por um Plano Nacional de Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2003, ano XXI, n. 230, p. 2.

milhão de famílias entre os anos de 2004 e 2007⁹²⁵. Durante sua elaboração, o MST se manifestou amplamente favorável ao Plano, pois se esse não “resolvesse” a questão da reforma agrária, ao menos “avançaria” na desapropriação de terras e na construção de assentamentos⁹²⁶. De acordo com Sampaio e José Juliano de Carvalho Filho, o trabalho de elaboração do PNRA teve como objetivo deflagrar “o tão necessário processo de transformação no latifúndio e ao avanço do agronegócio”, visando à redução do “grau de concentração da terra, incorporando à sociedade parcela significativa da população excluída ou em vias de exclusão”⁹²⁷.

Para Plínio e sua equipe, os gastos para executar o Plano eram “perfeitamente viáveis”⁹²⁸. Ao ser entrevistado por Sue Brandford, em julho de 2004, Sampaio entendia que o plano era “razoável”: “Eu achava que o nosso programa era bastante razoável, mas ele assustava muita gente”⁹²⁹. Destaque-se que o PNRA, mesmo não prevendo abalar a estrutura fundiária do país, foi *rejeitado* pelo governo Lula. A proposta aceita foi a do *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*, elaborado pela equipe do então ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto. Esse plano objetivava assentar 400 mil famílias, entre os anos de 2003 e 2006; financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias⁹³⁰. Pelas metas, como se pode observar, o plano dava prioridade à “regularização fundiária”, que era, para o governo, considerada um ato de reforma agrária, mas não para o MST.

Na visão de Sampaio, articulador da proposta original do “II PNRA”, faltou “vontade política” de Lula e de sua cúpula para implementar o Plano proposto: “O presidente poderia ter implementado o plano com decretos presidenciais. O processo poderia ser facilitado com mudanças de uma ou duas leis, mas isso não era necessário”⁹³¹. Nessa direção, Sampaio compreendia que a reforma agrária era (e é) uma questão fundamentalmente política. “Reforma agrária não é um problema técnico, não é um problema agrônômico, não se trata de uma busca produtivista”. Lula tinha apoio popular para colocar a reforma agrária na ordem do

⁹²⁵ Ver proposta original do PNRA apresentada pela equipe de Sampaio ao Governo Lula em: Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 32, nº 1, p. 108-186, ago./dez. de 2005.

⁹²⁶ MAURO, G., *O significado da Reforma Agrária para os movimentos sociais*, p. 357.

⁹²⁷ SAMPAIO, P. A.; CARVALHO FILHO, J. J., *Editorial*, p. 7.

⁹²⁸ SAMPAIO, P. A.; CARVALHO FILHO, J. J., *Editorial*, p. 7.

⁹²⁹ SAMPAIO, Plínio de Arruda. Entrevista concedida a Sue Branford, em São Paulo, 16 de julho de 2004 *apud* BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 421.

⁹³⁰ Ver: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, s/d.

⁹³¹ SAMPAIO, Plínio de Arruda. Entrevista concedida a Sue Branford, em São Paulo, 16 de julho de 2004 *apud* BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 421.

dia e angariar apoio urbano e, segundo Sampaio, não fez essa opção porque a reforma agrária não era mais assunto prioritário em seu programa de governo⁹³².

Para Sampaio e Carvalho Filho, o II PNRA original foi “mutilado” pelo governo, transformado em um mero plano de assentamentos rurais. Deixou de ser “estrutural” para ser “compensatório”⁹³³, e, mesmo assim, não foi executado em sua plenitude de metas e não obteve sucesso⁹³⁴. A *reprovação* do II PNRA, elaborado por Sampaio e sua equipe, já evidenciava as tensões e os caminhos que o governo Lula iria trilhar face à reforma agrária. Porém, essa ação/rejeição do governo não era esperada pelo MST e por outros movimentos sociais do campo, que apoiavam o Plano e tinham esperanças no avanço da reforma agrária.

Outra ação do governo Lula que sinalizava para o *não enfrentamento* ao latifúndio e aos ruralistas, também ocorrida em seu primeiro ano de governo, é a relativa à substituição do representante de movimentos sociais no INCRA. Com a vitória de Lula, os movimentos sociais do campo participaram da indicação de nomes para cargos do “segundo escalão” do governo. O MST e a CPT tiveram forte influência na indicação de nomes para o INCRA, inclusive na do nome de Marcelo Resende para presidente, que, na época, trabalhava no Instituto de Terras do estado de Minas Gerais, na gestão do governador Itamar Franco.

Durante os oito primeiros meses do governo Lula, concomitante com a elaboração do II PNRA, Marcelo Resende, à frente do INCRA, desenvolveu um conjunto de políticas para atender os assentados que viviam em condições precárias sem, por exemplo, assistência técnica e educação. Resende também tratou os conflitos agrários como um problema a ser resolvido com uma política de reforma agrária, assim, buscou solucionar os conflitos por meio do diálogo e traçou alternativas políticas para assentar famílias e melhorar as condições das que já tinham seu pedaço de chão. A postura de Resende incomodou grupos ruralistas e “o alto escalão do PT pressionou Lula para que o presidente do INCRA fosse substituído”⁹³⁵.

A substituição de Marcelo Resende, com o aval de Lula, também foi uma pista de que o governo não iria encarar a reforma agrária como uma prioridade para o desenvolvimento nacional. Todavia, o Movimento havia estabelecido uma relação de confiança com o “presidente do povo” e acreditava que ele cumpriria seu compromisso histórico de fazer a reforma agrária no Brasil. O título do editorial de novembro de 2003 é *Governo assume compromisso de acelerar a reforma agrária em 2004*. Nesse editorial, o Movimento faz

⁹³² SAMPAIO, P. de A., *A Reforma Agrária que nós esperamos do Governo Lula*, p. 332.

⁹³³ SAMPAIO, P. A.; CARVALHO FILHO, J. J., *Editorial*, p. 8.

⁹³⁴ Conforme Fernandes, em seus dois mandatos, Lula conseguiu alcançar em 37% a meta que o próprio governo estabeleceu (2013, p. 195).

⁹³⁵ FERNANDES, B. M., *Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula*, p. 287-288.

críticas às ações do governo, considera-o “moroso” e sem “efetividade”⁹³⁶, mas o fato de Lula e sua equipe terem participado de uma Conferência organizada pelo MST e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Brasília, no dia 21 de novembro de 2003, fez com que a *chama da esperança* se acendesse novamente na organização do Movimento:

A simbologia da visita do Presidente da República representou o compromisso formal do governo em realmente priorizar a Reforma Agrária para 2004, reafirmando que é uma questão de honra e que não faltarão recursos para sua implementação. Colocou-se como um verdadeiro militante da causa⁹³⁷.

A representação do presidente, pelo MST, pautava-se pelo quesito “honra” e pelo “compromisso histórico” de Lula com a reforma agrária, desde a década de 1980. Nesse editorial, o presidente é representado como “um verdadeiro militante da causa” dos sem-terra. Obviamente que, em um evento dos sem-terra, Lula não iria se colocar contrário às suas lutas, ele tinha uma extraordinária retórica para *cativar* os sem-terra e nunca disse que não faria a reforma agrária. O seu discurso era sempre positivo, pedia calma aos trabalhadores, pois faria uma reforma agrária *cautelosa* e *cuidadosa*. No início de seu primeiro mandato, o governo Lula era “evasivo” quanto à reforma agrária, com o argumento de que era preciso “colocar a casa em ordem antes de poder implementá-la”⁹³⁸.

Em 2004, Branford entrevista Miguel Rosseto, ministro do MDA, que afirmou: “O presidente Lula está totalmente comprometido com a causa dos sem-terra” [...] “Ele vai encontrar de algum modo os recursos necessários. O programa precisou ser modificado não por ser custoso demais, mas não por ser realista, considerando a atual correlação de forças sociais, econômicas e políticas”⁹³⁹. A fala de Rosseto é típica de alguém que estava no governo e precisava passar uma imagem de comprometimento acerca dos governantes. Ao dizer que Lula estava “totalmente comprometido com os sem-terra”, mostra-se um pouco *exagerado*, pois, passados um ano e meio de governo, havia poucas evidências de que a reforma agrária seria tratada como questão prioritária. O Ministro ainda cita que o PNRA,

⁹³⁶ Governo assume compromisso de acelerar a reforma agrária em 2004. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2003, ano XXII, n. 235, p. 2.

⁹³⁷ Governo assume compromisso de acelerar a reforma agrária em 2004. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2003, ano XXII, n. 235, p. 2.

⁹³⁸ BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 418.

⁹³⁹ ROSSETO, Miguel. Entrevista concedida a Sue Branford, Brasília, 14 de julho de 2014 *apud* BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 423.

elaborado por Sampaio e sua equipe, não era “realista”, considerando a correlação de forças. Entende-se que esse argumento não tinha sentido, posto que havia um contexto em que a correlação de forças era favorável com a eleição de Lula. O presidente conquistou amplo apoio popular, e suas medidas seriam respaldadas por isso. Acredita-se que o PNRA poderia não ser “realista” para algumas alianças petistas; e para os interesses da bancada ruralista no governo.

Diante da não aprovação do PNRA original, o MST jogava o jogo do governo, no sentido de exigir o cumprimento das metas que o próprio governo estabeleceu. E suas esperanças ainda continuavam fixadas na figura de Lula e do PT, como pode ser observado no editorial de março de 2004 do *Jornal Sem Terra*: “Mas isso tudo não deve nos desanimar. Nós temos o compromisso histórico do PT e do governo Lula de que a reforma agrária seria prioritária. Agora temos o compromisso por escrito de assentar 400 mil famílias nestes três anos que restam”. A crença no governo Lula era latente, o Movimento entendia que ele deveria ter “consciência de que, sem uma reforma agrária ampla e prioritária, não poderia atacar o maior dos problemas do Brasil: o desemprego e a miséria no meio rural”⁹⁴⁰. O Movimento, ao efetuar a representação do PT e de Lula, continuava se amparando nos discursos e apoios de Lula advindos da década de 1980. Assim, não refletia criticamente sobre as forças que compunham o jogo político. Havia críticas a algumas ações do governo, mas elas eram genéricas e não expunham pejorativamente o presidente Lula.

Ao final de cada ano, costumeiramente, o *Jornal Sem Terra* fazia os balanços das suas ações e das do governo. Nos editoriais, em relação à reforma agrária, permeavam cobranças relativas aos compromissos do governo Lula para com os trabalhadores rurais sem-terra. Nas concepções do MST, a reforma agrária no país caminhava lentamente, a passos de tartaruga, como está representado na charge do editorial de dezembro de 2004 e janeiro de 2005.

⁹⁴⁰ É preciso mudanças já, mas elas só virão com mobilização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2004, ano XXII, n. 238, p. 2.

Imagem 73 – Reforma Agrária tartaruga



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2004 e jan. de 2005, ano XXIII, n. 247, p. 2.

A charge é de autoria de Baraldi, e foi publicada no editorial intitulado *2005: um ano de mudanças*. O próprio título do editorial se refere às expectativas do MST de que o ano de 2005 seria de *mudanças*; e, no mínimo, diferente dos dois primeiros anos de governo Lula que haviam se passado no. O cenário da charge é uma estrada, semelhante a uma pista de corridas de automóveis, como se pode perceber pela indicação *linha de chegada* e pela faixa estampada com o número “2005”. No fundo, uma paisagem bonita, com montanhas, flores, pássaros voando, nuvens e um sol radiante no canto superior esquerdo. O “carro de corridas” é representado, de forma inusitada e bem humorada, por uma *tartaruga* que traz em seu casco a seguinte expressão: “reforma agrária”. Atrás da tartaruga, há três trabalhadores rurais sem-terra empurrando-a e dizendo: “mais rápido, mais rápido!”. Essa charge é semelhante à da *imagem 72*, em que os trabalhadores empurram o *trator da reforma agrária* conduzido por Lula e solicitam que ele ande “mais rápido. Na imagem agora analisada, os trabalhadores empurram a *tartaruga da reforma agrária*, sugerindo que ela se apresse.

Fator interessante para reflexão na charge é o semblante da tartaruga: ela parece bastante feliz. Outro dado que chama a atenção é o relativo à ação, efetuada pela tartaruga, de colocar a *língua para fora*. Essa ação é semelhante à de Lula nas representações em charges produzidas por Baraldi. A língua para fora contribui para o tom de humor e suaviza a imagem.

Além disso, as charges fazem crítica política pelo fato de o governo Lula estar *devagar* em relação à reforma agrária, aos processos de desapropriação de terras e construção de assentamentos. Na charge referente à *imagem 73*, a reforma agrária caminha a *passos de*

tartaruga. Observa-se que nessa imagem não se registra Lula no rosto da tartaruga, um fator importante por evidenciar o respeito e a não exposição da figura do presidente ao ridículo. Sublinhe-se que, se a referência fosse ao presidente FHC, talvez, houvesse, no rosto da tartaruga, imagem sinalizando para a representação de FHC, no sentido de ridicularizá-lo, como se percebeu, ao se analisar o período referente aos seus governos. Chamam também atenção, na charge do editorial de dezembro de 2004 e janeiro de 2005, as *rodas* no lugar dos pés da tartaruga, o que demonstra que seria possível à *tartaruga reforma agrária* agir com mais desenvoltura e caminhar mais rápido.

Analisa-se que, no editorial, o MST destaca que a reforma agrária estava *lenta* devido a três principais razões:

Primeiro: o Estado brasileiro está organizado para ajudar os ricos e o poder econômico. Mesmo quando o Governo toma decisão de ajudar os pobres, o Estado não consegue chegar até eles. Em segundo lugar, a ofensiva ideológica que os setores conservadores do agronegócio fizeram contra a reforma agrária. O agronegócio quer expandir economicamente sobre o latifúndio improdutivo e, para isso, precisa impedir a reforma agrária. Felizmente, a verdade começa a aparecer e o fôlego do agronegócio diminui. Para completar, a política econômica do governo prioriza e estimula apenas o superávit primário, as altas taxas de juros e as exportações. Com isso, concentra renda, estimula apenas o mercado externo e não gera emprego⁹⁴¹.

Na concepção do Movimento, a reforma agrária estava a *passos de tartaruga* devido à estrutura do próprio Estado brasileiro e às opções da política macroeconômica do governo Lula. Assim, prevaleciam os interesses dos “ricos” e, no campo do “agronegócio”. O MST considerava o governo conservador, entretanto, não o combatia por meio do discurso, tal como fazia com governos anteriores. Pelo contrário, o Movimento, nesse mesmo editorial, exime Lula e sua equipe do conservadorismo e da lentidão da reforma agrária: “Temos consciência de que não se trata de falta de vontade política do presidente e de sua equipe⁹⁴²”. Desse modo, havia evidente tentativa de não expor Lula e não associá-lo como responsável direto pelo fato de a reforma agrária não caminhar de forma acelerada. Aliás, sentimentos de esperança e otimismo no “presidente do povo” permaneciam e era preciso auxiliá-lo na missão histórica de fazer a reforma agrária andar a passos rápidos.

A análise de diversos editoriais do *Jornal Sem Terra* permitiu observar que, até o ano de 2007, o MST tecia críticas ao “governo Federal”, sobretudo, em relação às ações relativas

⁹⁴¹ 2005: um ano de mudanças. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2004 e jan. de 2005, ano XXIII, n. 247, p. 2.

⁹⁴² 2005: um ano de mudanças. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 2004 e jan. de 2005, ano XXIII, n. 247, p. 2.

à reforma agrária e à política econômica do país. Todavia, os discursos eram *brandos* e as representações sobre Lula não o expunham pejorativamente. As representações levavam à compreensão, por parte do MST, de que havia *compromissos históricos* entre Lula, os sem-terra e reforma agrária, assim, elas definiam que *cobrar* o presidente era necessário e legítimo.

No transcorrer da Marcha Nacional do MST, em Brasília, no dia 17 de maio de 2005, o MST teve mais uma audiência com o presidente Lula. Nessa audiência participaram os integrantes da Direção Nacional do Movimento, representantes de entidades (UNE, CUT, Conselho de Religiosos do Brasil, Movimento dos Direitos Humanos) e representantes do governo, dentre eles: Miguel Rosseto, ministro do Desenvolvimento Agrário, e o presidente do INCRA, Rolf Hackbart. Nessa ocasião, novamente, Lula coloca o boné do MST. Contudo, isso não gera a mesma polêmica como da primeira vez, em 2003. E, mais uma vez, o Movimento demonstra confiança no governo Lula, em especial, porque Lula e seu governo haviam “acordado” com a organização do Movimento sete pontos a serem desenvolvidos e priorizados, sendo eles: “cumprimento das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 2005”; “revisão dos índices de produtividade”; “reestruturação e fortalecimento do Incra”; “priorizar, na seleção para os assentamentos, observadas as demais condições legais, os trabalhadores em acampamentos mais antigos”; “assegurar uma cesta básica mensal para todas as famílias acampadas”; “descontingenciar os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA”; “mais qualidade para os assentamentos – acesso ao crédito pelos assentados”⁹⁴³.

Após essa audiência, o Movimento passa a cobrar o “acordado” com o governo, e os editoriais refletem a *impaciência* com o tratamento dado à reforma agrária. No editorial de julho de 2005, o MST enfatiza:

[...] estamos esperando que o Governo faça a sua parte e cumpra os setes compromissos que assinou conosco na chegada da Marcha a Brasília. Das responsabilidades assumidas, houve avanços na distribuição de cesta básica às famílias acampadas, nas novas linhas de crédito para assentados e assentadas e na contratação de servidores do Incra. Entretanto, no fundamental, a reforma agrária continua parada. O Governo não cumpriu sua meta de assentamento. O Governo não liberou os recursos contingenciados e não editou a nova portaria dos índices de produtividade para efeito de desapropriação⁹⁴⁴.

⁹⁴³ A reforma agrária na pauta do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2005, ano XXIII, n. 251, p. 11.

⁹⁴⁴ Contra o modelo neoliberal e a política econômica. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2005, ano XXIII, n. 253, p. 2.

O tom do editorial é de *cobrança* ao governo Lula, contudo, o Movimento reconhece alguns “avanços” nas ações do governo. O “fundamental” estava na paralisação da “reforma agrária”. O editorial analisado indica que a reforma agrária estava parada devido ao “modelo neoliberal” vigente no país e à “política econômica” desenvolvida pelo governo. Nesse sentido, a orientação era lutar contra esse modelo e contra a política econômica, mas não contra o governo do presidente Lula. A charge que acompanha o editorial, de autoria de Baraldi, representa a *impaciência* e a *insatisfação* do Movimento com relação à lentidão do governo Lula em construir assentamentos.

Imagem 74 – Enche o “tanque” da reforma agrária⁹⁴⁵



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2005, ano XXIII, n. 253, p. 2.

Um caminhão de porte pequeno está estacionado para abastecimento. Nele, estão quatro trabalhadores rurais sem-terra: um conduzindo o veículo (um homem) e três na carroceria (um homem, uma mulher e um jovem). Na carroceria do caminhão, o seguinte dizer: “Reforma Agrária”. O frentista, responsável pelo abastecimento, é o presidente Lula. Com a bomba de abastecimento na mão, Lula apresenta-se tenso e envergonhado – na bomba do “superávit primário” parece não haver combustível para o *caminhão da reforma agrária*. As expressões faciais dos quatro trabalhos rurais evidenciam descontentamento com a situação. Eles cobram ação do presidente: “Enche o tanque ou esse troço não anda”, diz o condutor do caminhão a Lula.

⁹⁴⁵ A imagem está um pouco *fosca*, o que prejudica sua visualização. Todavia, ela foi impressa no *Jornal Sem Terra* desta forma.

A charge apresenta o contexto vivenciado pelo MST. O Movimento apoiou Lula durante toda a trajetória política e sempre enfatizou que o petista era o “único” presidente com perspectivas para realizar uma reforma agrária “ampla” e “massiva”; entretanto, na gestão do presidente, não se visualizavam muitos resultados quanto à desapropriação de terras e à edificação de assentamentos. Nesse editorial, o Movimento salienta que o governo Lula estava “em dívida com o MST, com as famílias acampadas e com a sociedade brasileira, que espera que ele realize, verdadeiramente, a reforma agrária”⁹⁴⁶.

O editorial de setembro de 2005 estampa em seu título: *Compromissos precisam ser honrados*. O título faz alusão aos sete pontos “acordados” entre MST e o governo Lula, em audiência, no final da Marcha Nacional. A charge desse editorial também tem um tom de cobrança. Para o MST, Lula estava “em dívida”⁹⁴⁷ com os sem-terra.

Imagem 75 – Compromissos precisam ser honrados



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2005, ano XIV, n. 255, p. 2.

A charge, de autoria de Baraldi, carrega em seus traços uma carga humorística digna de nota. Três trabalhadores rurais sem-terra, um sobre o ombro do outro formando uma escada, desenrolam um papel enorme contendo os sete compromissos “acordados” com o MST. À frente do papel desenrolado, está Lula, pensativo, língua de fora, com uma caneta na

⁹⁴⁶ Contra o modelo neoliberal e a política econômica. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2005, ano XXIII, n. 253, p. 2.

⁹⁴⁷ Compromissos precisam ser honrados. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2005, ano XIV, n. 255, p. 2.

mão e assinando o papel. As expressões faciais dos trabalhadores sinalizam sarcasmo, no sentido de provocarem o presidente. O trabalhador que está no topo, segurando o papel fala: “Palavra é dívida, Lulão”. A representação do MST, via charge, é de cobrança e insatisfação com relação às ações ou à falta delas no governo Lula no que diz respeito à reforma agrária. Todavia, paralelamente, na charge, parece evidenciar-se certa cumplicidade e proximidade entre Movimento e Lula, na medida em que um dos trabalhadores refere-se ao presidente como “Lulão”, de forma coloquial. Desse modo, o MST dá a entender que eles são companheiros e compartilham de concepções ideológicas há bastante tempo. Nesta charge, não há representações que ridicularizem o presidente, pelo contrário, sua imagem é engraçada e genuína.

Os dados sobre a reforma agrária no governo Lula também foram salientados em diversas edições do *Jornal Sem Terra*, todavia, de forma menos ostensiva em comparação a governos anteriores. E, nos discursos produzidos, não há representações de Lula como mentiroso, com *nariz de Pinóquio*, como aconteceu com FHC. Os discursos, durante o governo Lula, não são desrespeitosos, mas há um tom de cobrança ao governo, visando a que ele acelere o processo de reforma agrária no país. O nome e a imagem de Lula quase não aparecem nos editoriais que fazem os balanços anuais sobre a reforma agrária no país, outro aspecto relevante. As representações desses balanços estão associadas à figura do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto.

Vale lembrar, porém, que, ao final do primeiro mandato de Lula, as frustrações do MST para com o governo são evidentes, e as críticas e cobranças continuam latentes nas páginas do *Jornal Sem Terra*. Apesar disso, há certa crença na *vontade* e nos *compromissos históricos* de Lula e do PT relativos à reforma agrária.

Após o resultado da eleição presidencial de 2006, o Movimento não esconde sua decepção com o governo, em especial, por ele não “romper com a política neoliberal implementada pelos governos anteriores; e pela forma com que alguns setores da esquerda copiaram a prática burguesa de fazer política”⁹⁴⁸. No editorial de novembro de 2006, em que se refletia sobre o resultado da eleição presidencial, o MST orienta sobre o momento “de unidade popular e luta”; e na charge, de autoria de Baraldi, há representações de companheirismo histórico entre o MST e Lula na luta pela reforma agrária.

⁹⁴⁸ A hora é de unidade popular e luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2006, ano XXV, n. 267, p. 2.

Imagem 76 – A hora é de unidade popular e luta



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2006, ano XXV, n. 267, p. 2.

O cenário da charge é muito bonito e a impressão em cores do jornal contribui para destacar os diversos elementos que compõem a imagem. Visualiza-se um lugar no campo, dia de sol, com flores, montanhas, nuvens e pássaros voando, o que dá harmonia ao ambiente. A cena de fundo da charge é muito semelhante à da *imagem 73* (também de autoria de Baraldi), com elementos semelhantes; a diferença é que aquela está em preto e branco. Com relação ainda aos elementos que participam da charge ora analisada, verificam-se algumas pessoas que se destacam: dois homens, uma mulher, uma criança e o presidente Lula. Elas olhavam para Lula e expressavam felicidade pela vitória do petista para seu segundo mandato. Um dos homens e a mulher seguram enxadas, instrumento típico dos trabalhadores do campo. No centro da imagem: um dos trabalhadores aperta a mão do presidente Lula e, com olhar sério, diz: “Não basta só vestir o boné, tem que fazer a reforma agrária pra valer, heim!”. Lula, vestindo terno e gravata e usando o boné do MST na cabeça, olha para o trabalhador. Seu olhar sugere que ele se sente envergonhado e constrangido com a situação.

A charge representa um ambiente harmonioso, mas, ao mesmo tempo marcado pela cobrança do MST para com Lula e seus compromissos de governo. O gesto de apertar a mão do presidente é significativo, pois, mesmo decepcionado com alguns caminhos trilhados pelo governo, o Movimento está com Lula. O laço histórico entre MST e Lula continua estabelecido e, por parte da Direção Nacional do Movimento, há a esperança de que a “reforma agrária pra valer” ainda poderia ser realizada pelo presidente do povo.

No início do segundo mandato do presidente Lula, em janeiro de 2007, o MST publica o editorial com o título: *Os entraves da Reforma Agrária*. A partir das alianças políticas do governo petista e considerando a continuidade da política econômica, o MST entende vivenciar “um cenário sombrio” para a reforma agrária⁹⁴⁹. Para o Movimento, havia três fatores que emperravam a reforma agrária no país, sendo eles: orçamento financeiro reduzido; proteção ao latifúndio pela própria máquina do Estado; e a concentração de terras. O MST, em tom de insatisfação com as políticas do governo para o campo, enfatiza que o governo Lula, assim como os anteriores, se mostrava “inoperante”, “ineficaz” e “conivente”⁹⁵⁰ com o latifúndio. As ações do governo Lula iam de encontro às concepções ideológicas do MST, na medida em que não se fundamentavam no *enfrentamento* ao latifúndio e na desconcentração fundiária. A charge publicada nesse editorial, de autoria de Baraldi, representa a insatisfação do MST e a cobrança de ações efetivas por parte de Lula.

Imagem 77 – Os entraves da reforma agrária



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2007, ano XXV, n. 269, p. 2.

Irônica, a charge carrega um tom político significativo. Dois personagens protagonizavam um diálogo: do lado direito, o “Brasil”, representado pelo mapa do país; do lado esquerdo, Lula. Com semblante de insatisfeito, bravo, com os braços abertos e a mão direita segurando um impresso, cujo título é “Reforma Agrária urgente”, o Brasil exclama para o presidente: “Lulão, sem isso eu não vou pra frente”. Com sua vestimenta presidencial e

⁹⁴⁹ Os entraves da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2007, ano XXV, n. 269, p. 2.

⁹⁵⁰ Os entraves da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2007, ano XXV, n. 269, p. 2.

o corpo levemente encolhido, Lula estende a mão esquerda para pegar o impresso. Há, na face de Lula, evidente tensão e todo seu corpo demonstra apreensão e vergonha diante da situação, não sabe bem o que fazer. Em contrapartida, o Brasil demonstra convicção frente ao contexto vivenciado e sinaliza que, daquela forma não podia continuar, pois o país “não iria pra frente”.

Na charge, sugestivamente, registra-se o Brasil (o MST) chamando o presidente de “Lulão”, uma referência informal, indicativa de proximidade e intimidade, situação inusitada entre grupos sociais e um presidente. No caso, o Brasil falava com a *boca* da Direção Nacional do MST, que considerava o presidente como um *companheiro de lutas* e *amigo* do Movimento. Apesar de insatisfeito e bravo com as ações do governo Lula face à reforma agrária, a dimensão do respeito e da proximidade histórica entre Lula e MST mantinham-se. O presidente não é ridicularizado ou mostrado de modo estereotipado por meio de representações que possam identificá-lo como mentiroso e *inimigo* da reforma agrária, embora as políticas de seu governo, no que diz respeito à reforma agrária, deixassem a desejar.

O MST cobra do governo Lula que era a “hora” de “promover as mudanças estruturais exigidas pelo povo brasileiro e que se espalham pelo continente latino-americano”⁹⁵¹. Nota-se essa *cobrança* por parte do Movimento no início do segundo mandato de Lula, isso porque, até aquele momento, a Direção Nacional tinha *resquícios de esperança* quanto às ações do governo Lula perante a reforma agrária e outras “mudanças estruturais” exigidas, sendo a *transformação da política macroeconômica* a mais desejada. Nesse sentido, as representações sobre Lula e sobre as possíveis ações de seu governo ainda eram tratadas com certo *romantismo*, em vista de ideias compartilhadas entre ambos em tempos pretéritos.

Analisa-se, a partir do *Jornal Sem Terra*, que, durante o segundo mandato de Lula, os editoriais começaram, paulatinamente, a ser mais *objetivos* e *menos românticos* quanto à realização de uma reforma agrária *ampla* e *massiva*, opção cada vez mais distante no governo Lula. Apesar disso, o Movimento encorajava seus integrantes a continuarem a lutar, a “avançar com a luta”⁹⁵², pois nada era “impossível de mudar”⁹⁵³. Embora o contexto e as ações do governo não privilegiassem a reforma agrária, o MST *batia na tecla* de que era um “tempo de resistência e organização”⁹⁵⁴. Para o Movimento, o governo Lula passou a se

⁹⁵¹ Os entraves da reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2007, ano XXV, n. 269, p. 2.

⁹⁵² Avançar com a luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2007, ano XXV, n. 272, p. 2.

⁹⁵³ Nada é impossível de mudar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2007, ano XXVI, n. 276, p. 2.

⁹⁵⁴ Tempo de resistência e organização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, nov./dez. de 2007, ano XXVI, n. 278, p. 2.

preocupar mais com a “governabilidade”⁹⁵⁵ do que com questões essenciais para o desenvolvimento do país, como a reforma agrária. É significativo mencionar que, nesses editoriais, o MST não expunha o nome de Lula, como se ele fosse o inimigo da reforma agrária. Pelo contrário, havia clara intenção de *ocultamento* do nome *Lula* dos editoriais, e, quanto às referências ao governo, utilizava-se a nomenclatura “governo Federal”.

No transcorrer do ano de 2008, o MST publica no *Jornal Sem Terra* dois editoriais incisivos sobre as ações do governo Lula para o campo e para a reforma agrária. Nesses editoriais, a Direção Nacional evidencia *descrença* acerca de que a questão agrária no país haveria de mudar *estruturalmente* com as políticas gestadas. Na edição de janeiro, estampa-se no editorial: *Um atestado de ignorância do Governo*⁹⁵⁶. Ressalta-se que, a partir de julho de 2007, as charges deixaram de ser elementos constitutivos dos editoriais, como se refletiu na *introdução* da tese. Um primeiro ponto a considerar neste editorial é o seu título o qual aponta para *governo* e não *governo Lula*. Essa opção remete ao fato de não se expor o nome de Lula como se ele fosse “ignorante”; as críticas sobre o “governo” eram legítimas, todavia, seria prudente manter cautela em relação às representações do presidente, não o expondo como *inimigo* da reforma agrária e dos sem-terra.

Assim, a Direção Nacional do MST enfatizava que a reforma agrária não se constituía em uma “prioridade” no governo Lula, se é que tinha sido algum dia. E, o governo perdia para “ele mesmo”, pois não conseguia atingir as metas criadas por sua própria gestão, em alusão ao II PNRA. O tom de *descrença* no governo era enorme e sua “inoperância” face à reforma agrária gerava, no Movimento, um entendimento de que ele, o governo, estava “frustrando a expectativa histórica de fazer a reforma agrária”⁹⁵⁷.

Em agosto de 2008, o título do editorial do *Jornal Sem Terra* é o seguinte: *Governo abandona Reforma Agrária*. Nesse editorial o nome de Lula não foi citado uma única vez e as críticas e os questionamentos se referiam ao “governo Federal”. Tentativa de *resguardar*, mais uma vez, o presidente e de não associá-lo às representações de *abandono* da reforma agrária. Na concepção do Movimento, o governo criava justificativas ineficazes para explicar o porquê a reforma agrária não avançava, sendo uma delas a de que se estava “qualificando” os assentamentos anteriormente criados⁹⁵⁸. Ou seja, era preciso, primeiramente, dar suporte técnico aos assentamentos criados, para depois desapropriar mais áreas e criar outros

⁹⁵⁵ Nada é impossível de mudar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2007, ano XXVI, n. 276, p. 2.

⁹⁵⁶ Um atestado de ignorância do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2008, ano XXVI, n. 279, p. 2.

⁹⁵⁷ Um atestado de ignorância do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2008, ano XXVI, n. 279, p. 2.

⁹⁵⁸ Governo abandona reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2008, ano XXVI, n. 285, p. 2.

assentamentos. No entendimento do MST, a reforma agrária havia sido “abandonada” pelo governo Lula pelo fato de ter priorizado o *agronegócio* como modelo de desenvolvimento para o campo.

Mas, será que o governo Lula optou pelo agronegócio, priorizando-o em seus dois mandatos? Lula, após seus governos, entendia que havia cumprido suas metas para reforma agrária? Como os pesquisadores avaliaram a política de reforma agrária do governo Lula? Será que Lula desapropriou mais terras e beneficiou mais famílias em assentamentos rurais? A princípio, considera-se significativo compartilhar o *balanço de governo* realizado pelo próprio Lula, no ano de 2013, em entrevista a Emir Sader e Pablo Gentili:

Esses anos se não forem os melhores, fazem parte do melhor período que este país viveu em muitos e muitos anos. Se formos analisar as carências que ainda existem, as necessidades vitais de um povo na maioria das vezes esquecido pelos governantes, vamos perceber que ainda falta muito a fazer para garantir a esse povo a total conquista da cidadania. Mas, se analisarmos o que foi feito, vamos perceber que outros países não conseguiram, em trinta anos, fazer o que nós conseguimos fazer em dez anos. Quebramos tabus e conceitos preestabelecidos por alguns economistas, por alguns sociólogos, por alguns historiadores. Algumas verdades foram por água abaixo⁹⁵⁹.

Na compreensão de Lula, grande parte do povo brasileiro ainda carecia de muitas necessidades, porém, a partir de seu governo o país passou vivenciar *dias melhores*, em especial, a população vulnerável socioeconomicamente. As considerações de Lula também sinalizam para os caminhos favoráveis do Brasil em relação ao crescimento econômico e à geração de empregos. Nessa entrevista, perguntou-se à Lula se ele considerava ter correspondido às promessas de campanha. Ele não titubeou e disse que cumpriu além das promessas: “No fim do primeiro mandato, pedi à Clara Ant⁹⁶⁰ para fazer um levantamento do governo. Queria saber se o tínhamos cumprido. Nós mais do que cumprimos! E, no segundo mandato, nós mais do que cumprimos aquilo que já tínhamos cumprido no primeiro mandato”⁹⁶¹.

Diante dessa afirmação de Lula, imagina-se que o seu governo havia cumprido também as metas governamentais para a reforma agrária. Se a reforma foi uma promessa de campanha e/ou de governo, conforme enfatizado pelo MST, a afirmação de Lula é limitada,

⁹⁵⁹ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 10.

⁹⁶⁰ Na época, Clara Ant era assessora especial da Presidência da República.

⁹⁶¹ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 11.

pois, de acordo com pesquisadores da área, como Leite⁹⁶² e Fernandes⁹⁶³, em seu Governo as metas do II PNRA não foram cumpridas e as políticas de reforma agrária deixaram a desejar.

Na entrevista citada, não se tocou ao menos uma vez nos temas *reforma agrária* e *MST*, o que evidencia a clara seleção dos assuntos abordados. Há que registrar que, nas edições do *Jornal Sem Terra*, sobretudo, no segundo mandato do governo Lula, as críticas do MST ao governo ficam mais incisivas, especialmente, por ele ter priorizado o agronegócio e não ter feito avançar a reforma agrária no país. Como se enfatizou no capítulo anterior, o agronegócio se caracteriza por um conjunto de sistemas abrangentes e reúne, de forma diferenciada, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

O agronegócio deriva do modelo estadunidense chamado *agribusiness*. O conceito foi elaborado por John Davis e Ray Goldberg, que tomaram como referência o agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e mercantil formados na primeira metade do século XX⁹⁶⁴. No contexto contemporâneo, o agronegócio também incorporou os sistemas financeiro e tecnológico, além de um aparato ideológico que o lança como um modelo moderno e eficaz de produção de alimentos, fibras e agroenergia. De acordo com Fernandes:

O agronegócio é a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar. Por meio da produção de *commodities*, nos últimos duzentos anos, o capitalismo uniu diversos setores de produção e criou um império global que domina a produção agroindustrial, o mercado e as tecnologias. O agronegócio agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que, com o apoio dos governos, se apropria de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia mediante um processo recente denominado de estrangeirização da terra, *land grabbing* ou *acaparamiento*⁹⁶⁵.

Na concepção de Fernandes, o agronegócio passou a ser, estrategicamente, a nova denominação do “latifúndio”. Seu modelo em si não é novo e sua origem está no “sistema plantation”, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Ao se criar um aparato ideológico sobre o termo “agronegócio” e ao se suprimir a palavra

⁹⁶² Ver: LEITE, Sergio. *Brasil. La reforma agraria*. Disponível em: http://www.agter.org/bdf/es/corpus_chemin/fiche-chemin-167.html. Acesso em: 03/11/2014, às 15h25min.

⁹⁶³ Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.

⁹⁶⁴ Ver: DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. *A Concepto of Agribusiness*. Boston: Harvard University Press, 1957.

⁹⁶⁵ FERNANDES, B. M., *A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita*, p. 191-192.

“latifúndio”, encontra-se uma maneira de se “modernizar” um modelo de produção antigo, baseado na concentração de terras e na monocultura para exportação. Para Fernandes, o agronegócio:

[...] procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas. Torna-se o espaço por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Ele é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento⁹⁶⁶.

Sob a face do *moderno* e do *produtivo*, o agronegócio teve proeminência também no governo Lula. Conforme Guilherme Costa Delgado, este governo desenvolveu a estratégia de se apoiar nos grandes empreendimentos agroindustriais a partir da extensa propriedade fundiária, visando à “geração de saldos comerciais externos”. O autor destaca que, na acepção brasileira, o agronegócio se caracterizou pela associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade da terra, a partir de monocultivos. “Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”⁹⁶⁷. Esse processo se iniciou nos governos FHC e se consolidou e se fortaleceu nos governos Lula.

O MST criticava e combatia insistentemente o agronegócio no *Jornal Sem Terra* e ressaltava que sua existência e seu fortalecimento estavam ligados às opções pelo modelo macroeconômico desenvolvido pelo governo Lula. Nas representações do MST, o agronegócio é visualizado como a face do *atraso* e da *morte*, o que contradiz a ideologia capitalista de que o agronegócio é a representação da modernidade no campo. Para o Movimento, a partir de suas concepções ideológicas, era necessário “destruir o latifúndio improdutivo” e ao mesmo tempo “combater” o agronegócio, que “iludia” a sociedade, uma vez que era a “recriação do modelo agrícola colonial”⁹⁶⁸. A superação e o combate ao agronegócio previam o fortalecimento da “agricultura camponesa”, voltada ao mercado interno e pautada na produção de alimentos saudáveis e acessíveis à população.

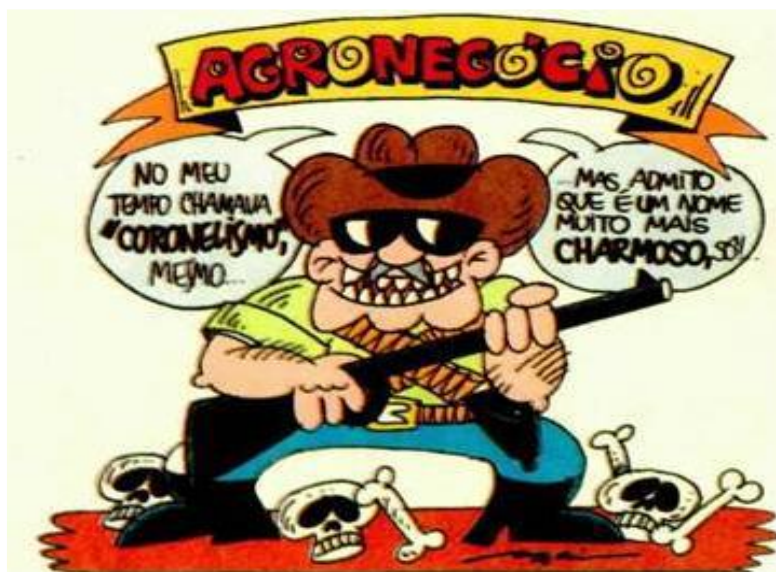
Para se fazer uma síntese das representações do MST sobre o agronegócio, foram selecionadas duas charges, as quais são bem elucidativas e sugerem reflexão.

⁹⁶⁶ FERNANDES, B. M., Agronegócio: a nova denominação do latifúndio. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2004, ano XXIII, n. 243, p. 3.

⁹⁶⁷ DELGADO, G. C., *A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil*, p. 81; 94.

⁹⁶⁸ Por uma agricultura saudável, sustentável e camponesa. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2004, ano XXII, n. 241, p. 2.

Imagem 78 – Agronegócio: o pior negócio para os brasileiros



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 2.

Imagem 79 – Consequências do agronegócio



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 2004, ano XXIII, n. 245, p. 3.

As duas charges são de autoria de Baraldi. Uma primeira observação a ser elencada é a relativa ao fato de o presidente Lula não aparecer nas imagens, assim não se expõe sua figura. A primeira charge (*imagem 78*) foi publicada no editorial da edição de abril de 2005 do *Jornal Sem Terra* e acompanhava o texto: *Agronegócio: o pior negócio para os brasileiros*. Esse editorial enfatiza veemente a opção do governo Lula por continuar priorizando o agronegócio, um modelo lesivo à grande maioria dos brasileiros; beneficia apenas alguns

grupos de empresários e empresas nacionais e internacionais⁹⁶⁹. Na charge analisada verifica-se um contraste visual: na parte superior há uma fachada bonita e colorida com a escrita: “Agronegócio”; logo abaixo, um homem com cara de mau, cuja representação é a de um típico coronel latifundiário, armado com sua espingarda de alto calibre. Esse homem diz: “No meu tempo chamava ‘coronelismo’ mesmo... mas admito que é um nome muito mais charmoso, sô!”, em alusão ao termo “agronegócio”, que soava e era propagado como a face da modernidade no campo.

Nessa charge, o chão, na cor vermelha, simboliza sangue, o que se evidencia pelos crânios e ossos humanos espalhados nesse chão. Para o MST, “a modernidade do agronegócio é manchada de sangue e sua teoria, fundamentada na desigualdade social”⁹⁷⁰. Na charge, o agronegócio indica a representação da *morte* e do *atraso* travestidos em “modernidade”. Essa representação contrasta com os assentamentos idealizados pelo MST: um lugar que deve ser bonito, florido, harmonioso, com plantios de alimentos e criação de animais diversificados. Enfim, um lugar agradável para se viver e trabalhar. O assentamento, na concepção do Movimento, representa a *vida* e a *perspectiva de futuro*, já o agronegócio representa a *morte* e o *atraso*.

Nessa perspectiva, destacam-se as reflexões de Delgado, as quais sinalizam para as consequências do agronegócio no Brasil. A primeira delas seria a “limitação das oportunidades de emprego”, pois os “níveis de ocupação da força de trabalho envolvida na produção de commodities são fortemente restringidos em face do padrão tecnológico alcançado pelo sistema do agronegócio”. A outra seria a “manutenção de amplas áreas de terras improdutivas”⁹⁷¹, haja vista que o agronegócio busca o “controle da terra” e sua disponibilidade para servir à “lógica rentista”⁹⁷². Nessas consequências acrescentam-se os danos ao meio ambiente, a utilização intensiva de agrotóxicos, as condições precárias dos trabalhadores, a concentração de poder e influência política de poucas pessoas e grupos no governo, dentre outras.

A outra charge (*imagem 79*) acompanha um texto da seção *Estudos*. O texto tem como título *As reais consequências do agronegócio*. Dentre as consequências elucidadas, estão as mencionadas no parágrafo anterior. Sublinhe-se que a representação do agronegócio e do poder do latifúndio chama a atenção na charge. O cenário é o campo. Do lado esquerdo há um

⁹⁶⁹ Agronegócio: o pior negócio para os brasileiros. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 2.

⁹⁷⁰ Agronegócio: o pior negócio para os brasileiros. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 2.

⁹⁷¹ DELGADO, G. C., *A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil*, p. 81; 94.

⁹⁷² FERNANDES, B. M., Agronegócio: a nova denominação do latifúndio. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2004, ano XXIII, n. 245, p. 3.

trabalhador rural, com seu tradicional chapéu de palha. De mãos na cintura, demonstra desconfiança diante do que vê à sua frente: um personagem com características estranhas, feio, tronco descoberto, e segurando na mão direita um tridente com pontas afiadas, conhecido no imaginário popular como o *garfo do diabo*.

Com um olhar sarcástico, a figura diz ao trabalhador rural: “Bem-vindo ao agronegócio! Rá, Rá, Rá...”. Atrás dela há uma fachada escrita “Agronegócio” e chamas de fogo que parecem sair de um fundo negro. Na charge, sugere-se que o MST representa o agronegócio como se ele fosse o próprio *inferno*. Essa representação é constituída pelo prisma ideológico cristão, em que o *bem* e o *mal* estão associados, respectivamente, ao céu e ao inferno. Desse modo, o agronegócio é associado ao *mal*, ao inferno. Nessa perspectiva, a imagem explicita uma *visão maniqueísta*, na qual o agronegócio é *demonizado* pelo Movimento. Na compreensão do MST, era impossível conviver com o agronegócio, pois pautado numa visão prístina e cristã do processo histórico, o *mal* deveria ser combatido e aniquilado.

A *demonização* e personificação do agronegócio como *morte* justificava-se, por parte do MST, pelo fato de historicamente as grandes propriedades terem *sufocado* e, muitas vezes, *incorporado* as pequenas propriedades aos seus domínios. Lutar contra o agronegócio/latifúndio era, para o Movimento, enfrentar e resistir aos domínios dos *senhores do regresso*. Além disso, fundamentalmente, a concepção ideológica do agronegócio colocava em cheque a importância do campesinato (agricultura familiar) no mundo contemporâneo, gerava conflitos e inviabilizava qualquer tentativa de democratização da terra. De acordo com Delgado, com a forma de estruturação do agronegócio no Brasil, cria-se um obstáculo para o desenvolvimento das pequenas propriedades, pois a tendência do agronegócio é “expelir a agricultura familiar brasileira”⁹⁷³ por sua estratégia de expansão e controle de terras. Historicamente, infelizmente, os pequenos produtores viveram às margens da grande propriedade, em condições precárias, contudo, vivos, resistindo e produzindo.

O agronegócio, à moda brasileira, visa ao crescimento e ao desenvolvimento econômico sem equidade, ou seja, gera desenvolvimento particular, sem perspectiva de contribuir com a promoção social e se fundamenta em interesses particulares de poucos grupos. Desse modo, as críticas do MST ao governo repousam fortemente no fato de Lula e sua equipe não terem enfrentado o agronegócio/latifúndio, conseqüentemente, a terra continuou concentrada e os pequenos produtores permaneceram às margens das políticas

⁹⁷³ DELGADO, G. C., *A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil*, p. 98.

voltadas para o campo. Segundo Fernandes, Lula não rompeu com a “hegemonia do agronegócio”, pelo contrário, fortaleceu-a.

Nessa direção, o Brasil continua como uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo⁹⁷⁴, e os grupos do agronegócio orientam e planejam o modelo da agricultura e os fomentos para o campo. Para Delgado, a concentração de terras no país “manteve-se visceralmente arbitrada pelo poder do Estado”⁹⁷⁵. Através das opções e prioridades políticas de governos e governantes, a concentração de terras continua uma realidade e é intocada, sob proteção do próprio Estado⁹⁷⁶. Aliás, muitos governantes e parlamentares que compõem os poderes no Estado são ligados ao agronegócio, seja como proprietários de grandes extensões de terras, seja como empreendedores a eles vinculados.

A concentração de terras é revelada por meio da concentração de riquezas e do patrimônio, e por meio do controle dos bens de produção. A lógica que compõe a estrutura fundiária brasileira se fortalece na renda e na produção das desigualdades sociais. Para Delgado, o caráter da política fundiária brasileira é a “frouxidão”⁹⁷⁷, não há fiscalização, as leis são ultrapassadas e com muitas brechas. Frente a essa “frouxidão”, as possibilidades de alteração do quadro da estrutura fundiária do país se tornam ainda mais complexas e distantes. Um exemplo elucidativo é o *Índice de Produtividade da Terra* brasileiro⁹⁷⁸, o qual está defasado e não corresponde ao contexto atual. Esse índice foi criado no ano de 1975, e, quando se cogitou a possibilidade de ele ser atualizado, em 2003, pelo governo Lula, a reação dos grandes proprietários de terras e de suas entidades representativas foi imediata. Em síntese, devido à pressão da bancada ruralista e dos *senhores* e *senhoras* do agronegócio, a proposta de alteração do *Índice de Produtividade* foi *esquecida* e *engavetada* pelo governo Lula.

Entre os estudiosos da questão agrária brasileira, há o entendimento de que o governo Lula poderia ter avançado em algumas questões atinentes à reforma agrária. Contudo, a partir de suas alianças e opções políticas, não avançou. Alguns autores como Sampaio Júnior, Oliveira, Marcelo Resende e Maria Luisa Mendonça analisam a reforma agrária de forma

⁹⁷⁴ Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Eliane Constantino. Políticas Fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. *Land Governance in Brazil*. Framing the Debate Series, n. 2. ILC, Roma, 2012. Disponível em: http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1372/FramingtheDebateBrazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 06/09/2014, às 22h.

⁹⁷⁵ DELGADO, G. C., *A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil*, p. 98.

⁹⁷⁶ Ver dados sobre a concentração fundiária no Brasil em: DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

⁹⁷⁷ DELGADO, G. C., *A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil*, p. 101.

⁹⁷⁸ Grosso modo, o *Índice de Produtividade da Terra* se caracteriza em parâmetros fixados pelo Governo Federal para classificar uma propriedade como produtiva ou improdutiva.

crítica e contundente durante o governo Lula. Na concepção de Sampaio Jr., a reforma agrária, “bandeira histórica” do PT, foi “esquecida” no governo Lula. Ainda, conforme o autor, questões como a “escassez de recursos” destinados ao MDA e ao INCRA; a “ostensiva ausência do Estado em regiões sabidamente marcadas por violentos conflitos de terra”; e a “renitente relutância do executivo federal em promover simples mudanças administrativas e institucionais que poderiam facilmente desobstruir o processo de expropriação de terras e agilizar os assentamentos”⁹⁷⁹ corroboram para o referido esquecimento.

Segundo Oliveira, Resende e Mendonça, no governo Lula houve uma “contrarreforma” agrária⁹⁸⁰, sobretudo, porque o governo fortaleceu a “hegemonia do agronegócio” destacada por Fernandes. Além disso, não visou à desconcentração fundiária e implementou programas para o campo semelhantes aos desenvolvidos pelo governo FHC. De acordo com Oliveira, a aplicação de um programa de reforma agrária significa a mudança na estrutura pré-existente da sociedade, isto é, uma reforma na estrutura fundiária do país⁹⁸¹. Nesse sentido, para o autor, os dois mandatos do governo Lula “enterraram” a reforma agrária, “desenvolvendo uma política compensatória de assentamentos, diante da intensidade dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra”⁹⁸².

Na compreensão de Resende e Mendonça, se o governo Lula estivesse disposto a realizar um amplo processo de reforma agrária, teria colocado a questão “no centro da agenda política, como forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento”. Essa era a expectativa do MST e daqueles que lutavam pela terra. De acordo com os autores, no governo Lula houve a “continuidade das políticas do Banco Mundial para o meio rural”, incentivadas pelo programa “Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural”. Assim, essa política “enfraquecia o Estado nas suas atribuições” e concorria “com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária baseada na função social da terra e legitima as oligarquias rurais”⁹⁸³.

No governo Lula, criou-se o *Programa Nacional de Crédito Fundiário*, dividido em três linhas de financiamento: *Combate à Pobreza Rural*, *Nossa Primeira Terra*, e

⁹⁷⁹ SAMPAIO JR. P. de A., *Desafio do momento histórico e lições do Governo Lula*, p. 305.

⁹⁸⁰ Ver: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no Governo Lula. In: *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010; RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A Contra-Reforma Agrária no Brasil. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 75-79.

⁹⁸¹ OLIVEIRA, A. U., A “Não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. *Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO*, Porto Alegre/RS, 2006.

⁹⁸² OLIVEIRA, A. U., *A política de reforma agrária no Brasil*, p. 6.

⁹⁸³ RESENDE, M; MENDONÇA, M. L., *A Contra-Reforma Agrária no Brasil*, p. 76.

Consolidação da Agricultura Familiar. Os programas Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra eram, conforme Resende e Mendonça, “idênticos” ao *Cédula da Terra* e *Crédito Fundiário de Combate à Pobreza* do governo FHC (analisados no terceiro capítulo). E o Programa Consolidação da Agricultura Familiar tinha a mesma “característica” do *Banco da Terra*, portanto, a “concepção central da mercantilização da reforma agrária” permanecia “igual”. Nesse sentido, o Estado abria “mão da sua obrigação de promover a desconcentração fundiária, mediante a distribuição de terra, para que as grandes empresas possam assumir o controle do território agrário”⁹⁸⁴.

Brancolina Ferreira também compreende que o Programa Nacional de Crédito Fundiário era uma “versão atualizada do Cédula da Terra e Banco da Terra”. A autora ressalta que esse programa visava à promoção do acesso à terra “por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social, atendeu 9.186 famílias, com o financiamento para obtenção de mais de 183 mil hectares de terras”⁹⁸⁵. Para Coca e Fernandes, no governo Lula, as ações de mercantilização da reforma agrária foram mantidas, apenas com uma “nova roupagem”.

No Governo Lula foram mantidas as ações de mercantilização da terra através de incentivos do Banco Mundial, as linhas de financiamento adotadas no mandato FHC ganham nova roupagem, mas mantêm a mesma concepção de democratizar o acesso à terra através do mercado diminuindo a participação do Estado⁹⁸⁶.

Há que sublinhar que, durante o governo Lula, o MST teceu críticas no período de implantação dos programas citados pelo *Jornal Sem Terra*. Nos editoriais, as críticas eram, de maneira geral, direcionadas, sobretudo, às políticas do campo. Por esse prisma, o Movimento não foi incisivo ao questionar os referidos programas, como fez com os criados durante o governo FHC. Na essência, esses programas tinham o mesmo perfil (tratados como “reforma agrária de mercado”), mas foram vistos pelo Movimento de forma distinta, ou pelo menos, não foram tão *atacados* no governo Lula. Esse fato corrobora para as reflexões discorridas nesta tese sobre a *harmonização do discurso* e sobre a *ocultação* da figura de Lula diante de algumas questões polêmicas.

⁹⁸⁴ RESENDE, M; MENDONÇA, M. L., *A Contra-Reforma Agrária no Brasil*, p. 77.

⁹⁸⁵ FERREIRA, B., *A Reforma Agrária no Governo Lula – balanço: 2003 a 2005*, p. 31.

⁹⁸⁶ COCA, E. L. de F; FERNANDES, B. M., *Uma Discussão Sobre o Conceito de Reforma Agrária: teoria, instituições e políticas de governo*, p. 49.

Ao analisar a reforma agrária nos dois mandatos do governo Lula, Fernandes ressalta que esse governo Lula enfrentou “em partes” os ruralistas, pois a “maior fatia das terras destinadas para reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas sim na regularização fundiária de terras da União”⁹⁸⁷. O autor ainda destaca que houve uma “reforma agrária parcial” no governo Lula, predominantemente fruto das pressões dos trabalhadores rurais e dos movimentos organizados em prol da reforma agrária. Outra ação do governo Lula que se parece com uma das ocorridas em governo anterior ao seu, é a que dá prioridade em assentar famílias nas áreas de fronteira agrícola, tal opção não resolvia o problema das famílias acampadas, uma vez que a maior parte delas não se encontrava nessas áreas. Aliás, essa tinha sido uma das “promessas” do presidente Lula em audiências com o MST. Nessa perspectiva, conforme Ferreira, “o descumprimento da promessa do governo em priorizar o assentamento de famílias acampadas, que funcionou como incentivo a este tipo de ação, eleva o potencial de conflito, pelas tensões acumuladas pelas longas estadias de privação nos acampamentos”⁹⁸⁸. É possível dizer que os conflitos por terra evidenciam a baixa efetividade, ou a ausência de políticas agrárias no contexto brasileiro.

Grosso modo, compreende-se a política de reforma agrária no governo Lula como muito *tímida*, posto que as ações desenvolvidas não consideraram a reforma agrária como *prioridade* para o desenvolvimento nacional e não visaram a alteração, mesmo que mínima, da concentração de terras no país. Pelo contrário, houve o fortalecimento considerável do agronegócio nos dois mandatos do governo Lula. Outra questão a ser ressaltada é que, infelizmente, não houve o rompimento com a visão simplista de que a reforma agrária era uma política de “compensação social”, pensada a partir do viés *assistencialista* da *mera redistribuição de terras*. Essa política não foi tratada como fundamental para o “desenvolvimento territorial”, conforme Fernandes, em que a desconcentração da estrutura fundiária e a inserção dos assentamentos no planejamento regional dos estados são centrais.

Na visão de Branford, o governo Lula “fracassou” na implementação de uma “reforma agrária ampla”, defendida pelos movimentos sociais e seus parceiros de lutas; as ações do governo não “levaram a uma ruptura do velho sistema fundiário, que continuou tão concentrado como nunca”⁹⁸⁹. Acredita-se que, junto às suas políticas sociais, de distribuição de renda, o PT e o governo Lula perderam a oportunidade histórica de caminhar rumo à democratização da terra e da ampliação da participação dos trabalhadores rurais na economia

⁹⁸⁷ FERNANDES, B. M., *A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita*, p.192.

⁹⁸⁸ FERREIRA, B., *A Reforma Agrária no Governo Lula – balanço: 2003 a 2005*, p. 15-16.

⁹⁸⁹ BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 427.

e no desenvolvimento da agricultura. E, a reforma agrária continua como um desafio no Brasil, pois as bases e a mentalidade latifundista estão vivas e fortes como nunca.

Essa discussão remete à reflexão desenvolvida por Martins, ele afirma que a sociedade brasileira tem uma “história lenta”, com poucas mudanças no âmbito político, social e econômico, em que o “moderno” paga propina ao “arcaico”. “É o Brasil moderno pagando propina ao Brasil arcaico para se viabilizar e na mediação dessa promiscuidade definindo-se na singularidade que lhe é própria, a singularidade de um país que não fez propriamente revoluções históricas, senão pela metade e inconclusas”⁹⁹⁰. No país, o latifúndio e a tendência latifundista da propriedade da terra continuam a reger os fundamentos da política brasileira, inclusive nas ações de quem não é latifundiário. O latifúndio e suas tendências estão impregnados nas instituições e nas políticas brasileiras.

No seu livro *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, Martins tece considerações sobre as características peculiares da história política do país. O Brasil avança economicamente, atenua socialmente e recua politicamente. “Do atraso social persistente à corrupção política insistente, tudo se repete em proclamações e ações que anunciam o fingimento do contrário e o imobilismo do inautêntico”⁹⁹¹. Em outra obra, *A Chegada do Estranho*, o autor efetua análise sobre a sociedade brasileira “de fachada barroca”, avaliada pelos adornos da aparência e pela dialética das inversões. Por fora, uma fachada espetacular, bonita, acalentadora, mas, por dentro, uma estrutura precária e frágil, que não se sustenta. Enfim, um país embriagado de contradições sociais, políticas e econômicas, em que há uma persistência disfarçada das práticas arcaicas⁹⁹². E, quando as rupturas ocorrem, “são rupturas sem projeto, no enalço das quais se engalfinham os que se supõem, e, indevidamente, se proclamam dotados do mandato da história”⁹⁹³.

Na visão de Martins, a história brasileira é uma “história do inacabado”, e a questão agrária no país é um exemplo dessa condição *inacabada*, independente dos governos e governantes que administraram o país. Nessa direção, a sociedade brasileira é “anômala”, cujo futuro é definido entre os “trancos e barrancos”. E, a propriedade latifundista se caracteriza como “marco regulador” e “sentinela” dos arcaísmos presentes na sociedade e na política brasileira. “Ela se propõe como sólida base de orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do

⁹⁹⁰ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 8.

⁹⁹¹ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 13.

⁹⁹² MARTINS, J. de S., *A Chegada do Estranho*, p. 122.

⁹⁹³ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 15.

país”⁹⁹⁴. Ao visualizar a propriedade da terra como centro histórico de um sistema político persistente, Martins enfatiza o poder da questão agrária para engolir a todos e tudo, mesmo sem que as pessoas saibam, vejam ou queiram.

O conjunto da trama social de algum modo passa por ela, por sua mediação: das deformações da representação política no Congresso Nacional e suas insistentes práticas fundadas na dominação patrimonial à disseminada cultura do favor e às nossas ingenuidades políticas cotidianas. A questão agrária, entre nós, desdobrou-se numa visão de mundo, num tipo de mentalidade, presente e dominante até mesmo no querer cotidiano de quem se imagina imune a ela ou com ela descomprometido⁹⁹⁵.

A sociedade brasileira ainda vive com a marca do latifúndio; contudo, não se negam os avanços sociais e políticos conquistados nas últimas décadas, no entanto, há muito a superar, e a reforma agrária se coloca enquanto um desafio. Ao se refletir sobre algumas questões que envolveram o governo Lula relativas à reforma agrária, há que se ressaltar também virtudes e avanços de suas ações. Uma questão fundamental diz respeito ao diálogo estabelecido entre o governo e os movimentos sociais, que não foram tratados como *caso de polícia* e/ou recriminados. Conforme Branford,

Mesmo com todas suas contrariedades, o governo PT, sem dúvida, trouxe alguns benefícios para o MST: ele não reprimiu o Movimento e melhorou o apoio do Estado para os pequenos agricultores. Durante a administração Lula, setores do agronegócio e a mídia conservadora insistiram de forma continuada que o governo reprimisse o Movimento, o que Lula, com a mesma persistência, recusou-se a fazer⁹⁹⁶.

A não criminalização dos movimentos sociais por parte do Governo Federal e a postura de diálogo foram elementos significativos de Lula na presidência. Seria muita ironia do destino se Lula, companheiro histórico do MST e tendo compartilhado por diversos momentos as mesmas ideias e sonhos do Movimento, o reprimisse enquanto estivesse no Palácio do Planalto. O PT e Lula passaram por transformações no que se refere a algumas de suas concepções políticas e ideológicas, entretanto, sua identidade e sua pertença ao *mundo dos trabalhadores* permanecem vivas.

⁹⁹⁴ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 16-18.

⁹⁹⁵ MARTINS, J. de S., *A Política do Brasil: lúmpen e místico*, p. 18.

⁹⁹⁶ BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 428.

Cumpra assinalar que, mesmo existindo uma relação de diálogo entre o governo e os movimentos sociais, os assassinatos de trabalhadores rurais e a violência contra eles não cessaram no governo Lula. Pelo contrário, Resende e Mendonça, por exemplo, observaram a continuidade expressiva no panorama de assassinatos e violência contra os trabalhadores. Para os autores, a violência no campo era fruto da concentração histórica da terra e da impunidade diante dos casos ocorridos⁹⁹⁷.

Um exemplo de massacre bastante conhecido durante o governo Lula foi o de Felisburgo/MG, no dia 20 de novembro de 2004. Nesse massacre, aproximadamente dezoito jagunços liderados pelo fazendeiro Adriano Chafik Luedy invadiram o acampamento *Terra Prometida* e assassinaram cinco trabalhadores sem-terra com tiros a queima roupa; feriram outras vinte pessoas, inclusive uma criança de doze anos que levou um tiro no rosto. Na ocasião, também atearam fogo nos barracos. Conforme Resende e Mendonça, esses trabalhadores recebiam ameaças constantes há mais de dois anos, com o registro de inúmeros boletins de ocorrência na delegacia local. A CPT do estado de Minas Gerais fez uma representação junto à Secretaria de Segurança Pública e alertou para os riscos iminentes, mas “as autoridades não tomaram medidas para evitar a tragédia”⁹⁹⁸. Outro caso com repercussão nacional e internacional envolvendo a luta pela terra durante o governo Lula foi o da irmã Dorothy Stang, em Anapu, Oeste do Pará. Apesar das denúncias de ameaça de morte contra ela, nada foi feito, e o seu assassinato revela, mais uma vez, a gravidade das ações de violência e assassinatos contra sem-terra no Brasil.

No *Jornal Sem Terra*, durante o governo Lula, o Movimento fazia denúncias contra os casos de violência e assassinatos de trabalhadores nos diversos estados do Brasil. Tais denúncias eram efetuadas, em especial, nas seções *Estados*, *Direitos Humanos*, *Estudo* e *Artigos*. No que se relaciona aos editoriais, verificou-se que não há registro de muitos textos específicos que tratem da violência e da criminalização dos sem-terra, diferentemente do que ocorreu em governos anteriores, sobretudo, no de FHC. No editorial de março de 2005, o MST reconhecia o “esforço” do governo Lula “em não deixar impune os crimes cometidos contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais”⁹⁹⁹. No ano de 2005, esse reconhecimento passava pelo viés de esperança do MST, por considerar o presidente Lula como seu companheiro na luta pela reforma agrária. Em outro editorial, já no segundo mandato de Lula

⁹⁹⁷ RESENDE, M; MENDONÇA, M. L., *Violência no Campo*, p. 46.

⁹⁹⁸ RESENDE, M; MENDONÇA, M. L., *Violência no Campo*, p. 46.

⁹⁹⁹ A ofensiva das elites. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2005, ano XXIII, n. 249, p. 2.

(2008), destacava-se: *A repressão não nos cala*¹⁰⁰⁰. Isso em virtude dos diversos casos de violência contra trabalhadores no Brasil.

Acrescente-se que o MST não personificava a figura de Lula como se ele fizesse parte ou fosse culpado pelos casos de repressão e violência contra os sem-terra no transcorrer do seu governo; o mesmo não aconteceu com o presidente FHC. Para referência citam-se dois editoriais do *Jornal Sem Terra*, ambos do ano de 2010. No editorial da edição de abril, intitulado *Lutar não é crime*¹⁰⁰¹ e no da edição de maio, cujo título era *CNA, a nova cara da UDR*¹⁰⁰², o Movimento qualificava o Poder Judiciário, o Congresso Nacional, as mídias conservadoras, as empresas transnacionais como Bunge, Cargill, Monsanto e Syngenta, a CNA e os governos estaduais pela insistência em reprimir os trabalhadores sem-terra e criminalizar suas ações, mas o presidente Lula não era mencionado ou personificado como alguém que contribuía para tal situação.

O MST, ao listar alguns grupos e ao não expor Lula, como fazia costumeiramente em relação aos presidentes anteriores, põe em evidência sua estratégia: *ocultar* o nome do petista, tendo em vista que ele é um companheiro histórico na luta pela terra e que havia recebido apoio do Movimento nos pleitos eleitorais. Entretanto, observa-se que, nos editoriais, o MST efetua críticas ao “governo Federal” relativas à reforma agrária – que para a Direção Nacional do MST estava “parada” – ao apoio do Estado ao agronegócio e às empresas multinacionais que mantiveram seus negócios no campo.

No que diz respeito aos avanços do governo Lula face à reforma agrária, sublinha-se a efetivação de algumas políticas importantes que propiciaram o desenvolvimento de muitos assentamentos. Por exemplo, o fortalecimento do *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (PRONERA)¹⁰⁰³ e a criação do *Programa Aquisição de Alimentos* (PAA)¹⁰⁰⁴, em julho de 2003. Conforme Ferreira, no Governo Lula houve maior investimento em assentamentos criados, como assistência técnica: “[...] a contratação de serviços de Assistência Técnica superou em 60% a meta prevista, o que é fundamental para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos contemplados, se de fato for tiver, qualidade,

¹⁰⁰⁰ A repressão não nos cala. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2008, ano XXVI, n. 283, p. 2.

¹⁰⁰¹ Lutar não é crime. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2010, ano XXVIII, n. 302, p. 2.

¹⁰⁰² CNA, a nova cara da UDR. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2010, ano XXVIII, n. 303, p. 2.

¹⁰⁰³ Sobre o PRONERA, ver: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs.). *Memória e História do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

¹⁰⁰⁴ Sobre o PAA, ver: GRISA, Catia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. In: *Revista Agriculturas*, v. 8, n. 3, p. 34-41, setembro de 2011; e o site: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>.

tempestividade e continuidade”¹⁰⁰⁵. Há que se ressaltar que no governo Lula algumas políticas foram voltadas para a recuperação de assentamentos criados até o ano de 2002, haja vista que eles, desde sua criação, não atendiam de forma satisfatória a necessidades estruturais básicas de modo que as famílias pudessem trabalhar e produzir.

A leitura dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, dos anos de 2008 e 2010, permitiu observar que houve diminuição considerável de textos que faziam referência ao presidente Lula. Os editoriais efetuavam balanços sobre a política econômica brasileira e mundial, com críticas severas ao modo de produção capitalista e às opções políticas do “governo Federal”, principalmente, sobre o fortalecimento do agronegócio. Voltavam-se para a organização interna, refletiam sobre os desafios vislumbrados pela frente, especialmente, sobre os objetivos de conquistar uma reforma agrária *ampla e massiva* e construir uma *sociedade socialista*, em que *novos homens e mulheres* vivessem com *dignidade e justiça social*¹⁰⁰⁶.

Se, por um lado, Lula e PT não deram tanta atenção à reforma agrária, o MST não deixou de lutar por ela, apesar de, em muitos momentos, ter sido *romântico* e acreditar que o presidente petista conseguiria desenvolver um processo de reforma agrária amplo no país. Nessa direção, o Movimento explicitava, em alguns editoriais do *Jornal Sem Terra*, o contexto político, caracterizado por frequentes e contínuos *cortes orçamentários* para a reforma agrária; entretanto continuava defendendo-a como uma das alternativas eficazes para minimizar as desigualdades sociais, gerar renda às famílias beneficiadas, contribuir para a produção de alimentos e dinamizar as economias regionais¹⁰⁰⁷. Quando fazia referências ao governo Lula ou diretamente à figura do presidente, o tom dos discursos era *harmonioso*. Era crítico, sem, contudo, ridicularizar o presidente dos trabalhadores.

E quanto ao programa de reforma agrária, será que o governo Lula assentou mais famílias e desapropriou mais áreas para assentamentos rurais do que o governo FHC? Sobre

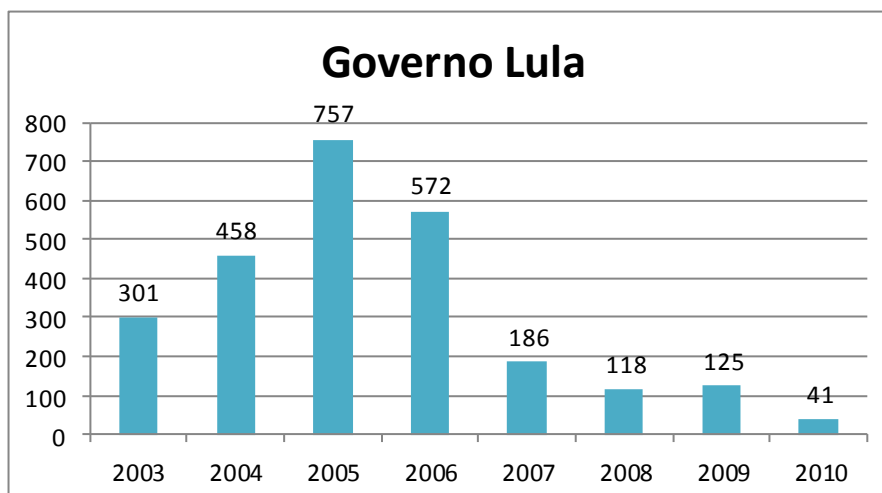
¹⁰⁰⁵ FERREIRA, B., *A Reforma Agrária no Governo Lula – balanço: 2003 a 2005*, p. 31.

¹⁰⁰⁶ Recursos para os bancos, fome para nós. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 2008, ano XXVI, n. 287, p. 2; Vinte cinco anos de luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, nov./dez. de 2008, ano XXVI, n. 288, p. 2; Só a luta pode desmascarar as injustiças. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 2009, ano XXVII, n. 297, p. 2; A CPMI nos convoca a novas lutas. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2009, ano XXVII, n. 298, p. 2; Balanços e desafios para um novo ano. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 2009, ano XXVII, n. 299, p. 2; Afinando a viola para 2010. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan./fev. de 2010, ano XXVII, n. 300, p. 2; Por um desenvolvimento popular dos assentamentos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, nov./dez. de 2010, ano XXVIII, n. 308, p. 2.

¹⁰⁰⁷ Menos recursos para a reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2009, ano XXVII, n. 292, p. 2; Voltar às ruas pela reforma agrária e por um Brasil sem latifúndio. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2009, ano XXVII, n. 295, p. 2; Contra crise, reforma agrária já! *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2009, ano XXVII, n. 296, p. 2

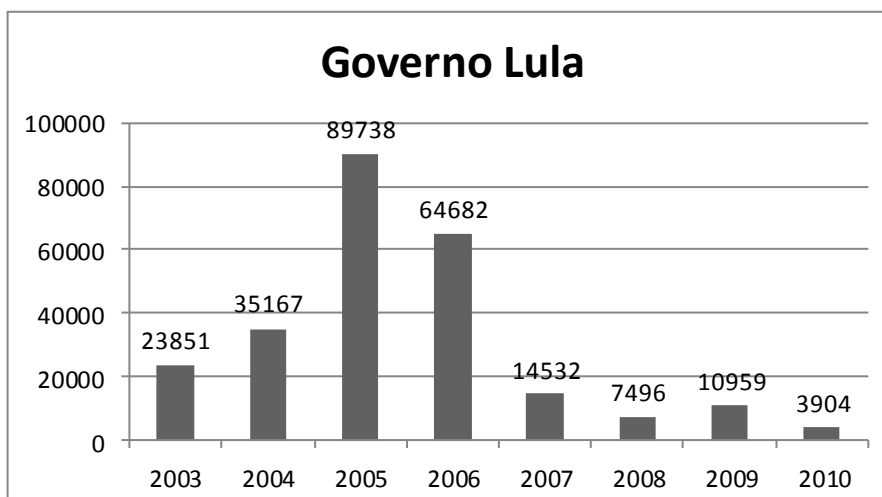
essa indagação, a análise dos gráficos a seguir, construídos a partir dos dados do DATALUTA, poderá apontar para possíveis respostas.

Gráfico 3 – Brasil – Assentamentos Rurais (2003-2010) – Número de áreas obtidas



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

Gráfico 4 – Brasil – Assentamentos Rurais (2003-2010) – Número de famílias em áreas obtidas



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

Assim como no capítulo anterior, ressalta-se que não se discute na tese a estrutura e nem a qualidade dos assentamentos criados nos governos sob análise, mas sim a quantidade de áreas obtidas e de famílias assentadas nesses espaços. A luta pela terra e, posteriormente, a luta para permanecer nela envolve vários e distintos fatores, todavia, as áreas obtidas e a

criação de assentamentos, num primeiro momento, tornam-se basilares para legitimar e fortalecer as políticas de reforma agrária.

Em relação ao número de áreas obtidas, representadas no *gráfico 3*, constata-se que o governo Lula, no período de 2003 a 2010, obteve 2.558 áreas. Os números do período chamam a atenção diante da significativa diferença de áreas obtidas entre o primeiro e o segundo mandatos – no primeiro foram obtidas 2.088; no segundo, 470 áreas. O expressivo declínio pode ser percebido, quando se avalia que os anos de 2005 e 2006, sozinhos, revelam números mais significativos do que os relativos a todo o segundo mandato de Lula. O último ano do segundo mandato desse governo teve um número baixíssimo na obtenção de áreas para assentamentos rurais, totalizando apenas 3.904. Os números relacionados ao governo Lula sobre áreas obtidas para a reforma agrária foram menores se comparados aos relacionados ao governo FHC, que obteve 3.924 áreas. A diferença entre os dois governos foi de 1.618 áreas.

No que tange ao *gráfico 2*, que trata do número de famílias assentadas no governo Lula, entre os anos de 2003 e 2010, notam-se dados semelhantes aos números de áreas obtidas. No governo Lula, conforme os dados do DATALUTA, foram assentadas aproximadamente 250.329 famílias no Brasil. A diferença entre o número de famílias assentadas no primeiro e no segundo mandatos de Lula foi exponencial. No primeiro mandato foram assentadas 213.438 famílias; no segundo, 36.891 famílias, uma diferença de 176.547 famílias entre os dois mandatos. Os números relativos aos anos 2005 e 2006, sozinhos, tal como os das áreas obtidas, são maiores que o do total de famílias assentadas durante todo o segundo mandato de Lula. Nessa perspectiva, em relação às famílias assentadas, o governo FHC também assentou mais famílias que o governo Lula, com um número de 393.842 famílias. A diferença entre o governo FHC e o governo Lula em relação ao número de famílias assentadas foi de 143.513 famílias.

Vale destacar que, talvez, o número de áreas obtidas, assim como o de famílias assentadas no segundo mandato tenham sido reduzidos em razão da conjuntura econômica complicada por que enfrentou o governo Lula, reflexo da crise econômica internacional desencadeada a partir do ano de 2008. De qualquer modo, observa-se que os números diminuíram drasticamente logo no primeiro ano do segundo mandato, em 2007, e se prolongaram no decorrer de todo o mandato. A reforma agrária perdeu força no segundo mandato do presidente Lula, com a queda acentuada na criação de assentamentos. Para Fernandes as ocupações de terras também acompanharam esse movimento, despencando de

“110 mil famílias em 2004 para menos de 17 mil famílias em 2010”¹⁰⁰⁸. Diante disso, questiona-se: será que os movimentos sociais, sobretudo o MST, não contribuíram para a perda de força da reforma agrária, haja vista que visualizava o governo como *amigo* e, assim, não tenha pressionado o bastante com ocupações e manifestações públicas para tentar alterar o cenário? Em relação a essa indagação, é necessário fazer uma análise mais apurada, o que não cabe aqui. Todavia, um dos fatores preponderantes para a reforma agrária ter perdido força no segundo mandato do governo Lula foi o apoio cabal recebido por grandes ruralistas e empresas a ele ligados, o que fortaleceu a “hegemonia do agronegócio” e a mentalidade latifundista.

Tem-se a percepção de que o PT e a base governista do presidente Lula compreenderam que suas ações sobre a reforma agrária foram *tímidas* e *insuficientes*. Até mesmo os autores que escreveram sobre os feitos do governo Lula, em seus dois mandatos, evitavam falar de reforma agrária. Sicsú, por exemplo, ao escrever sobre os “dez anos que abalaram o Brasil”¹⁰⁰⁹ não tocou uma única vez na palavra *reforma agrária*, como se nesse período ela não fosse considerada um fator relevante para um projeto de desenvolvimento nacional. Nessa direção, Araújo desenvolve uma visão simplista e parcial sobre os temas reforma agrária e política agrícola no governo Lula. Ele não reflete criticamente sobre os temas, apenas menciona que os números da reforma agrária geravam muitas polêmicas¹⁰¹⁰. No texto de Araújo há intenção explícita de não polemizar as políticas, assim como os números da reforma agrária no governo Lula.

O governo do presidente Lula avançou em algumas políticas – reassentamento de atingidos por obras públicas, assistência técnica, créditos agrícolas, infraestrutura nos assentamentos e diálogo com os movimentos sociais. Mas, no que tange ao número de áreas obtidas e aos de famílias assentadas, o presidente FHC tem números mais consideráveis. Não se questionam os avanços alcançados na gestão Lula, pelo contrário, são dignos de nota; contudo, quando se considera que a obtenção de terras e a criação dos assentamentos são fundamentais para outras conquistas, o governo Lula deixa a desejar, sobretudo, porque historicamente Lula foi um *entusiasta* e *companheiro* na luta pela terra.

Compreende-se que a reforma agrária não foi encarada como uma política prioritária no governo Lula. Infelizmente, Lula e sua equipe de governo não tiveram a mesma

¹⁰⁰⁸ FERNANDES, B. M., *A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita*, p.197.

¹⁰⁰⁹ SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013.

¹⁰¹⁰ ARAÚJO, José Prata. *Um Retrato do Brasil: balanço do Governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

“obsessão” em acelerar o processo de reforma agrária como tiveram em quitar a dívida com o FMI¹⁰¹¹. Aliás, entende-se que, para além do número de áreas obtidas e de famílias assentadas no governo Lula, ocorreu um *esvaziamento político* e um consequente fortalecimento do agronegócio, fatores desfavoráveis à reforma agrária. Esse tema foi silenciado paulatinamente, tanto que nos programas de governos posteriores quase não se falou em reforma agrária. O esvaziamento político e o silenciamento em torno da temática reforma agrária se caracterizam como uma barreira a mais para os trabalhadores rurais que lutam por terra.

A princípio, os números apresentados nos *gráficos 3 e 4* soam como ironia, pois o presidente FHC, a quem o MST representou e personificou de forma ridicularizada como *inimigo da reforma agrária* e das *elites* geriu o governo que mais obteve terras e que mais assentou famílias. E o presidente representante dos trabalhadores no Palácio do Planalto, com uma relação histórica muito próxima ao MST e a outros movimentos sociais de luta pela terra, não superou os números do governo anterior e não priorizou a reforma agrária na pauta da agenda política. Nessa perspectiva, o Movimento ficou refém de seus próprios discursos e representações, pois a forma maniqueísta com que representou os presidentes limitava sua visão sobre o jogo político brasileiro.

Essa postura maniqueísta do MST, pautada sob as bases de um pensamento inflexível e cristalizado, uma luta do *bem* contra o *mal*, confrontou-se ideologicamente com os governos e governantes e não colaborou para que se pensassem as experiências históricas do campo e da luta pela reforma agrária. Pelo contrário, o maniqueísmo implícito e explícito nas representações construídas sobre os presidentes FHC e Lula, no *Jornal Sem Terra*, gerou dificuldades aos próprios discursos do Movimento. Acredita-se que o prisma maniqueísta é simplista para se compreender a complexidade da atuação dos governos, governantes e da política brasileira, conservadora por essência.

As representações do MST em relação ao presidente Lula também foram maniqueístas e o personificaram como uma extensão dos trabalhadores na Presidência da República, sem dar credibilidade às múltiplas e às distintas forças que compunham o Estado e o jogo político. Por este viés, houve certo *romantismo* da Direção Nacional do MST, ao acreditar na conquista da reforma agrária *ampla e massiva* com Lula na presidência do país. Esse romantismo advém também da própria dificuldade do Movimento em fazer uma leitura da correlação de forças do Estado durante o governo Lula. Por mais que Lula fosse *do povo*, identificado com a luta dos

¹⁰¹¹ SILVA, L. I. L. da., *O necessário, o possível e o impossível*. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, p. 22-23.

sem-terra, o Estado continuava conservador, e qualquer medida estrutural por parte do governo, por meio de um plano que alterasse a estrutura fundiária (como desejava e deseja o MST), teria resistência de partidos e parlamentares. Entretanto, medidas de ruptura nas estruturas não são *impraticáveis* ou *impossíveis*, mas precisam do governo para que as coloque em pauta na agenda política. E somente a partir de alianças político-partidárias torna-se possível lutar por elas como algo prioritário e fundamental para o desenvolvimento nacional. O MST tinha a crença de que Lula e o PT *comprariam* essa briga; contudo, após os seus oito anos no governo, a reforma agrária, na gestão Lula, provou não ser uma exceção

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciam-se estas *considerações finais*, ressaltando a importância do MST para o cenário político brasileiro e para a conquista e fortalecimento da luta pela reforma agrária no Brasil. O Movimento luta e resiste há mais de 30 anos e se faz presente em quase todos os estados do país – não atua apenas no Acre, na Amazônia, no Amapá. Em sua trajetória de lutas, o MST desenvolveu uma sólida organização como movimento de caráter coletivo. Suas ações estão registradas em inúmeras ocupações de terras, em organização de acampamentos e assentamentos, na criação de cooperativas, de escolas. A análise crítica efetuada em relação às representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula não pretendeu minimizar a importância desse Movimento para os contextos brasileiro e latino-americano.

Em suas três décadas de existência, a capacidade de enfrentar os *desafios* configurou-se como a maior aliada para seu fortalecimento e fez com que o Movimento se construísse dia após dia. Pelo fato de o MST ainda existir, a sua história está em construção e, portanto, estudá-lo significa olhar o seu *dever*, ou melhor, compreender que os seus discursos e práticas, assim como sua história, não são estáticos – estão em contínuo movimento. Certamente, a ideia de *história em construção* não se limita aos estudos relacionados ao MST ou a outros grupos existentes. A edificação do conhecimento histórico em sua essência é dinâmica, de modo que as histórias vão sendo construídas e reconstruídas a todo o momento.

Nesse sentido, avalia-se que o estudo em torno do MST se configura como algo sedutor; contudo, ratifica-se que não pode ser efetuado sob o prisma de que o MST é um Movimento *pronto e acabado*. O MST é composto por milhares de mulheres e homens heterogêneos e, em movimento, que imprimem um caráter dinâmico às práticas do grupo. Assim, o Movimento vive porque existem sujeitos que o formam; sujeitos que canalizam suas forças políticas e sociais para a resolução de conflitos tanto em acampamentos quanto em assentamentos espalhados por todo país. Estudar o MST passa a ser também um desafio, considerando-se a complexidade que envolve as relações tanto entre seus integrantes quanto entre seus integrantes e pessoas que representam interesses divergentes dos do Movimento.

O objetivo da tese, como exposto na *introdução*, foi o de analisar as representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula, por meio do *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1995 e 2010. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou as tensões em torno da relação do MST com

esses presidentes e seus respectivos governos, chamou atenção para os discursos e as posições políticas e ideológicas do Movimento.

Como fonte *principal* da pesquisa, o *Jornal Sem Terra* foi objeto de discussão. Esse jornal foi criado antes da oficialização do MST no ano de 1984, e sua sistematização ocorreu no estado do Rio Grande do Sul. O periódico nasce em forma de boletim, nomeado *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*, o *Boletim Sem Terra*. A princípio sua criação tinha em vista angariar apoios (políticos e materiais) à luta dos sem-terra no acampamento Encruzilhada Natalino, região de Sarandi/RS.

Tanto o *Boletim Sem Terra* como o *MST* surgiram em um período político tenso da história brasileira, conhecido como *transição democrática*, no início da década de 1980. Nesse contexto, o boletim se tornou um periódico de resistência e agregou a luta dos trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Encruzilhada Natalino a outras lutas e movimentos sociais e sindicais. Naquele momento, a luta pela terra também se juntava à luta pela redemocratização do Brasil.

Entre os anos de 1981 e 1984 o *Boletim Sem Terra* cresceu e se fortaleceu como ferramenta de comunicação, formação e informação entre os trabalhadores rurais; e sua distribuição se expandiu para além do estado do Rio Grande do Sul. Com o surgimento do MST, em 1984, a produção do boletim passou a ser de responsabilidade do Movimento. A partir daí, o periódico passa a ser produzido em formato tabloide, na cidade de São Paulo, e a ter o nome de *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Jornal Sem Terra)*.

O MST, ao se apropriar do boletim e transformá-lo em *tabloide*, faz do periódico um *instrumento político* de luta. Nessa perspectiva, investe na profissionalização, buscando avanços técnicos nos trabalhos de produção da notícia e editoração. Com mais de 30 anos de existência, o *Jornal Sem Terra* ampliou consideravelmente a sua produção. Nesse processo, houve tensões e conflitos envolvendo os editores, a produção das notícias e a distribuição dos exemplares. As diversas relações que compunham a produção do *Jornal Sem Terra* não foram de todo *harmoniosas*, mas marcadas por tensões, como se pode perceber nas narrativas dos editores entrevistados na pesquisa.

No processo de produção do jornal, os representantes da Direção Nacional do MST tinham participação ativa e influência significativa nas decisões do conteúdo que deveria ser publicado. Os discursos (textuais e imagéticos) produzidos no periódico deveriam ser edificados conforme os interesses políticos e ideológicos do Movimento, haja vista que ele era concebido como um instrumento político, de formação e informação dos seus integrantes. O

público alvo do *Jornal Sem Terra* era formado, sobretudo, por militantes do MST; todavia, sua distribuição também se dava para público externo à organização do Movimento.

O trabalho de *comunicação* do MST, para além do *Jornal Sem Terra*, se transformou em uma *tarefa revolucionária*, em que suas mídias deveriam contrapor os discursos, em especial, da chamada *grande imprensa*. Nesse sentido, a comunicação no MST transformou-se em estratégica, e a orientação, por parte do Movimento, baseava-se no princípio de que suas mídias deveriam primar por sua *unidade política e ideológica*. A partir desse entendimento, o jornal se torna estratégico, visto pela Direção Nacional do MST como um instrumento político para expressar as concepções políticas e ideológicas de sua organização.

Historicamente, a trajetória do *Jornal Sem Terra* esteve articulada à própria história do MST, por isso ele se tornou uma fonte relevante para se analisar as heterogêneas e complexas relações do Movimento em seu devir. Compreende-se que as histórias do *Jornal Sem Terra* e as do MST estão *entrelaçadas*; e que o periódico se configurou como importante instrumento político para que o Movimento construísse representações sobre as diversas relações que o envolviam. Dentre elas, as representações sobre os *presidentes brasileiros*, sobretudo, FHC e Lula, personalidades objeto de análise na tese.

As representações no Movimento foram entendidas como construções sociais das experiências históricas, em que a Direção Nacional do MST fundamentava suas visões de mundo a partir dos interesses do grupo. No interior da organização do MST, a partir de seus dirigentes, havia um *jogo político* no qual se (re)produziam as representações, visando a fundamentar e legitimar as concepções políticas e ideológicas do Movimento sobre os presidentes. Nessa direção, essas representações, por meio do *Jornal Sem Terra*, ligavam-se às concepções ideológicas do MST, figurado em sua Direção Nacional. Ou seja, as representações do MST carregavam uma *carga ideológica*, que, por sua vez, objetivavam direcionar a leitura política e as visões de mundo sobre os presidentes brasileiros.

Na tese há ênfase aos presidentes FHC e Lula, entretanto o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, elaborou representações sobre os presidentes anteriores, sendo eles José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. O Movimento se declarava *oposição* aos três presidentes citados e a seus respectivos governos. Em relação ao presidente Sarney, as representações se pautavam no entendimento de que ele era representante dos *latifundiários* e da *continuidade da Ditadura*. Assim, para o MST, na *Nova República* que se constituía, não havia nada de novo.

Por expressar os interesses dos latifundiários, Sarney também favorecia o capitalismo no campo, a violência e a expropriação dos trabalhadores rurais. Em síntese, esse presidente era considerado um adversário, *inimigo da reforma agrária*, e os discursos do Movimento orientavam o *combate* ao governo Sarney. Ao representá-lo como a continuidade da Ditadura, Sarney também significava a face do conservadorismo, um presidente autoritário, reacionário, cínico, mentiroso e defensor dos latifundiários. Para o MST, Sarney tinha posição e lado definidos: servir aos latifundiários e favorecer outros grupos econômicos dominantes – reforma agrária e justiça social não estavam em sua agenda política.

A relação do MST com o presidente Collor, assim como com Sarney, foi tensa e conflituosa. Esse presidente foi representado como alguém que estava do lado da “burguesia”, ou seja, contra os trabalhadores. Desse modo, também era a continuidade das práticas e modos antigos de governar, apenas vestia uma nova roupagem. A Direção Nacional do MST não sinalizou em nenhum momento que Collor poderia fazer algo em prol da reforma agrária, pelo contrário, sua ação era de *descaso* e *omissão* em relação à reforma agrária. E, de fato, Collor significou um retrocesso no que diz respeito à reforma agrária, sucateou e desmantelou as instituições que geriam e cuidavam dos processos nessa área.

Collor não representava qualquer possibilidade de mudanças, e o *Jornal Sem Terra* enfatiza suas práticas de *não diálogo* e *repressão* aos movimentos sociais. O presidente e sua equipe de governo tratavam os movimentos sociais, em especial, as ações do MST como *caso de polícia*. Nesse sentido, as representações de Collor pelo Movimento associavam-no a um “ditador”, não respeitava as leis, o Congresso e a sociedade. O presidente expressava a manutenção do *status quo* combinada com repressão e truculência para com os movimentos sociais.

Após o *impeachment* de Collor, ao final do ano de 1992, Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil. O novo presidente manteve relação de diálogo com os movimentos sociais e chegou a receber o MST para uma audiência em Brasília, em fevereiro de 1993. Entretanto, por suas convicções políticas e ideológicas, o MST se colocava como oposição ao governo, que, no entender do Movimento, era “capenga”. Havia tensões entre o MST e o presidente Itamar, uma vez que eles não apresentavam (Itamar e seu governo), segundo o MST, nada de novo – eram conservadores e não fariam a reforma agrária almejada pela organização do Movimento.

Omissão, enrolação e ausência de vontade política foram representações constantes sobre a figura do presidente Itamar. Seu governo era “surdo e mudo”, não escutava os

trabalhadores. Nos editoriais do *Jornal Sem Terra*, o Movimento cobrava ação do presidente Itamar que, nas representações acerca de sua figura, era visualizado como um sujeito que estava “perdido”, sem saber o que fazer na direção do posto máximo do Executivo Federal. Itamar era representado como *inerte*, buscava *desculpas* e *retardava* questões relevantes para os encaminhamentos nos processos de desapropriação de terras e criação de assentamentos. A “enrolação” do presidente era tanta, na ótica do MST, que a Direção Nacional propôs que ele pedisse “demissão”, para não emperrar o desenvolvimento do país.

Nos discursos do *Jornal Sem Terra*, as representações sobre os presidentes Sarney, Collor, Itamar e seus respectivos governos sinalizavam para ações *continuístas*. Para conservadorismo, favorecimento à “burguesia” e aos latifundiários, oportunismo, descaso, omissão em relação à reforma agrária e corrupção. Nessa direção, as representações do MST pautavam-se por uma determinada forma de ver e analisar as relações sociais, políticas e econômicas. Os presidentes foram *personificados* de acordo com as ações de seu governo.

A relação entre MST e o presidente FHC foi permeada de tensões e *lutas de e por representações*. No período em que foi presidente, FHC foi *bombardeado* por críticas pelo MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, e os acontecimentos em seu governo eram personificados em sua figura. Em momento anterior à sua vitória eleitoral, ele não agradava à Direção Nacional do Movimento e era considerado a continuidade do conservadorismo, a face das elites e seu representante.

As ações do presidente FHC e seu governo foram entendidas pelo MST como estratégicas para o *fortalecimento do neoliberalismo* e da *submissão* aos grupos econômicos nacionais e internacionais, em especial, aos EUA e ao FMI. A resistência e oposição do Movimento a FHC também se justificava por ele ser identificado com o modo de produção capitalista, inclusive, em sua atuação como intelectual. Investido desse papel, FHC havia sugerido a possibilidade de se realizar um “desenvolvimento-associado” ao Brasil e países latino-americanos, em que os investimentos estrangeiros não seriam maléficos ao país, pelo contrário, seriam uma mola propulsora, desenvolveriam e dinamizariam a economia dos países dependentes. Em outras palavras, seria uma modernização do capitalismo, na qual as mudanças sociais, políticas e econômicas, tal como a justiça social seriam alcançadas dentro do próprio modelo. A tese de FHC se chocava com as concepções políticas e ideológicas do Movimento, pois ele lutava (e ainda luta) por uma *sociedade socialista*, contra o capitalismo. Assim, FHC e seu governo representavam o capitalismo e deviam ser *combatidos*.

FHC representava o *neoliberalismo* no Brasil; para o MST, o presidente era um aliado dos EUA, país que era visto como *devorador* do Brasil. Isto é, uma potência econômica e militar que tinha pretensões de explorar economicamente o país e se apropriar das suas riquezas. Nessa relação, FHC submetia o país a um papel de *submissão* aos EUA, ao FMI e aos grupos econômicos internacionais, pois não tinha o controle e autonomia sobre suas opções políticas e econômicas. Ao privilegiar um modelo de desenvolvimento econômico e social pautado no neoliberalismo, um *projeto das elites*, FHC se tornava inimigo dos trabalhadores rurais e urbanos.

A política de privações no governo FHC foi intensamente criticada pelo MST, através do *Jornal Sem Terra*. Na visão do Movimento, as privatizações eram fruto do processo de desenvolvimento do *neoliberalismo* no Brasil, e FHC *entregou* o patrimônio público aos grandes grupos internacionais. O presidente, personificado nas ações de seu governo, traía o povo e ratificava sua face *elitista* e submissa aos interesses das grandes potências econômicas e instituições financeiras internacionais, em especial, aos EUA e ao FMI.

Diante da priorização de um projeto das elites para o Brasil, as representações do MST sobre FHC se concentraram na personificação do *caos social e corrupção*. FHC era sinônimo de “FHCrise”, em alusão ao fato de atribuir-se a ele a intenção de destruir o Brasil com suas ações. A questão social deixava a desejar e o presidente, *dos ricos*, favorecia os interesses das elites brasileiras e do capital financeiro internacional. O *caos social* referenciava-se em diversas áreas como saúde, educação, violência, moradia, falência das empresas nacionais, desemprego, drogas, sucateamento do serviço público, arrocho salarial, dentre outros. Para o Movimento, o presidente foi o responsável pela *multiplicação da pobreza* no Brasil e pela *concentração de renda* ainda mais intensa.

Em um governo permeado de crise, FHC era associado às *práticas de corrupção*. Aliás, escândalos e corrupção, para o MST, eram decorrentes da natureza do *neoliberalismo* e das elites. Nas representações do Movimento – por mais que os atos dissessem respeito a pessoas ligadas ao governo de FHC e não a ele – Fernando Henrique também era personificado nos textos e considerado tão corrupto quanto aqueles que supostamente teriam cometido tal prática. O governo FHC envolvia-se em um *lamaçal de corrupção*, e o presidente, nas representações do MST, estava todo sujo.

Outro assunto abordado nos editoriais do *Jornal Sem Terra* refere-se aos episódios de violência, repressão e criminalização dos movimentos sociais, sobretudo, do MST. Aliás, a prática do Movimento de denunciar atos de violência e de repressão sofridos pelos

trabalhadores rurais no país, tal como a de anunciar os agressores, fortaleceu o jornal, no sentido de ele ser enfatizado como um significativo instrumento político de luta para os trabalhadores rurais sem-terra.

Ressalte-se que, durante os dois mandatos no governo, FHC foi representado no *Jornal Sem Terra* como *autoritário*, uma pessoa que *criminalizava* os movimentos sociais. De fato, no seu segundo mandato, FHC se utilizou de instrumentos legais e de influências midiáticas para *isolar e criminalizar* o Movimento. O seu governo, além de recriminar as ações do MST, em especial, as ocupações de áreas improdutivas e de prédios públicos, criou um discurso de que não precisava do MST para fazer a reforma agrária, haja vista que sua organização era violenta. Assim, passou a excluir o Movimento dos debates políticos sobre o tema e a incriminá-lo perante a sociedade.

Em contrapartida, o MST travava uma *luta por representações* no jornal, pois publicava que o presidente era autoritário e contrário às lutas legítimas dos movimentos sociais por terra. Em vez de assentar famílias, na representação do Movimento, FHC “assentaria o pau” nos sem-terra, ou seja, reprimiria e violentaria os trabalhadores. E mais, o presidente, por sua omissão e descaso com a reforma agrária, era cúmplice dos assassinatos e da violência contra os trabalhadores no campo. Conforme o MST, o perfil autoritário e repressor de FHC evidenciava sua linha fiel aos preceitos do *neoliberalismo*.

Por priorizar um projeto das elites, de acordo com as representações do MST, reforma agrária e FHC eram incongruentes. O Movimento, em nenhum momento do *Jornal Sem Terra*, acenou para a possibilidade de FHC intensificar o processo de reforma agrária no país. A opção pelo *neoliberalismo* como modelo de desenvolvimento fazia com que o MST entendesse o presidente FHC e sua equipe de governo como obstáculos para a feitura da reforma agrária. Desse modo, as ações e os programas do governo FHC, voltados para o campo, foram alvo de críticas e repúdio por parte da Direção Nacional.

FHC era um *enrolador*, o presidente do “nhén, nhén, nhén e blá, blá, blá”, em referência ao fato de dizer muita coisa, mas com palavras que não tinham sentido e nem correspondiam a suas práticas. Nessa direção, FHC beneficiava somente os grandes proprietários de terras e empresas ligadas às monoculturas. Outra representação acerca de FHC, considerando a reforma agrária, era sua identificação com o personagem *Pinóquio*. Assim como Pinóquio, o presidente era representado como uma pessoa de nariz enorme, em decorrência de suas inúmeras mentiras sobre os dados e ações referentes à reforma agrária no Brasil.

Observa-se que, conforme o MST, o presidente FHC – visualizado, nas representações, como *mentiroso* – não encarou com rigor e como *prioridade* a reforma agrária. Não desenvolveu ações efetivas que objetivassem alterar a desconcentração da terra no país. Todavia, a gestão FHC foi a que mais obteve áreas para assentamentos rurais e beneficiou o maior número de famílias nesses espaços. Em contrapartida, o MST concentrava suas representações nas *mentiras* e na *manipulação* de dados efetuados pelo presidente e por sua equipe de governo. Como um mentiroso e como um presidente que “não falava nada com nada”, FHC foi representado pelo Movimento de forma ridicularizada e as ações de seu governo foram personificadas em sua figura.

No entendimento do MST, a tão sonhada e desejada reforma agrária *ampla e massiva*, que desconcentraria a propriedade da terra viria com Lula, com sua eleição para presidente da República em fins do ano de 2002. Pela primeira vez em sua história o MST se colocou como *parceiro* de um presidente e o apoiou em seu governo. De oposição e resistência, o MST passou a ser um *aliado* do novo governo e de seu comandante. A vitória de Lula foi considerada como a “vitória do povo”; Lula foi alçado pelo Movimento com uma *missão histórica*: romper com as estruturas econômica e política, combater o latifúndio, desapropriar terras e acelerar a reforma agrária.

Lula foi visualizado pelo MST como a *extensão* dos trabalhadores e trabalhadoras na Capital Federal. Nesse sentido, o seu discurso, por meio do *Jornal Sem Terra*, ao se referir ao presidente se transforma significativamente. Antes da eleição de 2002, a relação MST e Lula foi de muita *proximidade*, *proximidade* que vinha desde a década de 1980. Historicamente, o Movimento apoiou o candidato petista em seus pleitos eleitorais nos anos de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. A Direção Nacional do MST explicitava apoio a Lula abertamente nas páginas do *Jornal Sem Terra* e enfatizava que o petista era um *legítimo* representante dos trabalhadores e carregava em sua trajetória de vida a marca da distinção, que implementaria um governo “popular” com a participação decisiva dos trabalhadores e movimentos sociais.

A proximidade de Lula com o MST se estabeleceu porque ele participava de diversas atividades do Movimento e visitava assentamentos e acampamentos ligados à organização do MST. Nessas ocasiões, Lula discursava e se colocava como um *amigo* e *parceiro* das lutas do MST. Na leitura da Direção Nacional do Movimento, Lula era o *único* político candidato a presidência que poderia fazer a reforma agrária almejada por sua organização.

O apoio histórico do MST a Lula se justificava, sobretudo, pela trajetória de vida e política do presidente. Lula era visto como sujeito trabalhador que havia vivenciado

dificuldades e compreendia o sofrimento dos sem-terra. Havia respeito e admiração entre MST e Lula, sobretudo, pelo fato de eles terem compartilhado, em alguns momentos, a concepção de reforma agrária como um fator significativo e prioritário para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, a relação entre eles se estruturava pautada no respeito e reciprocidade.

Entre as décadas de 1980 e a primeira década do século XXI, Lula transforma consideravelmente seus discursos e suas concepções políticas e ideológicas. Entretanto, o MST, através do *Jornal Sem Terra*, não se preocupa em refletir sobre essas transformações. O seu interesse direcionava-se à trajetória do trabalhador, do ex-metalúrgico e às experiências vividas em torno de muitas dificuldades materiais e econômicas, tal como a maioria da população brasileira. Para o Movimento, a virtude de Lula estava no fato de ele ser um trabalhador e simpatizante de seu Movimento. Por esse prisma, havia certo *romantismo* por parte do MST, pois as representações do Movimento face a Lula nas eleições de 2002 ainda se alicerçavam no político e no líder sindical da década de 1980.

A partir dessa visão romântica, o clima de *euforia* e *esperança* contagia a Direção Nacional do MST. Na tarefa de romper com a *política macroeconômica* do governo FHC e de realizar a reforma agrária, o Movimento acredita no governo Lula e se coloca na posição de auxiliá-lo. Porém, nos primeiros meses de governo, o Movimento evidencia certa tensão e impaciência com os caminhos traçados por Lula e por sua equipe na área econômica. Para o Movimento, a política econômica de Lula estava ancorada nos preceitos do governo anterior, que era favorecer os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, em especial, os banqueiros.

Ano a ano o MST vai demonstrando sua insatisfação com os caminhos trilhados pelo governo na área econômica, e isso se explicita nos editoriais do *Jornal Sem Terra*. É interessante pontuar que o Movimento acreditava que Lula mudaria os rumos da área econômica, e, de certa forma, os discursos sobre isso levavam à visão de que era a equipe econômica de Lula que não tinha compromisso com os trabalhadores. Lula era *preservado* das críticas nos editoriais e as representações sobre ele não eram pejorativas e nem o ridicularizavam.

Nessa perspectiva, analisou-se que muitos editoriais não se referiam diretamente à figura de Lula, como se processava nos tempos de Sarney, Collor, Itamar e FHC. Houve evidente intenção da Direção Nacional do MST em *ocultar* o nome de Lula diante das críticas face ao seu governo. Uma das pistas que levaram a essa interpretação foi a estratégia de

mencionar “governo Federal”, de forma genérica, e não *governo Lula*, para não expor o presidente e/ou associá-lo às críticas. Desse modo, estabeleceu-se um processo de *harmonização* do discurso no *Jornal Sem Terra*, em que, intencionalmente, *suavizou-se* a forma de se referir ao governo e, sobretudo, a Lula. Os discursos passaram a ser mais cautelosos, visando a não expor pejorativamente o “presidente do povo”, para o qual o MST havia feito campanha e ajudado a eleger. Outra novidade dos discursos do jornal era a de que o presidente não era mais a *representação personificada* do seu governo, como aconteceu nos tempos do presidente FHC.

No governo Lula, deu-se continuidade a algumas características do governo FHC, em especial, na política econômica. Entretanto, esse governo não foi *idêntico* ao de FHC. Pelo contrário, afirmar isso seria limitar e simplificar as ações do governo Lula (sobretudo nas áreas econômica e social) e o complexo e dinâmico *jogo político* do Estado brasileiro.

Sublinhe-se que, com o passar do tempo, o MST revela certa *impaciência* por entender que Lula deveria se posicionar e declarar estar ou ao lado dos trabalhadores ou ao lado dos ricos e poderosos; devia também ser mais “popular”, voltado aos trabalhadores e ao desenvolvimento interno do país. Contudo, apesar da impaciência e das críticas, Lula tinha credibilidade e respeito junto à Direção Nacional do Movimento.

O Movimento, por sua vez, não compreendia a participação do governo Lula no jogo político e não aceitava as opções e alianças feitas por esse governo em prol da denominada *governabilidade*. Para o MST, Lula andava em *más companhias* e se aliava a partidos e a grupos conservadores. Nessa direção, o Movimento, a partir de suas concepções políticas e ideológicas, se apoiava no ideal de um governo *puro*, livre de qualquer influência, exceção para os trabalhadores. Certamente, tratava-se de uma concepção *romântica e idealizada* do jogo político, na qual o MST, em suas representações, ainda personificava Lula como ex-operário e líder sindical, prístino, livre das influências “burguesas”.

Ao longo do governo Lula o MST criticou sua política macroeconômica, salientou seu conservadorismo e o favorecimento de interesses das elites. Entretanto, o presidente era preservado das críticas e não era ridicularizado por suas opções políticas. A *perspectiva maniqueísta* das representações do MST fazia com que ele não reconhecesse, debatesse e refletisse sobre os próprios avanços sociais do governo Lula, pois a leitura do Movimento pautava-se em dizer que a política econômica era conservadora e reproduzia desigualdades sociais e concentração de riquezas. Por mais que a política econômica mantivesse traços

conservadores, negar ou não reconhecer os avanços sociais do governo Lula parecia limitar o olhar para as experiências históricas do país.

Em relação à reforma agrária, com a eleição de Lula, o clima vivenciado pela Direção Nacional do MST e demais integrantes de sua organização foi o de *esperança*. Esse clima justificava-se pelos compromissos históricos de Lula e PT com a reforma agrária. Para o Movimento, Lula seria o presidente que enfrentaria o latifúndio e implantaria um amplo e massivo processo de reforma agrária. Por parte da Direção Nacional do MST, Lula *honraria* seu compromisso histórico com os trabalhadores rurais sem-terra.

A euforia e o entusiasmo que contagiaram a organização do MST se baseavam na figura do presidente, reconhecido e legitimado como a extensão dos trabalhadores na Presidência da República, e o único presidente capaz de fazer a reforma agrária avançar. Sendo assim, personificava-se a figura de Lula como uma espécie de *salvador da Pátria* e não se refletia profundamente sobre o jogo político e sobre os interesses de grupos que compunham o Congresso Nacional, além de que, o próprio Lula e PT transformaram-se significativamente relativamente a suas concepções políticas e ideológicas, inclusive, sobre o tema reforma agrária.

Lula, em 2002, antes de ser eleito presidente, evidenciava que não *enfrentaria o latifúndio* como pretendia o MST. Os seus discursos seguiam um tom mais *conciliador e moderado* face ao tema. Todavia, para o MST, Lula precisava assumir o enfrentamento ao latifúndio logo nos primeiros meses de sua gestão. Em meio às tensões no período, Lula não se colocava contrário à reforma agrária, e isso fez com que a Direção Nacional do MST personificasse a reforma agrária na figura daquele Lula, o da década de 1980, como se suas ações não fossem dificultadas e limitadas no jogo político. Em meio a críticas e com a reforma agrária caminhando a *passos de tartaruga*, a qualquer momento, conforme o MST, o presidente poderia mudar o cenário e agilizar a reforma agrária no país.

No que tange à reforma agrária, o governo Lula não a tratou como *prioridade* e nem sinalizou para um cenário de alteração mínima do quadro de concentração de terras no Brasil. Suas ações foram tímidas e houve um *fortalecimento do agronegócio* nos dois mandatos do governo, com incentivos do próprio Estado. Todavia, destaca-se a importância de suas ações como a não criminalização e o diálogo com os movimentos sociais, o investimento em políticas de créditos e assistência técnica nos assentamentos rurais, fortalecimento do PRONERA, criação do PAA, dentre outras.

Nesse cenário, o MST tecia críticas ao “governo Federal” face à reforma agrária e às políticas para o campo. Nos editoriais do *Jornal Sem Terra*, as críticas giravam em torno de cobranças ao Lula sobre os seus *compromissos históricos*, e havia uma evidente frustração do Movimento para com o governo Lula. Todavia, as representações sobre o presidente não o ridicularizavam e os discursos do jornal eram *brandos, harmoniosos*, com o objetivo de não expor pejorativamente Lula. Havia uma frustração do Movimento, mas as dimensões de respeito e proximidade com o presidente se mantiveram. Embora as ações do governo Lula em relação à reforma agrária deixassem a desejar, o presidente não era representado como *inimigo* da reforma agrária.

Ao longo da tese, analisou-se que o MST, em sua trajetória histórica, desenvolveu representações sobre os presidentes FHC e Lula a partir de uma *visão maniqueísta*, personificou-os como fossem a tradução do *bem* ou do *mal*, sem considerar a complexidade e dinâmica do jogo político brasileiro. Observou-se dificuldade do MST em conceber a dinâmica do Estado e as composições e alianças dos governos, assim sendo, o Movimento canalizou a responsabilidade da efetivação da reforma agrária à figura dos presidentes.

O MST revelou uma leitura simplista e personalista sobre os presidentes. No caso de FHC, suas representações pautavam-se no *mal*, como se ele fosse o *inimigo* dos trabalhadores, *incapaz* de fazer algo significativo para o país. FHC foi jocosamente ridicularizado pelas representações do MST, via *Jornal Sem Terra*, como, por exemplo, ao ser apresentado como Pinóquio. Em relação ao presidente Lula, as representações foram personificadas no sentido de que ele era do *bem*, sujeito trabalhador, que entendia as dificuldades e o sofrimento dos trabalhadores, e único presidente capaz de realizar a reforma agrária no Brasil. Lula foi idealizado pelo Movimento como o ex-operário, líder sindical, um político prístino, cristalizado da década de 1980. Essa representação fez com que o Movimento não refletisse sobre as transformações políticas e ideológicas do petista e tivesse uma *visão romântica* do jogo político.

Por ironia da história, o governo do presidente considerado “inimigo dos trabalhadores” foi o que mais obteve áreas e assentou maior número famílias no Brasil, ultrapassando os números do próprio governo do presidente Lula. Acredita-se que a perspectiva maniqueísta utilizada pelo MST para efetuar a leitura dos presidentes FHC e Lula e seus respectivos governos dificulta as reflexões sobre as experiências históricas e a complexidade que envolve o jogo político brasileiro e os interesses envoltos na composição

dos governos. O pensamento inflexível e cristalizado, pautado no *bem* e no *mal*, transformou o MST em refém dos seus próprios discursos.

Salienta-se que a leitura crítica acerca das representações do MST sobre os presidentes não reduz, conforme mencionado, a importância do Movimento para o cenário político brasileiro e para a luta pela reforma agrária. Pelo contrário, assim como dissera o saudoso educador Paulo Freire, em abril de 1997¹⁰¹², o MST e os sem-terra, de maneira geral, constituem-se em uma das expressões mais fortes da vida política e cívica do Brasil e provam, a cada dia, que é preciso lutar para que se obtenha o mínimo de transformação social.

¹⁰¹² FREIRE, Paulo. *Entrevista concedida a Luciana Burlamaqui*, abril de 1997. Disponível em: www.paulofreire.ufpb.br. Acesso em: 17/08/2013.

FONTES

Periódico:

Edições do *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1981 e 2010. No desenvolvimento do texto, em nota de rodapé, o jornal foi citado conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD.

Documentos Diversos:

ARAÚJO, Fladimir. *O Jornal se Transformou com o próprio MST*. Entrevista concedida a Miguel Stedile. Agosto de 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/agosto/cul_078.htm. Acesso em: 20/09/2011, às 22h14min.

STEDILE, Miguel. In: GUINDANI, J. F., *Políticas Comunicacionais e a Prática Radiofônica na Sociedade em Midiatização: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra e Rádio Terra Livre FM*, p. 103.

Trecho da fala de Dom Tomás Balduino no acampamento Encruzilhada Natalino, em 25/07/1981. In: *Tempo e presença* – Cedi; jul. 1981. p. 27.

RYDLE, Carlos. Cartilha diz que invasão prepara para o socialismo. *Diário Popular*, São Paulo, 05 de junho. 1994.

Convite - *Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra*, 1982.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo* – Brasil, 1991.

FERNANDES, Florestan. O Novo Presidente. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31/10/1994.

_____. A Utopia Possível. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27/07/1995.

Histórico do Movimento Sem Terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Secretaria Regional Sul, 1985.

Entrevista com João Pedro Stedile. *Estudos Avançados*. O MST e a questão agrária. São Paulo: IEA, v.11, n.31: 69-97, 1997.

MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001.

MST – *Documento Básico da Atuação do Setor de Comunicação*, 2003.

MST – Cadernos Vermelhos Nº 9. *Documento Básico do MST*. São Paulo, março de 1991.

MST – Caderno do Educando – Pra Solettrar a Liberdade nº 1. *Nossos Valores*. Veranópolis – RS, junho de 2000.

MST- Caderno de Formação nº 26. *A Vez dos Valores*. São Paulo, janeiro de 1998.

MST - Caderno de Formação nº 4. *O Plano Nacional de Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, junho de 1985.

MST - Caderno do Educando – Pra Solettrar a Liberdade Nº 2. 2ª Ed. *Somos Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003.

MST – *Massacre de Eldorado dos Carajás*. s/d.

Site do MST: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/705>.

Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Site do *Wikipedia*: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Amarelinha>.

Site: <http://www.conversaafiada.com.br/politica>.

Site: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br>.

Site: <http://spingovernante.blogspot.com.br>.

Site: <http://www.ipea.gov.br/portal>.

Site: http://www.institutolula.org/historia#ancora_02.

Site: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Lei Complementar nº 93, de 1998. Inciso I do artigo 1º.

Plebiscito: mais de 10 milhões dizem não a ALCA. Disponível em: <http://alainet.org/active/2564&lang=es>. Acesso em: 23/04/2014, às 10h05min.

“Aposentadoria nada, eu não me aposento nunca”, diz Sarney. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1475776-aposentadoria-nada-eu-nao-me-aposento-nunca-diz-sarney.shtml>. Acesso em: 29/07/2014, às 17h35min.

Apesar de avanço, Brasil continua entre os 12 países mais desiguais do mundo, segundo Ipea. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/09/25/apesar-de-avanco-brasil-continua-entre-os-12-paises-mais-desiguais-segundo-ipea.jhtm>. Acesso em: 26/07/2014, às 15h.

Lula chora ao fazer avaliação de governo em entrevista exclusiva ao *Jornal da Record*. In: *R7 Notícias*. 21 de julho de 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/lula-chora-ao-fazer-avaliacao-de-governo-em-entrevista-exclusiva-ao-jornal-da-record-20100721.html>. Acesso em: 09/10/2014, às 8h17min.

Lula chora ao ligar para mãe de Eduardo Campos. In: *ZH Eleições 2014*. 14 de agosto de 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/08/lula-chora-ao-ligar-para-mae-de-eduardo-campos-4574926.html>. Acesso em: 09/10/2014, às 8h22min.

UOL Notícias – Política. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/listas/saiba-quais-reus-do-mensalao-ja-foram-condenados-pelo-stf.htm>. Acesso em: 09/10/2014, às 11h02min.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

MANO, Maíra Kubík. Justiça reconhece fraude na privatização da Companhia Vale do Rio Doce. *Brasil de Fato*. 18 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13191>. Acesso em: 18/04/2014, às 11h14min.

BERNARDES, Denis. Herança Cultural: o que tem sido o Brasil para os brasileiros. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1998, ano XVII, n. 183, p. 9.

VIEIRA, Fabrício. Desemprego cresce; renda per capita sobe menos de 1% ao ano. In: *Folha de São Paulo*. 19 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912200222.htm>. Acesso em: 02/05/2014, às 14h.

MACHADO, Cristiano. Em carta, MST reforça punição a José Rainha. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u92773.shtml>. Acesso em: 30/05/2014, às 11h17min.

CARVALHO, Horácio M. de. Banco da Terra: o banco dos donos da terra. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1999, ano XVII, n. 187, p. 10.

PRETO, Adão. Chegou a hora de desmascarar FHC. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fevereiro de 2000, ano XVIII, n. 197, p. 3.

STEDILE, João Pedro. O Governo precisa ter coragem de enfrentar o latifúndio. *Revista PUC Viva*. São Paulo, Ano 5, n. 19, p. 28-33, fevereiro a abril de 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Luta pela reforma agrária interessa toda sociedade. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez. de 1984 e jan. de 1985, ano III, n. 41, p. 14-15.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. A palavra do deputado mais votado do país. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, nov./dez. de 1986, ano V, n. 58, p. 4-5.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala no 3º Encontro Nacional do MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 1987, ano VI, n. 60, p. 3.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala no II Congresso Nacional do MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril/maio de 1990, ano X, n. 93, p. 8.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de seu discurso em Uruguaiana/RS. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1994, ano XIII, n. 134, p. 5.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua entrevista ao *Jornal Sem Terra* – Lula fala ao MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 1993, ano XIII, n. 134, p. 5.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua entrevista ao *Jornal Sem Terra* – Candidatura democrático-popular. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1989, ano IX, n. 87, p. 23.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala – Frase do mês. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1994, ano XIII, n. 135, p. 2.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua entrevista – Candidato da Frente Brasil Popular responde ao MST. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1994, ano XIII, n. 140, p. 8-9.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala – Frase do mês. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1998, ano XVII, n. 181, p. 2.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala. In: MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Voltarei a usar o boné do MST”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200319.htm>. Acesso em: 18/10/14, às 9h44min.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Trecho de sua fala. In: *Zero Hora*, Porto Alegre/RS, 23/01/2003, p. 8.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao Povo Brasileiro*. São Paulo, 22 de junho de 2002.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação popular na eleição presidencial. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2002, ano XX, n. 221, p. 3.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A., A dança imóvel e os impasses da transição. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 4-5.

GUEDES, Odilon. Os desafios da atual política econômica. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 3.

SADER, Emir. Em seu primeiro ano, governo aprofunda políticas neoliberais. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dez de 2003 e jan. de 2004, ano XXII, n. 236, p. 3.

GONÇALVES, Reinaldo. A Macroeconomia de Lula. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 3.

ARAÚJO, Artur. O medo da esperança. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2003, ano XXII, n. 235, p. 3.

MALDOS, Paulo. O desafio da construção de um autêntico projeto nacional. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2004, ano XXII, n. 240, p. 3.

ARAÚJO, Artur. O concerto sem concerto. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2005, ano XXIV, n. 254, p. 3.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. PAC: nem crescimento nem igualdade. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev./mar. de 2007, ano XXV, n. 270, p. 3.

LINCE, Léo. Entrevista – Atual modelo econômico pode levar país para o fundo do poço. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 4-5.

ARRUDA, Marcos. Entrevista – Povo brasileiro precisa ser agente ativo do seu desenvolvimento. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2004, ano XXII, n. 238, p. 4-5.

ARAÚJO, Artur. Entrevista – Boa vontade não basta para mudar a política do Brasil. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2004, ano XXII, n. 242, p. 3.

ARANTES, Paulo Eduardo. Entrevista - Fim de linha ou marco zero? In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2005, ano XXIV, n. 257, p. 4-5.

OURIQUES, Nildo. O mito do crescimento econômico no Brasil. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 2006, ano XXV, n. 268, p. 3.

STEDILE, João Pedro. Entrevista. In: *Brazil Network Newsletter*, Londres, agosto de 2003 apud BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 418.

STEDILE, J. P. Trecho de sua fala. In: MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8.

MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8-9.

MAURO, Gilmar. Trecho de sua fala. In: MURADI, Laura. Lula pega a bola da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003, ano XXI, n. 231, p. 8.

Boné do MST abre polêmica entre Lula e oposição. *Folha Online*. São Paulo, 03 jul. 2003. Acessado em: 06 jul. 2004, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50812.shtml>.

BORNHAUSEN, Jorge. O Boné da Insensatez. *Folha de São Paulo*. 3 de julho de 2003.

BORNHAUSEN, Jorge. Lula coloca boné de movimento sem lei. *Terra*. Disponível em: www.tv.terra.com.br/jornaldoterra. Acesso em: 18/10/2014, às 9h20min.

BRAGON, R. Líder de oposição na Câmara diz que quer derrubar Lula por meio de CPI. *Folha Online*. São Paulo, 03 jul. 2003. Acessado em: 06 jul. 2004, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50795.shtml>.

SECCO, A. 2003. O boné é apenas um detalhe. *Veja*, 1810:54-55.

MASCHIO, J. 2003. Para presidente da CNA, Lula teve atitude “servil” ao MST. *Folha Online*. São Paulo, 02 jul. 2003. Acessado em: 06 jul. 2004, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50792.html>.

BETTO, Frei. Trecho de sua fala. In: Sociedade exige a reforma agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2003, ano XXII, n. 232, p. 8.

Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 32, nº 1, p. 108-186, ago./dez. de 2005.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Entrevista concedida a Sue Branford, em São Paulo, 16 de julho de 2004 *apud* BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 421.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, s/d.

ROSSETO, Miguel. Entrevista concedida a Sue Branford, Brasília, 14 de julho de 2014 *apud* BRANFORD, S., *Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, p. 423.

FERNANDES, Bernarndo Mançano. Agronegócio: a nova denominação do latifúndio. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 2004, ano XXIII, n. 243, p. 3.

FREIRE, Paulo. *Entrevista concedida a Luciana Burlamaqui*, abril de 1997. Disponível em: www.paulofreire.ufpb.br. Acesso em: 17/08/2013.

Entrevistas com os editores do *Jornal Sem Terra*, realizadas pelo autor:

Joana Tavares. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

Nilton Viana. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Sede do jornal *Brasil de Fato*. São Paulo/SP, 2012.

Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

Debora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

Sinara Sandri. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Realizada por meio de questionário (correio eletrônico), 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Flávio. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana L; LUCA, Tania R. de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 233-247.

ALBERTI, Verena. *Ouvir, Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”*. Disponível em: <http://doxa.iuperj.br/artigosMST2.pdf>. Acesso em: 17/10/2012.

ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. *(Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

AMADO, Janaína. *A Culpa Nossa de Cada Dia: Ética e História Oral*. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, (15), p. 145-155, abril de 1997.

_____; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDERSON, Perry. *Balço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Maria Paula N. *Lutas Democráticas contra a Ditadura*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353.

ARAÚJO SÁ, Antônio F. de. *A história do presente como tempo da memória*. *Semina* (Passo Fundo), v. 4, p. 1-14, 2006.

ARAÚJO, José Prata. *Um Retrato do Brasil: balanço do Governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARBEX JÚNIOR, José. *Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre mídia e poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2006.

AREND, Silvia Maria F; MACEDO, Fábio. *Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso*. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BEBIANO, Rui. *Temas e problemas da história do presente*. [digit.], s/d.

BERBEL, Marcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e rupturas na esquerda brasileira (1978-1980)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BETTO, Frei. *Lula, biografia política de um operário*. São Paulo: Estação da Liberdade.

BEZERRA, Antonio Alves. *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Dicionário de Política*. 11ª Ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BOGO, Ademar. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Maria C. *De Pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. 391 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

BORGES NETO, João Machado. Governo Lula – uma opção neoliberal. In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 69-91.

BORIN, Jair. Reforma Agrária no Governo FHC. In: BIANCHI, Álvaro et al. *A Crise Brasileira e o Governo FHC*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 21-27.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Europa-América, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. A Doxa e a Vida Cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia* (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-278.

BRANFORD, Sue. Lidando com os Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. p. 409-431.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.

BRITO, Rosildo R. de. *A Opinião no Riso: uma análise da intertextualidade na construção da significação de charges na imprensa paraibana*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Testemunha Ocular: história e imagens*. Bauru: Edusc, 2004.

BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CADIOU, François et al. *Como se Faz a História: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 563-627.

CANO, Wilson. PT – Partido dos Trabalhadores. Reforma Agrária: programas partidários. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 24, nº 2, p. 16-19, maio/ago. de 1994.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

_____. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 443-482.

_____; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. Entrevista. In: PEREIRA, Álvaro. *Depois de FHC*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 283-308.

_____. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. *A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991

CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Democracia no Brasil. *AGRÁRIA*. São Paulo, nº 4, p. 124-164, 2006.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A Luta na Terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária. *Praga – estudos marxistas*. São Paulo. Editora Hucitec. Nº 2, p. 89-96, 1998.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. *O que é o Governo Lula?* São Paulo: Editora Landy, 2003.

CERTEAU, Michel. de., A Operação Historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. cap. II, p. 65 - 119.

_____. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COCA, Estevan L. de Freitas; FERNANDES, Bernardo M. Uma Discussão Sobre o Conceito de Reforma Agrária: teoria, instituições e políticas de governo. *Revista História & Luta de Classes*. Ano 5, nº 8, p. 43-49, novembro de 2009.

COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

_____. *Práticas e Representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: acampamento Madre Cristina e Mística*. 2007. 92f. Monografia (História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

_____. Para Além do Espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980). *Revista Angelus Novus (USP)*, São Paulo, nº 3, p. 137-152, maio de 2012.

_____. *Ela é a Alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados: EDUFGD, 2014

COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.

CORAZZA, Gilberto. *O MST e um Projeto Popular para o Brasil*. 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Santo Ângelo/RS.

COSTA, Tarcísio. Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 247-282.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. A Nova História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. Entrevista com Roger Chartier. *Pós-História – Revista de Pós-Graduação em História*, Assis, v. 7, p. 11-30, 1999.

_____. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/issue/view/74> . Acesso em: 20 de março de 2012.

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 13ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 19-30.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAVES, Christine de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 - 1930)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 383-403.

_____. As Políticas Sociais no Governo FHC. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 183-197, fevereiro de 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. Réquiem para uma Constituição. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 15-23.

_____. Uma aula de democracia. In: *Caros Amigos*. Ano VI, nº 72, p. 30-39, março de 2003.

COUTINHO, Olga Maria. *Fernando Collor: o discurso messiânico – o clamor do sagrado*. 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. *A Concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University Press, 1957.

DELGADO, Lucilia de Almeida N. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-427.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. p. 81-112.

D' ARAUJO, Maria Celina. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas, 2009.

D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. *Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

D'INCAO, Maria Conceição. O MST e a Verdadeira Democracia. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 209-214.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reformas ou Contra-Revolução: o Governo Lula. In: _____. *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. p. 199-219.

DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. *Dados*, n.3, 1985, p.329-46.

DOSSE, François. Os Desgastes do Tempo. In: _____. *A História*. Bauru/SP: EDUSC, 2003. Cap. 5, p. 149-2011.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP/Editora Boitempo, 1997.

_____. A Ideologia e suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia* (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 179-226.

ENGELMANN, Solange I.; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. *Revista Eletrônica do Centro de Memória Operária e Popular*. Sumaré/SP, nº 02, p. 1-9, setembro de 2012. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/>. Acesso em: 25/08/2014, às 23h45min.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004.

_____. A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do Governo Lula. In: FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. p. 33-64.

FARIAS, Marisa de F. Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara/SP.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial SP, 2002.

_____. *História do Brasil*. 14ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FAUSTO, Sérgio. Modernização pela via Democrática. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 467-566.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FEIX, Plínio José. *O Espaço da Democracia no Projeto Político dos Dirigentes do MST*. 2010. 429 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação Nº 30 (MST). São Paulo: Editora Perez, 1998.

_____. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. In: *OSAL*. Año IX, nº 24, outubro de 2008. p. 73-85.

_____. *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*. 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf.

_____. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-197.

_____. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 237-245.

_____. Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 273-291.

_____. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Eliane Constantino. Políticas Fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. *Land Governance in Brazil*. Framing the Debate Series, n. 2. ILC, Roma, 2012. Disponível em: http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1372/FramingtheDebateBrazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 06/09/2014, às 22h.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Elaine N. S. *A Concepção de Socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió.

FERREIRA, Brancolina. A Reforma Agrária no Governo Lula – balanço: 2003 a 2005. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 32, nº 1, p. 11-35, ago./dez. de 2005.

FERREIRA, Vera L. S. Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs.). *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas. Uma trajetória de 20 anos*. São Paulo: ABRA/UNIARA/INCRA, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil (1880 – 1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERREIRA, Marieta de M. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*. Petrópolis, v. 94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

_____. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332.

FIGUEIREDO, Argelina C; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luiza. Governabilidade e Concentração de Poder Institucional – o Governo FHC. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 49-62, fevereiro de 2000.

FIORI, José Luís. Um Governo Contra o Povo e Nação. *Praga – estudos marxistas*. São Paulo. Editora Hucitec. Nº 2, p. 117-122, 1998.

FONTES, Solon S. *O movimento social pela terra e a reforma agrária no Brasil: uma leitura da revista Veja*, ao final dos anos 90. Salvador: FFCH/UFBA, dezembro de 2001 (Mimeo).

FORTES, Leandro. Política Interna. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no Contexto (1987-2007)*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 63-71.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu; SOUZA E SILVA, Pablo Melquisedeque. A Política de Reforma Agrária nos Governos FHC e Lula e seus Rebatimentos na Região do Brejo. In: *Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2012, UFU, Uberlândia. ISSN 1983-487X. p. 1-17.

FRANK, Robert. Questões para as Fontes do Presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 103-117.

FREUND, Gisèle. *Fotografia e Sociedade*. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 1995.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT – origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1991.

GAIGER, Luiz I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, nº25/26, p. 33-54, set 92/ago 93.

GOHN, Maria da G. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRISA, Catia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. In: *Revista Agriculturas*, v. 8, n. 3, p. 34-41, setembro de 2011.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987.

_____. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 248-276.

GUARESCHI, Pedrinho A. “Essa gentinha infeliz”: a representação social dos sem-terra segundo Mendeslki. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Os Construtores da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 199-231.

GUINDANI, Joel Felipe. *Políticas Comunicacionais e a Prática Radiofônica na Sociedade em Midiatização: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra (MST) e Rádio Terra Livre FM*. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo/RS.

HALL, Michael M. História Oral: os riscos da inocência. In: Secretaria Municipal de Cultura – DPH. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 157-160.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história. *Novos Estudos*. CEBRAP, N.º 43, novembro 1995, p. 103-112.

_____. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Francisco Urribam X. de. *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 3ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

IANNI, Octavio. Esse governo fez do país uma província do capital mundial. In: *Caros Amigos*. Ano V, nº 58, p. 30-33, janeiro de 2002.

IOKOI, Zilda M. G. Os movimentos sociais e a luta pela terra. In: MACHADO, Maria C. T.; PATRIOTA, Rosângela. *Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. p. 235-255.

_____. O Sujeito e a Classe: lutas sociais e o modo de ser sem terra, p. 269. In: *XIV Encontro Regional de História - Sujeitos na História: práticas e representações*. Bauru: EDUSC. 2001. p. 257-285.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia de da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 43-62.

KINZO, Maria D'Alva G. A Democratização Brasileira: um balanço sobre o processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*. 15(4), 2001. p. 3-12.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª Edição Revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

_____. A Mídia de FHC e o fim da Razão. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 181-199.

LARA JUNIOR, Nadir. *A mística no cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política*. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *História e Memória*. 4. Ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Sérgio. Políticas Públicas e Agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 153-180.

_____. *Brasil. La reforma agraria*. Disponível em: http://www.agter.org/bdf/es/corpus_chemin/fiche-chemin-167.html. Acesso em: 03/11/2014, às 15h25min.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. Marchas e Contra-marchas na Política Agrária. In: FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. p. 361-389.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LERRER, Debora F. *Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

LESBAUPIN, Ivo. *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. O Desmonte de um País. In: _____. (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-13.

LOPES, Luís Fernando. *Charge Jornalística: estudo do discurso chargístico da Folha de São Paulo veiculado no período da crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)*. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo.

LUCA, Tania R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In: LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

LUCA, Tânia R. de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina de S (Orgs.). *Práticas e Representações*. São Paulo: Humanitas/Fapesp/CERU, 2008.

MALATIAN, Tereza M. A Circularidade do Discurso: perspectivas metodológicas da história oral. In: *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Programa de Pós-Graduação em História, Unesp, Assis, 1996. p. 47-56.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARAMBAIA, Hudson P. *A Dinâmica do MST na Grande Imprensa: uma arquitetura de significados*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia – UFBA.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 1. MDS, 2005.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Desvendando o Social no Governo Lula: a construção de uma nova base de apoio. In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 143-170.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 541-562.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 110-126.

_____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 11-76.

_____. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 97-128, fevereiro de 2000.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTOSO, Jorge. Dez Anos Depois... In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

MAUAD, Ana M. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 1-15, 1996.

MAURO, Gilmar. O significado da Reforma Agrária para os movimentos sociais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 353-362.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo et al. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

_____. Os Trabalhadores Rurais na Política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 41-57.

MELO, José M. de. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3 Ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, Paula Reis. O boné do MST na cabeça presidencial: uma leitura semiótica. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo/RS, vol. VI, n. 2, p. 87-100, jul./dez. de 2004. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6593>. Acesso em: 18 de outubro de 2014.

MENDONÇA, Maísa. *O MST na mídia*. Biblioteca mídia e movimentos sociais. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 17/06/2012.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MESQUITA, Helena Angélica de. *Corumbiara: o Massacre dos Camponeses*. Rondônia, 1995. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais do Intercom 2001*. Campo Grande/MS: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. p. 1-11.

_____. *As Transformações no Mundo do Trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2005.

_____. A luta pela redemocratização no Brasil através da charge no jornal *Movimento*. In: WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). *Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

VON MISES, Ludwig. *Ação Humana: um tratado sobre economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

_____. *Liberalismo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

MOISÉS, José Álvaro; GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (Orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MONTENEGRO, Antonio T. História Oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 13, nº25/26, p. 55-65, set 92/ago 93.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MOREL, Mario. *Lula o Metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MOSCOVICI, Serge. *Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 37-47.

_____. A crítica do acontecimento ou fato em questão. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 49-83.

NERY, Laura. Charge: cartilha do mundo imediato. *Revista SemeaR*. Rio de Janeiro/PUC, v. 12, nº 7, novembro de 2001. s/p. Disponível em: http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/7Sem_10.html. Acesso em: 08 de setembro de 2011.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: em busca pela democracia e seus limites. In: *IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*. 2010, Londrina. Anais... Londrina: UEL-GEPAL. p. 113-121. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal>.

NETTO, José Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 219-245.

_____. FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

NEVES, Lúcia M. B. P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B. da C. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A política de reforma agrária no Brasil. In: *Direitos Humanos no Brasil*. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

_____. A “Não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. *Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO*, Porto Alegre/RS, 2006.

_____. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no Governo Lula. In: *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O Joio e o Trigo na Defesa da Reforma Agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 203-220.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 43-51.

_____. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994. p. 61-62.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 92-165.

PARANÁ, Denise. *O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula*. São Paulo: Xamã, 1996.

PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULINO, Luís Antonio. O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 281-309.

_____. O Governo Lula (2003-2006 / 2007-2008). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 311-332.

PERLI, Fernando. *Sem Terra: de boletim a tabloide*. Um estudo do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIANA, Marivone. “Arte em Movimento” no MST: a expressão simbólica das transformações. In: *Movimentos Sociais Rurais: Identidades, Símbolos e Ideais. Cadernos de Pesquisa*, N. 24, novembro de 2000. p. 18-30.

_____. Música e movimentos sociais: perspectivas iniciais de análise. In: *Anais do II Seminário Nacional “Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 2007, UFSC, Florianópolis. ISSN 1982-4602. p. 502-513.

PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no Contexto (1987-2007)*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e Sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

POCHMANN, Marcio. Políticas Públicas e Situação Social na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral – a pesquisa como experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC - SP*. São Paulo, (14), p. 7-24, fevereiro de 1997.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. O presidente e o boné do MST. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-presidente-e-o-bone-do-mst>. Acesso em: 18/10/2014, às 10h38min.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O Golpe a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Arão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

REIS, José Carlos. Anos 1960-70: Fernando Henrique Cardoso. In: _____. *As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 235-268.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A Contra-Reforma Agrária no Brasil. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 75-79.

_____. Violência no Campo. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 32, nº 1, p. 45-48, ago./dez. de 2005.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um Partido em Mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-40.

RICCI, Rudá. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. 2ª Ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ROJAS, Carlos Antonio A. O que são Movimentos Antissistêmicos? *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v. 7, n. 13, jan/jun de 2013, p. 1-24.

ROMUALDO, Carlos E. *Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia*. Maringá: Eduem, 2000.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 136-143.

SAES, Décio de Azevedo M. de. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 41-48.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 23-47, fevereiro de 2000.

_____. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 405-437.

SAMPAIO, Plínio de Arruda; CARVALHO FILHO, José Juliano de. Editorial. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, v. 32, nº 1, p. 7-9, ago./dez. de 2005.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A Reforma Agrária que nós esperamos do Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 329-334.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Desafio do momento histórico e lições do Governo Lula. In: PAULA. João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 293-312.

SANTOS, Jean Mac Cole T. Atualidade da História do Tempo Presente. *Revista Historiar*, ano I, n. I, 2009, p. 07-13.

SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs.). *Memória e História do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SCHERER-WARREN, Ise. *Redes de Movimentos Sociais*. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHERER-WARREN, Ise. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN, Ise; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização: um diálogo*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 243-257.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Quando o MST é Notícia*. Dourados: Editora UFGD, 2008.

SENRA, Stella. Mídia, Política e Intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 41-60.

SICSÚ, João; MARINGONI, Gilberto. Avaliando o Desempenho do PT e do Governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou? In: PAULA. João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 105-122.

SICSÚ, João. *Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o Futuro?* São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SINGER, Paul. Teses sobre autogestão e socialismo no Brasil de hoje. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 353-361.

_____. A Raiz do Desastre Social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 25-44.

_____. Um imenso equívoco. *Praga – estudos marxistas*. São Paulo. Editora Hucitec. Nº 2, p. 57-61, 1998.

_____. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil*

socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Políticas Sociais e Econômicas do Governo Lula. In: PAULA, João Antônio de. *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 171-178.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e Retórica Política em *Última Hora, o Dia e Luta Democrática* no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: NEVES, Lúcia M. B. P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B. da C. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006. p. 414- 435.

SILVA, Émerson N. da. *Formação e Ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SILVA, Cristiani B. da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *Caindo por Terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. *A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio*. Campinas: ABRA, 1996.

_____. A Reforma Agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 165-190.

SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. A Reforma Agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 165-190.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 09-29.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Entrevista. In: PEREIRA, Álvaro. *Depois de FHC*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 65-80.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a redemocratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-81.

SOUZA, Eduardo F. *Do Silêncio à Satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

- STEDILE, João Pedro (Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- _____. A Luta pela Reforma Agrária e a Produção do Conhecimento. In: *Cadernos do ITERRA: II Seminário Nacional – O MST e a Pesquisa*. São Paulo: ITERRA/Expressão Popular, 2007. p. 17-33.
- _____. *A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*. Setor de Formação, 2005.
- _____. A Questão Agrária e o Socialismo. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 306-322.
- _____. (Org.). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária (1946-2003)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. O Governo precisa ter coragem de enfrentar o latifúndio. *Revista PUC Viva*. São Paulo, Ano 5, n. 19, fevereiro a abril de 2003.
- _____. *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária (1946-2003)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STRAPAZZON, João P. L. “... *E o Verbo se fez Terra*” – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. 1996. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 91-102.
- _____. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 217-249.
- _____. A “Nova Questão Social” Brasileira. *Praga – estudos marxistas*. São Paulo. Editora Hucitec. Nº 2, p. 107-116, 1998.
- THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. O Campo Político de FHC. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 3-22, fevereiro de 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 441-449.

VARGAS NETTO, Sebastião L. F. *A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 2007. 390 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

VEIGA, José Eli da. Reforma Agrária Hoje. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 298-305.

VENDRAMINI, Célia. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 1997. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos.

VELASCO E CRUZ, S; SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VEIGA, José Eli da. Reforma Agrária Hoje. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 298-305.

VINCENT, Andrew. *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do Golpe de 1964 à Redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 185-217.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UNB, 1991.

WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). *Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia* (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. O Espectro da Ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia* (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

ANEXOS

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST*	
Instâncias de Representação	Setores de Atividades
Congresso Nacional Encontro Nacional Coordenação Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleos de Base	Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Secretarias Regionais Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projetos Setor de Direitos Humanos Coletivo de Relações Internacionais Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Cultura Coletivo de Mística Mística
Organizações Convencionais ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes	

* FERNANDES, Bernardo M. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 182.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 16 de dezembro de 2014.

Fabiano Coelho